



ANAIS DO **I AQUENDA**
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES

2 0 1 8



1, 2 E 3 DE **I AQUENDA**
AGOSTO DE **DE COMUNICAÇÃO,**
2 0 1 8 **GÊNEROS E SEXUALIDADES**

LOCAL: FABICO - UFRGS

ORGANIZAÇÃO



APOIO





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

I Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades
Tainan Pauli Tomazetti
Alisson Machado
(Org.)

Anais do I Aquenda Seminário Nacional de Comunicação,
Gêneros e Sexualidades
1, 2 e 3 de agosto de 2018

Porto Alegre
UFRGS
2019

ORGANIZAÇÃO

Aquenda Núcleo de Estudos em Comunicação, Gêneros e Sexualidades

EDITORACÃO

Alisson Machado
Gustavo Roni Bolzan
Marlon Santa Maria Dias
Tainan Pauli Tomazetti

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Nádia Campos Abílio

A revisão de cada artigo é de responsabilidade de suas/seus autoras/es.

Anais do I Aquenda Seminário Nacional de Comunicação, Gêneros e Sexualidades
1, 2 e 3 de agosto de 2018

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA

A656a Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades (1. : 2018 ago. 1-3 : Porto Alegre, RS)
Anais... / Organização Tainan Pauli Tomazetti, Alisson Machado. –
Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
833p.

ISBN: 978-85-9489-164-8

1. Comunicação – Eventos. 2. Estudos de gênero – Eventos. 3. Sexualidade – Eventos. I. Tomazetti, Tainan Pauli (Org.). II. Machado, Alisson. (Org.). III. Título.

CDU: 007

Apresentação

No pajubá, socioleto fruto da mistura de línguas africanas como o *ioruba* e o *kimbundô*, difundido entre povos de santo, travestis e gírias LGBTQ, o termo *aquendar* possui um significado polissêmico. Em primeira instância, diz respeito ao ato sexual, a paquera, ao “pegar de jeito”; pode, também, sugerir a tática de “aquendar a neca” entre travestis, mulheres trans e drag queens. Por extensão, também indica “chamar a atenção”, “olhar”, “observar”, “pegar”, “mexer”, “provocar movimento”. É nesta direção que se realizou o I Aquenda, movimentando a produção de conhecimento e o pensamento comunicacional atravessado, rasurado, sexualizado, generificado, profanado pelos estudos interseccionais feministas, transviados, das sexualidades, da raça e do gênero.

A constituição desse evento nacional foi fruto da sensibilidade coletiva de pesquisadoras e pesquisadores em formação, que iniciaram em 2016 um curso de extensão sobre gênero, sexualidade e comunicação. O Aquenda foi ainda resultado de preocupações partilhadas por muitas de nossas colegas, professoras e professores, alunas e alunos de graduação, todas aquelas pessoas que experienciam e refletem as problemáticas de gênero diariamente e que consideram urgente a produção de espaços de troca coletivos, sensíveis à escuta e atentos às políticas materiais e simbólicas da precarização da vida.

Frente ao recrudescimento conservador do cenário sociopolítico atual, e no mesmo compasso com que as temáticas de gênero, sexualidade, aborto, feminismos, direitos reprodutivos, racismo e cidadania LGBTQ reclamam posições centrais no debate contemporâneo, assumimos conjuntamente nosso direito de aquendar.

Ao longo dos três dias de evento recebemos mais de 150 participantes de variadas regiões do país, que participaram das mesas temáticas e dos sete grupos de trabalho, nos quais foram apresentados 98 resumos expandidos. O conjunto de textos publicados nesses anais contemplam a produção dos artigos completos fruto das discussões orquestradas no I Aquenda e tendem a refletir as principais temáticas que reclamam uma relação entre as questões de gênero e sexualidade e os objetos comunicacionais. Com o I Aquenda, buscamos em conjunto nutrir novos espaços para a abertura e ampliação das interfaces entre comunicação e gênero, e, além disso, desenvolver e prospectar reflexões sobre as possibilidades de construção do conhecimento científico embasadas no diálogo. Esperamos que o resultado dessa experiência aqui publicado seja frutífero e instigante para a área da comunicação.

Desejamos uma boa leitura!
Alisson Machado e Tainan Pauli Tomazetti

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gênero e Políticas de Representação | 9 |
| Representação Feminina de Gênero na Sitcom <i>Friends</i> | 10 |
| Gênero e sexualidade nos discursos de ícones lésbicos e bissexuais da MPB | 25 |
| Articulações possíveis entre classe e gênero nos estudos de telenovela | 42 |
| A Estereotipagem da “diferença” quando o espetáculo é o Outro Queer: uma análise das representações midiáticas de Pablo Vittar | 60 |
| Identidade e diferença na formação de minorias: a luta pela igualdade de gênero no canal GNT | 76 |
| Produzindo sentidos: 10 anos do Movimento Girassol | 92 |
| Queermuseu: um projeto de (in)visibilidade | 108 |
| Representatividade não leva a nada? Dispositivo pedagógico da mídia, produção de sentidos em redes digitais e construção da realidade no jornalismo do BuzzFeed através do Big Brother Brasil | 126 |
| Gêneros e Audiovisualidades | 142 |
| Renascida do Inferno: um estudo sobre a abordagem do gênero feminino e as apropriações da violência nos filmes “A Vingança de Jennifer” (1978) e “Doce Vingança” (2010) | 143 |
| A Imperfeição flutuante em “Mother!”: alguns simulacros de mulher | 159 |
| Tornando-se homem: do falar de si à imagem sobre o invisível e o inominável.. | 170 |
| O Resgate do Sagrado Feminino: as mulheres e o despertar da natureza ancestral | 186 |
| Mulheres nas capas d’O Pasquim: discussões acerca de gênero e comunicação . | 204 |
| Seria falta de imaginação ou pura preguiça?: a produção de ontologias políticas a partir da performatização de identidades LGBTQ em séries de televisão | 225 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Comunicação e Feminismos | 239 |
| Feminismo na web: Como as feministas têm utilizado da ferramenta blog?..... | 240 |
| Discussões sobre o conceito de gênero para as consultorias de comunicação feministas do Brasil | 256 |
| Memórias de mulheres influentes nas discussões de gênero na região do Cariri cearense..... | 270 |
| Sagas fantásticas, autoria feminina e crítica feminista do mito | 287 |
| Uma aproximação entre a epistemologia feminista e a epistemologia da comunicação | 302 |
| Um ensaio sobre dor e BDSM..... | 319 |
| A Lógica de Peirce: pontos de contato com os Estudos de Gêneros..... | 334 |
| Jornalismo, Gênero e Discurso | 345 |
| O discurso materno nas “Páginas das Mães”: da essência mineira ao ideal americanizado..... | 346 |
| Entre sexualidades, identidades e políticas: circulações jornalísticas dadas à palavra Queer | 360 |
| “Se é não-binária, por que se referem no feminino?”: disputas de sentido em comentários de leitores | 372 |
| O lugar dos Estudos Feministas e de Gênero na pesquisa em Jornalismo - contribuições para um campo em formação..... | 388 |
| Homofobia no Discurso Jornalístico? Coberturas da Parada Gay e da Marcha para Jesus Realizadas pela Mídia..... | 401 |
| Imprensa feminina e representação: análise da campanha “Quem disse que não?” | 414 |
| Gênero e representação da mulher na mídia: Uma análise das apresentadoras Luciana Gimenez e Fátima Bernardes nos sites “IG Gente” e “Catraca Livre”... | 430 |
| A dupla mistura: gênero na luta de Artes Marciais Mistas entre homens e mulheres | 445 |
| Tentativa de desvio de padrões de beleza femininos: o reposicionamento da revista Donna | 459 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mulher vítima da violência e a mídia: uma discussão teórica sobre a representação da violência contra a mulher no jornalismo policial..... | 471 |
| O assassinato de Marielle Franco como acontecimento público: o discurso dos editoriais | 486 |
| Reflexões sobre a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo | 500 |
| Sexualidade feminina como caso de polícia: o Relatório Hite em <i>Veja e Movimento</i> | 515 |
| Garota Capricho: a construção da identidade das adolescentes a partir de uma análise da revista teen mais lida no Brasil | 531 |
| Gênero, Sexualidades e Mídias Digitais | 546 |
| <i>Strange Flesh: A Sexualidade Gay e a Construção de uma Masculinidade em um Jogo Beat'em Up Erótico</i> | 547 |
| Agora a Pablo Vittar foi longe demais: disputas semióticas em redes digitais, ciberacontecimentos e subversões de <i>fake news</i> em perspectivas <i>queer</i> | 562 |
| O discurso binário e os algoritmos – fuga e captura no uso das redes por movimentos sociais | 577 |
| Homofobia: Concepções Sociais Extraídas de Comentários no Espaço Web | 587 |
| O <i>cyberbullying</i> associado às questões gênero e sexualidade na série <i>13 Reasons Why</i> | 602 |
| Ciberfeminismo no Universo Gamer: Resistência contra os Discursos de Ódio Biopolíticos e os papéis de gênero..... | 618 |
| Comunicação, Sociabilidade e Subjetividades | 633 |
| No Tempo do Gaiivota: um projeto de construção de memórias e visibilidades LGBT/Queer..... | 634 |
| Práticas feministas e processos de subjetivação: uma discussão sobre os grupos de “consciousness-raising” dos anos 70, a partir de uma experiência contemporânea com oficinas de gênero e sexualidade | 645 |
| Existência e resistência: a produção de si nas trajetórias digitais de pessoas não binárias | 662 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Movimento Cores: um dispositivo interacional articulando as identidades religiosa e sexual..... | 675 |
| Entre o crime e a loucura: a moral na produção do corpo abjeto | 692 |
| “Toda a sapatão queria ser a Docinho, das Meninas Superpoderosas” Construções de identidades lésbicas a partir da mídia | 706 |
| Percepções de gênero pela juventude de Frederico Westphalen-RS: a perspectiva da recepção no audiovisual | 723 |
| Designación y Resistencia: tres estadios del concepto Queer | 738 |
| A busca por justiça e memória: práticas de consumo do facebook por mães de vítimas do incêndio da boate Kiss..... | 751 |
| <i>Drag Queen</i> : uma figura potente | 766 |
| Ordem do discurso e Educação: uma análise sobre a “ideologia de gênero” no aparelho ideológico escolar brasileiro | 780 |
| Gênero, Publicidade e Comunicação Organizacional..... | 790 |
| Absolutas: Tecnologias de gênero na construção do corpo Trans | 791 |
| Gênero social e discurso: análise dialógica da publicidade..... | 806 |
| Os Esforços da ONU para Igualdade de Gênero: Um Estudo da Campanha ElesPorElas | 813 |
| O papel das instituições como estratégia social na questão do gênero e violência doméstica | 826 |

Gêneros e Políticas de Representação



Representação Feminina de Gênero na Sitcom *Friends*

Isadora Severo¹

Andréa Ortis²

Flavi Ferreira Lisbôa Filho³

Resumo: Os Estudos Culturais são um campo teórico que surgiu a partir da criação do *Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS)*, e tem como base as teorias de autores como Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e Stuart Hall. Considerando a inclusão de temáticas como feminismo e gênero dentro do campo dos estudos entre a segunda e terceira onda feminista, e a representação estereotipada que a mídia acaba fazendo dessas temáticas em suas produções, o presente trabalho pretende, através da análise textual, compreender de que forma acontece o crescimento da personagem do *sitcom* estadunidense *Friends*, Rachel Green, em relação às questões conectadas à representação da mulher na sociedade.

Palavras Chave: Representação; Feminino; Gênero; *Sitcom*; *Friends*.

Introdução

É imprescindível conhecer as formas com que a mídia hegemônica trabalha algumas temáticas em suas produções, especialmente as que envolvem a representação feminina, afinal, faz com que, na maioria das vezes, os(as) telespectadores(as) se identifiquem com o que está sendo veiculado. Desse modo, considerando a relevância que os assuntos relacionados às questões de gênero ganharam nos últimos anos e a interferência que as mídias de massa, principalmente a televisão, têm sob a população, o presente trabalho tem como proposta reconhecer as contribuições dos Estudos Culturais associadas aos estudos de gênero, focando, especialmente, na representação do feminino na *sitcom Friends* através da personagem Rachel Green.

¹ Graduanda em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: isasevero@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ortis.andrea@gmail.com

³ Doutor em Ciências da Comunicação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria/RS –Brasil, orientador do trabalho. E-mail: flavilisboa@ufsm.br



Estudos Culturais, Feminismo e Gênero

O campo dos Estudos Culturais tem como foco compreender as relações sociais e minorias através da atuação da cultura em inúmeras temáticas como gênero, feminismo, cultura popular, discurso, textos e textualidades, meios de comunicação de massa e multiculturalismo (RIBEIRO, Regiane; MORESCO, Marcielly Cristina; 2015). A origem se deu a partir do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) através da “alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra” (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 1998, p. 88), em um momento em que se percebeu ainda mais a importância de se ter uma formação voltada aos adultos da sociedade. Dessa forma, entendemos que os Estudos Culturais surgem “a partir de uma necessidade política de estabelecer uma educação democrática para os que tinham sido privados dessa oportunidade (CEVASCO, Maria Elisa, 2003, p. 62).

Escosteguy (1998) ainda aponta três autores como principais teóricos do campo: Richard Hoggart, pioneiro na criação do *Center for Contemporary Cultural Studies* em 1964, com a obra *The uses of literacy* em 1957, Raymond Williams, com *Culture and society*, em 1958, e Edward Palmer Thompson com *The making of the english working-class* no ano de 1963. O fato de estudar os mais distintos vieses da cultura fez com que, nos anos 1970, período entre a segunda e terceira onda feminista⁴, que os estudos sobre a mulher e gênero passassem a integrar o CCCS com questionamentos sobre identidade e gênero. Segundo Stuart Hall, o momento em que o feminismo passou a integrar o Centro é tratado como uma “interrupção”, o que significa que não foi aceito facilmente pelo grupo de intelectuais. No entanto, mesmo que esses estudos tenham tido certa resistência para adentrarem ao Centro, acabaram por causar impacto e, assim, o surgimento do termo *feminismo* tinha como objetivo o questionamento das diferenças sociais entre homens e mulheres, além de implicar a desigualdade de gênero como uma construção social.

Desse modo, as diferenças sociais entre homens e mulheres, bem como a

⁴ São quatro as ondas feministas. A primeira teve início no século XIX e tinha como principal objetivo a reivindicação por direitos iguais de cidadania, como educação, divórcio, voto, bem como o direito ao trabalho remunerado. A segunda, nos anos 1970, buscava a liberdade sexual e direitos ao próprio corpo. A terceira iniciou na década de 1990 e o foco centrava-se em questões de gênero, sexualidade e raça. A quarta onda é a da virada do século XXI e tem como característica reivindicações identitárias, perdurando até hoje.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desigualdade de gênero são construídas socialmente e, essas distinções estariam ligadas ao chamado *determinismo biológico*, uma compreensão que se sustenta nas diferenças biológicas entre homens e mulheres para justificar o fato de a mulher ser considerada inferior ao homem por ser o seu oposto, o *sexo frágil*. Ainda, para Gayle Rubin (1995, p. 75) “gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade”. Ou seja, gênero trata-se de uma construção social, fundamentada no determinismo biológico, que ampara as diferenças entre homens e mulheres apenas pelas características físicas e/ou sexuais. Joan Scott (1995, p. 75), corrobora essa afirmação e salienta que o conceito de gênero:

[...] se torna, aliás, uma maneira de indicar as —construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Para a supracitada autora, gênero é, portanto, o pontapé inicial para que as relações de poder sejam legitimadas. Já Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015, p. 48) acreditam que o conceito “diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse ‘lidar’ para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo”. Assim sendo, gênero não diz respeito apenas à identidade ou à sexualidade, mas sim, ao complexo todo. Por isso, torna-se fundamental tentar compreender como o feminino vem sendo representando em produtos audiovisuais consagrados pelo público, que é o caso de *Friends*.

Sitcom, Friends e Representação Midiática Feminina

Segundo Galvão (2009) *sitcom* é a abreviação da expressão americana *situation comedy*, e caracteriza um tipo de seriado onde são apresentadas questões, que mostram o cotidiano de determinado grupo de pessoas, a partir de uma visão caricaturada. Ceretta (2014, p.52) afirma que toda ação da obra de um *sitcom* “deve ser direcionada para o público e/ou as câmeras, o que influencia na posição dos objetos cênicos e, principalmente, das personagens”. Portanto, uma das principais características referentes



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ao sitcom são as *laugh tracks*, também conhecidas como “claque”. Ela é a reação do público que pode ser ouvida pelo(a) espectador(a), e remete às origens teatrais que o formato possui.

O seriado abordado no presente trabalho se trata de um *sitcom* veiculado pela rede NBC de televisão (Companhia Nacional de Radiodifusão - *National Broadcasting Company*), entre os anos de 1994 e 2004 e retrata a vida de 6 amigos que moram em Manhattan, Nova Iorque, Estados Unidos. A trama, protagonizada por Ross Geller (David Schwimmer), Chandler Bing (Matthew Perry), Joey Tribbiani (Matt LeBlanc), Monica Geller (Courtney Cox), Phoebe Buffay (Lisa Kudrow) e Rachel Green (Jennifer Aniston), se passa majoritariamente em dois dos apartamentos em que os personagens moram, e em um café retratado como ponto de encontro principal entre eles.

Na trama, a vida dos 6 amigos é contada de forma a destacar as vidas profissionais e amorosas deles, sempre dando destaque para a forma como todos acabam lidando com as situações boas e complicadas que enfrentam de maneira leve e engraçada. *Friends* é um seriado que ganhou conhecimento internacional, principalmente por abordar questões que são tão facilmente relacionáveis às vidas de seus espectadores(as). A décima temporada do seriado teve uma média de 26,1 milhões de espectadores por episódio exibido⁵.

Dessa forma, podemos relacionar o enredo do seriado com às questões abordadas na área dos Estudos Culturais de diferentes maneiras. No entanto, aqui iremos levar em conta a evolução que a personagem Rachel, retratada por Jennifer Aniston, teve, entre a primeira e a décima temporada do seriado, em relação ao seu empoderamento como mulher, dentro de uma sociedade que dita regras de comportamento que, em grande parte da série não são seguidas pela personagem. Nessa situação, podemos também levar em conta o pensamento de Barros (2012, p. 270), que ressalta que “a mídia tem um papel crucial em definir gênero, em promover um número reduzido de modelos e em sedimentar estereótipos”. Por isso, também é importante trazer à discussão o conceito de representação. Para Stuart Hall (2004, p.31) a “representação é uma parte essencial do

⁵ Fonte: <http://www.adorocinema.com/series/serie-49/audiencias/>



processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”. Assim, a mídia busca em nossas experiências modos de representar determinados indivíduos e, no caso das mulheres, essa torna-se extremamente estereotipada. Para Freire Filho (et al, 2004, p. 3), os estereótipos são ferramentas que visam agregar “um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade”. Em concordância a isso, Morigi (2004, p. 3) ainda afirma que os meios de comunicação “são responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade”, transmitindo, portanto, valores e cultura.

Diante disso, surge a relevância de estudar tal assunto dentro do seriado de comédia *Friends*, uma vez que o programa é internacionalmente conhecido e acaba por direcionar inúmeras pessoas pertencentes às mais diversas gerações e nacionalidades a não seguirem os padrões normativos impostos pela sociedade e pela mídia. Ainda que vivamos em uma sociedade que possui diversos movimentos que buscam a desconstrução desse estereótipo, a mídia, majoritariamente, segue, até a atualidade representando as mulheres da mesma forma. Myra Macdonald (1995) relata em sua obra, o forte papel que a mídia tem na construção de estereótipos e na promoção de um modelo feminino padrão, e ainda mostra afirma que “o deslocamento da mulher da escala doméstica sinaliza um rompimento mais amplo das expectativas normais.”

O Caso Rachel Green em *Friends*

Para tal, pretendemos, aqui, analisar, metodologicamente o percurso da personagem através da análise textual proposta por Casetti e Chio (1999). Esta, nos permitirá compreender essa representação através das imagens, diálogos, bem como os personagens em si, fundamentados não apenas em teorias científicas, mas também através de conhecimentos empíricos adquiridos ao longo da pesquisa. Para os autores, os textos de produtos audiovisuais devem ser focados em elementos linguísticos, códigos e materiais, afinal, “*atribuyen regularmente una valorización a los objetos, a los comportamientos, a las situaciones, etc., y, a partir de ahí les dan un peso diferente, según*



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

se juzguen de modo implícito o explícito” (CASSETTI; CHIO, 1999, p. 250). Além disso, esse método permite-nos ir além do próprio texto, problematizando atitudes e valores de quem os cria, revelando o modo pelo qual algo é proposto e apresentado. Desse modo, utilizaremos duas categorias analíticas, propostas pelos autores, para poder analisar Rachel Green. **a) Sujeito:** quem é a personagem; **b) Texto verbal:** serão observadas, principalmente, os diálogos que a personagem trava e o estilo da linguagem.

Desse modo, destaca-se que ao longo da trama é possível perceber que a personagem abordada é uma mulher de família muito rica, que sempre teve a facilidade de viver em uma pequena cidade, na casa dos pais com todas as suas necessidades muito bem atendidas. Principalmente em razão desse contexto, Rachel viveu grande parte de sua vida seguindo normas e padrões impostos a ela.

Ao fugir do próprio casamento, o qual estava acontecendo somente para que ela atendesse aos padrões esperados da mulher na sociedade, Rachel procura Monica, uma amiga que mora em Nova Iorque, em busca de acolhimento. Ela considera que, pelo fato de sua amiga morar sozinha em uma cidade grande, ignorando os comportamentos esperados às mulheres, Monica iria ajudá-la a construir a vida que Rachel sonhava para si. Nesse momento, como pode ser evidenciado na Figura 1, após chegar em Nova Iorque, e encontrar sua amiga, Rachel explica para Monica e seus amigos que sentia que iria se casar apenas para atender a padrões sociais, e não aos seus sonhos. É a partir desse diálogo que se dá o início da trama abordada em *Friends*.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: Primeira cena em que Rachel aparece na trama da série. Na ocasião ela está fugindo de seu casamento, e procura uma amiga que morava em Nova Iorque para suporte.



Fonte: Diálogo referente ao primeiro episódio da primeira temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

Mais tarde, naquele mesmo episódio, com o apoio do seu novo grupo de amigos Rachel conversa com seu pai ao telefone e estabelece que não deseja mais seguir tendo as atitudes que sua família esperava, mas sim as que ela sonhava para si. Esse diálogo pode ser percebido na Figura 2, e é destacado como um dos principais momentos que evidenciam a atitude da personagem de assumir o controle de sua vida, deixando de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

aceitar ser guiada por expectativas e padrões, os quais atendeu por tanto tempo.

Figura 2: Diálogo entre Rachel e seu pai, no momento em que ela decide que não precisaria do dinheiro dele, considerando que a partir daquele momento passaria a tomar as suas próprias decisões.



Fonte: Diálogo referente ao primeiro episódio da primeira temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

Assim, graças a reviravolta vivenciada por Rachel em sua vida, ela percebe que é a partir daquele ponto que deveria ser responsável por todas as suas decisões, tanto pessoais, quanto financeiras. Esse momento tem seu ápice quando os amigos incentivam Rachel a cortar os cartões de crédito que possuía, considerando que o pagamento das faturas seria feito pelo seu pai e não por ela. Esse momento pode ser esclarecido na Figura 3, e se configura como algo muito importante para a vida da personagem, uma vez que é ali que se dá o início da reconstrução de sua identidade como mulher.

Deixar de receber a ajuda financeira do pai é algo muito significativo para Rachel, levando em conta não apenas o fato de ela estar acostumada a viver com muito conforto, mas também seu interesse por roupas e acessórios de marca. Por isso, o fato de abrir mão do conforto é difícil inicialmente. Porém, logo Rachel percebe que cortar as amarras que a prendem aos pais é essencial para ser independente, tanto financeira quanto pessoalmente. Assim, entra em um longo processo de autoconhecimento, o qual irá



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

culminar no momento em que percebe quais são realmente seus objetivos, anseios e desejos e, assim, começa a viver de forma a alcançá-los⁶.

Figura 3: Momento em que Rachel, com a ajuda dos amigos, se desfaz dos cartões de crédito que possuía.



Fonte: Diálogo referente ao primeiro episódio da primeira temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

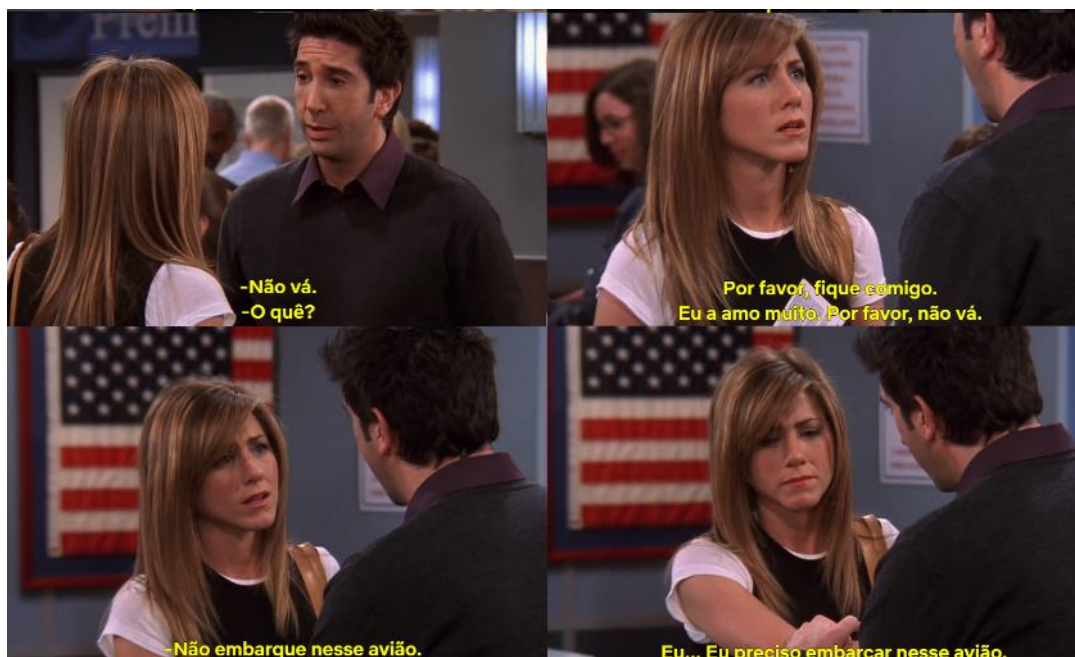
Após esse momento inicial da história, somos capazes de perceber que Rachel se torna uma mulher independente, e que, durante os 10 anos em que a trama de *Friends* é

⁶Durante as primeiras temporadas do seriado Rachel trabalha como garçonzete em uma cafeteria que seu grupo de amigos frequenta, mas mais tarde, movida pelo seu desejo de construir uma carreira profissional, ela decide mudar de emprego e passa a procurar oportunidades na área da moda. Assim, ela consegue seu primeiro emprego, o qual é a porta de entrada para oportunidades em empresas às quais a personagem admira muito, como *Bloomingdale's* e *Ralph Lauren*.



contada, encara a vida com muita coragem, deixando de se importar com os padrões que são esperados dela, focando somente naquelas questões que lhe são relevantes. Ao longo da história a personagem namora algumas pessoas, dentre elas Ross, um dos personagens pertencentes ao grupo de amigos que ela passa a fazer parte na primeira temporada. Porém, mesmo que tenha tido interesse amoroso em algumas pessoas ao longo dos anos, Rachel acaba não se casando, principalmente pelo fato de desejar focar em sua carreira profissional⁷ em detrimento da vida amorosa.

Figura 5: Ross pede que Rachel não se mude para Paris.



Fonte: Diálogo referente ao décimo sétimo episódio da décima temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

Dessa forma, graças ao esforço da personagem em seguir seu sonho profissional, ao final da décima temporada ela recebe uma ótima oferta de emprego em Paris. Ainda que esse seja a sua maior conquista profissional até então, esse fato acaba se tornando

⁷ Rachel e Ross terminam ao longo da segunda temporada de *Friends*, após aproximadamente 1 ano de relacionamento, e os motivos estão conectados ao fato de Ross se sentir esquecido enquanto a namorada cresce profissionalmente. Rachel não consegue ficar tranquila com essa questão, e acaba pedindo um tempo para si. Esse fato culmina no término do relacionamento dos personagens, que anos mais tarde, virão a ter uma filha, sem que estejam juntos novamente.



problemático para ela por diversas razões. Essas questões se dão principalmente pelo fato de que, caso aceitasse o emprego, Rachel moraria longe de Ross que, além de ser o pai de sua filha, é alguém por quem ela ainda tem um carinho muito grande⁸. Entretanto, ainda com todas essas questões a serem enfrentadas, a personagem decide seguir seu sonho profissional, e aceita a oferta de emprego.

Alguns dias após Rachel contar aos amigos que irá se mudar para outro país, mais especificamente na noite em que ela deveria fazer sua mudança, Ross, em uma última tentativa de fazer com que o relacionamento entre eles aconteça mais uma vez, vai até o aeroporto e pede para que a personagem não se mude, pois ele a ama e não gostaria de enfrentar tamanho obstáculo para que pudesse vê-la novamente. Rachel fica nervosa com a repentina declaração e, sem saber como reagir ao acontecimento, entra no avião de qualquer forma, decidida a realizar mais essa etapa de sua carreira profissional. Esse episódio mostra, mais uma vez, a importância que a personagem dá para a sua vida profissional e para a realização de seus sonhos, considerando que é visível que a ação de entrar no avião não acontece de forma fácil para ela.

A falta de reciprocidade de Rachel em relação à declaração de Ross faz com que ele, devastado, volte para seu apartamento de forma a tentar compreender e respeitar, as decisões dela. Nesse momento, o personagem percebe que possui uma mensagem não ouvida em sua secretária eletrônica e, enquanto escuta o conteúdo da mesma, toma conhecimento de que Rachel o telefonou de dentro do avião, para lhe dizer que se sente da mesma forma em relação a ele. Essa informação causa espanto e comoção no personagem, que fica extremamente confuso com o acontecido.

⁸ Nessa situação, é válido destacar o contexto em que a série estava inserida, no qual as distâncias não eram amenizadas por ferramentas como as que possuímos atualmente, por exemplo, as mídias sociais. Uma mudança para outro país, localizado em um continente diferente do seu de origem, significava algo ainda maior do que atualmente. Por isso, a mudança de Rachel para Paris ganha tanto destaque entre seu grupo de amigos, e principalmente para Ross, com quem Rachel tem uma filha de 3 anos.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 6: Momento em que Ross ouve a secretária eletrônica com a mensagem de Rachel.

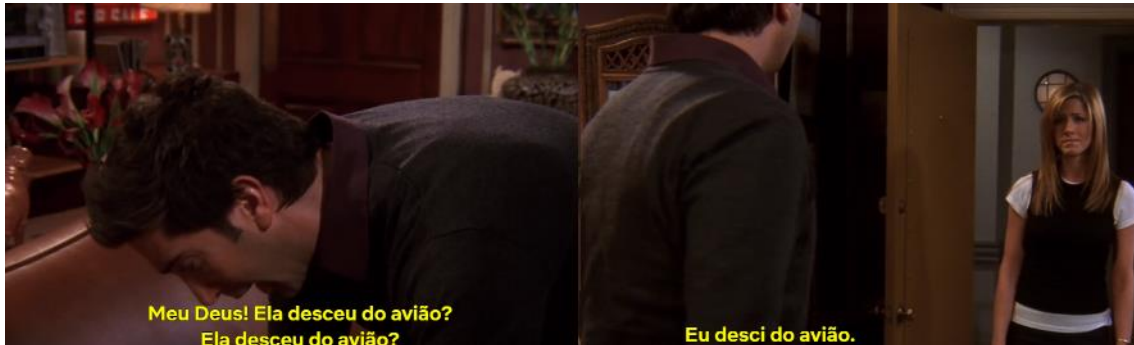


Fonte: Diálogo referente ao décimo sétimo episódio da décima temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

Ross, atordoado, ouve a mensagem deixada por Rachel, e tenta entender se ela conseguiu ou não sair do avião antes da decolagem. Nesse momento, a ligação se desliga no momento em que Rachel, insistentemente, pede para a comissária de bordo para que a permita deixar o avião. Antes que Ross tenha a oportunidade de ouvir o desfecho da situação, a ligação se encerra. Dessa forma, ele não consegue saber se Rachel realmente conseguiu sair do avião, até a cena seguinte, onde ela entra no apartamento de Ross, e diz a frase “eu saí do avião”. Nesse momento os personagens se abraçam e fica claro para o(a) espectador(a) que eles finalmente irão ficar juntos.



Figura 7: Cena em que Rachel chega na casa de Ross



Fonte: Diálogo referente ao décimo sétimo episódio da décima temporada do seriado. Os direitos da imagem pertencem a rede NBC de televisão.

A cena do reconciliamento de Rachel e Ross demonstra ao espectador(a) a ideia de que Rachel é uma mulher que, graças às batalhas que viveu ao longo de sua vida, é livre para escolher o destino que desejar para si. Após muito tempo priorizando seus desejos em relação à sua carreira, tendo alcançado grande parte dos seus objetivos em relação a isso, ao final da trama, fica evidente que uma nova prioridade passa a fazer parte da vida da personagem. Dessa forma, *Friends* deixa clara a posição de que as mulheres devem ter o direito de escolher aquilo que as fizer felizes, sem que sejam julgadas por isso.

Considerações Finais

Ao longo do seriado, devido às decisões que tomou desde o início da trama, Rachel se torna uma mulher independente, que prioriza seus objetivos profissionais em detrimento de outras instâncias de sua vida. Graças a isso, durante este processo, grandes oportunidades de crescimento e desenvolvimento surgem para a ela, que não hesita em aproveitá-las em momento nenhum, alcançando, dessa forma, cargos de sucesso na área em que decidiu atuar profissionalmente. Porém, ainda que todas essas decisões tenham sido tomadas por ela ao longo do tempo, Rachel não é uma pessoa com interesses unicamente voltados para a sua vida profissional, ainda que por muito tempo tenha priorizado essa questão.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Diante de tudo isso, é importante ressaltar aqui, a ideia de que o feminismo é um movimento que busca dar às mulheres direito de escolha sobre suas vidas. Ou seja, elas devem ser livres para tomar as decisões que desejarem, sem que sejam julgadas e condenadas por isso. Essa imagem é apresentada em *Friends*, através da representação de Rachel, tanto no começo da trama, quando ela não aceita se casar com alguém apenas por conveniência e decide abandonar sua antiga vida para focar em sua carreira, quanto no momento final do seriado, quando ela não hesita em desistir do emprego que desejava em prol de estar com quem ela amava.

Dessa forma, a série mostra, que, ao desistir do emprego dos sonhos em Paris, e ir em busca do relacionamento que ela desejava, Rachel se torna uma mulher empoderada, com a consciência de que pode e deve seguir a vida que desejar, sem que precise corresponder a nenhum padrão: nem aquele que espera que ela se case com alguém que não ama, e nem aquele que espera que ela vá em busca de determinado emprego, ainda que isso signifique que ela desista de outros sonhos que possui para si. Assim, Rachel é finalmente dona de sua própria vida, e tem consciência de sua liberdade para tomar suas decisões.

Ainda que possa ser visto de forma problemática o fato de Rachel ter deixado de lado seus objetivos profissionais em detrimento de sua vida amorosa, é necessária que exista a compreensão de que hoje as mulheres desempenham inúmeros papéis e fogem dos padrões socialmente impostos. Aqui, a questão latente, é que não se deve esperar nenhum papel específico da mulher, considerando, novamente, a questão de que o feminismo se trata do direito de escolha, e não do cumprimento de determinados papéis, sejam eles conectados às instâncias da família, sejam eles conectados às instâncias profissionais.

Referências bibliográficas

RIBEIRO, Regiane; MORESCO, Marcielly Cristina; O Conceito De Identidade Nos Estudos Culturais Britânicos e Latino-americanos: Um Resgate Teórico. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, 2015.

CASSETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. **Análisis de la televisión: instrumentos**,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Paidós, 1999

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. Boitempo Editora, São Paulo, SP, Brasil. 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Uma Introdução aos Estudos Culturais**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, 1998.

GALVÃO, Danielle P. **Os nerds ganham poder e invadem a TV**. 2009

BARROS, Janaina; SILVEIRA, Ada Cristina M; **Best Seller: Harry Potter e a mídia do livro**. 2012

MACDONALD, Myra. **Representing Woman**. 1995

RUBIN, Gayle. **Tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan; **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista **Educação e realidade**, Volume 20, n. 2, Julho/Dezembro. EDITORA: Porto Alegre, p. 71-99, 1995.

CERETTA, Fernanda Manzo. **Novas modalidades de sitcom e o fenômeno confessional**. Sessões do Imaginário, v. 19, n. 31, p. 51-58, 2014.

FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael; PAIVA, Raquel. **Rio de Janeiro: estereótipos e representações midiáticas**. In: E-Compós. 2004.



Gênero e sexualidade nos discursos de ícones lésbicos e bissexuais da MPB

Adélia S. Procópio¹
Mara C. S. Lago²
Vânia B. Müller³

Resumo: O texto apresenta o projeto que está norteando uma pesquisa, em andamento, que visa estudar os discursos de gênero e sexualidade nas carreiras de ícones lésbicos e bissexuais da música popular brasileira (MPB), no período de 1990 a 2017. O objetivo geral é analisar os discursos de gênero nas carreiras artísticas de ícones lésbicos e bissexuais da MPB. Os objetivos específicos são: a) analisar, dentro do repertório musical composto ou interpretado, os discursos sobre gênero e sexualidade; b) analisar os discursos de gênero e sexualidade na performance vocal, corporal e cênica dessas cantoras; c) analisar o posicionamento público sobre gênero e sexualidade dessas artistas, em especial, quanto à visibilidade lésbica e bissexual. Em termos metodológicos, nos utilizamos da Análise do Discurso, de orientação da escola francesa e também de teorizações de Foucault (1996; 2008) acerca do funcionamento do discurso e de sua abordagem. O referencial teórico inclui perspectivas que entendem a música como fenômeno social e constituído e constituinte das relações de gênero e sexualidade (RUIZ, 2012; MARTÍ 1999; PREVOST e RAVET, 2007; MELLO, 2007). Nesse texto ainda não são apresentados resultados da pesquisa.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; música; lésbicas; bissexuais.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada visa estudar os discursos de gênero e sexualidade, em termos de discurso musical, performance artística e declarações públicas, as carreiras de ícones lésbicos e bissexuais da MPB no período de 1990 a 2017.

Consideramos como ícones lésbicos ou bissexuais cantoras, que são também compositoras e/ou instrumentistas, notoriamente lésbicas ou bissexuais (Rodrigo FAOUR, 2006) e que declaram, ou não ocultam, sua orientação sexual. No recorte para a

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. E-mail: adeliasprocopio@hotmail.com

² Doutora em Psicologia da Educação, professora emérita da UFSC. E-mail: maralago7@gmail.com

³ Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas, professora da UDESC. E-mail: vabem@yahoo.com.br



pesquisa proposta, selecionei parte das cantoras que iniciaram suas carreiras ou que se tornaram consagradas pelo público ou crítica a partir da década de 90. Nesse contexto, ocorreu o crescimento dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e da visibilidade das questões que envolvem a temática das homossexualidades e da multiplicidade das expressões e identidades de gênero no Brasil (Regina FACCHINI, 2009). Nos anos 90 também houve a consolidação do campo de estudos feministas e de gênero no país (Miriam GROSSI, 2004). Além disso, naquele momento, também em muitos outros países ocidentais, iniciaram-se os chamados estudos lésbicos e gays da música, mostrando a presença de pessoas não heterossexuais nesse meio e as estratégias que sustentam sua invisibilidade na música. Philip Brett e Elizabeth Wood (2002) relacionam essas perspectivas ao impacto que o movimento feminista teve, desde os anos 60, sobre a visibilidade das lésbicas; ao movimento “música de mulheres” e o estudo das mulheres na música; e ao desenvolvimento dos estudos sobre sexualidade.

A participação e visibilidade das mulheres na música no Brasil ocorreu lentamente e por meio de conflitos e muitas dificuldades. Para cantoras e compositoras, somente a partir dos anos 60 a conjugação do feminismo com a contracultura significou uma mudança significativa. Assim, as mulheres passaram a abordar temas que não eram recorrentes na música popular anteriormente, quando o nosso cancionário era composto principalmente por homens (Ana Luiza MARTINS, 2012). De acordo com Rafael Noleto (2012), muitas cantoras de MPB contribuíram para a construção de novos modelos de feminilidade no Brasil. Já a presença da referência lésbica na MPB, ocorre gradualmente a partir dos anos 70, com o surgimento de canções com temática lésbica, implícita ou explícita, e com a emergência de cantoras vistas pelo público como lésbicas ou bissexuais (FAOUR, 2006). Porém, a maioria dessas artistas não se declarava publicamente dessa forma. Isso começa a mudar nos anos 80. Mas é a partir dos anos 90 que surge um número expressivo de cantoras da MPB que se colocam publicamente como lésbicas ou bissexuais.

A problematização da pesquisa surgiu a partir do contato com estudos sob influência de epistemologias feministas, principalmente, que criticam a noção tradicional da autonomia do campo musical, incluindo a noção de uma música em si, ou absoluta, e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

da independência individual da/o artista e de sua obra, no que se refere às relações sociais (Liliana SEGNINI, 2011). Essa tradição invisibilizava e até interditava a participação das mulheres no campo musical. Além disso, essa tradição se ligava a um ideal de sujeito universal, branco e heterossexual. As novas abordagens sobre música a consideram como marcada socialmente (Maria Ignez C. MELLO, 2007; Pilar RAMOS, 2010). Constata-se, ainda, a importância da música nos processos identitários e na transformação das relações de gênero e sexualidade (BRETT; WOOD, 2002).

A música popular no Brasil é vista como essencialmente lésbica (FAOUR, 2006). Desde o final da primeira metade do século XX, houve cantoras apontadas pela opinião pública como lésbicas, como Aracy de Almeida e Dora Lopes. Em matérias de jornais ou revistas sobre celebridades musicais, e mesmo em reportagens da crítica musical, é frequente a associação entre lesbianidade e MPB. Um exemplo disso é uma matéria da revista *Veja* com o título “*As divas vitaminadas: com letras românticas e baladas ternas, intérpretes como Adriana Calcanhotto e Ana Carolina conquistam o público lésbico*”. Isso ocorre também em programas de humor, em que lésbicas frequentemente são caracterizadas com cabelos volumosos e compridos, tocando violão e cantando MPB. São muito comuns matérias televisivas ou em meios “virtuais” ou impressos especulações e fofocas acerca da sexualidade dessas cantoras. Declarações públicas das cantoras acerca de sua vida amorosa costumam ser bastante exploradas pela mídia.

Essa associação ocorre também em espaços de sociabilidade/mobilização lésbica. Em redes sociais virtuais e espaços físicos de interação lésbicos, me pareceu que cantoras lésbicas e bissexuais desempenham um papel importante nos processos identitários e na constituição de uma rede de sociabilidade lésbica. Outra questão bastante citada, é que nas músicas cantadas por elas há a presença do amor lésbico, representando suas próprias vivências.

Embora reconheça a importância das cantoras e compositoras da MPB consideradas lésbicas e pioneiras na abordagem da homossexualidade feminina, bem como transgressoras de padrões de feminilidade, como Gal Costa, Maria Bethânia, Leci Brandão, Ângela Ro Ro, Marina Lima, Simone, entre outras, o foco da pesquisa proposta neste projeto são os ícones lésbicos e bissexuais que despontaram nos anos 90 e que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mantêm papel de destaque até os dias atuais. Considero que os nomes desse grupo com maior projeção sejam: Cássia Eller, Ana Carolina, Zélia Duncan, Adriana Calcanhoto, Isabella Taviani, Ellen Oléria e Maria Gadú. Essas artistas são consagradas pela opinião pública, apresentando níveis diferenciados de sucesso profissional – que se expressa no reconhecimento da crítica, da presença na mídia, no número de fãs, na vendagem de discos, na realização de shows, entre outros.

A razão para a escolha desses nomes é que essas artistas ganharam projeção em um contexto político de maior emancipação e visibilidade homossexual. Além disso, são os nomes mais citados nas redes de sociabilidade lésbica, seja nos espaços físicos de interação, nas redes sociais, nos *sites* e *blogs* sobre cultura lésbica, nas páginas de fãs, entre outros. Também são as cantoras que mais fazem sucesso entre uma geração, incluindo homossexuais e heterossexuais, que acompanhou e vivenciou as mudanças ocorridas no país dos anos 90 em diante. Isso é percebido também nas referências da mídia. A partir de pesquisas exploratórias, consideramos que a presença da referência a relações afetivo-sexuais entre mulheres, bem como a subversão dos padrões tradicionais de gênero e sexualidade nas canções que interpretam e/ou compõem é outra característica. Percebemos ainda que elas apresentam, de forma geral, performances de gênero e artísticas, incluindo construções do corpo, o vestuário, o uso da voz, a relação com instrumentos musicais, que destoam dos padrões vigentes de feminilidade (Rafael NOLETO, 2012).

Quanto à justificativa da pesquisa, levamos em conta que trabalhos no campo da música e das ciências humanas revelam que a música pode proporcionar a constituição de subjetividades, de agência e produção de diferenças pelos sujeitos envolvidos (Vânia MÜLLER, 2008). Assim, estudar questões musicais pode ser uma forma privilegiada para a compreensão de relações sociais. Pesquisas sobre gênero e sexualidade no campo musical ainda são recentes e escassas. Mas boa parte delas indicam que o universo musical tem sido um domínio predominantemente masculino. Dessa forma, é relevante registrar e visibilizar os espaços de ação das mulheres nas diversas atividades e contextos musicais (Helena BRAGA, 2012), levando em conta seu potencial subversivo e sua contribuição na construção das identidades coletivas, revelando a sua participação como



um agente efetivo de transformação por meio da música (Laila ROSA, et al, 2013).

Recentemente, talvez nos últimos cinco anos, tem ocorrido o que muitas/os consideram como uma explosão da sexualidade e do gênero na música brasileira. Mesmo antes desse contexto, diferentemente de outros segmentos sociais chamados de “minorias” – como as mulheres heterossexuais negras, por exemplo – cantoras lésbicas e bissexuais parecem ter visibilidade e prestígio na MPB. Certamente essas cantoras enfrentam dificuldades e interditos por serem mulheres, algumas por serem negras e por serem lésbicas e bissexuais. Mas a MPB parece ser um espaço de poder e resistência para elas. O que é incomum em outros campos, mesmo para atrizes, esportistas, etc.

Segundo Adrienne Rich (2010), a existência lésbica tem sido apagada da história, ao retirá-la de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade, incluindo boa parte da literatura acadêmica, o que não é apenas antilésbico, mas também antifeminista. Assim, o estudo proposto pretende contribuir para o aumento da visibilidade lésbica no campo das ciências humanas, notadamente nas abordagens que tomam o campo musical como objeto. É importante estudar como o gênero, articulado à sexualidade, e a outros marcadores como raça/etnia, classe, geração, produzem performances e discursos musicais específicos e estudar propostas musicais que questionem e rompam com padrões culturais e artísticos sexistas e heteronormativos (ROSA, et al, 2013).

Referencial teórico

Para Josep Martí (1999), o mundo musical é epistêmico, ou seja, é um meio e fonte de conhecimento e, portanto, forjador de realidades sociais. As abordagens das ciências humanas e da musicologia de inspiração interdisciplinar consideram o fato musical como um fenômeno social. Para compreender o significado do discurso musical de uma época é preciso analisar os aspectos sociais que cercam a música. Por sociais Jaime Ruiz (2012) compreende variáveis estrutural-posicionais (classe social, sexo), relacionais (redes sociais, padrões de interação) ou culturais (valores, símbolos). Assim, o que interessa não é a própria música, mas a relação que esta cria entre o indivíduo e a sociedade. A partir de um ponto de vista que prioriza a dimensão social, é preciso



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

examinar quais são as formas essenciais da atividade musical em um tipo de sociedade e em um determinado momento, e quais são os grupos sociais específicos que se reúnem em torno de uma forma musical concreta (RUIZ, 2012). Sendo a música essencialmente social, o tipo de música que uma/um artista pode tocar ou cantar e até que ponto suas inovações podem ir dependem da estrutura social (Norbert ELIAS, 1995). A perspectiva que enfatiza os elementos sociais na música e depõe contra sua autonomia estética está presente desde as primeiras abordagens sociológicas do fenômeno musical. Max Weber (1995), por exemplo, não considerava o valor estético da música, mas sim os diversos condicionamentos entre música e sociedade.

O universo musical, tanto no que concerne à produção quanto aos estudos sobre estas produções, tem sido, por longo tempo, uma prerrogativa masculina. Contudo, nas últimas décadas, pesquisas originadas no campo dos estudos culturais, da sociologia, da antropologia, da musicologia e da história têm mostrado novos caminhos para se pensar o trajeto feminino ao longo das transformações que permeiam a música ocidental, bem como as implicações que as relações de gênero têm sobre a política e a produção musical mundial (MELLO, 2007). Mello (2007) revela que pesquisas sobre música e gênero tiveram maior abrangência no âmbito anglo-saxão, que foi o espaço de precursoras/es na abordagem deste assunto nos anos 80. Nos anos 90, ganha força a corrente chamada nova musicologia, que apesar de incluir estudos de orientações diversas, tem como ponto de encontro a forte virada para a sociologia. Autoras como Susan McClary, Marcia Citron e Suzanne G. Cusick levantaram os primeiros debates sobre as metáforas de gênero no código musical, mostrando como convenções e construções retóricas da teoria e análise musical podem estar repletas de metáforas sexuais construídas a partir de impressões que refletem majoritariamente o modelo de masculinidade. Além disso, procuraram perceber pontos diferenciais nas estruturas e elaborações de composições, arranjos e interpretações em atividades femininas, a fim de revelar como as mulheres encontram mecanismos para expressar sua subjetividade em um sistema musical construído sobre o domínio patriarcal (RAMOS, 2010).

Por muito tempo, a musicologia escreveu um discurso centrado em parâmetros pretensamente universais, que priorizam determinados aspectos: culto à música escrita,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

hegemonia de grandes gênios compositores, instauração de um cânone internacional centrado em uma cultura ocidental, de classe média-alta, branca e masculina. A partir dos anos 90, estudos construtivistas, em particular, estão preocupados em mostrar as maneiras pelas quais a música conforma estereótipos, processos de diferenciação e resistência, tal como o gênero conforma o discurso, os gestos e os significados musicais (CASCUDO; AGUILAR-RANCEL, 2013).

De acordo com Cécile Prevost e Hyacinthe Ravet (2007), a análise da divisão sexual do trabalho musical para o conjunto das áreas da música, eruditas ou populares, revela a existência de um duplo fenômeno de segregação: um horizontal, que restringe as mulheres a determinadas atividades e certos repertórios, em especial para o canto; esta forma de segregação se afirma fortemente nas áreas da música popular. O outro, vertical, impede o acesso das mulheres a funções de direção (chefe de orquestra, líderes de grupos mistos etc.) e para os postos melhor remunerados, além das orquestras mais prestigiosas; esta forma é mais acentuada no universo do erudito (Hyacinthe RAVET, 2003). Segnini (2011) afirma que as mulheres informam as dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional, quer seja na música erudita ou popular. Isso mostra que o gênero importa na produção artística. O gênero estrutura o olhar, as relações e o conhecimento artístico. É uma categoria relevante de análise artística e sociocultural, e é inextricável e constitutivo de outras categorias analíticas (Eliana ÁVILA, 2012).

A participação das mulheres na música no Brasil se fez muito restrita até o século XIX, e só gradativamente se ampliou ao longo do século seguinte. Isso se deu por meio de conflitos e contradições, com paralelo na luta feminista em prol da conquista de direitos para as mulheres (Vanda FREIRE; Angela PORTELA, 2013). Com relação à canção popular, o ingresso das mulheres nesse campo foi muito difícil e acompanhado de profundas suspeitas sobre a “integridade moral” das que se aventuraram. O caminho para a composição feminina no Brasil foi árduo e lento, e a percepção das diferenças de gênero, em especial, na construção de um eu feminino diferenciado do discurso masculino, também foi gradual. A crítica frequentemente não reconhece a existência de compositoras brasileiras (Ana Carolina MURGEL 2007). Apesar da invisibilidade histórica, houve importantes compositoras brasileiras na primeira metade do século XX. Em todos os



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

novos movimentos estéticos da canção as mulheres se fizeram presentes, no início apenas como intérpretes, e mais tarde também como criadoras (MARTINS, 2012).

É necessário lembrar que o regime de domesticação e normatização imposto a muitas mulheres foi profundamente marcado pela nítida distinção de papéis masculinos e femininos. Até a década de 1960, entre os modelos de mãe e assexuada e de seu oposto, a prostituta ameaçadora, poucos espaços foram deixados para as mulheres. A grande mudança veio com a contracultura e o conseqüente questionamento dos costumes estabelecidos, que teve, no Brasil, sua melhor representação na Tropicália, no final dos anos 1960, e na poesia jovem dos anos 1970. Nesse contexto, o Brasil, assim como grande parte do mundo, passava por transformações buscadas pela luta dos movimentos feministas, o que trouxe ganhos para muitas mulheres⁴ e impactou a MPB. O feminismo dessa época fazia parte dos movimentos libertários que surgiram no final da década de 60. A década de 70 foi também um período importante para a participação das mulheres no samba, quando Alcione, Beth Carvalho e Clara Nunes reinaram nesse campo (Magalli LIMA, 2016). Foi pelo samba também que, mesmo antes dos anos 70, importantes cantoras, como Aracy de Almeida, Elza Soares e Leci Brandão, obtiveram projeção. Estas são cantoras negras que conseguiram resistir aos interditos criados pelo racismo na MPB, onde a maior parte das mulheres que obtiveram (e ainda obtém) destaque são brancas.

A partir do início dos anos 70, não somente a participação de mulheres se tornou mais intensa na música popular brasileira, como também essas cancionistas passaram a responder, em todos os quesitos, pelo seu trabalho artístico: a composição, o canto, o acompanhamento instrumental, a produção do espetáculo musical e do disco. Ao mesmo tempo, as compositoras começaram a escrever canções que abordavam as condições das mulheres, o que não ocorria, geralmente, em composições masculinas. Já o nascimento do pop-rock no Brasil, que dominou a década de 80, veio pelas mãos de Marina Lima.

⁴Ressalte-se que nesse contexto, as mudanças que ocorreram a partir do final dos anos 60 não atingiram todas as mulheres da mesma forma. De acordo com Sueli Carneiro (2003), embora a luta feminista tenha alcançado grandes avanços, não conseguiu dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam melhorias para as mulheres negras. Para a autora, as mulheres negras sempre trabalharam, nas lavours ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas e entraram no mercado de trabalho maciçamente pelo serviço doméstico. Além disso, foram esterilizadas em massa, fixadas a categorias específicas como a mulata e a empregada doméstica, nesse mesmo contexto que é chamado de “liberação feminina”.



Nessa época, esta cantora não só contestou o discurso sobre o corpo feminino como, apropriando-se de canções masculinas, transformou-as em referências para lésbicas (MARTINS, 2012).

Diante dessa história, é relevante mostrar como as mulheres se reescrevem a partir da canção popular, mostrando que são elas que devem e podem dizer quem são. De acordo com Noleto (2014), muitas cantoras da MPB contribuíram para a construção de um novo modelo feminino no Brasil. A partir da influência dessas cantoras, as mulheres foram encorajadas a ter referências culturais plurais para construir sua identidade visual, sendo estimuladas a expor as suas sexualidades e a assumir relacionamentos não convencionais e, em muitos casos, lésbicos. Antes dessa época, cantoras vistas pelo público como lésbicas, como Aracy de Almeida e Dora Lopes, não publicizavam suas orientações sexuais.

Quanto à história da presença da lesbianidade na MPB, com a gradual mudança nos costumes, lentamente aparecem músicas brasileiras especificamente inspiradas no amor lésbico, nos anos 70. Nessa época, Ângela Ro Ro iniciava uma carreira de sucesso com composições autorais, fazendo referências mais explícitas à vivência homossexual (FAOUR, 2006). Antes dela, Leci Brandão declarava-se publicamente como lésbica e fazia da sua música militância quanto a questões de raça, gênero, classe social e sexualidade. Nos anos 80, cantoras vistas pelo público como lésbicas ou bissexuais, como Joanna, Zizi Possi, Leila Pinheiro e Simone, evitavam falar sobre sua sexualidade. Contudo, muitas delas gravaram canções de temática lésbica, ou deram um sentido lésbico a canções feitas sem essa intenção a partir de suas interpretações. A partir dos anos 90, surgem muitas cantoras tidas por lésbicas ou bissexuais, a maioria das quais se posiciona publicamente dessa forma.

Para Thalita Moreira (2012), tanto a música quanto o gênero e a sexualidade são passíveis de transformação ao contato mútuo. A autora parte do pressuposto de que a música é uma instância mais de participação do que de representação. A música pode ser entendida não como a expressão de uma sexualidade pré-moldada ou definida, mas como constitutiva do processo de identificação sexual. Dessa forma, a música pode ser vista enquanto potência criadora, desencadeadora da construção e da desconstrução sexual.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Nesse sentido, para Martin Stokes (1994, apud MÜLLER, 2008), a performance musical tem sido vista cada vez mais como um espaço no qual significados são gerados e não simplesmente refletidos. Quando se abordam em conjunto as instâncias de música, gênero e sexualidade, e para que sejam concebidas como passíveis de interação, a concepção de gênero adotada necessita denotar algo de fluido, contrária à ideia de fixidez, possível de ser desestabilizada, a fim de abarcar essa potencialidade de criação, transformação, trazida com a música, operada por meio dela, como é o caso das concepções acerca de gênero e sexualidade de Butler (2003).

Para Judith Butler (2003), tanto o sexo quanto o gênero são construídos a partir de significações dadas pelas relações de poder – compreendidas sob a ótica de Foucault (2005), na qual o poder não está personificado num sujeito metafísico anterior ao humano, mas é compreendido como um complexo de relações que são responsáveis pela emergência e viabilidade dos sujeitos. Butler (2003) utiliza o conceito de matriz heterossexual para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Trata-se do modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, ao qual corresponde um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. Para a autora, o gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido. Mas atos e gestos seriam performáticos, no sentido em que a essência ou a identidade que supostamente expressam, são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero e as normas reguladoras do sexo.

Partindo dessa concepção sobre gênero e sexualidade, diversas/os autoras/es procuraram relacioná-las à produção e à vivência musical. Na proposta de uma musicologia corporificada e gendrada, como nos oferecem Cusick (2009), o corpo, a identidade de gênero, raça e sexualidade estão no processo criativo como parte dele. As



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

performances gendradas em relação à produção artística e o uso da produção artística para representar gênero são relevantes. A música pode estar diretamente afetada pelas relações de gênero e sexualidade, seja reproduzindo ou contestando modelos e costumes vigentes (BRETT; WOOD, 2002).

Tratando da homossexualidade na música, Brett e Wood (2002) afirmam que historicamente a música fornece um refúgio para homossexuais, sobretudo as/os enrustidas/os ou discretas/os. Para o autor e a autora, é comum a suposição de uma conexão entre musicalidade e homossexualidade. No entanto, as crenças negativas ou equivocadas sobre a homossexualidade, aliadas a escândalos relativos às vidas pessoais de lésbicas e gays, exacerbaram um clima no qual não era possível reconhecer nem a presença destas/es na música, nem suas contribuições. O privilégio de expressar livremente o desejo e outros sentimentos na música, um salva-vidas para aquelas/es cujas emoções básicas são invalidadas, segundo Brett e Wood (2002), parece ter levado a um acordo tácito com a preservação do *status quo*. Embora muitas lésbicas e gays sejam artistas musicais, o mundo da música tem tardado em demonstrar qualquer oposição explícita à ordem heteronormativa. A maioria das/os homossexuais na música não confrontou a opressão. No entanto, muitas/os musicistas e músicos homossexuais combinaram adequação à opressão com alguma forma de protesto. Aspectos da arte e da autoapresentação dessas/es artistas podem ser lidos como sinal tanto de uma acomodação ao enruste quanto de sua subversão.

Segundo Brett e Wood (2002), “assumir-se” tem sido a ação política mais efetiva desde os anos 70. A partir dessa década, lésbicas, gays começaram a encontrar meios de dar expressão musical a suas sexualidades de várias formas interessantes, frequentemente através de uma reinterpretação radical de um gênero ou de uma instituição musical existente. Épocas anteriores exigiram táticas diferentes. Um exemplo disso é o uso na música de um código a ser decifrado pelas/os entendedoras/es homossexuais, que passa despercebido pelas/os outras/os. Assim, há espaço para explorar como a experiência social de estar comprometida/o com relações eróticas com pessoas do mesmo sexo/gênero possa afetar o discurso musical.

Noletto (2014), por sua vez, sugere que a influência que determinadas/os artistas



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

da música possuem sobre seu público interfere na construção de suas performances de gênero (BUTLER, 2003). O uso performático do corpo e da voz de artistas pode ser um recurso contestatório da ordem moral e da configuração política que se constrói a partir desta. Tratando também de cantoras que são ícones para um público homossexual, Noleto (2012) afirma que elas são catalisadoras de relações, pois potencializam a afetividade, a ocupação dos espaços urbanos, a produção de performances e processos de performatividade de gênero, os desafetos, as superações pessoais, a busca por conhecimento musical, a experiência estética e outros acontecimentos que produzem significado para a vida em sociedade. O autor sugere ainda que a identidade musical é também produzida entre os sujeitos na interação homossexual como uma forma de positivar suas identidades sexuais num contexto social mais amplo. Nesse sentido, para Noleto (2012), não é o gosto musical que é relevante. O que está em jogo é a forma de valorizar certos atributos percebidos nas performances dessas artistas, o que mostra que a sexualidade é um marcador capaz de orientar a percepção do acontecimento artístico. Há uma identificação entre fã e cantora pautada na não conformidade aos padrões hegemônicos de comportamento, simbolizados por figurinos ousados, letras de canções homoafetivas e pelo destaque dado ao exercício de uma sexualidade não reprodutiva.

Definição do objeto

Partimos do confronto de abordagens teóricas e estudos atuais nas ciências humanas sobre música – principalmente na relação desta com gênero e sexualidade – com as noções tradicionais da autonomia do campo musical, incluindo a autonomia de produção e estética e a independência da/o artista. As abordagens informadas por epistemologias feministas, em especial, procuram desconstruir esse paradigma e mostrar que a música é identitária e inserida em relações sociais, no sentido de depender delas e de transformá-las. Essas novas abordagens procuram romper com a invisibilidade das mulheres no campo da música e explicitar os marcadores de gênero, sexualidade, raça, classe, geração, entre outros, que permeiam a produção e consumo da música. Além disso, consideramos a intensificação das transformações das relações de gênero e sexualidade no final do século XX, especialmente a partir dos anos 90, fruto de transformações sociais



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mais amplas e da atuação dos movimentos feministas e LGBT. A partir desse momento, a música popular brasileira parece estar cada vez mais politizada, sobretudo no que concerne às questões raciais, de gênero e sexualidade. Nesse contexto, cantoras tidas por lésbicas e bissexuais ganham destaque na MPB, com músicas e posturas inovadoras. Assim, é possível questionar em que medida as carreiras dessas artistas são construídas a partir das transformações das relações de gênero e sexualidade, como as expressam e como transformam essas mesmas relações.

Dessa forma, diante dos fatos e elementos teóricos apresentados, coloca-se o seguinte problema: quais são e como se configuram os discursos de gênero e sexualidade que se expressam nas e constituem as carreiras dos ícones lésbicos e bissexuais da MPB de 1990 a 2017?

Supomos que as performances de gênero dos ícones lésbicos e bissexuais da MPB – constituídas por e constituintes do processo social de performatividade de gênero (BUTLER, 2003) – também constroem suas performances artísticas. Assim, buscaremos analisar as performances musicais e de gênero, na forma em que se constituem mutuamente e se relacionam às sexualidades das cantoras selecionadas, em especial, no que toca à visibilidade lésbica e bissexual. O objetivo é compreender o que essas cantoras da MPB cantam/dizem/fazem sobre gênero e sexualidade, e como o realizam, com suas músicas, declarações e performances. Procuramos compreender como discursos de gênero e sexualidade são associados às carreiras artísticas dessas cantoras.

O objetivo geral da pesquisa é: analisar os discursos de gênero e sexualidade nas carreiras artísticas de ícones lésbicos e bissexuais da MPB. Os objetivos específicos são: a) analisar, dentro do repertório musical composto ou interpretado, os discursos sobre gênero e sexualidade; b) analisar os discursos de gênero e sexualidade na performance vocal, corporal e cênica dessas cantoras; c) analisar o posicionamento público sobre gênero e sexualidade dessas artistas, em especial, quanto à visibilidade lésbica e bissexual.

Orientações epistemológicas, métodos e técnicas de pesquisa e análise

A pesquisa proposta é informada por epistemologias feministas. Isso se traduz na



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

forma de produzir conhecimentos. Nessa perspectiva, é importante fomentar uma reflexão politizada feminista e antilesbofóbica na pesquisa, buscando ressaltar as vivências e realizações de mulheres e discutir as relações de gênero e poder, rompendo, assim, com determinadas zonas de silenciamento (Laila ROSA, et al, 2013).

No projeto desta pesquisa, propomos uma abordagem interdisciplinar, integrando referenciais teóricos e metodológicos das áreas de antropologia, sociologia, letras, musicologia, etnomusicologia, história e filosofia. Pilar Ramos (2010) sugere a interdisciplinaridade como uma das vias privilegiadas e essenciais para se estudar relações de gênero e sexualidades, sobretudo na música. A “interdisciplinaridade não configura uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos” (MINAYO, 2010, p. 437, apud GARCIA JR e VERDI, 2015).

Em termos metodológicos, na pesquisa proposta nos utilizamos da Análise do Discurso (AD), de orientação da escola francesa, em especial Michel Pêcheux e na leitura de sua obra feita por Eni Orlandi, e também de teorizações de Michel Foucault acerca do funcionamento do discurso e de sua abordagem.

De acordo com Foucault (1996), estudar os discursos é desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam; procurar, não as representações que estão por trás deles, mas suas estratégias e os procedimentos pelos quais são instaurados, os interesses a que servem, expor os mecanismos pelos quais operam, a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação destes por certas categorias de sujeitos.

A Análise do Discurso (AD) visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, descrevendo as condições sócio-históricas e ideológicas do surgimento destes. Para a AD, o que importa não é “o quê” é dito (ou escrito, cantado, etc.), mas o “como”. (Eni ORLANDI, 2015). Para Michel Pêcheux (2015), o contato do histórico com o linguístico constitui a materialidade específica do discurso. Segundo o autor, os acontecimentos discursivos ocorrem ou não segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses acontecimentos. Assim, a AD tem como objeto explicitar montagens e arranjos sócio-históricos de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

constelações de enunciados. Todo discurso se relaciona com outros. Na abordagem do discurso a/o analista “observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, [...] deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o que ali está dito.” (ORLANDI, 2015, p. 43).

Quanto aos procedimentos e corpus de pesquisa, estão sendo selecionadas letras de canções, compostas ou interpretadas, pelas cantoras escolhidas. Também estão sendo levantadas reportagens sobre as cantoras e entrevistas por elas concedidas a jornais e revistas, postagens nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram, textos escritos por essas cantoras para colunas de jornais, livros escritos por elas, textos de seus *sites* artísticos, fotos em revistas, encartes e capas de discos. Também está sendo pesquisado material em vídeo, como shows, participações em programas televisivos em DVD e no YouTube. Além disso, está sendo feita uma caracterização das cantoras em termos étnico-raciais, geracionais, de classe social e dos fatos biográficos mais relevantes, tendo em vista uma perspectiva interseccional.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Eliana de S. A ecocrítica queer de Elizabeth Bishop no Bras/zil. **Gragoatá**. Niterói, n. 33, 2. sem. 2012, p. 255-271.

BRAGA, Helena Lopes. Para a história da invisibilidade lésbica na musicologia – Francine Benoit. **LES Online**, v. 4, n. 1, 2012.

BRETT, Philip; WOOD, Elizabeth. Música lésbica e guei. **Revista Eletrônica de Musicologia**. v. VII, Curitiba: UFPR, dezembro de 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP/IEA, 17 (49), 2003.

CASCUDO, Teresa; AGUILAR-RANCEL, Miguel A. Género, musicología histórica y el elefante en la habitación. In: NOGUEIRA, Isabel P.; FONSECA, Susan C. (orgs) **Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas**. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013, p.27-55.

CUSICK, Suzanne G. Gênero e música barroca. **Per Musi**, n.20, 2009, p.7-15.



ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2009, p. 131-158.

FAOUR, Rodrigo. **História sexual da MPB**: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. RJ: Edições Graal, 2005.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Vanda; PORTELA, Angela. Mulheres compositoras, da invisibilidade à projeção internacional. In: NOGUEIRA, Isabel P.; FONSECA, Susan C. (orgs) **Estudos de gênero, corpo e música: abordagens metodológicas**. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013, p. 279-302.

GARCIA JR, Carlos Alberto Severo; VERDI, Marta Inês Machado. Interdisciplinaridade e complexidade: uma construção em ciências humanas. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v.12, n.2, p.01-17, Jul-Dez. 2015.

GROSSI, Miriam. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(N.E.): 264, set-dez/2004, p. 211-221.

LIMA, Magalli. **Mulheres negras na música brasileira**: estéticas, identidades e discursos de cantoras contemporâneas. Vila Velha: Praia Editora, 2016.

MARTÍ, Josep. Ser hombre o ser mujer a través de la música: una encuesta a jóvenes de Barcelona. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 11, out. 1999, p. 29-51.

MARTINS, Ana Luiza. Três canções de mulheres: erotismo feminino na MPB. **Signo**, v. 37 n.62, jan.-jun, 2012.

MELLO, Maria Ignez Cruz. Relações de gênero e musicologia: reflexões para uma análise do contexto brasileiro. **Revista eletrônica de musicologia**, v. 11, set. 2007.

MOREIRA, Thalita C. **Música, materialidade e relações de gênero**: categorias transbordantes. Dissertação de Mestrado em Música. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MÜLLER, Vânia B. Performance musical e políticas emancipatórias: uma etnografia na Itiberê Orquestra Família. **Fazendo Gênero 8** - Corpo, violência e poder, Florianópolis:



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

UFSC, 2008.

MURGEL, Ana Carolina A. de T. Entre Capitus, Gabrielas, Tigresas e Carolinas: o olhar feminino na canção popular brasileira contemporânea. **Labrys: Estudos Feministas**, v. 11, p. 3, 2007.

NOLETO, Rafael da S. **Poderosas, divinas e maravilhosas**: o imaginário e a sociabilidade homossexual masculina construídos em torno das cantoras de MPB. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: PPGA/UFPA, 2012.

_____. “Eu sou uma fruta ‘gogóia’, eu sou uma moça”: Gal Costa e o Tropicalismo no feminino. **Per Musi**, Belo Horizonte, n.30, 2014, p.64-75.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2015.

PREVOST, Cécile; RAVET, Hyacinthe. Musique et genre en Sociologie. **Clio**: femmes, genre, histoire, n. 25, 2007.

RAMOS, Pilar. Luces y sombras en los estudios sobre las mujeres y la música. **Revista Musical Chilena**, ano LXIV, n. 213, jan-jun, 2010, p. 7-25.

RAVET, Hyacinthe. Professionnalisation féminine et féminisation d’une profession: les artistes interprètes de musique. **La Découvert**: travail, genre et sociétés, n. 9, 2003.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - estudos gays**: gêneros e sexualidades. v. 4, n. 5, 2010, p. 17-44.

ROSA, Laila et al. Epistemologias feministas e a produção de conhecimento recente sobre mulheres e música no Brasil: algumas reflexões. In: NOGUEIRA, Isabel P.; FONSECA, Susan C. (orgs) **Estudos de gênero, corpo e música**: abordagens metodológicas. Goiânia/Porto Alegre: ANPPOM, 2013, p.110-137.

RUIZ, Jaime H. La sociología de la música: teorías clásicas y puntos de partida en la definición de la disciplina. **Barataria**, n. 14, 2012.

SEGNINI, Liliana R. P. À procura do trabalho intermitente no campo da música. **Estudos de Sociologia**, v.16, n.30, 2011.

VEJA. As divas vitaminadas. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2OQiHVS>. Acesso em 10/07/2015.

WEBER, Max. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. SP: Edusp, 1995.



Articulações possíveis entre classe e gênero nos estudos de telenovela

Camila Marques¹

Resumo: A temática deste artigo parte da premissa de que a ideologia dominante é aquela em que a identidade feminina, assim como a classe popular, é submissa: nas relações entre classe e gênero há sempre uma “classe’ desmerecida” (ESCOSTEGUY; SIFUENTES, 2011, p. 3). Sendo assim, propomos articulações possíveis entre as categorias de gênero e classe social para estudos de telenovela, problematizando empiricamente as formas com que as telenovelas atuam na reprodução das desigualdades não apenas de classe, mas também de gênero. Com o objetivo de identificar como as mulheres de diferentes classes sociais têm sido representadas nas telenovelas da Rede Globo, realizamos uma pesquisa documental em almanaques da própria emissora (MEMÓRIA GLOBO, 2008; MEMÓRIA GLOBO, 2010) e analisamos a representação das personagens femininas da telenovela *A Regra do Jogo* (Rede Globo, 2015/2016), através da mediação da tecnicidade (MARTÍN-BARBERO, 2003). Os dados apontam que, mesmo as tramas que trazem identidades femininas até então inovadoras para o gênero melodramático acabam, com raras exceções, reproduzindo o discurso hegemônico dominante vigente há meio século, principalmente através dos usos sociais do corpo feminino.

Palavras-chave: Classe social; gênero; telenovela.

Apontamentos iniciais

Partimos do entendimento de que não apenas as desigualdades de classe, mas também as de gênero são estruturantes da textura da experiência porque são formas primárias de dar sentido às relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (RONSINI et al., 2015), pois mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social, a dominação masculina (BOURDIEU, 2012), construída culturalmente, acaba presente sob diversas formas: tanto no que se refere às formas de ser, quanto no que concerne aos modos de se apresentar. É o que defende também Saffioti (1992, 2013), que em estudo pioneiro no Brasil analisa a situação das mulheres como um “efeito” da sociedade de classes: para a autora, a inferiorização social feminina interfere de forma

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria, com doutorado sanduíche (PDSE/CAPES) na Universidade Católica Portuguesa - Lisboa. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq) e produtora audiovisual. camila.marques@yahoo.com.br.



positiva para a reprodução da sociedade capitalista. A desigualdade, nos termos de Saffioti (1992), vem do entendimento das relações de gênero também como relações de poder - por esse motivo, se dedicando mais ao conceito de patriarcado -, em que a dominação e a exploração são faces de um mesmo fenômeno. Davis (2016) vai além e defende que é preciso se considerar a intersecção entre classe, gênero e raça para que se alcance um novo modelo de sociedade: é preciso perceber que entre essas três categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas (DAVIS, 2016).

Ao refletirmos em nossa tese de doutorado² sobre classe social³ e estudos de telenovela, através do contato com outras pesquisas que se dedicaram sobre o tema e após um olhar exploratório sobre nosso objeto de estudo, defendemos que a desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas própria da vida em sociedade (SCOTT, 1990), o que nos faz problematizar empiricamente as formas com que a mídia atua na reprodução das desigualdades não apenas de classe, mas também de gênero. Julgamos, assim, a necessidade de pensarmos em articulações possíveis entre as categorias de gênero e classe social em pesquisas sobre telenovela, pois acreditamos que os “processos de dominação são relacionais”, sejam eles entre classes sociais diferentes, ou entre homens e mulheres (MATTOS, 2006a). A articulação entre classe e gênero se mostra pertinente então principalmente por percebermos que a ideologia dominante é aquela em que a identidade feminina, assim como a classe popular, é submissa: nas relações entre classe e gênero há sempre uma “‘classe’ desmerecida” (ESCOSTEGUY; SIFUENTES, 2011, p. 3).

Partindo do pressuposto de que disposições de gênero são indissociáveis das disposições de classe (RONSINI et al., 2017a, p. 4), buscamos neste artigo identificar, através da compilação de pesquisas anteriores e de uma pesquisa documental realizada

² Tese de doutorado defendida em março de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. A pesquisa consistiu em um estudo comparativo de recepção de telenovela realizado com 8 mulheres de diferentes classes sociais. O objetivo foi compreender as semelhanças e as diferenças na leitura das representações de classe e processos distintivos presentes na narrativa da telenovela *A Regra do Jogo* (2015/2016), do horário das 21h, da Rede Globo.

³ A definição de classe social por nós utilizada é a de matriz *bourdiana*, adotada não apenas por uma dimensão econômica, relacionada somente ao lugar em que o indivíduo ocupa na produção, mas também a um aspecto sociocultural, associado a determinadas percepções de mundo, pois defendemos que “a luta de classes atualmente se desenvolve na dimensão simbólica pelo acesso diferenciado de uma classe e de suas frações a bens culturais” (MATTOS, 2006b, p. 162-163).



no *Guia Ilustrado TV Globo: novelas e minisséries* (MEMÓRIA GLOBO, 2010), *Entre tramas, rendas e fuxicos* (MEMÓRIA GLOBO, 2008), *No camarim das oito* (CARNEIRO; MÜHLHAUS, 2003) e *Figurino: uma experiência em televisão* (LEITE; GUERRA, 2002), como as mulheres de diferentes classes têm sido representadas nas telenovelas da Rede Globo. Uma análise da representação das personagens femininas da telenovela *A Regra do Jogo* (Rede Globo, 2015/2016), através da mediação da tecnicidade⁴ (MARTÍN-BARBERO, 2003), corporifica a parte empírica de nossas reflexões.

Telenovela e as “mulheres de classe”

Guiamo-nos pelo entendimento de que o gênero melodramático é um espaço privilegiado de (re)produção cultural, de luta de classes ideológicas e políticas e de luta pelo poder da representação (SANTANA, 2009). Por esse motivo, um olhar atento para o “texto-visual” (ROMANO, 1999) da telenovela se justifica por acreditarmos que “as telenovelas do horário nobre são parte dos processos ideológicos e culturais que reproduzem e modificam os laços sociais no Brasil, ao incitarem reflexões das pessoas comuns sobre a formação social brasileira e sobre temas como as desigualdades de classe e de gênero” (RONSINI et al., 2017a, p. 1).

Com base em Bourdieu, entendemos que os processos de distinção entre as classes são evidenciados, sobretudo através de práticas de consumo - cultural e material - que manifestam posições corporais do estilo de vida. Através de várias obras de Bourdieu, a centralidade do corpo como *locus* privilegiado de análise do sujeito social ganha destaque: corpo é o substrato do *habitus*; nele se inscrevem as relações de poder que reproduzem, ao nível corpóreo, o sistema de dominação que impera na sociedade global (BOURDIEU, 1983). O corpo “funciona, portanto, como uma linguagem que fala de nós

⁴ A mediação da tecnicidade na presente pesquisa é recortada e adotada em “sentido estrito, como o aspecto textual, narrativo ou discursivo da mídia que funciona como organizador perceptivo” (RONSINI, 2012, p. 62). Empiricamente, é abordada através da observação de trechos, capítulos e cenas; leitura da sinopse e dos resumos de capítulos da trama disponíveis no site da emissora; da descrição dos personagens apresentada no site da emissora; de matérias veiculadas também no site, que versam sobre a construção e caracterização de algumas personagens; e da realização de uma entrevista com as figurinistas responsáveis pela produção em questão.



mais do que falamos sobre nós; uma linguagem da natureza, na qual se trai, ao mesmo tempo, o que está mais escondido e o que é mais verdadeiro” (BOURDIEU, 2014, p. 1, grifo nosso). Nosso diálogo com Bourdieu e suas contribuições para pensarmos esse corpo - nu e vestido - torna-se essencial pelo fato de que nosso olhar para as representações de classe no plano ficcional está inscrito principalmente no corpo. Temos, como ponto de partida, os aspectos maleáveis do corpo (aparência, saúde, beleza), mas estendemos nossas análises para a *hexis* corporal (formas de andar, falar) e para o comportamento (através das relações de classe e gênero no ambiente do trabalho/familiar; nas relações afetivas/sexuais; na maternidade e na feminilidade), além de refletirmos sobre o gosto e as práticas de consumo das personagens.

Um dos primeiros pontos que damos destaque em nossos achados é o papel fundante que o figurino e a caracterização - importantes na representação das personagens de narrativas ficcionais - possuem na transição de diversos personagens de uma classe social para outra. Uma das marcas da ascensão de classe, talvez, por ser a mais visível, está nos modos de se apresentar através dos usos sociais do corpo. Em análise sobre a novela *Fina Estampa*, Borges (2011) evidencia que há uma clara distinção sobre como deve ser uma mulher rica ou pobre, através das personagens Tereza Cristina (Cristiane Torloni) e Giselda (Lilia Cabral). Ao ganhar na loteria, as primeiras ações da protagonista Griselda foram as de

tirar os bigodes (depilar o buço) e mudar as roupas, colocando roupas mais femininas. Mais uma vez tem-se demonstrado a questão da responsabilização pela aparência, e o atravessamento desta questão pelo fator classe social. Grizelda, enquanto pobre – assim como a personagem de Cássia Kiss em outra telenovela – não tinha tempo nem dinheiro para investir em sua aparência, enquanto Tereza Cristina se mostra sempre bonita e jovial – pois sua classe social permite e convoca para que ela utilize todos os recursos para se manter desta forma. Mas, no momento em que Grizelda fica rica, ela tem a obrigação de se cuidar, pois agora tem todos os recursos em sua mão, e, caso se comportasse diferente, poderia ser acusada pela sociedade como uma mulher negligente, visto que a responsabilidade com a aparência pertence somente a si. E, antes mesmo de pensar em o que fazer com o dinheiro, a personagem vai cuidar primeiro de sua aparência. (BORGES, 2011, p. 32).

Segundo o Projeto Memória Globo, a “transformação de moça pobre e feia em mulher bela e poderosa” (2008, p. 22) é o mote de muitas telenovelas da emissora. Outras



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

personagens como Júlia Matos (*Dancin' Days*), Maria do Carmo (*Vale Tudo*), Carminha (*Avenida Brasil*), Empreguetes (*Cheias de Charme*) mudam seu visual assim que ascendem de classe. Algumas têm como marcação, inclusive, o momento de se fazer compras e transformar o guarda-roupas em um explícito “antes e depois” que passa diretamente pelo gosto, corpo e estilo de vida. Observa-se também uma tentativa de tornar as mulheres pobres “menos visíveis” através do figurino. É o que acontece com Noeli, de *Bandeira 2*; Jussara, a manicure de *Partido Alto*; Rose, a faxineira de *Cama de Gato* e Nina, a cozinheira de *Avenida Brasil*. As quatro possuíam figurinos e estilos básicos, com roupas sem cores e estampas, e predominância de jeans, camisetas e sapatos de saltos baixos, sempre retratadas com “roupa de trabalho”, ausência de maquiagens ou roupas mais coloridas e decotadas. Em contrapartida à neutralidade, a sensualidade ligada às mulheres de classe popular pode ser percebida já em telenovelas da década de 1970 com *Gabriela*. Através de pesquisa anterior, (RONSINI et. al., 2013, p. 4) se conclui que “grande parte deste imaginário sobre a sensualidade, especialmente, o tom negativo típico da historiografia recai sobre a mulher de classe popular” e “se antes eram as índias, as caboclas ou as negras que simbolizavam a devassidão, hoje são as mulatas, as negras ou mesmo a “periguete” de classe popular” que tomam esse lugar.

Ainda sobre as repetições de representações nas novelas da Rede Globo, além da sexualização feminina, destacamos a associação entre novos ricos e “breguice” (MARQUES, 2015; RONSINI et. al, 2017b). Porcina, de *Roque Santeiro*, Maria do Carmo, de *Rainha da Sucata* e Carminha, de *Avenida Brasil*, são alguns dos exemplos de mulheres que ascendem de classe, mas são retratadas como excêntricas e cafonas são alguns exemplos que reforçam a noção de que o acúmulo de capital econômico não é o suficiente para a conformação de um estilo de vida burguês àqueles que ascendem de classe.

Marques (2015) complementa ao identificar que as mulheres de classes populares têm o corpo socialmente construído nas telenovelas para dar conta das seguintes representações mais recorrentes: a) vilãs que querem ascender socialmente; b) mulheres sensuais, que não tem emprego fixo e não possuem capital cultural e de forma “cômica” são retratadas como “burras” ou ingênuas”, tendo como foco a mesma ascensão de classe,



geralmente através do casamento com um homem rico, ou através da fama e de seu corpo; c) mulheres que sofrem abusos dos maridos; d) mulheres que possuem empregos basicamente de domésticas, manicures ou trabalhos manuais; e) prostitutas; e) mulheres que conseguiram ascender socialmente, porém, retratadas como “bregas” e “sem classe”. Logo, o esquema corporal identifica o sujeito-corpo, “dá vida” a sua postura e posição no mundo social e impõe relações complexas de poder e dominação (GOLDENBERG, 1995) - também no produto ficcional - seja entre classes distintas ou entre homens e mulheres.

Entre a Macaca e o asfalto

A distinção entre os núcleos principais (que também se polarizam em dois grupos sociais) - “morro” e “asfalto” - em *A Regra do Jogo* era materializada em grande parte através do figurino: “as figurinistas Marie Salles e Mariana Sued criaram “mundos” paralelos: excentricidade, classe e elegância” (*SITE MEMÓRIA GLOBO*, 2017). Na “Macaca, todos têm um elo para viver nesta comunidade, eles são muito coloridos. Ali tem a cor, é vibrante, é solar, é quente, as pessoas são bronzeadas e sem camisa”. O conceito principal do Morro era traduzir a alegria na identidade visual dos personagens: “por isso que veio tanta cor e essa coisa da sensualidade também. A gente brinca que na Macaca faz sempre 45 graus. Ninguém tem casaco lá”, acrescenta Mariana.

Sobre a construção das personagens populares, elas complementam: “para o morro da Macaca, começamos procurando referências de moradores de morros e bairros do Rio de Janeiro que de alguma maneira se assemelhavam ao morro fictício da novela”. Para tanto, realizaram pesquisas de campo visitando comunidades cariocas como a Rocinha, o Vidigal e o Cantagalo, “de dia, de noite, em festas... observando as pessoas, seus visuais, seus hábitos etc”. Em contrapartida, o núcleo do asfalto foi caracterizado através de “tons frios, cinzas, azuis, pretos e beges. São as pessoas muito ricas, que usam grife”, explica Marie. Para a família dos Stewart - Nora (Renata Sorrah), Gibson (José de Abreu), Cesário (Johnny Massaro) e Dante (Marco Pigossi) - eram usadas “roupas sóbrias”. Para Nelita (Bárbara Paz), a sobriedade era reforçada através de “roupas soltas, calças de moletom e panos pendurados, que mudam de acordo com o humor da personagem”, enquanto na família de Feliciano (Marcos Caruso), um “bom vivante”



falido, havia a mescla entre “roupas de qualidade, do passado” e itens despojados e coloridos que, segundo a emissora, “são o retrato da classe média” (*SITE MEMÓRIA GLOBO*, 2017).

Através de um mapeamento no *site* do *Gshow* sobre matérias que traziam a temática moda/figurino/corpo, notamos a recorrência de atributos como beleza, sensualidade, exuberância, personalidade forte, atitude e gosto por “confusão” para se representar a (mulher de) classe popular, como no exemplo abaixo:

O que não falta no Morro da Macaca, em *A Regra do Jogo*, são mulheres lindas, exuberantes e cheias de personalidades. (...) Adisabeba (Susana Vieira) reina absoluta na área. Alisson (Letícia Lima) esbanja sensualidade. Ninfa (Roberta Rodrigues) é cheia de atitude e adora confusão. Mel (Fernanda Souza) chama a atenção de todos. Indira (Cris Vianna) arranca suspiros por onde passa. E a batalhadora Tóia (Vanessa Giácomo) tem uma personalidade forte.

Já na matéria: *Aos 73 anos, Susana Vieira comemora figurino justo à la Beyoncé e Tati Quebra Barraco*, não há apenas o discurso institucional da emissora sobre a construção corporal das personagens. A própria atriz Susana Vieira ilustra sua caracterização ao comemorar seu figurino “cheio de roupas justas, decotes e muito brilho - inspirada nas rainhas do *pop*, *Beyoncé*, *Nicki Minaj*, e do *funk carioca*, *Tati Quebra Barraco*”. Orgulhosa de sua nova personagem, que tinha figurino composto por decotes e malhas justas ao corpo, a atriz explica: “todo mundo adora uma malha justa. Na classe alta, só quem tem corpo usa. No morro, não. Gordinhas que nem eu também vestem! Lá não tem preconceito, não tem julgamento! Isso é o melhor pra mim.” A própria fala da atriz Susana Vieira explicita a distinção presente não só nas narrativas ficcionais, mas também no discurso do senso comum sobre “as roupas para gordinhas” e “o corpo” que poderia ser coberto por malhas justas; e entre as “roupas do morro” e as “roupas da classe alta”, evidenciando que a objetificação/sexualização não funciona de forma uniforme em diferentes classes sociais. Como já destacado por Ronsini (2016, p. 11) “o corpo retilíneo, vigoroso, elegante, delicado, comedido nos gestos traduz o pertencimento à burguesia, enquanto o corpo volumoso e indócil é representado como inferior”, e geralmente atribuído às classes mais baixas.

As figurinistas ressaltam que a criação do figurino de Adisabeba foi “a matriz de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tudo. Dali saem todos os outros visuais do Morro da Macaca, porque a Adisabeba é a dona da ‘Bodega’, ela manda ali”. Mãe solteira, namorava um homem mais jovem e era “temida e respeitada por todo o Morro”. Mãe extremamente protetora, mantinha o filho Merlô “debaixo de suas asas”, comandava sua carreira e também decidia com quem o filho podia ou não se relacionar. Ex-prostituta, ganhou muito dinheiro, e apesar de ser a dona de uma boate de sucesso, de um hostel e de várias casas do Morro da Macaca, jamais quis sair do lugar de onde veio, mantendo o estilo de vida de quando era mais pobre. Trabalhadora, possuía *status* no Morro, sendo uma espécie de “elite da favela”.

Os “signos de riqueza que vem do *Versace* dos anos 80” estavam presentes nas estampas grandes e “poderosas” das malhas usadas por Adisabeba. Segundo Marie, a ideia era que ela brilhasse sem precisar usar pedras e joias. Mariana explica: “ela tem joias nas estampas. Colocamos brilho ou ouro em cima dos tecidos”. As bases para a concepção do figurino da personagem foram o *pop* e o *funk* - disposições ligadas à cultura ilegítima (MATTOS, 2006b) - geralmente relacionados à sexualidade exacerbada de suas simpatizantes. Os cabelos loiros até a cintura e o corpo em evidência eram as principais características de Adisabeba, além dos sapatos sempre de salto alto, da maquiagem e das unhas coloridas e longas, geralmente em tons de roxo ou rosa.

O uso de roupas justas e coloridas refletia, segundo as figurinistas, a personalidade de Adisabeba: era através dos modos de se apresentar que ela demonstrava uma relação confortável com seus modos de ser. A aceitação - e exibição - de seu corpo reforçavam que ela estava “longe de ser uma mulher submissa”, seja em relação à classe ou ao gênero, em parte contrariando a disposição submissa e a renúncia a si mesmo, características de um *habitus* popular (MATTOS, 2006b). O mix de estampas do *animal print* e o uso de roupas coladas ao corpo sugeriam também uma representação quanto à posição social da personagem: a “breguice” e o estilo de vida “excêntrico” de Adisabeba reproduziam a já recorrente mensagem de que o capital econômico nem sempre é suficiente para conferir “bom gosto” a pessoas que ascendem de classe. Como observado por Ronsini (2016, p. 56), delineia-se assim um corpo de classe no melodrama nacional, geralmente como um corpo que “carrega as marcas físicas da exploração, que necessitam ser radicalmente suavizadas na televisão, ou que parece produto de escolhas malsucedidas, daqueles que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

escolhem mal porque não têm bom gosto nem educação”.

Outra matéria divulgada pelo *Gshow* fazia referência ao “*look da vez*” de Giovanna Antonelli, a Atena. Conforme as figurinistas, a personagem foi construída para ser “toda assimétrica, desde as roupas até os desenhos das unhas”, conta Mariana. Além de um estilo de *design* para as unhas ainda pouco utilizado no país, Atena também trazia acessórios “inusitados”, como o anel que descia para a mão e virava uma pulseira. “Eu falei que queria algo que desse a ideia de estar escorrendo e daí surgiu essa peça”, explica Marie. A personagem usava também marcas de moda internacionalmente famosas como *Chanel*. O uso das formas assimétricas, tanto para as roupas como para os acessórios de Atena, evidenciavam uma assimetria também em seu caráter: a antagonista, ao mesmo tempo em que tentava “separar” o casal Romero e Tóia - a mocinha da trama - através de golpes, mentiras e trapaças, era também carismática e engraçada. Seu nome verdadeiro era Francineide dos Santos - um tanto “popular” - e seu passado de “origem humilde” e de violência física e simbólica exercidas por seu ex-marido veio à tona ao longo de sua trajetória. Antes de “dar o golpe” em Romero, morava em uma pensão e gastava a maior parte do dinheiro - obtido não através do trabalho, e sim de maneiras escusas - em roupas e joias, para manter a aparência “luxuosa”, “se passar por rica” e assim facilitar seus trambiques: “ela tinha que ter grife, tinha que ser de verdade e, ao mesmo tempo, tinha que ser uma mulher *sexy*”, complementa Marie. Para manter o “*status fraudulento*” (GOFFMAN, 2009), investia na aparência e no corpo para seduzir suas próximas vítimas.

O consumo conspícuo (VEBLEN, 1983) como forma de distinção social era prática habitual da personagem. Em cena em que Romero a encontra em sua cobertura, ela está bebendo champanhe, usando um “anel de rubi”, comendo “caviar russo de 4 mil reais” e exibindo um lustre austríaco e a “tela de um dos pintores brasileiros mais bem-sucedidos no exterior”. Atena justifica os gastos em uma tentativa de se aproximar do estilo de vida de um dos personagens do núcleo do “asfalto” da trama: “o seu sonho não era ter um quadro desses na tua sala, que nem o Orlando tinha na dele? Agora tu tem!” As disposições agressivas, anti-hierárquicas, estéticas e a autonomia de comportamento comuns ao *habitus* não-popular (MATTOS, 2006b) eram encontradas na representação de Atena, e apesar de tentar expressar uma apropriação do estilo de vida das classes mais



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

altas através da aquisição e uso de bens materiais e simbólicos (RONSINI, 2016), algumas disposições hedonistas e espontâneas, a risada alta, o comportamento despojado, o palavreado “chulo” e o uso de gírias e palavrões foram usadas como estratégia de demarcação social para a personagem: Atena possuía capital econômico e social, mas o capital cultural não acompanhava seu *status* fraudulento.

Tóia era a mocinha da trama. Nascida e crescida no Morro da Macaca, trabalhava “duro” na boate de Adisabeba. Com os cabelos abaixo dos ombros, geralmente soltos ou presos em um “coque bem despojado”, tinha caracterização “mais próxima do cotidiano”, segundo as figurinistas. “Ela não está sempre maquiada e usa roupas confortáveis quando está em casa”. Tóia era uma filha exemplar, boa amiga, trabalhadora e se sobressaía em suas disposições submissas e de renúncia de si (MATTOS, 2006b): fiel a seu noivo Juliano, o esperou enquanto ele estava preso injustamente por um crime que não havia cometido. Seu sonho era casar com ele e ter uma “vida tranquila” no Morro, ao lado da família e dos amigos. A personagem de Vanessa Giácomo se afastava do estereótipo mocinha “sem graça” e também do estilo “periguete” do morro, representações recorrentes às mulheres de classes mais baixas nas telenovelas (MARQUES, 2015). Apesar disso, as responsáveis pela construção corporal da personagem buscam evidenciar seu estilo de vida popular através da utilização de acessórios feitos com materiais de reciclagem e artesanato: brincos de chapa de raio-x e braceletes e bolsas produzidos com lacre de latas de bebida compunham a caracterização da mocinha da trama.

Ao longo de sua trajetória, Tóia se envolve afetivamente com Romero, e depois de descobrir que na verdade estava sendo enganada para que ele roubasse o dinheiro de sua herança, passa por uma transformação nos modos de se apresentar: ela mesma corta os cabelos em cena e abandona os vestidos coloridos e a maquiagem, passando a usar roupas monocromáticas. No último capítulo da novela, Tóia inaugurou um hospital no Morro da Macaca com o dinheiro que herdou e, ao contrário de Atena, que foge com a fortuna adquirida de forma desonesta com Romero, procura ajudar sua comunidade, em mais um exemplo de par de oposição entre a disposição comunitarista do *habitus* popular e a disposição individualista do *habitus* não popular (MATTOS, 2006b).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A premissa do calor constante na comunidade se traduzia especialmente no figurino de Ninfa, interpretada por Roberta Rodrigues, que era dançarina de Merlô e se relacionava com ele e com Alisson em um triângulo amoroso. Ninfa morava no Morro, frequentemente estava com o aluguel atrasado e a falta de capital cultural era uma de suas características, além do linguajar despojado e repleto de gírias. Para completar o visual da garota *funkeira* do morro, Ninfa também usava cabelos bem longos, com aplique de *megahair* loiro platinado. O uso de roupas íntimas também na rua era uma das marcas da personagem. As unhas longas, saltos altíssimos, bijouterias grandes e bonés completavam sua caracterização.

Alisson (Leticia Lima) era a outra “merlozete”, que disputava - ou dividia - Merlô com Ninfa. Sua personagem era “exuberante” e estava sempre com a barriga à mostra, com as “curvas” de seu corpo bem evidenciadas em roupas curtas e justas. Seus modos de ser e se apresentar seguiam o padrão das “periguetes” da Macaca: cabelos longos, maquiagem e grandes unhas coloridas, risada alta, erros gramaticais e uso de gírias. Segundo Depexe (2015, p. 32), “a *forma sujeito periguite*”, também percebida como forma de representar as mulheres de classe popular em *A Regra do Jogo*, possui sentidos móveis, sendo geralmente associada “à liberdade do corpo feminino, seja na maneira de vestir e nos cuidados estéticos, seja nos relacionamentos amorosos e no exercício de sua sexualidade”. Segundo a autora, “o *ser e estar periguite* não escapa do imaginário sobre a classe social, em que a desigualdade e a subordinação experimentada pelas mulheres em relação a elas mesmas indica a reprodução dos sentidos de opressão” (DEPEXE, 2015, p. 32): a representação periguite funciona também “como mecanismo de distinção de classe” (DEPEXE, 2015, p. 34). Tanto Ninfa quanto Alisson “seduziam” outros homens do Morro apenas em troca de um lugar para passar a noite ou de um prato de comida e utilizavam propriedades corporais como um capital para a obtenção de lucros econômicos e simbólicos (BOURDIEU, 2007), com vistas à ascensão social (ALMEIDA, 2013).

Uma personagem do núcleo do morro que fugia ao padrão estético das outras era Indira (Cris Vianna), uma pequena empresária de classe popular que vivia na Macaca com o marido Oziel (Fabio Lago) e os 4 filhos. Dona de uma loja de roupas “bem-sucedida” (SITE MEMÓRIA GLOBO, 2017), era um exemplar de “mulher múltipla”



(MORAES, 2012, p. 60): trabalhava fora, cuidava da casa, dos filhos, do marido, de si e da aparência. Seu comportamento sexual também destoava das personagens de classe popular citadas anteriormente: evangélica, não mantinha relações sexuais com o marido por motivos religiosos, conferindo certa frieza normalmente atribuída às mulheres de classes mais altas (NEWTON; WALTON, 1984). Seus modos de se apresentar - roupas amplas e longas, poucos acessórios e maquiagem - e sua *hexis* corporal - gestos, formas de andar e regras de etiqueta - também funcionavam como “marcas sociais” e sinais distintivos. Entretanto, o comportamento explosivo versus a disposição racional das classes mais altas (MATTOS, 2006b) era uma de suas características mais marcantes.

A disposição à estruturação familiar de Indira no início da trama, normalmente atribuída a um *habitus* não popular (MATTOS, 2006b), dá lugar a uma desestruturação após ser traída pelo marido Oziel e viver seu relacionamento com Rui. É também somente após se relacionar com um homem de uma classe mais alta que Indira passa a apresentar disposições intelectuais, estéticas e ligadas à cultura legítima. Tanto seus gostos como seu corpo funcionavam como operadores de desidentificação de um estilo de vida tido como o legítimo do *habitus* popular (MATTOS, 2006b).

Nora (Renata Sorrah) compunha o núcleo “do asfalto”. Esposa de Gibson e matriarca da família Stewart era “ingênua” e “amorosa”. Não trabalhava e era totalmente dedicada a uma família cheia de problemas - principalmente às filhas Kiki e Nelita, uma sequestrada e a outra com problemas de saúde. Apesar de ter uma família desestruturada e uma relação de submissão ao marido, que a traía constantemente, mantinha disposições ascéticas, racionais e planificadoras (MATTOS, 2006b) na tentativa de estruturar o seio familiar. Descrita como “elegante e culta”, imagens midiáticas comuns da mulher de classe alta nas telenovelas (RONSINI, 2016), possuía figurino “sóbrio” e “chique” composto por tecidos “nobres”, cortes retos, cores neutras e ausência de estampas, decotes ou ajustes ao corpo. Geralmente usava calças, camisas, *blazers* amplos ou vestidos mídi, com pouca maquiagem e pequenas joias.

Belisa (Bruna Linzmeyer) era outra personagem do “asfalto”: neta do “magnata da indústria farmacêutica” Gibson, era uma “patricinha” rebelde que não trabalhava nem estudava e sonhava em ser uma *funkeira* famosa. Apresentando disposições de um *habitus*



não popular como as agressivas e anti-hierárquicas (MATTOS, 2006b), tinha uma relação conturbada com toda a família e frequentava constantemente as festas e eventos no Morro da Macaca. Seu figurino trazia peças esportivas misturadas com outras de alta costura e de grifes internacionais, além de joias e acessórios “exagerados”. Os cabelos eram curtos e platinados, mantendo distinção das personagens do Morro, quase todas com cabelos bem longos.

Belisa se apropriava de elementos estéticos geralmente associados às personagens populares para moldar seu corpo - e assim ser reconhecida como tal -, além de manter disposições ligadas à cultura ilegítima, como o gosto pelo *funk*. Ao se aproximar do estilo “periguete” do Morro, é um exemplo de *status* fraudulento que vai na contramão do que acontece na maioria dos melodramas nacionais, em que personagens de classes mais baixas sofrem transformações nos modos de se apresentar após ascenderem socialmente (MARQUES, 2015): sua desidentificação com a classe alta era corporificado através de um *status* fraudulento (GOFFMAN, 2009) “de cima para baixo”, expresso em grande medida através de seus modos de ser e, principalmente, de se apresentar. Entretanto, apesar da sexualização de sua caracterização, seu *habitus* de classe ficava evidente não apenas pela mistura de peças curtas e sensuais com joias e sapatos “elegantes”, através da utilização da estratégia *high-low*, mas também por sua *hexis* corporal, formas de andar e de falar. Em uma festa de casamento na Macaca, apesar de vestir um *short* bem curto e uma blusa decotada e colorida, na tentativa de se aproximar dos modos de se apresentar das *funkeiras* da Macaca, Belisa se distingue das “nativas” e suscita comentários do tipo: “e essa aí, não é daqui, né? Dá pra ver”.

Outro exemplo desse mesmo processo foi a personagem Tina (Monique Alfradique), uma estilista classe média Zona Sul (REDE GLOBO, 2015), casada com o arquiteto Rui (Bruno Mazzeo), que decidiu viver no Morro da Macaca para levar uma vida “menos estressada e mais barata” em uma “aventura de classe média na favela” (REDE GLOBO, 2015). O autor da trama explica que a ideia era retratar “uma nação em transe” em que as classes sociais “estão se amalgamando”. Ao longo de sua trajetória, a personagem, uma “patricinha do asfalto”, passa por uma transformação não só nos aspectos maleáveis de seu corpo, mas também nos modos de falar, andar, nas práticas de



consumo, no gosto cultural e nas relações íntimas, que acompanham a aceitação - ou seria a paródia? - de seu novo estilo de vida. Seu figurino, que antes era composto por roupas mais largas, com tecidos “nobres” e estampas em tons pastel, dá lugar para a caracterização comum às personagens da Macaca: *shorts* curtos, *tops*, blusas vazadas, salto alto, bonés e cabelo frisado. As disposições ligadas à cultura legítima e intelectuais são substituídas pelas disposições hedonistas, espontâneas, ligadas à cultura ilegítima e à desestruturação familiar - tidas como de um *habitus* popular (MATTOS, 2006b). Ao ser questionada pelo marido sobre sua nova aparência e responder: “a gente tá onde? Em Paris? Nós somos favelados, não era essa a proposta?” - Tina reproduz o discurso hegemônico recorrente em que a mulher da classe burguesa “mantém sua elegância, ao contrário da hipersexualidade da mulher trabalhadora” (RONSINI, 2016, p. 57), desenhando-se assim mais um exemplo da existência de um corpo de classe.

Considerações finais

Os dados apontam que o figurino possui papel fundante na “transição” de diversas personagens de uma classe social para outra: muitas têm sua caracterização modificada assim que ascendem de classe, frisando o momento de se fazer compras, transformar o guarda-roupas e mudar os aspectos maleáveis de seus corpos nas narrativas. Em cena já clássica de *Paraíso Tropical*, Bebel (Camila Pitanga), quando vai a um casamento da elite carioca e tenta convencer Olavo (Wagner Moura) - seu cliente de núcleo rico da novela - de que pode vir a ser sua esposa, são os modos de se apresentar da personagem que se mostram como uma porta para a entrada da prostituta de classe popular em uma classe a qual não pertence. Para não por em risco a imagem de mulher elegante, que não costuma ser a que transmite, Bebel é orientada a não falar nada além de uma única frase⁵, sinalizando que sua condição social seria denunciada facilmente para além da aparência. Porém, através dos modos de se apresentar seria possível que ela dissimulasse seus modos de ser, assumindo um *status* fraudulento ao tentar parecer o que não é (GOFFMAN, 2009).

⁵ A frase repetida por Bebel era: “mas que bela ideia esse casamento primaveril em pleno outono!”.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Geralmente esse *status* fraudulento ocorre de uma classe mais baixa para uma mais alta, como é o caso de Atena - ou Francineide dos Santos - em *A Regra do Jogo*, que forja seu *habitus* de classe através dos modos de se apresentar. Outros dois exemplos desse mesmo movimento, porém, no caminho inverso, que sai das classes mais altas em direção às mais baixas, podem ser destacados em nosso *corpus*. Belisa (Bruna Linzmeyer), ao tentar se aproximar do estilo de vida da “*funkeira* gostosa”, se apropria de elementos estéticos populares para moldar seu corpo. Já Tina, a “*patricinha do asfalto*” que protagonizou a maior transformação nos modos de ser e de se apresentar em *A Regra do Jogo*, encontra na paródia do corpo de classe uma forma de elevar a recusa de sua nova condição social. Importante destacar também que Tina apenas vive seu caso extraconjugal com Oziel depois de sua transformação, em mais uma recorrência do discurso hegemônico conferindo “*frieza*” às mulheres de classes mais altas, em oposição à sexualização exacerbada das mulheres de classes populares⁶ (NEWTON; WALTON, 1984).

Apesar de algumas representações femininas mostrarem diversas e contraditórias formas de se retratar as mulheres nas telenovelas mais atuais, algumas dessas representações ainda são culturalmente mais legitimadas do que outras, permanecendo uma sub-representação quanto às condições de classe e gênero. Os dados obtidos através da entrevista realizada com as figurinistas de *A Regra do Jogo* corroboram e apontam que elas trabalham propositalmente baseadas em estereótipos, algumas vezes “*exagerando*” características que consideram ser inerentes às mulheres de classes populares. Dessa forma, as personagens femininas acabam sendo moldadas conforme a classe social que representam, tendo sua aparência e conduta atreladas aos modos de sociabilidade feminina, aos papéis esperados que essa mulher assuma e aos pressupostos de uma sociedade desigual. Destacamos também que as representações de classe e de gênero sustentam uma dupla subordinação a que estão submetidas as mulheres da classe popular, reforçando nosso entendimento da importância de se pensar classe e gênero de forma

⁶ Tina e Rui protagonizam uma cena de sexo e conversam sobre a diferença da vida sexual do casal depois de se mudar para o Morro da Macaca. Rui diz: “o sexo no asfalto é bom, tem seu valor, agora, o sexo no morro é insano! Lá no apartamento de Botafogo o sexo era uma vez por semana, aqui é todo dia e toda hora”.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

articulada.

Sendo assim, podemos observar que as relações de classe social e gênero caminham paralelamente, pois a telenovela acaba produzindo uma sub-representação das mulheres de posições sociais destituídas mais do que em relação ao gênero masculino, e mesmo as tramas que trazem identidades femininas até então inovadoras para o horário nobre acabam, com raras exceções, reproduzindo o discurso hegemônico dominante vigente há meio século, principalmente através dos usos sociais do corpo feminino.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, H. B. As mulheres e as imagens da televisão. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Abramo, SEESC, 2013.

BORGES, C. N. **Marcas não desejadas na televisão brasileira: uma breve análise do capital físico das atrizes globais**. Revista Panorama, edição on line num. II - nov.2011.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Notas provisórias sobre a percepção social do corpo**. Pro-Posições, Campinas, v. 25, n. 1, p. 247-256, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 20 maio 2015.

CARNEIRO, M; MÜHLHAUS, C. **No camarim das oito**. Rio de Janeiro: SENAC, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPEXE, S. **Distinção em 140 caracteres: classe social, telenovela e Twitter**. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

ESCOSTEGUY, A. C. D. e SIFUENTES, L. As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T. de; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-35, jun. 2014.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Editora Vozes. Petrópolis 2009.

GOLDENBERG, M. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

LEITE, A.; GUERRA, L. **Figurino: uma experiência na televisão**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARQUES, C. **Figurino “de classe”**: a construção social do corpo nas telenovelas nacionais. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.

MATTOS, P. **Dominação de Gênero e Classe: Referências Cruzadas**. In: 30 Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30 ANPOCS 2006a.

_____. A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b.

MEMÓRIA GLOBO. **Entre tramas, rendas e fuxicos**. O Figurino na Teledramaturgia da TV Globo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

_____. **Guia Ilustrado TV Globo: novelas e minisséries**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

NEWTON, E; WALTON, S. The misunderstanding: toward a more precise sexual vocabulary. In: VANCE, C. S (edit.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledg & Kegan Paul, 1984.

ROMANO, M. C. J. S. As representações sociais dos pobres nas telenovelas. **Revista Universidade Rural Série Ciências Humanas**, seropédica - Itaguaí - RJ, v. 19-21, n.1-2, p. 21-37, 1999.

RONSINI, V. et. al. **Aspirações femininas: modelos da televisão e da vida**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Processos de Interpretação, Uso e Consumo Midiáticos do XXII Encontro Anual da Compós, 2013. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_2119.pdf>. Acesso em 10.04.2015.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

_____. Telenovelas e a questão da feminilidade de classe. **Matrizes** (Online), v. 10, p. 45-60, 2016.

_____. Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres das classes populares. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** | E- compós, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017a.

_____. Distinção e comunicação na apropriação da moda pelos fãs de telenovelas. In: LOPES, I. V. de. **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira II: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa**. Porto Alegre: Sulina, 2017b.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, A. T. Cultura y política en la televisión: desafíos de lo público. [on line] **La Habana: Perfiles de la cultura cubana** Disponible en: http://www.perfiles.cult.cu/articulos/3_cultura_y_politica.pdf, 2009.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

SIFUENTES, L.; RONSINI, V. O que a telenovela ensina sobre ser mulher?: reflexões acerca das representações femininas. **Revista Famecos**, v. 18, n. 1, p. 131-146, 2011.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



A Estereotipagem da “diferença” quando o espetáculo é o Outro Queer: uma análise das representações midiáticas de Pablllo Vittar

Caroline Roveda Pilger¹

Resumo: Esse artigo tem o intuito de problematizar as representações da “diferença” e o processo de estereotipagem da figura de Pablllo Vittar na mídia, focando o olhar para o vídeo em que supostamente a *drag queen* e cantora teria mostrado suas partes íntimas e que gerou grande repercussão midiática. Nesse sentido, a análise terá como subsídio o programa *A tarde é sua*, da Rede TV, apresentado pela jornalista Sônia Abrão, e veiculado no dia 19 de fevereiro de 2018, ocasião em que o vídeo foi comentado por ela e por outros participantes do programa. Além disso, é também objetivo a análise de algumas postagens do *Instagram* de Pablllo Vittar e os comentários tecidos nas mesmas, pensando a respeito do lugar que Vittar ocupa na fronteira entre o feminino e o masculino. Este artigo terá como base teórica principal as reflexões desenvolvidas por Stuart Hall (2016) sobre representação, “diferença” e estereotipagem e as reflexões oriundas da teoria *queer* (LOURO, 2001, 2004).

Palavras-chave: Pablllo Vittar; Estereotipagem; “Diferença”; Teoria *queer*; Representação.

Iniciando as reflexões

“Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p.8)

Pablllo Vittar é *queer*. A cantora e *drag queen* é a personificação do significado complexo, contraditório e paradoxal trazido por Louro na epígrafe: ela perturba, mas fascina, ela provoca e é rejeitada, ela é consumida, celebrada e atacada. Tudo ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Nesse sentido, o fenômeno Pablllo Vittar chama atenção pelo seu caráter ambíguo e contraditório em uma sociedade que aplica a lógica mercadológica também ao discurso da diversidade e da diferença. Desde o seu surgimento midiático nas redes sociais, em 2015, até a sua consagração e estouro no ano de 2017 com o lançamento de seu álbum *Vai passar mal*, a cantora não desaparece do mercado da mídia. A lista de conquistas inclui, entre outras coisas: parcerias com outros cantores e

¹ Doutoranda do PPGCOM da UFRGS e bolsista Capes, Mestre em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale) e Jornalista. E-mail: carolpilger@gmail.com.



artistas como Anitta, Major Lazer, Simone e Simaria, Lucas Lucco, Daniela Mercury, entre outros; a aparição em diversos programas de TV e capas de revistas, como a *Rolling Stone* e *Marie Claire*; o lançamento do clipe da música *Sua Cara*, parceria com Anitta, atingiu, em apenas cinco horas, a marca de 1 milhão de *likes*, tonando-se o vídeo que mais rapidamente atingiu essa marca no Youtube²; se apresentou no festival *Rock in Rio* ao lado da cantora Fergie; conquistou o troféu de Música do Ano do programa do Faustão com a canção *K.O*³; recentemente, no ano de 2018, ganhou na votação do Coca-cola #Fanfeat⁴ juntamente com Luan Santana e Simone e Simaria.

A mesma mídia e sociedade que celebra e consome Pablló Vittar também o ataca incessantemente, praticando uma violência simbólica. Nesse sentido, meu interesse recai sobre essas práticas de consumo, ora de celebração, ora discriminatórias, principalmente no que diz respeito aos ataques destinados à Pablló Vittar e que se orientam por uma prática de estereotipagem, que reduz, naturaliza e essencializa a diferença que ela representa (HALL 2016), e, mais particularmente, sobre o aspecto do *fetichismo* que é expressado nessas práticas. Portanto, esse artigo tem o intuito de problematizar as representações da “diferença” e o processo de estereotipagem da figura de Pablló Vittar na mídia, focando o olhar para o consumo e disseminação do vídeo de um excerto de um show em que supostamente a cantora teria mostrado suas partes íntimas e que gerou grande repercussão midiática.

Nesse sentido, a análise terá como subsídio o programa *A tarde é sua*, da Rede TV, apresentado pela jornalista Sônia Abrão, e veiculado no dia 19 de fevereiro, ocasião em que esse vídeo foi comentado por ela e por outros participantes do programa. Além disso, o artigo também tem como objeto empírico de análise algumas postagens do *Instagram* de Pablló Vittar e os comentários tecidos nas mesmas, quando será problematiza essa transitoriedade entre o feminino e o masculino e a fronteira entre os

² Informação disponível em: <<http://billboard.uol.com.br/noticias/anitta-e-pablló-vittar-batem-recorde-de-likes-com-major-lazer-no-youtube>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

³ Informação disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/domingao-do-faustao/melhores-do-ano/2017/noticia/pablló-vittar-comemora-premio-de-musica-do-ano-esse-trofeu-tem-o-peso-da-diversidade.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2018.

⁴ Informação disponível em: <https://www.cocacolafm.com.br/apuracao-de-votos.htm>. Acesso em: 3 mar. 2018.



gêneros e as sexualidades habitada pela artista (LOURO, 2001). Este artigo terá como base teórica principal as reflexões desenvolvidas por Stuart Hall (2016) sobre estereotipagem, representação e “diferença” e as reflexões oriundas da teoria *queer* (LOURO, 2001, 2004).

O espetáculo da “diferença” e o processo de estereotipagem

A estereotipagem é um conceito importante para a reflexão e problematização da “diferença” e enquanto prática de produção de significados para a representação da mesma. Segundo Hall (2016, p. 173), “estereotipado” significa “reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas”. Esse conceito, por sua vez, nos leva para a reflexão sobre a “naturalização” que é, também, uma prática da representação que tem o intuito, justamente, de “*fixar* a ‘diferença’ e, assim, *ancorá-la* para sempre” (HALL, 2016, p. 171, grifo do autor). Portanto, a estratégia da naturalização é tentar impedir o inelutável “deslizar” do significado para assegurar o ‘fechamento’ discursivo o ideológico” (ibidem). De uma forma geral, a estereotipagem, conforme explica Hall (2016, p. 190), produz efeitos essencializadores, reducionistas e naturalizadores, que têm o objetivo de restringir os indivíduos a poucas características simplistas e essenciais, que são “representadas fixas por natureza”.

Hall (2016, p. 190, grifo nosso) estabelece, além das caracterizações acima descritas do processo de estereotipagem, mais quatro aspectos adicionais que definem a prática: “**(a) a construção da “alteridade” e exclusão; (b) estereótipos e poder; (c) o papel da fantasia; e (d) o fetichismo**”.

Quanto à construção da alteridade e o processo de exclusão, a estereotipagem tem como característica o *fechamento* simbólico, quando *fixa* os limites aceitáveis e exclui tudo o que não lhe pertence, ou seja, ela é parte de uma espécie de “manutenção da ordem social e simbólica” pois cria uma demarcação simbólica entre “nós e eles”, entre o “normal” e o “pervertido”, “normal” e o “patológico”, “pertencente” e “não pertencente”, entre outros (HALL, 2016, p. 192).

Outro aspecto relevante da estereotipagem é sua relação com o poder. No que diz respeito a isso, Hall esclarece que a construção dos estereótipos tende a ocorrer onde



“*existem enormes desigualdade de poder*” (HALL, 2016, p. 192, grifo do autor). Argumenta Hall, baseado em Derrida, que a estereotipagem, nesse sentido, é dirigida e praticada com base na subordinação de um grupo e sua consequente exclusão, sendo um de seus aspectos o *etnocentrismo*, lembrando que entre as oposições binárias como o “nós e eles” nunca há uma relação horizontal, pacífica, mas sim o estabelecimento de uma hierarquia conflituosa e, por vezes, violenta, quando um dos polos “governa” o outro ou possui “primazia” (ibidem).

De uma forma geral, na estereotipagem há uma intensa conexão entre representação, “diferença” e poder. É imprescindível problematizar a natureza do poder, pois ele não está limitado às coerções físicas diretas ou restrições, mas, principalmente, na construção da representação, quando age como *poder de marcar, classificar, atribuir significado, expulsar*. Por fim, lembra Hall (2016), também é preciso considerar que o poder não apenas restringe e inibe, mas produz novos discursos, formas e objetos de conhecimento, desenvolve novas práticas e instituições.

No tocante à relação entre estereotipagem e fantasia, Hall reflete sobre a importância de perceber que os estereótipos remetem tanto à imaginação e ao que é fantasiado, quanto ao que é percebido como “real”, sendo, portanto, as “reproduções visuais das práticas de representação” somente metade do aspecto de sua constituição. “A outra metade – o significado mais profundo – encontra-se *no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado*” (HALL, 2016, p. 200, grifo do autor). Com a base apoiada em “*fantasia e projeção*” introduz-se um enfoque sexual no processo de estereotipagem que nos leva para outros aspectos, que são os seus efeitos de “*divisão e ambivalência*” (ibidem). Hall nos lembra da obra de Edward Said, *Orientalismo*, para refletir sobre a importância da fantasia e das projeções na construção do estereótipo do Oriental pelo Ocidental. Hall (2016, p. 200) argumenta que Said observou que um conceito geral sobre o que era ou quem era um “Oriental” surgiu não apenas por uma “realidade empírica”, mas, principalmente, pela imaginação que foi abastecida por uma “lista de desejos, repressões, investimentos e projeções” (SAID, 1978, p. 8 apud HALL, 2016, p. 200). Essas, entre outras questões, segundo Hall (2016), nos orientam para outra prática representacional da estereotipagem, denominada



como *fetichismo*.

A prática do *fetichismo*, de acordo com Hall (2016, p. 206), nos guia para o “reino onde a fantasia intervém na representação”, quando o que está evidenciado ou visto na representação só pode ser entendido em relação ao que não pode ser mostrado ou visto, ou seja, no que permanece no nível da fantasia. Nesse sentido, o exercício do *fetichismo* abarca “substituir por um ‘objeto’ uma força perigosa e poderosa, mas proibida” (HALL, 2016, p. 206).

Outro aspecto importante que envolve o *fetichismo* é o processo de rejeição. Essa estratégia é extremamente relevante para a prática e é o meio encontrado para que um “poderoso fascínio”, ou um desejo, seja satisfeito e ao mesmo tempo negado. Além disso, a prática também diz respeito ao deslocamento na representação de algo que é considerado tabu (HALL, 2016, p. 207).

Por fim, Hall (2016, p. 211) se pergunta se esses regimes dominantes de representação podem ser, de fato, desafiados, modificados ou contestados, e quais as estratégias possíveis para tentar subverter o processo de representação, transformando as formas negativas, em positivas. Entre as diferentes estratégias de transcodificação estão as inversões dos estereótipos de imagens negativas em imagens positivas, conforme dito, e o respeito às diversidades e pluralidades da “diferença”. Essa substituição visa, então, dominar a representação popular com imagens positivas e de celebração de determinada identidade que vinha até então sendo estigmatizada e excluída. Dessa forma, ela inverte a antiga oposição binária e privilegia o termo dominado ou subordinado, tentando estabelecer uma identificação positiva daquilo que, até então, vinha sendo visto como “abjeto”. Ou seja, tem o intuito de expandir e complexificar a gama de representações da alteridade e da “diferença”, desafiando, assim, as formas redutoras, essencializadoras e naturalizadoras dos estereótipos anteriores. No tocante a esse ponto, é justamente essa, entre outras questões, o que procura a teoria *queer*.

Um olhar necessário para a teoria *queer*

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer, é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

deseja ser “integrado” muito menos “tolerado”. (LOURO, 2004, p. 7)

Para compreendermos o lugar cultural e social que ocupa uma artista como Pablo Vittar, são extremamente necessários o percurso e a reflexão sobre a teoria *queer*. Ela nos dará a base para que possamos problematizar, também, o processo de estereotipagem nas representações da “diferença” (HALL, 2016) quando focarmos no conjunto de artefatos de consumo midiáticos escolhidos que se valem da imagem da cantora e *drag queen*.

Conforme lembra Louro (2004), historicamente, e de forma ainda relevante hoje, a demarcação dos lugares e posições sociais dos sujeitos dentro de um grupo é reportada a seus corpos. Entre a determinação de tantas marcas, estabelecidas ao longo dos séculos, a maior parte das sociedades designou a “divisão masculino/feminino” como uma separação primordial, que serviu (e serve) como base para a compreensão da cultura de um modo geral e é compreendida como a divisão “primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo” (LOURO, 2004, p. 76).

Ao longo dos dois últimos séculos, a sexualidade firmou-se como objeto notável e privilegiado do olhar de “cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir, efetivamente, numa ‘questão’” (LOURO, 2001, p. 541). Desde que os holofotes estão apontados para ela, os discursos sobre a sexualidade ganharam espaço, quando ela vem sendo, incessantemente, explicada, compreendida, descrita, regulada, educada, normatizada, saneada, por diversas áreas do conhecimento e perspectivas. Segundo Louro (2001, p. 541), além das instituições tradicionais, constituídas pelo Estado, igrejas e ciência, atualmente outras instâncias e grupos organizados pleiteiam, sobre a sexualidade, “suas verdades e sua ética”. Aqui podemos pensar sobre os diversos espaços midiáticos e comunicacionais, como o jornalismo, a publicidade, os programas de entretenimento, entre outros. Conforme alerta Louro, baseando-se no pensamento de Michel Foucault, na contemporaneidade crescem e disseminam-se cada dia mais os discursos sobre o sexo, quando as sociedades “continuam produzindo, avidamente, um ‘saber sobre o prazer’ ao mesmo tempo que experimentam o ‘prazer de saber’” (ibidem).

Novamente pensando nos artefatos de consumo midiáticos e sua relevância no que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

diz respeito à visibilidade, Louro (2001) afirma que hoje⁵ as denominadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis, e com este fenômeno também crescem e tornam-se mais explícitas e acirradas as lutas entre a comunidade LGBTQ, por exemplo, e os grupos conservadores, recorrentemente liderados pelo discurso religioso.

Uma questão importante trazida por Louro (2001) é que a visibilidade dessas identidades, até então marginalizadas, silenciadas e estigmatizadas, pode ter efeitos contraditórios quando, por um lado, determinadas esferas sociais começam a demonstrar uma progressiva aceitação da diversidade e pluralidade sexual, bem como passam a consumir seus produtos culturais, como no caso do objeto empírico desse estudo, a cantora e *drag* Pablo Vittar; por outro lado, instâncias tradicionais atualizam e aumentam seus ataques, “realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (LOURO, 2001, p. 542).

Louro alerta que o grande desafio quando refletimos sobre as posições de gênero e sexuais é que elas se complexificaram e multiplicaram, não sendo mais possível analisá-las ou compreendê-las através de esquemas binários, pois elas estão em constante transformação e instabilidade. O principal, para autora, é “admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2001, p. 542). Nesse sentido, em um dado momento, a política de identidade homossexual começou a revelar suas fragilidades e a se mostrar insuficiente para a reflexão da diversidade de identidades e sujeitos que, de certa forma, não cabiam nas dicotomias existentes entre “gay/hétero” ou “masculino/feminino”. É neste momento que surge a teoria *queer* e suas posições “pós-identitárias” (LOURO, 2001, p. 546).

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar

⁵ Devemos levar em consideração o ano de publicação do texto de Louro, 2001, para refletir sobre a visibilidade das identidades LGBTQ, por exemplo, que atualmente está relevantemente maior do que em 2001. O próprio surgimento e ascensão de artistas como Pablo Vittar, entre outros, demonstra isso.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 546).

Louro (2001, p. 549) lembra que Butler, assim como demais teóricos *queer*, focalizam sua crítica para a oposição heterossexual/homossexual, argumentando que os discursos nunca escapam da referência à heterossexualidade como norma, até mesmo naqueles que pretendem defender a homossexualidade ou a integração dos/as homossexuais ou na reivindicação de uma comunidade em separado, ou seja, tanto “para considerar a sexualidade como originariamente ‘natural’ ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam” da heteronormatividade.

A estereotipagem da “diferença” queer nas representações de Pablo Vittar



Iniciamos esta seção de análise com uma montagem que apresenta a compilação



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de algumas matérias sobre a disseminação e repercussão de um vídeo⁶ de um show de Pablo Vittar no período de carnaval do ano de 2018, em que, supostamente, a cantora e *drag queen* teria mostrado suas partes íntimas, mas especificamente seus testículos, em um momento da coreografia em que se vira de costas para o público e rebola, dança que costuma ser realizada na maioria de seus shows. O vídeo da cena específica comentada, que tem a duração de aproximadamente 15 segundos, não evidencia, em momento algum, as partes íntimas da cantora, o que aparece, efetivamente, são suas nádegas e sua calcinha, fio dental, da cor nude. Porém, o que interessa nesse fenômeno não é se realmente as partes íntimas de Vittar aparecem ou não, mas sim, a representação estereotipada da “diferença” e o espetáculo desse “Outro” (HALL, 2016) que se criou em torno de um olhar excessivo para a genitália da *drag queen*, entre outras questões pertinentes.

A repercussão também foi relevante no *youtube*, quando em pesquisa realizada, colocando apenas o nome “Pablo Vittar” no canal de vídeos, parte das primeiras postagens referentes à artista dizem respeito a esse acontecimento, como observamos na imagem abaixo.



É impressionante o interesse específico nas partes íntimas da cantora e *drag queen*, bem como na exploração e consumo midiático do vídeo. Um exemplo disso foi o programa de entretenimento *A Tarde é sua*, da RedeTV, apresentado pela jornalista Sônia Abrão. No dia 19 de fevereiro, o programa dedicou cerca de nove minutos ao caso do

⁶ Para conferência, se necessário, vídeo disponível aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=4w0Y4dgfen4>>. Acesso em: 5 mar. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

vídeo de Pablllo Vittar e a discussão sobre a suposta aparição das partes íntimas da cantora em um espaço determinado para as “fofocas” sobre as celebridades denominado de *Bafões do Felipeh*⁷. Entre os tantos comentários tecidos por Felipeh, Sônia Abrão e os demais participantes do programa sobre o vídeo, destacamos os seguintes:

Felipeh: “Este final de semana foi para lá de sensual, tantas coisas vazaram na internet. Pablllo Vittar também deixou vaziar. Eu olhei tanto, fui analisar tanto que eu até levei uma bolada na testa”.

Sônia: “Gente, ele não tava nem de fio dental né? Não tava!”

Felipeh: “Não tava... ele simplesmente jogou na cara”.

Outros participantes: “Ah, tinha uma tanguinha ali... nude.”

Sônia: “Ah tá, tinha uma tanguinha... mas não foi suficiente porque ele tem, como chama... tem volume, tem “acessórios”, tem “penduricalhos”, como eles falam.. E não é a primeira vez heim! Que essa vez foi mais “explicito” mesmo. Na semana passada ou retrasada já tinha um, só que ele tava de shortinho”.

Felipeh: “Olha ali... não tá nem aí, colocou, como que é mesmo, a vitrola né? Ah radiola, colocou a “radiola”.

Outro participante: “Mas todo mundo não sabe que tem a “radiola”? Porque ele é menino né?”

Felipeh: “Todo mundo sabe, mas também, não precisa mostrar né?”

Outro participante: “É que escapa ué!!”

Nesse sentido, a fantasia, quando todos imaginam o que pode ter ou não por baixo da saia de Vittar, e, conseqüentemente, o fetiche, quando não conseguem parar de olhar, tem um papel importante na representação da diferença e estereotipagem de Pablllo Vittar, quando as pessoas demonstram em seus comentários extremo desconforto com o corpo da artista e, especialmente, com seus testículos, porém, ao mesmo tempo, demonstram fascínio e curiosidade, dedicando um olhar excessivo para a imagem, quando o próprio apresentador diz “*Olhei tanto, analisei tanto*”. Outra questão importante é o fato de que o foco de todas as matérias, vídeos, comentários e programas de TV que tratavam da artista neste período terem sido para as suas genitálias, também expressa o exercício da estereotipagem quando há a redução, essencialismo e naturalização da “diferença” na hora de representar Vittar, que se transforma em apenas uma parte de seu corpo: seus testículos. Pablllo Vittar é, nesse sentido, somente o que possui entre as pernas.

Hall (2016) cita o caso da “Vênus Hotentote” em seu texto, quando os

⁷ Vídeo disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/atardeesua/videos/ultimos-programas/bafoes-do-felipeh-pablllo-vittar-mostra-demais-durante-show>. Acesso em: 5 mar. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pesquisadores fixavam o olhar para a genitália e nádegas da negra com objetivos “científicos”, que permitiam a eles “continuarem olhando” enquanto negavam a natureza sexual de seu olhar. Ou seja, eles utilizavam a ciência como um “disfarce” para a “rejeição”, que por sua vez permite a busca desse desejo ilícito. Como no caso de Pablllo Vittar, ao mesmo tempo em que fixam os olhares procurando encontrar a genitália da artista, negam, dizendo, inclusive, que esse tipo de imagem e comentário não poderia ser feito naquele horário do programa (durante a tarde), e disfarçam seus interesses e comentários por trás de uma “análise profissional” do que seria “bom ou ruim” para a carreira da artista com esse tipo de exposição, lembrando aqui a “história fabricada” ou o “disfarce” mencionado por Hall (2016). Bem como dizendo que todo mundo sabe que a artista possui um pênis e testículos, mas que “não precisa mostrar”, deslocando, assim, para um discurso moralista, enquanto “Aquilo que é afirmado como diferente, horrível, ‘primitivo’ e deformado está sendo, ao mesmo tempo, obsessivamente desfrutado e apreciado de forma detida *porque é estranho, exótico e ‘dispar’*” (HALL, 2016, p. 209).

O mesmo ocorre nas imagens do *Instagram*⁸ de Pablllo Vittar. As postagens da artista costumam gerar, recorrentemente, em torno de três a cinco mil comentários, em cada imagem, que oscilam entre a celebração, admiração e amor dos fãs à artista e comentários de ataque, muitos deles com extremo preconceito e violência, bem como desconforto, choque, repulsa, e dúvidas a respeito da identidade de gênero e sexual de Vittar. Na imagem abaixo, podemos observar que o primeiro comentário tecido é um questionamento a respeito do gênero da artista, quando o usuário pergunta “Mulher sem peito?”, ao mesmo tempo que o último diz “Homão da Poha”, em outro momento, comentários como “onde esconde as bolas” também são destinados às imagens da artista. Aqui fica claro esse “não lugar” que Pablllo habita, este permanecer na fronteira (LOURO, 2001), bem como o excessivo olhar para partes que são objetalizadas, fragmentadas e sexualizadas em seu corpo, característica importante no aspecto do fetichismo e na produção do estereótipo e demarcação da “diferença” (HALL, 2016).

⁸ Pablllo Vittar possui mais de seis milhões de seguidores no aplicativo.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS



Hall (2016) lembra que Mary Douglas comenta que o perigo está quando as coisas não conseguem ser encaixadas em um único lugar, em um espaço culturalmente, historicamente e socialmente aceito e fixo para determina identidade. Segundo Hall, a autora afirma que um grupo ou uma identidade que flutua ambigualmente em uma zona que é híbrida, intermediária e instável é tida como perigosa, pois não é uma coisa, nem outra. Essa “diferença” é então excluída e marginalizada pelo processo de estereotipagem. É o caso de Pablo Vittar. A cantora e *drag queen* flutua pelos gêneros masculino e feminino e não é alguém que possa ser determinado pelas culturas estáveis, que exigem, recorrentemente, que as coisas “não saiam de seus lugares designados”. Ou seja, ou ele deve ser homem ou mulher, ou é gay ou não é. O choque e inquietação se dá até mesmo pela dúvida em como se referir a Pablo Vittar, se como “ele” ou como “ela”? Mas Pablo é os dois. Recorrentemente em seu *Instagram* é possível observar essa aflição das pessoas em querer defini-lo e encaixa-lo nas categorias pré-existentes, como visto acima, e como pode ser percebido nestas outras postagens, apresentadas abaixo, quando na primeira alguém pergunta se é “homem ou mulher”, depois alguém responde afirmando ser um “homem”, outro diz ser um “traveção”. Na postagem seguinte, entre comentários positivos como “maravilhosa”, está um comentário dizendo “vergonha para o Brasil” e outro afirmando que a cantora “acha que é mulher”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS



Com base, simplesmente, nos “dados” dos corpos, como a falta de um peito ou a presença de um pênis. Precisamos pensar essas dimensões como sendo inscritas discursivamente nos corpos, transformando-os culturalmente e historicamente. Claro que com isso a autora não pretende negar a “materialidade dos corpos”, mas o que devemos destacar são os processos e as práticas discursivas que se relacionam com os aspectos dos corpos e, dessa forma, se convertem em definidores de gênero e de sexualidade, e conseqüentemente, “acabam por se converter em definidores dos sujeitos”. “Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura” (LOURO, 2004, p. 75).

Outra questão relevante é também a confusão que se observa quanto à questão de Pablo Vittar ser uma *drag queen*. Muitos comentários tecidos por usuários do *Instagram* e até mesmo pelos jornalistas em matérias e no próprio programa da Sônia Abrão, insinuam que Pablo “é uma mulher” ou “quer ser uma mulher”, o que não é o caso. A *drag queen*, segundo Louro (2004, p. 85), habita essa zona da marginalidade tanto na categorização heteronormativa quanto na própria cena homossexual, pois ela habita a fronteira do gênero e da sexualidade e causa estranhamento por isso. A *drag queen* não quer ser ou parecer uma mulher, ela realiza uma “paródia de gênero”, exagera propositalmente os traços femininos, corporais, comportamentais culturalmente



identificamos como femininos, ela imita ao mesmo tempo que “subverte o sujeito que copia”, ela “assume, explicitamente, que fabrica seu corpo; ela intervém, esconde, agrega, expõe. Deliberadamente, realiza todos esses atos não porque pretenda se fazer passar por uma mulher. Seu propósito não é esse; ela não quer ser confundida ou tomada por uma mulher” (LOURO, 2004, p. 85).

De uma forma geral, percebemos que a todo o momento, tanto nas matérias jornalísticas que falam da artista, no programa da Sônia Abrão quando em determinados momentos a jornalista ataca Pablllo Vittar com comentários de uma violência simbólica e deboche, depois diz “gosto muito dela”, “ela é uma figura importante”, “ela é maravilhosa”, “a bunda dela é linda”, quanto nos comentários dos usuários do *Instagram*, sempre uma representação que flutua entre as oposições binárias de representação, ora positivas, com a consagração de sua arte e de sua identidade LGBTQ, ora negativas, como representação monstruosa de tudo que é “imoral”, “promíscuo”, “contra a família”, contra a “honestidade”, “bizarro”. Hall faz uma importante reflexão a esse respeito:

É importante aceitar todas as posições ao mesmo tempo porque, como espero mostrar, é comum que as pessoas significativamente diferentes da maioria em algum aspecto – “eles” em vez de “nós” – fiquem expostas a esta forma binária de representação. Elas parecem ser representadas por meio de extremos acentuadamente opostos, polarizados e binários – bom/mau, civilizado/primitivo, feio/excessivamente atraente, repelente por ser diferente/cativante por ser estranho e exótico. E, muitas vezes, elas são obrigadas a ser as *duas coisas ao mesmo tempo!* (HALL, 2016, p. 145).

Temos que deixar claro que é muito importante que tenhamos a celebração da diversidade e sua representação de forma positiva na mídia, porém, é imprescindível lembrar que mesmo com as imagens positivas, o aspecto negativo não é necessariamente deslocado, como observamos. Para Hall, o problema dessa estratégia de “positivo/negativo” é justamente isso, já que “os binários não foram deslocados, o significado continua a ser enquadrado por eles. A estratégia desafia os binários – mas isso não os prejudica” (HALL, 2016, p. 218).

Ou seja, no caso de Pablllo Vittar, a própria estratégia de negar esses estereótipos, quando o mesmo coloca suas fotos em que aparece transitando entre o masculino e o feminino, faz com que o público realize questionamentos do tipo “onde estão os peitos”,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“não vai colocar silicone”, “onde escondeu as bolas”, “pode ser gay, mas isso é uma aberração”, ou seja, apesar das diversas representações positivas de Pabllo Vittar, o estigma da identidade marginalizada da *drag queen*, do homem gay, da pessoa “sem gênero” ou com o gênero fluido, continua presente. Em uma imagem da cantora que celebre a diversidade, ao mesmo tempo ainda são realizados comentários preconceituosos, significações que remetem a esse estigma que, infelizmente, por mais que a “diferença” esteja sendo celebrada, ainda a acompanha.

Considerações finais

Assim como anunciado por Bauman (1999), o discurso da diversidade e sua celebração prosperam porque estão inseridas dentro de uma lógica mercantil. Neste cenário a diversidade serve para uma pluralidade de ofertas do mercado, como uma “variedade de vidas negociáveis”, ou como uma possibilidade de identidades vendáveis. Hall (2016) estabelece um regime racializado de representação, mas aqui podemos abordar sobre um regime “generificado” de representação, ou regime heteronormativo de representação. No caso de Pabllo Vittar, percebemos um *boom* na disseminação e representação da sua imagem na mídia e não podemos deixar de mencionar um interesse mercadológico nessa diversidade que Vittar representa, o que muitas vezes o vende e o consome como um espetáculo da “diferença”. Mas, também percebe-se essa celebração da “diferença” na representação da *drag queen*, o que faz com que sua identidade seja complexificada, invertendo também as oposições binárias dos gêneros, e privilegiando, assim como Hall (2016) descreve, o negativo como forma positiva e expandindo a gama de representações de gênero, sexualidade, performatividade. Pabllo Vittar é um importante fenômeno artístico e midiático, mas sua relevância vai muito além de sua música e imagem, Pabllo serve como uma espécie de pedagogia da diversidade.

Porém, a disseminação de sua imagem também ativa o conservadorismo, que se sente ameaçado pelo o que ela representa, pois Pabllo representa a instabilidade, a fragmentação, o estar na fronteira, o que não é uma coisa, nem outra (LOURO, 2001, 2004), e os movimentos conservadores, principalmente mascarados por um discurso que se utiliza das instituições religiosas legítimas e aplica, justamente, o oposto disso. De uma



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

forma geral, a identidade e representação de Pablo Vittar coloca em questionamento diversas “verdades” e posições fixas historicamente na sociedade, o perigo da “ascensão” dessa identidade está na perda desse equilíbrio, desse controle que vem através das posições fixas dos sujeitos, dos gêneros, que influencia até mesmo em um desequilíbrio das famílias tradicionais conservadoras, na criação dos filhos, na economia, na política e em diversas instâncias de “funcionamento da sociedade” (HALL, 2016; LOURO, 2001).

Me pergunto se a propagação mercadológica dessas identidades também colaborou para o foco para questões importantes como a violência, quando o Brasil é o país que mais mata LBGTQs no mundo: um a cada 25 horas⁹. Segundo Bauman (1999, p. 292) a “diversidade” e a “tolerância” promovida pelo mercado não nos leva para um caminho da solidariedade, pois ela “*fragmenta*, em vez de unir”. Esta “tolerância” naturalizada serve justamente para uma redução dos laços sociais a um “verniz superficial”, ou seja, ela só sobrevive “enquanto continua a ser vivida no mundo aéreo do jogo simbólico da representação e não transborda para o reino da coexistência diária graças ao expediente da segregação territorial e funcional” (BAUMAN, 1999, p. 292).

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

HALL, Stuart. **O espetáculo do outro**. In: HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016. Cap. 2 – p. 139- 246.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer** – uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, ano 9, 2º semestre de 2001. p. 541 -553.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

⁹ Informação disponível em: < <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbts-no-mundo-1-cada-25-horas/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.



Identidade e diferença na formação de minorias: a luta pela igualdade de gênero no canal GNT

Phillipp Dias Gripp¹

Ada Cristina Machado Silveira²

Resumo: Este artigo trata da temática identitária aliada à percepção das diferenças para compreender a luta pela igualdade de gênero em uma abordagem minoritária e sua visibilidade midiática no canal televisivo GNT. Dessa maneira, objetivamos discutir a importância da noção de identidade para a formação e luta de minorias pela conquista de direitos historicamente negados. Enfocamos, assim, em um histórico sobre a luta pela igualdade de gênero no contexto dos movimentos feministas e da discussão teórica sobre gênero. Com isso, apresentamos uma análise com apoio na semiótica discursiva sobre a difusão da campanha ElesPorElas/HeForShe no canal GNT, objetivando perceber como a temática da luta pela igualdade de gênero é abordada na emissora.

Palavras-chave: Igualdade de gênero. Identidade. Canal GNT. ElesPorElas.

Introdução

A discussão sobre identidade é extensa, principalmente entre estudiosos/as que encontram uma base epistemológica ou tecem algumas alianças com a corrente pós-estruturalista, inspirados/as em reflexões foucaultianas, derridarianas, deleuzianas entre outras. Por meio do desenvolvimento desse debate, podemos perceber a emergência de diversas vertentes teóricas preocupadas com distintas abordagens sobre a temática identitária que coexistem, a exemplo de estudos pós-coloniais, diaspóricos, performativos e *queer*. Embora existam coerências e desacordos dentre essas perspectivas, é inegável que o debate sobre identidade é intelectualmente produtivo.

Sem querermos nos deter às particularidades de cada um desses enfoques, a importância da reflexão sobre identidade neste trabalho se constitui como uma abordagem para entender de que maneira a adoção de diversas características simbólicas, como gênero, sexualidade, profissão, crença, nacionalidade etc., contribuem para que pessoas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: phidgripp@gmail.com.

² Professora do POSCOM/UFSM. Pesquisadora do CNPq. Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: adac.machadosilveira@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sejam socialmente classificadas através do estabelecimento de identificações e diferenças entre elas e em consonância a produções discursivas.

Objetiva-se compreender como a definição das identidades, aliada à percepção das diferenças, ajuda na constituição de minorias e na formação de seus movimentos que lutam pela conquista de direitos historicamente negados. Abordamos a luta pela igualdade de gênero protagonizada principalmente por mulheres e no contexto dos movimentos feministas como uma luta minoritária. Apresentamos uma análise com apoio na semiótica discursiva sobre como o canal televisivo GNT, que se define como voltado para o público feminino, aborda a temática da luta pela igualdade de gênero através da campanha *ElesPorElas/HeForShe*.

Identidade, diferença e minorias

Para tanto, consideramos a discussão sobre o conceito de identidade proposta por Hall (2000), que pretende responder para quem ele é necessário. Ele discute o conceito de identidade percebendo a necessidade de desconstruí-lo e superá-lo dialeticamente, mas sem substituí-lo por outro. Logo, autor visa não abandonar o conceito, mas pensá-lo em outra posição paradigmática. Adota-se, então, a concepção de identidade atrelada aos processos de identificação e diferença. Ambos são tomados por Hall (2000) como dois processos intrinsecamente ligados (um operando por meio do outro), tendo em vista que a produção discursiva que inclui o sujeito a um conjunto com o qual ele se identifica também o exclui automaticamente de outros tantos através da diferença.

Assume-se o uso do conceito de identidade em uma abordagem estratégica e posicional, sendo contrário ao entendimento semântico iluminista que se tinha em sua origem. Ou seja, deve-se considerar que as identidades, em tal modalidade, não são mais vistas como estáticas, fixas ou unificadas; que elas são, por outro lado, cada vez mais fragmentadas e fraturadas, construídas discursivamente e por meio da assimilação das diferenças entre as posições assumidas socialmente. Nas palavras de Hall (2000, p. 108), as identidades não são, jamais, “singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mudança e transformação”.

Ora, se a percepção da diferença entre os sujeitos é um requisito para a compreensão das identidades, isto se dá porque esse processo permite distinguir os sujeitos, os quais são constituídos por uma gama de características simbólicas que os estruturam como diferentes. A diferenciação permite que os sujeitos assumam posições determinadas durante suas produções enunciativas, em meio aos processos comunicacionais, tendo em vista suas respectivas particularidades que podem dar respaldo para se expressarem sobre os assuntos tratados. É nesse contexto que Hall (2000) atribui importância ao discurso na construção das identidades, esclarecendo que elas são formadas sempre no interior e não fora das práticas discursivas, já que são estas práticas responsáveis pela própria constituição dos sujeitos.

Ao relacionar as identidades à diferença e aos discursos, Hall (2000) também demonstra a necessidade de implicar as relações com o “outro” na discussão. Por isso, o autor entende que as identidades corroboram a construção de jogos de poder na sociedade, pois elas possibilitam exclusões através das posições sociais dos sujeitos nas produções discursivas:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111-112).

Hall (2000) apresenta consonância à perspectiva foucaultiana, associando o conceito de identidade às práticas discursivas. Entende-se que não se deve mais entender a identidade de maneira essencialista e iluminista, como detalhado por ele em outra publicação (HALL, 2006), mas como uma vinculação temporária aos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, o que é proporcionado por tais práticas. Considera-se que as enunciações dos sujeitos podem ser observadas a partir das posições identitárias que eles ocupam e assumem em sociedade e que são construídas através das práticas discursivas.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Assume-se, então, que ao falar, o sujeito está sempre vinculado temporariamente a uma posição, que ele exerce um lugar de fala.

Nesse cenário, Hall (2000) também é guiado pelo pensamento de Butler, com o qual demonstra encontrar um viés para, enfim, responder seu questionamento inicial: afinal, “quem precisa da identidade?”. Ele explica que “[...] todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável” (HALL, 2000, p. 129). Assim, entendo que, ao situar a perspectiva identitária em uma abordagem de jogos de poder, Hall (2000) sustenta que a perspectiva das identidades, assumidas de modo político temporariamente através da performatividade, serve aos grupos de minorias sociais que ainda precisam lutar para garantia de direitos em sociedade.

A noção de minoria é articulada na Comunicação por Sodré (2005), tendo como base o âmbito político da democracia, diferenciando-a quantitativa (em que se utiliza o argumento que na democracia predomina a vontade da maioria) e qualitativamente (em que se compreende que é na democracia que as minorias podem ser ouvidas). Para ele, minoria é uma voz qualitativa no processo democrático; um grupo articulado identitariamente (negros, homossexuais, indígenas, mulheres etc.) para lutar por mudanças diante instâncias do Estado e conquistarem direitos sociais até então rejeitados; um lugar de transformação e passagem.

Sodré (2005) argumenta que o conceito de minoria como um lugar deve ser acatado topologicamente como um campo de fluxos, de pontos de força, onde há polarização de diferenças orientando identificações.

Lugar “minoritário” é um topos polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Por isso, pode-se afirmar que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica (SODRÉ, 2005, p. 1).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O autor segue elencando quatro características que definem uma minoria: 1) vulnerabilidade jurídico-social, entendendo que o coletivo não é institucionalizado por regras jurídico-sociais vigentes, por isso pode ser encarado como vulnerável perante a legitimidade institucional e políticas públicas; 2) identidade *in statu nascendi*, sendo a identificação social de uma minoria dependente de uma formação sempre em recomeço, reinventando-se em diferentes contextos estatais; 3) luta contra-hegemônica, que em princípio tem o objetivo de reduzir o poder hegemônico sem toma-lo através do uso de armas de fogo, mas por meio de outras ações, como a repercussão midiática; e 4) estratégias discursivas, tornando-se os principais recursos de luta práticas como passeatas, manifestos, publicações em revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet etc.

É de acordo com essa abordagem adotada por Sodré (2005) que considero a luta pela igualdade de gênero como uma luta minoritária, a qual é principalmente desenvolvida pelas e para as mulheres através dos movimentos feministas. Tais movimentos e lutas não se ordenam através de regras jurídico-sociais para adquirir legitimidade; precisam se reinventar através de um olhar autocr tico e dependendo do contexto nacional em que se desenvolve (a luta feminista brasileira tem pautas próprias e distintas em rela o   mesma luta no Marrocos, por exemplo); e sua luta contra-hegemônica historicamente se desenvolve por meio de a es que têm como estratégia a produ o discursiva, como em passeatas, gestos simbólicos, produ o intelectual, manifesta es públicas e campanhas sociais com repercussões midiáticas etc.

Feminismos e a luta pela igualdade de gênero

A luta pela igualdade de gênero está relacionada e geralmente faz referência aos movimentos feministas, já que essa luta foi iniciada no cenário em que as mulheres se organizaram nesses grupos de ativismo para reivindicar pelos direitos que eram negados a elas. É comum vermos o feminismo enquanto movimento social sendo historicamente dividido em duas ou três principais gera es ou ondas. O desenvolvimento da primeira onda feminista teria se dado por volta dos fins do século XIX, concentrando-se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

principalmente na luta de mulheres por igualdade em relação a direitos civis, políticos, educativos, sociais e econômicos, que eram reservados somente aos homens, a exemplo da participação em eleições, tanto para serem eleitas como para votarem, e do trabalho remunerado e equiparação salarial aos homens. Nesta primeira onda geralmente se destaca o movimento sufragista, que se estruturou principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A segunda onda feminista teria surgido após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1960, através de mulheres lutando principalmente pelo direito ao próprio corpo, ao prazer feminino, direitos reprodutivos, desigualdades legais em relação aos homens, contra a violência doméstica, entre outras reivindicações. Adelman (2009, p. 34-35) entende que as conquistas das mulheres, principalmente o direito ao voto, parece ter fechado um ciclo, diminuindo a efervescência social em torno da luta pela igualdade de gênero. Essa luta retoma suas forças nos anos 60, momento pós-guerra, que, como argumenta Adelman (2009, p. 25), propiciou “novas formas de subjetividade, de pensar sobre a vida e também de fazer política”.

Nesta segunda onda, a frase “O pessoal é político”, pronunciado num discurso pela feminista Carol Hanisch em 1969, tornar-se-ia central nas discussões pelo direito das mulheres, ao levar em conta as experiências individuais das mulheres para compreender as opressões sofridas por elas cotidianamente. Nesse contexto, emergiu a prática de reuniões em grupos de apoio e reflexão formados apenas por mulheres, nos quais elas relatavam suas vidas e concluíam que tinham em comum os preconceitos e violências sofridos diariamente.

Além destas duas ondas, ainda haveria a insurgência do que se considera uma terceira onda, com início por volta dos anos 1990, que apresenta uma crítica mais alinhada a estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais e queer, que traçam perspectivas alinhadas a interseccionalidades como raça e sexualidade, reconhecendo omissões e problemas nas principais pautas das ondas anteriores. No contexto da terceira onda, perceber-se-ia um enfoque maior dos estudos feministas às relações de gênero ao invés da categoria de mulher.

No entanto, mesmo que essa organização dos movimentos em ondas pareça, em



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

um primeiro momento, ser uma forma simples e prática de sistematização, essa ordenação se torna problemática por expressar uma linearidade e homogeneidade de acontecimentos inconsistente e priorizar a produção do Norte Global (estadunidense e europeia, principalmente). Além disso, tais lutas acabam se mesclando e tornando complexa essa divisão, sem um consenso estabelecido entre teóricas/os de gênero sobre o que realmente se apresenta em qual onda. A exemplo disso, reivindicações feitas durante a segunda onda ainda são pautas atuais e a terceira onda é identificada por alguns e desconsiderada por outros.

Consideramos as ondas como uma tentativa de categorização de alguns períodos em que pautas específicas tinham mais força e eram mais levantadas por grupos feministas, mas não nos orientamos por tal abordagem, apenas as apresentamos como uma alternativa amplamente conhecida de organização histórica de tais lutas.

Vale atentar, nesse contexto, que a noção de gênero nem sempre esteve presente na pauta do feminismo. Conforme explica Pedro (2005), priorizava-se até o início da segunda onda do feminismo a categoria de Mulher, para marcar a diferenciação ao Homem e, principalmente, à universalização da categoria Homem, que pretendia (e, por vezes, ainda hoje pretende) se referir a todos os seres humanos. Para Pedro (2005, p. 80):

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”.

Tal abordagem pode ser exemplificada pela publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que tenta unificar os seres humanos com a categoria Homem. Esse exemplo, aliás, é discutido e aprofundado por Miskolci (2010), que demonstra como a crítica feminista contribuiu para a nova redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948. O autor argumenta como o feminismo e os direitos humanos estão relacionados desde suas origens e durante seus desenvolvimentos em um diálogo crítico.

Pedro (2005), demonstra como pelo menos dois polos feministas contrapostos se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desenvolveram na entendida segunda onda: as “diferencialistas”, que, atreladas à categoria de “mulher”, a partir da identificação sexo feminino, objetivavam se diferenciar dos homens e denunciar as opressões por elas sofridas; e as “igualitaristas”, mais relacionadas ao “gênero”, que reivindicavam a participação das mulheres em diversos setores da esfera pública em igual condição dos homens. As igualitaristas acusavam as diferencialistas de serem essencialistas, enquanto as diferencialistas diziam que as igualitaristas objetivavam que as mulheres se vissem como homens para adentrar na esfera pública.

Além disso, uma ampla apresentação de teóricas/os que estudam a noção de gênero pode ser consultada em Connell e Pearse (2015), demonstrando as principais descobertas e indicando os principais debates realizados combinando a visão do Norte Global até os países que não fazem parte dessa metrópole, o Sul Global, com o objetivo de democratizar o conhecimento sobre gênero. Elas indicam um histórico do império Europeu e de suas colônias desde o século XVII até os contemporâneos debates queer e pós-coloniais. O papel de gênero se refere, de acordo com Connell e Pearse (2015, p. 131), à aplicação de normas culturais preestabelecidas ao gênero estabelecendo posições sociais. Tais papéis, assim, surgem a partir de padrões e regras impostas social e historicamente relacionadas a mecanismos utilizados para se definir o que se espera do que é ser homem e do que é ser mulher.

A partir desse breve cenário histórico de estudos, concordamos que “Entre 1990 e 2000, os estudos da mulher em universidades se expandiram e se tornaram ‘estudos de gênero’, engendrando questões lésbicas, gays e de transgênero e pesquisas não feministas sobre gênero” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 140). Ainda de acordo com as autoras, ativistas feministas viam tal fluxo com desconfiança e temiam que isso tornasse o movimento ininteligível e abstrato a mulheres trabalhadoras. Esse processo de fato culminou em uma produção acadêmica complexa, embasada na corrente teórica pós-estruturalista e alinhada a estudos queer e pós-coloniais. Porém, Connell e Pearse (2015, p. 142) explicitam que já na década de 1980 os movimentos do Norte Global estavam fragmentados e sem coerência, além de uma árdua resistência ao movimento vinda de pessoas externas a ele.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Apesar das complexidades que poderiam causar certo distanciamento das discussões sobre gênero em relação a mulheres sem vínculos acadêmicos, as novas discussões em torno do gênero proporcionaram uma revisão de teorias feministas, principalmente sobre o uso da categoria “mulher”, que já vinha sendo criticada por feministas negras, indígenas, indianas, entre outras, que reivindicavam uma integração de suas particularidades interseccionais dentro da tentativa de homogeneização do que se entendia por “mulher”, acreditando que a categoria não as representava suficientemente.

Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas (PEDRO, 2005, p. 82).

Nesse sentido, uma nova abordagem de lutas pela igualdade de gênero surge como uma vertente que visa representar diversos grupos de mulheres. Nesse novo cenário de estudos de gênero, com o contexto de que vivemos em uma sociedade heteronormativa (na qual orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas), Butler (2017), por sua vez, discute a relação entre gênero e sexo, problematizando a limitação da natureza biológica que distingue homens e mulheres. Por esse viés, a autora esboça uma crítica ao condicionamento social de uma ordem que exige coerência entre sexo, gênero e sexualidade: se uma criança nasce com um pênis é identificado como menino e, por isso, gostará de meninas; se nasce com uma vagina é entendida como menina e gostará de meninos. Com isso, ela salienta a necessidade de subverter esta ordem.

O gênero, para Butler (2017) tem a função social de produzir uma falsa noção de estabilidade, através de uma abordagem com coerência heterossexual e de oposições binárias: homem/mulher, masculino/feminino. Essa produção serve de base para manter a ordem compulsória que a autora alerta para existência. Logo, essa manutenção se efetiva por meio da estabilidade presente na repetição de gestos, comportamentos, vestuários,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que reforçam, para Butler (2017), a construção social do que se considera ser homem ou ser mulher.

A partir do panorama sobre os estudos de gênero até aqui apresentado, expomos, a seguir, uma análise discursiva sobre uma peça audiovisual veiculada pelo canal GNT, buscando compreender como a emissora apresenta a temática da luta pela igualdade de gênero através da campanha *ElesPorElas/HeForShe*. A análise segue o panorama metodológico da semiótica discursiva desenvolvido por Duarte e Castro (2014), descrevendo as categorias de tematização, figurativização, actorialização, espacialização, temporalização e tonalização.

A campanha *ElesPorElas/HeForShe* no canal televisivo GNT

O canal de televisão GNT, fechado para assinantes, foi criado em 19 de outubro de 1991 pela programadora de televisão Globosat, empresa brasileira pertencente ao Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina. O GNT é caracterizado pela Globosat como um canal de entretenimento e informação voltado para o universo feminino, que “reflete, inspira e é inspirado pela vida das mulheres” (MARCAS, 2018). Ele pode ser acessado pela televisão através da assinatura de operadoras de TV pagas como Sky, Net, Claro TV, Oi TV, Vivo TV, entre outras, além de estar disponível para acesso na internet, pelo site ou aplicativo do GNT Play, em computadores portáteis ou não e em celulares ou demais dispositivos móveis.

A partir de uma série de mudanças ocorridas no canal, conforme aponta Machado (2013), constata-se que inicialmente o GNT se apresentava, de modo geral, como um canal de notícias. É em 2003 que o GNT define como público-alvo principalmente as mulheres entre 25 e 49 anos, das classes A e B. No entanto, no levantamento feito por Machado (2013), não se nota um tratamento sobre as lutas por igualdade de gênero pelo canal televisivo.

Desse modo, considera-se que em 2015, ao assumir publicamente o compromisso com a campanha *ElesPorElas/HeForShe*, o GNT também começa a apresentar com frequência a temática da luta pela igualdade de gênero. Ao se vincularem com a campanha, o canal tinha o objetivo de conseguir 100 mil assinaturas masculinas de adesão



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

à causa e para isso estava preparando ações de mobilização voltadas a seu elenco, estudiosos, intelectuais, empresários e demais interessados no tema (GNT, 2015). O lançamento da campanha no canal foi promovido em um evento realizado no dia 24 de junho de 2015, que visou promover discussões e engajamento de homens e mulheres na luta pela igualdade de gênero.

Optou-se por apresentar aqui a discussão analítica sobre a primeira peça veiculada pelo canal GNT em apoio à campanha ElesPorElas. A peça foi intitulada *Convite de Astrid Fontenelle e Rodrigo Hilbert*, tem duração de 01 minuto. A Peça é composta pelas falas intercaladas de um homem e uma mulher não identificáveis inicialmente, enquanto são apresentadas imagens do cotidiano de quatro personagens, duas crianças (um menino e uma menina), e dois jovens (uma moça e um rapaz), separadamente. As quatro primeiras inserções de falas e imagens apresentam uma ideia de contraposição de sexo biológico entre as personagens que aparecem na imagem e o som da narração: quando a imagem apresenta a menina e a moça é a voz masculina que fala; quando a imagem apresenta o menino e o rapaz é a voz feminina que fala. Após as quatro primeiras inserções, a voz feminina continua falando ao aparecer a menina e o menino, separadamente, seguida da voz masculina ao aparecer a moça e o rapaz, também separadamente. Finalmente revelam-se Astrid Fontenelle como a dona da voz feminina e Rodrigo Hilbert como o dono da voz masculina. Na Figura 1, abaixo, é possível visualizar esses diferentes trechos peça.³

³ Disponível em: <<http://gnt.globo.com/especiais/eles-por-elas/videos/4273273.htm>>. Acesso em: 04 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: Trechos do Convite de Astrid Fontenelle e Rodrigo Hilbert (Peça 01)



Fonte: Disponível em: <<http://gnt.globo.com/especiais/eles-por-elas>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

A estratégia temática adotada pela peça apresenta uma concentração temática sobre as problemáticas restritivas acarretadas pela desigualdade de gênero tanto às mulheres, quanto aos homens e crianças de ambos os sexos. A temática refere-se às discriminações que as pessoas podem sofrer em seus cotidianos profissionais e de lazer, tendo em vista suas respectivas identidades de gênero, para demonstrar a importância da luta pela igualdade de gênero e para convidar os homens a se comprometerem com esta causa. Tais possibilidades de restrições são tematizadas no texto através dos questionamentos “Quem disse que isso não é pra ela? Ele tá provocando? É só uma fase? Esse não é o lugar dela? Quando é que mulheres e homens terão os mesmos direitos?”, referindo-se, em contraposição, à imagem que apresenta personagens em momentos de lazer e trabalho. A partir disso, o enfoque temático apresenta o convite direcionado aos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

homens para que assumam uma posição a favor da luta pela igualdade de gênero, assinando o compromisso da campanha *ElesPorElas/HeForShe*.

A estratégia figurativa adotada pela peça para contextualizar a temática da igualdade de gênero é a apresentação de diferentes personagens, de gêneros diversos e duas faixas etárias, desempenhando performances que são socialmente preconcebidas como atribuídas ao sexo biológico entendido como oposto àquele da pessoa que aparece na imagem em uma perspectiva binária. Assim, exibem-se diferentes possibilidades de profissões e lazeres (brincar com carrinhos, dançar balé, dirigir empilhadeira, desenhar e costurar uma roupa) que sujeitos, independente do gênero, podem assumir e realizar, mas que são por vezes prejudicadas e estereotipadas socialmente como pertencendo de maneira restrita ao universo masculino ou feminino. Desse modo, percebe-se que a peça estabelece um contraponto a essas restrições, apresentando mulheres e meninas que realizam atividades vistas como masculinas e homens e meninos que realizam atividades vistas como femininas.

A estratégia actorial adotada pela peça apresenta dois narradores, um homem e uma mulher, que apresentam questionamentos relacionados à imagem exibida. As personagens que atuam no decorrer do relato (questionamentos) desempenham papéis que contradizem estereótipos de suas respectivas identidades de gênero: uma menina brincando de carrinho, um menino dançando balé, uma moça trabalhando com uma empilhadeira e um rapaz trabalhando com moda. Posteriormente, é revelado quem são os narradores: Astrid Fontenelle, jornalista carioca, apresentadora do programa *Saia Justa*, do GNT, desde 2013, e Rodrigo Hilbert, ator catarinense, apresentador do programa *Tempero de Família*, do GNT, desde 2012. A jornalista e o ator são reconhecidos por seus trabalhos televisivos e representam o canal, reforçando a credibilidade da mensagem e da posição da empresa a favor da luta pela igualdade de gênero por mulheres e homens. Ademais, o convite aos homens remete à concepção de que o espectador pode ser configurado como um personagem necessário em relação à luta pela igualdade de gênero, através do incentivo “Se não você, quem?”.

A estratégia espacial adotada pela peça apresenta cinco diferentes espaços em ordem cronológica, cada um deles habitado por uma personagem distinta: 1) espaço



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

externo com árvores, flores e uma calçada de pedras, parecendo-se uma praça ou jardim, onde a menina brinca com carrinhos; 2) espaço interno, com espelhos nas paredes que vão desde o chão até o teto e com uma barra posicionada nesses espelhos para que sujeitos se segurem, parecendo-se com uma sala de dança, onde o menino pratica balé; 3) espaço interno com objetos empilhados, parecendo-se com um galpão, onde a moça trabalha dirigindo uma empilhadeira; 4) espaço interno, com janelas, mesa, cadeiras, lápis de cores diversas, tecidos espalhados, linhas de costura na parede, manequins, entre outros materiais de desenho e costura, aparentando-se um atelier de moda, onde o rapaz trabalha desenhando e costurando; 5) um estúdio, no qual há um apagamento do espaço com fundo cinza, onde Astrid Fontenelle e Rodrigo Hilbert fazem o convite.

A estratégia temporal adotada pela peça pode ser percebida nas duas faixas etárias das personagens apresentadas durante os questionamentos, evidenciando o tempo da infância relacionada ao lazer (e à sugestão de restrição social deste por conta da identidade de gênero através dos questionamentos); e o início da fase adulta relacionada ao trabalho (e a mesma sugestão de restrição social por conta da identidade de gênero através dos questionamentos). Além disso, é apresentado nas frases “Quando é que mulheres e homens terão os mesmos direitos?”, indicando que, na atualidade, a igualdade de gêneros ainda não foi alcançada e que essa luta ainda se faz necessária; e “Quando é que nós vamos mudar?”, dita por um homem enquanto outro rapaz aparece na imagem, indicando que está em tempo de principalmente os homens assumirem essa luta e mudarem seus comportamentos. A temporalização também é destacada no convite feito aos homens, com a frase “Se não agora, quando?”, a qual indica urgência para que atitudes sejam tomadas em relação à igualdade de gênero no presente.

As estratégias tonais adotadas pela peça são de seriedade, manifestada pela sobriedade com a qual os narradores são apresentados, em contraposição ao humor. Também se utilizam valores de contestação, contrapondo-se à inércia perante os problemas sociais enfrentados por mulheres e homens devido a problemáticas sexistas. Além disso, percebe-se um tom de ousadia para assumir a luta em favor da igualdade de gênero em detrimento à covardia que não geraria as mudanças necessárias.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Considerações finais

No que se refere à análise empreendida, pode-se constatar que a luta pela igualdade de gênero é a concentração temática adotada na peça analisada. Trata-se o tema a partir da demonstração de como a visão binária e heteronormativa de gênero afeta tanto mulheres como homens e crianças de ambos os sexos. Os questionamentos levantados indicam que existem rotulações sobre quais atividades e performances fazem parte dos universos feminino e masculino, ao mesmo tempo em que problematizam a maneira como tais rótulos limitam os sujeitos. Percebe-se que a articulação entre as linguagens sonoras e visuais das peças evidencia um encadeamento com as ponderações de Butler (2017) sobre as identidades de gênero. Afinal, as peças problematizam as identidades de gênero, subvertendo as normalizações sociais construídas nas estruturas de poder existentes. Demonstra-se uma crítica ao condicionamento social de uma ordenação que exige uma coerência binária e heteronormativa entre sexo, gênero e sexualidade, evidenciando a ordem compulsória sobre o que se considera ser homem e mulher, a qual Butler (2017) também alerta para a existência.

Percebe-se que a produção audiovisual incita os/as telespectadores/as a refletirem sobre o debate de gênero através de questionamentos articulados às imagens. Indagações como “Quem disse que isso não é pra ele/a?” referindo-se à brincadeira com carrinhos aponta para rotulações que restringem o lazer de crianças. Demonstra-se como há certa estipulação no imaginário social de que brincar com carrinhos é uma atividade geralmente associada a meninos. Os questionamentos instigam a ponderações sobre essas limitações.

Pode-se entender que o discurso difundido pela peça admite que a desigualdade de gênero é um problema social que atinge a todas as pessoas. Admite-se que homens e mulheres são rotulados socialmente, que as pessoas não são livres para fazerem suas próprias escolhas em decorrência de suas identidades de gênero e que homens e mulheres não usufruem dos mesmos direitos. A partir disso, as peças orientam para a luta pela igualdade de gênero como uma alternativa para combater tais problemáticas.

Referências bibliográficas

ADELMAN, M. Os anos 60: movimentos sociais, transformações culturais e mudanças



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de paradigmas. In: ADELMAN, M. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Curitiba: Blucher, 2009.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R.; PEARSE, R. Teóricas, Teóricos e Teorias de Gênero. In: CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. Produção midiática: o ir e vir entre teoria, metodologia e análise. In: BARICHELLO, E. M. M. R; RUBLESCKI, A. S. **Pesquisa em comunicação**: olhares e abordagens. Santa Maria: FACOS, 2014a, p.67-87.

GNT. **GNT fecha parceria com ONU Mulheres e lança movimento ElesPorElas no Brasil**. GNT, 2015. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/especiais/eles-por-elas/materias/gnt-fecha-parceria-com-onu-mulheres-e-lanca-movimento-elesporelas-no-brasil.htm>>. Acesso em: 06 set. 2018.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, F. O. C. **“Seja ótima, seja feliz”**: Discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCAS. **Canal GNT**. Disponível em: <<http://canaisglobosat.globo.com/marca/gnt/#title>>. Acesso em: 04 set. 2018.

MISKOLCI, R. Feminismo y Derechos Humanos In: ESTEVEZ, A.; VÁSQUEZ, D. **Los Derechos Humanos en las ciencias sociales**. Cidade do México: FLACSO-CISAN, 2010.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, vol. 24, n. 1, 2005.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.



Produzindo sentidos: 10 anos do Movimento Girassol

Aline Amaral Paz¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar uma retrospectiva na descrição e análise do conteúdo de campanhas e das atividades decorrentes delas, veiculadas pelo Movimento Girassol. O material investigado se limita aos registros arquivados pela coordenação. O Movimento Girassol promoveu muitas ações voltadas para o público LGBTTQIA+. Foram organizados fóruns, palestras, festas, mateadas, atividades de redução de danos, entre outras ações. Ao examinar cinco campanhas verificamos a importância desta organização na construção de sentidos para a visibilidade do público em questão, sendo esta visibilidade construída através da comunicação e articulada pelas ações e eventos promovidos ao longo de uma década. São atos comunicativos na luta social, cultural e educacional para conscientizar e diminuir o preconceito que assola as relações no cotidiano em sociedade.

Palavras-chave: Campanhas de publicidade e propaganda. Sentidos. LGBTTQIA+.

Introdução

O Movimento Girassol é uma organização não governamental situada fisicamente na cidade de São Borja/RS. Busca ao longo de uma década promover ações sociais, culturais e educacionais pelo direito das minorias sociais, em especial ao público LGBTTQIA+² (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais e assexuados). Apresentamos neste artigo cinco campanhas, juntamente com as ações que foram promovidas, buscando perceber a relevância do movimento social durante este tempo. Este artigo é a extensão de ideias para registrar através da análise do conteúdo³ das campanhas executadas e pensar como ao longo de dez anos, todo material, desde um cartaz, um banner digital até as palestras e eventos promovidos pelo Movimento Girassol estão produzindo sentidos.

Cada ato comunicativo torna-se uma ação que movimenta a realidade

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria,RS, e-mail: alineamaralpez@gmail.com. Integrante do Grupo de Pesquisa "Consumo e Culturas Digitais" do POSCOM/UFSM.

² Optamos por usar esta sigla por entender, juntamente com o Movimento Girassol, que contempla as diferenças e perfis do público.

³ Análise de conteúdo segundo Bardin (1977) são técnicas para análise das mensagens de comunicação para compreender fenômenos sociais. A análise vai além da superfície e da descrição do conteúdo, busca compreender o que o conteúdo tem a dizer.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(MARTINO, 2013). No momento em que são postos em contato com os outros atos de comunicação, em graus e quantidades menores ou maiores, são concretizadas extensões de crenças, ideias, conceitos e toda cultura que circula o tecido social da qual somos portadores, construtores, seguidores e transformadores. Há uma grandiosidade das extensões que ganham os pensamentos e as atitudes através de atos comunicativos.

Todas as coisas concretas no mundo, antes estiveram numa ideia mental, num pensamento que se materializou e se multiplicou. Essa é a noção que podemos interpretar de Deleuze e Guattari na expressão “A lei do livro é a da reflexão, o Uno que se torna dois” (1995, p.12) compreendendo que todas as coisas que tocam a existência, não dizem respeito apenas aos significados que são dados a elas, mas a intensidade com a qual são tocadas e na transformação que transcende o uno.

A reflexão que foi realizada se trata de como funcionou os textos do movimento Girassol, os quais tivemos acesso. Trata-se de quais posições foram construídas e o quão relevantes foram os conteúdos multiplicados nos atos de comunicação para o lugar, contexto social e para o público em questão. Os movimentos sociais necessitam criar um espaço público para existir e tornar-se visível socialmente, como também construir uma comunidade com significados simbólicos que atuem politicamente, descreve Castells “para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas as conveniências dos interesses e valores dominantes” (CASTELLS, p. 13, 2013). O Movimento Girassol que em 2017 completou 10 anos, foi consolidado com ações comprometidas através de pessoas que não só abraçaram a causa, como também são a causa.

Faz-se necessário distinguir os sentidos da palavra movimento, o qual será empregada neste artigo, no sentido de movimento social, ao qual Castells (2013) faz referência aos movimentos sociais organizados por pessoas comuns com interesses comuns, buscando liberdade, respeito e o seu espaço social, firmando um significado maior e comum à própria palavra movimento: Transformação.

O Movimento Girassol atuou ao longo destes anos como forma de contrapoder, requisitando seus espaços de fala nas instituições sociais, através do exercício permanente de expressão de ser e estar, de poder e ter o poder de dizer e conscientizar, indo contra as



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

lógicas de dominação. Os processos de comunicação afetam a construção de significados, podendo desestruturar as relações de poder. Criar significado na mente das pessoas é decisivo, a forma como as pessoas pensam determina como elas vão se organizar enquanto sociedade de acordo com suas normas e valores: “As redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder” (CASTELLS, 2013, p.10).

Estamos continuamente produzindo a nossa realidade, cristalizando verdades e regras de condutas que são institucionalizadas no tecido social (BERGER, LUCKMANN, 2004), desta forma, todas as práticas promovidas pelo Movimento Girassol são ações compartilhadas de um indivíduo a outro, com a possibilidade de esclarecimento, desmistificação da comunidade LGBTTTQIA+ que vão se estruturando nos diálogos do cotidiano social, transformando paulatinamente as práticas mais conservadoras.

Leal (2012) descreve sobre o potencial educativo pedagógico da comunicação, numa perspectiva freireana, o papel publicitário e a importância dos discursos subjetivos e simbólicos empregados através das campanhas. Neste sentido, o comunicador social, atuante no meio em que está inserido, deve comprometer-se com a produção de novos sentidos, desconstruindo mitos e tabus, bem como podemos acrescentar, romper com preconceitos sobre a diversidade de identidade, gênero e sexualidade.

Para Arendt (2010) o discurso faz do indivíduo um ser político e é por meio dele que exercem a sua mais complexa atividade, o pensar. O pensar materializado em ações discursivas e ativas socialmente mobiliza concretude ao Movimento. O Movimento Girassol promoveu ao longo dos 10 anos muitas ações não apenas voltadas para o público LGBTTTQIA+, mas também para a comunidade em geral, entre atividades para redução de danos e conscientização. Foram organizados fóruns, palestras, festas, mateadas, entre outras ações, as quais algumas não tiveram registros nos primeiros anos. Portanto, este recorte da descrição das cinco campanhas veiculadas pelo Movimento Girassol nesta retrospectiva das ações e atividades, limita-se ao material registrado por membros da organização e arquivado em históricos das atividades anuais. Sendo assim, os critérios para a escolha do corpus de análise foram baseados na quantidade de material disponível arquivado e na relevância que tiveram para o Movimento.

O artigo se divide nas seguintes sessões: Primeiro articula a questão da



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

importância dos discursos publicitários e das ações comunicativas promovidas para legitimar e produzir sentidos na luta por igualdade e respeito à diversidade. Segundo, na descrição dos atos discursivos das campanhas e ações promovidas pelo Movimento Girassol que se estruturam nos processos comunicacionais relevantes para a cultura e para a educação de uma comunidade menos preconceituosa e mais igualitária. Por último as considerações finais.

O papel do movimento girassol na construção de sentidos

Ao longo dessa construção de empoderamento⁴ de corpos na luta por ocupar os espaços negados e resistir à marginalização, esta minoria, almejando a transformação de um pensamento hegemônico, sendo ela o lugar e o dispositivo simbólico (SODRÉ, 2005), busca, através da comunicação a materialização dos discursos sobre identidade, gênero, sexualidade e suas diferenças, numa sociedade conservadora e machista.

A heteronormatividade, classifica, invisibiliza e exclui o sujeito através dos discursos construídos e percebidos como naturais. São discursos que antecedem o desenvolvimento dos campos de estudo e da ciência (RUBIN,1984), a partir de uma divisão binária de todas as coisas no mundo. A ciência que defende a heteronormatividade não é neutra, vem de um discurso que já existe antes dela. Bourdieu (2014) discorre sobre a dominação masculina como poder arbitrário na sociedade, chama a atenção para que mulheres e homossexuais se mobilizem em prol de uma ruptura e através de movimentações sociais contra a discriminação simbólica, para que em ações mútuas e coletivas possam desestruturar a subordinação enraizada historicamente nas instituições e matrizes sociais.

Descreve Bourdieu como “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível” (2016, p.12) a violência imposta pela lógica da dominação por meio do discurso naturalizado, invisível às vítimas, manifestada simbolicamente pela comunicação e pelo

⁴ Entendemos por empoderamento a partir de João Freire Filho (2007) discorre que não é apenas uma capacidade de ampliação da autonomia individual e das potencias coletivas, mas também como a aquisição de uma consciência de coletividades na compreensão do poder social que o indivíduo possui.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

conhecimento. Há na sociedade, rituais de ordem mística, construídos e socializados ao longo da história que se convertem em símbolos, justificados por uma biologia arbitrária dos corpos. O autor também elucida sobre o exercício da dominação na sociedade não partir especialmente dos núcleos familiares, mas também de outras instituições sociais como o estado e a escola, que são campos de elaboração e imposição que perpetuam o poder das lógicas de dominação.

Não podem ser desconsideradas as estruturas dominantes construídas historicamente, onde os conceitos ideológicos são mais arraigados, tornando desta forma mais difícil de serem desvinculados da sua construção. A materialidade das práticas violentas (aumento de assassinatos LGBTTQIA+, estupros, violência contra mulher), continua como uma reação da prática simbólica e conquistas destas minorias, apresentando um cenário que não é fácil descolar o simbólico da prática de um sistema de pensamentos estabelecido e estabilizado.

Foucault descreve em uma aula inaugural em 1970 sobre o discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (2014, p.10).

A potência do discurso estruturante construído socialmente dificulta promover rupturas nesse sistema para desconstruir. A história das práticas sociais heteronormativas da sexualidade (FOUCAULT, 2013), conceitos naturalizados e ditos “normais” são dispositivos de sexualidades, conjunto de ideias e discursos científicos que legitimam o que é normal na sociedade. Assim, tudo que destoa da heteronormatividade é considerado anormal. O discurso envolve maneiras de executar o poder, existem pessoas que não tem outra forma de ver o mundo se não à qual é comunicado a elas. Não se trata apenas de desconstruir o texto, mas de reconstruir através da decodificação (HALL, 2003), ou seja, da leitura que o receptor fará dos textos e o transformará, na medida da sua própria bagagem cultural “Não há grau zero em linguagem” (p.393), tanto quem envia a mensagem, quanto quem recebe, já tem leituras preferenciais ou dominantes⁵, mas transmitir uma mensagem é abrir possibilidades de se criar uma nova.

⁵ Hall descreve como leituras preferenciais ou dominantes a ordem padronizada e institucionalizada das coisas como devem ser em sociedade, o conjunto de práticas e crenças culturais legitimadas. (2003).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Portanto, há uma disputa constante entre discurso hegemônico e o discurso de minorias. Estas disputas acontecem tanto no campo simbólico, quanto no material, vimos aí, a importância de movimentos sociais de minorias estarem ativos e promovendo ações constantes, organizadas e programadas, considerando que se ele deixa de existir ou faz pausas longas de tempo em suas ações, o dominante volta a preencher o espaço conquistado por grupos marginalizados. O Poder segundo Castells (2013) é exercido por meio de construção de significados. As relações de poder são embutidas nas instituições sociais que articulam sempre a favor dos próprios interesses, sendo assim, agem na criação de significado, porém, quem não se sente representado por estas instituições, reivindica sua representatividade por meio do contrapoder.

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. (CASTELLS, 2013, p.11).

Em “O poder da Comunicação” (2015) o autor discorre afirmando que a forma mais essencial de Poder está na capacidade de moldar as mentes individuais e coletivas, por isso, o Poder está no controle da comunicação e da informação nas sociedades. Ainda para o autor, a aplicação de regras, normas e leis inscritas no tecido social, rodeiam a cultura que é construída com e na formação da mente. A comunicação e informação que circulam socialmente atuam sob uma ordem já estabelecida da cultura instaurada de crenças e valores sociais, nas lutas de poderes e contrapoderes para moldar mentes humanas em defesa de causas e interesses individuais ou coletivos. É quando nascem os movimentos das minorias que são fontes de transformação social: “os movimentos sociais criam a possibilidade de produzir outro mundo, bem diferente da reprodução de normas e disciplinas, engastadas nas instituições da sociedade” (CASTELLS, 2015, p.467). Neste sentido, articulamos na próxima sessão os atos comunicativos do Movimento Girassol no desenvolvimento das atividades executadas através das campanhas que mobilizam transformação social, cultural e educacional na sociedade.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O Movimento Girassol e a produção de sentidos: sociais, culturais e educacionais

McLuhan (2007) descreve que o meio, não necessariamente um meio de comunicação, mas também tudo que possa ser extensão das capacidades humanas é tão poderoso e forte quanto à mensagem transmitida, se tornando assim uma mensagem também. Neste sentido, o Movimento Girassol, carrega consigo a importância, é a mensagem em si, é ele próprio na sua existência, o discurso que deseja divulgar.

Na teoria dos atos de fala Austin (2013) considera a interferência da linguagem como ação concreta na vida das pessoas. Os discursos através das ações realizadas pelo movimento Girassol colaboraram para o seu posicionamento e construção social, discursos que se constituíram em práticas do Poder de ser e existir, registrando modos de pensar e pertencer a um tempo e espaço, com uma mensagem tão singular, sendo também a própria mensagem: Movimento Girassol: Amigos na diversidade, slogan adotado pelo movimento desde os primeiros anos. Para ter uma visão de como os atos de fala do Movimento Girassol nestes 10 anos ajudaram a constituir seu lugar, será apresentado algumas das campanhas que ajudaram a divulgar e a legitimar este espaço na sociedade promovendo visibilidade do público LGBTTQIA+.

A seguir, às cinco campanhas promovidas, bem como as atividades propostas em cada uma, com objetivos e ações específicas tiveram um papel importante para a legitimação do Movimento na cidade de São Borja e região. Ações que colaboraram para o desenvolvimento de projetos sociais que serviram de apoio para a comunidade.

Primeira Parada Livre da cidade de São Borja/RS

A Primeira Parada Livre da cidade de São Borja – RS ocorreu nos dias 01 e 02 de dezembro de 2012, com abertura oficial na Câmara de Vereadores e uma confraternização no segundo dia no Cais do Porto da cidade, com uma caminhada itinerante até o Porto, onde encerrou o evento.

O desenvolvimento da campanha foi a partir de uma parceria com a Unipampa- Universidade Federal do Pampa, na disciplina de agência do curso de Publicidade e Propaganda pela agência Wonka Comunicação, no qual o conceito utilizado para



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

produção foi “Liberdade, Diversidade e Respeito”.

A campanha que divulgou a primeira edição do evento na cidade com o propósito de celebrar a diversidade e conscientizar sobre a importância de criar espaços de fala para o público LGBTTQIA+, considerou fatores como o preconceito, conservadorismo, política, exposição e violência, procurando nas peças, evidenciar o público engajado na causa, os quais buscam respeito, semelhança e celebração a diversidade. As instituições que mobilizaram esta ação juntamente com o Movimento Girassol foram a Prefeitura Municipal de São Borja e a Unipampa.

Todas as peças produzidas para a campanha: cartaz, faixa de rua, mídias digitais e camiseta, foram pensadas com a intenção de mostrar a pluralidade das pessoas em seus diferentes e abrangentes aspectos, cultural, sexual, étnico, entre outros, por isso foi utilizada uma foto evidenciando os diferentes perfis. A campanha destacou como mascote de uma ovelha colorida, nas cores do arco-íris, fazendo referência à diversidade dos núcleos familiares.

O material produzido para a campanha foi: Cartaz A4 e A3, distribuídos em lugares públicos, placas para a caminhada itinerante com frases de apoio a diversidade, faixa de rua, camisetas e panfletos, o material foi distribuído nas ações em lugares públicos. Foi produzido também spots para inserções nas rádios locais e mídia digital – Página e evento no Facebook.

Nesta campanha que procurou engajar instituições sociais e trabalhar com conceitos de liberdade e respeito, vimos o aspecto social e cultural, nas diferentes propostas comunicacionais para divulgar o material proposto, como forma de promover a visibilidade do público e questionar ordens discursivas postas como naturais e corretas da construção da educação cultural na sociedade.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: Cartaz da campanha



1º Miss diversidade da cidade de São Borja

No ano de 2014 o Movimento Girassol promove o 1º Miss Diversidade, o evento teve sua origem a partir do projeto “Glamour Diversidade”, sendo a primeira edição de um projeto social voltado a comunidade LGBTTQIA+ na cidade.

O baile de escolha da Miss e do Mister Diversidade de São Borja foi realizado dia 27 de setembro, escolheu os vencedores (nomeações na sequência) representaram também no Miss estadual. Premiações: Miss Diversidade - Stefany Mattos; 1ª Princesa - Maria Luisa Gelatti; 2ª Princesa - Bianca Queiroz; Mister Diversidade - Nelson Bruno e Vice Mister - Luiz Fernando Herminio.

A peça principal da campanha foi veiculada com a foto de uma mulher transexual do Movimento da cidade, dando visibilidade e reconhecimento para o universo LGBTTQIA+ local, com o slogan “Joga glitter e ilumina” para além, do sentido literal, mostrar a força deste público quando é possibilitado sair das margens sociais. Todas as peças continham também a bandeira do arco-íris representando a causa. O material



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

produzido para o evento foi cartazes distribuídos na cidade em lugares públicos e mídias digitais, com banners e evento no Facebook.

Com objetivo de prestigiar a diversidade foi organizado uma festa, com desfile e premiações possibilitando discussões sobre direitos humanos e redução de danos em especial, das travetis e transsexuais, proporcionando condições para a visibilidade e compreensão de identidade de gênero. Nesta campanha, juntamente com as ações desenvolvidas nela, fica evidente os aspectos de promoção de discursos educacionais na luta por uma maior compreensão social das questões de gênero e sexualidade.

Figura 2: Cartaz da campanha





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

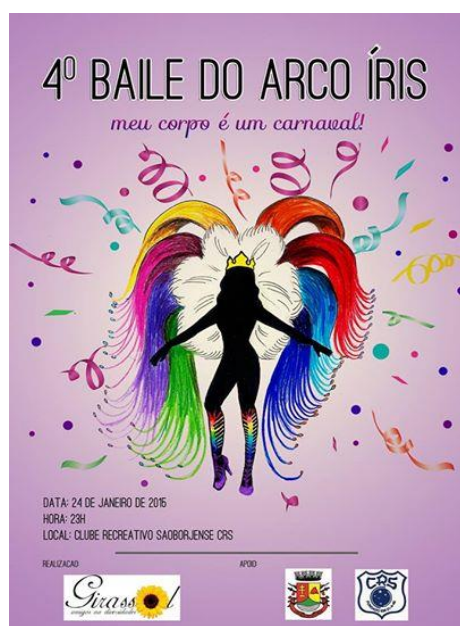
4º Baile do Arco-íris

Este evento realizado no período de carnaval com a temática “Meu corpo é um carnaval” foi realizado em janeiro de 2015 com atrações como desfile e shows, com objetivo de prestigiar, em especial a cultura transexual e travesti.

É um evento que faz parte da agenda anual municipal, onde é feita a escolha da corte LGBTTQIA+, rei do samba, rainha e princesa para compor a representação da diversidade na corte municipal do carnaval. Foi veiculado nesta campanha, cartazes distribuídos em locais públicos na cidade e banners digitais na página e evento no Facebook.

A ideia da campanha foi mostrar como o corpo é instrumento de poder, é também fala e discurso atuante no meio social. As cores da diversidade sendo representada e ocupando espaços na comunidade, sendo todas as cores parte da bandeira do arco-íris num corpo só. O corpo é o próprio discurso, resignificando questões estruturadas no tecido social através dos processos comunicacionais que colaboram para a produção de novos sentidos, principalmente, do ser mulher, transexual e travesti.

Figura 3: Cartaz da campanha





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

1ª Virada Cultural

A 1ª Virada Cultural aconteceu nos dias 27 e 28 de agosto de 2016, com ações que buscaram conscientizar através de palestras, debate com café, cinema diversidade, exposição fotográfica e a festa de Miss diversidade. A proposta central foi promover 24 horas de cultura para a comunidade geral, com o tema “Não me calo” teve o objetivo de construir espaços de cultura, reflexão e conscientização sobre a violência neste universo, além de dar visibilidade para as ações desenvolvidas nos últimos anos pelo Movimento Girassol.

Figura 4: Folder da campanha



Programação da 1ª VIRADA CULTURAL LGBTT

Data: 27 e 28 de agosto de 2016
Locais: Câmara dos Vereadores, Clube Recreativo, Unipampa, IFF e Parque General Vargas (parcão).
Apoio: Fundo POSITHIVO
Organizadores/as: Girassol, Amigos na Diversidade e ALGBT-RG de Rio Grande

• **Ementa:** 24 horas de atividades culturais, com o tema NÃO ME CALO, a ação visa combater a violência, conscientizar sobre as questões LGBTT e dar visibilidade as ações do movimento.

27/8 - 18h às 21h: Câmara dos Vereadores Mesa: Políticas Públicas para os LGBT's

Convidados

- Prefeito Municipal de São Borja Farelo Almeida;
- Presidente da Câmara de Vereadores - Vereador Eldomir Marchezam;
- Secretário de Saúde Moacir Ausoni;
- Secretário de Cultura, Turismo e Eventos - Claudio Gomes
- Diretora do IFF São Borja - Carla Zappes;
- Diretor da Unipampa São Borja - Ronaldo Colvero;
- Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - Marina Heide
- Secretaria Estadual de Educação - dep. De Políticas LGBTT's e Direitos Humanos - Adriana Souza;
- Secretaria Municipal de Livre Expressão Sexual Porto Alegre - SALOS Porto Alegre - Glória Cristal;
- ALGBT-RG Rio Grande - Maria Regina;
- Girassol, Amigos na Diversidade - Lins Roballo.

27/8 - 22h às 23h59min: Clube Recreativo São-borjense

- Coquetel com autoridades e convidados
- Entrega do Troféu Amigos do Girassol.

27/08 - 21h30min às 23h - Parque General Vargas (Parcão)
Cine Diversidade com articuladores do IFFarroupilha São Borja com o Filme: Hoje eu quero voltar sozinho

27/8 - 23h:59min às 6 h: Clube Recreativo São-borjense

- Festa - Não Me Calo: escolha da Miss Diversidade e Mister Diversidade

28/8 - 7h às 10h: UNIPAMPA

- Café da manhã conectado
- Tema do debate: Mídia na luta contra o preconceito
- Debatedora: Sálvia Machado (Unipampa/ Campus Jaguarão)

28/8 - 10h ao 12h: Instituto Federal Farroupilha São Borja (IFF)

- Exposição Fotográfica: Diversidade em destaque (autor: Tierre Robalo)
- Debatedora: profa. Dra. Denise Teresinha Silva (Unipampa / Campus São Borja)

28/8 - 13h às 16h: Parque General Vargas (Parcão)

- Ocupação Cultural LGBTT
- Palco mundo com diversas atrações culturais
- Tendões Temáticas

1) Serviço de Atendimento Especializado (SAE)
2) Secretaria Municipal de Saúde
3) Coletivo EmpoderArt
4) Movimento Girassol, Amigos na Diversidade
5) Levante Popular da Juventude
6) Coletivo NIARA



O posicionamento da campanha foi voltado para o direito de fala da comunidade LGBTTQIA+ e para o não silenciamento dos abusos que os mesmos sofrem com frequência, quase sempre calados, tendo como referência à mexicana Magdalena



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Carmen *Frida Kahlo*, com os girassóis na cabeça representando o Movimento juntamente com um laço nas cores do arco-íris. As ações da campanha promoveram discussões temáticas culturais e educacionais, voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas para os LGBTTQIA+ e a função da mídia e da publicidade e propaganda na luta contra o preconceito.

Foram produzidos nesta campanha convites enviados por mala direta com o cronograma do evento para pessoas da comunidade, folders com a programação detalhada, cartazes A4 e A3, camisetas, bottons, material digital para página e evento no Facebook.

Tão cidadão quanto você

A campanha desenvolvida na Unipampa na disciplina de agência II, foi produzida pela agência de comunicação experimental Karora, que definiu como slogan a frase: “Tão cidadão quanto você”, na busca por conscientizar que todos são seres humanos merecedores de reconhecimento e respeito como qualquer outra pessoa, independente do sexo, gênero e identidade. Esta foi uma campanha que teve como posicionamento a representatividade do público LGBTTQIA+ na sociedade. Desenvolvida para comemorar os 10 anos de Girassol, buscou visibilidade das ações já realizadas pelo Movimento, evidenciando a luta contra a lgbttqifobia e mostrando nas peças e ações como todos os indivíduos são cidadãos com destaque a direitos mais igualitários.

A campanha teve lançamento com cerimonial na Unipampa dia 06 de julho de 2017, com realização de ações em lugares públicos e atividades para a comunidade, buscou debater sobre o sentir-se livre para ser quem se deseja, numa sociedade normativa e com padrões impostos.

Todo material da campanha refletiu histórias reais, a vida particular do público LGBTTQIA+ da cidade, mostrando representatividade nas histórias com foco nas conquistas, realizações e sonhos dos participantes da campanha, possibilitando a identificação com outros que ainda não conquistaram seu espaço e mostrando como todos são cidadãos. Para isso utilizou em todas as peças, fotos de indivíduos da comunidade e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

o símbolo do girassol, firmando o posicionamento da campanha.

O material proposto na campanha foi: Cartaz, móbile, lambe-lambe, marca-página, adesivos, spots para rádio local, outdoor, bottons, adesivos para carros, canecas e camisetas para venda. Para o marketing digital foram produzidos cards, gifs e filme publicitário para as redes sociais. Também foi produzido material de marketing de Relacionamento, no envio de presskit (caixa preta contendo cartazes, marca-páginas, flyer de apresentação da campanha) para instituições de ensino.

Figura 5: Peça digital da campanha



Considerações finais

O intuito deste artigo foi apresentar a importância do Movimento Girassol na construção de sentidos sociais, culturais e educacionais para comunidade LGBTTQIA+ e para comunidade geral, sendo esta visibilidade construída através da comunicação e articulada pelas ações e eventos promovidos ao longo de uma década.

Cada ato comunicativo que foram muito mais que cinco campanhas às quais aqui descrevemos, teve seu papel na construção dos sentidos para o Movimento, fortaleceu a organização e formou bases que servem de suporte para a comunidade na cidade e na região, suporte de espaços de fala e ação. Os discursos de ódio são facilmente propagados,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

considerando a comunicação em rede online na contemporaneidade, há uma oferta e uma demanda alimentando o consumo destas falas que colaboram para a disseminação da permanência pela cultura preconceituosa, sustentada por mitos e crenças da biologia, da religião ou da ignorância. Todo movimento feito para desconstruir as raízes destes discursos, afetam diretamente o comportamento das pessoas, mesmo que o processo seja lento. Aos poucos há um deslocamento do olhar social para as minorias e para estes grupos deslegitimados, um novo olhar começa a se formar, onde talvez a diversidade tenha seu lugar e a sua vez.

Desta forma, podemos considerar que todo material produzido para divulgar e comunicar as propostas do Movimento Girassol foram produções importantes para legitimá-lo no meio em que está inserido. Ao longo destes anos, ajudou a construir novos sentidos da comunidade LGBTTQIA+ para a maior compreensão da dinâmica constituinte do modo de vida deste grupo social.

Os discursos estratégicos produzidos para desestabilizar crenças superficiais, gerando debates para a desmistificação de ideias construídas historicamente, ressignificando conceitos errôneos enraizados na cultura heteronormativa, ajudam a construir um panorama social com olhares mais diversos. É quando os sentidos adquirem valor social e efetividade política. Estes textos discursivos transcendem atos comunicativos, funcionando como instrumentos relevantes de Poder para a comunidade LGBTTQIA+, construídos por muitas ações organizadas e executadas pelo Movimento. Os textos do Movimento Girassol funcionam como extensores de outros movimentos em prol da diversidade, a favor da vida, em benefício ao ser humano, se utilizando dos espaços públicos e da publicidade e propaganda para legitimar seus direitos e deveres no cotidiano social.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição70, 1977.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: **A Construção Social da Realidade**: tratado



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de sociologia do conhecimento. Petrópolis, editora Vozes, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina** – A condição feminina e a violência simbólica. 2016

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. – 1º ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs- Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro : Ed. 34, 1995.

FILHO, João Freire. **Reinvenções da resistência juvenil**: Os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2013.

_____. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo, Editora Loyola, 2014.

HALL, Stuart. **Codificação/decodificação**. In: SOVIK, Liv (org.). Stuart Hall. Da diáspora. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNesco, 2003.

LEAL, Merli. **O papel pedagógico da propaganda**. In: Ensino em Comunicação social num mundo de fronteiras convergentes. P.58-83. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MARTINO, Luis Mauro Sa. **Teoria da Comunicação**. Ideias, conceitos e métodos. Petrópolis, Vozes: 2013.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex**: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality in Carole Vance, ed., *Pleasure and Danger*. Routledge, 1984.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.) *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.



Queermuseu: um projeto de (in)visibilidade

Henrique Esper¹

Cristóvão Domingos de Almeida²

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender a repercussão da exposição de arte Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira, com foco nas estratégias de visibilidade e resistência após o encerramento antes do prazo estipulado no Santander Cultural, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fundamentamos nos conceitos de redes sociais digitais, estratégias de comunicação e organização como espaço de fortalecimento das atividades de resistência. A partir de registros das publicações nas páginas do Facebook e entrevistas, selecionamos as estratégias e as formas de aproximação com os públicos. Evidenciamos que as redes sociais podem servir como potencialidade de desenvolvimento, aproximação dos indivíduos e de resistência, num momento em que avança a narrativa do silenciamento e de negação das lutas das minorias.

Palavras-chave: Comunicação; Resistência; Visibilidade; Redes Sociais; Queermuseu.

Introdução

O artigo se apoia no argumento que nos dias atuais as redes sociais possibilitam espaços digitais para o diálogo e aproximações entre os indivíduos. Também, viabiliza processos de resistência pelo meio virtual, como na exposição Queermuseu, gerando mobilizações presenciais para atos e manifestações. A internet, na Era das Relações que engloba tecnologias, criatividade, responsabilidade social, conexões transpessoais e respeito à diversidade cultural (MORAES, 2007), tem produzido mudanças nos hábitos, costumes, comportamentos e colaborando, de algum modo, para auxiliar na construção da identidade humana. Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas, cada vez mais presente no nosso cotidiano, flexibiliza os processos materiais, físicos, simbólicos, numa dinâmica que requer intuição, pensar crítico, garantia dos princípios éticos, afetivos e diálogo com as situações reais e práticas, ou seja, na era das relações, o desenvolvimento tecnológico, requer, centralidade na comunicação.

Aqui, serão levantadas questões a partir de uma das maiores repercussões sobre

¹ Estudante do curso de Relações Públicas na Universidade Federal do Pampa, e-mail: henrique.esper@gmail.com.

² Pós-doutor e doutor em Comunicação, mestre em Educação e professor na Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail: cristovaoalmeida@gmail.com.



exposições de arte nas mídias nacionais e internacionais. A exposição de arte Queermuseu, realizada em setembro de 2017, no Santander Cultural, na região central da capital gaúcha. Este estudo tem intuito de promover o registro, para dar visibilidade às estratégias utilizadas pelos cidadãos e cidadãs que se mobilizaram e protestaram contra o encerramento do evento, e que diretamente fez com que surgissem novas possibilidades de reflexão, de novas exposições de arte, direito à cultura e identificação das formas de conflito entre setores da sociedade.

A abordagem metodológica deste estudo é de cunho qualitativo. Na coleta das informações utilizamos registros das publicações no Facebook e dos sites de notícias, mapeamos algumas estratégias de visibilidade, numa espécie de contrainformação para fazer frente a narrativa de silenciamento das lutas das minorias. Apoiamos também nas entrevistas, que aqui estamos considerando como pré-encerramento, com o curador da obra Gaudêncio Fidélis, disponibilizada pelo repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul³ e a pós-encerramento, pelo canal É-Cultura do Paraná⁴. Nas análises das estratégias utilizamos Motta (2005) que indica as estratégias objetivas e subjetivas do material coletado.

Evidenciamos que as redes sociais podem servir como potencialidade para desenvolver estratégias de aproximação com os grupos que possuem os mesmos propósitos, quando usadas eficazmente potencializam o alcance das narrativas e faz circular informações aos grupos de interesse, bem como aos demais que, de uma forma ou de outra, têm contato com as mensagens divulgadas. Essas dimensões auxiliam e contribuem para que as identidades de resistência possam desenvolver as lutas e reorganizar as dinâmicas de inserção da arte no cotidiano das pessoas.

Comunicação e coabitação com o diferente

Os estudos que permeiam a área da comunicação a entendem como ações onde trocas e interações são realizadas, ou relações entre signos e interpretações (MARTINO, 2011). As trocas no sentido de transmissão de informações nas interações entre emissor

³ Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/1657244>> Acessado em: 23 de março de 2018.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w7dOeDj3u5I>> Acessado em: 23 de março de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e receptor, as interpretações com o caráter simbólico através das informações que podem acarretar em diferentes interpretações pelos receptores. Por exemplo, as cores das camisetas podem emitir significados. Alguém andando na rua com uma camiseta verde sem estampas, símbolos ou escritas, pode não significar nada, mas se esta mesma pessoa estiver em um jogo do Corinthians e Palmeiras e estiver andando com uma camiseta verde, pode-se fazer a associação com o time que está jogando e as cores utilizadas pelas torcidas. As interpretações são dependentes dos contextos, da historicidade envolvida nos códigos.

Para além das metáforas e aplicando aos estudos da comunicação, as linguagens são em si misturas de elementos, que os receptores destes elementos (linguagens) assimilam e as transformam em significados. Como é o caso das línguas: português, inglês, espanhol, etc. Estas línguas são códigos que ao serem recebidos são diretamente associados por aqueles que interpretam do mesmo modo, ou seja, produzindo o mesmo significado para mais de uma pessoa. Como a escrita deste texto e a leitura posteriormente por outras pessoas. Com isso, entendemos, neste estudo, que a comunicação é plural e a compreensão do que é transmitido fica a cargo da interpretação.

Para Wolton (2006, p. 137) “a comunicação não é o fim das barreiras, tampouco o estabelecimento dos fluxos, mas a organização das relações entre as barreiras culturais”. Quando se fala em “informação, redes, performances, modernidade, é preciso responder identidade, tradição, marcos simbólicos, representações, línguas, utopias”, isto é, respeitar a diversidade e compreender que coabitação com a diferença é condição importante, quando entendemos o diferente, não precisamos normatizá-lo.

Arte e cultura na perspectiva simbólica

A arte é uma forma que o ser humano encontrou de se comunicar a partir da expressão de emoções, experiências, proposições reflexivas, entre outras. Essas expressões buscam através do olhar do artista mostrar sua visão de mundo, retratar na composição a sua vontade, seja ela crítica ou apenas para lazer, distração, mas que de uma forma ou de outra afeta o comportamento das pessoas. As configurações dessa expressão também são diversas, varia entre plástica, pintura, música, dança, poesia,



I AQUECIMENTO DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

arquitetura, entre outras. Apresenta bagagem cultural do artista e do interagente que está em contato com a obra. Portanto, cada obra tem o seu porquê, têm um objetivo e toma-se determinada configuração conforme o intuito de quem a faz.

Se cada obra traz o olhar pessoal de cada artista, aparentemente retratando sua cultura, seu modo de pensar, de refletir sobre questões que se fazem importantes para seu trabalho, então, este espaço mostra certa impossibilidade da discussão sobre o que é, e o que não é arte. Essa pergunta aparenta certo julgamento, seja alicerçada na dúvida ou com a intenção de minimizar a obra ou o artista.

Duchamp (1917) fez os críticos de arte refletirem sobre seus papéis, com sua obra “Fonte”, ele criou um ambiente de reflexão, onde a pergunta chave era: Quem diz o que é arte? Dentro deste ambiente estavam perguntas como: será que os críticos que dizem o que é arte e o que não é, dão seus avais apenas cultivando a erudição das principais exposições do mundo, será mesmo que apenas estas obras eruditas podem ser chamadas de arte?

Chauí (2006, p. 113) diz que refletir sobre cultura como invenção de uma ordem simbólica é dizer que nela e por ela os humanos atribuem à realidade significações novas por meio das quais são capazes de se relacionar com o ausente. Essa “qualificação” vem de determinada cultura onde um grupo de pessoas instituem a diferença entre o que é expressão cultural e o que não é. Para a autora “cultura é, pois, a maneira pela qual os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”. A diversidade das culturas e de suas expressões se dá a cada ação. Essas atividades são repletas de significados, histórias, afetividade, ações realizadas por um grupo podem não ser entendidas por outro, o valor de cada atividade, de cada ação é dado pela sua história, pelo significado para o seu povo.

Quando falamos em cultura queer, Louro (2000) e Salin (2012) diz que: “*queer*” tem sido empregado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais. Essa utilização renovada da palavra “*queer*” joga também com um de seus outros significados, o de “estranho”. Os movimentos LGBTTT+ falam de uma política queer ou de uma teoria *queer*. A qual surgiu de uma aliança de teorias feministas, pós-estruturalistas e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito.

O *queer* não está preocupado em exatidão, em rótulos, com formas rígidas, estabilidade, o *queer* é transitivo, plural e avesso à assimilação. Enquanto as teorias feministas, os estudos de gênero, estudos lésbicos e gays tomam a existência de “o sujeito”, a teoria *queer* vai na contramão e compreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”. Isto é, formas socialmente mutáveis de executar um ou vários papéis sexuais. Sua utilização pelos ativistas dos movimentos LGBTTT+ constitui a tentativa de recuperação da palavra revertendo sua conotação negativa original.

Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira

Em 2017, através da curadoria de Gaudêncio Fidélis, o Santander Cultural recebeu a exposição de arte *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira*, reunia 263 obras de 85 artistas. Dentre os 85 artistas, estavam Adriana Varejão, Bia Leite, Cândido Portinari, Fernando Baril e Ligia Clark. A exposição foi viabilizada pela captação de 800 mil reais por meio da Lei Rouanet.

O curador Gaudêncio Fidélis em entrevista para UFRGS (2017), ao ser questionado sobre a importância deste museu na arte brasileira e gaúcha, responde:

[...] uma das coisas que essa exposição faz é mais ou menos dizer assim: os museus excluam determinadas narrativas, excluam várias obras que tratam das questões de gênero, quando não excluam dissimularam, a historiografia tem dificuldade de interpretar, passou por cima, escondeu, não revelou e assim por diante.

A exposição ficaria aberta ao público entre os dias 15 de agosto e 8 de outubro de 2017, mas através de mobilizações de grupos conservadores que alegaram que a exposição feria os princípios cristãos, os valores dos cidadãos e também fazia apologia a pedofilia, zoofilia, entre outras pautas trazidas por setores conservadores da sociedade.

O principal argumento desses grupos, foi que o dinheiro utilizado para realização



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

era proveniente de impostos, ou seja, quem estava pagando eram os brasileiros e por isso, não poderia continuar acontecendo, porque a exposição não era considerada arte por eles. Então, atendendo aos pedidos destes grupos, o Santander Cultural decidiu que a exposição encerraria antes do prazo estipulado e se pronunciou dizendo que o dinheiro viabilizado pela captação via Lei Rouanet seria devolvido à Receita Federal.

Alguns dados ajudam na discussão, por exemplo, a população brasileira não está ambientada ao universo das exposições de arte, pequena parcela desta participa de galerias, segundo a pesquisa⁵ realizada entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro de 2016, pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), em parceria com o Instituto Ipsos, que apresenta dados sobre os hábitos culturais dos brasileiros, mostra que no caso das exposições de arte, apenas 11% da população frequentam estes locais. Se 89% da população está fora destes ambientes, dificulta o debate para a maioria do país.

No caso das temáticas trazidas na exposição, dificulta ainda mais. Em 2017, discutir gênero nas escolas ainda é tabu. Uma das alternativas para combater a exclusão escolar seria através das discussões sobre gênero, a fim de garantir o direito à educação para toda a população, através do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais e Municipais. Estes planos continuarão vigentes após 10 anos de sua criação e geram resistências de setores conservadores da sociedade até hoje.

É recente as informações sobre ações de visibilidade do público *queer*, quando chegam geram desconfiança e mostram o despreparo da população para estas discussões. Por outro lado, o que se pesquisa na academia é estudado para que este debate se aproxime das rodas de conversas informais. O fato de tal contribuição da academia para o assunto, perto de todo repertório acadêmico, também é recente e precisa ser potencializado, para gerar mais visibilidade.

Os estudos realizados até aqui procuram gerar visibilidade e compreensão das mais diversas formas de expressão dessas culturas. Compreender esses movimentos e a forma como eles resistem às estratégias de opressão, nos possibilita observar o cenário e

⁵Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-04/brasileiros-frequentam-mais-teatros-e-cinemas-diz-pesquisa>> Acessado em: 24 de março de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

refletir a respeito do encerramento da exposição e da discriminação das obras, com o intuito de invisibilizar, tornar este debate oculto, marginalizá-lo, a ponto de extingui-lo mostrando a intenção dos grupos conservadores ao censurar as culturas das minorias.

Metodologia e corpus

A pesquisa de cunho qualitativo visa compreender as estratégias realizadas pelas mobilizações populares a favor da exposição de arte. Para coletar informações utilizamos os seguintes instrumentos: registros de páginas na internet onde identificamos entrevistas do curador da exposição e estratégias de resistência e, as quais foram selecionadas previamente seis ações que circularam nas redes sociais. Selecionamos duas entrevistas do curador. A primeira antes do encerramento e a segunda depois do encerramento da exposição, para identificar a posição do curador perante os acontecimentos.

Os dados foram analisados na perspectiva de Motta (2005), com foco na objetivação, ou seja, fatos que as pessoas dizem, dando veracidade ao caso real para as pessoas entenderem. Na subjetivação, nos efeitos que provocam certas emoções e apoios. Na análise destas estratégias, verificaremos sua objetivação e em alguns casos das amostras trazidas, identificaremos a subjetivação, ou seja, investigando se de fato provocaram emoções nos indivíduos que tiveram contato com estas estratégias.

Redes de resistência no caso Queermuseu

A polêmica gerada pelo encerramento, ultrapassou os muros da arte e levou o debate para toda a sociedade. Esteve nos principais meios de comunicação do país, como a TV e o Rádio, e mais efervescente nas redes sociais. Dentro desta polêmica, os grupos a favor começaram a se manifestar em suas páginas, como foram os casos da Figura 1 com alguns dos atores políticos que se manifestaram e na figura 2 com uma atriz Global e a Cantora Daniela Mercury.

Os atores políticos contra o encerramento se pronunciaram a fim de esclarecer o ocorrido com a exposição e principalmente comentaram sobre as estratégias dos grupos que eram contrários a exposição. Na imagem à esquerda, está a deputada estadual mais



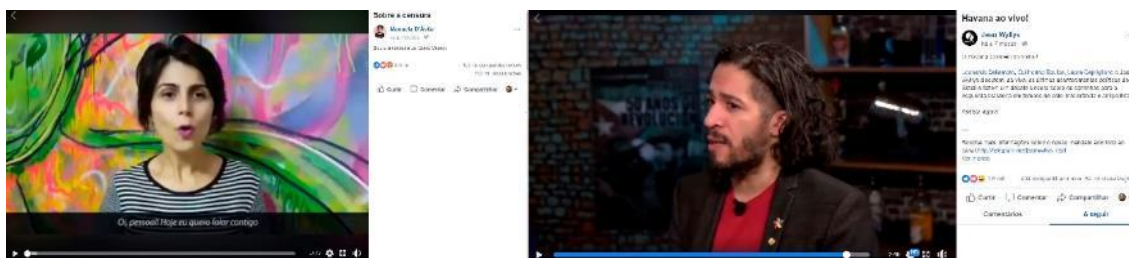
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

votada no Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila do PCdoB, com 222 mil votos, cerca de 600 mil seguidores em sua página no Facebook, se pronunciou respondendo alguns comentários realizados em sua página. Neste vídeo foram alcançadas 8,6 mil reações, 6,3 compartilhamentos e 523 mil visualizações.

No canto direito está o deputado Federal Jean Wyllys do PSol, sétimo deputado mais votado no do Rio de Janeiro, eleito com 144 mil votos e que possui cerca de 1 milhão e 300 mil seguidores em sua página no Facebook. A página de Jean conta com um programa chamado Havana Connection, destinado a debates para analisar os assuntos que estão em alta no Brasil, esta edição do programa com cerca de 37 minutos, destinou mais da metade do tempo para falar sobre a exposição de arte, foram 1,6 mil reações, 494 compartilhamentos e 54 mil visualizações.

Figura 1: Atores políticos contra censura



Fonte: Elaboração própria (2018)

A fala destes atores políticos não só mostra seu lado contestador como informa seu ponto de vista sobre a exposição. O fato de estar no virtual, viabiliza suas falas por aqueles que não estão a sua volta fisicamente, facilitando para que seus pontos de vista sejam compartilhados, vistos sem intermediários e rompendo a temporalidade dos discursos, tendo em vista que se estes atores não excluïrem suas publicações estarão disponíveis para sempre.

Tabela 1: Atores políticos contra censura

| Ator Político | Objetivação | Subjetivação |
|-----------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| Manuela D'Ávila | “Gente, vamos parar de “ouvir dizer”, vamos ver com os nossos | “vamos declarar guerra a quem finge nos amar.” |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | |
|--------------------|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | próprios olhos, vamos ouvir quem entende do assunto.” | |
| Jean Wyllys | “Essa exposição tem que ir para lugar público.” | “temos que ocupar as ruas, os artistas tem que usar os muros, essa gente não pode censurar a arte desse jeito, isso é um absurdo.” |

Fonte: Elaboração própria (2018)

Na análise levamos em conta o conteúdo do discurso e o tom da fala, por exemplo: indignado, expresso na voz, tom de sarcasmo, etc. Na fala da Manuela, que permaneceu com o mesmo tom de voz, buscou-se objetividade ao indagar o indivíduo sobre se basear a partir de conversas informais e pediu para que o mesmo busque outras fontes de informação sobre o assunto. “Gente, vamos parar de “ouvir dizer”, vamos ver com os nossos próprios olhos, vamos ouvir quem entende do assunto.” E logo após, passa um trecho da fala do promotor Júlio Almeida que analisava o caso e comenta sobre existir ou não pedofilia na exposição. Em seguida, de forma subjetiva e poética, na intenção de envolver o espectador na fala, diz: “vamos declarar guerra a quem finge nos amar.”

Jean traz a objetividade quando afirma sobre levar a exposição para lugares públicos, como uma saída, um viés para o que está acontecendo e mostra credibilidade ao compreender que o espaço público seria uma opção. A partir deste momento, ele expressa um tom sonhador ao dizer: “temos que ocupar as ruas, os artistas têm que usar os muros”. Ao final, em tom de indignação diz: “essa gente não pode censurar a arte desse jeito, isso é um absurdo.” Envolvendo o espectador e aumentando o grau de emoção em seu discurso.

Artistas também se manifestaram nas redes sociais, foram retirados *prints* da atriz global Barbara Raquel Paz e da Cantora Daniela Mercury. Assim que a exposição foi encerrada, ambas utilizaram suas páginas pessoais em plataformas distintas para realizar o repúdio. Na imagem à esquerda, Barbara Raquel Paz, publica uma imagem em sua conta do Instagram com a legenda: “Louise Bourgeois por Robert Mapplethorpe. #queermuseu Liberdade de expressão!! Censura não! (Obra que estava na exposição queermuseu no Santander Cultural)”.

No canto direito da imagem, Daniela Mercury diz em sua página do Twitter: “É isso aí! Abram os museus e as cabeças para arte e para diversidade humana.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

#Queermuseum #censurajamais” e um link que dava acesso para uma notícia do portal de notícias G1 com a chamada: “Ministério Público Federal recomenda ‘imediata reabertura’ da exposição Queermuseu”. Ambas descrentes com o que estava acontecendo, indignadas e se manifestando contra a censura à exposição.

Figura 2: Artistas contra censura



Fonte: Os autores (2018)

A atriz e a cantora são conhecidas também pelo engajamento nas causas sociais, contribuem, portanto, para o grupo de pessoas a favor da exposição, suas expressões são ecoadas pela quantidade de fãs e no caso das redes sociais seguidores, trazendo visibilidade para a polêmica e informação sobre seus posicionamentos. Fazendo um link com o que já foi dito, há diferentes formas de fazer arte, estas duas mulheres acima trabalham com setores diferentes da arte e utilizam suas exposições na mídia para fortalecer a opinião sobre a censura à arte, vale a pena ressaltar para que possa ser visto a pluralidade das opiniões e o respeito entre elas.

Para simbolizar este momento, o grupo que se mobiliza em prol dessa luta, cria um filtro para foto de perfil. As pessoas entram neste link e são direcionadas a um site que possibilita fazer uma montagem na foto de perfil do Facebook de quem está acessando o site. Este site funciona da seguinte forma, quem possui uma conta no Facebook e clica no link indicado, é redirecionado para o local de aplicação do filtro na



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

foto de perfil, ao aceitar, a foto do perfil é imediatamente substituída pela montagem com a foto que está atualmente, com os dizeres: “Censura” “#QUEERMUSEU” “#ARTELIVRE”, postando no Facebook uma nova foto e gerando automaticamente um link para aqueles que estiverem conectados visualizarem para também poder utilizá-lo como filtro.

Figura 3: Filtro contra Censura



Fonte: <https://goo.gl/itMn6A>

A utilização deste filtro gera redes de conexão, que fortalecem os laços daqueles que estão resistindo contra a censura a queermuseu e querem se posicionar de forma que outras pessoas saibam a opinião e que também possam alterar a foto de perfil, gerando esta rede de compartilhamento e resistência.

Pensando na visibilidade nas redes sociais digitais e na mobilização social para fora delas, grupos articulados a favor da exposição de arte, criaram um evento no Facebook para agrupar aqueles que também eram favoráveis e que poderiam participar de um ato em frente ao Santander cultural. Na imagem pode ser conferida a data que eles iriam se reunir no chamado “Ato pela Liberdade de Expressão Artística/Contra Lgbttfobia”. Com informações sobre o horário e o local exato para realização do ato, conforme mostra a imagem:



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 4: Evento: Ato pela Liberdade de Expressão Artística/Contra LgbttFobia



Fonte: <https://goo.gl/ejht5d>

Segundo os dados do evento, 5,6 mil pessoas que compareceram e 8,5 mil pessoas interessadas, estes números não expressam quantas pessoas estiveram realmente na frente do museu neste dia e neste local para realizar o ato, pois não foram encontrados dados da brigada militar para efetivamente saber quantas pessoas estiveram presentes, mas o ato aconteceu e inclusive houve confronto entre manifestantes pró e contra a exposição⁶. Este evento mostra a força das mobilizações nas redes sociais que extrapolam esse ambiente e tomam forma física e vão para as ruas protestar, saindo de sua zona de conforto.

O Change.org⁷ é um site desenvolvido para que pessoas possam liderar mobilizações e conversar diretamente com quem tem decide determinados assuntos. A organização do site fornece tutoriais de como pressionar pessoas e instituições sobre temas relevantes para a sociedade, sendo eles reafirmados pela quantidade de assinaturas a partir de um abaixo assinado que qualquer pessoa pode criar. A fim de protestar pelo encerramento, pessoas que estavam contra o encerramento criaram um abaixo-assinado pedindo a reabertura da exposição Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira, o qual seria entregue para os responsáveis pela exposição no Santander Cultural.

⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/iC9hX7>> Acessado em: 26 de março de 2018.

⁷ Disponível em: <<http://www.comousarachange.org/>> Acessado em: 5 de março de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 5: Abaixo-assinado para reabertura da Queermuseu



Fonte: <https://goo.gl/bYp8kj>

O objetivo deste abaixo-assinado era chegar as 75.000 assinaturas, até o momento da coleta de dados, 72.420 pessoas assinaram. Mesmo não conseguido atingir os 100% da meta estipulada até o instante da coleta, podemos observar que chegou a aproximadamente 96,5% das assinaturas. Este documento traz narrativa de legalidade às manifestações, visto a quantidade de pessoas que assinaram. Pode-se notar como este grupo esteve unido e empenhado para que esta censura não passasse despercebida. A exposição não foi reaberta no Santander Cultural, mas o sentimento de dar continuidade a exposição não foi finalizado, pelo contrário, o debate se estende em outros ambientes.

Um mês após o encerramento da queermuseu em Porto Alegre - RS, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, vetou a exposição no Rio de Janeiro. Ela seria realizada no MAR - Museu de Arte do Rio. Este sentimento continuou e perdurou, muitas vezes ecoaram e as estratégias foram sendo criadas para que o diálogo com as diferenças continuasse. Assim nasceu a vaquinha online, criada no site Benfeitoria⁸ pela Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage para arrecadarem e realizar a exposição no Parque Lage no Rio de Janeiro, foram elaboradas diversas estratégias para que todos soubessem dessa exposição e pudessem contribuir para que ela de fato acontecesse.

⁸ Disponível em: <<https://benfeitoria.com/queermuseu>> Acessado em: 5 de março de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

As imagens abaixo trazem algumas estratégias realizadas pela vaquinha online e algumas de suas estratégias de arrecadação. No canto direito superior estão as metas estipuladas, caso chegassem ao valor de 690 mil reais a exposição seria realizada e a partir de 800 mil, haveria aprimoramento da plataforma de debates com ampliação do projeto educativo. À direita superior, o show de Caetano Veloso para ajudar na arrecadação do montante e na parte inferior, dois atores que já foram da maior emissora de televisão do Brasil, Guilherme Weber à esquerda e Wagner Moura à direita. Atualmente são reconhecidos nacional e internacionalmente por suas atuações.

Figura 6: Queermuseu no parque Lage



Fonte: Elaboração própria (2018)

O fato de atores colaborarem para que esta vaquinha atingisse sua meta, também se torna uma estratégia de visibilidade, nota-se que eles trabalharam por muito tempo na maior emissora do país e hoje atuam em seus projetos no Brasil e no exterior, externalizando a causa para fora do país. No caso de um cantor de renome, como é Caetano Veloso, conhecido pela luta contra censura e pela democracia desde os festivais na época da ditadura, foi um dos elementos importantes na arrecadação do montante para a realização da exposição no parque Lage.

Após conseguir o valor de R\$ 1.081,176,00 para realizar a exposição, o excedente além de contribuir para a ampliação da plataforma de debate, segundo a EAV:



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

[...] resultará na adaptação para adquirir condições museológicas, incluindo climatização e desumidificação do espaço, adaptação de paredes e outras melhorias. A obra é necessária para receber as obras com segurança. A reforma do espaço também beneficiará futuras exposições no local, permanecendo como legado da mobilização da sociedade para uma escola de vanguarda como EAV e toda a população carioca.

Podemos observar a importância desta luta e resistência para o debate, para a reflexão e para que lugares como este que abrigará a exposição seja visualizado. Segundo o site de *crowdfunding* (vaquinha online), Catarse, até 2016, o projeto que obteve a maior arrecadação foi o projeto Jornada pela Democracia, arrecadando 755.186,00 reais. Não foram encontrados dados dos maiores projetos de *crowdfunding* do Brasil em todas as plataformas disponíveis, mas o projeto para realizar a queermuseu no parque Lage, atingiu a meta estabelecida e está entre os primeiros na proposta de arrecadação.

Percebemos que as estratégias tiveram como base gerar visibilidade para este momento de censura da arte. Deste modo, estas estratégias além de gerar visibilidade, informaram, criaram redes de resistência e buscaram legalizar os protestos dos indivíduos que estiveram em contato com elas. A exposição de arte não foi reaberta no centro cultural, mas oportunizou um amplo debate para a sociedade brasileira e colaborou para ramificar as discussões sobre diversidade em outros espaços.

Em entrevista para o programa do Youtube “*É-Cultura Entrevista*” em 2017 do canal “*É-Paraná RTVE*”, o curador da exposição diz que:

Essa exposição foi construída para ser uma plataforma de diálogo, de debates sobre este vasto número de questões que são de grande interesse para a sociedade brasileira, não só as questões específicas da exposição, como: gênero, expressão e identidade de gênero, diferença, diversidade e um universo de outras questões, bastante políticas. Um universo artístico que é fundamental e está sendo discutido nessa exposição e por isso ela adquire essa dimensão internacional já nas 24 horas seguintes que ela é fechada. Um fenômeno que não se tinha visto numa exposição brasileira e em poucas no mundo até o momento.

O espanto do curador faz sentido justamente no momento em que o conservadorismo avança em diversos espaços da sociedade brasileira, por isso, a ideia se articula com Wyllys “*eles criam falsamente uma unanimidade através do ataque. O Santander não tinha o direito de se impressionar, [...] deveria ter um compromisso com as liberdades individuais e chegar para os canalhas e fascistas não, aqui não, vocês não*



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

vão atacar ninguém dentro da exposição”. Essas vozes puderam ecoar com mais intensidade nas plataformas digitais, possibilitando que as estratégias de visibilidade e resistência ganhassem adesões, seguidores e debates para fazer frente à censura e a liberdade de expressão.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a analisar algumas estratégias de visibilidade a favor da exposição Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. Desta maneira foram planejadas três etapas, sendo elas, mapear as estratégias na internet, selecioná-las, analisá-las através da metodologia de Motta (2005) e para complementar, com as entrevistas do curador da exposição para de forma ampla compreender os passos da movimentação.

No mapeamento foram encontradas seis estratégias que culminaram na realização de outra exposição no parque Lage. Se o intuito era visibilidade para a temática, será que a polêmica não contribuiu? O público reabriu o debate querendo que as discussões fossem trazidas para toda a sociedade. Quando o Santander fecha a exposição, ele impossibilita a visualização *in loco* da população para realmente visitar a exposição e poder dialogar sobre o que estava sendo exposto, eternizando o discurso que o fez encerrá-la. Mas a força da arte se fez mobilizadora.

É interessante ver o movimento das atuações, ocupando as redes sociais mais utilizadas no Brasil, atingindo a meta de arrecadação, com mais de um milhão de reais para realizar a exposição no Rio de Janeiro, atingindo 96,5% da meta das assinaturas para o abaixo-assinado e mobilizando pessoas para manifestar em frente ao centro cultural, começando em uma exposição física, culminando em movimentações virtuais, e extrapolando as redes digitais, gerando fatos para ações físicas. Assim, este movimento a favor da arte e contra a censura vem de encontro a resistência. Entende-se que todas as estratégias realizadas foram a partir do fechamento, gerando repercussão pelo poder popular, por todos os que se identificaram com a causa. Essas subjetivações das estratégias resultaram na objetivação dos propósitos dos grupos que a planejaram.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A discussão mostra também que os setores da sociedade conservadores buscam invisibilizar a temática sobre gênero e diversidade nas escolas e nos espaços públicos. Portanto, cabe a difícil tarefa aos grupos que são favoráveis a discussão sobre diversidade, de se conectar a pessoas que não permitem o diálogo sobre o assunto e que não frequentam os ambientes onde as exposições de arte são realizadas.

Referências

ABAIXO-ASSINADO Queermuseu. Change. Disponível em: <<https://goo.gl/ga4MX9>> Acesso em: 5 de abril de 2018.

ARTISTAS no caso da queermuseu. G1. Disponível em: <<https://goo.gl/jvK4pq>> Acesso em: 5 de abril de 2018.

CAETANO VELOSO no Parque Lage. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/gKuYK7>> Acessado em: 5 de abril de 2018.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cidadania cultural: O direito à cultura**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CROWDFUNDING QUEERMUSEU. Benfeitoria. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/queermuseu>> Acesso em: 10 de abril de 2018.

EVENTO ATO a favor da queermuseu. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/bQv7Ah>> Acesso em: 5 de março de 2018.

FILTRO CONTRA CENSURA. Facebook. Disponível: <<https://goo.gl/9wVio1>> Acesso em: 10 de abril de 2018.

GUILHERME WEBER convidando. Facebook. Disponível: <<https://goo.gl/8ntuCz>> Acesso em: 10 de abril de 2018.

JEAN WILLYS no programa Havana. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/33sJaG>> Acesso em: 11 de abril de 2018.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo Educado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANUELA D'ÁVILA respondendo comentários. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/K8Grcx>> Acesso em: 11 de abril de 2018.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In. HOHLFELDT, Antonio;



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

MARTINO, C. Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (Org). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências** 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MORAES, Cândida Maria. **O Paradigma Educacional Emergente**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

SALIN, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WAGNER MOURA convidando. Facebook. Disponível: < <https://goo.gl/1RVm4o>>
Acesso em: 11 de abril de 2018 WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus. 2006.



Representatividade não leva a nada? Dispositivo pedagógico da mídia, produção de sentidos em redes digitais e construção da realidade no jornalismo do BuzzFeed através do Big Brother Brasil

**Francielle Esmitiz¹
Christian Gonzatti²**

Resumo: Buscamos entender como as dimensões de sentidos sobre gênero sexualidade e raça são acionadas no Big Brother Brasil e mobilizam a construção de sentidos nos sites de redes sociais. Analisamos como tais dimensões apareceram no *reality show* e quais acontecimentos foram emblemáticos na narrativa. Passamos a tentar entender como o jornalismo do BuzzFeed engendra-se ao que é debatido nos sites de redes sociais e no programa, visando entender como gênero, sexualidade e/ou raça são operacionalizados por essa mídia entendida como dispositivo pedagógico.

Palavras-chave: gênero; redes digitais; jornalismo; Big Brother Brasil; entretenimento.

Introdução

O Big Brother Brasil é um *reality show* produzido e transmitido pela Rede Globo de Televisão. O programa que já teve 18 edições costuma ser exibido uma vez por ano, entre os meses de janeiro e abril. Dele participam pessoas de todo o país, homens e mulheres comuns, que disputam o prêmio de um milhão e meio de reais. Os participantes são confinados em uma casa com câmeras por todos os lados que transmitem 24 horas tudo o que acontece durante mais ou menos 3 meses. A cada semana, provas vão sendo realizadas para definir o/a líder da casa, aquele/a que além de ficar imune indica uma pessoa para o paredão, e o anjo que imuniza alguém. O paredão é o momento em que 2 ou 3 participantes, indicados pelo líder e pelos colegas de confinamento disputam a preferência do público para permanecer no jogo e disputar o prêmio de um milhão e meio de reais.

Todo o ano a mesma polêmica atravessa algumas dinâmicas conversacionais dos

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação no PPGCC Unisinos. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela mesma universidade. E-mail: fran.esmitiz@gmail.com

² Doutorando em Ciências da Comunicação, Mestre em Ciências da Comunicação, Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Unisinos, christiangonzatti@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sites de redes sociais: assistir ao Big Brother Brasil é melhor que ler um livro? O *reality show* tem sido apontado como um signo de volatilidade, esvaziador de possibilidades reflexivas e consumo por pessoas ignorantes. Tais disputas, no entanto, não são aquelas que mais nos interessam aqui. Temos observado o acionamento de discussões político-culturais pelo programa em sua última edição. Não que elas tenham apenas surgido agora, mas é a partir desse recorte que desenvolvemos inferências sobre os sentidos produzidos em torno de questões de gênero, raça e sexualidade no Big Brother, a reverberação dessas politicidades no Twitter e as maneiras com as quais o jornalismo do BuzzFeed percebe essa produção, capturando quadros e construindo realidades.

Para esse movimento, analisamos qualitativamente a representação das vencedoras e vencedores do programa (Tabela 1), depois descrevemos como o gênero, a sexualidade e a raça e a sexualidade apareceram na última edição. Trabalhamos, também, com a análise de construção de sentidos em redes digitais, metodologia desenvolvida pelo grupo Laboratório de Investigação do Cibercontecimento (LIC), do qual somos membras, para perceber como se dá a produção de sentidos em torno do *BBB* nas articulações entre o Twitter e o jornalismo do Buzzfeed. A metodologia consiste em 3 momentos: mapear e identificar os sentidos produzidos pelos atores de uma rede, analisar qualitativamente essa produção elaborando constelações de sentidos e desenvolvendo inferências.

Contextualizando gênero, sexualidade e raça a partir do Big Brother Brasil

O *reality*, que é transmitido desde 2002, é um dos programas de maior audiência da Rede Globo. Temos observado que o programa tem levantado importantes debates para a sociedade. Em 2016, por exemplo, a pedofilia tornou-se uma discussão mobilizada pela narrativa dele, quando o participante Laércio de Moura, na época com 53 anos, afirmou se relacionar com meninas menores de idade. Em 2017, o relacionamento abusivo de Emilly Araújo e Marcos Harter motorizou uma discussão sobre abuso e violência contra a mulher. Em 2018, muitos temas foram suscitados pelo programa. Destacamos, aqui, os debates sobre a representatividade, muitas vezes citada pelos participantes, fazendo com que o apresentador Tiago Leifert falasse em um de seus



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

discursos que “representatividade não leva a nada”. Dada a indignação de muitos grupos sociais nos sites de redes sociais, tal caso gerou um ciberacontecimento (HENN, 2014), potencializando disputas de sentidos sobre a questão.

O programa quando está no ar por si só já ganha inúmeras matérias jornalísticas contando detalhes dos participantes e narrando os acontecimentos da chamada “casa mais vigiada do Brasil”. No entanto, a partir dos processos em rede, aquilo que reverbera nos sites de redes sociais, ou seja, a produção e as disputas de sentidos que ali se dão, ganham narratividades também nos espaços jornalísticos. É nesse sentido que analisamos aqui as relações entre o dispositivo pedagógico da mídia, a produção de sentidos em redes digitais e a construção da realidade pelo jornalismo do *BuzzFeed*, que desenvolveu matérias sobre o programa assumindo uma posição problematizadora das desigualdades.

Para compreender esse processo trazemos os conceitos de gênero e sexualidade. Guacira Lopes Louro (1997) percebe gênero como algo que não é dado, mas construído, sendo necessário pensar de forma plural, observando as diversas representações de homens e mulheres, compreendendo que as noções de gênero diferem entre as sociedades e seus momentos históricos. A autora entende o gênero como uma parte constituinte da identidade do sujeito, sendo essa identidade plural, passível de transformações, instável e até contraditória.

Antes mesmo de um bebê nascer já é pré-estabelecido pelo sexo biológico o corpo que será doutrinado como masculino ou feminino. A sociedade instituiu aquilo que é feminino e aquilo que é masculino, estabelecendo comportamentos e normas, e essas normas são reiteradas através dos discursos da mídia, da igreja, instituições legais. Essas noções de gênero ocorrem por meio de diversas práticas, de forma explícita ou dissimulada nos diversos ambientes socioculturais. (LOURO, 2008, p.22; Judith³ BUTLER, 2008; Dagmar MEYER, 2012). Louro (1997, p.25) argumenta que “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos.”

³ Optamos por utilizar o primeiro nome das autoras como forma de dar visibilidade acadêmica às suas produções.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Tais formas locais podem ser compreendidas como “convenções de gênero”, ou seja, o conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas. No mundo ocidental, tais convenções são informadas pela matriz falocêntrica, a centralidade do masculino como parâmetro positivo do qual se origina a assimetria de gênero, e pela “matriz heterossexual compulsória”. (Alinne BONETTI, 2011, p.2)

Nessa mesma perspectiva, Louro (1997, 2000) a sociedade esforça-se, por meio de vários métodos, para determinar aquilo que é feminino ou masculino como identidades “normais”, sendo essas identidades vinculadas a uma identidade sexual: a heterossexual. A heterossexualidade é tida como “natural e também como universal e normal”, e presume-se que todos os indivíduos direcionem seus desejos e afeição a um parceiro do sexo oposto. Sendo, assim, outros modos de sexualidade são entendidas como “antinaturais, peculiares e anormais”. (LOURO, 2002, p.10).

Louro (1997, p.49; 2008, 2012) coloca que aqueles que não compartilham dos traços que em nossa sociedade são valorizados e predominantes, como ser homem, branco, heterossexual, cristão, é colocado a margem e marcado pela diferença, “e a atribuição da diferença é sempre historicamente contingente — ela é dependente de uma situação e de um momento particulares”. A partir de Ortner (1996), Bonetti (2009, p.109) entende gênero como um sistema de prestígio marcado pelo contexto, a agência e as práticas de poder.

Gênero e sexualidade são engendrados nas e pelas relações de poder, através de comportamentos considerados adequados. É no núcleo dessas redes de poder, através “das trocas e jogos que constituem seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades”. A desigualdade e a diferença buscam legitimar os lugares sociais e os destinos de cada pessoa em função dos seus marcadores sociais. As sociedades criam normas e delimitam as fronteiras entre aqueles que refletem a norma e aqueles que estão fora dela, marcando assim, a diferença. (LOURO, 1997, p.41). Guacira Lopes Louro (1997) compreende gênero e sexualidade como noções construídas social, cultural e linguisticamente. Essas noções são construídas pelas sociedades ao longo do tempo para marcar e reafirmar os corpos que são mais valorados em detrimento de outros.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A partir de uma pesquisa exploratória sobre o programa, constatamos que de 18 edições com uma média de 15 participantes cada, 20 participantes eram LGBTs⁴ – o primeiro participante assumidamente homossexual foi Jean Wyllys, único homem negro e gay a vencer uma edição, a de 2005. As mulheres venceram 8 edições, a maioria a partir de 2010. Nos últimos 6 anos, elas venceram 5. Das 18 edições do programa, apenas 4 foram vencidas por pessoas negras, sendo 3 mulheres, e a média de idade dos vencedores é de 27 anos. Esses dados, apresentados na tabela 1, demonstram que a representação ideal de vencedor é de um homem branco, heterossexual e jovem, ainda que nos últimos anos as mulheres tenham sido as maiores vencedoras. O debate sobre representatividade importa na medida em que produtos midiáticos são condicionados a repensar suas lógicas e normas e passam a incluir questões e pessoas que historicamente foram silenciadas e não representadas de forma adequada.

Tabela 1: Vencedoras e Vencedores do BBB

| Ano | Vencedor BBB | Identidade de gênero | Cor | Sexualidade | Estado | Idade |
|------|----------------------------|----------------------|--------|---------------|--------|-------|
| 2002 | Kleber Bambam | H | Branco | Heterossexual | SP | 24 |
| 2002 | Rodrigo Leonel – Cauboi | H | Branco | Heterossexual | SP | 32 |
| 2003 | Dhomini Ferreira | H | Branco | Heterossexual | Goiás | 31 |

⁴ Os vencedores foram identificados a partir de seus marcadores sociais com base em informações prestadas pelos próprios participantes ao entrarem para o programa, durante as edições em que participaram e através de entrevistas.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | | | | | |
|------|-------------------------|---|--------|---------------|-------|----|
| 2004 | Cida dos Santos | M | Negra | Heterossexual | RJ | 21 |
| 2005 | Jean Wyllys | H | Negro | Homossexual | Bahia | 31 |
| 2006 | Mara Viana | M | Negra | Heterossexual | Bahia | 34 |
| 2007 | Diego Alemão Gasques | H | Branco | Heterossexual | SP | 26 |
| 2008 | Rafael Ribeiro | H | Branco | Heterossexual | SP | 27 |
| 2009 | Max Porto | H | Branco | Heterossexual | RJ | 31 |
| 2010 | Marcelo Dourado | H | Branco | Heterossexual | RS | 38 |
| 2011 | Maria Melilo | M | Branca | Heterossexual | SP | 28 |
| 2012 | Fael Cordeiro | H | Branco | Heterossexual | MS | 26 |
| 2013 | Fernanda Keulla | M | Branca | Heterossexual | MG | 27 |



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | | | | | |
|------|------------------|---|--------|---------------|--------|----|
| 2014 | Vanessa Mesquita | M | Branca | Bissexual | SP | 28 |
| 2015 | Cezar Lima | H | Branco | Heterossexual | Paraná | 31 |
| 2016 | Munik Nunes | M | Branca | Heterossexual | Goiás | 20 |
| 2017 | Emilly Araujo | M | Branca | Heterossexual | RS | 20 |
| 2018 | Gleici Damasceno | M | Negra | Heterossexual | Acre | 22 |

Construção da realidade no jornalismo e dispositivo pedagógico da mídia através do BuzzFeed

Temos observado no BuzzFeed um fazer jornalístico que, ao mesmo tempo que utiliza a articulação entre entretenimento e informação, infotainment⁵, para gerar visibilidade e compartilhamentos, rompe e mobiliza reflexões – e consequentemente saberes – sobre os marcadores de gênero, sexualidade e raça. Títulos que não generificam pessoas através da genitália⁶, discussões sobre racismo em interseccionalidade com a sexualidade⁷, posicionamentos feministas⁸ são apenas algumas das muitas iniciativas e movimentos que parecem colocar o site em um Outro lugar no papel do jornalismo em relação à alteridade. Há uma marca específica e uma linguagem diversional que não se

⁵ Mais discussões teóricas sobre o conceito em Gonzatti (2017).

⁶ Fonte: <https://www.buzzfeed.com/maritsapatrinos/13-coisas-que-so-sao-familiares-se-voco-tem-uma-va>. Acesso em: 4 out. 2018.

⁷ Fonte: <https://www.buzzfeed.com/victornascimento/11-homens-negros-compartilham-historias-de-racismo-na>. Acesso: 4 out. 2018.

⁸ Fonte: <https://www.buzzfeed.com/julianakataoka/estes-26-posts-desenharam-porque-o-feminismo-e-importante>. Acesso: 04 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

perde, mas que tem sido transmutada, também, para exercer pedagogias e romper com pressupostos hegemônicos.

Rosa Maria Bueno Fischer (2002) compreende que as pessoas marcadas como diferentes são perpassadas pelos modos de representação, assim como as enunciações, as formas de interpretação e de comunicação que constituem os processos representativos. Inspirada pelo dispositivo da sexualidade e pelos de subjetivação de Michel Foucault (1999), a autora reflete sobre as operações midiáticas, e, mais especificamente ainda, a televisão, que constituem sujeitos e subjetividades na contemporaneidade. Na sua percepção, as configurações da mídia produzem imagens, significados, saberes que educam sobre – e aqui tomamos a liberdade de trazer uma ideia de Judith Butler (1999) para a reflexão – os corpos que pesam, ensinando modos de ser e de estar na cultura. Compreendemos que o Big Brother Brasil atravessa tais engendramentos, tendo a sua potência de dispositivo pedagógico da mídia redimensionalizada pela cultura digital.

Os processos jornalísticos se constituem como conhecimentos socioculturais que também possuem uma dimensão pedagógico-midiática que constrói realidades, como aponta Marcia Veiga da Silva (2014). Assim, o jornalismo, engendrado a essas transformações mobilizadas pelo ciberespaço, vem sofrendo transformações que ressignificam a sua potência de construção simbólica da realidade. Como a autora também apontou em sua pesquisa de mestrado, o jornalismo hegemônico pode ser percebido como masculino, tomando como pressuposto as redes de poderes que o constituem na perspectiva do gênero (Joan SCOTT, 1995). No entanto, novas iniciativas jornalísticas vêm tentando, com uma série de problemáticas, romper com tais atravessamentos.

Paralelamente, há um jornalismo que ao ser desenvolvido em um contexto de redes e tomando como fonte para a construção de pautas a cultura pop (GONZATTI, 2017), é marcado, da mesma maneira que o Big Brother, como volátil, desnecessário, fútil e uma série de adjetivações que perpassam noções acadêmicas e sociais. O BuzzFeed está potencialmente implicado nesse fazer jornalístico, mas vem, ao mesmo tempo, rompendo com pressupostos de uma imparcialidade que mascara e invisibiliza as desigualdades. Se é através da linguagem que o jornalismo constrói significados e demarca os lugares de cada pessoa na sociedade, é através de linguagens constituídas nos sites de redes sociais



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que o portal de notícias vem rompendo com algumas lógicas masculinas, visibilizando dissidências de gênero, sexualidade e raça.

Produção de sentido nas redes digitais

A forma como nos comunicamos e interagimos vem sofrendo transformações em função das possibilidades ofertadas pela internet. O ciberespaço proporcionou novas formas de sociabilidade, comunicação e informação por meio das ferramentas de comunicação mediadas pelo computador. Dentre essas ferramentas, os sites de redes sociais (SRS) têm sido fundamentais para mudanças socioculturais. Com a maior facilidade de acesso a internet e a *smartphones*, a apropriação dos atores, a comunicação e a conversação em rede (Raquel RECUERO, 2014) tem possibilitado que inúmeros fenômenos ou processos em rede aconteçam. Os movimentos sociais, ao se apropriarem dessas novas tecnologias e ocuparem o espaço das redes produzindo e espalhando conteúdo sobre suas pautas e questões têm mobilizado importantes debates para a sociedade, que antes dos sites de redes sociais não tinham tanto espaço na mídia hegemônica, como as questões de gênero, sexualidade e raça. Para Castells (2013, p.8) “as redes sociais não são apenas ferramentas, mas modelos organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para autonomia política.” A internet gera condições para que os movimentos sociais sobrevivam, se organizem, decidam e se alarguem. Além disso, por ser um espaço fluido mantém a comunicação entre as pessoas e com a sociedade em geral, independentemente do espaço físico ou questões territoriais geográficas, mantendo o movimento ativo na busca pela transformação social necessária para superar a dominação institucionalizada.

A era digital faz emergir um cenário no qual, através das novas tecnologias e plataformas de mídia, mais vozes podem ser ouvidas e podem pautar os processos de comunicação, permitindo que cada vez mais pessoas produzam conteúdo e informação, distribuídos em diversos formatos. No entanto, esse processo é muito conflituoso. Bolhas algorítmicas, fechamentos ao diálogo e uma série de disputas de sentidos também passam a atravessar as dinâmicas de sociabilidade desse contexto. Assim, assistir a um determinado programa de televisão passa a ser um processo que também produz



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

materialidades nesses ambientes. É o que Henry Jenkins (2008) chama de cultura de convergência. As diferentes percepções sobre um determinado produto televisivo passam, simultaneamente, a gerar construções de narrativas em plataformas como o Twitter.

A esse processo de criação de narrativas expressas em sites de redes sociais chamamos de produção de sentido em rede, compreendida através da Teoria dos Signos de Pierce (2002) como uma ação dos signos que gera interpretantes e assim gerando outros signos em um processo contínuo. Os sites de redes sociais facilitam esse processo e concentram nesses espaços sentidos diversos. Hoje as pessoas assistem TV acompanhadas de seus celulares, conectadas a internet e aos sites de redes sociais, produzindo sentidos que complementam a narrativa dos programas nessas plataformas. Com o BBB não é diferente, ao comentarem em seus perfis nos sites de redes sociais, as pessoas participam do programa, e essa produção de sentidos em rede tem gerado debates importantes para a sociedade, como assédio, machismo, racismo e, no caso do programa, representatividade.

Análise

Através dessas discussões, passamos a analisar a interface entre três campos distintos: os acontecimentos do *reality show* relacionados a gênero, sexualidade e /ou raça, a reverberação desses acontecimentos no Twitter e a construção de matérias – através de uma dimensão convergente – no BuzzFeed. Nos desdobramos, assim, sobre os sentidos implicados em cada um desses campos e como eles podem estar funcionando como um dispositivo pedagógico.

O primeiro movimento do programa que ganhou uma dimensão em rede foi a pressuposta relação incestuosa entre a Família Lima. *Frames*, vídeos, imagens e textos foram compartilhados vendo um exagero na relação afetuosa entre o pai Ayrton, a filha Ana Clara e o sobrinho Jorginho. O BuzzFeed, nesse contexto, construiu uma matéria contextualizando o caso e a especulação feita na rede, trazendo *tweets* que dão a entender que o relacionamento dos familiares era realmente estranho – “Você está achando a



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

família Lima do ‘BBB18’ um pouco estranha?”⁹. A repercussão fez com que Tiago Leifert conversasse com a/os participantes sobre o comportamento.

Após a entrada de todas/todos participantes, os perfis dos sites de redes sociais que tais pessoas possuíam passaram a ser investigados buscando mais informações sobre as vidas e os posicionamentos de cada uma/um. Foi assim que Ana Clara foi vista como gordofóbica e lesbofóbica por publicações que havia feito em 2013. Entre tantas, um vídeo no qual faz piada com mulheres gordas em elevadores e questiona como podem haver mulheres lésbicas com homens lindos como Adam Levine, um cantor. O BuzzFeed capturou esses sentidos e construiu a seguinte matéria: “Os posts antigos da Ana Clara do BBB18 mostram a gordofobia disfarçada de comédia¹⁰”. O mesmo movimento atravessou a percepção sobre o participante Caruso, visto como homofóbico e apoiador do político Jair Bolsonaro. Na matéria, “Isso é o que Caruso do BBB18 pensa sobre homossexualidade” estão publicações nas quais ele fala em direitos héteros e imagens que chamam Jean Willys de “gayzista”. Ao final do texto, coloca-se que a sua participação poderia revelar o que ele pensava atualmente, tendo em vista que os episódios foram em 2014.

Na casa, durante uma brincadeira de verdade ou consqueência, a participante Ana Paula chamou Mahmoud de "viado" algumas vezes e isso o incomodou. Ela defendeu-se dizendo que tem muitos amigos gays e os trata com a mesma expressão. Ele explicou que considerava o termo pejorativo e que defendia que gays devem ser chamados pelo nome, assim como os héteros. Mesmo com a colocação, Ana Paula continuou a interpelá-lo pela expressão. Ao vencer a prova do líder, então, o único participante gay da casa colocou-a no paredão. Ela não gostou nada da indicação e adjetivou o líder de "viadinho". Nos sites de redes sociais, o episódio tornou-se uma discussão sobre o uso de expressões pejorativas com LGBTQs. Alguns perfis consideraram a atitude de Mahmoud exagerada, enquanto outros explicavam que o uso de um termo pejorativo ressignificado – como “bicha” e “viado” – dependem do contexto e da identificação de determinada pessoa com o termo.

⁹ Fonte: https://www.buzzfeed.com/ramosaline/voce-tambem-esta-achando-a-familia-lima-ouricada-demais?utm_term=.ogNv5OR5rw#.eIPkJeJJKY. Acesso: 04 out. 2018.

¹⁰ Fonte: https://www.buzzfeed.com/victornascimento/ana-clara-do-bbb-18-gordofobia?utm_term=.ubq9KGoK mz#.tp9ezdoz38. Acesso: 04 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

No momento em que Ana Paula não soube respeitar a posição dele, haveria ali uma manifestação de preconceito. A matéria do BuzzFeed, “Mahmoud e Ana Paula do BBB18 estão dividindo opiniões por conta da palavra viado” foca nas disputas de sentidos citadas, sem complexificar o episódio.

Desse ponto em diante, o programa passou a ser explicitamente atravessado pela temática de gênero. A eliminada Mara apontou que os homens iriam formar uma “ganguê da cueca” e colocar apenas mulheres no paredão. Na semana seguinte, Ana Paula contou para Jaqueline que Mahmoud estava chateado por ela ter prometido o anjo a ele e não ter o dado. Ela negou que tivesse feito isso, mas as câmeras capturaram o momento. A postura dela com Mahmoud foi extremamente agressiva: gritou, apontou o dedo na cara dele, chamou-o de mentiroso e, entre diferentes críticas, apontou que ele “passava o dia desfilando com essas roupinhas” – expressão que trazia uma tentativa de inferiorizar a performance de Mahmoud e o uso de roupas como gravetas borboletas. Nos sites de redes sociais, tais *frames* foram compartilhados e, a partir daí, muitos perfis passaram a apontar os episódios homofóbicos envolvendo Mahmoud, incluindo a perseguição do participante Caruso, que em 2014 havia feito publicações recuperadas pelo público de cunho homofóbicas.

Uma mobilização em rede, através da *hashtag* #GleiciMereceRespeito, apontou os discursos racistas e xenofóbicos das participantes Patrícia, Ana Paula e Nayara sobre a acreana. Ana Paula, em determinado momento, fez o seguinte comentário: “A Gleici é a típica acreana. Você vai no Acre e tem 60 Gleici. Eu sei, já morei no Acre. É tudo uma igual a outra. Não tem cara de brasileira. Sinto muito, mas não tem. Nem tem corpo de brasileira, tem corpo de acreana”. Após uma sessão de filme no quarto do líder, Nayara, Patrícia e Ana Paula tiraram sarro do jeito e da risada da Gleici e, em outro momento, disseram que queriam dar um soco na cara de Gleici. Através desses episódios, celebridades e perfis passaram a se posicionar contra a atitude tomada em relação à ela.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: Gleici Merece Respeito



Fonte: coleta de dados realizada pela autora e autor.

O BuzzFeed recuperou essas informações, articulando a narrativa do programa e dos sites de redes sociais, com a matéria “Por que a Gleici do BBB18 incomoda tanto?”¹¹. Depois, o programa passou a ser marcado mais intensamente ainda por marcadores identitários da diferença. Lucas disse, em determinado momento, que sofria “lindofobia” – o que foi criticado nos sites de redes sociais tendo em vista os privilégios que um homem heterossexual com corpo padrão tem em nossa sociedade. A eliminação de Nayara com número recorde também revelou uma dimensão racista das votações do programa. Tiago Leifert, nesse contexto, fez o seguinte discurso: “*Esta casa, especificamente, está com uma outra ‘nóia’. Vocês não são mais vocês mesmos. Agora vocês representam algo. ‘Ah, eu represento a comunidade X’. ‘Fulano representa a comunidade Y’. ‘Eu represento sei*

¹¹Fonte: https://www.buzzfeed.com/ramosaline/gleici-bbb18-prec-onceit-o?utm_source=twitter&utm_medium=organic&utm_campaign=twitter. Acesso: 04 out. 2018.



lá o quê'. Deixa eu falar a real. Ninguém aqui fora deu procuração pra vocês representarem ninguém aí (...) A gente preferiria que vocês baixassem o escudo. A gente não ficou olhando de onde vocês eram, a gente gostou de vocês. Abaixa o escudo, vamos conversar com nós aqui. Sem esse negócio de representatividade, que isso daí não leva a nada". As críticas começaram, então, a serem proliferadas nos sites redes sociais – apontando, inclusive, a maneira como só mulheres estavam sendo eliminadas e indo para o “paredão” – a exceção de Mahmoud, o único homem a ser emparedado, mas que não se identifica como heterossexual. O BuzzFeed fez, então, um texto apontando as contradições e a problemática de Tiago Leifert criticar a representatividade – “Tiago Leifert, um homem branco, quer determinar se representatividade importa ou não¹²”.

A reta final do programa foi marcada por apoio à Gleici, Ana Clara, Mahmoud e Paula (que acabou se distanciando no gupo na reta final) em contrapartida aos participates como Kaysar, Diego, Patrícia, Viegas e Caruso. O BuzzFeed fez um texto contando “33 coisas que talvez você não saiba sobre a Gleici do BBB18”, citando, por exemplo, o fato dela ser a primeira pessoa da família a concluir o Ensino Médio e, na formatura, usar um vestido que o melhor amigo havia usado no concurso Miss Acre Gay. Na edição na qual o apresentador discursou que “representatividade não levava a nada”, Gleici saiu vencedora.

Considerações finais

O entretenimento pode ser vetor de debates sobre diferentes questões sociais – de gênero, sexualidade, raça e classe, por exemplo. No contexto digital, essa dimensão é potencializada e ressignificada, na medida em que tais debates entram em processos altamente semióticos, podendo disparar sentidos em uma cadeia infinita. Passam a ocorrer disputas sobre temas que também podem mobilizar conhecimentos, críticas e novos acontecimentos. Gleici estava interseccionalizada à marcadores socialmente e historicamente colocados em situação desigual de gênero, raça e classe. Tal condição não passou despercebida nas conversações em rede – o que sinaliza não só uma dimensão

¹² Fonte: https://www.buzzfeed.com/ramosaline/tiago-leifert-um-homem-branco-quer-determinar-se?utm_term=.umq0bVOBL5#.oiJVYWXYgo. Acesso: 04 out. 2018.



pedagógica da mídia, mas a possibilidade do jornalismo entrar em diálogo com as redes digitais dando sentido crítico e organizando os desdobramentos de uma narrativa de entretenimento. Parece, também, haver alguma ruptura com o masculino no jornalismo (Marcia VEIGA DA SILVA, 2014) do BuzzFeed – movimento que pode mobilizar outras investigações. Compreendemos, por fim, que a articulação entre uma narrativa midiática – o reality show –, os sites de redes sociais e o jornalismo complexificam as possibilidades pedagógicas e a construção da realidade, que passam a serem desdobradas em múltiplas instâncias.

Referências bibliográficas

BONETTI, Alinne. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009

BONETTI, Alinne. Gênero, poder e feminismos: as *arapiracas* pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Estudos feministas** - julho /dezembro 2011- janeiro /junho 2012.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HENN, Ronaldo. **El ciberacontecimiento: producción y semiosis**. Barcelona: Editorial UOC, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Pro-Posições**, v.19 n.2 (56) – maio/ago, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO G. L (organizadora) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L ; FILIPE, J. ; GOELLNER, S.V (Org.). **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8.ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

RECUERO, Raquel. **Conversação em rede: a comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2), jul/dez, 1995.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

Gêneros e Audiovisualidades



Renascida do Inferno: um estudo sobre a abordagem do gênero feminino e as apropriações da violência nos filmes “A Vingança de Jennifer” (1978) e “Doce Vingança” (2010)

**Janaina Wazlawick Müller¹
Saraí Patrícia Schmidt²**

Resumo: O presente artigo aborda os entrelaçamentos entre gênero feminino, heteronormatividade e violência a partir da análise de dois filmes: “A Vingança de Jennifer”, de 1978, e “Doce Vingança”, de 2010. Considerando que as produções estão vinculadas por tratarem-se de uma obra original e seu *remake*, afirma-se que a investigação se dará com a exposição da protagonista dos filmes, chamada Jennifer Hills, sua construção e desenvolvimento enquanto personagem, além da exposição dos antagonistas que compõem a trama. Também destaca-se a associação dos enredos com o contexto histórico-social no qual estão inseridos. Para tanto, será utilizada a análise de conteúdo, evidenciando as categorias *Final Girl* e *Punição/Violência* para discutir as cenas selecionadas.

Palavras-chave: Gênero; Heteronormatividade; Violência; Cinema.

Conhecendo Jennifer Hills

A mulher é interpretada de múltiplos modos no cinema. E tal interpretação está condicionada a diversos elementos, como o contexto de produção do filme, os sujeitos envolvidos na produção, entre outras possibilidades. E nas grandes telas, o público já se deparou com imagens das mais diversas: a mulher fatal, a diva, a pecadora, santa, heroína, aventureira, vingativa, conservadora, subversiva. A lista poderia seguir por várias linhas, e ainda não seria o suficiente para delinear um cenário completo da abrangência do retrato do gênero feminino na cinematografia. Por isso, é mais do que necessário um recorte. No presente artigo, a especificação se baseará na abordagem da violência, com foco na violência sexual, aliando-se a certas imagens fixadas que se manifestam na representação

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais, com bolsa integral CAPES, pela Universidade Feevale – Novo Hamburgo. Graduada em História pela mesma instituição. E-mail: janainaw@feevale.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale – Novo Hamburgo. E-mail: saraischmidt@feevale.br.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do feminino. Para isso, foram escolhidos dois filmes para análise: “A Vingança de Jennifer” (1978) e “Doce Vingança” (2010).

Trata-se de uma obra original e seu *remake*³, ambos entendidos como filmes de terror e que tem como premissa a ocorrência da violência sexual contra a protagonista. Contudo, nas diferenças demarcadas pelos contextos de suas produções, escolhas para o roteiro e personagens, e variações ou similaridades no desenvolvimento dos sujeitos, as duas obras evidenciam particularidades que viabilizam uma reflexão acerca das interpretações da mulher e do cenário de violência e heteronormatividade.

O primeiro filme, “A Vingança de Jennifer”, foi lançado em 1978 e rendeu polêmicas devido à promessa de violência chocante. Como sinopse, tem-se o seguinte: a escritora Jennifer Hills aluga uma casa em um local retirado com a intenção de encontrar inspiração para a escrita de sua nova obra. Rumo ao seu retiro, ela para em um posto de gasolina, onde o dono a aborda e assedia. Jennifer o repele e segue seu caminho, entretanto, o homem começa a cercar a casa alugada por ela, junto a outros três companheiros. Sem antecipar ao espectador o que está por vir, tem-se início um ataque a protagonista: os quatro homens invadem a casa e a estupram, revezando-se em sua violência até deixarem-na quase catatônica. Por fim, eles decidem matá-la, a fim de ocultar o crime cometido. No entanto, o escolhido para o trabalho não consegue efetuar o assassinato, “permitindo” que Jennifer sobreviva. Extremamente ferida, ela planeja sua vingança e, utilizando-se de sensualidade, vai atraindo os homens um a um para diferentes armadilhas.

O segundo filme a ser incluído na análise é o *remake* de “A Vingança de Jennifer”, lançado em terras brasileiras no ano de 2010 com o título “Doce Vingança”. A sinopse permanece a mesma do filme de 1978, embora possam ser apontadas mudanças na condução da narrativa que intencionaram fornecer uma nova roupagem do clássico. Novamente tem-se a escritora Jennifer Hills, que almejava isolar-se numa casa de campo para poder concentrar-se na escrita de um romance. Ela tem sua residência invadida por

³ Em tradução literal, “refazer”. São refilmagens, ou, então, novas abordagens para filmes já produzidos.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

cinco homens, que a estupram e a deixam para morrer. A jovem sobrevive, retorna e vingam-se de todos, matando-os com requintadas armadilhas permeadas pela violência.

Os dois filmes de terror elencados se assemelham, mas, sendo produtos de contextos, tornam-se manifestações culturais que expõem significações diversas. Nisso, esclarece-se que a temática do artigo se baseia na abordagem das produções a partir das representações da mulher e das compreensões da violência, a fim de promover a discussão acerca das (des) construções e reiteraões discursivas do feminino através das protagonistas – tanto a Jennifer do século XX quanto a do século XXI. E, ao ressaltar essas mulheres, intenciona-se ainda investigar a forma como os homens são construídos nas produções e como as escolhas na trama os realçam enquanto antagonistas, numa dicotomia que abrange as diretrizes regulatórias da heteronormatividade.

Contextualizando Jennifer Hills

Entendendo os dois filmes como produtos culturais, delinea-se a conjuntura do momento em que eles foram produzidos e veiculados, de modo a articular o contexto histórico-social dos Estados Unidos – país em que as produções foram filmadas, com as escolhas da trama e a análise a ser construída. No caso de “A Vingança de Jennifer”, aponta-se que se iniciava nos Estados Unidos os estudos de gênero promovidos por mulheres. Após as movimentações libertárias ocorridas na década de 60, a efervescência cultural resultante viabilizou mudanças que impactaram a dinâmica e a interpretação da mulher pelo coletivo: o movimento feminista se consolidou “[...] e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre as questões de relação de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como movimento libertário [...]” (PINTO, 2010, p.16).

Nesse momento, também se manifestava uma oposição do feminismo aos homens, colocando o termo “gênero” como relativo somente a mulher e vinculando o masculino a dominação, patriarcalismo e invisibilidade do feminino na história. Salienta-se que, em tal contexto, esses recursos eram vistos como necessários, por conta da busca pela legitimação dos estudos de gênero e uma ampliação da unificação de mulheres em torno do movimento feminista. (SCOTT, 1989). A legitimação era essencial para o feminismo,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

principalmente por efeito de movimentos que intencionavam qualificar a unificação das mulheres sob um aspecto negativo, desmerecendo a iniciativa e taxando como prejudicial. Era dessa forma que funcionava a dinâmica do *Backlash* – conhecido enquanto um contra-ataque ao feminismo, numa ação proveniente da ampliação da ala política conservadora nos Estados Unidos. A ação do *Backlash* estendeu-se ao cinema, com filmes que mostravam mulheres independentes como vilãs ou sofrendo punições,

O contra-ataque antifeminista praticamente moldou a imagem que Hollywood projetou da mulher na década de 1980. [...] E Hollywood redefiniu e reforçou a tese do contra-ataque: as mulheres eram infelizes porque eram livres demais; esta liberação roubara delas o casamento e a maternidade. (FALUDI, 2001, p.128).

Para o caso de “Doce Vingança”, sendo um filme produzido e lançado em 2010, tem-se um contexto diferenciado e que provocou interferências na forma de interpretar a protagonista. Houve mudanças graduais que viabilizaram novas formas de entendimento do gênero feminino: temáticas inseriram-se de maneira significativa em âmbito acadêmico e social, com debates em torno dos papéis de gênero, das representações, das relações de poder, das sexualidades e das identidades, numa constante articulação entre os questionamentos das interpretações unidimensionais e dos binarismos, de modo a expandir o potencial de análise do feminino. (MATOS, 2008). Na contemporaneidade “[...] a história do sujeito do feminismo transita da construção para a desconstrução e, contemporaneamente, para a reconstrução, pautada na instabilidade” (MARTINS, 2015, p.238). Entretanto, não foram anulados os ditames que impelem a regulação desses sujeitos. Pinto (2003) alega que os meios de comunicação possuem um papel paradoxal para a exposição do feminino, conectando-se tanto a uma possibilidade de evidência do sujeito, quanto a uma ferramenta de reiteração de discursos baseados na heteronormatividade. É alicerçando-se nessa ação paradoxal que serão apontadas as ambiguidades na forma de construção da personagem de Jennifer Hills, a qual enuncia dubiedades referentes ao entendimento do feminino.



Dos conceitos que cercam Jennifer Hills

Em filmes de terror, é comum que existam personagens marcados para serem punidos ou para sobreviverem, em conformidade com a conduta que eles adotam na trama. Voltando-se aqui para a representação do feminino, toma-se o seguinte exemplo: se uma personagem se mostrar como alguém sensual, ela deverá ser “punida” no decorrer da trama. Caso contrário, se for mais engenhosa, gentil e frágil, poderá transformar-se na sobrevivente – a *final girl*. Este é um termo cunhado por Clover (1987) e que diz respeito a uma jovem que, destacando-se entre os demais personagens por respeitar uma série de características, alcança a possibilidade de se tornar heroína,

A imagem da mulher aflita com maior probabilidade de permanecer na memória é a imagem de quem não morreu: a sobrevivente, ou a garota final. [...] quem é perseguida, encurralada, ferida; quem vemos gritar, cambalear, cair, levantar e gritar de novo. [...] Ela sozinha encara o rosto da morte, mas só ela também encontra força para ficar com o assassino por tempo suficiente para ser resgatada (A) ou para matá-lo (B). (CLOVER, 1987, p.201).

Jennifer Hills encaixa-se nas duas perspectivas: ela é sensual e independente, o que a direciona para a punição. No entanto, o espectador a reconhece como protagonista, além de ela ter atributos como a inteligência e a gentileza, o que a qualifica para ser a *final girl*. Porém, na ideia de um conjunto de atributos que decidem qual personagem permanece até o final do filme, nota-se a ação dos discursos que fixam significados para a forma como a mulher é trabalhada; nesse processo, têm-se personagens que naturalizam a heteronormatividade e operam o congelamento do gênero (BUTLER, 2010). Na personagem Jennifer Hills atua um poder que a disciplina e a coloca numa posição subjugadora, já que não é permitido a ela tornar-se uma *final girl* a não ser que perpassse o martírio. É no estupro que ela é disciplinada e produzida para tornar-se a “sobrevivente”, associando-se às palavras de Foucault (2009, p.143) acerca de “[...] um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’ [...]. A disciplina ‘fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Para Jennifer, portanto, há uma base de aproximação entre os dois filmes, independente das diferenças entre os contextos, e que se alicerça na forma como o gênero é compreendido e representado por meio da figura da personagem. E não somente de Jennifer, mas dos agressores. No presente artigo, eles não serão nomeados pelo motivo de que a presença dos antagonistas em tela faz com que o espectador não se importe com seus nomes ou histórias, visto que eles são apresentados como criaturas bestiais, desprovidas de empatia. São puramente movidos por um *instinto sexual*, como se o desejo fosse algo inato para o sujeito e capaz de obscurecer qualquer noção de conduta ou humanidade. Por isso, afirma-se que tanto Jennifer quanto seus agressores foram inseridos num “confinamento simbólico” (BOURDIEU, 1999), que os impele a comportamentos e estabiliza suas representações.

Punição e Renascimento: os caminhos de Jennifer Hills

O cinema é uma forma de a sociedade representar e interpretar a si mesma, e como artefato cultural, as produções cinematográficas estão entrelaçadas a fatores como o contexto do qual faz parte, as ideologias, os movimentos e os valores que circundam a produção. Nas palavras de Ferro (1992, p.86), o filme,

[...] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas.

Compreendem-se as duas películas e a personagem Jennifer como manifestações culturais da sociedade. Nisso, considera-se o material e os sujeitos aqui analisados enquanto ferramentas de representação (BARROS, 2007) que através do mapeamento e descrição de cenas, e especialmente, das reflexões provenientes do olhar e da abordagem escolhidas para a investigação, irão evidenciar uma realidade que é percebida e interpretada. Para o processo, utilizou-se a *Análise de Conteúdo* proposta por Bardin (2011), uma metodologia que ressalta a interpretação e “absolve e cauciona o investigador



por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial do inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”. (BARDIN, 2011, p. 15). O desenvolvimento da análise pautou-se no recurso de análise categorial, no qual foram escolhidas as unidades de análise (MORAES, 1999): *Final Girl* e *Punição/Violência*.

Na estruturação da investigação, a observação dos filmes foi orientada pelos indicadores no que se refere à escolha de cenas e organização do material – organização esta que, por sua vez, formulou-se na construção de quadros, com o intuito de ressaltar as diferenças e similaridades entre a Jennifer de 1978 e de 2010. O resultado encontra-se abaixo, acompanhado das análises para as cenas e personagens.

Quadro 1: Cenas e indicadores de “A Vingança de Jennifer” (1978)

| Duração e descrição das cenas | Indicadores |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (23:00-24:00) Após arrastarem o barco de Jennifer pelo lago, dois agressores forçam-na a entrar no bosque. A jovem luta o tempo todo, defendendo-se com o remo e correndo por entre as árvores. | Final Girl: Jennifer foge e resiste, lutando contra os antagonistas. |
| (24:00-35:00) – <i>Violência sexual, parte I:</i> Jennifer tem o biquíni arrancado e é subjugada por três dos agressores, que prendem seus braços e pernas. O quarto agressor – que é apresentado como alguém com dificuldades de aprendizado – surge e, embora vacile, acaba participando da violência. Jennifer é repetidamente estuprada no bosque, primeiro no chão de terra, e depois sobre uma pedra. | Punição/Violência: As cenas são explícitas e o foco é o corpo de Jennifer. Inclusive, ao fim dessa primeira parte, percebe-se que o ânus da jovem está sangrando. |
| (40:00-46:50) – <i>Violência sexual, parte II:</i> Jennifer, muito debilitada, retorna para a casa alugada. Quando ela alcança o telefone, os agressores a impedem. Além de violada, ela é agredida com vários socos no estômago e rosto. | Punição/Violência: percebe-se que não há closes nas partes íntimas dos corpos masculinos. O foco da câmera é em seus rostos, destacando a bestialidade. |
| (1:03:41-1:05:25) A personagem continua na cabana alugada, recuperando-se dos ferimentos. Munida de um revólver, ela vai a uma igreja, a fim de pedir perdão antecipadamente pela vingança que arquitetou. | Final Girl: o pedido de perdão refere-se à moralidade e se ao posicionamento que diferencia a Final dos antagonistas. |
| (1:10:00-1:16:00) – <i>Vingança, parte I:</i> Ela atrai um dos agressores para o bosque – o personagem com problemas de aprendizado e que seria mais “ ingênuo ” do que os demais. Ela o seduz, despindo-se de suas roupas e convidando-o ao ato sexual. Durante o sexo, Jennifer coloca uma corda ao redor do pescoço dele e puxa. Ele acaba enforcado. | Punição/Violência + Final Girl: É nas vinganças que aparece a ambiguidade da personagem. Apesar de ela estar disposta a derrotar cada um dos antagonistas, sua arma é a sensualidade e a exposição do corpo. |
| (1:18:10 – 1:30:00) – <i>Vingança, parte II:</i> ela embosca o agressor considerado o principal antagonista do filme – o homem que a assediou no posto de gasolina. Jennifer o seduz e o convida a ir com ela para sua casa. Lá, ambos se despem e entram na banheira. Jennifer o masturba e em meio ao ato, pega uma faca e corta o membro dele, castrando-o. O homem é deixado sangrando e aos berros. Enquanto ele morre | Punição/Violência + Final Girl: todo o plano de Jennifer destaca sua perspicácia, na qual ela se sobressai aos antagonistas por conseguir manipulá-los. No entanto, ao mesmo tempo, ela vai se desconstruindo enquanto heroína, por afastar-se da conduta moral que é exigida de uma <i>final girl</i> . |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| lentamente, Jennifer tranca o banheiro, desce para a sala e começa a escutar música. | |
| (1:34:00-1:40:00) – <i>Vingança, parte III</i> : Os últimos agressores vão até a casa de Jennifer. Um fica no barco e o outro vai à procura da garota em terra, munido de um machado. Ela aborda primeiramente o que ficou no barco: nada até o homem, entra na embarcação e o empurra para a água. Em seguida, fica o rodeando com o barco a motor, como um predador que cerca a presa. O segundo vai em socorro do amigo e nisso, perde o machado, que é pego por Jennifer. Com os dois dentro da água, ela investe – mata um com uma machadada nas costas, e o outro ela dilacera com o motor do barco. O filme termina mostrando Jennifer afastando-se dos cadáveres com uma insinuação de sorriso. | Punição/Violência + <i>Final Girl</i> : Jennifer sobrevive por sua resistência, como é adequado a uma <i>final girl</i> . No entanto, o indicador de Punição/Violência é subvertido em comparação ao que se tem na primeira parte do filme, já que são os agressores que se tornam os alvos. No fim, salienta-se o sorriso da personagem, que acaba por se aproximar da bestialidade enunciada inicialmente por seus agressores. |

Elaborado pela autora. (2018).

Para a Jennifer de 1978, existem dois focos em especial: o corpo e o estupro. Desde o início filme, a personagem é exposta como alguém sensual e independente – tanto na forma como ela repele a abordagem do dono do posto, como no modo com o qual as tomadas são conduzidas ao se aproximarem do corpo de Jennifer. E as cenas de estupro (sem cortes) revelam um terceiro foco: o rosto dos antagonistas. Pois, ao passo em que a jovem é continuamente violada, há momentos em que ocorrem closes na expressão dos homens, a fim de demonstrar a aproximação deles com uma selvageria que fortalece a relação de antagonismo. A estabilização das imagens que se relacionam ao gênero se alicerça a “[...] um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2010, p.59), sendo que o corpo é produzido mediante discursos culturais, que o regulam e o significam nas dinâmicas da coexistência social. Em Jennifer, percebe-se que o corpo está vinculado ao desejo, beleza e fragilidade – por isso, ele é exposto diretamente pela câmera, que captura as partes íntimas da jovem: os seios sujos pelo contato com o chão do bosque, ou no caso do sangue muito vermelho vindo do ânus ferido. E a relação entre desejo e fragilidade permanece com a chegada da vingança, reforçando os atos que fazem parte da estrutura que regula Jennifer, afinal, a personagem utiliza-se da atração que desperta nos antagonistas para atraí-los às suas armadilhas. Por sua vez, os homens, obedecendo ao desejo sexual e desconsiderando as consequências dos crimes que cometeram contra Jennifer,



simplesmente são rendidos, como se fossem um corpo “[...] que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde [...]”. (FOCAULT, 2009, p. 117).

Jennifer, vinculando-se aos preceitos da *Final Girl*, antes de executar sua vingança pede perdão numa igreja, demonstrando que a despeito do que está para fazer, mantém os princípios que a diferenciam dos antagonistas e a colocam no papel de protagonista. De acordo com Clover (1987), os agressores e assassinos tem uma identidade estabilizada que os aproxima de monstros, mas, na medida em que Jennifer vai eliminando os sujeitos, constrói-se uma imagem da jovem que subverte o entendimento de *Final Girl* – ela se torna o “carrasco” nos minutos finais da película, e em seu sorriso, Jennifer flerta com a posição de bestialidade. Por isso, afirma-se que a personagem é ambígua, assim como o contexto que cerca a produção: ao mesmo tempo em que evidencia a posição da mulher sobrevivente, que sozinha consegue edificar seu caminho para além do sofrimento, também demonstra de maneira violenta o preço a ser pago pelo caminho escolhido.

E, especialmente, ressalta-se o tal preço – pois, para conquistar a força que o protagonismo exige, Jennifer é submetida a uma série de humilhações, como se estas fossem provas as quais ela deve superar para conquistar para si o posto de sobrevivente. Dessa forma, enquanto passos necessários para o protagonismo, a humilhação e subjugação de Jennifer fazem com que essa representação do feminino esteja “[...] na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]”. (BOURDIEU, 1999, p. 17). Em “A Vingança de Jennifer”, o normal e o inevitável podem ser associados às punições para uma mulher que ousa ficar sozinha, e que é independente e sensual. E inclui os homens que, fixados no antagonismo, expressam o desejo sexual como um instinto incontrolável.

Entrelaçando-se com as reflexões feitas nos parágrafos acima, tem-se então o segundo passo no procedimento de análise. Segue abaixo o quadro a respeito do *remake*, o qual exprime cenas que foram realizadas a partir do original, trazendo ainda reformulações, acréscimos e mudanças na trama.



Quadro 2: Cenas e indicadores de “Doce Vingança” (2010)

| Duração e descrição das cenas | Indicadores |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (22:00-28:00) O início da sequência da violência sexual tem maior incremento do terror, no sentido de aterrorizar a personagem. Ao invés da aparição abrupta, Jennifer começa a sentir que não está sozinha na casa. Quando quatro dos agressores entram na casa, eles ameaçam a personagem e a constroem. Com um deles, o personagem com problemas de aprendizado que se mostra como mais ingênuo (e que Jennifer já conhecia, por ele ser o entregador do mercado local por quem ela tinha se afeiçoado), a jovem tenta, inclusive, dialogar e fazê-los desistir da invasão. | Final Girl: Jennifer evidencia as características tradicionais associadas à personagem protagonista: ela é ingênua ao acreditar que pode convencê-los a partir; frágil, pois chora e implora para que eles a deixem em paz; e gentil, uma vez que ela demonstra sua simpatia pelo rapaz que é entregador do mercado. |
| (28:30-32:30) A violência sexual é precedida por ameaças: um agressor, empunhando um taco de beisebol, encosta a ponta do objeto no rosto dela, dizendo que irá acertá-la. Este mesmo agressor coloca o cano de um revólver na boca de Jennifer, compelindo-a a simular sexo oral. Outro agressor faz algo semelhante, utilizando-se uma garrafa, mas a jovem o cega com um spray de pimenta e foge para o bosque. | Final Girl: Jennifer reage e luta contra seus agressores, conseguindo fugir. No decorrer do caminho de sua fuga, ela chega a tropeçar – um acontecimento comum para personagens femininas em filmes de terror. |
| (42:00-46:00) <i>Violência sexual, parte I:</i> na fuga de Jennifer pelo bosque, ela se depara com um policial, contudo, apesar de acreditar que está sendo resgatada, o homem revela-se como comparsa dos outros quatro. Ele dá ordens aos demais, e orquestra a cena de violência sexual. Jennifer tem suas calças arrancadas e, depois de lutar contra os homens, ela é jogada no chão e retida por eles. O primeiro a estuprá-la é o entregador do mercado e, motivado pela torcida e uivos dos demais, ele enforca Jennifer e só se afasta ao ejacular. | Punição/Violência + Final Girl: Jennifer é punida por sua ousadia e independência, mas, em nenhum momento, ela perde completamente as características que a tornam protagonista. Afinal, a personagem continua resistindo e lutando contra os agressores, os quais se tornam cada vez mais bestiais. |
| (46:30-52:00) <i>Violência sexual, parte II:</i> Novamente, Jennifer foge para o bosque, mas é cercada pelos agressores. Eles a subjugam e o policial a força ao sexo anal no chão do bosque. Nisso, a cena é cortada, e Jennifer reaparece completamente nua e ainda no chão, dando a entender ao espectador que todos os homens a violentaram. Ela levanta cambaleante, vai à direção de uma ponte e se joga num lago. | Punição/Violência: os antagonistas afirmam que a personagem “mereceu” o que está lhe acontecendo por tê-los provocado e alugado uma casa sozinha e isolada. Na fala desses personagens, percebe-se, uma vez mais, que Jennifer é punida por sua independência. |
| (1:14:00 – 1:17:30) <i>Vingança, parte I:</i> Jennifer passa várias cenas sem aparecer, porém, sua presença permanece forte – os agressores, temerosos de que ela tenha sobrevivido, ficam enxergando em lugares escuros. Um deles, o entregador, por sentir-se culpado, retorna a casa de Jennifer e depara-se com a jovem. Jennifer o manipula e, de uma forma quase maternal, o consola, deixando que ele deite a cabeça em seu colo. Então, ela coloca uma corda no pescoço do rapaz, embora não fique claro se ela realmente o assassina. | Final Girl + Punição/Violência: a ambiguidade da personagem se mostra no início da vingança. Se na primeira parte do filme, são os agressores que a aterrorizam, na segunda metade, a mera lembrança de Jennifer já é o suficiente para assustá-los. E na relação com o entregador do mercado, é destacada a ingenuidade dele, como um contraponto as intenções assassinas de Jennifer. |
| (1:17:00-1:35:25) <i>Vingança, parte II:</i> Separadamente, três agressores são emboscados por Jennifer. Um deles ela amarra a uma árvore, fura os olhos com anzóis e, com fios de nylon, os puxa e fixa-os na árvore. Em seguida, Jennifer suja o rosto dele com restos de peixe, atraindo corvos – que começam a | Final Girl + Punição/Violência: Nesse filme, destaca-se com maior intensidade a ambiguidade da personagem, no sentido de que, ao invés da |



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>comer os olhos e rosto do sujeito. O segundo ela prende de bruços por cima de uma banheira com ácido e retira parte das toras de madeira que servem de sustentação para o corpo, fazendo com que ele tenha que forçar o tronco para manter-se incólume. Eventualmente, o homem cai e seu rosto é dissolvido no líquido. O terceiro, Jennifer amarra nu nas vigas do teto de uma cabana e ameaça com um revólver, impondo que ele coloque a arma na boca e simule o sexo oral, ao que o personagem responde que “não aceita ordens de mulher”. Por fim, ela o castra com uma ferramenta de jardinagem.</p> | <p>sensualidade, ela se aproxima mais da violência – a qual anteriormente era atributo exclusivo dos antagonistas. A ferramenta de Jennifer é a inteligência, no entanto, suas armadilhas são extremamente violentas, novamente subvertendo a punição, a qual é aplicada pela própria <i>final girl</i>.</p> |
| <p>(1:39:00-1:44:00) <i>Vingança, parte III</i>: Jennifer nocauteia o xerife e, quando ele desperta, descobre-se amarrado a uma mesa numa cabana nos bosques, com o cano de uma espingarda penetrando-lhe o ânus. O gatilho da arma está atado a um barbante, que está preso a um corpo numa cadeira diante do xerife – e que se revela o entregador do mercado, ainda vivo. No momento em que o jovem acorda, ele acidentalmente puxa o barbante e a espingarda dispara, matando ambos. Antes, de morrer, porém, o xerife, aos berros, afirma que estuprará Jennifer no inferno, pois ela é apenas um pedaço de carne. A cena fecha com a jovem sentada do lado de fora da cabana, com uma insinuação de sorriso após ouvir o disparo.</p> | <p>Final Girl + Punição/Violência: Jennifer fecha seu caminho como <i>final girl</i> e consagra-se como sobrevivente, sobrepondo-se a força de seus oponentes. Contudo, nessa trajetória ela perde os atributos que a encaminharam para que, inicialmente, o espectador a reconhecesse como a protagonista. Jennifer desconstrói o discurso heteronormativo que estabiliza o gênero feminino, mas, para tanto, se afasta de qualquer vestígio daquilo que a constituía como sujeito, tornando-se mais parecida com aqueles que foram seus algozes.</p> |

Elaborado pela autora. (2018).

Em “Doce Vingança”, Jennifer transita pelos extremos: no início do filme, ela manifesta traços de inocência e é muito gentil, até em sua forma de repelir o primeiro assédio no posto de gasolina. Também se abre espaço para que os antagonistas sejam mostrados ao público antes de executar a violência sexual propriamente dita – o estupro não acontece antes que o espectador, diante da crueldade dos homens ao aterrorizar a vítima, realmente os desumanize e os reconheça como bestiais. Percebe-se a dicotomia sendo trabalhada mais detalhadamente, visto que, de um lado, tem-se Jennifer, ingênua e desesperada, e do outro, um grupo de homens que gargalha diante de seu pavor. Ela é demarcada numa posição em que, mais do que subjugada, é acuada e diminuída em favor do divertimento de seus agressores.

A sequência em que o foco é o estupro possui cortes e averigua-se que a objetificação do corpo de Jennifer ocorre em menor escala. Não há closes em suas partes íntimas e quando ela caminha, a imagem mostra rosto e tronco, com os cabelos ocultando os seios. No entanto, há várias cenas que a mostram de costas, ou seja, mesmo com a diminuição, a objetificação não foi anulada. Por isso, a exposição do corpo da mulher e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

seus entrelaçamentos com o desejo, ainda que numa situação de violência, demonstram como a interpretação acerca do corpo feminino “[...] é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos” (COLLING, 2004, p.29). Mas os discursos se transformam, e sendo “Doce Vingança” um filme pertencente a um diferente contexto, tem-se exigências que interferem na condução da trama. Uma das modificações é o acréscimo de um quinto agressor, que serve para desconstruir aquilo que Jennifer tinha como alicerces para o seu mundo – afinal, o quinto elemento é o xerife da cidade, uma figura de autoridade que deveria protegê-la e que, ao invés disso, orchestra a continuação do martírio. Ao expor o xerife como o principal antagonista, tem-se a reafirmação da ausência de valores e ideais por parte dos agressores, e é retomado o confinamento simbólico (BOURDIEU, 1999): enquanto Jennifer é vista como disponível e manipulável por ser mulher, os homens são vinculados a prioridade de suas vontades sexuais, independente de quaisquer princípios ou obrigações que tivessem anteriormente.

Por fim, consta como uma mudança essencial no filme a execução das vinganças. Após o estupro, Jennifer não é somente despida de suas roupas, mas de tudo aquilo que a constituía como um sujeito – a dignidade, a inocência, a gentileza. O que permanece com ela é a independência e a resistência que a fizeram lutar contra os agressores. Primeiramente, tem-se um delineamento inicial que faz com que Jennifer se aproxime das ações executadas por seus algozes: ela foi aterrorizada por eles, que cercaram sua casa antes de a invadirem de fato. Nesse mesmo percurso, ela os cerca, aparecendo e desaparecendo, despertando neles a paranoia e o medo por sua possível sobrevivência. E mesmo no método com que Jennifer executa seus planos, notam-se as referências que ela faz ao que sofreu – numa vingança ao estilo “olho por olho, dente por dente”. Então as posições acabam invertidas: quem antes era vítima, torna-se algoz. E Jennifer deixa de ser apenas a *final girl*, subvertendo punições e características de protagonismo, o que impede de categorizá-la numa única perspectiva,

As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidade de ‘sujeitos’ que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível. (BUTLER, 2010, p.54).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Quando ela pune o homem que a enforcou durante a violação, Jennifer o estrangula com uma corda. Para aquele que forçou uma arma contra sua boca, ela utiliza arma semelhante para fazer igual com ele. E, para vingar o estupro, a jovem executa a castração. Para punir o xerife, que a forçara ao sexo anal, Jennifer coloca o cano de uma espingarda no ânus do homem. E nesse processo, a jovem muda. Se na primeira parte, ela era frágil e tradicionalmente feminina, conforme avança em sua revanche Jennifer coloca roupas mais largas e sujas, o cabelo é usado num desgrenhado rabo de cavalo e o rosto perde as expressões. Ela já não demonstra sentimentos. É como se, para conseguir vingar-se e tornar-se a sobrevivente, ela precisasse desvincular-se de todas as características que pudessem conectá-la a uma visão do feminino. Segundo Clover (1987), quando a *final girl* encaminha-se para suas ações finais (e que se destinam a derrotar seu antagonista), ela passa de criança (inocente, frágil) para adulta. Nesse caso,

A criança desamparada é do gênero feminino; o adulto autônomo ou sujeito é de gênero masculino; a passagem da infância para a idade adulta implica numa mudança do feminino para o masculino. É na tragédia do assassino masculino que sua incipiente feminilidade não é somente revertida, mas completada (castração), e na vitória da Final Girl que sua masculinidade incipiente não é frustrada, mas realizada [...]. (CLOVER, 1987, p.211, tradução nossa).

Ao fim, “Doce Vingança” executa uma subversão ao transformar papéis e desconstruir personagens. No entanto, para Jennifer, o preço pago é uma completa destituição daquilo que ela era enquanto protagonista, e uma aproximação com as características bestiais que predominavam nos antagonistas – ainda que o principal deles, o xerife, tenha sua “monstruosidade” ressaltada na afirmação de que irá estuprá-la no inferno, porque Jennifer não passa de um pedaço de carne. Tal comportamento tem o intuito de justificar as ações da jovem, para que, a despeito de sua crueldade, ela se consolide na posição de *final girl*. E em tal ambiguidade, que demarca as ações de Jennifer – oscilando entre bestial e *final girl*, violência e punição, evidenciam-se as incertezas que perseveram no feminino na contemporaneidade: na busca e afirmação da mulher na sociedade, que coexiste com inúmeras manifestações de violência, discursos de ódio e de retrocesso.



Considerações Finais

O conceito de *final girl* relaciona-se a atributos elencados e reiterados, os quais definem o feminino a partir de uma única perspectiva. A mulher que é sedutora, independente e enérgica merece ser punida, enquanto que a introspectiva, comedida e prudente é designada como a personagem que merece sobreviver. O filme de 1978 explora mais o quesito sensualidade de sua protagonista, seja nos closes expositivos sobre o corpo nu, ou no processo de vingança em que Jennifer vai envolvendo e seduzindo seus agressores. No filme de 2010, não há exposição completa da nudez e o investimento de maior violência está nas vinganças que, excluindo o teor sensual, são mais cruéis e complexas. Em ambos os filmes se percebe que a interpretação do gênero feminino é fundamental para a condução da trama, a construção da protagonista e as ações de seus antagonistas. Nisso, referindo-se tanto aos personagens masculinos quanto ao feminino, percebe-se “[...] o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma”. (BUTLER, 2001, p. 161). Para Jennifer, tem-se na violência sexual tal repetição, que coloca como caminho para o protagonismo a vivência de um estupro. Para os homens, a repetição está na dominação pelo desejo sexual e no comportamento bestial fomentado por este mesmo desejo. Contudo, através de Jennifer, também se expressa uma desconstrução do que é comum em filmes de terror: ao invés da figura tradicional de *final girl* tem-se uma mulher que é corrompida pela violência, e o espectador não presencia a morte de personagens femininas que tiveram uma conduta reprovável, mas sim, a morte cruel de personagens masculinos. Nas palavras de Clover (1987, p.212, tradução nossa),

Não é por acaso que vítimas do sexo masculino em filmes de terror são mortas rapidamente ou fora da tela, e que nas lutas prolongadas, em que a vítima tem tempo para contemplar sua destruição iminente, inevitavelmente acontecem com personagens femininas. Somente quando alguém encontra a expressão rara de terror abjeto por parte de um homem (como em *I Spit on Your Grave*) é que se compreende a extensão total do duplo padrão cinematográfico em tais assuntos.

A personagem Jennifer Hills foi fabricada de acordo com o contexto no qual a película foi produzida, estando em conformidade com os discursos dominantes naqueles momentos. Se em 1978 movimentos como *Backlash* expressavam que o feminismo



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

poderia provocar transtornos e sofrimento para a mulher, a Jennifer da tela do cinema é punida justamente por comportar-se de modo independente. Todavia, na existência do feminismo, exige-se que a mulher não permaneça passiva diante do sofrimento, o que faz com que Jennifer se vingue dos algozes. E, associando-se as incertezas da época, destaca-se o fato de que a personagem se utilize não somente da inteligência, mas da sensualidade como arma para a revanche. No século XXI, a sensualidade como arma para vingar a violência sexual não é aceitável diante dos discursos relacionados à mulher e da expansão do movimento feminista. Mas os discursos heteronormativos não foram anulados, e são visualizados na forma como é reforçada a inocência e bondade da personagem, num meio de salientar a polarização entre ela e seus antagonistas. E, principalmente, na exploração do estupro que continua no filme de 2010 a ocupar longas cenas, numa espetacularização do sofrimento da personagem.

Conclui-se que as películas “A Vingança de Jennifer” e “Doce Vingança” limitam Jennifer Hills a uma perspectiva de subordinação, exigindo sua humilhação para que ela possa traçar o caminho para o protagonismo – um caminho no qual foi estabelecido que, para se tornar vitoriosa, deve agir de maneira semelhante aos homens que a antagonizam. E estes, por sua vez, são limitados uma caracterização bestial, naturalizando elementos como o desejo e a própria violência.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Cinema e História**: as funções do cinema como agente, fonte e representação da História. 2007. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

_____, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In:
LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

CLOVER, Carol J. **Her body, Himself:** gender in the slasher film. 1987. Disponível em: <http://users.clas.ufl.edu/burt/paranoid70scinema/HerBodyHimself.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

COLLING, Ana. A construção histórica do masculino e do feminino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Orgs.). **Gênero e Cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

FALUDI, Susan. **Backlash:** O Contra-ataque na Guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v.4, n.1 (jan.-abr.), 2015. p.231-245. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero?** Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 2 jun. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** 2010, p. 15-23. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017.



A Imperfeição flutuante em “Mother!”: alguns simulacros de mulher

Laura M. Cecilio¹

Resumo: O presente trabalho apresenta uma breve análise de uma cena do décimo primeiro filme de Daren Aronofsky, “Mother!”, protagonizada por Jennifer Lawrence e Michelle Pfeiffer. A cena em questão foi recortada devido, entre muitos motivos, por ter um cânone cuja narrativa permite uma interpretação sensível do começo ao fim, e assim se faz sob uma perspectiva da semiótica discursiva e da sociossemiótica, embasando-nos no último livro de Algirdas-Julien Greimas, “Da Imperfeição” e em “Presenças do Outro” de Eric Landowski. Com o objetivo de apresentar concepções e problematizações partindo da teoria feminista, utilizamos das leituras de Silvia Federici em seu livro “Calibã e a Bruxa” e da famosa publicação de Carol Hanish “O Pessoal é Político” cujos recortes de classe nos oferece percepções do filme além do midiaticado.

Palavras-chave: Audiovisual; Mother!; Sociossemiótica; Semiótica discursiva; Simulacro; Gênero.

Apresentação

A presente pesquisa, proveniente dos estudos das áreas de Comunicação e Semiótica, utiliza da Semiótica Discursiva e da Sociossemiótica para uma breve análise de uma cena do filme “Mother!”², de Daren Aronofsky. O enredo do filme trata-se de uma alegoria de Gênesis à Apocalipse, retratando *Deus* (Javier Bardem), *Mãe-natureza* (Jennifer Lawrence), *Adão* (Ed Harris) e *Eva* (Michelle Pfeiffer) como equivalentes humanos e o mundo a ser criado como uma *Casa*, concepção essa trazida pelo próprio diretor segundo entrevistas. Além das interpretações didatizadas durante a narrativa, o filme deixa espaços para outras possíveis perspectivas já que expressa uma progressão de violência humana que tende ao infinito. O genocídio, a misoginia e os abusos psicológicos concentrados no enunciado perturbam o destinatário e provocam problematizações que permitem o desenvolvimento de concepções feministas. Portanto, o presente trabalho tem a pretensão de utilizar dos estudos em gênero e de teorias feministas para questionar

¹Laura Mariane Cecilio é mestranda em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: lauramcecilio@gmail.com.

²MOTHER! Roteiro e direção: Darren Aronofsky. Produção: Darren Aronofsky, Scott Franklin e Ari Handel. EUA: Paramount Pictures e Protozoa Pictures, 2017.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

posicionamentos do filme e levantar problemáticas que permeiam algumas dessas lacunas. Para que essa análise seja prevista em um artigo, selecionamos apenas uma cena do filme (Fig. 1), protagonizada pelas duas mulheres elementares da narrativa.

Figura 1: Cena de “Mother!”



Legenda: Cena entre Michelle Pfeiffer e Jennifer Lawrence. Fonte: Acervo próprio. Cena disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L6lhUweRsB8>. Acesso em 4/4/2018.

Escolhemos esta cena porque nela se desenvolve um cânone conciso, cujo percurso gerativo de sentido faz transcender algumas questões feministas presentificadas através dos planos de expressão e de conteúdo, que veremos em breve.

“Mother!” sob uma perspectiva feminista

“Mother!” é um filme complexo. Traz em sua narrativa uma plasticidade muito rica e uma semântica de múltiplos significados. O filme foi produzido e teve sua estréia em um momento muito marcante na indústria de Hollywood: Após uma série de denúncias de mulheres sobre abusos e violências dentro e fora do *Casting*, em janeiro de 2017, o movimento “Time’s Up” - mobilização de artistas pela visibilidade de mais



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

nomes femininos nas premiações do cinema - havia estourado e muitas das atrizes se manifestavam abertamente nas mídias e nas redes sociais. Uma vez feito esse recorte, damos um passo em direção à análise semiótica que considera o sujeito em sua totalidade, de forma que sua presentificação abranja sua linha do tempo, o espaço que seu corpo ocupa, seus objetos de valor ao longo da vida e seus significados, os efeitos de sentido produzidos durante todo seu percurso, entre outros pontos que veremos a seguir. Segundo Eric Landowski,

“a espacialização, assim encarada (...) ultrapassa, em todo caso, os limites dos procedimentos técnicos chamados de ‘colocação de discurso’ pelos quais o escritor (realista) instala na superfície do texto, com a ajuda de elementos figurativos bem escolhidos, o ‘cenário’ da ação cujos fios estão se atando (...) Para nós, a ‘espacialização’, operação semiótica *in vivo*, envolve o próprio regime de identidade dos sujeitos que, através dela, se se pode assim dizer, vêm ao mundo” (LANDOWSKI, 2012, p. 70).³

Portanto, situado sobre essas perspectivas que englobam sua espacialização é que podemos trazer o filme para concepções feministas. Ainda se tratando do enredo em si, podemos sublinhar algumas problemáticas levantadas no filme. Uma delas se trata da grande dedicação aos trabalhos domésticos em que a personagem principal (interpretada por Jennifer Lawrence) se debruça solitariamente. Silvia Federici⁴ traz discussões sobre o reconhecimento destes como trabalhos produtivos em si, ao contrário da teoria marxista. A autora examina a acumulação primitiva⁵ do ponto de vista das mudanças que essa introduziu na posição social das mulheres, já que acaba por definir um conceito do que é executar um “trabalho de mulher”. Essa acumulação primitiva também agrega sob o ponto de vista da força social de trabalho, devido à sua condição de não assalariado, de serviço pessoal e de recurso natural. E continua:

³LANDOWSKI, E Presenças do outro. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. - 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁴FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Col. Sycorax - 1a Ed. - São Paulo: Editora Elefante, 2017.

⁵Conceitua-se como uma carga intelectual, adquirida empiricamente, para realização e aprimoramento de tarefas operárias. Este termo foi utilizado por Marx no Tomo I em *O Capital* para caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Ou seja, dentro da concepção de classe trabalhadora em Marx, não se inclui o trabalho doméstico que, por não ser pago, não é produtivo e não gera lucro. Porém, em Federici, ele é considerado dentro da classe trabalhadora o emprego mais inferior, uma vez fundamental para sobrevivência da vida cotidiana e, ainda assim, não assalariado.

A acumulação primitiva da mulher em questão exerce não só função fundamental para o cotidiano do casal no filme, como reforça a sobrevivência dentro do mundo (a casa), que é cuidada dia após dia, sob os conhecimentos técnicos e medicinais da *Mãe-natureza* (Lawrence). Para reforçar essa perspectiva, Federici apresenta a autonomia das mulheres que, desde o período feudal, decorrem da busca de alternativas medicinais para os cuidados com o corpo feminino, com alimentos e com plantas, adquirindo ciência e técnica avançadas. Esse tipo de conhecimento se manifesta, por exemplo, nas cenas em que a *Mãe* sente a casa como seu próprio corpo e opta por cuidar dele a partir de conhecimentos prévios da ciência, não manifestos, por exemplo, por *Ele* (Bardem).

Alinhado com esta continuidade primitiva, o filme levanta uma dualidade contestada dentro das teorias da diferença nas divisões presentes entre a natureza *versus* a cultura, que estão para a mulher *versus* o homem ou para a *Mãe versus Deus*. Aqui questionamos: Por que existe uma separação entre as riquezas? Por que a mulher também não é detentora de sabedoria e cultura? O que observamos é que essa divisão não é possível, uma vez que a acumulação primitiva e o trabalho com a natureza geram cultura, reprodução e sua perpetuação, mas que, ao mesmo tempo, acabam por determinar ainda mais contrastante o que se é “lugar de homem” e “lugar de mulher”. Esta interpretação ainda nos cabe observar o quão coercitiva é a carga mental depositada para com a *Mãe*, que exerce todos os trabalhos domésticos e ainda lhe ocorre ambientalizar um espaço de cultura destinado à *Ele* e desautorizado à ela.



Mãe e Eva e uma claustrofobia imanente

Partindo para uma análise semiótica concentrada, tratamos da cena protagonizada por Jennifer Lawrence e Michelle Pfeiffer, que, sob um aspecto bíblico, presentificam a “Mãe-natureza” e “Eva”, respectivamente. Ao tomarmos uma investigação à nível discursivo, camada mais superficial da enunciação, sintaticamente observamos neste cânone um sujeito destinador, ocupado por *Eva* e um sujeito destinatário, a *Mãe*, cujo objeto de maior valor é o amor de “Deus”. Em seu discurso de coerção, utilizando de uma manipulação intimidadora, *Eva* sugere que o próximo passo que garante seu permanecer com *Ele* seria a concepção de um *fruto* do casal. O envelhecimento e o distanciamento coíbem para que a *Mãe* alcance esse novo objeto de valor, o filho com *Ele*. Ainda no mesmo nível, quando desenvolvemos sua coluna semântica, compreendemos que, pela figuratividade do espaço, não haveria outro tipo de manipulação: No âmbito das tonalidades, podemos observar um jogo de *chiaroscuro* utilizado agora não por uma luz branca, mas pela amarela, a cor que invoca fertilidade (Fig. 2).

Figura 2: Cena de “Mother” com recorte em “Eva”



Legenda: O chiaroscuro amarelado presente na cena, silhuetaando a obscuridade de “Eva”.
Fonte: Acervo próprio.

Observamos que o cabelo de *Eva*, junto à janela e às guarnições das portas não



impedem de conferir ao ambiente um aspecto amarelado. No eidético, os longos retângulos que rodeiam a *Mãe* em direção à abóbada no teto indicam uma ascensão ao divino, um caminho em direção à luz da fertilidade.

Figura 3: Cena de “Mother” com recorte em “Eva”



Legenda: A topologia retangular e longitudinal infere um caminho em direção ao “superior”.
Fonte: Acervo próprio.

Em uma situação semelhante que a citada acima, *Eva* ajuda a compor a totalidade da figuratividade eidética, quando ela própria se torna uma linha longa que circunda a *Mãe* enquanto que as colunas da casa presentificam a longitude em direção ao topo. Quando partimos para seu posicionamento topológico, à medida que a *Mãe* é colocada no centro do ambiente, também centraliza-se o *fruto* como centro do *mundo*, ao passo que a cinética circular presente no movimento de câmera também indica um ciclo, a infinitude; E deste ponto ainda se toma uma apreensão estética, resultado deste movimento de câmera que invoca uma claustrofobia.



Figura 4: Cena de “Mother” com recorte em “Mãe”



Legenda: O chiaroscuro amarelado presente na cena, silhuetaando a obscuridade de “Eva”.

Fonte: Acervo próprio.

A nossa instalação logo atrás da personagem ou, por vezes, na altura dos seus olhos, restringe nossa visão para apenas um ponto de vista. Se isso torna a enunciação ainda mais subjetiva também nos permite uma percepção sinestésica do comprimido, do limitado de espaço, conseqüentemente, do restrito de autonomia.

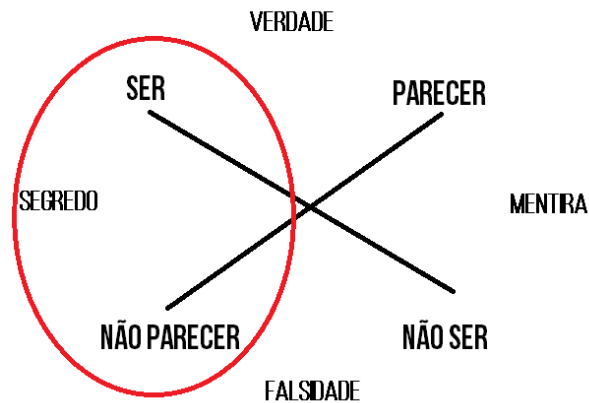
Ao partirmos para o nível narrativo, sintaticamente, compreendemos uma lógica de junção:

EVA → (MÃE ∩ FILHO DE DEUS)

Percebido no nível discursivo, o sujeito 1, *Eva*, faz o sujeito 2, *Mãe*, querer seu objeto de valor que está em disjunção, o *Filho*. A dúvida da *Eva*, que se faz presente no fim do diálogo apresenta-nos, então, uma revelação interessante no quadrado semiótico presente entre *ser* e *parecer* (Fig. 5):



Figura 5: Quadrado semiótico “Ser versus Parecer”



Legenda: Na intersecção entre “ser” e “não parecer”, cabe o “segredo”.

Fonte: Acervo próprio.

O silêncio da *Mãe* ao receber tal pergunta “Por que você não quer ter filhos?” e a expressão facial por *Eva* interpretada como “Querer ter filhos”, nos traz ao espectro de ser e parecer: Quando um sujeito não parece ser o que ele é, portanto, faz da sua identidade um segredo. Neste caso, quando a personagem *quer ser* mãe mas *não parece querer ser*, o segredo está em “querer ser mãe” ou “querer ter um filho”.

Em tempo, semanticamente, o nível discursivo expressa uma intimidação em forma de manipulação do sujeito 2 pelo sujeito 1, que é atravessada por conselhos que invocam as problemáticas da culpabilização, ou seja, um incentivo à lógica do pensamento de auto culpa, de responsabilidade solitária sobre o casamento e o descumprimento de suas obrigações para com o *Ele*.

Finalmente, tomando espectro do nível fundamental, o nível mais profundo da análise, obtemos diversas apreensões, sendo elas sintáticas e semânticas. Entre elas, o aspecto de panóptico, que se dá não só pelo movimento de *Eva* em torno da *Mãe*, como também se dá presentificado no enraizamento do discurso de *Eva* coibindo e ameaçando.



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O exercício aqui de uma sororidade⁶ invertida, ou seja, de uma mulher que utiliza do medo comum para intimidar outra mulher, também levanta o questionamento de um simulacro da mulher solitária. O simulacro⁷ por sua vez é como uma operação discursiva que modela o mundo que está no exterior; em outras palavras, uma construção segundo uma dada axiologia, que ao ser colocada em discurso (enunciação, tematização e figuratividade) intervém com seus efeitos de sentido no enunciado e com eles nos coloca em relação enquanto sujeitos.

Conclusões: Um (dos) simulacro(s) da mulher mãe

Entendendo esses simulacros enquanto enunciados que põem em relação valores e axiologias do social, destaca A. C. de Oliveira (2010, p.2) que a enunciação instala no discurso como sujeito complexo, destinador e destinatário, que são postos enquanto delegações de vozes ao enunciado com dado papel narrativo. Ainda segundo Oliveira, “Dada perspectiva, assumida pelos dois sujeitos, articula um conjunto coeso de valores, conhecimento que é postado nos discursos, transformando-os em porta voz social”. Esses sujeitos, destinador e destinatário fora do discurso, e enunciador e enunciatário nas manifestações, que se apresentam concretamente no enunciado pelos procedimentos da enunciação, deixam-se aprender por suas marcas, traços que configuram o simulacro, que expressam em seus discursos os valores sociais. Na dissertação de Simone Bueno da Silva, *A construção do corpo na mídia semanal (2007)*⁸ os simulacros de corpos construídos pelas revistas *Veja*, *Época* e *Istoé*, cuja dissertação questiona como o discurso midiático faz parecer verdadeiro os simulacros de corporeidades que divulga e que fundamentam seus discursos. E que

Tal discurso atua na construção de simulacros generalizantes de corporeidades, investindo em um padrão de corporeidade que se orienta pela perspectiva da

⁶Sororidade: do prefixo em latim “sóror” que significa “irmãs”, sororidade indica aliança ou união de mulheres defendendo-se por problemas do comum.

⁷GREIMAS. COURTÉS. **Semiótica**: dicionário razonado de la teoría del language. Tomo II. Biblioteca Românica Hispânica, Gredos, 1986.

⁸SILVA, Simone Bueno da. **A Construção do corpo na mídia semanal**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

saúde da beleza. Entretanto, o modelo de corporeidade assinalado bem como os conceitos e noções instituídos em torno deles não correspondem necessariamente a verdades absolutas sobre a saúde ou beleza, mas a estruturas modelares que atuam na redução e neutralização das diferenças, apontando para a edificação de estereótipos (SILVA, 2007, p. 82).

A edificação de estereótipos fornecida pela mídia se materializa em muitos aspectos, tanto na busca da mulher pelo corpo ideal, quanto pela sua posição de trabalho, posição social, com quem está relacionada, entre outros fatores de objetação. Apesar da personagem principal, a *Mãe Natureza*, ser parte importante do enunciador do filme, apreendemos suas sensações impressas na obra e todas elas, principalmente a da cena analisada, são exemplo de passividade, submissão e objetação.

É importante que sublinhemos neste trabalho o conceito de objetação que se coloca adverso do conceito presente na teoria feminista de objetificação. Este, que tem alta utilização para casos em que os indivíduos são assimilados como seres de funções pré-estabelecidas socialmente, ou seja, vistos como objetos passivos de sofrer atitudes externas que interfiram no querer-fazer do indivíduo, é diferente do conceito de objetação, proposto por Greimas, apesar de serem correlatos. Objetação é tornar um sujeito, ou seja, um ser detentor do seu próprio fazer, um objeto. Neste caso em específico, por exemplo, podemos inferir que a objetação do sujeito *Mãe Natureza* ocorre através de um outro sujeito, a *Eva*, e o objeto de desejo, que deve estar atrelado nesta ação, é a maternidade compulsória, parte do dever-fazer do sujeito.

Para tanto, apreendemos, por vias semióticas, outras percepções do filme, que interessam não apenas ao mundo das artes e do audiovisual, como também ao estudo fenomenológico da presentificação dos simulacros da mulher mãe, e, por conseguinte, uma conquista para os estudos em gênero e teorias feministas. Ao passo que temos muitas produções *Hollywoodianas* levantando questões de gênero de primeiro embate, e ainda, movimentos levantados por artistas mulheres e homens problematizando a numerosidade de nomes femininos nas premiações e suas coerções atrás das câmeras, também é de cunho social suscitar esse tipo de pensamento crítico dentro de âmbitos não autointitulados feministas, para que ponhamos uma consciência coletiva em todas as áreas de todos os temas. Em tempo, sugerimos ainda uma revisão sobre os espectros do *ser*



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mulher dentro da presentificação nas enunciações e seus sujeitos, uma vez que, ao nos colocarmos em evidência, assumimos uma posição política⁹ sobre nós mesmos e nossa espacialização.

Referências bibliográficas

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Col. Sycorax - 1a Ed. - São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GREIMAS. COURTÉS. **Semiótica: diccionario razonado de la teoria del language**. Tomo II. - Biblioteca Românica Hispânica, Gredos, 1986.

_____, A. J.; _____, J. **Dicionário de Semiótica**. Trad. de Alceu Dias Lirna, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Canizal, Edward Lopes, Ignacio Assis da Silva, Maria José Castagnetti Sembra, Tiekō Yamaguchi Miyazaki. 2 Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

GREIMAS, A. J. **Da Imperfeição**. Pref. e Trad. Ana Claudia de Oliveira. – São Paulo: Estação das Letras e Cores e CPS editora, 2017.

HANISH, Carol. **The Personal is political: The Women's liberation movement classic with a new explanatory introduction**. EUA: New York Paper (Unkown), 1969.

LANDOWSKI, E **Presenças do outro**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. - 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MOTHER! Roteiro e direção: Darren Aronofsky. Produção: Darren Aronofsky, Scott Franklin e Ari Handel. - EUA: Paramount Pictures e Protozoa Pictures, 2017.

OLIVEIRA, A.C. **Discurso midiático como experiências do sentido: Por uma tipologia das interações discursivas**. In: XIX Encontro da COMPOS/ PUC Rio, 2010, Rio de Janeiro.

SILVA, Simone Bueno da. **A Construção do corpo na mídia semanal**. - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

⁹ HANISH, Carol. *The Personal is political: The Women's liberation movement classic with a new explanatory introduction*. EUA: New York Paper (Unkown), 1969.



Tornando-se homem: do falar de si à imagem sobre o invisível e o inominável

**Nelson Soutero Coutinho Neto¹
Dilliany Justino de Lima²**

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Fotografia; Gênero; Masculinidade; Sexualidade.

Introdução

Os Estudos de Gênero têm historicamente refletido sobre as relações de poderes e o controle dos corpos a partir da subalternização da mulher e do feminino. Tal movimento, ou melhor descrevendo, tais movimentos, resultaram e resultam, ainda hoje, no desenvolvimento crítico dos papéis sociais que se espera que sejam desempenhados por homens e mulheres. Estes mesmos estudos têm estimulado ainda uma construção científica, social, política e cultural, teórica e prática, à luz de uma compreensão mais plural sobre o tornar-se mulher. Judith Butler afirma que:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher, decorre de que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e a significações. (BUTLER, 2003, p. 58-59)

Ou seja, é relativamente aceita a ideia de que não existe ‘uma’ mulher, tampouco ‘um’ feminino, mas que estas duas categorias são atravessadas por uma complexa rede que inclui questões étnico-raciais, de classe, identidade de gênero, orientações sexuais, historicidade cultural; que fazem este corpo-político-social, criando vários sentidos do

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos e pós-graduando (latu senso) em Direitos Humanos na América Latina ambos pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: nelsonscneto@gmail.com

² Pós-graduanda em Direitos Humanos na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Pós-graduada em Fotografia - Imagem, Memória e Comunicação pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: dillianyjustino@gmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que é ser mulher. Vale lembrar que, ao longo da História, nem sempre houve o entendimento do ser mulher como algo plural.

Ademais, “o corpo está sempre sitiado, sofrendo a destruição pelos próprios termos da história. E a história é a criação de valores e significados por uma prática significativa que exige a sujeição do corpo” (BUTLER, 2003, p. 225).

A normatização e/ou naturalização do que é ser mulher, do que é o ideal de feminino, foram construídas ao longo de séculos e têm como base a repetição ligada a um discurso. Ou seja, é um modelo construído e reiterado socialmente, a partir de uma ordem dominante cristalizada na figura do homem branco, cisgênero, heterossexual, burguês. Nas palavras de Butler,

[...] o gênero é estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 59)

As masculinidades

Do modo como foram se desenvolvendo os Estudos de Gênero, o homem e o masculino tornaram-se categorias menos complexas de análises e, por vezes, colocadas apenas como aquele sujeito único das práticas violentas, autor único do patriarcado, e falocrático.

A psicanálise tem sido, neste sentido, um campo que começa a olhar o homem e o masculino não apenas como único e homogêneo, mas que também é atravessado por diversos sentidos sociais, políticos e culturais. Assim, não se torna homem, mas há muitas possibilidades de homem e de masculino. Pode-se trazer ao debate autores como Stoller e Greenson que, ainda nos anos 1960, começam a dar os primeiros passos à apreciação sobre os estudos das masculinidades. Também, ainda que de maneira muito tímida no cenário acadêmico, a Antropologia, a Psicologia e as Ciências Sociais começaram a perceber de modo recorrente na Europa, nos Estados Unidos da América e até mesmo no Brasil, colocando os sentidos de homem e masculinidade como eixo central no debate. Entretanto, se um dia foi questionado sobre qual mulher e feminino estavam sendo



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

dissecados pelas(os) estudiosas(os) do tema, a pergunta feita hoje é: sobre qual homem e masculino estes estudos estão falando? E como estes homens se veem?

Ao levar em consideração estes debates brevemente apresentados pelo presente trabalho, esta pesquisa tem como temática central iniciar uma reflexão onde homens são convidados à um diálogo sobre sua narrativa de vida, recortada em torno do próprio sentido de tornar-se homem e de masculinidade. Um ‘jogo-diálogo’ que resulta em um ‘diálogo-foto’ onde o fotografado coloca à luz da grafia seus sentidos e ao mesmo tempo quem fotografa também inscreve sobre este corpo, para numa tentativa de coautoria encontrar esta multiplicidade nas categorias homem e masculino. Acredita-se que a partir destes diálogos e narrativas poderão aparecer múltiplos homens e masculinos: o ‘homempreto’, o ‘homembicha’, o ‘homemcis’, o ‘homemtrans’ e tantas outras que não necessariamente são atravessadas por igual na construção do ‘homem-branco-saudável-falocentrado-machista-cis-heterossexual’.

É, a partir dessa reflexão, que o tornar-se homem é tensionado à explorar seus sentidos de construção não pela ideia de um homem e de um masculino ideal, mas respeitando as narrativas de vida para o entendimento particular sobre a pluralidade de ideias sobre estes corpos entendidos e que se entendem como homens e trazendo, sobretudo, que possivelmente o falar de ‘si’ pode ser também o fazer de ‘nós’. Assim:

o conceito de indivíduo que se opera [...] não parece ser uma percepção estrita da fórmula durkheimiana, em que o indivíduo se opõe à sociedade e à cultura. Pelo contrário, pensa o indivíduo enquanto potência de individuação que, acionada a partir da chave de uma relação entre pesquisador e pesquisa, produz uma relação entre sujeitos” (GONÇALVES, 2012, p. 29-30).

Apesar disso, a pesquisadora e antropóloga colombiana mestiça nos apresenta algo que devemos levar em consideração quando se é pauta os estudos que têm como foco a análise das masculinidades e o tornar-se homem que é:

Considerar essa posição ambivalente dos homens não deve impedir estudos sobre masculina como monopólio socialmente construído dos homens sobre certos instrumentos, saberes práticos e domínios de vida social (TABET, 1988). É necessário, então, analisar, simultaneamente, os efeitos objetivos e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

subjetivos da posição dominante dos homens sobre as mulheres e as consequências nefastas para certos homens das exigências da masculinidade. Para fazê-lo, deve-se considerar que, da mesma forma que na diversidade de experiências do sexismo vivido pelas distintas mulheres, as diferenças de classe, etnicidade/raça, orientação sexual e idade, entre outras, atravessam a categoria “homens” e distribuem entre eles custos e benefícios do modo desigual (CONNELL, 2005). Deve-se levar em conta também que os homens, em seu conjunto, se beneficiam dos dividendos assegurados pela sociedade patriarcal, isto é, das vantagens que tiram, enquanto grupo, da subordinação das mulheres” (VIVEROS VIGOIA, 2018, p.16).

Ou seja, por mais que estamos falando de homem e masculinos outros – atravessados por categorias como orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia, classe, entre outros, ainda sim é dito sobre homens e masculinidades que em grupo acabam por serem privilegiados frente às mulheres, mesmo que de modo, por vezes contraditório e / ou ambivalente.

Construção e processo

Por meio da fotografia e de uma etnografia fotográfica, o objetivo é materializar o olhar e o discurso não apenas de um pesquisador ou uma pesquisadora sobre o seu “objeto de pesquisa”, mas de uma relação que se estabelece entre quem é pesquisado e pesquisador(a) e entre pesquisador(a) e quem é pesquisado, num processo onde ambos são sujeitos e protagonistas das reflexões e resultados encontrados e/ou construídos.

Partindo-se da premissa de que “é conhecido o fato de que fotografias e textos escritos ajudaram a construir estereótipos, posicionando o Outro em relação a uma noção de Nós de seus produtores” (BITTENCOURT, 1994, p. 226), nesta proposta, fotógrafa e fotografado se confundem num jogo de espelhos entre o que se vê, o que se quer fazer ver, o que se diz e o que se quer dizer.

Ao se considerar que “a fotografia é um espelho que possui uma memória (Holmes 1980, Kracauer 1980). É um espelho porque ela reflete o real e o coloca no campo do visível” (BITTENCOURT, 1994, p. 228), e que os dois autores deste trabalho possuem papéis tecnicamente definidos, porém, transitantes concomitantemente entre observador(a) e observado(a), a busca se dá por uma materialidade visual e escrita do



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

invisível e inominável. A ideia é que a fotografia não seja apenas um olhar estranho sobre o corpo fotografado, mas um olhar da fotógrafa e do próprio corpo fotografado sobre si mesmo.

No que se chama aqui de diálogo-foto, pretende-se refletir sobre as masculinidades encontradas no corpo fotografado não a partir de um modelo tradicional de entrevista e de captura de um quadro, mas de uma conversação baseada na troca e na construção imagética de significados, percepções e visões de mundo e de si.

No trabalho em questão, pesquisador(a) e pesquisado(a), pesquisado(a) e pesquisador(a), são dois corpos cotidianamente violentados por masculinidades que podem ser consideradas tóxicas e nocivas, e que pretendem descortinar e refletir sobre as possibilidades de masculinidades não-violentas.

O que se propõe, em certo aspecto, é uma subversão da lógica “objeto de pesquisa”/pesquisador(a), onde os envolvidos, além de transitarem por entre esses papéis, ainda chegam juntos ao resultado final da pesquisa, apresentando formas e narrativas até então inomináveis e/ou invisíveis de homem e masculinidades.

Para tanto, é preciso que sejam emergidos alguns conceitos-chave sobre as próprias categorias de gênero e sexualidade, justamente para colocar em debate o que não se pretende e o que se entende, neste trabalho, principalmente quando o que é trabalhado aqui é o entendimento de construção participativa e de coautoria de como sujeitos se veem, pois:

quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24-25).

Diálogo-foto e narrativa

Levando-se em consideração a ideia de formação e construção de identidades e subjetividades sob grande influência do olhar do “outro”, a fotografia aqui é utilizada como instrumento de valorização e subversão da ordem heteronormativa, de masculinidades estabelecidas. Numa proposta que pode ser chamada de diálogo-foto, fotógrafa e fotografado se propõem à uma profunda reflexão sobre o quê somos, porquê



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

somos e o que queremos ser.

Se “diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exhibir sua arte” (BARTHES, 1984, p. 23), na fotografia associada ao diálogo e a um processo coletivo pretende-se romper os próprios pré-julgamentos na busca por um profundo encontro com o si mesmo.

Partindo-se da premissa de que “é conhecido o fato de que fotografias e textos escritos ajudaram a construir estereótipos, posicionando o Outro em relação a uma noção de Nós de seus produtores” (BITTENCOURT, 1994, p. 226), nesta proposta, os papéis se confundem num jogo de espelhos entre o que se vê, o que se quer fazer ver, o que se diz e o que se quer dizer.

O espaço do diálogo no centro do processo fotográfico e do lugar do Outro mudou a dinâmica da fotografia no final do século XX, trazendo à tona a possibilidade de expressão para além do documento. O sujeito rejeitado e/ou utilizado como objeto na fotografia-documento finalmente ganha importância, numa tentativa de troca, e não mais de assalto imagético, que permite a manutenção da autonomia e da liberdade.

A relação fotógrafo-fotografado, marcada por uma estrutura de poder de quem possui a câmera em mãos, precisa ser repensada numa nova perspectiva, que exige um novo processo fotográfico, que traga para perto e para dentro quem antes tinha um papel simplificado de objeto. E,

[...] para acessar a realidade vivida pelos excluídos, para superar a vergonha que muitas vezes os esmaga, para reduzir o fosso que os separa do mundo, em resumo, para vencer a invisibilidade que os atinge, uma simples foto parece bem irrisória. A não ser que a fotografia se inscreva em uma abordagem que conjugue contatos e permutas. E isso sempre exige tempo, semanas e meses; pede uma extrema disponibilidade para o Outro; supõe uma perspectiva social e política global; obriga a inventar procedimentos cada vez mais específicos. (ROUILLÉ, 2009, p. 178-179)

Para Rouillé (2009), o mais importante não é que os fotógrafos representem o mundo em toda sua diversidade, mais do que isso, o importante é a transformação que se pode causar. Uma das possibilidades que o autor coloca é um processo dialógico, onde



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

quem é fotografado tem papel ativo, e “ao colocar-se o mais próximo possível dos indivíduos singulares, transformando-os em sujeitos, o procedimento adotado mescla a produção de imagens e a resistência aos efeitos da precariedade” (ROUILLÉ, 2009, p. 179), conceito esse que conversa com a precariedade e a vulnerabilidade da vida humana tratadas por Butler (2006).

O que se propõe aqui não se assemelha à ideia do processo fotográfico enquanto busca do real e da verdade, mas uma construção conjunta de olhares e representatividades, um afrontamento à própria precariedade, com base no diálogo, que pretende resultar em algo bem próximo de um autorretrato. O Outro aqui “é aquele que subverte as normas, que desafia os padrões, que faz vacilar o poder, que perturba os valores dominantes, os princípios das maiorias. O Outro é menor. Aquele que desafia o maior” (ROUILLÉ, 2009, p. 181).

Se “uma pessoa é um conjunto de aparências, as quais podem revelar, mediante um foco adequado, infinitas camadas de significado” (SONTAG, 1977, p. 176), a ideia de um diálogo-foto passa justamente por essas nuances de significados e sentidos, com o objetivo de se atingir um resultado onde a pessoa fotografada se perceba e se enxergue, de fato, nas imagens construídas.

Nesta proposta de processo fotográfico, acontece o rompimento com uma das bases da fotografia do século XX: o conhecido “instante decisivo” de Henry Cartier-Bresson. Nessa nova lógica, fotógrafos não são “espectadores do mundo [...] privilegiando o olhar, a distância, o recuo, o afastamento, o desprendimento” (ROUILLÉ, 2009, p. 182), a reportagem dialógica consiste justamente no rompimento com essa distância, na troca, na proximidade, no tempo prolongado para além do instante. Aqui, fotógrafa e fotografado são donos de um mesmo projeto, “em que a foto não passa de um momento, sem ser necessariamente a finalização” (ROUILLÉ, 2009, p. 183), o que só é possível com tempo e aprofundamento. Nesse processo, quem fotografa troca e dá, numa abordagem muito mais social do que mercadológica, e em favor de quem está do outro lado da câmera. “Dentro dessa estrutura, fotografar não é mais roubar, e posar não significa mais se oferecer inutilmente aos fotógrafos de passagem. O modelo torna-se um



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ator, um verdadeiro parceiro, um sujeito” (ROUILLÉ, 2009, p. 183), e o que se estabelece pressupõe confiança e cumplicidade.

Considerando-se imagens enquanto mensagens que podem ser códigos que traduzem processos em cenas, em quadros, a presente proposta caminha justamente para transformar processos dialógicos em imagens.

Na busca pelo que se quer capturar e representar, a proposta dialógica é coletiva e interdisciplinar, e vai contra as abordagens onde o Outro é apenas um objeto, onde a fotografia, o enquadramento, impera sobre as pessoas. Aqui, a pessoa fotografada importa mais que a própria fotografia, e o que se produz são “imagens com”, não “imagens de” ou “imagens para”.

A própria maneira de testemunhar muda. Não mais consiste em reproduzir o visível, mas em tornar visível, tornar visíveis os sem-fisionomia e sem-imagem, os excluídos tanto da visibilidade dominante como da vida social e política: os estrangeiros em seu próprio país. E fazer isso junto com eles: não sem eles, como fazem os repórteres; nem naturalmente contra eles, como fazem os paparazzi. Testemunhar obriga inventar novas formas e novos procedimentos, uma espécie de nova língua fotográfica, para transformar regimes do visível e do invisível, para acessar o que está sob os nossos olhos, mas que não sabemos ver. Não fotografar ‘as’ coisas ou ‘as’ pessoas, mas fotografar os estados de coisas e com as pessoas. (ROUILLÉ, 2009, p. 184)

Considerando-se que nenhum corpo está livre das influências dos discursos e que “o ato da linguagem não é uma representação da realidade, mas uma interpretação construtora de significados” (BENTO, 2012, p. 36), pretende-se utilizar a fotografia enquanto apropriação de uma linguagem para a representação de si mesmo, numa ruptura das estruturas de poder ainda presentes na escolha do que é visível e relevante. Vale ressaltar que o que se pretende não é tornar o Outro visível, mas construir o discurso e a narrativa da representação de forma que a visibilidade seja autônoma e coletiva.

O falar de si como caminho do falar de nós

Será, possivelmente, no campo do indivíduo que aparecerão as resistências que demonstrarão a pluralidade de sentidos, corpos, sexualidades e gêneros fora da norma e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

potenciais sujeitos de outras narrativas que sendo:

[...] Possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam sub-produto das mesmas, [...] Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (FOUCAULT, 1985, p. 91).

Assim, o que se pretende propor como reflexão neste trabalho é, como apontam Sampaio e Garcia (2010, p. 98), a oportunização à reflexão sobre estas diferentes costuras e rasgos do tornar-se homem, do Estudo de Gênero cada vez menos centrado na problematização exacerbada em torno da mulher e do feminino e adotar diversos pensamentos que não confundam as masculinidades e os homens como uma identidade uniforme de representação. A proposta dos autores é válida:

Podemos pensar que, em vez de instaurar uma crise no universo da masculinidade, o momento atual pode ser especialmente profícuo por abrir novas possibilidades de se reinventar o dito “sexo forte”. O movimento de questionamento dos estereótipos da virilidade clássica pode ser, então, particularmente válido por abrir aos homens novos meios para a constituição de uma existência singular e para a emergência de uma subjetividade mais criativa. O abandono do esforço diário para se auto afirmar como viril, que tão marcadamente caracterizou o cotidiano dos sujeitos de sexo masculino, pode favorecer o deslocamento dessa energia para o campo da afetividade e possibilitar a maior exploração de funções antes menos valorizadas pelos homens, como a paternidade. Desse modo, o momento contemporâneo pode ser benéfico para os homens por permitir-lhe uma reinvenção mais livre dos estereótipos de gênero aprisionadores por tanto tempo propagados pelas sociedades ocidentais (SAMPAIO; GARCIA, 2010, p. 98).

Caminho por fora dos estudos críticos sobre masculinidade para nos inserir neste contexto de falar de si como uma potência para falar de ‘nós’, o Brasil é constituído por uma sociedade herança escravocrata, onde “pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão” (RIBEIRO, 2017, p.86), desse modo quando pessoas negras



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tomam para si o lugar de fala e compartilham suas experiências elas também estão colocando em pauta uma outra vivência coletiva. Portanto, mesmo de que lugares distintos, é de extrema importância que homens e masculinos, bem como todo sujeito de outros lugares de privilégios ou de opressões possam compartilhar como se veem e como são transpassados por estes lugares, abrindo outras visualizações de mundo.

Resultados do diálogo-foto

O ensaio apresentado a seguir é resultado de uma imersão de três dias inteiros, onde fotógrafa e fotografado se propuseram a um mergulho profundo na busca pela masculinidade negada, pelo se pensar enquanto homem negado de forma violenta durante toda uma trajetória de vida. O resultado em imagens, em novos sentidos e significados visuais, além da autonomia e coletividade que caminham juntas no processo, só foi possível a partir da entrega de ambas as partes.

De que masculino e homem, neste sentido, estamos falando? Um homem cisgênero, pardo, pobre, bicha, com grau de escolaridade de nível de pós-graduação (consequência não só de esforço, mas de políticas públicas setoriais e afirmativas para a Educação). Desse modo, o corpo masculino negado de modo violento ocupa um lugar que dizem não ser de seu direito. A academia, os espaços da cultura erudita, do possível de fazer ciência.

Ao mesmo tempo, se o corpo fotografado é deste masculino, quem fotografa também recebe sua mirada enquanto mira este fotografado que busca expressar um masculino. Uma mulher. Foram três dias de compartilhamento de violências sofridas pelos dois lados, tanto de modo particular, enquanto indivíduos, como também enquanto sujeito que compõem grupos.

Se são postos no frame pelos, pele, barba, cabelos, pomo de adão, pintas, rugas, pés, tronco, peito e púbis, também são posto no mesmo frame seus significados, suas violências silenciadas. Silêncios que se confundem entre censura e preservação da privacidade. Desde as reflexões, diálogos, ideias, cliques, até a edição final, todo o processo se deu coletivamente, o que significa dizer que as imagens aqui mostradas



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

refletem a forma como o fotografado de fato se vê e gostaria de ser visto, independente e ao mesmo tempo conjuntamente com a visão também da fotógrafa. O que coloca em rico jogo analítico a própria autoria das fotos, pois já não é dito mais que ‘o fotografado autoriza o clique’, mas que fotografado e fotógrafa compartilham de si a própria imagem.





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BITTENCOURT, Luciana. **A fotografia como instrumento etnográfico**. Anuário antropológico, v. 92, p. 225-241, 1994. Disponível em: http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1992/anuario92_lucianabittencourt.pdf. Acessado em 11 de maio de 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. São Paulo: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio. **Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens**. In. Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 19-42, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. Senac, 2009.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Editora Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA SAMPAIO, Ronaldo; AMORIM GARCIA, Claudia. **Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero**. Psicologia em Revista, v. 16, n. 1, p. 81-102, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000100007> Acessado em 10 de maio 2018.

VIGOYA VIVEROS, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder a Nossa América**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.



O Resgate do Sagrado Feminino: as mulheres e o despertar da natureza ancestral

Eveline Medeiros¹
Beatriz Sallet²

Resumo: Este artigo tem intenção de relatar nossa pesquisa sobre a história da mulher, numa abordagem que se inicia na era matriarcal e segue até o período contemporâneo. Nos primeiros tempos, as mulheres eram reverenciadas, respeitadas e tidas como deusas. Até o momento da Inquisição, quando já estavam submissas a então era do patriarcado, bem como a trajetória que compreende o momento contemporâneo, busca-se observar o resgate da essência ancestral feminina, ou seja, a volta às raízes femininas, do sagrado feminino, na tentativa de recuperar o poder perante seu próprio ser. Metodologicamente, através da observação participante e do *making of fotográfico* (SALLET, 2006) além da pesquisa bibliográfica, procuramos referenciar empiricamente, através de um ensaio fotográfico, um dos atuais ritos contemporâneos que atende ao chamado do sagrado feminino.

Palavras-chave: Fotografia. Sagrado Feminino. Círculo de mulheres. Patriarcado. Matriarcado.

Introdução

Se olharmos a história podemos perceber que nas antigas civilizações as mulheres eram consideradas sagradas. Eram reverenciadas, valorizadas e celebradas como deusas. Atualmente, verificamos evidências arqueológicas como estátuas, amuletos, vasos e outros objetos resgatam a imagem feminina como sagrada e divina. Tais objetos nos mostram mulheres com vulvas avantajadas, seios fartos, evidenciando sua fertilidade e poder. Na era matriarcal não se tinha noção da participação masculina na fertilização, os povos acreditavam que as mulheres geravam os bebês a partir delas mesmas. (PRIETO, 2002).

No mundo todo, atualmente, vem acontecendo movimentos do *sagrado feminino*, constituídos por rituais diversos onde mulheres reúnem-se em círculos e compartilham suas vivências, suas sabedorias e suas dores de maneira segura e acolhedora. Acreditamos

¹ Graduada em Fotografia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: evelinemedeiroscontato@gmail.com

² Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: bsallet@unisinobr



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que este seja o começo de um grande avanço na humanidade, onde tudo começa com uma pequena célula. Para embasar estas afirmações que propomos, estaremos relatando neste artigo o que entendemos como uma urgência da igualdade de gênero, a necessidade da união de todas as mulheres, a fim de voltarmos a sermos irmãs, ouvirmos o nosso interior e respeitarmos os nossos ciclos. Para melhor discutirmos estas propostas, além do resgate histórico sobre o tema, evidenciaremos por meio de um ensaio fotográfico um exemplo destes rituais que vem ocorrendo. Nosso propósito é comprovar a luta das mulheres pela retomada, finalmente, de seu poder sobre seu próprio corpo, através da união de forças visando a mudança do cenário de submissão e medo que vivenciamos por tantas eras.

De sagradas a submissas

Nas antigas civilizações, as mulheres eram vistas como sagradas, Deusas portadoras de sabedorias ocultas ligadas a uma conexão com o divino e capazes de trazer a vida. Este momento na história, é chamado de Matriarcal, era conhecida como a mais remota forma de organização social. Evidências arqueológicas nos mostram a prova desta sociedade, como exemplo de uma das mais conhecidas e principais, a escultura nomeada de *Vênus*, que mostra uma mulher com seios fartos e vulva avantajada, retratando a fertilidade feminina como algo de grande importância. (SCHILLING, 2002).

Figura 1: Vênus, grande imagem ícone do Matriarcado



Fonte: Schilling (2002).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Além de escultura, Medeiros (2010) afirma que conchas em formato de vagina também foram encontradas em túmulos durante escavações. Segundo este autor, o culto ao feminino durou milhares de anos, e um de seus mais fortes argumentos para a existência dessa visão divina perante a mulher era da sua capacidade de dar à luz. Os homens não compreendiam o seu papel na fertilização. Acreditava-se que as mulheres tinham o poder de gerar a partir delas mesmas, que eram guardiãs deste segredo. Além disto, havia reverência pelo fato de a mulher sangrar todos os meses por muitos dias e não morrer.

Naquela época, as mulheres tinham um status social mais alto que os homens, eram consideradas independentes, livres em sua sexualidade. (PRIETO, 2002). Desde os primórdios, as mulheres foram construindo saberes sobre a natureza, se transformaram em curandeiras populares, parteiras, donas de um conhecimento passado de geração para geração. Trocavam entre si segredos de cura, medicinas da natureza, que ajudaram a devolver a saúde de toda a comunidade. Eram procuradas para ajudarem em todos os problemas, sejam físicos, mentais ou espirituais. (MEDEIROS, 2010).

Segundo Muraro (2000, apud MEDEIROS, 2010), o domínio do homem sobre a mulher pode ser entendido pela descoberta de seu papel na reprodução, Medeiros (2010, p. 5) nos mostra, segundo afirmação de Saffioti (2007, p. 49), que “[...] um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa ao marido”. Esses fatos nos revelam o início de uma era patriarcal, onde a mulher não só deixou de ser vista como um ser divino, mas também deixou de ser vista como um ser de livre escolha; passou a ser submissa as vontades dos homens. Dominação dita como necessária, para a substituição do culto feminino para o masculino, não haveria como fazer esta troca sem ter o controle de quem obtinha o poder.

A partir do momento em que os cultos patriarcais se tornam predominantes, o culto às deusas passou, gradativamente, a um plano secundário, mesmo permanecendo importante nas culturas politeístas. Já nas culturas monoteístas ele começou a ser perseguido, e seus adeptos passaram a ser chamados de bruxas e bruxos como uma forma de insulto. Essa perseguição teve sua maior expressão na Idade Média, embora ela tenha se iniciado formalmente após a ascensão do Cristianismo à condição de religião oficial do Império Romano, no século IV. (MEDEIROS, 2010, p. 6).



A Queima das Bruxas

No século XIII, Medeiros (2010) cita a criação do *Tribunal do Santo Ofício*, com intuito de fortalecer a Igreja Católica como crença e religião. Se indicava a perseguição de todos aqueles que não seguiam a palavra da Santa Igreja, que publicou em 1484 um manual chamado *Malleus Maleficarum*, onde estabelecia uma série de maneiras de reconhecer pecadores e como torturá-los. A Inquisição ou Era da Fogueira, momento onde as pessoas (maioria mulheres, cerca de 85%) eram perseguidas, torturadas e assassinadas. Seus objetos eram queimados, maioria deles vistos como provas da existência da bruxaria, contendo segredos e sabedorias da antiga religião, receitas de medicinas, curas e rituais.

[...] a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva [...]. E como em virtude dessa falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre decepciona e mente. *Malleus Maleficarium* (1991 apud MEDEIROS, 2010, p. 116),

Além de serem acusadas de torturar crianças, as Bruxas (como eram chamadas mulheres que cultuavam um Deus e uma Deusa, que se guiavam a partir da sabedoria passada por ancestrais) eram demonizadas, acusadas de rituais e orgias, onde seu real intuito normalmente era por motivo de saúde, ajuda na fertilização, celebração de nascimentos e reza para colheitas abundantes. (MEDEIROS, 2010). Os líderes da Igreja consideravam qualquer pensamento ou intuição vindo de uma mulher uma ameaça perigosa, um grande esforço foi feito para impedir qualquer livre ação de uma mulher, pois era necessário obter um controle sob estes poderes vistos como sobrenaturais, como a maior manifestação do mal. (CABOT, 2000).

Pecadoras, frágeis fisicamente e fracas mentalmente, mas poderosas em seu artifícios e magias, sedutoras, capazes de levar os homens à ruína. Todas essas acusações pairaram sobre as mulheres e despertaram o medo e a raiva dos homens. (MEDEIROS, 2010, p. 10).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Cabot (2000) afirma que “Os cultos à Deusa não procuravam dominar os homens nem valorizar os atributos femininos mais do que masculinos”. Este longo período e processo de dominação, fez com que as mulheres carregassem uma aversão à sua natureza. Medo da tortura e da morte, foram ameaçadas e lentamente se afastaram da sua autonomia sagrada, do seu modo ser e de sua forma de expressão.

A Luta Feminina

Durante séculos de sujeição, sem poder falar em público, direitos a educação, ao voto e muito menos ao mercado de trabalho, as mulheres eram vistas a partir da figura de Eva, como um ser pecador, perigoso, culpada por todo o pecado e defeito do mundo, por ter se rendido ao fruto proibido. Preparada desde criança para ser esposa e mãe, obrigada a seguir regras de bom comportamento, com uma só finalidade: ser passiva, sem liberdade de expressão. (LIMA, 2014).

A ideia de que os homens são superiores às mulheres ou de que elas precisam deles para se sentirem completas ou realizadas é opressiva e prejudicial, para não dizer ridícula. Muitas vezes as mulheres esperam uma reconciliação ou sentem-se culpadas por seus próprios erros, embora o homem possa merecidamente ser acusado de cometer várias infrações, da negligência a ofensa. (CABOT, 2000, p. 38).

A visão feminina sobre seus direitos de igualdade começou a mudar no Brasil por volta do século XVII (LIMA, 2014), e tem como grande marco no início da década de 1960 nos EUA e na Europa, conquistando a partir de então o direito a educação e ao voto, que deram um grande impulso para um novo olhar das mulheres sob elas mesmas e a sociedade. Progressivamente iniciam-se grandes massas de união e organização de movimentos, atos, círculos e partilhas femininas com o propósito de luta e resistência perante a sociedade patriarcal.

Este artigo não tem como intuito dissertar sobre o feminismo, mas esta luta é de grande importância para a história, pois foi a partir deste momento o início de grandes conquistas, onde a mulher resiste até os tempos atuais para ser vista de forma humana e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

livre. O *sagrado feminino* e o feminismo são assuntos diferentes, mas estão ligados a um fim em comum: a igualdade de gênero e o equilíbrio entre o *anima e o animus*.

Tudo e todos têm o seu lado feminino e o seu lado masculino. É assim que o Universo é formado. O masculino possui o feminino e vice-versa. O termo chinês yin-yang considera essa ideia a base para o equilíbrio, tanto em sua característica criativa como objetiva. O nosso anima (poder feminino) e o animus (poder masculino) devem estar sempre em harmonia. (MAYA, 2000, p. 56).

A energia feminina e a bruxa

A entidade feminina, representada pela mãe natureza, ou seja, a Grande Mãe, representada pela Lua, está dentro de cada uma de nós; somos parte dessa natureza, dessa criação, deste todo. Maya (2000) explica o todo como uma forma total e infinita, presente em tudo que está vivo, em todo o espaço e tempo. Afirma que é uma força, um caos, que vem do nada, e por ser uma força total, cada ser forma uma parte componente desta mente onipresente, nos ligando uns aos outros como forma de energia total.

Desde o princípio do universo temos buscado saberes na natureza, mesmo com o patriarcado, seguimos buscando desvendar o oculto. Essa curiosidade e reverência pelo poder da natureza, veio da nossa ancestralidade, onde quando vistas como Deusas, éramos adoradoras da natureza, observávamos seus ciclos, estudando suas plantas, suas águas, suas estações e seus elementos. Atitudes estas nomeadas também como saberes da Bruxaria.

Todas as mulheres possuem um lado mágico em sua natureza que está incorporado ao arquétipo da Bruxa. Ao contrário do que muitos levariam você a acreditar, seus dotes sustentam a vida, fortalecem e estimulam. Ela personifica a capacidade que a mulher tem de intuir, criar, encantar, proteger, iniciar, nutrir, ensinar e curar. Ela é uma figura capaz de uma extraordinária avaliação, compaixão, resistência e força. (CABOT, 2000, p. 12).

As mulheres, acreditamos, embora sabedoras de seus poderes interiores, tem medo de retornar a sua verdadeira natureza, porém possuem um profundo desejo de usar seus poderes de autoconhecimento que carregam desde o princípio da humanidade. A sociedade implica muitas razões para o temor de nossas forças; medo de perder o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

emprego, medo de perder custódia dos filhos, medo de sermos estupradas e violentadas. (CABOT, 2000). Quando falamos de forças e poderes, não estamos falando de magias de bruxas de contos de fadas, que petrificam e assombram. Nem tampouco falando de vestirmos chapéus pontudos, termos verrugas e pele esverdeada. Estamos falando da autonomia de ouvir a nossa intuição, o nosso pensamento, o nosso conhecimento de medicinas da natureza. Estamos em busca da segurança de sermos nós mesmas, de termos firmeza nas escolhas da própria vida, de estarmos conscientes de cada desafio e obstáculo. Com nossa sabedoria, somos curadoras de nós mesmas, guerreiras de nossa própria vida, podemos reconhecer nossa própria luz e sombra, não vivendo mais no medo, nas lembranças, e sim na luz do amor, da união de todas nós.

A descoberta da Bruxa que existe em você não é uma religião, mas uma viagem do espírito. Você é a própria Natureza. O espírito do Universo reside dentro de você. A luz mágica da LUA, cujos ciclos nos orientam, e a Terra que nos alimenta são as mesmas deusas Lua e Terra que embalaram as mulheres antes de você, as mulheres que, numa sucessão, acabaram por gerar você. [...]. A Bruxa é sua e chega a você por intermédio de uma longa linhagem, oriunda da própria Grande Mãe. As mulheres precisam reconhecer a antiguidade de seu próprio poder. (CABOT, 2000, p. 27).

O resgate deste retorno ao culto da Deusa é extremamente positivo, principalmente para nós mulheres, especialmente para aquelas que se sentem oprimidas pelas religiões patriarcais. Este retorno a nossa ancestralidade chama a todas as mulheres insatisfeitas com o cenário atual da nossa humanidade e que estão em busca de evoluir, e isso é bom para elas e para todos os seres vivos. A ideia é retornar às suas origens e se identificar com a sacralidade de ser uma mulher. (PRIETO, 2002).

Hoje, numa sociedade desencontrada, prejudicada por séculos de patriarcado e machismo, a Deusa é considerada por alguns o único caminho para o reencontro com o *Self*, com o Eu mais interior, a única possibilidade de nos livrar de tantos anos de opressão que só trouxeram as diferenças, os preconceitos e as guerras. Esses séculos de opressão patriarcal foram determinantes para nossa sociedade ser o que é hoje, uma geração perdida. (PRIETO 2002 p. 11, grifo do autor).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O círculo de mulheres

Historicamente há muito interesse político e cultural para que as mulheres não se empoderem, não se unam. É perigoso para a sociedade patriarcal a perda de controle naquelas que geram, que nutrem. Quando as mulheres se reúnem, elas se liberam.

Faur (2010, p. 24) nos fala que a partir da década de 1960 aconteceu um grande ressurgimento das antigas religiões:

Milhares de mulheres e um número crescente de homens de diversos países da Europa, das Américas e da Oceania, educados nas religiões bíblicas (católica, protestante, ortodoxa) e judaica, privados do simbolismo sagrado feminino durante séculos de supremacia patriarcal, estão agora descobrindo e praticando rituais das antigas culturas matrifocais. Lentamente, mas de modo cada vez mais evidente e presente, a Grande Mãe está ressurgindo do seu ocaso milenar, despertando consciências e renovando as esperanças nas mudanças planetárias e na integração e harmonização da humanidade com a Natureza e o universo.

Dentro deste contexto de ressurgimento, mulheres voltaram a se reunir em círculos sagrados, onde tem como objetivo principal, obter esse resgate interior. A partir de pesquisa de campo em vivências nestes círculos femininos, podemos observar vários padrões de depoimentos das mulheres ali presentes. A maioria sentiu como se estivesse sido chamada para aquele encontro, algo inexplicável dentro de si que lhes dizia que deveria estar ali, naquele momento.

As práticas do Círculo de Mulheres, situam-se na limiaridade entre esse saber-fazer cotidiano, espontâneo e inconsciente de si mesmo, que busca resgatar-se através do feminino simbolizado no cuidado e nos trabalhos manuais, e o saber-fazer reflexivo e intelectualizado que as próprias mulheres do círculo produzem sobre suas práticas, nas narrativas que compartilham umas com as outras. (CARDOVIL, 2015, p. 443).

Essas mulheres relatam que se sentem acolhidas, se sentem bem com outras mulheres, que por mais que ninguém ali tenha se encontrado até aquele momento, parecia que tinham algo em comum, como podemos ver em alguns relatos registrados em vivências:

- a) quero sumir, quero relaxar. Me perco no mundo, preciso recarregar minhas energias;
- b) me identifiquei com todas vocês. Ser mulher, é viver as experiências uma das outras;



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

- c) me permiti fazer reflexões de como eu vivo, e percebi que não sei quem eu sou;
- d) é muito bom saber que não sou a única, que temos histórias tão parecidas;
- e) estou aqui para descobrir quem eu sou, olhar para mim e olhar para a outra;
- f) de volta para casa, de volta para minhas origens, minha conexão com a Terra.
Despertar todas essas mulheres que habitam em mim;
- g) percebi a chegada de novos ciclos de vida, me senti chamada, como se tivesse despertado para algo;
- h) quero encontrar a força que existe dentro de mim.

Num círculo de mulheres não existe ponta, não existe flecha, não existe julgamentos e sim muito acolhimento, troca de olhares, empatia e muito amor. Entrar nestes círculos e viver estes encontros, é se conectar com o próprio interior via os sentimentos e a experiência de outra mulher. É sentir a conexão entre todas, sentir nossa força e nossa capacidade de ser. Nos conectamos com o todo que está em volta de nós quando nos unimos com mulheres, este é o chamado da vida.

A reflexão em torno do círculo permite caracterizá-lo como um fenômeno urbano, uma forma de sociabilidade típica da modernidade. Seu ponto forte é a inversão de tradicionais estereótipos ligados à mulher, mobiliando o imaginário que associa o gênero feminino ao cuidado e ao espaço doméstico, porém esvaziando-o do significado de inferiorização atribuído pelo patriarcado. (CARDOVIL, 2015, p. 446).

A imagem fotográfica

Após vivenciarmos momentos com pessoas ligadas ao *sagrado feminino*, nos identificamos com este mundo, foi como *voltar para a casa*. Aquele então, seria um tema que gostaríamos de aprofundar, abordá-lo fotograficamente, já que esta é uma de nossas linguagens de trabalho. Colocar em fotografias nosso olhar daquele novo mundo, para que assim outras mulheres possam descobrir maneiras de resgatar sua ancestralidade, sua sagrada natureza. Fomos então em busca de informações, realizamos algumas entrevistas e registramos algumas destas conversas, iniciamos então uma jornada, essa que não só acadêmica, mas essencialmente pessoal. Despertamos para leituras, meditações e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

conexões energéticas, pudemos visualizar durante o processo luzes e auras nítidas na cor violeta, sentimos a presença da *Chama Violeta* e tudo que ela traz consigo:

É uma energia, uma vibração muito poderosa que nos conecta com o divino. Ela pode manifestar-se por intermédio do ar e do som, a luz e da imagem, do pensamento e das crenças, abrindo nossas vidas para um estágio superior da consciência. (ORLOVAS, 2015, p. 21).

Esse contato e familiaridade com a Chama Violeta se tornou cada vez mais eminente, as imagens deste projeto deveriam deixar claro a sua presença. Objetivávamos, em um primeiro momento, obter esse efeito por meios analógicos, porém encontramos o efeito desejado em um filme da marca Lomography, chamado *LomoChrome Purple*, o qual revela uma estética parecida com a que procurávamos, como podemos ver nas figuras 2 e 3.

Figura 2: Exemplo *LomoChrome purple*.



Foto: Ian/Instagram: @thefuenz



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 3: Exemplo *LomoChrome purple*



Fonte: Fuenz (2018).

A decisão de não usar este filme nas fotografias, e sim se inspirar em sua estética digitalmente foi tomada em seguida, pelo difícil acesso ao mesmo, que é só vendido fora do Brasil. A facilidade, baixo valor e risco de imprevistos da fotografia digital em comparação a fotografia analógica contou muito no processo. Foi então que tomamos a decisão do uso digital.

Tratando-se de referências fotográficas, pesquisamos artistas que retratam em suas imagens características como: união de mulheres, círculos femininos, elementos da natureza, bruxaria e técnicas de edição, além de fotografias onde esteticamente se forma uma atmosfera mística (sobreposições de imagens, luz, aura, composição).

A partir da definição destes pontos, fomos a campo registrar vivências com mulheres que estavam em busca do autoconhecimento. Sallet (2016) inspira, através do



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

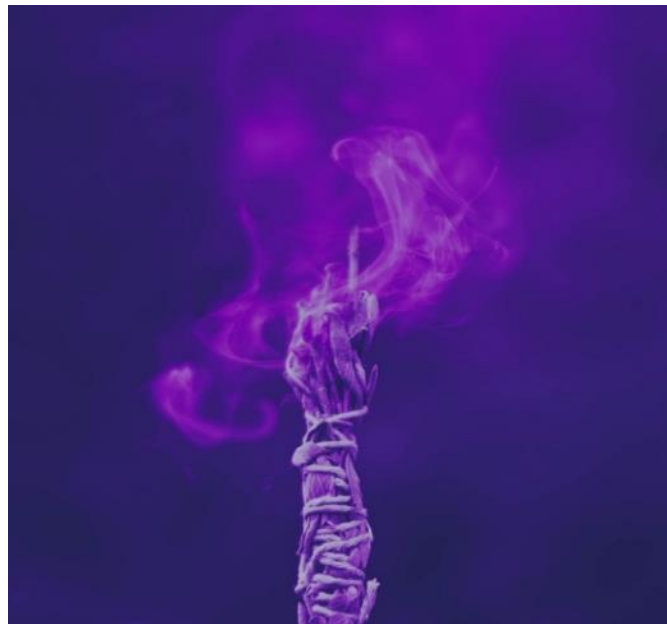
1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

making of fotográfico, que é estar no lugar/ambiente e observar, via fotografia, utilizando o recurso metodologicamente para contar sobre o que se viu no campo de pesquisa.

Fomos fotografando a partir do conceito de Documental Imaginário, caminho autoral dentro da fotografia documental, em Lombardi (2008). Ela explica que o artista retrata não só o mundo visível e factual, mas também o seu imaginário, seus sonhos e sua subjetividade, usando livre acesso aos recursos experimentais para obter a linguagem estética desejada.

Abaixo, segue o resultado das imagens autorais deste projeto contendo as características citadas neste artigo:

Fotografia 1 – Ar



Fonte: Eveline Medeiros



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Fotografia 2 – Deusas



Fonte: Eveline Medeiros

Fotografia 3 – Fogo



Fonte: Eveline Medeiros



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Fotografia 4 – Gruta



Fonte: Eveline Medeiros

Fotografia 5 – Terra



Fonte: Eveline Medeiros



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Fotografia 6 – Círculo de Mulheres



Foto: Eveline Medeiros

Fotografia 7 – Água



Fonte: Eveline Medeiros



Fotografia 8 – Trilha



Fonte: Eveline Medeiros

Considerações finais

O feminino era o centro, pois era a fonte da vida. Tudo girava em torno delas, as mulheres tinham que ser protegidas para continuar gerando a vida. E então, tudo nos foi tirado, fomos massacradas, torturadas e queimadas numa era de dominação masculina. Com a revolução feminina pelo poder estamos conseguindo transitar pela sociedade de forma melhor, podemos escolhermos sermos mães quando quisermos, sem precisar mais ter casamentos arranjados contra nossa vontade, viemos conquistando todo esse poder.

O resgate do *sagrado feminino*, da deusa que existe em nós, significa reconquistar essa complementação da polaridade divina e humana, porque hoje em dia não há dúvidas de que a mulher está tentando resgatar o seu papel dentro da estrutura contemporânea, e por isso ela precisa reconquistar o seu sagrado.

O resgate do feminino é uma caminhada, temos que saber onde estamos indo, e o que podemos dar. A mulher que respeita o sagrado feminino, tem uma ligação muito forte com a criação, ela respeita Terra, e o mistério da vida. E ela é dona disso, pois está dentro dela.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Nós temos uma essência sagrada, geradora da vida, detentora da sensibilidade intuitiva, do poder de cura, da própria dedicação a evolução em todos os aspectos. São as mulheres que sustentam a fé, seja qual ela for, são as mulheres que ensinam as crianças, são as mulheres que são responsáveis pela continuação da vida e da confiança. E esse movimento de retorno é urgente e benéfico para toda a nossa sociedade, para todas as mulheres. É de nosso direito resgatar o que nos foi tirado.

Referências

CABOT, Laurie; MILLS, Jean. **O despertar da bruxa em cada mulher: a natureza mágica da mulher e seus poderes ocultos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CORDOVIL, Daniela. O poder feminino na pratica da Wicca: uma análise dos “Círculos de mulheres”. **Estudos Feministas**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 431-449, maio/ago. 2015. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/estufemi.23.2.431?newaccount=true&read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 9 maio 2018.

FAUR, Mirella. **Círculos sagrados para mulheres contemporâneas práticas, rituais e cerimônias para o resgate da sabedoria ancestral e a espiritualidade feminina**. 1. ed. São Paulo: Pensamento, 2010.

FUENZ. [**Imagens - LomoChrome Purple**]. Menlo Park, 2018. Instagram: @thefuenz.

LIMA et al. O sagrado feminino: histórias de luta e luto. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 79-88, jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.facene.com.br/wp-content/uploads/2010/11/O-sagrado-feminino.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LOMBARDI, Katia Hallak. Documentário Imaginário: reflexões sobre a fotografia documental contemporânea. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 4, p. 35-58, 2008. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1505/1251>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

MAYA, Júlia. **Despertar das bruxas: manual completo sobre magia branca**. 4. ed. São Paulo: Madras, 2000.

MEDEIROS, Josiele Alves. O movimento wicca: a identidade feminina e as relações de gênero no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E V JORNADA DE



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 8, 2010, Goiás. **Anais eletrônicos...** Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2010. p. 1-22. Disponível em: <http://www.prp2.ueg.br/sic2010/apresentacao/trabalhos/pdf/humanas/seminario/o_movimento_wicca.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ORLOVAS, Maria Silvia P. **Transformação com a chama violeta:** meditação, orientação, mantas, rituais e mensagens. 1. ed. São Paulo: Madras, 2015.

PASTANA, Marcela. **Quem eram as mulheres queimadas nas fogueiras da Inquisição?** [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/marcela-pastana/quem-eram-as-mulheres-queimadas-nas-fogueiras-da-inquisicao>> Acesso em: 14 abr. 2018.

PRIETO, Claudiney. **Todas as deusas do mundo:** rituais wiccanianos para celebrar a deusa em suas diferentes faces. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2002.

SALLET, Beatriz. **Histórias e “estórias” fotográficas. Afirmção e rompimento das rotinas produtivas do fotojornalismo do jornal impresso Zero Hora.** Dissertação de Mestrado. UNISINOS (2004).

SCHILLING, Voltaire. **Existiu o matriardo?** [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/matriarcado2.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2018.



Mulheres nas capas d'O Pasquim: discussões acerca de gênero e comunicação

Júlia Hundertmark Dalcin¹

Tamara Finardi²

Aline Amaral Paz³

Resumo: O presente trabalho centra-se no objetivo de desconstruir e analisar o conteúdo publicizado sobre mulheres em onze capas do jornal *O Pasquim*, entre o período de 1969 e 1979, primeiros anos de circulação do periódico que foi publicado durante 22 anos no Brasil. A partir dos dados coletados, discute-se a forma como mulheres foram representadas, tanto nas fotográficas e ilustrações, quanto nos textos das chamadas de capa. Os elementos apresentados fomentam o debate sobre comunicação, o contexto do movimento feminista no período analisado, e as relações do conteúdo publicizado com a busca da naturalização de padrões e estereótipos heteronormativos firmados em uma visão dicotômica de gênero.

Palavras-chave: Comunicação e Gênero; Jornalismo Alternativo; Feminismo na Imprensa

Introdução

O posicionamento que um veículo de comunicação assume pode ser analisado enquanto elemento de performatividade que reforça estereótipos relacionados à construções de gênero? O presente trabalho se propõe a desconstruir um recorte do conteúdo veiculado no jornal *O Pasquim*, a partir da análise de onze capas do periódico, entre os anos de 1969 e 1979, onde mulheres são representadas no formato de fotografias ou ilustrações. A partir dos dados coletados, aborda-se uma reflexão sobre a publicação de estereótipos que remetem a determinação de padrões e comportamentos ligados aos corpos enquanto seres sexuais.

O Pasquim foi selecionado como objeto de estudo a partir da constatação de

¹ Acadêmica do curso de Comunicação Social - Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dalcinjulia14@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Comunicação Social - Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharela em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: tamarafinardi@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista Capes, integrante do Grupo de Pesquisa em Consumo e Culturas Digitais coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sandra Rúbia da Silva. E-mail: alineamaralpez@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

autores como KUCINSKI (2003), BRAGA (1971), SOIHET (2005), CRESCÊNIO (2017), que encontram elementos e a publicização de conteúdos que indicam a presença de posicionamento machista e sexista do periódico. Ademais, *O Pasquim* também é citado em pesquisas ligadas ao jornalismo alternativo no Brasil, e atingiu grande popularidade e números elevados de circulação, chegando a atingir tiragens de 200 mil exemplares. Avaliando a influência e recorrência do conteúdo e como as mulheres eram representadas, realiza-se a reflexão de como a comunicação pode contribuir com a produção de significados que reforçam e promovem a naturalização de estereótipos baseados na heteronormatividade.

O Pasquim e a imprensa alternativa

Frequentemente referenciado na história do jornalismo alternativo brasileiro, o tablóide *O Pasquim* circulou por décadas, entre 1969 e 1991, e alcançou tiragens expressivas de mais de 200 mil periódicos. Através de um formato irreverente para imprensa brasileira no período, o periódico fazia oposição à ditadura militar através de conteúdo marcado pelo viés da ironia, deboche e humor.

Seus alvos principais eram a ditadura militar, contra a qual se opunha de maneira visceral, a classe média moralista e a grande imprensa. Alimentando-se tanto nas raízes do existencialismo e da contracultura norte-americana, como nas raízes do populismo, a “patota” de *O Pasquim* encontrou seu denominador na mais intransigente oposição à ditadura. Por isso, *O Pasquim* possuía duas dimensões, uma contingente, de combate à ditadura, e outra filosófica. (KUCINSKY, 2003, p. 209)

Conforme Kucinski (2003, p. 207) o grupo de fundadores iniciais d’*O Pasquim* foi formado por Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prospero, Claudius e Jaguar. O tablóide foi fortemente marcado pelo trabalho de cartunistas, jornalistas, escritores e artistas:

Apesar de não serem sócios fundadores, Millôr e Ziraldo colaboraram desde o primeiro número. Henfil, Paulo Francis e Sérgio Augusto aderem em sequência. Ivan Lessa passou a escrever de Londres. [...] Colaboraram, também desde o início, Martha Alencar, Sérgio Noronha, Fortuna, Moacyr Sciliar, Newton Carlos, Chico Buarque, Caetano Velloso, Ferreira Gullar, Glauber Rocha, Cacá Diegues. (KUCINSKI, 2003, p. 211).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O estilo da linguagem apresentada pelo *O Pasquim* também causou impacto na imprensa e na publicidade: termos originários da oralidade e de expressões de fala, estavam presentes nos textos, moldando uma característica coloquial e singular para identidade do jornal. O conteúdo também foi marcado por fortes referências do trabalho dos humoristas:

Foi todo um novo modo de expressão, dotando os textos de cada escritor dos atributos de expressividade da fala. E talvez indo além. Era como se os artistas da linguagem tivessem sido influenciados pelo modo de produção dos humoristas, pela técnica de isolar elementos do objeto, dissecá-los e deformá-los, aplicando essas técnicas à linguagem escrita. (KUCINSKI, 2003, p. 214).

A partir do posicionamento contestatário e de oposição à ditadura militar no Brasil, parte da redação d'*O Pasquim* chegou a ser presa, em novembro de 1970. Apesar do baque em ter parte da “patota” atrás das grades, esse fato não impediu que os trabalhos do periódico tivessem continuidade, conforme expõe NETTO (2014, p. 169-170):

Experiência única e notável, porém, foi a do semanário carioca *O Pasquim*, criado em 1969 por Jaguar (Sérgio Jaguaribe), Sérgio Cabral e Tarso de Castro, que circulou até 1991, editando 1.072 números. Valendo-se do humor, *O Pasquim*, contou com a vivência jornalística de Millôr Fernandes e do então homem de esquerda Paulo Francis (Franz Heilborn), popularizou o cartunismo de Ziraldo e Henfil (Henrique de Souza Filho), renovou a crítica de costumes e manteve uma corajosa e divertida oposição à ditadura - o que lhe custou constrangimentos vários: censura intermitente, meses de cadeia para vários de seus redatores (novembro de 1970/fevereiro 1971) e, ao fim da ditadura, a ação terrorista da direita. *O Pasquim* foi, na entrada dos anos 1970, um fenômeno editorial que a ditadura não conseguiu asfixiar, com tiragens de até 200 mil exemplares.

Diante da importância, repercussão e influência d'*O Pasquim* no cenário histórico da comunicação no Brasil, o objetivo desta pesquisa visa analisar como as mulheres foram representadas nas capas do semanário, a partir da constatação de autores que revelam a presença de aparatos carregados de características machistas no conteúdo exposto pelo periódico:

O Pasquim era machista, fazendo do feminismo e do homossexualismo objetos de chacota e provocação, outra influência da revista Playboy, que considerava homossexualismo uma aberração, e o feminismo uma ameaça ao romantismo nas relações amorosas. (KUCINSKI, 2003, p. 215)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em sua pesquisa, CRESCÊNIO (2017) aponta que, embora *O Pasquim* se apropriasse de recursos discursivos embasados em uma proposta de humor, parte do conteúdo publicado possuía viés que inferiorizava as pautas e lutas do movimento feminista. A pesquisadora também pontua que esse posicionamento já era publicizado na imprensa antes do surgimento d'*O Pasquim*. Porém, o referido periódico teria cumprido o papel de atualizar o formato de linguagem e de elementos que difundiam e reforçavam estereótipos de caráter machista:

Assim, *O Pasquim* não inaugurou uma modalidade nociva de humor, apenas a atualizou para novos tempos em uma linguagem inovadora, explorando não só piada escritas, entrevistas, reportagens, como também charges e tirinhas que se tornaram mais comuns a partir de 1950. As demandas dos movimentos feministas de segunda onda, como direito ao corpo, igualdade entre os sexos, bem como a famosa frase “o pessoal é político”, mostram-se pratos cheios para as intenções do semanário. O uso de estereótipos era exaustivo e a representação das mulheres feministas era bastante óbvia: feias, mal amadas, solteironas, lésbicas. (CRESCÊNIO, 2017, p. 2 - 3)

Conforme aponta a argumentação exposta pela autora, percebe-se que os atributos discursivos que visavam inferiorizar mulheres - “feias, mal amadas, solteironas, lésbicas”, encontram-se ligados a forma como as mulheres se relacionam, ou não, com os homens.

Diante do exposto, considerou-se pertinente analisar a forma como mulheres eram apresentado nas capas d'*O Pasquim*, visando debater a relação entre as chamadas, fotografias e ilustrações utilizadas, analisando-as enquanto elementos de performatividade que reforçam a práxis da heteronormatividade compulsória. A análise será apresentada tomando como parâmetros o viés metodológico da desconstrução, a partir do conceito apresentado por LOURO (2015, p. 43 – 44)

Desconstruir não significa destruir, como lembra Barbara Johnson (1981), mas “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer”. Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismo linguísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismo tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Análise de 11 capas d'*O Pasquim* (1969 – 1979)

Selecionou-se como recorte de estudo o período relativo aos dez primeiros anos de existência do jornal (1969 - 1979), a partir da justificativa de relacionar com fatos históricos dos passos do feminismo no Brasil durante a década de 70, tendo como base os estudos de PINTO (2003). Para elucidar o contexto do referente período a autora traz a seguinte relação:

Tínhamos, portanto, na Europa e no Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá na virada para década de 1970, mas primordialmente ao longo deste período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista. (2003, p. 43)

Ainda sobre o contexto do referido período, KUCINSKI (2003, p. 124) critica o conservadorismo da imprensa alternativa brasileira frente a evolução do feminismo na década de 70 citando, inclusive, *O Pasquim*:

Enquanto um novo movimento feminista explodia na Europa desde o começo dos anos 1970, no Brasil a questão da mulher era desprezada por diversos jornais alternativos importantes. [...] o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por O PASQUIM que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral “anticlasse média moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente associavam o feminismo à frustração sexual.

A partir da justificativa apresentada, considera-se pertinente elaborar o estudo do conteúdo de capas d'*O Pasquim* durante a década de 70. Para viabilizar as discussões iniciais acerca da temática selecionou-se uma capa de jornal veiculada em cada ano que compreende o recorte da presente pesquisa. O critério para seleção das capas é a existência da imagem de mulher/mulheres em seu layout. O trabalho se centra especificamente no conteúdo presente nas capas, não se atendo ao material interno do periódico.

A partir da análise das chamadas, fotografias e ilustrações presentes nas capas, busca-se elencar e identificar elementos que reproduzem e publicizam estereótipos ligados ao corpo e comportamento das mulheres. A partir desta proposta de



desconstrução, será abordada a discussão entre comunicação, representatividade, feminismo e poder.

Segue apresentação da seleção das onze capas analisadas:

Figura 1: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 5 - 6 de julho de 1969





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 2: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 30 - 16 de janeiro de 1970





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 3: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 94 - 22 de abril de 1971





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 4: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 138 - 22 de fevereiro de 1972





**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 5: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 192 - 6 de março de 1973





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 6: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 287 - 21 de dezembro de 1974





**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 7: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 300 - 29 de março de 1975





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 8: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 382 - 22 de outubro de 1976





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 9: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 435 - 28 de outubro de 1977





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 10: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 476 - 11 de agosto de 1978





Figura 11: O Pasquim, Rio de Janeiro, Edição nº 499 - janeiro de 1979



Dentre as onze capas estudadas no presente trabalho, identifica-se elementos que evidenciam como o corpo da mulher é explorado de forma sexista, seguindo padrões estabelecidos pela heteronormatividade. O nu da mulher é exposto a partir do apelo sexual e pejorativo, evidenciando que deve suprir desejos e fetiches masculinos heterossexuais



- essas especificações podem ser identificadas nas edições nº5, 30, 287, 435, 476 e 499.

De tão banalizado, o corpo da mulher é utilizado para ilustrar frases de efeito do periódico (edições 300 e 499). Também percebe-se que é recorrente a utilização de chamadas de capa para pôsteres de mulheres nuas no interior do jornal, estratégia certamente vinculada para o aumento de vendas, como consumo exclusivamente do fetiche hétero masculino.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2003, p.45).

Nas fotografias, encontra-se um perfil padrão de mulheres retratadas: brancas, de cabelos longos, magras. Esse posicionamento reforça a imposição de estereótipos de padrões de beleza do corpo feminino. Wolf (1992, p. 12 – 13) contextualiza como esse padrão, ligado há um conceito pré-estabelecido de beleza, é usado como forma de controle das mulheres:

Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza como arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza. Ele é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social.

Soihet (2005, p. 599) expõe críticas a representação do padrão de beleza delegado às mulheres nas capas do semanário:

Em fins da década de 1960, como nos anos 1970, os libertários de *O Pasquim* voltam a se utilizar desses velhos argumentos, buscando através da zombaria o descrédito dos movimentos de mulheres em busca de uma cidadania plena, expressando, de forma similar aos misóginos que os antecederam, o pavor de uma mudança que ameaçasse a ordem tradicional dos gêneros. Ressuscitam velhos estereótipos, sem deixar de acentuar a obrigatoriedade da beleza para as mulheres, o que as dispensaria de outros atributos.

Tanto nas imagens como, literalmente, nas palavras da capa da edição nº138, fica evidente o viés de que a mulher é representada como um objeto pela linha editorial d'*O Pasquim*. Essa representação também é identificada na edição nº476 onde a mulher



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

é retratada como um mero presente de dia dos pais para suprir desejos heterossexuais, além de incentivar a rivalidade entre mulheres. Na edição nº287 a imagem da mulher é posta de cabeça para baixo como se fosse segurada por uma mão maior como um mero objeto passível de qualquer manipulação e uso. O processo de reforçar a objetificação das mulheres também se encontra na edição nº138, onde a capa estampa a chamada “mulher objeto”. Joan Scott apresenta as abordagens de Catherine Mackinnon, para discutir o conceito de objetificação relegado à mulher:

A objetificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade. “O homem fode a mulher: sujeito, verbo objeto” (SOCOTT, 1995, p. 77).

A conquista das mulheres também é motivo de deboche das capas d’*O Pasquim*. Um exemplo é ilustrado na edição nº132, que contém a chamada que informa a chegada da mulher na academia, seguida da imagem da estátua de Machado de Assis com o pensamento “Consola, mas não eleva”. Na edição nº94 apenas a imagem da cabeça da ativista feminista Betty Friedan é evidenciada em posição horizontal na capa.

Mais uma vez Soihet (2005, p. 595), evidência o tratamento dados para feministas e conquistas das mulheres:

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de *O Pasquim*. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconstância, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais ‘qualidades’ das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas. Na verdade, lançar o descrédito sobre aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo de sempre.

A forma com que *O Pasquim* buscava ridicularizar o feminismo também é criticada por BRAGA (1971, p. 195): “Justamente é possível dizer que muitas vezes a posição do machismo pasquiniano insiste nessa associação do feminismo a uma frustração”. Na edição nº192 a capa traz elementos que vulgarizam e naturalizam a violência e possessividade do homem sobre a mulher.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Conclusão

Como tais ideais machistas e heteronormativas circulavam e eram consumidos em grande escala a partir de um veículo de comunicação alternativo que combatia a estrutura política vigente? Estariam as classes sexuais tão enraizadas que se tornam invisíveis (FIRESTONE, 1970)? Ou o feminismo seria visto como uma forma de ameaça aos privilégios dos homens independente do contexto social/político? KUCINSKI (2001, p. 110) elenca considerações para os posicionamentos machistas articulados no periódico:

O *Pasquim* era machista, fazendo do feminismo e do homossexualismo objetos de chacota e provocação, outra influência da revista *Playboy*, que considerava homossexualismo uma aberração, e o feminismo uma ameaça ao romantismo nas relações amorosas.

Diante do exposto cabe o questionamento de qual seria o local do feminismo no cenário brasileiro da década de 1970.

O feminismo era mal visto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os gerais de plantão como em uma esquerda intelectualizada, cujo representante era justamente o jornal *Pasquim*, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. (PINTO, 2003, p. 64)

Ou seja, os jogos de poder que envolvem construções de gênero vão muito além de esferas partidárias como esquerda e direita. Para Butler, trata-se de uma construção regulatória social do binarismo de gênero sob a égide do discurso hegemônico heteronormativo:

A univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina heterossexista. (BUTLER, 2003, p. 59)

Logo, o posicionamento que reforça estereótipos, também se encontram fortemente arraigado em veículos de comunicação, mesmo em um periódico tido como referência na cena independente do jornalismo. A partir do alcance e da influência que *O Pasquim* conquistou nos primeiros anos de circulação, o conteúdo publicizado pelo periódico



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

atuava a partir do viés da performatividade, estabelecendo, reforçando e naturalizando normas, relações e padrões, a partir do viés da heteronormatividade. Butler aponta como as normatizações atuam na materialidade dos corpos:

As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 1999, p.151)

Desta forma, verifica-se que o gênero apresenta-se como algo construído culturalmente na sua relação com o sexo, e como a heteronormatividade induz a seguir uma única ordem de comportamentos e desejos:

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui uma característica imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminilização com o qual o sujeito se compromete. (LOURO, 2015, p. 15 – 16).

É preciso ressaltar que o objetivo do presente trabalho não se centra em minimizar ou maximizar a importância d’*O Pasquim* para história da comunicação. Porém, considera-se, extremamente pertinente desconstruir as representações de gênero disseminadas pela imprensa, estabelecendo relações com o contexto histórico, conflitos, jogos de poder e interesses envolvidos, analisando suas influências no período atual. Ademais, este se considera apenas um estudo inicial que pode ser ampliado a partir de novos métodos e acesso a maior quantidade de material do periódico.

Referências bibliográficas

BRAGA, J. L. **O Pasquim e os anos 70: mais prá epa que pra oba**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 1999.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRESCÊNIO, Cintia Lima. **Antifeminismo e ressentimento: as mulheres no O Pasquim**. 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11: Florianópolis, 2017. Disponível em <
http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498609031_ARQUIVO_Cintia_Lima_Crescencio_Texto_completo_MM_FG.pdf> Acesso em 25 de setembro de 2018.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do sexo: um estudo da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

NETTO, José Paulo. **Primeira história da ditadura brasileira: (1964 - 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n° 2 p. 71 – 99, jul /dez 1995.

SOIHET, Rachel. **Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários**. In: Revista de Estudos Feministas Florianópolis, 13 (3): 320, setembro dezembro/2005. pp. 591 – 611.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



Seria falta de imaginação ou pura preguiça?: a produção de ontologias políticas a partir da performatização de identidades LGBTQ em séries de televisão

**Vanessa Azambuja de Carvalho¹
Lucas Riboli Besen²**

Resumo: Este trabalho tem como tema a construção e performatização de personagens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Trangêneros e Queer (LGBTQ) em séries de televisão e a sua relação com a visibilização de pautas e experiências de pessoas LGBTQ no que tange a representação dessas identidades enquanto formas possíveis e múltiplas de ser/estar no mundo. Busca-se, a partir de uma etnografia simétrica (Latour, 2009), seguir as discussões públicas sobre representatividade das experiências LGBTQ em séries de televisão a partir do questionamento do uso de tropos narrativos clichês e não-clichês e os seus respectivos impactos nas vidas de pessoas LGBTQ. Para tanto, definimos como recorte de pesquisa as discussões sobre tais tropos narrativos utilizados para construir e performar protagonistas LGBTQ em séries veiculadas pelo serviço de streaming Netflix, em particular *The 100*, *Sense8*, *3%* e *Wynonna Earp*. Acreditamos que, ao produzir debates e discussões acerca dos tropos narrativos, os indivíduos LGBTQ começam a disputar as ontologias políticas que estão sendo colocadas como sendo as únicas possíveis, produzindo novos ordenamentos e possibilidades de ser/estar no mundo, tendo seus efeitos multiplicados em novas discussões, representações e séries lançadas dentro do mundo do streaming, assim como a obrigatoriedade de resposta e de satisfação das empresas e produtoras sobre os seus “maus usos” de personagens LGBTQ. Disputar os tropos é também multiplicar mundos e possibilitar que outras identidades e sexualidades possam vir a ser visibilizadas em novas narrativas.

Palavras-chave: Tropo; identidades LGBTI; ontologia política; séries de televisão; performance.

Introdução

Este trabalho tem como tema a construção e performatização de personagens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Trangêneros e Queer (LGBTQ) em séries de televisão e a sua relação com a visibilização de pautas e experiências de pessoas

¹ Mestranda em Psicologia Social e Institucional, PPGPSI/UFRGS, azambujadecarvalho@gmail.com.

² Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, misterbesen@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

LGBTQ no que tange a representação dessas identidades enquanto formas possíveis e múltiplas de ser/estar no mundo. Busca-se, a partir de uma etnografia simétrica (Latour, 2009), seguir as discussões públicas sobre representatividade das experiências LGBTQ em séries de televisão a partir do questionamento do uso de tropos narrativos clichês e não-clichês e os seus respectivos impactos nas vidas de pessoas LGBTQ. Para tanto, definimos como recorte de pesquisa as discussões sobre tais tropos narrativos utilizados para construir e performar protagonistas LGBTQ em séries veiculadas pelo serviço de streaming Netflix, em particular *The 100*, *Sense8*, *3%* e *Wynonna Earp*.

Nesse sentido, este paper está dividido em x partes. Na primeira, especificamos o conceito de tropo narrativo e como pretendemos usá-lo na discussão trazida. Em seguida, apresentamos um dos movimentos de fãs em busca de uma maior representatividade LGBTQ em séries televisivas a fim de melhor apresentar as discussões acerca dos tropos narrativos. Para tanto, utilizamos a morte da personagem Lexa, da série *The 100*, como ponto principal. Por fim, apoiados em Annemarie Mol e Bruno Latour, refletimos sobre o impacto de séries como *Lost Girl* e *Wynonna Earp* para a multiplicação de possibilidades de ser/estar no mundo.

Por narrativas mais complexas: os tropos narrativos

Entendemos o conceito de tropo assim como trabalhado por Duarte (2018), quando esta questiona as construções narrativas produzidas pela ciência médica para mulheres diagnosticadas com o vírus HIV. Segundo a autora, o conceito de tropo possui muitos sentidos dentro da teoria literária, mas são comumente utilizados enquanto dispositivos poéticos para a construção de sentidos dentro de um texto (a metáfora e a ironia seriam alguns desses exemplos). Contudo, desde os primeiros anos do século XXI, o conceito adquiriu um novo sentido, advindo dos estudos de cinema e TV e da literatura. Segundo a autora,

[...] tropo começou a ser utilizado de maneira mais sistemática como termo que sumariza o uso das figuras de linguagem na criação de “uma imagem universalmente identificada imbuída com diversas camadas de significado contextual criando uma nova metáfora visual” (Rizzo, 2005). O tropo passou a descrever, neste contexto, os temas e clichês recorrentes que sempre são



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

usados para certos tipos de narrativas ou de personagens reproduzindo e ajudando a produzir interpretações carregadas [...] de significados culturais. (DUARTE, 2018, p. 84)

Logo, entendemos que os tropos enquanto dispositivos narrativos utilizados dentro de séries de televisão de forma a apresentar certas personagens de maneira mais rápida ao público. Contudo, como Duarte aponta, o uso de tropos também pode cair em armadilhas narrativas, como a planificação e simplificação de personagens ou a sua utilização apenas para o desenvolvimento de outro personagem – por exemplo, o tropo da donzela em perigo, empregado como forma de produzir motivação para personagens masculinos em filmes/séries de ação.

#LexaDeservedBetter: movimentos por busca de representatividade

Nesse sentido, nos últimos anos, tem crescido a discussão sobre os tropos utilizados na representação de personagens femininos e LGBTQ, principalmente na sua secundarização em relação a personagens masculinos cisgêneros heterossexuais. Parte desse movimento engloba a séries majoritariamente internacionais de produção Estadunidense ou Canadense. Porém, com essas séries sendo exibidas no Brasil pela plataforma de transmissão online Netflix, logo após seu calendário de sua exibição no exterior ou conjuntamente, as histórias se tornaram relevante para o público brasileiro. Séries como Sense 8 e Wynonna Earp tem transmissão exclusiva no Brasil pela Netflix. Nesse estudo ressaltamos o movimento online que surge pensando a representação de tropos clichês e não clichês de personagens LGBTQ femininos e masculinos.



Figura 1: Logo da ONG LGBT Fans Deserve Better



Fonte: Site da ONG

Para ilustrar citamos o movimento “LGBT Fans Deserve Better”, que surge exigindo uma representação mais plural dos personagens das histórias televisivas. Tal ação começou como uma reação a morte violenta e súbita da personagem Lexa na terceira temporada da série *The 100*, que era uma personagem lésbica guerreira, independente, comandante do seu povo, destaque na história. Entretanto seu fim na narrativa se dá por um tropo clichê ao ser assassinada por uma arma de fogo subitamente no mesmo episódio que teve a primeira cena de sexo entre ela e a personagem Clarke, protagonista bissexual do seriado. Essa ligação entre um momento de amor explícito entre as duas e o assassinato causou uma comoção nas redes sociais, em especial Twitter, Tumblr e Instagram, expressado através da hashtag #LexaDeservedBetter e que culminou em uma concentração de milhares de mensagens de pessoas falando sobre os seus sentimentos acerca desse tropo. Diversas pessoas ao redor do globo se conectaram a partir dessas mensagens e decidiram fazer ações em conjunto, formando um movimento internacional. Uma das ações desse movimento foi criar uma organização sem fins lucrativos de voluntários de todo o mundo, intitulada LGBT Fans Deserve Better (LGBTFANSDB) que se uniu à missão de educar as pessoas sobre como a representação LGBTQ. A ONG tem como objetivo ser um recurso que permita que o público aprenda mais sobre os problemas enfrentados pela comunidade LGBTQ em relação à representação da mídia, para que eles possam se tornar espectadores e criadores mais críticos, resultando em histórias mais criativas (LGBTFANSDB, 2018).



Figura 2: Logo CLEXACON



Fonte: Youtube

Um dos tantos desdobramentos desse movimento foi a criação da convenção CLEXACON, como o primeiro e maior evento multi-fandom para mulheres e aliados LGBTQ. O nome é uma alusão ao par que iniciou o movimento, o casal Clarke e Lexa da série *The 100*, cujo *ship name*³ é Clexa. O objetivo da convenção é capacitar os criadores de mídia para produzir e distribuir mais conteúdo LGBTQ positivo, fornecendo recursos educacionais para a comunidade para ajudar na pressão por uma melhor representação. A CLEXACON busca para estabelecer as bases para uma melhor visibilidade dentro da mídia e, ao mesmo tempo, incentivar mais mulheres LGBT a participarem na criação das histórias que desejam. A convenção já teve duas edições em Las Vegas, Estados Unidos da América (EUA) e uma próxima em Londres, Inglaterra. Na convenção deste ano diversos painéis abordaram temas sobre a criação de narrativas televisivas e a representação LGBTQ (CLEXACON, 2018). A websérie brasileira RED participou da seleção oficial do Festival de Filmes da CLEXACON de 2018, com a representação de um casal de mulheres. Nessa edição da convenção, a dupla de atrizes protagonistas viajou aos EUA para encontros com fãs, bate papos e outros eventos. Tal fato destaca o caráter de abrangência internacional desse espaço.

³ *Ship name* é uma aglutinação dos nomes de dois ou mais personagens em um nome fluído e que não soe estranho. O termo deriva da gíria americana *ship*, de *relationship* (relacionamento), sendo utilizada entre fãs para designar a vontade/apoio de que dois ou mais personagens de uma série estivessem em um relacionamento amoroso.



Figura 3 RED: Mel (esquerda) e Liz (direita)



Fonte: Twitter

As ações descritas acima nos auxiliam de exemplos para pensar as disputas de tropos na mídia. Portanto seguimos esse estudo tendo elas como pontos da rede de análise. Em termos metodológicos, seguimos os pressupostos dos pesquisadores da Teoria Ator-Rede, assim como definidos por Bruno Latour em dois momentos diferentes – a saber, nos livros *Jamais Fomos Modernos* (2009) e *Reagregando o Social* (2012). Segundo Latour (2009), uma etnografia simétrica deve seguir duas grandes regras metodológicas. A primeira, referente à parte adjetiva do conceito, remete-se ao fato de que se deve tratar ambos os lados da disputa analisada nos mesmos termos. Ou seja, um simétrico não se permite utilizar diferentes explicações para um mesmo evento, ou, no caso estudado, dar apenas atenção para o uso de tropos considerados clichês e não os justapor com aqueles eleitos como exemplos positivos pelas pessoas LGBTQ. A segunda, referente à parte substantiva do conceito, remete-se aos termos utilizados nessa explicação e durante a sua observação. Segundo Latour, devemos observar como os sujeitos, na compreensão e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

produção dos fatos, constroem e performam verdades, apresentadas enquanto “caixas-pretas”, ou seja, não sendo necessárias a sua explicação. Ao etnografarmos esse processo de produção de verdades e obviação do mundo, podemos melhor entender como que a performatização de identidades LGBTQ pode melhor produzir e ordenar as múltiplas realidades dos sujeitos que assistem às séries e como esse processo pode acabar por gerar movimentos e pautas políticas por representatividade.

Assim vamos focar em duas narrativas desses shows televisivos apresentados no Brasil pela Netflix. Um ponto que apontamos como uso de um tropo clichê, visto pela base de telespectadores como negativo e outro apresentando uma representatividade interessante que ganha apoio constante e elogios dos fãs. Como já abordado brevemente, em 2016 seriado no “The 100” foi ao ar um episódio que mudou a forma como os espectadores veem mídias visuais atualmente. The 100 é um seriado que cresceu sua audiência atribuídas a uma base de fãs LGBTQ jovens. O Twitter e Tumblr era onde se encontravam constantemente relatos de apoio e interesse na série. O episódio “Thirteen” (Treze) mudou de uma maneira brusca esse apoio. Podemos pensar que a retirada de apoio e as críticas dos fãs a série tem a ver com os fãs principalmente LGBTQ estarem descontentes de verem suas representações de personagens serem mortos em TV e filmes frequentemente.

“Treze”, terminou com a morte da Lexa, rainha e guerreira. Uma passagem pelo Tumblr e Twitter após o fim do episódio mostrou o desespero e a indignação de uma comunidade surpresa com o fim trágico da personagem, que era destaque e do relacionamento amoroso iniciado recentemente por Clarke e Lexa na narrativa da história. Podemos cogitar que a indignação com a morte dela foi muito além de um fandom (nomenclatura usada para falar de um coletivo de fãs que são entusiastas das mesmas produções) sofrendo coletivamente por uma perda de uma personagem. Compreendemos que esse fato apontava para uma tendência preocupante que acontecer a muito anos com personagens LGBTQ. Chamado de “enterrar o seu Gays” um tropo clichê que se repete constantemente em filmes e seriados e que tem se espalhado para a representação de personagens da população LGBTQ nas mídias visuais por anos.



Figura 3 The 100: Clarke (esquerda) e Lexa (direita)



Fonte: Youtube

Retomamos o destaque para a morte da Lexa ter sido o catalizador do movimento do fandom que publicita amplamente sua insatisfação e desgosto com esse tipo de uso de um tropo negativo. Quando as possibilidades de existência dessas personagens são ceifadas por estratégias de usarem a narrativa para fortalecer outro personagem. Mesmo que a morte tenha gerado descontentamento, vale lembrar que a personagem Clarke, protagonista do seriado teve relacionamentos com homens e mulheres e os escritores falam abertamente da sua bissexualidade em comentários sobre o tema. Assim, o fato que um tropo e clichê e negativo foi implementado em uma história que o destaque é uma personagem bissexual complexifica o debate.

Clarke sente a morte de Lexa, e a narrativa não fica tímida em relação as consequências desse evento e o luto de Clarke. O uso da morte é explorado como grande enredo do final daquela temporada. Visto que na ontologia do seriado Lexa trazia em si um dispositivo que lhe davam poderes e conhecimento, ressaltando suas habilidades



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

como guerreira. Para resolver os conflitos e disputas do final da temporada Clarke usa esse dispositivo, literalmente inserindo perto do seu cerebelo, e é transportada para visões que dão a entender ser um mundo outro, como uma realidade paralela. Nessa realidade, Lexa guia a companheira em alguns desafios, e sacrifica sua “existência” para garantir que Clarke volte para sua realidade. Esse processo mostra uma conexão íntima, poderosa e que fortalece o destaque representativo para mulheres LGBTQ complexas e não apenas dimensionais.

Essas articulações de um tropo clichê com um não clichê, exemplificam a multiplicidade de possibilidades de narrativas estarem imbricadas. Com essas multiplicidades em destaque e ainda em sintonia com o pensamento de Latour (2009), utilizamo-nos das proposições de Mol (2008) para melhor entender as questões imbricadas nas disputas pelas performatização de narrativas representativas da multiplicidade das identidades LGBTQ. Para tanto, lançamos mão do seu conceito de ontologias políticas. Para Mol, o primeiro termo refere-se ao que, na linguagem filosófica comum, pertence ao real, às condições de possibilidade com que vivemos. Logo, a sua justaposição com o termo política sugere, logo, que tais condições não estão dadas de partida, ao contrário, a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, mas, sim, sendo modelada por elas. Portanto, o segundo termo sublinha o modo ativo pelo qual este processo aberto de modelação é constantemente contestado.

O conceito, como trabalhado por Mol (2008), está intrinsecamente relacionado a sua noção de que a realidade não pode ser entendida enquanto plural (tendo uma forma que é significada de diferentes maneiras), e sim múltipla: sua realidade se faz na sua performance; uma vez mudado o sítio de interesse, muda-se a performance da realidade. Para a pesquisadora,

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não as de perspectiva e construção, mas sim as de intervenção e performance. Estas sugerem uma realidade que é feita e performada [enacted], e não tanto observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas. [...] Mas, enquanto parte de actividades tão diferentes, o objecto em causa varia de um estádio para o outro. Aqui é um objecto carnudo, ali é um objecto espesso e opaco, além é um objecto pesado. Nas histórias de performance, a carnalidade, a opacidade e o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

peso não são atributos de um objecto único com uma essência escondida. Tão pouco é função dos instrumentos pô-los à mostra como se fossem vários aspectos de uma realidade única. Em vez de atributos ou aspectos, são diferentes versões do objecto, versões que os instrumentos ajudam a performar [enact]. São objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade – da realidade em si. (MOL, 2008, p. 66)

Nesse sentido, entendemos que o conceito de ontologia política nos ajuda a pensar as disputas político-sociais estudadas no que tange a representatividade das narrativas dos personagens LGBTQ. Se compreendemos a performance como um momento múltiplo de produção e ordenamento do mundo, passamos, então, a entender as narrativas desses personagens como formas possíveis de ser e habitar o mundo – ou, quando da utilização de tropos clichês e/ou negativos, como a impossibilidade dessa vivência. Logo, atentarmos para essa disputa narrativa é também colocar a política enquanto algo produzido cotidianamente, seja nos palanques ou nas histórias contadas através de um monitor. O achatamento e a secundarização de narrativas de personagens LGBTQ tem como efeito colocar certos ordenamentos e performances enquanto impossibilidades político-sociais ou, nos termos de Mol, enquadrar algumas ontologias políticas como impraticáveis, inexistentes socialmente.

Afirmamos que para o fandom que publicamente destacou seu sentimento de indignação, a ênfase dada configura-se no achatamento da narrativa de Lexa, personagem imensamente importante naquela realidade fictícia. Para os fãs a morte de uma personagem que era um símbolo LGBTQ foi uma experiência desgastante. Lexa era considerada uma guerreira, confiante, complexa e corajosa. Muitos fãs atribuem uma novidade nesse tipo de complexidade para uma personagem, tanto LGBTQ quanto de uma mulher.

Podemos ponderar que a morte de Lexa gerou tamanha ações, como outros movimentos de ativismo social e de criação da convenção CLEXACON, como já apontado porque ela não foi a primeira mulher lésbica a ser morta nas mídias visuais. Riesi (2016) comenta que 199 personagens lésbicas ou bissexuais foram mortas na TV, 8 só em 2016. O movimento LGBT Fans Deserve Better (2016), afirma que há uma imensa representação de personagens heterossexuais naquele ano eram 18000, em séries



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

televisivas. O movimento afirmava que o número de mulheres LGBTQ na televisão era de 383, destas 162 foram mortas e apenas 29 tiveram finais sem mortes ou grandes tragédias.

Outras possibilidades de mundo: Wynonna Earp e Lost Girl

Essas disputas de realidades possíveis que são afirmadas e produzidas também pelas representações dessas personagens nos guia a exemplificar um tropo não clichê. A série Wynonna Earp, que possui três temporadas completas, teve desde o seu segundo episódio a exposição do relacionamento de Nicole Haught e Waverly Earp (WayHaught). Waverly é uma das protagonistas da série que se foca em duas irmãs e os seus desafios de matar demônios a partir de uma maldição em sua família. A série é criação de Emily Andras, responsável também por Lost Girl, na qual a protagonista era uma pansexual e cenas de relacionamentos amorosos e sexuais entre mulheres era mostrado amplamente, sendo parte central da história. Em Lost Girl, a protagonista Bo acaba as cinco temporadas com um relacionamento com a médica Lauren, personagem que era sua namorada e depois não foi, mas que deixa óbvio ser o seu grande amor.

Já Wynonna Earp é baseada no quadrinho de Beau Smith que leva o mesmo nome. A história acompanha as ações da descendente de Wyatt Earp, Wynonna Earp e sua irmã, a protagonista Wynonna ao retornar à cidade natal no dia que completa 27 anos, descobre ser a herdeira da maldição da família. Com habilidades místicas, a jovem se junta a Black Badge Division (BBD) para combater seres sobrenaturais, como demônios, vampiros, entre outros, ou melhor, os velhos inimigos de Wyatt que voltaram do inferno na tentativa de destruir a maldição.



Figura 4 Lost Girl: Bo (direita) e Lauren (esquerda)



Fonte: LezPop.it

Ponderamos a série conta com uma narrativa interessante muito bem direcionada e escrita. Andras nos entrega de presente três personagens fortes e peculiares. De um lado, a protagonista / heroína humana e complexa: ela bebe, ela comete erros, ela xinga, ela nem queria estar ali em primeiro lugar, mas ainda assim, ela não foge da obrigação que possui. Do outro, Waverly Earp, irmã mais nova da herdeira, que se torna consultora da BBD devido ao conhecimento que possui sobre Purgatory e sobre a maldição que a família carrega. Por fim, mas não menos importante, o público conhece Nicole Haught, uma Oficial da polícia local que demonstra um tropo não clichê ao ser parte importante do coletivo que colabora com Wynonna em suas disputas sobrenaturais. Desde o princípio da sua aparição ficou evidenciado o seu interesse amoroso pela mais nova dos Earp. As duas se unem com declarações de amor e afeto no sexo episódio da primeira temporada e constroem um relacionamento cheio de nuances e desafios, que representa uma narrativa



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

não clichê. Ambas são partes essenciais do seriado, realizando ações em complemento com Wynonna, mas também possuindo histórias e arcos narrativos próprios e intrincados.

Figura 5 Nicole Haught (direita) e Waveryl Earp (esquerda)



Fonte: IGN Entertainment

Oliveira (2018), destaca que a personagem Waverly é uma personagem tão forte quanto sua irmã que lutou contra demônios grávida por uma temporada quase inteira. Durante toda a jornada ela está constantemente se reinventando, redescobrimo e redefinindo os significados de amor, amizade e lealdade. A escritora constata, que la é uma das personagens destemidas da atualidade. Em 2018, ambas as atrizes que interpretam o casal vieram para uma convenção exclusiva em São Paulo e Rio de Janeiro, com um amplo público de fãs brasileiros e expõem a importância e a responsabilidade que elas possuem em representar essa história amorosa com realismo, carinho e cumplicidade. Elas falam abertamente sobre serem desfavoráveis a representar personagens simplórias, mas também por fazerem questão de interpretar um tropo não clichê.

Com esses comentários e exemplos acerca de dois tropos narrativos, refletimos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que ao produzir debates e discussões acerca dos tropos narrativos, os indivíduos LGBTQ começam a disputar as ontologias políticas que estão sendo colocadas como sendo as únicas possíveis, produzindo novos ordenamentos e possibilidades de ser/estar no mundo. E os seus efeitos são multiplicados em novas discussões, representações e séries lançadas dentro do mundo do streaming, assim como a obrigatoriedade de resposta e de satisfação das empresas e produtoras sobre os seus “maus usos” de personagens LGBTQ. Disputar os tropos é também multiplicar mundos e possibilitar que outras identidades e sexualidades possam vir a ser visibilizadas em novas narrativas.

Referências bibliográficas

CLEXACON. **Our Vision:** To empower and connect the LGBTQ+ community. Disponível em: <<https://clexa-con.com/about/vision/>> Acesso em: 28 Abril 2018.

DUARTE, Larissa Costa. “**A AIDS tem um rosto de mulher**”: discursos sobre o corpo e a feminização da epidemia. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Março, 2018.

LATOURE, Bruno. **Jamais Fomos Modernos.** São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LGBT FANS DESERVED BETTER. **Mission Statement.** Disponível em: <<https://lgbtfansdb.com/about-us/>> Acesso em: 28 Abril 2018.

MOL, Annemarie. “Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas”. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (org.) **Objectos impuros:** Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008, pp. 63-77.

OLIVEIRA, Myrella. Pro Mundo (Out!): A força e singularidade de Waverly Earp. 2018. Disponível em: <http://lesbout.com.br/pro-mundo-out-a-forca-e-singularidade-de-waverly-earp/>. Acesso em: 7 set. 2018.

RISIE. All 199 Dead Lesbian and Bisexual Characters On TV, And How They Died. 2018. Disponível em: <https://www.autostraddle.com/all-65-dead-lesbian-and-bisexual-characters-on-tv-and-how-they-died-312315/>. Acesso em: 6 set. 2018.

Comunicação e Feminismos



Feminismo na web: Como as feministas têm utilizado da ferramenta blog?

**Andressa Kelly Figueiredo Melo¹
Alinne Alcantara Oliveira²**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender de que forma as feministas têm se utilizado da web, sobretudo da ferramenta *blog*, para difundir suas demandas, questionar valores enraizados socialmente, dialogar com a sociedade e denunciar abusos e negligências midiáticas. Para isso, apresenta algumas relações entre mulher e mídia e discorre sobre a representação feminina nos veículos de comunicação tradicionais. Em seguida, trata das atividades dos feminismos na *web* e apresenta a ferramenta *blog* brevemente, a partir de suas principais características e funcionalidades. Por fim, analisa os conteúdos publicados nos *blogs* Blogueiras Feministas, Escreva Lola Escreva, Não me Kahlo e *Think Olga* durante duas datas importantes para as lutas feministas: o Dia Internacional da Mulher (08 de março) e o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto (28 de setembro).

Palavras-chave: Feminismo; Internet; Blogs; Mídia.

Introdução

No Brasil, as mulheres estudam mais e são mais instruídas academicamente³, contudo os homens ocupam 67% dos cargos de chefia nos setores público e privado⁴. Para a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2012), acostumou-se a pensar num mundo governado por homens, de modo que as mulheres são ensinadas, desde cedo, a serem frágeis, comportadas, almejem um casamento e esconderem seus desejos sexuais. Essas disparidades entre homens e mulheres são, muitas vezes, negadas ou justificadas com desculpas como: “Isso é cultural”. Todavia, a autora lembra, a cultura é construída por

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: andressafigueiredo8@hotmail.com.

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri – UFCA. Atualmente, aluna do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA. E-mail: alinnealcantara00@gmail.com .

³ÉPOCA NEGÓCIOS. **Mulheres são mais instruídas que homens, diz IBGE**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2012/12/mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-diz-ibge.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

⁴O GLOBO. **Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908#ixzz4xPaPEkUg>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pessoas ao longo da história e, portanto, está passível de modificação.

O feminismo é um movimento social multifacetado, mas que, de um modo geral, representa a luta pela liberdade sexual feminina e pelos direitos civis igualitários. Partindo da premissa de que as mulheres são – embora de diferentes formas – oprimidas pelo patriarcado, o movimento propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 1993).

Em seu texto “Feminismo para Leigos”, publicado no *site* da Carta Capital em 2015, a escritora Clara Averbuck afirma que é frequente a deturpação do conceito de feminismo, pois as pessoas sequer sabem o que o termo significa. Por isso, é bastante comum associá-lo à dominação das mulheres sobre os homens ou à extinção do sexo masculino. Mas ela explica: “Feminismo não prega ódio [...] Feminismo não é o contrário de machismo. Machismo é um sistema de dominação. Feminismo é uma luta por direitos iguais” (AVERBUCK, 2015).

Na mídia tradicional, a imagem da mulher é bastante desgastada, tanto pelos apelos sexuais, padrões de beleza e representação de papéis de submissão, quanto pela escassez de espaço para as reivindicações feministas de igualdade e liberdade. (FISCHER, 2001; HAJE, 2003; MESSA, 2006; LANA, CORRÊA E ROSA, 2012). Até mesmo na mídia dita feminina as coisas seguem o mesmo rumo. A mulher protagoniza as revistas femininas, por exemplo, em editoriais bem específicas, como moda, consumo, decoração e cuidados com o corpo (HAJE, 2003). Pautas como a descriminalização do aborto, direitos igualitários, machismo e cultura do estupro são pouco debatidas.

Se a grande mídia ainda não se abriu para as pautas feministas, esses grupos encontram na *internet* um espaço favorável para difundir suas questões e dialogar com a sociedade civil. Assim sendo, os *blogs*, dado seu alcance e características, são as principais ferramentas utilizadas para este fim. Por se tratarem de espaços pessoais e interativos, os autores de *blogs* podem expressar livremente suas opiniões sobre quaisquer assuntos e os leitores podem, de forma similar, comentá-las, compartilhá-las ou refutá-las (RODRIGUES, 2006; FOLETTO, 2009b).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Mulher, mídia e feminismo

Enquanto um movimento multifacetado, o feminismo questiona as relações de poder e luta pela igualdade de gêneros, a partir da libertação feminina. Como todo projeto de extensa atuação histórica, política e social é marcado por contradições, ampliações, pluralismos, recortes, avanços, recuos, medos e alegrias. Segundo Tilly (1994), a história das mulheres está diretamente ligada ao movimento feminista. “Toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias tem uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres” (TILLY, 1994, p. 31).

Para Messa (2006), se hoje as mulheres podem votar, se candidatar a cargos governamentais, trabalhar e comandar cargos de chefia em grandes instituições é porque, no passado, muitas sacrificaram suas vidas em prol da luta pelos direitos civis. Se as mulheres podem ingressar na universidade nas mais diversas áreas é porque antes, muitas outras lutaram pelo direito a uma educação feminina diferente do bordado e prendas domésticas (ALVES E PITANGUY, 1981; SAFFIOTI, 1987). Portanto, Adichie (2012) ressalta a importância de se atribuir ao feminismo e às feministas de gerações anteriores o progresso alcançado.

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?” Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral — mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato (ADICHIE, 2012, p. 49-50).

Apesar das várias conquistas alcançadas pelos movimentos feministas, nem todos esses anos de luta foram suficientes para romper com o modelo patriarcal de privilégio e dominação masculina em muitas sociedades. As mulheres ainda são minoria em cargos de chefia e representação política, ganham salários inferiores aos masculinos mesmo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desempenhando funções idênticas, são responsabilizadas pelo cuidado da casa e criação dos filhos e são vítimas de violências físicas, psicológica, moral e sexual. Além disso, a representação feminina nos grandes veículos de mídia no Brasil deixa a desejar.

Para a jornalista Mônica Mourão⁵, essas disparidades acontecem, sobretudo, pela minoria feminina nas profissões de comunicação, principalmente, nas posições de comando e tomada de decisões. De acordo com uma pesquisa realizada pela UNESCO⁶, as mulheres representam apenas 35% dos profissionais de mídia no mundo. Esse número cai para 27% nos cargos de gerência e 26% nos de presidência. Ainda conforme o estudo, as mulheres constituem menos de um quarto (24%) das pessoas comentadas ou descritas nas notícias impressas, de rádio e televisão.

Segundo Fischer (2001), Messa (2006) e Leal (2016), o modo como os indivíduos constroem suas identidades está diretamente relacionado às características que consideram próprias do feminino e do masculino. Essas concepções podem ser construídas dentro da cultura ou fornecidas pela mídia através de seus “discursos carregados de receitas do que é normal, aceitável e desejável culturalmente para homens e mulheres” (LEAL, 2016, p. 174). Para Santaella (2008), a principal formadora da identidade feminina na contemporaneidade é a imprensa feminina, pois é ela que “vem proporcionando versões da feminilidade, padrões de moda, autoestima, autonomia e autenticidade” (SANTAELLA, 2008, p. 105).

Nesta imprensa, todavia, a imagem da mulher é bastante desgastada, tanto pelos apelos sexuais, regras de beleza e representação de papeis de submissão, quanto pela escassez de espaço para as reivindicações feministas de igualdade e liberdade (FISCHER, 2001; HAJE, 2003; MESSA, 2006; LANA, CORRÊA E ROSA, 2012; LEAL, 2016). Haje (2003) observa que, até mesmo na mídia dita feminina, as coisas seguem o mesmo rumo: a mulher protagoniza revistas em editoriais bem específicas, como moda, beleza,

⁵CARTA CAPITAL. **Por que precisamos de um movimento para mulheres ocuparem a mídia.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/por-que-precisamos-de-um-movimento-para-as-mulheres-ocuparem-a-midia-2899.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

⁶UNESCO: **Tendências Mundiais Sobre Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002447/244708por.pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consumo, decoração e cuidados com o corpo. Pautas como a descriminalização do aborto, direitos igualitários, machismo, assédio e cultura do estupro são raramente debatidas. E, quando tratadas, são apenas numa abordagem superficial ou em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher.

Basta uma simples zapeada de canais de televisão ou um folhear rápido pelas páginas de uma revista para perceber que o conteúdo que a grande mídia geralmente destina ao público feminino pode ser resumido em dicas de moda, cuidados com o corpo e normas comportamentais. Nas revistas adolescentes são frequentes as dicas de como se vestir ou maquiar para conquistar um namorado. Nos filmes e telenovelas, os padrões de conduta estimados às mulheres são constantemente reforçados. E nas propagandas de brinquedos há uma distinção bem clara dos que são adequados para as meninas (bonecas, princesas, joguinhos de panela, estojos de maquiagem) e para os meninos (carros, legos, esportes, jogos de raciocínio de lógico, videogames, super-heróis). Para Haje (2003):

Se as mulheres vêm conquistando amplamente os espaços públicos da cidade em seu sentido físico, concreto, material, principalmente por meio da inserção no mercado de trabalho, o mesmo não se pode dizer da esfera pública [...] As questões consideradas importantes para as mulheres, sob a ótica do movimento feminista, na maioria das vezes, não ganha importância devida nas discussões públicas, especialmente em virtude da deficiente inserção na imprensa – principal responsável hoje pela elaboração da pauta dos assuntos de interesse da sociedade (HAJE, p. 91, 2003).

Em um estudo onde analisou as narrativas sobre a mulher no mundo do trabalho, publicadas nas revistas *Época* e *Você S/A Edição para Mulheres* entre 2010 e 2013, Leal (2016) observou que a mídia tende a naturalizar a emoção como característica feminina, enquanto razão e objetividade como atributos masculinos. Para ela, numa sociedade marcada pelo pensamento evolucionista da superioridade da razão no centro da experiência humana, as mulheres serem tratadas como seres emocionais é uma forma de legitimá-las como frágeis, intelectualmente inferiores e carentes de cuidados.

A representação feminina nos veículos de comunicação tradicionais, sobretudo na televisão, sempre foi alvo da crítica feminista (FISCHER, 2001; MESSA, 2006). Mas as críticas, por si só, não tornam o tema superado. Para Mourão (2015), as mudanças na



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

representatividade feminina só serão possíveis a partir da ampliação do número de mulheres atuando nos veículos de comunicação. Pensando nisso, a ONU Mulheres lançou em 2016 uma iniciativa global intitulada de “Pacto de Mídia: Dê um Passo pela Igualdade de Gênero”⁷, com o objetivo de promover a representação positiva e participação ativa das mulheres nas empresas e coletivos de mídia.

Concomitantemente à luta pela democratização e pluralização das representações midiáticas, a *internet* funciona como um mecanismo necessário para que o movimento feminista dialogue com seu público, expanda suas questões e use da comunicação social como instrumento de transformação social. Segundo Lemos (2009), com a grande adesão da *internet* e a proliferação de *sites* e *blogs* “todos podem (com recursos mínimos) produzir e circular informação sem pedir autorização ou o aval a quem quer que seja” (LEMOS, 2009, p. 9).

Os blogs na rede

É cada vez mais frequente grupos de movimentos feministas criarem *blogs* para difundir seus conteúdos para além das fronteiras geográficas. Alguns exemplos são: o Blogueiras Feministas, Escreva Lola Escreva, Think Olga, Lugar de Mulher, Ativismo de Sofá, Portal Fórum, Feminismo Sem Fronteiras, Cem Homens, Geledés – Instituto da Mulher Negra, entre outros. Por isso, é fundamental para este trabalho compreender o que são *blogs* e qual papel desempenham na *internet*.

A definição usual de *blog* deriva do termo *weblog*, onde “*web*” diz respeito a *World Wide Web* – WWW (Rede de Alcance Mundial) e “*log*” representa a ação de registrar atividades. Segundo Foletto (2009a), os primeiros *blogs* foram criados por pessoas com conhecimento de informática que utilizavam esse espaço para troca de informações de seus interesses.

Foi com a popularização das ferramentas gratuitas – como o *Wordpress*, *Blogger* e *LiveJournal* – que os *blogs* foram ampliados em quantidade e variedade temática. Em

⁷ A iniciativa foi lançada na sede da ONU, em Nova York, durante a 60ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, CSW.



1999, de acordo com Recuero (2003) existiam 23 *weblogs* conhecidos no mundo. Nos anos 2000 já se contabilizavam alguns milhares. Em 2004, “*weblog*” foi eleita a palavra do ano pelo *Merriam-Webster’s Dictionary*⁸ e em 2005, com a estimativa de criação de um *blog* por segundo, esse número saltou para 14,2 milhões.

Apesar de geralmente se dirigirem a uma audiência segmentada, Rodrigues (2006) e Penteadó, Santos e Araújo (2009) concordam que os *blogs* interferem diretamente no espaço público. Se alguns se limitam a divulgar pensamentos íntimos ou amenidades cotidianas há, em contrapartida, aqueles que alargam o conceito de democracia, exercendo vigilância crítica e constante sobre os meios de comunicação de massa e possibilitando que os cidadãos expressem livremente suas opiniões sobre quaisquer assuntos. Opiniões estas que podem ser compartilhadas, comentadas ou refutadas também livremente por outros usuários, abrindo espaço para um debate de interesse coletivo (RODRIGUES, 2006; FOLETTO, 2009b).

De acordo com Foletto (2009b), o principal motivo que alavancou o aparecimento de *blogs* de enfoque social foi o fato de grupos minoritários – movimentos negro, feminista, LGBTQ+, ecológico, dentre outros – não se verem representados nos veículos tradicionais. Essa insatisfação fez com que muitos blogueiros passassem a utilizar seus *websites* como observatórios da imprensa. Desta forma, para Oliveira (2009), a possibilidade de criar e manter um *blog* tem significado para as mulheres a abertura de um espaço de expressão que historicamente lhes foi negado.

Análise: blogs feministas e sua relevância na web

A militância feminista na *internet* é ampla e diversificada. Existem *sites*, *blogs*, fóruns de discussão *on-line*, listas de *e-mail*, páginas ou perfis em redes sociais e, ainda, grupos abertos e fechados no *Facebook* ou *WhatsApp*, onde mulheres das mais diversas localidades compartilham histórias, conhecimentos e vivências. Por serem representantes dessa onda ciberfeminista que vem se instituindo no Brasil, os *blogs* Blogueiras

⁸MERRIAM WEBSTER. **Word of the Year Retrospective**: Editors Choose Their Favorite Words from the Past Decade. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/2014-word-of-the-year-retrospective/2004-blog>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Feministas, Escreva Lola Escreva, Não Me Kahlo e *Think Olga* foram selecionadas para essa análise.

O *Escreva Lola Escreva* iniciou no formato de diário virtual, onde a autora publicava relatos de seu cotidiano intercalados com críticas de cinema. Hoje, o *blog* possui atualização praticamente diária e a maior parte das postagens dedica-se a divulgação de conteúdos de cunho feminista. O *Blogueiras Feministas* nasceu a partir de uma lista de *e-mails* onde mulheres conversavam sobre temas relacionados ao feminismo, o *blog* veio depois, para dar visibilidade e tornar públicos os debates mais relevantes. O *Não Me Kahlo*, inicialmente, era uma página no *Facebook*. Tamanho foi seu alcance, que as organizadoras sentiram necessidade de criar um *blog* para expandir suas ações. Já o *Think Olga* começou no *Tumblr* e hoje se afirma como uma ONG, que idealiza diversas campanhas em prol do empoderamento das mulheres.

A escolha por esses *blogs* se deu a partir dos seguintes critérios: (1) ser declaradamente feminista, tendo essa informação facilmente localizável em sua descrição; (2) ser moderado por mulheres ou tê-las como principais autoras; (3) apresentar conteúdo em língua portuguesa; (4) possuir postagens, no ano de 2017, nas semanas Dia Internacional da Mulher e/ou sobre o Dia Latino Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto.

Essas duas datas, dada a importância que possuem para o movimento de mulheres, foram referenciais para a escolha das postagens que compõe o *corpus* do trabalho. É importante ressaltar ainda que todos os textos publicados neste período foram considerados, independente de fazerem ou não menção à data referencial, pois o objetivo principal foi compreender a atuação dos *blogs* nas duas semanas (e não necessariamente a cobertura dos temas). A partir disso, foram encontrados 34 textos distribuídos nos quatro *blogs*.

Esta análise também considerou o conteúdo de cada artigo. Os marcadores originais (*tags*) das postagens – quando utilizados – foram ponderados para reconhecer o assunto principal de cada *post*. Para uma melhor identificação, os artigos foram separados nas seguintes categorias temáticas:



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

- Aborto e Direitos Reprodutivos: Foram agrupados nesta categoria os artigos que se dedicaram a defesa da descriminalização do aborto e/ou trataram de algum aspecto da sexualidade feminina
- Machismo: Foram agrupados nesta categoria os textos que tiveram o machismo e seus variantes – misoginia, sexismo, androcentrismo – como tema principal.
- Ativismo: Foram agrupados nesta categoria textos que trataram de alguma intervenção prática do movimento feminista, como campanhas, marchas, manifestações ou ações de empoderamento feminino.
- Racismo: Foram agrupados nesta categoria os textos que trataram da discriminação e preconceito com base nas diferenças biológicas entre as etnias humanas, neste caso, com ênfase à população negra.
- Homo, bi ou transfobia: Foram agrupados nesta categoria os textos que tratavam de preconceitos e discriminações vivenciadas por pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e/ou transexuais.
- Educação: Foram agrupados nesta categoria publicações que trataram da educação, em qualquer nível. Essa temática foi considerada levando em conta a histórica luta de mulheres pelo direito à educação feminina.
- Outros: Foram colocados nesta categoria todos os textos que, em razão de seu tema principal, não se enquadraram nos demais grupos.

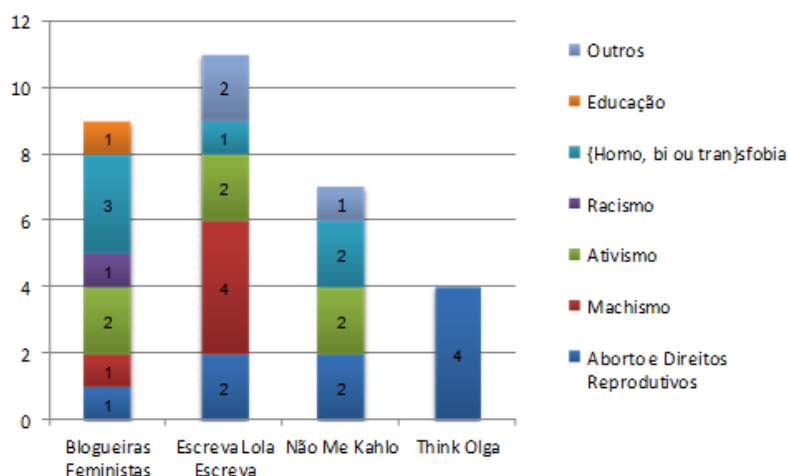
Ao avaliar a quantidade total de postagens, tem-se que: no Blogueiras Feministas o tema “Homo, bi ou transfobia” foi o mais frequente, seguido por “Ativismo”. No *Escreva Lola Escreva*, “Machismo” foi a temática de maior incidência, seguido por “Aborto e Direitos Reprodutivos” e “Ativismo”. No *blog Não Me Kahlo*, “Ativismo”, “Aborto e Direitos Reprodutivos” e “Homo, bi ou transfobia” apresentaram a mesma quantidade de entradas. Enquanto no *Think Olga* houve apenas publicações sobre “Aborto e Direitos Reprodutivos”. O gráfico 1 mostra a distribuição de temas por *blogs*, bem como a quantidade de entradas em cada um deles.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

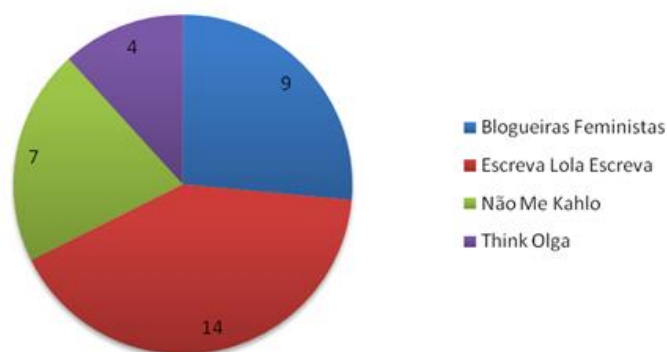
Gráfico 1: Distribuição de temas nos *blogs* Blogueiras Feministas, Escreva Lola Escreva, Não Me Kahlo e *Think Olga*.



Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao considerar a quantidade total de postagens realizadas nas duas semanas, verificou-se que o *blog* Escreva Lola Escreva foi o mais atuante, com um total de 14 textos publicados. O *Think Olga* foi menos ativo neste período, com apenas 04 *posts* divulgados (conforme Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição das postagens por *blogs*.



Fonte: Elaborado pelas autoras.



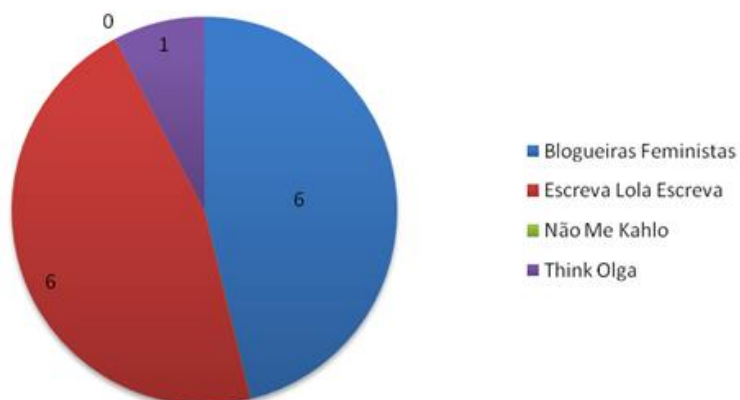
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Com um total de seis postagens cada, os *blogs* Blogueiras Feministas e Escreva Lola Escreva empataram em quantidade de conteúdos divulgados na semana do Dia Internacional da Mulher. O *Think Olga* publicou um (01) texto e o Não Me Kahlo não teve nenhuma atualização neste período (Gráfico 3).

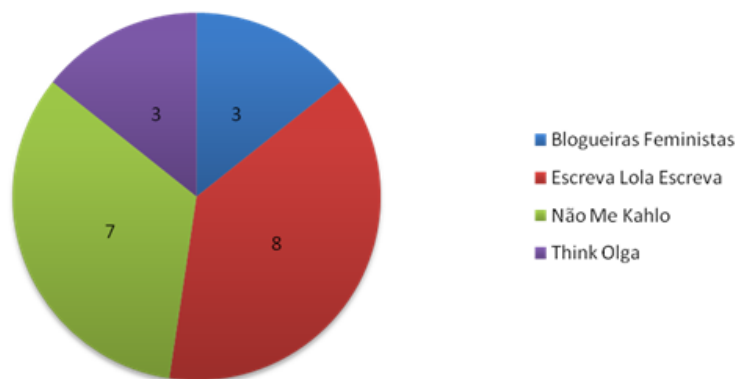
O Escreva Lola Escreva também lidera as postagens da segunda semana com oito (08) textos compartilhados, seguido pelo Não Me Kahlo que teve sete (07). Essa subdivisão pode ser conferida no Gráfico 4.

Gráfico 3: Distribuição das postagens durante a semana do Dia Internacional da Mulher.



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 4: Distribuição das postagens durante a semana do Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto.



Fonte: Elaborado pelas autoras

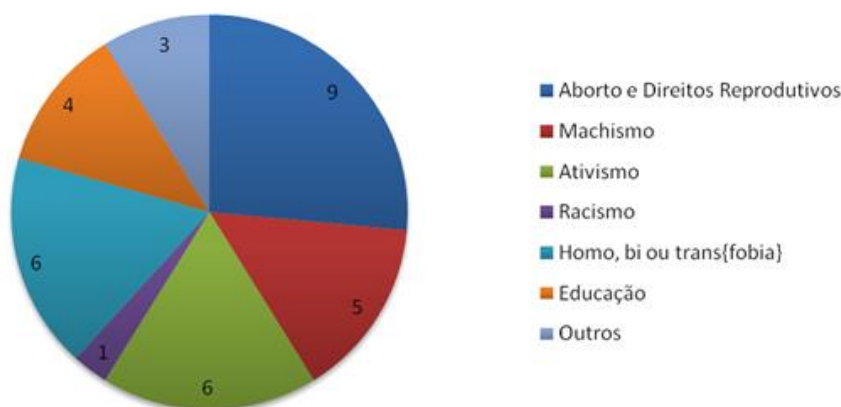


I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O tema das postagens também foi levado em consideração. Com nove inserções, “Aborto e Direitos Reprodutivos” foi a temática mais recorrente, seguida por “Ativismo” e “Homo, bi ou transfobia” que apareceram em seis textos diferentes cada. A distribuição geral de temas pode ser verificada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de temas nas postagens.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Das 34 postagens analisadas, apenas três trataram de assuntos que não estavam direta e explicitamente relacionados ao movimento feminista. Dois desses textos foram compartilhados no *Escreva Lola Escreva* (uma crítica sobre arte e um relato de viagem) e um no *Não Me Kahlo* (um informativo sobre doenças psicológicas e redes sociais). Neste período, o *Think Olga* trabalhou apenas com a temática “aborto e direitos reprodutivos”. Já o *Blogueiras Feministas* se reserva o direito de não publicar matérias que não tenham relação com o feminismo por acreditar que já há muito espaço para textos que não tenham caráter feminista em outros veículos.

Considerações finais

Esse trabalho surgiu do interesse pelo feminismo e pelas formas que o movimento feminista tem encontrado para difundir suas questões na *internet*, sobretudo na plataforma



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

blog. Blogueiras Feministas, Escreva Lola Escreva, Não Me Kahlo e *Think Olga* foram as amostras escolhidas para analisar a atuação desses grupos dentro da blogosfera brasileira.

Nos veículos de mídia tradicionais, a representação feminina ainda tende ao reforço de padrões de beleza, regras comportamentais e reprodução de papéis de submissão ou erotização. Além disso, assuntos considerados importantes, sob a ótica do movimento feminista, são deixados de lado ou tratados como algo de menor importância. Isso acontece porque, apesar de os meios de comunicação social serem concessões públicas, os principais veículos de mídia estão centralizados nas mãos de grupos empresariais despreocupados com questões políticas e sociais, o que restringe a pluralidade de discursos disseminados.

Nesse sentido, a *internet*, dado seu alcance e características interativas, tem se mostrado como uma alternativa inteligente para que o movimento feminista, bem como outros movimentos sociais, dialogue com seu público, desconstrua valores enraizados socialmente, denuncie abusos e combata injustiças.

Na análise realizada neste trabalho, por exemplo, evidenciou-se que as páginas administradas por feministas – os *blogs* Blogueiras Feministas, Escreva Lola Escreva, Não Me Kahlo e *Think Olga* – se aproveitam de datas como o Dia Internacional da Mulher (oito de março) e o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto (28 de setembro) para publicar conteúdos que enfatizem as lutas e conquistas do movimento feminista. Tanto é, que do universo de 34 postagens analisadas, seis tiveram o ativismo, compreendido como manifestações e ações práticas do movimento, como tema principal.

O aborto, ainda tabu nos meios tradicionais, é tratado abertamente e com muita frequência nessas páginas, de modo que “aborto e direitos reprodutivos” foi o tema mais abordado por elas, com inserção em todos os *weblogs* estudados. Foram compartilhados artigos de opinião, dados estatísticos, relatos pessoais de mulheres que realizaram o procedimento, projetos de lei, entrevistas com médicas, advogadas e ativistas favoráveis à descriminalização, dentre outros recursos.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Os quatro *blogs* possuem – em maior ou menor grau – uma orientação interseccional. O racismo, compreendido como discriminação com base nas diferenças biológicas entre as etnias humanas, foi assunto de um dos textos analisados e a categoria temática “homo, bi ou transfobia” foi a segunda mais trabalhada. Ademais, durante a semana do Dia Internacional da Mulher, o Blogueiras Feministas reservou espaço para vivências femininas diversificadas: um dia se falou sobre mulheres negras, em outro sobre mulheres transexuais e depois sobre mulheres lésbicas.

Todos eles estão presentes em outras redes sociais. Mas, de um modo geral, as utilizam como difusoras dos conteúdos dos *blogs*, geralmente através do compartilhamento de *links* que redirecionam para o artigo postado no *weblog*.

Apesar da popularização das redes sociais – *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, dentre outras – a escolha por analisar *blogs* se deu a partir da compreensão de que essa plataforma privilegia o texto, sobretudo os de teor político e social. Enquanto nas redes sociais, especialmente no *Facebook*, os artigos e reflexões críticas ganham o apelido pejorativo de “textão” e são, muitas vezes, ignorados nos *feeds* de notícias, nos *blogs* esse formato é valorizado. Ademais, nos *weblogs* as informações ficam acessíveis por mais tempo, pois eles funcionam como arquivos, onde basta acessar a caixa de busca para que publicações feitas há dias, meses ou anos sejam facilmente localizadas e acessadas. Dessa forma, muitas mulheres, de diferentes idades, classes e realidades, tiveram seu primeiro contato com o feminismo através dessa ferramenta.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AVERBUCK, Clara. **Feminismo para leigos**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/feminismo-para-leigos-3523.html>>. Acesso em: 15 de jul. 2018.



FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e Educação da Mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, v.9, nº 2, pp. 586-599, 2001.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. **O blog jornalístico: Definição e características na blogosfera brasileira**. 2009a. 167 p. Dissertação (Mestrado). UFSC, Florianópolis, 2009a.

_____. **Blogosfera x campo jornalístico: aproximação e consequências**. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs). **Blogs.com Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009b.

HAJE, Lara. Esferas públicas feministas na Internet. **Revista LOGOS – Sexo, gênero e mídia**. Rio de Janeiro, nº 19, pp. 88- 105, 2003.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; CORRÊA, Laura Guimarães; ROSA, Maitê Gurgel. A cartilha da mulher adequada: ser piriguete e ser feminina no Esquadrão da Moda. In: **Revista Contracampo**, v. 24, n. 1, ed. julho, ano 2012. Niterói: Contracampo, 2012. Pags: 120-139.

LEAL, Tatiane. “Elas são muito emotivas”: representações de gênero, emoções e trabalho no discurso jornalístico. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. V. 18, n. 2, pp. 170-179, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2016.

LEMONS, André. Prefácio (p.7-21). In: AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra; RECUERO, Raquel (Orgs.). **Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

MESSA, Márcia Rejane Postiglioni. **As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

MOURÃO, Mônica. **Por que precisamos de um movimento para mulheres ocuparem a mídia**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/por-que-precisamos-de-um-movimento-para-as-mulheres-ocuparem-a-midia-2899.html>>.

Acesso em: 19 de jul. 2018

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. O ciberespaço e a escrita de si na contemporaneidade: repete o velho, o novo blog? In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portella (Orgs). **Blogs.com Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

PENTEADO, Cláudio; SANTOS, Marcelo; ARAÚJO, Rafael. O movimento “Cansei” na blogosfera: o debate nos blogs de política. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel;



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

MONTARDO, Sandra Portella (Orgs). **Blogs.com Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Weblogs, webrings e comunidades virtuais**. UFBA, v. 1, n. 31, 2003.

RODRIGUES, Catarina. **Blogs e a fragmentação do espaço público**. Labcom, 2006. Disponível em: <<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/56/>>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTAELLA, Lucia. Mulheres em tempo de modernidade líquida. **Revista Comunicação & Cultura**. Lisboa, n.º 6, 2008, pp. 105-113, 2008.

TELES, Maria Amélia Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. Cadernos Pagu. Campinas, vol 3. pp 29-62, 1994.



Discussões sobre o conceito de gênero para as consultorias de comunicação feministas do Brasil

**Carolina Minuzzi Murari da Silva¹
Juliana Petermann²**

Resumo: O presente estudo tem como tema central a discussão do conceito de gênero para as consultorias de comunicação feministas do Brasil. Dessa forma, o objetivo do artigo foi identificar como essas consultorias utilizam o termo gênero para se posicionarem enquanto empresas. Para isso, utilizou-se os conceitos de Joan Scott (1985) e Judith Butler (1990) sobre gênero para realizar a análise. Então, foi feita uma pesquisa exploratória nos *sites* das seguintes consultorias: Plano Feminino, Think Eva e 65/10, e ainda, para a consultoria Idánimo analisou-se o *facebook*. Foi possível perceber, de modo geral, que a Plano Feminino e a Think Eva se aproximam do conceito de Scott (1986) e a 65/10 e a Idánimo se aproximam do conceito de Butler (1990).

Palavras-chave: comunicação publicitária; gênero; feminismo; consultorias de comunicação.

Introdução

Se observarmos a história da representação das mulheres na mídia, em especial na propaganda, é visível a dissonância da realidade social e as imagens fictícias estampadas nos anúncios. Marcada pelo caráter mercadológico, a publicidade sempre esteve preocupada em escoar os bens de produção, mas esse fato não justifica a estereotipação rasa de pessoas, a reprodução de preconceitos e a propagação de desigualdades sociais.

O movimento social feminista e os estudos sobre nós mulheres nas universidades, fizeram com que os debates sobre gênero, diversidade, sexualidades, entre outros aspectos, fossem levados para além dos movimentos, chegando nas instâncias de poder.

Com o fortalecimento da sociedade democrática, aos poucos foram surgindo tensionamentos em relação aos diversos campos da sociedade, inclusive ao campo publicitário. Com a emergência das tecnologias digitais, mais precisamente com as redes

¹ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria. Participante do grupo de pesquisa Nós – pesquisa criativa. E-mail: carolinammurari@gmail.com.

² Orientadora, doutora em comunicação, professora do programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do grupo de pesquisa Nós – pesquisa criativa. E-mail: petermann@ufsm.br.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sociais, houveram mudanças na organização e nos processos de interação social, a partir dos anos 2000. As relações entre as marcas e seus públicos também modificaram exigindo novas formas de tratamento entre ambas as partes.

Com isso, observamos o surgimento de consultorias de comunicação especializadas em pautas sociais, como o feminismo, o movimento LGBT, a identidade negra, entre outros. No Brasil já é possível notar que algumas consultorias de comunicação, que trabalham com um posicionamento feminista, estão atendendo marcas e empresas de âmbito nacional, modificando as representações de nós mulheres em produtos midiáticos. Também, com projetos segmentados, estão incentivando nós mulheres a ocuparem diferentes espaços fora do ambiente privado.

Em um estudo³ anterior realizado pelas autoras, foram encontradas quatro consultorias no Brasil, são elas: Plano Feminino⁴, Thik Eva⁵, 65/10⁶ e Idónimo⁷. Diante disso, o presente estudo tem como **tema** central a discussão do conceito de gênero para as consultorias de comunicação feministas do Brasil. Dessa forma, o **objetivo** do artigo é identificar como essas consultorias de comunicação feministas utilizam o conceito de gênero para se posicionarem enquanto empresas. Outros termos como “feminino”, “sexualidade” e “mulheres” também se tornaram pertinentes no contexto de análise. Assim, o artigo parte da discussão de gênero sob as perspectivas pós-estruturalistas de Joan Scott (1990) e Judith Butler (2003).

Em nível **metodológico** foi realizada uma pesquisa exploratória nos *sites* de cada consultoria, tratando-se de uma abordagem inicial. No estudo que realizamos anteriormente, o *site* já havia sido identificado como a plataforma digital centralizadora de conteúdo dessas empresas. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Com isso, o artigo procurou entender como essas

³ “AS CONSULTORIAS DE COMUNICAÇÃO FEMINISTAS NO BRASIL” - Trabalho apresentado no **IX Pró-Pesq PP – Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda**. De 23 a 25/05/2018. CRP/ECA/USP.

⁴ www.planofeminino.com.br

⁵ www.thikeva.com.br

⁶ www.meiacincodez.com.br

⁷ www.facebook.com/idanimiconsultoria



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consultorias de comunicação feministas estão utilizando o termo “gênero”? Quais os aspectos que diferenciam e aproximam essas consultorias, em relação ao entendimento do conceito de gênero? Como o entendimento do conceito de gênero, impacta no posicionamento enquanto empresas que trabalham exatamente com o feminismo?

A partir de agora será apresentado um breve histórico sobre os principais estudos de gênero que repercutiram no ocidente. O segundo tópico foi destinado para descrever os conceitos de gênero para as autoras feministas Joan Scott e Judith Butler, suas aproximações e afastamentos. O terceiro tópico comenta sobre o mercado publicitário brasileiro e alguns apontamentos que fizeram com que emergissem as consultorias de comunicação feministas. Logo após segue os comentários das análises realizadas.

Um breve histórico sobre os estudos de gênero

Este tópico foi escrito com base em Piscitelli (2002), Piscitelli (2009) e em Scott (1990), que construiu seu conceito de gênero a partir de uma visão histórica e crítica a partir de três enfoques teóricos: o patriarcado, o marxismo e a psicanálise. Aqui, o objetivo é mostrar os principais acontecimentos que marcaram os estudos sobre as mulheres e os conceitos de gênero na história ocidental.

De modo geral, o termo gênero remete a conceitos elaborados por pensadoras feministas que desejam mostrar que há um caráter social que difere as mulheres dos homens, ou ainda, a ideia entre feminilidade e masculinidade. Já o termo sexo seria o termo que remete as distições biológicas, aquelas inatas das pessoas.

Foi possível perceber que manifestações sociais ocorridas ao longo da história das sociedades ocidentais tiveram impactos na formulação do conceito de gênero. Portanto, foi a partir dos movimentos feministas que surgiram as contribuições teóricas que mostram que as diferenças entre o feminino e o masculino estão na esfera social e não na esfera biológica (PISCITELLI, 2009).

A primeira onda do feminismo, iniciada do final do século XIX e mantida no início do século XX, foi impulsionada pela ideia de “direitos iguais à cidadania”. Assim, as mulheres feministas, brancas e de classe média alta, reivindicavam o direito ao voto, o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

acesso à educação e o direito de ter posses e bens. Privilégios esses, restritos aos homens brancos de classe média alta. Até a década de 1930, essa mobilização atingiu quase todo o continente europeu e a América do Norte (PISCITELLI, 2009).

Em 1949 a filósofa feminista Simone de Beauvoir publicou o livro “O segundo sexo”, que considerava importante enfrentar aspectos sociais, para além das conquistas da cidadania. A autora argumentava que muitos atributos eram aprendidos culturalmente colocavam as mulheres em um lugar inferior ao dos homens, como por exemplo, a educação que preparava as meninas para agradar os homens, para o casamento e para a maternidade. Com isso, existe no livro um famoso trecho “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A obra de Beauvoir serviu de inspiração para a segunda onda do feminismo, a partir da década de 1960. Diferentes vertentes começaram a surgir, mas já foi possível notar uma concepção central dos movimentos feministas: as mulheres estavam ocupando lugares subordinados em relação aos dos homens. Assim, a partir do pensamento de que a categoria mulher é construída socialmente, esse “lugar” poderia ser modificado. Com isso, as feministas da segunda onda estavam preocupadas em mudar o espaço social ocupado elas. Tornou-se pertinente criar estratégias para acabar com a subordinação, procurar ferramentas teóricas para explicar as causas originárias da subordinação e estudar uma série de conceitos fundamentais, como: *mulher*, *opressão* e *patriarcado*. Diante disso, a opressão patriarcal estabeleceu uma conexão entre todas as mulheres, considerando que elas eram oprimidas justamente por serem mulheres. Ainda, as feministas trabalharam com uma ideia global e unitária de poder, o patriarcado, pensando na perspectiva que cada relacionamento entre um homem e uma mulher, deveria ser visto como uma relação política, pois é essencialmente no político que envolve a definição de uma relação de poder (PISCITELLI, 2009).

A historiadora feminista Joan Scott, quando publicou seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, em 1986, nos Estados Unidos, fez uma análise do



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

enfoque teórico do patriarcado, relatando que essa concepção estava centrada na dominação masculina e acabou analisando apenas aspectos internos das relações, esquecendo dos efeitos das estruturas na construção da identidade do sujeito. (SCOTT, 1990).

O termo gênero aparece ainda na segunda onda do feminismo por pesquisadoras que estavam buscando alternativas em relação a categoria do termo mulher, já que este estava vinculado a enfoques considerados problemáticos. O conceito de gênero aparece com força com a publicação da antropóloga Gayle Rubin, em 1975, no ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. No texto a autora comenta que o gênero está ligado a sexualidade, em um nível de dimensão política (PISCITELLI, 2009).

O ensaio de Rubin despertou importantes questões para o movimento feminista. A ideia de criar uma identidade entre as mulheres fez com que elas não enxergassem as suas próprias diferenças. Até o ensaio de Rubin, apenas só um tipo de mulher estava aparecendo nos estudos sobre mulheres e gênero, aquela com as seguintes características: branca, héterosexual e de classe média, ou classe alta.

Com isso, na década de 1980 a ideia de *identidade* foi contestada por feministas negras dos Estados Unidos e por feministas do Terceiro Mundo, pois afirmavam que suas posições política e sociais eram diferentes das demais, e essas condições afetavam suas reivindicações (PISCITELLI, 2009).

Foi em 1986 que a historiadora Joan Scott⁸ publicou nos Estados Unidos seu texto e trouxe uma nova perspectiva para o conceito de gênero. Ainda, alguns anos mais tarde, em 1990, a filósofa Judith Butler, também nos Estados Unidos, trouxe mais reflexões sobre as possibilidades para o conceito e a performance de gênero. Ambas as autoras fortemente influenciadas pelo filósofo francês Michel Foucault e suas opiniões em relação ao saber-poder e sobre a sexualidade.

Piscitelli (2002) afirma que o desenvolvimento do termo gênero foi elaborado em um momento específico na história das teorias sociais, em relação a *diferença sexual*, mas o que é importante perceber, que o conceito foi desenvolvido no seio do pensamento

⁸ “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

feminista e com isso, trouxe inovação em diversos sentidos.

A partir de agora, o próximo tópico foi reservado para expôr as principais ideias das autoras Joan Scott e Judith Butler e suas contribuições em relação ao conceito e as percepções em relação ao gênero.

Gênero para Joan Scott e Judith Butler

No tópico anterior foi possível entender, de forma geral, como se deu a construção da história dos estudos de nós mulheres até os anos de 1980. Até então, o termo mulher e gênero podem ser considerados equívocos. Mas, Piscitelli (2002, p. 8) esclarece que “a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas categorias centrais nos estudos das mulheres”. Mesmo que Rubin (1975) tenha sido a primeira pesquisadora a utilizar o termo gênero em seu texto, ainda o real significado da palavra estava ligada ao que o termo mulher representava para os estudos anteriores.

A troca da palavra mulher por gênero, estava relacionada na percepção das necessidades de associar as preocupações políticas e a melhor compreensão de como o gênero opera nos diferentes níveis da sociedade. O que levou as pesquisadoras pensarem de maneira mais complexa as relações de poder (PISCITELLI, 2002).

Joan Scott e Judith Butler são autoras que contribuíram significativamente para a teorização do conceito de gênero, levando em consideração a noção de poder imbricado nas relações sociais.

Quando Joan Scott publicou o seu texto, a autora utilizou o método de desconstrução do francês Jacques Derrida, e buscou desconstruir a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher (PISCITELLI, 2002). Ainda, Scott, muito influenciada pelo também francês Michel Foucault, mostrou que o gênero é como um saber sobre as diferenças sexuais. Mas, Foucault (1988) já afirmava que a relação entre saber e poder é inseparável. Assim, Scott (1986, p. 14) comenta que “o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Ainda, Scott (1986) afirma que existem diferenças entre os corpos sexuados, e o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

gênero é a percepção sobre essas diferenças. Para a autora, o gênero deve ser concentrado na forma como se constroem significados culturais para essas diferenças, que fornecem diferentes sentidos e posicionam homens e mulheres dentro de relações hierárquicas. Ou seja, como mulheres e homens estão sendo definidos para uma determinada sociedade, num período de tempo, um em relação ao outro, salientando que um desses dois terá mais poder do que o outro nessa relação. Para Scott (1990) gênero é uma norma regulamentadora, e quem regula são as instituições consagradas da sociedade. Ainda, a autora afirma que há quatro elementos que operam na constituição do gênero, são eles: os símbolos culturais, o normativo, o político e a identidade subjetiva.

A filósofa Judith Butler publicou em 1990 o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, também nos Estados Unidos. Fortemente influenciada por Michel Foucault, a autora discute a distinção sexo/gênero em nível epistemológico, e inclui a noção de poder em sua obra. A autora e a obra são popularmente conhecidas por dar início aos estudos sobre a Teria *Queer*. No livro, Butler realiza uma genealogia para mostrar que a dualidade sexual foi construída, então o gênero deveria se reinventar, pois o sexo, segundo a autora, também é culturalmente construído. Para Butler (1990, p. 6-7), “o gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural, através do qual a natureza sexuada, ou o ser ‘natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos”.

Assim, Piscitelli (2002, p. 216) explica que o termo gênero é considerado por Butler:

“uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados, dentro de marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo, produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. [...] Mas esses atos e gestos seriam performáticos, no sentido em que a essência ou a identidade que supostamente expressão são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. [...] gênero poderia ser considerado um ‘ato’ intencional e, ao mesmo tempo, ‘performático’, no sentido de construção dramática e contingente de significado”.

Diante das contribuições de Scott e Butler para os estudos sobre nós mulheres nas teorias sociais, foi possível perceber que as autoras possuem semelhanças e afastamentos. O conceito de gênero escrito pela historiadora Scott (1986) está associada à organização



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

social e a noção de poder, e ainda permeia a distinção binária entre masculino e feminino. Já, a filósofa Butler (1990), também trabalha com a noção de poder, mas centraliza seu conceito no corpo e no seu caráter historicamente construído, e como tudo é construído, então pode ser mudado.

Apontamentos sobre o mercado publicitário brasileiro

Esse tópico foi escrito com base em Wottrich (2017), e Petermann e Schuch (2017), autoras e autor que estudam o mercado publicitário e as tendências para novas práticas dentro do campo. Aqui, será possível entender o porquê do surgimento das consultorias de comunicação feministas no Brasil.

Segundo Wottrich (2017) o campo publicitário foi historicamente construído a partir do lugar de fala do homem branco hétero-normativo. Esse perfil dos profissionais que sempre ocuparam os espaços de poder na publicidade, foram responsáveis por estabelecer as dinâmicas para a atuação no campo e conseqüentemente para a preservação da lógica ali presente.

Petermann e Schuch (2017, p.15) consideram, em relação ao mercado publicitário brasileiro, com base em suas pesquisas, que “Simplificando ao máximo o raciocínio, ao que parece, transformações no campo e nas práticas ocorrem quando a quantidade de mecanismos de revisão é superior à quantidade e a força dos mecanismos de manutenção do campo ao qual se analisa”.

Assim, entende-se como *mecanismos de manutenção* aquelas práticas que já estão institucionalizadas no campo em questão, que são regidas pelo hábito, que foram aprendidas e que não são questionadas (BERGER, LUCKMANN, 1985). Em contrapartida, os *mecanismos de revisão* são tensionamentos que estão ocorrendo em relação a atitudes e ações dentro do campo. Assim, Berger e Luckmann (1985, p.80) afirmavam que "novos mecanismos de controle só são exigidos se os processos de institucionalização não forem completamente bem sucedidos".

Diante disso, é possível perceber que mecanismos de revisão começaram a acontecer dentro do campo publicitário, principalmente entre aquelas e aqueles que, de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

alguma forma, ao longo dos anos, estavam inseridos em grupos negligenciados. Segundo pesquisa realizada em 2015, pelo Instituto Patrícia Galvão, 65% das mulheres brasileiras não se identificam com a forma que são representadas pela publicidade. Ainda, em 2017, pesquisa realizada pelo Grupo de Planejamento (GR) com profissionais que trabalham em agências de publicidade no Brasil, sobre assédio moral e sexual, o resultado é assustador. Então, das pessoas que participaram da coleta de dados, 86% das mulheres responderam que já sofreram assédio moral, e 76% dos homens também. Em relação ao assédio sexual, 51% das mulheres responderam que já sofreram assédio sexual, e 9% dos homens também.

Diante desses dados, é possível entender que muitas publicitárias não se sentem à vontade para trabalhar em agências tradicionais de propaganda, pois a probabilidade de sofrer algum tipo de assédio é grande. O resultado disso, é uma má representação das próprias mulheres nos produtos finais, pois as representações do público feminino nos anúncios são, geralmente, construídas por homens. Petermann (2016, p.1152) explica que

Os exemplos nos fazem pensar que a criação publicitária não está acertando o tom na conversa com as mulheres, e aqui estamos falando especificamente das questões de gênero. Isto se dá, para além da cultura machista no discurso publicitário e na sociedade, muito possivelmente porque estamos tratando de um subcampo que se configura como um lugar de predominância masculina na própria prática.

Dessa forma, surgem empresas especializadas em consultorias para o campo publicitário sobre o público feminino e sobre o movimento feminista. São profissionais da área da comunicação que desejam transformar os modos como o mercado fala com e sobre as mulheres, para todas aquelas pessoas que se sentem mulher. Para isso, essas empresas oferecem consultorias, e também desenvolvem projetos especiais. Atualmente, no Brasil, existem quatro consultorias que se intitulam feministas: a Plano Feminino (surgiu em 2010), a Think Eva (surgiu em 2015), a 65/10 (surgiu em 2015) e a Idánimo (surgiu em 2017).

A partir de agora será feita uma análise sobre as consultorias citadas e a relação com os conceitos de gêneros.



Análises das consultorias feministas e os conceitos de gênero

A análise sobre o uso do termo gênero pelas consultorias de comunicação feministas foi feita junto com um breve apresentação das mesmas. Iniciamos com a consultoria Plano Feminino:

A Plano Feminino foi a primeira consultoria de comunicação que começou a atuar no Brasil. Idealizada pela jornalista Viviane Duarte em 2010, a consultoria trabalha em três segmentos: conteúdo de mídia, consultoria e educação. Em relação aos conteúdos, o *site* da empresa funciona como uma plataforma de mídia informativa, em que há reportagens criadas por mulheres e destinadas para mulheres. Segundo o *site* da Plano Feminino⁹, a ideia é de fortalecer a figura feminina, para além dos estereótipos, oferecendo visibilidade às mulheres reais, ressignificando padrões já estabelecidos. Em relação ao trabalho de consultoria de comunicação para empresas e agências de publicidade, a Plano Feminino atua em parceria com empresas que desejam melhorar e diversificar a representação das mulheres na propaganda. Assim, a consultoria trabalha com o conceito de gênero para promover a equidade entre os gêneros através da mídia e de políticas educacionais para as organizações, conforme o texto do *site* relata. E, por fim, em relação a educação, a Plano Feminino promove cursos e *workshops* para as empresas que desejam o trabalho de consultoria, e ao mesmo tempo precisam entender sobre as expectativas das mulheres de hoje em dia. Ainda, a educação é destinada para aquelas mulheres que possuem algum tipo de plano/projeto, mas não conseguem executar.

Pensando no conceito de Scott (1986), podemos perceber que a Plano Feminino atua na formação da mulher, ou seja, na formação dessa *persona* dentro da sociedade brasileira, nos dias de hoje, em relação ao sexo masculino, que exerce mais poder. É possível entender esse contexto, principalmente, na frase “promover equidade entre os gênero”, que seria por meio dos serviços oferecidos pela empresa. É considerado que a empresa ainda trabalha com a noção binária feminino e masculino, e que o conceito de gênero é uma maneira da sociedade impor atributos para cada corpo sexuado.

Think Eva é uma consultoria sobre o feminino, que nasceu da ONG feminista

⁹ <http://planofeminino.com.br/o-plano/>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Think Olga. A Eva surgiu em 2015 pelas amigas Juliana de Faria (jornalista), Maíra Liguori (jornalista) e Nana Lima (publicitária). A consultoria se intitula feminista, e deseja apresentar esse movimento político social para as empresas que desejam conversar de forma mais honesta com as mulheres. Assim, de forma oposta ao modismo, a consultoria trabalha com o objetivo de traçar estratégias feministas alinhadas com a política organizacional de cada empresa, educando os *stakeholders* para essa nova realidade. Com isso, a consultoria trabalha com dois segmentos: estratégia e educação. Foi possível entender que a Think Eva pensa o feminino como sendo feminista, já que intitula como uma consultoria sobre o feminino e ao mesmo tempo tem o objetivo de levar o movimento feminista para dentro das empresas clientes. Ainda, foi possível perceber que a consultoria segue a linha feminista interseccional, já que menciona em seu *site* a ideia do seu direcionamento sobre a realidade das mulheres, pela perspectiva de gênero e da interseccionalidade. O feminismo interseccional percebe e relaciona as diferentes opressões sofridas pelas mulheres, tanto pela desigualdade de gênero quanto pela classe e raça, assim, Crenshaw (1989) “A visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Podemos perceber que a Think Eva se aproxima do conceito de gênero de Scott (1986), principalmente porque deixa explícito em seu *site* a noção de poder nas relações entre os gêneros, dentro do feminismo interseccional. Ainda, a consultoria aposta na *persona* do feminino feminista, ou seja, na mulher feminista na sociedade brasileira.

A consultoria 65/10 foi criada pelas publicitárias Thaís Fabris e Maria Guimarães, e leva esse nome porquê 65% das mulheres brasileiras não se sentem representadas pela publicidade brasileira e, ainda, apenas 10% dos cargos de criação em agências são ocupados por mulheres¹⁰. A 65/10, criada em 2015, foi responsável por criar a *Cerveja Feminista - Red Ale*, no mesmo ano, para se lançar no mercado. Assim, o objetivo do

¹⁰ Dados retirados da pesquisa de 2015 do Instituto Patrício Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciogalvao.org.br/mulheres-de-olho/mulher-e-midia/machismo-e-a-regra-da-casa-publicitarias-denunciam-abusos-no-trabalho/>. Acessado em 03 de outubro de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

produto era de colocar o assunto sobre a imagem das mulheres em propagandas, na mesa. A ideia da cerveja foi para fazer uma alusão aos comerciais de cerveja, já que a grande maioria representa as mulheres de forma extremamente estereotipada. Também, a consultoria possui o projeto mulheres (in)visíveis, um banco e imagens de mulheres reais para serem utilizadas em propagandas. Podemos encontrar as mais variadas formas de mulheres: heteros, brancas, negras, gordas, trans, bi, lésbicas, tatuadas, velhas, carecas, etc. Outro projeto é o da #PretasNaPublicidade, que incentiva mulheres negras a estudarem publicidade e trabalharem na área de criação, pois já carência dessas profissionais. Aqui, nessa consultoria, podemos perceber a tendência de valorizar e focar no corpo e na performance de ser mulher e como isso impacta no mercado e nas representações midiáticas. Pensamos que o conceito de Butler (1990) pode contribuir, pois, a consultoria deseja mudar o mercado da propaganda inserido mais mulheres reais, com seus diferentes corpos e suas diferentes performances, mudando a história do campo publicitário, que foi construído em cima de uma narrativa, apenas, a do homem branco cisheteronormativo.

Por fim, a consultoria Idánimo, criada em 2017 por Gabriela Moura, que é Relações Públicas, coordenadora de conteúdo da agência de propaganda F/Nazca Saatchi Saatchi, é co-fundadora da organização *Não Me Kahlo pelos direitos das mulheres*, e ainda, coautora do livro *#MeuAmigoSecreto*; por Helaine Martins, que é jornalista especialista em conteúdo com impacto social, principalmente sobre gênero, raça, educação e cidadania e é criadora do projeto *Entreviste um Negro*; e por Joana Mendes, publicitária, redatora, especializada em feminismo e racismo na publicidade, já participou de eventos, como Festival Share, Campus Party, ESPM, Mackenzie e Publicis, como palestrante sobre esses assuntos. A consultoria não possui *site*, mas tem presença nas redes sociais *facebook*, *instagram* e *linkedin*. A Idánimo é intitulada como consultoria feminista, negra e LGBT. É possível pensar no conceito de Butler (1990), pois a consultoria traz o foco do seu trabalho na disseminação da informação sobre a diversidade das pessoas. Assim, a ideia de que as mulheres podem performar de várias maneiras, inclusive na parte sexual, aproxima a empresa da filósofa.



Considerações finais

O trabalho de pensar e de desconstruir o conceito de gênero nas teorias sociais não foi uma tarefa fácil para as pesquisadoras. O termo mulher, já carregado de significações, deu lugar para o termo gênero, que trouxe um novo olhar para analisar as relações íntimas entre as pessoas no decorrer da vida social.

Na mídia, mais precisamente na publicidade, a representação das mulheres foi questionada, principalmente com o surgimento das redes sociais, onde diferentes mulheres, de diferentes lugares conseguiram se reunir e manifestar seus desagrados.

Para acompanhar as mudanças coisas, muitas marcas estão recorrendo para as consultorias sociais se reposicionarem. As consultorias de comunicação feministas surgiram no Brasil entre os anos de 2010 e 2015, e durante esse tempo elas estão comprometidas em ajustar o discurso das marcas frente o público feminino.

Essas empresas se apropriam do conceito de gênero para falar sobre os assuntos relacionados sobre as relações de poder que envolvem as mulheres e os homens e, também, para falar sobre o que significar exercer na prática ser mulher na sociedade.

Foi possível perceber que tanto a Plano Feminino como a Think Eva se aproximam mais do conceito de Joan Scott (1986), pois o gênero pode ser considerado corpos sexuados uma maneira da sociedade atribuir características para cada corpo sexuado, sendo eles o feminino e o masculino.

Já, a 65/10 e a Idánimo, podemos perceber uma tendência para o conceito de Judith Butler (1990), pois são consultorias que estão mais voltadas para as diferentes formas de como as mulheres podem performar seu gênero.

Lembrando que essa análise foi feita de forma limiada, apenas nos *sites* de três consultorias e no facebook da Idánimo, e os resultados são considerados iniciais, parte de uma etapa exploratória. Diante disso, com o presente artigo foi possível estudar sobre a história do conceito de gênero, sobre a influência das autoras Scott e Butler e ainda, conhecer um pouco mais sobre as consultorias de comunicação feministas que atuam no Brasil.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Paris: Difusão europeia do livro, 1940.

BUTLER, Judith. (2003). **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Crenshaw, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **University of Chicago Legal Fórum**, 1989, pp. 139-167.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

PETERMANN, Juliana. Na crista da onda. In: TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde; SOUZA, Livia (orgs). **Façamos uma publicidade viva: VI Pró-Pesq PP - Encontro Nacional de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda**. São Paulo: INMOD /ABP2 / PPGCOM-ECA-USP, 2016. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/propesq/downloads/ebook_VI_Propesq_pp.pdf. Acessado em 29 de abril de 2018.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000114&pid=S0102-6992201400020000700016&lng=pt. Acessado em 30 de setembro de 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história do conceito**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. (1990). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v 16, n.2: p 5-22.

SCHUCH, Lucas; PETERMANN, Juliana. Identificando práticas institucionalizadas na fala dos profissionais de agências de propaganda. In COVALESKI, Rogério (Org.). VIII PROPESQ-PP. Encontro Nacional de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda – (8: 2017 : Recife, PE). Disponível em: <file:///C:/Users/Win10/Desktop/propesq2017.pdf> . Acessado em 29 de setembro de 2018.

WOTTRICH, Laura. **Não podemos deixar passar: práticas de contestação da publicidade no início do século XXI**. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/159339>. Acessado em 25 de junho de 2018.



Memórias de mulheres influentes nas discussões de gênero na região do Cariri cearense

**Alinne Alcantara Oliveira¹
Andressa Kelly Figueiredo Melo²
Luís Celestino da França Júnior³**

Resumo: Levando em consideração todo o contexto de luta pelos direitos das mulheres que está em pauta atualmente, foi pensado em realizar este trabalho para enaltecer o papel social e a contribuição de mulheres do Cariri para a sociedade e o ativismo. Dessa forma, o artigo tem o objetivo de realizar entrevistas buscando compreender a memória de uma das mulheres que têm influência nas discussões de gênero em sua área de atuação (rádio) na região do Cariri cearense. Foi escolhido trabalhar a entrevista não-diretiva, com o intuito de deixar que as memórias possam fluir e que a entrevistada fale o que lembrar e desejar. Para embasar teoricamente, foi discutido inicialmente as relações entre memória coletiva (social) e memória individual e foi apresentada uma reflexão sobre gênero, mulher e feminismo.

Palavras-chave: Gênero; Mulher; Memórias; Entrevista; Cariri.

Introdução

As mulheres sofreram (e sofrem) para conquistar seus direitos e obter o mesmo espaço na sociedade que os homens, com salários, oportunidades e condições de vida equivalentes. Grandes conquistas já foram alcançadas pelas mulheres: elas participaram ativamente das Grandes Guerras integrando, inclusive, os exércitos e pelotões dos países envolvidos. No mundo inteiro, protagonizaram lutas pelo direito ao voto e à educação em todos os níveis. No Brasil, foi aprovada a Lei Maria da Penha, com o intuito de coibir a violência doméstica.

No estado do Ceará não é diferente. No interior, está localizada a região do Cariri, formada por 29 municípios e envolta pela Chapada do Araripe. Porém, todas essas cidades possuem diversos personagens de destaque atrelados a seus nomes, como é o caso de

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri – UFCA. Atualmente, aluna do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA. E-mail: alinnealcantara00@gmail.com.

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: andressafigueiredo8@hotmail.com.

³ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor adjunto da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: luis.celestino@ufca.edu.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Patativa do Assaré, Beato José Lourenço e Padre Cícero. Este último é conhecido como “santo do povo”, que atrai milhares de romeiros para Juazeiro do Norte todos os anos por conta do suposto milagre da hóstia consagrada que se transformou em sangue na boca da Beata Maria de Araújo.

No entanto, onde estão as mulheres que fizeram parte da história do Cariri? Que memórias elas construíram? Com base em uma discussão teórica e metodológica, será desenvolvido este trabalho com o intuito de realizar uma entrevista buscando compreender a memória de uma das mulheres que têm influência nas discussões de gênero em sua área de atuação na região do Cariri cearense.

Para isso, foi escolhido entrevistar Célia Rodrigues, ativista do movimento feminista e radialista desde a década de 60, criadora do programa Mulher Ideal no Ar, dentre outros que sempre tinham como pauta os direitos das mulheres. Essa entrevista busca reconstruir a narrativa de história de vida e, a partir dessa narrativa, compreender como acontece a atuação do movimento feminista na região. Contudo, o tipo de entrevista escolhido foi a não-diretiva, pois pretende-se deixar a entrevistada livre para que narre todas as memórias que lhe vierem à cabeça (SEVERINO, 2008).

Por que memória de mulheres?

Para realizar este artigo se faz necessário aprofundar os conceitos de memória e de mulher. Falar de memória é muito importante para diversas áreas, como para a Comunicação, a Ciência da Informação e para a História. É possível estudar o passado, o presente e o futuro através da memória. Segundo afirma Ivan Izquierdo (1989, p. 89), “não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito do tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro”.

Alguns pesquisadores apontam a existência de uma memória individual e uma memória coletiva. O sociólogo francês Maurice Halbwachs aprofundou esses temas entre as décadas de 1920 e 1940. Para ele, as lembranças de um indivíduo se dão por conta deste indivíduo estar inserido e habitar grupos de referência, de forma que a memória será construída em grupo, mas sempre será um trabalho de um único sujeito para a formação



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de um acervo de memórias compartilhadas. Para ele, a memória nunca será unicamente individual, pois, cada ser humano constrói este acervo pessoal (e intelectual) a partir da vivência com outros indivíduos (HALBWACHS, 1990).

Desse modo, apesar de a memória individual estar atrelada à memória que cada sujeito possui, ela é influenciada, de forma convergente, às informações que a cada indivíduo obtém do ambiente no seu dia-a-dia. Em consonância, para Halbwachs (1990), não existe memória individual sem uma memória coletiva. Para complementar, Izquierdo (1989) afirma que a memória é responsável pelo senso histórico e pelo senso de identidade humana. E existe algo em comum entre as memórias: a conservação do passado.

Todavia, será que realmente não existem memórias puramente individuais? Situações vividas sozinhas, sonhos e momentos que podem até terem sido esquecidos? É fato que a memória ultrapassa o tempo de vida individual e pode ser perpetuada mesmo após a morte dos indivíduos. “A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 97). E essas memórias individuais transformadas em lembranças não poderiam ser também estudadas e passadas por gerações?

Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico (DELGADO, 2003, p. 19).

Ecléa Bosi (1979) se propõe, em seu livro “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, realizar longas entrevistas com pessoas com mais de 70 anos que moravam em São Paulo para tentar compreender suas memórias. Ela afirma que seu trabalho é um registro pessoal da memória que, conseqüentemente, se torna uma memória social. Dessa forma, ela aponta a perspectiva dos estudos de Bergson, ressaltando sua ideia de que o “[...] afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

percepção [...]" (BOSI, 1979, p. 46).

Este trabalho é desenvolvido de forma semelhante ao de Bosi (1979). Contudo, o sujeito dessa pesquisa é uma mulher que instiga as discussões de gênero na região do Cariri. Kofes e Piscitelli (1997) contam que os sujeitos de uma pesquisa são responsáveis por narrar diversas circunstâncias vistas e vividas ao pesquisador, sendo isto o que ele irá narrar conseqüentemente aos seus leitores. Dessa forma, ainda segundo essas autoras, narrar memórias é um meio de deixar livre as linearidades e os fatos históricos já estabelecidos. Ou seja, é possível analisar de forma mais independente, mas nem sempre verdadeira, acontecimentos que marcam determinados períodos de tempo. A veracidade final das histórias nem sempre é o ponto central, como é o caso de Bosi (1979), mas sim o “como” isso foi lembrado.

Mas por que trabalhar memórias especificamente femininas? Por concordar que a memória social é marcada por papéis sociais que conseqüentemente, são apontados por caminhos individuais (KOFES; PISCITELLI, 1997). E, na maior parte das vezes, a sociedade por ser culturalmente patriarcal, reconhece apenas os papéis vividos por sujeitos masculinos, o que leva os pesquisadores a pensarem por qual motivo isso acontece e o que difere exatamente um homem de uma mulher e/ou o masculino do feminino. Dessa forma, analisar as narrativas (entrevistas) como está sendo proposto é uma forma de analisar memórias, mulheres e gênero (KOFES; PISCITELLI, 1997).

Gênero, mulheres e representatividade

Por falar em gênero, hoje, no século XXI, parte da sociedade ainda atribui diversos papéis à mulher, sexo feminino, sendo eles distintos aos do homem, sexo masculino, e espera vê-los cumpridos. A criação e socialização dos filhos são, para a sociedade, papel da mulher, mesmo que ela desempenhe papel fora de casa. Neste caso, esses deveres são decorrentes pelo simples fato do papel de mãe, como se a mulher deve ser responsável apenas e exclusivamente pelos afazeres domésticos e pela procriação (SAFFIOTI, 1987).

Nessa perspectiva, se faz necessário discutir a pergunta a seguir: o que é ser mulher? O que as crianças aprendem na escola, com base na Biologia, é que mulher é um



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ser reprodutor feminino com órgãos específicos (útero, ovários e vagina, por exemplo). Na educação em casa, na maioria das famílias, o comportamento da mulher deve ser diferente: as roupas comportadas, o cabelo deve ser longo e a delicadeza e feminilidade sempre devem estar presentes. Mas, e quanto as meninas que não se sentem bem com seu corpo, sentem atração por outras meninas e gostam de coisas socialmente são consideradas “de menino”?

Judith Butler (2017) afirma, em seu livro *Problemas de Gênero*, que usar o termo *mulheres* para denotar uma identidade comum no feminismo é um problema político. Além disso, este termo se tornou problemático, mesmo sendo utilizado no plural. A autora levanta questionamentos acerca da diferença entre gênero e sexo:

[...] o gênero não está para cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2017, P. 27).

Para Beauvoir (1973, p. 301) apud Butler (2017), “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ou seja, para ela, ser mulher é algo construído com base em um agente que atua diretamente na formação de determinada pessoa. Butler (2017) discorda dessa ideia no geral, afirmando que ela é baseada em um “[...] determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei inexorável” (BUTLER, 2017, p. 28). Assim, o termo mulher é bastante discutido para tentar explicar o que a Biologia já não explica mais: as mulheres feministas, *trans*, bissexuais, lésbicas... Enfim, que assumem uma postura diferente da que a sociedade está acostumada a esperar.

Como afirma Teles (1993, p. 10), “a mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador”, e passou por várias fases desde sua criação. Até mesmo o próprio movimento feminista hoje já possui diversas vertentes de pensamento que surgiram com o passar dos anos: feminismo radical, feminismo liberal, feminismo interseccional (exemplo: transfeminismo e o feminismo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

lésbico) e o feminismo negro⁴. Um exemplo de atuação deste último movimento é o GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, organização que atua em defesa de mulheres negras e contra diversas formas de discriminação.

No livro *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis (2016), militante do feminismo negro, descreve os embates enfrentados principalmente pelas mulheres negras estadunidenses para conseguirem seus direitos. Elas não tinham direito a voto, eram obrigadas a trabalhar em horários sobre-humanos e não tinham espaço na sociedade para outros tipos de trabalho que não fossem na cozinha, como empregadas domésticas ou em “chão de fábrica”. Diversas lutas são travadas, como o embate pelo direito de voto, em que é possível observar, mesmo dentro do feminismo, uma onda de racismo crescente entre as mulheres do movimento.

Retomando as discussões de representatividade social, no Brasil, Teles (1993) levanta a questão de que as mulheres só eram vistas com papéis sociais importantes quando estavam ao lado de seus maridos ou deram a vida para salvar um homem. Ou seja, só foram importantes por estarem acompanhadas da figura masculina para dar suporte. Nunca como protagonistas, sempre em segundo plano.

Ao ver como na região do Cariri as mulheres são colocadas em segundo plano no que diz respeito a representatividade histórica, foi pensado em desenvolver este trabalho para destacar e enaltecer o papel social e a contribuição dessas cidadãs para a sociedade e o ativismo. No próximo tópico será descrita a entrevista realizada, traçando a trajetória de vida de Célia Rodrigues, uma das mulheres feministas que lutaram e lutam pelo movimento na região.

Célia Rodrigues e o empoderamento através do rádio

Uma entrevista pode ser uma forma de aproximação para a construção de um diálogo natural. “Quando o jornalista realiza bem essa aproximação, a entrevista se torna uma experiência. Uma experiência de olhar o mundo e ouvir o outro” (CAPUTO, 2006,

⁴ Informações obtidas em <<https://www.geledes.org.br/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movimento/>>. Acesso em 01 maio 2018, 09:50.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

p. 28). Isso se aplica também ao pesquisador. Para que as memórias fluam, é necessário que o momento seja um diálogo entre ambas as partes.

A boa entrevista acontece a três. Ela acontece quando entrevistador e entrevistado sentam-se frente a frente, se olham nos olhos e abrem juntos um espaço de diálogo num mundo em que ouvir de verdade virou raridade. Só quando esse espaço é aberto, a experiência de entrevista acontece (CAPUTO, 2002, p. 65).

A entrevista com Célia Rodrigues Alencar, 66 anos, aconteceu nas dependências da Rádio Vale FM de Juazeiro do Norte, lugar onde atualmente trabalha a frente de quadros e programas, como o Papo Cabeça e o Sexo Verbal. Célia Rodrigues, como é conhecida, é uma mulher extrovertida, livre, que adora falar e muito inteligente. Seguindo a metodologia de entrevista não-diretiva, poucas perguntas foram feitas, pois as memórias da entrevistada vieram a tona no meio da conversa, como esperado. Para garantir eticamente os seus direitos, ela assinou um termo de compromisso autorizando o uso de suas falas exclusivamente para fins acadêmicos.

Foto 1: Célia Rodrigues



Fonte: cedida do Facebook da entrevistada.

Inicialmente, Célia narrou sua infância: aos 10 anos, já tinha atitudes “rebeldes” para a época, como a contestação aos pais.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Desde criança, a partir dos meus 10 anos, eu já era um pouquinho rebelde. Contestava muito. É lógico que na minha geração filho não podia enfrentar pai e mãe, mas de vez em quando eu contestava. Eu já me incomodava com as proibições muito exageradas dos pais, a desigualdade (ALENCAR, 2018).

Desde muito jovem, ela já apresentava “sinais de feminismo”, mesmo não tendo ainda a consciência do que era aquele movimento. Aos 16 anos, demonstrou a seus pais sua vontade de estudar a noite e trabalhar durante o dia. Naquele tempo, isso não se aplicava a mulheres. Além de ser perigoso, nos costumes vividos chegar tarde em casa era considerado coisa de homem, não de “boas moças”. Mas Célia tinha o sonho de estudar e trabalhar em um escritório de contabilidade.

Eu queria ser técnica em Contabilidade. E tinha a Escola Técnica de Comércio para se especializar em contador ou contadora. Era particular, mas a mensalidade era barata, porque era específica para quem trabalhava no comércio. E eu queria porque queria fazer contabilidade. Eu me via trabalhando no escritório. Achava superchique! Meu pai até que deixou um pouquinho, mas a minha mãe endureceu: “Você não vai estudar de noite, não vai chegar muito tarde em casa, é perigoso”. Imagina: ela dizia isso naquela época de 70... Imagina hoje! De tanto que eu “aperreei”, a minha mãe cedeu e eu fui estudar a noite e fui trabalhar. Meu primeiro emprego foi de balconista numa loja de tecido. Era muito divertido. Foi um aprendizado. Então terminei contabilidade e fiquei sem saber o que fazer. Não era a minha praia, eu não sabia contar nada. Dava muito trabalho porque precisa muito da matemática e eu sou péssima em matemática (ALENCAR, 2018).

Depois da experiência que não deu muito certo, Célia acabou encontrando sua verdadeira vocação. Ela e a irmã eram calouras em eventos que a Rádio Iracema AM promovia. Em um desses momentos, o diretor da emissora a ouviu cantar e a convidou para um teste no rádio. Mais uma vez, os pais de Célia não quiseram deixa-la participar porque mulher que trabalhava no rádio ficava “falada”. Ficar “falada” significa que outras pessoas comentariam que elas não tinham boa índole, não seguiam os padrões e regras que eram impostas para ser uma “mulher direita”.

Minha mãe disse: “Não vai de jeito nenhum! Esse negócio de mulher que faz rádio fica mal falada”. Meu pai também disse não. Naquela época, mulher do rádio era falada. Mulher que canta era falada. A gente só cantava porque meu pai ia junto, era uma brincadeira. Mas partindo para o profissional, era falada. E isso começou a crescer em mim uma vontade imensa de compreender o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

motivo. Por que é mal falada? Por que o homem podia chegar em casa de madrugada e a moça não podia? Talvez já fosse em mim o desejo de trabalhar com comunicação de gênero e eu ainda não sabia (ALENCAR, 2018).

Contudo, achando ser uma brincadeira, os pais autorizaram o teste. Meses depois, Célia foi chamada pelo diretor para trabalhar, afirmando que a voz dela havia sido aprovada. Assim nasceu a Célia Rodrigues radialista: a única mulher na equipe de locução da emissora na década de 1970. Segundo ela, a voz feminina sempre deu um dinamismo ao rádio, mas as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens. De acordo com os diretores, a voz feminina não impactava, portanto ela não podia apresentar um jornal.

Isso durou por muitos anos. Ainda hoje poucas mulheres estão à frente de jornais no horário nobre (meio-dia) do rádio FM em Juazeiro do Norte, como pode ser acompanhado na tabela a seguir:

Tabela 1: Representatividade feminina nos radiojornais de horário nobre de Juazeiro do Norte.⁵

| RÁDIO | APRESENTADORES DE JORNAL |
|-----------------|--------------------------|
| Vale FM | 1 homem |
| Tempo FM | 1 homem |
| Progresso FM | 1 homem |
| Padre Cícero FM | 1 homem |
| Iracema FM | 1 mulher e 1 homem |

Fonte: Elaborado pela autora em setembro de 2018.

Durante esse período, Célia iniciou os trabalhos juntos a outros locutores. Só depois ganhou seu primeiro programa: A Grande Parada, um musical internacional. Logo

⁵ Tabela realizada no intuito de mostrar como, em 2018, a representatividade da mulher nos jornais de rádio de maior audiência ainda é muito pequena. De cinco rádios FM da cidade, apenas uma possui uma apresentadora mulher e ela ainda precisa dividir o horário com um homem. Isso mostra como é difícil para a mulher ganhar seu espaço, como Célia contou em entrevista, e que ela precisa provar a cada dia de que é capaz.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

depois, recebeu o horário das 17h para apresentar o Cantinho Sentimental, um programa romântico com participação de ouvintes.

Entretanto, essa primeira fase no rádio durou pouco tempo. Em 1974, Célia casou e se mudou para Santos (SP). Seu intuito era fazer a faculdade de Comunicação Social e seguir na área. Lá, enfrentou vários desafios. Seu marido não permitia que ela fosse em busca dos seus objetivos.

Ele era muito machista e opressor. E eu tinha essa mente liberta. O fato de ter abraçado a militância e o feminismo foi muito pelo que eu passei no casamento. Me dei conta que era feminista ainda em Santos. Pra ele era assim: mulher dele tinha que cuidar da casa, dos filhos, ser uma esposa dedicada. Isso pra mim era muito pouco (ALENCAR, 2018).

Mesmo assim, ela lutou e fez de tudo para conseguir fazer a faculdade. Concluiu Radialismo da década de 1980 e trabalhou em alguns programas de rádio em Santos, enfrentando diversas dificuldades. Na mesma década, retornou a Juazeiro do Norte com três filhos e se divorciou. Quando souberam de seu retorno, as rádios logo procuraram Célia. Depois de ter passado alguns meses apresentando o Vale Mulher na Rádio Vale, ela foi convidada para a Rádio Progresso, onde apresentou o projeto de um programa idealizado por ela.

Célia sentia a necessidade de criar um programa para as mulheres, pois percebeu que Juazeiro do Norte não tinha evoluído, apenas crescido fisicamente e a população feminina continuava na violência e vítima do machismo. Aquilo a incomodou muito.

Fui convidada pela Rádio Progresso a voltar para o rádio com um novo projeto. Ele queria um programa divertido, mas eu disse: “você esqueceu que o maior percentual de ouvintes do rádio são mulheres? São as donas de casa que seguram o rádio do Cariri”. Ele me deixou fazer um teste de três meses com o Mulher Ideal, se emplacasse ficava no ar. Ficou 11 anos no ar. O Programa Mulher Ideal revolucionou as mulheres que ouvem rádio no Juazeiro. Até hoje eu encontro essas mulheres e elas me dizem: “Você mudou a minha vida”. Eu respondo: “Mas não fui eu não, foi o conteúdo de um trabalho radiofônico que chegou até você”. Era a mensagem que a gente passava pra essas mulheres, uma mensagem encorajadora, empoderadora e elas absorveram demais (ALENCAR, 2018).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O programa foi ao ar pela primeira vez em 2 de janeiro de 1995 e recebeu esse nome para impactar. A ideia era inverter a ordem: “O ideal de mulher é porque nós somos ideais para nós mesmas”. O “ideal” vai além dos estereótipos criados pela sociedade que o programa desmistificou, pois nunca foi visto como um estereótipo, como Célia faz questão de deixar claro.

Cada menina tinha uma função. Tinha empregada doméstica, professora, cinegrafista, tinha médica, comerciante, advogada. O programa tinha de tudo um pouco: tinha um lado feminista que valorizava a mulher propriamente dita, tinha um lado doméstico, tinha um lado que enveredava pra saúde, tinha um lado da imagem da mulher. A gente falava: “Você não precisa, minha amiga, só cuidar da casa, você tem que se cuidar também”. Foi lá que a gente criou um mantra: Você está chateada, muito p da vida com seu companheiro que lhe destratou, olhe-se no espelho todos os dias e diga: ‘Primeiro eu, segundo eu, terceiro eu de novo’ (ALENCAR, 2018).

Célia se tornou muito procurada. Diversas mulheres iam até a Rádio para falar com ela, tirar dúvidas e pedir opiniões. Ela recorda que sempre recebia três, quatro mulheres ao fim do programa para conversar. Dessa forma, ela ia empoderando aquelas que precisavam de ajuda e a cidade não podia dar ainda.

Assim, além do trabalho no rádio, o programa realizava um trabalho externo com uma equipe de 12 mulheres. Por conta da cobrança no Mulher Ideal, elas conseguiram construir o Conselho da Mulher de Juazeiro do Norte, onde Célia foi a presidente fundadora. Depois, conseguiram a criação da Delegacia da Mulher, do Centro de Referência da Mulher, juizados especiais e Núcleo de Defensoria Pública só para mulheres.

O Programa Mulher Ideal foi um divisor de águas para o meu trabalho e para o meu entendimento enquanto mulher feminista, enquanto mulher que contribuiu muito e continua contribuindo para os questionamentos das outras mulheres. Quando me perguntam: “Por que você é feminista?”, eu respondo: “Porque eu defendo os meus direitos e os seus”. O feminismo é um movimento político social. A Frente de Mulheres dos movimentos do Cariri agrega mulheres de todos os espaços. Hoje, o feminismo no Brasil tem uma bandeira própria (ALENCAR, 2018).

Na época em que o programa estava no ar, ainda em 1995, Célia tomou



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

conhecimento de que ia acontecer a V Conferência Internacional da Mulher, em Pequim, na China. Folheando a Revista Nova, da qual era assinante, viu que o CEMINA – Centro de Projetos da Mulher, no Rio de Janeiro, ia enviar uma representante para a Conferência. O CEMINA era uma organização brasileira, mas recebia suporte internacional para desenvolver projetos radiofônicos para mulheres. Então, ela anotou o número e enviou um fax com um release do Mulher Ideal, solicitando a fita cassete para realizar a divulgação da conferência no programa. Ela queria dar ao programa uma consistência de conteúdo de nível nacional.

Quando o pacote chegou, não eram só as divulgações da Conferência, eram produções do CEMINA sobre saúde da mulher, gravidez, aleitamento materno, feminismo e educação de gênero. Isso fortaleceu bastante o conteúdo do programa. Além disso, Célia recebeu um convite (que ela tem guardado até hoje) para ir ao Rio de Janeiro participar da reunião de criação da Rede de Mulheres no Rádio de todo o Brasil. Ela foi e ficou uma semana no Rio representando o Programa Mulher Ideal e a Rádio Progresso. Segundo ela, foi a melhor semana de toda a sua vida, pois teve contato com uma diversidade de sotaques de mulheres que fazem rádio de todo o Brasil.

A participação nesse evento rendeu grandes frutos a Célia. Até hoje ela faz parte da Rede de Mulheres em Comunicação e da rede de mulheres da AMARC Brasil - Associação Mundial de Rádios Comunitárias.

Eu sou associada e sou da rede. A gente dá suporte com oficinas para as mulheres que trabalham em rádios comunitárias. Já corremos o Brasil inteiro pela AMARC ajudando as mulheres ribeirinhas, ajudando a montar rádios comunitárias, a trabalhar gênero e linguagem de gênero. A gente ajuda com conteúdo, ensinando outras abordagens, como por exemplo: como ajudar as mulheres com orientação à prevenção, à questão da sexualidade. Já rodamos o Brasil inteiro dando suporte a essas mulheres. É um trabalho lindo e eu me realizo. É muito gostoso e muito gratificante. Já sou da AMARC há quase 20 anos e da Rede de Mulheres em Comunicação há mais de 25 anos (ALENCAR, 2018).

Juazeiro do Norte já recebeu um encontro nacional da Rede, em 2002, em que participaram 85 mulheres radialistas do Brasil inteiro. Tudo isso aconteceu a partir do Programa Mulher Ideal, que trouxe contribuições imensas para todas as mulheres e para



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

a cidade.

Hoje, Célia é locutora na Rádio Vale FM e apresenta o quadro Papo Cabeça, em que responde e orienta os ouvintes acerca de comportamento. Está à frente do Sexo Verbal, voltado para a orientação sexual e de teor feminista, trabalhando a diversidade de gênero. Apresenta também o programa Ouvir Direito, que realiza entrevistas com profissionais do Direito sobre assuntos diversos e é produzido em parceria com o curso de Direito da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP. Faz parte ainda da Frente de Mulheres do Cariri e é terapeuta holística. Dessa forma, continua militando no movimento em prol dos direitos das mulheres.

Memórias de Célia e o feminismo

A partir das memórias de Célia, é possível observar como viviam as mulheres na região do Cariri na década de 1960 e 1970. Elas eram oprimidas, recriminadas e não tinham seus direitos levados em conta. Se decidissem fazer algo fora do padrão, eram taxadas e, quando casavam, muitas vezes se tornavam submissas de seus parceiros.

Contudo, mesmo diante dessa realidade machista, as mulheres lutavam por condições de igualdade, mesmo na década de 1970, enquanto o Brasil passava pela Ditadura Militar. Teles (1993) relembra que foi em 1975 que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou este o Ano Internacional da Mulher e, no âmbito nacional, muitas mulheres já estavam organizadas nas fábricas, nos sindicatos e nos bairros populares da periferia.

Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir (TELES, 1993, p. 85).

É importante fazer um paralelo e lembrar que foi nesse tempo que Célia afirmou se dar conta que era feminista e lutava contra o machismo do seu companheiro, com ajuda de amigas que passavam por situações semelhantes. Como relatou Teles (1993), essa foi



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

uma década de fortalecimento das mulheres feministas brasileiras e isso refletiu no trabalho que Célia veio a desenvolver posteriormente ao voltar para Juazeiro do Norte.

O trabalho de Célia através do rádio foi o início de uma mudança considerável para a cidade. Foi o programa dirigido por ela que conquistou diversos órgãos públicos de apoio a mulheres que, durante a década de 1990, ainda não existiam. E, a partir da narração de Davis (2016) sobre a trajetória da luta das mulheres pelo direito ao voto nos Estados Unidos, é possível observar como as mulheres, a partir do movimento feminista, se uniram em grupos reivindicatórios para realizar conquistas que mudariam a história de suas nações.

A defesa dos direitos das mulheres não podia ser proibida. Ainda que não fosse aceita pelos formadores de opinião, a questão da igualdade das mulheres, agora encarnada em um movimento embrionário e apoiada pela população negra – que lutava pela própria liberdade –, tornou-se um elemento que não podia ser excluído da vida pública estadunidense (DAVIS, 2016, p. 66).

Um século depois, no Brasil, diversos grupos podiam ser encontrados unidos com um objetivo em comum. E em Juazeiro, Célia se unia a 12 mulheres para falar sobre cidadania, direitos, economia, violência e outros assuntos para milhares de outras mulheres que a escutavam no rádio. Sendo pela luta pelo voto ou por direitos básicos, é possível afirmar que as mulheres foram as grandes heroínas de sua própria história e tudo que foi conquistado veio de muita luta delas.

O empoderamento que o conteúdo do Mulher Ideal passava também se mostra muito importante, pois questionou a ideia de que a mulher precisava exclusivamente assumir o espaço doméstico, cuidar da casa e dos filhos. Antigamente, a identidade social da mulher era construída a partir da atribuição de papéis que a sociedade esperava que fossem cumpridos de forma diferente aos dos papéis atribuídos aos homens (SAFFIOTI, 1987). Portanto, o programa mostrou às mulheres que elas não eram obrigadas a seguir esses papéis se elas não quisessem. E, se quisessem, estava tudo bem, mas elas tiveram acesso a informações sobre seus direitos e sobre assuntos que poderiam ser considerados tabus, como a sua sexualidade.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Considerações finais

Este trabalho aponta a importância da memória individual para a construção de uma memória coletiva e mostra como a memória é construtora de papéis sociais históricos, a partir das pesquisas de Halbwachs (1990) e Kofes e Piscitelli (1997). Trouxe também discussões sobre gênero e feminismo, levando em consideração os papéis sociais incumbidos às mulheres.

Inicialmente, este artigo tinha como objetivo entrevistar também Zuleide Queiroz, professora da Universidade Regional do Cariri (URCA), militante e pesquisadora acerca do feminismo, especialmente no que tange a violência contra a mulher e o feminismo negro. Contudo, por conta do início da sua campanha de candidatura política à Deputada Federal, não foi possível realizar a entrevista.

Apesar das adversidades encontradas, levando em consideração a natureza deste trabalho (qualitativa) e as limitações existentes, como os números de páginas, os autores acharam por conveniente manter o foco em apenas uma entrevistada, o que auxiliou no melhor desenvolvimento da narrativa e minimizou possíveis prejuízos que pudessem existir quanto ao seu conteúdo.

Ainda, fica aberta a possibilidade de uma replicação da presente metodologia, com o foco nas memórias de outras mulheres, o que vem a contribuir academicamente e socialmente para a construção da memória do feminismo e dos movimentos sociais. Assim, fica a proposta para novas pesquisas.

Um dos intuitos deste artigo era destacar e enaltecer o papel social e a contribuição de Célia para a sociedade e para o feminismo e tentar compreender como o movimento atuava na região do Cariri. De certo, a partir da entrevista realizada foi percebido sim como o movimento se desenvolvia. Ainda, é notória a importância da atuação da entrevistada para o desenvolvimento e empoderamento de mulheres em uma época onde o machismo era muito forte e as mulheres tinham seus direitos fortemente oprimidos.

Portanto, estudar memórias de mulheres é perceber a importância delas para a história e para o contexto cultural. Como afirma Leal (2017, p. 173), “[...] as formas de lembrar revelam, mais do que sobre o passado, aspectos específicos da cultura do



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

presente”. Por isso a memória é tão importante para os movimentos sociais, que precisam buscar nas lembranças quem foram suas figuras icônicas e o que elas representaram para a sua luta.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Célia Rodrigues. **Célia Rodrigues Alencar**: entrevista [set. 2018]. Entrevistadores: Alinne Alcantara e Andressa Figueiredo. Ceará: 2018. Áudio mp3. Entrevista realizada pelos autores.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas**: teoria, práticas e experiências. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. *Historia oral*, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucilia%20E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>. Acesso em: 4 set. 2017, 09:56.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1990.

IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. *Estudos Avançados*, vol. 3 São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006>. Acesso em: 4 set. 2017, 10:06.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. **Memórias de Histórias Femininas, Memórias e Experiências**. (8/9) 1997: pp.343-354. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/119834>>. Acesso em: 27 abr. 2018, às 22:40.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

LEAL, Tatiane. **Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede.** Intercom – RBCC. São Paulo, v.40, n.2, p.169-185, maio/ago. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez editora, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.



Sagas fantásticas, autoria feminina e crítica feminista do mito

Kellen do Carmo Xavier¹

Ana Carolina de Oliveira Gonçalves²

Resumo: Com o auge das sagas no século XXI, observamos a popularização da ficção fantástica, tanto de autoria feminina, quanto com protagonistas mulheres. Para discutir as relações entre gênero e sagas fantásticas a partir de uma perspectiva feminista, centramos nossa análise sobre o mito, considerado um dos elementos formais que constituem essas narrativas. Concluímos que a autoria e o protagonismo femininos modificam o mito do herói masculino, mas não necessariamente o subvertem, de forma a não implicarem a criação de heróis e heroínas feministas.

Palavras-chave: sagas fantásticas; mito; autoria feminina; feminismo; gênero.

Introdução

As narrativas seriadas vêm adquirindo popularidade crescente no século XXI e representam um fenômeno que tem atraído a atenção de audiências, indústria e pesquisadores. Além do sucesso atingido pelas séries de TV estadunidenses, torna-se cada vez mais comum que os universos de livros, filmes, HQs e jogos estendam-se entre vários volumes e diferentes mídias. Entre as narrativas seriadas transmidiáticas que ganham destaque nesse cenário, vemos as sagas *Harry Potter* e *Animais Fantásticos e Onde Habitam* (J. K. Rowling), *O Senhor dos Anéis* e *O Hobbit* (J. R. R. Tolkien), *Jogos Vorazes* (Suzanne Collins), *As Crônicas de Gelo e Fogo* (George R. R. Martin), *The Mortal Instruments* (Cassandra Clare), entre outras.

As sagas fantásticas se assentam, necessariamente, sobre mundos alternativos, o que as diferenciam das séries de TV da atualidade, apesar de ambas atingirem o auge de sua popularidade a partir de um contexto comum. Chamamos *paracosmos* os mundos das sagas, que se caracterizariam pela atualização de mitos e pela hibridação de linguagens e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: kellenxavier@gmail.com

² Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela mesma instituição. E-mail: anacogoncalves@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

meios (MARTOS GARCÍA, 2009; MARTOS NÚÑES, 2013).

Se a ficção fantástica produzida no século passado tinha como alguns dos principais nomes J. R. R. Tolkien e C. S. Lewis, hoje temos as autoras J. K. Rowling, Suzanne Collins e Cassandra Clare, entre outras, conquistando popularidade e partilhando do reconhecimento. Simultaneamente, observamos o surgimento de um número maior personagens mulheres protagonistas e/ou com profundidade narrativa, como Hermione Granger (J. K. Rowling); Katniss Everdeen (Suzanne Collins); Daenerys Targaryen, Arya Stark e Cersei Lannister (George R. R. Martin); Clary Fray e Isabelle Lightwood (Cassandra Clare); etc.

Entretanto, ainda que tais ficções figurem entre temas de pesquisa no Brasil desde o início dos anos 2000,³ não é possível identificar o uso de um conceito que aglutine essas obras de forma a contribuir para a construção de conhecimento sobre o fenômeno como acontece com gêneros como a telenovela e as séries de TV.

A partir de uma perspectiva feminista, isto é, cujo propósito é desnaturalizar e extinguir as hierarquias socialmente estabelecidas entre os gêneros (GAMBA, 2008), o trabalho apresentado centra-se nas relações entre gêneros e sagas fantásticas, adotando para isso a análise das formas de apropriação do mito, um dos elementos formais dos *paracosmos* dessas ficções, em sagas de autoria e/ou com protagonismo feminino.

Para a elaboração deste trabalho, realizamos primeiramente uma pesquisa exploratória, com uma etapa documental e outra bibliográfica (GIL, 2008). A fim de identificar a participação feminina nas sagas mais comentadas e consumidas no Brasil, recorreremos a fontes documentais como portais de notícias *online*, às redes sociais *online*

³ A partir da execução de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico conhecida como “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (FERREIRA, 2002) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES identificamos que as sagas começam a figurar entre os objetos de pesquisa acadêmicas do país em 2003, com a publicação dos trabalhos *Harry Potter and the Chamber of Secrets e sua Tradução para o Português do Brasil: uma análise dos verbos de elocução*, com base na lingüística sistêmica e nos estudos de corpora (2003), dissertação de Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz e *A literatura e a escola contemporânea: uma análise desta instituição sob a ótica de jovens leitores de Harry Potter* (2003), dissertação de Katia Tarricone.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Skoob,⁴ Banco de séries⁵ e Filmow⁶, e à *rankings* de sites de vendas, a citar Submarino⁷, Amazon⁸ e Saraiva⁹, além de resultados das pesquisas Retratos de Leitura no Brasil.¹⁰

Na pesquisa bibliográfica, considerada aquela em que se consulta o trabalho produzido por pares, buscamos por teses e dissertações sobre as narrativas que entendemos como sagas fantásticas segundo as definições de Alberto Martos García (2009) e Eloy Martos Núñez (2013), em que observamos uma pequena produção sobre essas narrativas na pesquisa em Comunicação no Brasil, muitas com foco restrito às sagas na produção audiovisual.

Devido à constatação da crescente popularidade dos universos fantásticos criados por mulheres e/ou protagonizados por elas, assim como da pouca exploração das relações de gênero nas sagas na pesquisa acadêmica no Brasil, optamos por abordar o tema através de pesquisa bibliográfica interdisciplinar sobre autoria feminina e o mito nas sagas fantásticas. Adotando como principais referências Ellen Douglass (1989), Maureen Murdock (2013), Raewyn Connell (2009), Constância Lima Duarte (2007) e Maria Terezinha Schmidt (2014), além de Joseph Campbell (1997) e Christopher Vogler (2006), buscamos também estabelecer relações entre as categorias propostas pela literatura acionada e algumas das sagas mais conhecidas no país: *Crepúsculo* (Stephenie Meyer) e *Jogos Vorazes* (Suzanne Collins).

As sagas fantásticas

Se no campo televisivo as propostas teóricas de pesquisadores como Marcel Vieira Barreto Silva (2014) e Jason Mittell (2012) são representativas para pensar a emergência de uma cultura das séries e o processo de sofisticação das formas narrativas

⁴ Disponível em: <<https://www.skoob.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

⁵ Disponível em: <<https://bancodeseries.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁶ Disponível em: <<https://filmow.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁷ Disponível em: <<https://www.submarino.com.br/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁸ Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁹ Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

¹⁰ As publicações resultantes das pesquisas Retratos de Leitura no Brasil (2008, 2012 e 2016) estão disponíveis em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>>. Acesso em: 10 jun. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

da televisão em contexto, no estudo das ficções fantásticas contemporâneas destacam-se as proposições de Alberto Martos García (2009) e Eloy Martos Núñez (2013). Assim como a cultura das séries, o auge das sagas fantásticas é um fenômeno relacionado às transformações na indústria midiática, nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e no comportamento dos consumidores. Apesar das asserções de Silva (2014) e Mittell (2012) contribuírem para delinear o contexto cultural e midiático que marca o início do século XXI, não dão conta das especificidades das sagas que, por exemplo, não têm um meio prioritário, como as séries teriam a TV.

Considerada uma das séries mais populares da atualidade, *Game of Thrones* (HBO) diferencia-se de outras séries de TV de sucesso por assentar-se sobre um universo alternativo. Essa é a principal diferença apontada por Martos García (2009) e Martos Núñez (2013) entre séries e sagas. Enquanto narrativas seriadas precisam compartilhar apenas um tempo, local ou conjunto de personagens, as sagas fantásticas partilham de mundos completos, também chamados *paracosmos*, que costumam dispor de cronologia, geografia, história, raças, vocabulário e/ou personagens próprios (MARTOS GARCÍA, 2009; MARTOS NÚÑEZ, 2013).

Histórias sem temática fechada, a composição formal das sagas fantásticas deriva de processos de hibridação de fontes como a mitologia e o folclore na formação de universos completos. São assim consideradas “ficção em grau zero, arquirrelato, ou ficção especulativa, abrangendo gêneros como fantasia, ficção científica, horror ou o histórico-lendário” (MARTOS GARCÍA, 2009, p. 23, tradução nossa)¹¹. Aparentadas da literatura fantástica, elas permitem o questionamento de definições clássicas, como a de texto como uma estrutura fechada ou limitada (MARTOS NÚÑEZ, 2013), pois se caracterizam por sua estrutura alargada, equidistante do conto, do romance e da lenda (MARTOS GARCÍA, 2009) e, assim como as séries de TV do século XXI, por seu caráter transmidiático. Conforme sintetiza Pedro Afonso Barth (2016), os *paracosmos* das sagas são caracterizados por: a) a presença de elementos insólitos e de mitos reconfigurados a

¹¹ No original: “ficción en en grado cero, archirrelato, o ficción especulativa, a caballo entre géneros como la fantasía, la ciencia ficción, el terror o lo histórico-legendario”.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

partir de temáticas contemporânea; b) a iconotextualidade, em que paratextos como mapas e árvores genealógicas ajudam a construir e explicar o universo fictício da saga e c) a transmidialidade, em que uma narrativa é contada através de diferentes suportes.

Assim como *Game of Thrones* (George R. R. Martin), sagas como *Harry Potter* (J. K. Rowling), *Jogos Vorazes* (Suzanne Collins) e *Os Instrumentos Mortais* (Cassandra Clare) vêm conquistando popularidade em décadas recentes. Em comum, além das especificidades que as caracterizam como sagas, elas têm a apresentação de diferentes formas de protagonismo feminino, seja através da autoria, como em *Harry Potter*; na trama da saga, como em *Game of Thrones*; ou em ambos, como em *Jogos Vorazes* e *Os Instrumentos Mortais*.

Para abordar se e como presença feminina impacta a forma e conteúdo das sagas, promovemos um estudo teórico das possibilidades de apropriação do mito do herói masculino nas sagas fantásticas criadas e/ou com protagonistas mulheres.

Gênero e autoria

Historicamente, a autoria feminina apresenta-se em desvantagem: o cânone literário tem menos representatividade feminina entre as obras publicadas e reconhecidas. Esse silenciamento feminino não seria reflexo de falta de capacidade ou desinteresse na produção literária, mas surgiria da própria marginalização sociocultural das mulheres - de sua dependência econômica, sua impossibilidade de acessar o ensino formal, da limitação de temas considerados adequados para mulheres, entre outros. Constância Lima Duarte (2007) aponta que essa supressão da mulher “estava associada irremediavelmente à submissão e à dependência econômica. Se o talento criador não era exclusivo dos homens, os meios para desenvolvê-los, com certeza eram” (DUARTE, 2007, p. 63). A autora ainda destaca os recursos dos quais os homens se valiam para manter a literatura produzida por mulheres escondida, sufocada pelo mecanismo de opressão patriarcal: “não foram poucas as obras de escritoras queimadas e destruídas por filhos e maridos ciumentos de seus talentos” (DUARTE, 2007, p. 68).

Para Maria Terezinha Schmidt (2014), as práticas sociais e culturais consolidaram



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

o binarismo masculino/feminino, indicando o feminino como a face de exclusão. Neste cenário, a literatura, como aparato social e político que incorpora valores da sociedade patriarcal na cultura, participa desse processo de exclusão feminina. Dessa forma,

o pertencimento de gênero foi e ainda se constitui como um princípio de valor enraizado na própria história da cultura ocidental e o seu efeito mais negativo, do ponto de vista de seu impacto conceitual no campo literário, tem sido a exclusão da autoria feminina das histórias da literatura. (SCHMIDT, 2014, p. 81)

Ou seja, apenas a partir de processos de disputa as mulheres puderam inserir-se na produção cultural e lutar por reconhecimento e legitimidade. As sagas fantásticas, tradicionalmente conhecidas como histórias de aventura, também não escaparam do “drama da legitimidade da autoria feminina sob a pressão cultural/social que definia a criação, a voz e a linguagem como prerrogativa dos escritores” (SCHMIDT, 2014, p. 6). Joanne Rowling, recebeu de sua primeira editora (a britânica Bloomsbury) a sugestão de adotar um pseudônimo não explicitamente feminino como estratégia para não afastar a atenção do público-leitor formado por garotos (HENRIQUES, 2015). Sob o pseudônimo J. K. Rowling, a autora de *Harry Potter* vendeu 450 milhões de cópias somente na língua inglesa¹² e é hoje uma das mais reconhecidas escritoras do mundo.

Mito e feminismo

O encontro entre crítica mítica¹³ e crítica feminista que caracteriza o campo da “crítica mito-feminista” decorre de um projeto de problematização da mitologia patriarcal na literatura inspirado pela publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir em 1949. Neste, a autora apresenta como “o mito da mulher” é construído de forma a atender aos interesses do patriarcado e como é reforçado pelo cânone literário, predominante

¹² Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/meet-the-elite-group-of-authors-who-sell-100-million-books-or-350-million/2016/12/20/db3c6a66-bb0f-11e6-94ac-3d324840106c_story.html?noredirect=on&utm_term=.728b4750790b>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹³ Conforme Douglass (1989, p. 26), “a crítica mítica é aquela que se preocupa com a identificação e análise de elementos míticos que se apresentam na literatura” como em *Anatomy of criticism*, de Northrop Frye e *Mith and ideology in contemporary brazilian fiction*, de Daphne Patai.



formado por obras de autoria masculina (BEAUVOIR, 1970 in DOUGLASS, 1989).¹⁴

Com a inclusão das mulheres nas universidades e a retomada do movimento feminista na década de 1960, emerge uma crítica feminista que, na contrapartida do *New Criticism* em voga desde os anos 1950, passa a priorizar o conteúdo e a análise ideológica em detrimento dos elementos e das formas estilísticas dos textos. Primeiramente, a crítica é direcionada à literatura de autoria masculina, predominante nos currículos acadêmicos das universidades, até que passam a focar-se depois na produção das mulheres (SADLIER, 1989).

Na investigação da transcrição dos paradigmas míticos na literatura escrita por mulheres, a crítica mito-feminista sugere que elas promovem a destruição, a transformação ou a duplicação do mito – sua reprodução. Sobre o mito da busca, um dos elementos formais do *paracosmos* das sagas fantásticas, a crítica mito-feminista representada por Ellen Douglass (1989) delinea ainda três formas de subversão em nome de uma busca da mulher: o mito da busca feminina, da heroína-masculina e a busca feminista.

A busca feminina

O mito do herói inspirado em Joseph Campbell (1997), também conhecido como *monomito* por seu caráter supostamente universal, é apresentado pelo autor como uma metáfora para o processo de amadurecimento humano, em que, em uma jornada de separação de seu meio, o herói busca conhecimento e prepara-se para adentrar a vida adulta. Para Campbell (1997), entretanto, a “posição” atribuída às mulheres com referência à “fórmula humana geral” do mito não é a mesma atribuída aos homens (CAMPBELL, 1997, p. 68), pois, enquanto o homem é sujeito da busca, a mulher simboliza na linguagem pictórica do mito o universo a se conhecer. A mulher representa o que o herói tem a possuir, a conquistar.¹⁵ De acordo com Campbell (1997), a busca da

¹⁴ BEAUVOIR, Simone de. Fatos e mitos. In: **O Segundo Sexo**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. p. 7-23 e 179-309.

¹⁵ Na etapa “o encontro com a Deusa” da aventura do herói, o autor declara: “a mulher representa, na linguagem pictórica da mitologia, a totalidade do que pode ser conhecido. O herói é aquele que aprende. À



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mulher consistiria na compreensão e aceitação do seu papel social, historicamente associado ao espaço privado (GARCIA, 2011). Por sua capacidade reprodutiva, é delegado às mulheres os cuidados com a família e com a casa, sendo responsabilizadas quase integralmente pela administração e execução do trabalho doméstico ainda na contemporaneidade.¹⁶ Como um objeto, passava da autoridade do pai para a do marido, tendo sido seu direito de trabalhar ou de possuir bens e propriedades consideravelmente limitado ainda durante o século XX (GARCIA, 2011).

Embora o projeto de naturalização das identidades de gênero exista e sirva para restringir a presença feminina no espaço público e nas esferas de poder, assim como para responsabilizar as mulheres pelas funções menos socialmente valorizadas, como o cuidado da casa e dos filhos, as identidades de gênero não são naturalmente dadas, mas são projetos efetivados através de relações de disputa. Conforme Raewyn Connell (2009) indica, embora os gêneros sejam comumente pensados a partir da dicotomia homem/mulher, esta seria uma dualidade redutora. Os arranjos de gênero são construídos nas relações entre as estruturas sociais e a agência dos sujeitos, não podendo ser desconsiderado o prazer envolvido na aprendizagem de gênero e os aspectos psicológicos implicados (CONNELL, 2009). Em sua abordagem, a autora rejeita tanto perspectivas dicotômicas dos gêneros, como os determinismos biológico e social.

Na busca feminina (DOUGLASS, 1989), ainda que a personagem mulher seja perspectiva da heroína que conduz leitores e espectadores pela narrativa, ela não desempenha a mesma jornada do herói masculino tradicional. Em *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, a protagonista Bella Swan apresenta-se como uma mulher que precisa

medida que ele progride, na lenta iniciação que é a vida, a forma da deusa passa, aos seus olhos, por uma série de transfigurações: ela jamais pode ser maior que ele, embora sempre seja capaz de prometer mais do que ele já é capaz de compreender. Ela o atrai e guia e lhe pede que rompa os grilhões que o prendem. E se ele puder alcançar-lhe a importância, os dois, o sujeito do conhecimento e o seu objeto, serão libertados de todas as limitações. A mulher é o guia para o sublime auge da aventura sensual. Vista por olhos inferiores, é reduzida a condições inferiores; pelo olho mau da ignorância, é condenada à banalidade e à feiúra. Mas é redimida pelos olhos da compreensão. O herói que puder considerá-la tal como ela é, sem comoção indevida, mas com a gentileza e a segurança que ela requer, traz em si o potencial do rei, do deus encarnado, do seu mundo criado” (CAMPBELL, 1997, p. 65-66).

¹⁶

Disponível

em:

<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ser protegida. Embora viva sob ameaça frequente como humana e precise da proteção constante da família vampira de seu parceiro romântico e da matilha do seu melhor amigo lobisomem, quando finalmente torna-se vampira (o que seu parceiro só permite depois dela aceitar-se casar-se com ele), sua principal habilidade, seu dom, consiste em lançar um escudo que impede os ataques mentais comumente realizados por outros vampiros. Antes de descobrir qual seria sua habilidade especial de vampira, Bella chega a acreditar que seu dom seria o amor. Durante a saga, além de casar-se, a personagem também torna-se mãe, manifestando pela filha metade vampira cuja gestação ameaça sua vida, dedicação e amor incondicional.

Conforme definição de Christopher Vogler (2006), o herói é o protagonista da história, sendo sua função dramática ser o ponto de contato entre espectador e narrativa. Assim, a busca feminina subverte parcialmente o mito do herói na medida que faz da personagem feminina a heroína da história. Entretanto, ainda a busca feminina altere o conteúdo da mitologia, ela preserva a estrutura ideológica da busca patriarcal, pois “a busca da heroína configura-se como uma aprendizagem do papel de passividade que a mulher tem que representar na sociedade e nas narrativas patriarcais” (DOUGLASS, 1989, p. 30).

A busca da heroína masculina

A busca do herói masculino conforme elaborada por Campbell (1997) e atualizada por Vogler (2006) faz analogia à compreensão de amadurecimento da teoria psicológica de desenvolvimento humano criticada por Carol Gilligan (1993) por seu androcentrismo. De acordo com a autora, separação e dissociação do feminino não deveriam ser prescritas como jornadas inevitáveis do desenvolvimento psicológico e moral, não sendo necessárias, inevitáveis, naturais ou mesmo boas. Enquanto os meninos se distanciariam da mãe em nome da autonomia, individualidade e liberdade, as mulheres seriam consideradas menos desenvolvidas por não se dissociarem completamente umas das outras, tendendo a se individualizar menos do que os homens.

Na busca da heroína masculina, a estrutura narrativa da aventura do herói não se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

altera, mas muda-se o gênero da personagem a realizar a jornada. Em vez de realizar uma jornada de reforço da feminilidade, a heroína a rejeita, e adere à jornada concebida tendo em vista o herói masculino.

O processo de dissociação entre mulheres é um dos que melhor pode ser observado nas sagas fantásticas contemporâneas, principalmente naquelas concebidas para o público juvenil, ou *young adult* (14 a 21 anos). Em *Jogos Vorazes* (Suzanne Collins), por exemplo, a heroína Katniss Everdeen rejeita emocionalmente sua mãe em reprovação à fragilidade emocional desta após a morte do marido, assim como subestima a personagem Effie Trinket pela sua afetação e futilidade. Maureen Murdock (2013, p. 79) usa o termo “Filhas Espirituais do Patriarcado” (tradução nossa)¹⁷ para se referir a essas mulheres que se orientariam por valores culturalmente endossados pelos homens e associados à masculinidade.

A heroína masculina contribui para a desnaturalização das identidades de gênero na medida que apresenta mulheres com outras características e interesses além daqueles tradicionalmente atribuídos a elas. Entretanto, essa associação com o masculino também pode reforçar uma rejeição e/ou subalternização do feminino. Como sugere Murdock (2013), em uma sociedade materialista em que se valoriza o que se faz sobre o que se é, a capacidade de conduzir à conquista de dinheiro e poder é o que torna certas características mais desejáveis do que outras. Ao buscar reconhecimento nesse mundo dominado por homens, as mulheres buscam se desassociar do feminino, visto como passivo, manipulativo, improdutivo ou desfocado, enquanto o masculino tem atribuído a si os comportamentos que conduziriam ao sucesso, principalmente no mundo do trabalho, como persistência, controle da ansiedade, responsabilidade e independência.

Assim como a busca feminina, a busca da heroína masculina (DOUGLASS, 1989) não estabelece uma ruptura ideológica com a busca patriarcal, mas muda seu conteúdo.

A busca feminista

A terceira possibilidade de subversão do mito da busca prevista por Douglass

¹⁷ No original: “Spiritual Daughters of Patriarchy”.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(1989) é a busca feminista. Enquanto a busca feminina e a busca da heroína masculina distorcem a estrutura do mito do herói, esta seria a única a romper com ela, na medida em que há a “rejeição da dicotomia patriarcal entre o buscador masculino e o buscado feminino” (DOUGLASS, 1989, p. 29).

Preocupada com o modo como a busca por reconhecimento afastou as mulheres do cultivo da espiritualidade e bem-estar, Murdock (2013) propõe “uma jornada cíclica que inicia em uma busca pela identidade e termina com o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre masculino e feminino” (MURDOCK, 2013, p. 90).

A jornada da heroína proposta por Murdock (2013) parte da percepção de uma insatisfação pessoal entre mulheres socialmente consideradas “bem-sucedidas”. Para ela, através da jornada masculina do herói, estas mulheres obtiveram sucesso acadêmico, artístico ou financeiro, mas restaram outras inquietações sobre o quanto de seus corpos e almas o sucesso consumiu. O que a jornada de heroína proposta por Murdock (2013) sugere seria a reversão do processo de separação e dissociação do feminino interpretado como necessário para o amadurecimento de homens e mulheres e sua entrada no mundo do trabalho. A proposta da autora seria, assim, adicionar uma terceira métrica “para incluir bem-estar, equilíbrio, sabedoria, maravilha, compaixão e doação”¹⁸ às já consolidadas métricas dinheiro e poder (MURDOCK, 2013, página não numerada, tradução nossa).

Ainda que proponha uma busca cuja estrutura poderia ser aplicada à homens e mulheres, a jornada oferecida por Murdock (2013) serve mais à revalorização de um feminino do que à sua desnaturalização. Entretanto, como Joan Scott (1995) defende, para não promover o esgotamento político e a redução do potencial transformador do gênero como categoria de análise, é necessário desassociar o gênero de qualquer tipo de essencialismo.

Ao sugerir uma busca feminista, Douglass (1989) visa a liberdade para criação, de forma que o gênero não defina nem limite as jornadas de heróis e heroínas, homens e mulheres. Ainda que Murdock (2013) defenda que os termos feminino e masculino não

¹⁸ No original: “to include well-being, balance, wisdom, wonder, compassion, and giving”.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

descrevem sujeitos, mas forças arquetípicas, a busca feminista nos termos de Douglass (1989) vai além do que a jornada da heroína alcança, pois, enquanto estrutura narrativa, a busca feminista não propõe a transformação do mito, mas o destrói, na medida em que viola a imutabilidade estrutural do paradigma do herói masculino: “as narrativas que se expandem no espaço para além da ideologia patriarcal não compartilham de qualquer estrutura ‘arquetípica’, mas unicamente da rejeição às estruturas da mitologia patriarcal” (DOUGLASS, 1989, p. 32).

Considerações finais

O auge das sagas fantásticas é um fenômeno útil para pensar os processos de hibridação e atualização de fontes na produção cultural do século XXI. No confronto entre estruturas narrativas tradicionais como o mito do herói e as demandas contemporâneas estimuladas pelo reavivamento de feminismo com o fomento da internet, observamos emergirem rearranjos.

Tradicionalmente narrativas de aventura, ganharam visibilidade entre a ficção fantásticas autoras e protagonistas mulheres, um indiscutível avanço em relação às narrativas consagradas do século passado, como *O Hobbit* (J. R. Tolkien), em que uma personagem feminina teve de ser criada para suas adaptações para o cinema entre 2012 e 2014.

Embora a busca feminina e a busca da heroína masculina promovam distorções no mito do herói conforme proposto por Campbell (1997), a visibilidade obtida pelas mulheres no último século e refletida nas sagas fantásticas não conduz necessariamente à libertação da ideologia patriarcal, ainda que indique um avanço.

Sugerir que uma busca feminista ao romper com a estrutura narrativa do mito do herói implica necessariamente a sua destruição depende de uma perspectiva patriarcal do mito. Se consideramos a concepção do mito como estrutura estática, predominante na tradição literária, a crítica feminista antipatriarcal tende à sua rejeição (DOUGLASS, 1989). A narrativa mítica feminista visa a desconstrução e a abertura, *versus* as imposições inflexíveis e limitadoras – da narrativa, das representações femininas e,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consequentemente, da própria mulher - do mito patriarcal.

Uma busca puramente feminista só poderia existir num cenário de libertação da estrutura narrativa que tanto serviu aos interesses do patriarcado, do mito - engessado, do binarismo masculino/feminino, de autoras e de obras de transitar entre linguagens, mídias e temas. Desta forma, o mito feminista efetivamente rejeita as estruturas míticas patriarcais fixadas por interesses e padrões androcêntricos, mas assenta-se unicamente sobre sua própria visão transformadora da essência da vida humana (DOUGLASS, 1989, p. 33).

Cabe ressaltar, porém, que a concepção literária do mito não é a única possível. Para a teologia feminista, por exemplo, o mito seria uma narrativa que ajuda a revelar o sagrado e, nesse sentido, a busca feminista poderia ser interpretada como verdadeiramente mítica, assim como a jornada da heroína (MURDOCK, 2013), no sentido de visar o reencontro com as necessidades internas e espirituais das quais muitas mulheres abrem mão ao buscar reconhecimento através de métricas concebidas sem a participação feminina ou em consideração às nossas necessidades.

Referências bibliográficas

BARTH, Pedro Afonso. **As Crônicas de Gelo e Fogo como uma Saga Fantástica**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Culturix/Pensamento, 1997. Disponível em: <www.projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/joseph-campbell-o-heroi-de-mil-faces-rev.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gender in World Perspective**. 2nd ed. Polity Press, 2009.

DOUGLASS, Ellen. Por uma mitologia feminista no século XX. **Organon**, v. 16, n. 16, p. 26-33, 1989.

DUARTE, Constância Lima. **Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 30, p. 63-70, 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Educação & Sociedade. 2002, vol.23, n.79, p. 257-272.

GAMBA, Suzana. Feminismo: historia y corrientes. In: GAMBA, Suzana. **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Editorial Biblos, 2008 p. 1-8.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Harvard University Press, 1993.

HENRIQUES, Marco Polo Ribeiro. **De Hogwarts a Paraisópolis: discurso e recepção da obra Harry Potter em um contexto de capitalismo periférico**. 2015. 439 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARTOS GARCÍA, Alberto. **Introducción al mundo de las sagas**. Badajoz: Universidade de Extremadura, 2009.

MARTOS NÚÑEZ, Eloy. Hipertexto, cultura midiática e literaturas populares: o auge das sagas fantásticas. In: RETTENMAIER, Miguel; RÖSING, Tania M. K. (Org.). **Questões de leitura no hipertexto**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2013. p. 50-63.

MITTELL, Jason. Complexidade narrativa na televisão americana contemporânea. **Matrizes**, v. 5, n, 2, p. 29-52, 2012.

MURDOCK, Maureen. **The Heroine's Journey: Woman's Quest for Wholeness**. Shambhala, Boston & London, 2013. Edição digital Kindle.

SADLIER, Darlene. Teoria e Crítica Literária nos Estados Unidos. **Organon**, v. 16, n. 16, p. 14-25, 1989.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A história da literatura tem gênero? Notas do tempo (in)acabado de um projeto. In: Maria Eunice Moreira. (Org.). História ou histórias: desdobramentos da história da literatura - **Anais do X Seminário Internacional da História da Literatura**. 1a. ed. Porto Alegre, v. 1, p. 80-105, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 02 jul. 2017.



**I AQUECIMENTO
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

SILVA, Marcel Vieira Barreto. 2014. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. *Galáxia*, v. 14, n. 27, p. 241-252, 2014.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Uma aproximação entre a epistemologia feminista e a epistemologia da comunicação

Aline da Silva Schons¹

Resumo: O presente artigo faz um reflexão em torno das epistemologias feminista e da comunicação. O objetivo é reconhecer pontos de proximidade e distanciamento entre as duas áreas, com a finalidade de contribuir com uma comunicação mais inclusiva. A base teórico-metodológica está amparada em uma breve revisão bibliográfica dos estudos de autoras/es como Donna Haraway, Margarete Rago e Muniz Sodré. A reflexão mostra que os campos enfrentam desafios semelhantes para que se consolidem como áreas do conhecimento, com produção teórica relevante, capaz de alterar não apenas saberes, mas também fazeres.

Palavras-chave: Epistemologia da comunicação; Epistemologia feminista; Estudos de gênero; Estudos de jornalismo.

Diferentes autoras como Donna Haraway, Evelin Fox Keller, Londa Schiebinger e Margareth Rago vêm discutindo sobre os impactos e as possibilidades de uma perspectiva feminista (ou de gênero) nas ciências. Até hoje a construção do conhecimento dos mais distintos campos é bastante baseada em uma suposta visão universalista, que equivaleria a dos homens, ou pelo menos de alguns deles (brancos, ocidentais e de classe média), e em valores pouco associados ao estereótipo que se faz do que são qualidades tipicamente femininas, estas geralmente vistas como fraquezas e indesejáveis. O positivismo ainda impera nas ciências em geral e isso tem sido frequentemente questionado por pesquisadoras feministas. “A ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade – o que chamo de reducionismo quando uma linguagem (adivinha de quem) é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões” (HARAWAY, 1995, p. 15). Tais questões também refletem na área da comunicação, especialmente no jornalismo, que tendo como base uma linguagem aportada no positivismo, inserido em uma lógica produtivista e acelerada,

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade. Graduada em Jornalismo e em Administração pela Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: alineschons31@gmail.com. Bolsista CNPq.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

exclui e até mesmo deixa de comunicar.

Assim, a proposta deste artigo é promover uma aproximação teórica entre a epistemologia feminista e a epistemologia da comunicação, no segundo caso, com maior ênfase nos estudos de jornalismo. A justificativa para o enfoque no jornalismo passa pelo entendimento de que o conhecimento da área, por estar ancorado na realidade cotidiana, tem mais força que as demais áreas da comunicação. Ainda que eu entenda, assim como Meditsch (2010), que o jornalismo é apenas uma das variáveis que atuam na construção da realidade social, partilho a perspectiva de Tuchman (1983, p. 222, tradução nossa²) de que: “Alguns atores sociais têm assim uma capacidade maior de criar, impor e reproduzir significados sociais, para construir a realidade social. Os informadores são um grupo com mais poder que a maioria para construir a realidade social”. Além do mais, existe uma evidente intimidade entre os preceitos de referência do jornalismo e os ideais positivista, justamente o que é criticado pelos estudos feministas e de gênero; entendo o jornalismo como uma área de conhecimento dentro da Comunicação.

Parto do pressuposto de que é fundamental, para uma sociedade e uma comunicação realmente equânime, que os estudos de comunicação e a prática comunicativa adotem (e reflitam sobre) uma perspectiva de gênero. Dessa forma, será desenvolvido um diálogo com autoras que ajuízam sobre uma epistemologia feminista e com teóricos e teóricas do campo da comunicação. Tentarei entender quais são os pontos que aproximam e distanciam as duas teorias. Essa será uma discussão inicial e certamente parcial, pois há muita complexidade e instabilidade envolvendo a consolidação das duas epistemes, que, inevitavelmente, passam pelas perguntas: o que é feminismo (ou o que são feminismos)? O que é comunicação?

Para esta pesquisa, assumo perspectiva feminista como sinônimo de perspectiva de gênero, ambas significando uma visão crítica e uma prática de desnaturalizar e desconstruir o conhecimento ancorado em uma visão parcial do mundo, ainda que o contraponto também resulte, conforme Haraway (1995), em uma interpretação parcial. A

² Algunos actores sociales tienen así una capacidad mayor para crear, imponer y reproducir significados sociales, para construir la realidad social. Los informadores son un grupo con más poder que la mayoría para construir la realidad social.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

hipótese na qual estão baseadas as interpretações teóricas deste estudo é que, no arcabouço construtivo da própria teoria jornalística, anterior portanto às práticas adotadas, estão os elementos impeditivos da construção de um paradigma equânime sob a perspectiva de gênero, entre eles, ideais de objetividade e neutralidade. Logo, espero que as reflexões a serem realizadas sobre alguns desses princípios fundantes possam apontar caminhos para, aliando as duas práticas, superá-los.

Existe uma epistemologia feminista?

A base do modo de fazer científico tradicional é o positivismo. Essa afirmativa implica no entendimento de que a ciência está pautada no real, no preciso, no correto, conceitos que encontraram no capitalismo as condições de fortalecimento (MEDITSCH, 1992). Para Molinier (2014), os ideais de Comte estavam de acordo com as ideias hegemônicas de sua época e foram uma forma de frear as tendências progressistas e feministas que surgiam na França. A ciência, nessa perspectiva, mantinha as mulheres ligada à esfera doméstica, ao biológico e dificultava sua emancipação. Vale lembrar que não foram poucos os estudos científicos que diminuíam até mesmo a capacidade intelectual das mulheres.

O correto da ciência possui, assim, uma perspectiva, como Bleier (1986, p. 15 apud FARGANIS, 1997, p. 234) denuncia: “Qual é a autoridade que, estando acima de qualquer discussão, garantiu que só a ciência não é contaminada por preconceitos androcêntricos, conceitos e métodos patriarcais?”. O distanciamento e a neutralidade costumam apenas reforçar o *status quo*, justamente o que os feminismos contestam. A epistemologia feminista reivindica um novo modo de fazer ciência, demanda que novas perguntas sejam feitas, gera um contra-discurso, que não apenas inclua as mulheres, mas também outras minorias políticas.

Fazer uma ciência feminista é também restaurar o lugar das mulheres na história. A igualdade de gênero passa por uma revisão e uma abertura da ciência a essa questão (SCHIEBINGER, 2001). Apesar de ser possível chegar a uma nova forma de ver o mundo a partir de uma perspectiva feminista da ciência, ainda que haja “rupturas, há também



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

muitas permanências em relação à tradição científica” (RAGO, 1998, p. 3). A introdução da ideia de gênero nos estudos feministas, por exemplo, veio da necessidade de fugir do determinismo biológico presente na noção de sexo. No entanto, ainda se prende, ou se prendia inicialmente, ao binário feminino/masculino. Conforme se tem registro, quem mencionou o termo pela primeira vez foi o psicanalista americano Robert Stoller, em 1967, ao apresentar a identidade de gênero para distinguir natureza e cultura. Seria ele feminista? Um pouco mais tarde, em 1975³, com a publicação de um artigo da antropóloga americana Gayle Rubin, o conceito ganhou mais força com a menção ao ‘sistema sexo/gênero’ (SAFFIOTI, 2009), definido por ela como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 2). Com a utilização e com o passar dos anos, o conceito de gênero passou a assumir outros significados e entendimentos, sendo assim considerado mutável historicamente (SCHIEBINGER, 2001). Dessa forma, as dicotomias sexo/gênero, biologia/cultura, feminino/masculino vêm sendo cada vez mais questionadas e problematizadas (SAFFIOTI, 2009) e tem nos estudos de Judith Butler um dos mais fortes aparatos teóricos.

Os elementos-base dos estudos que compõem o que vem sendo tratado como epistemologia feminista são todos plurais nos mais diversos sentidos. Os movimentos feministas possuem diversas fases e diversas frentes; a opressão às mulheres pode ser maior, menor ou diferente de acordo com elementos como raça, etnia, classe social, orientação sexual e outros; a ideia de gênero, como já explicitado, também é múltipla e variável historicamente, assim como todos outros elementos. Ou seja, somando ao sexismo, uma gama de interseccionalidades de subordinações também tem sido levadas em conta nos movimentos e estudos mais recentes. Para Matsuda (1991), sempre devemos procurar para além do que parece mais óbvio, e um método simples para isso pode ser o questionamento.

³ Este ano foi declarado pela ONU Ano Internacional das Mulheres, o que deu maior visibilidade aos estudos e movimentos existentes. Na mesma data, a instituição também ratificou a celebração do Dia Internacional das Mulheres.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A maneira como tento entender a interconexão de todas as formas de subordinação é através do método que chamo de "fazer a outra pergunta". Quando vejo algo que parece racista, pergunto: "Onde está o patriarcado nisso?" Quando vejo algo que parece sexista, pergunto: "Onde está o heterossexismo nisso?" Quando vejo algo que parece homofóbico, pergunto: "Onde estão os interesses de classe nisso?" (MATSUDA, 1991, p. 1189).

As ideias da autora podem ser relacionadas com uma das propostas de Foucault (1999) para a análise de discursos, a inversão, a qual recomenda que o lado contrário de um recorte seja observado⁴. Embora simples na teoria, a prática de desnaturalizar não é fácil, pois pressupõe uma reinvenção de nós mesmas/os. No entanto, parece ter sido o caminho de preferencia dos estudos feministas, talvez porque a própria lógica feminista, de desestabilizar o *status quo*, seja contra as permanências. Assim, a incompletude, a multiplicidade, a incerteza e o eterno movimento de construção e desconstrução parecem ser a marca da perspectiva de epistemologia feminista que quero tratar, muitas vezes entendida como pós-moderna ou como um pós-modernismo de resistência (de oposição à ordem social vigente), como dito por Buarque de Hollanda (1992), uma forma de combater uma falsa normatividade. O objetivo dessa episteme em formação, que possui outras correntes além da pós-moderna, é, principalmente, entender a influência do gênero na produção do conhecimento (ANDERSON, 1995, p. 50).

Haraway (1995) defende que a ciência é sempre parcial e que, portanto, posicionar-se de forma crítica e com responsabilidade é essencial. O que ela chama de objetividade feminista se enquadra nessa visão. "A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto" (HARAWAY, 1995, p. 21). No mesmo sentido, Galvão (2002) também chama a atenção para o conhecimento situado, já que até mesmo as práticas científicas podem refletir as subjetividades de quem pesquisa. Para Rago (1998), é preciso ter cuidado para que nessa procura e descoberta de uma teoria feminista do conhecimento

⁴ Os outros princípios são a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pesquisadoras do Sul Global⁵ não incorporem um debate que vem pronto do Hemisfério Norte. Há muitas autoras que fazem essa crítica e que pleiteiam uma perspectiva de debate que incluía as peculiaridades da América Latina e de outros países que foram colonizados, como a indiana Chandra Talpade Mohanty⁶. Em defesa de uma teoria que não repita os erros que critica, Femenías (2007), partidária de um feminismo latino-americano, propõe que seja realizado uma Tráfico de Teorias. Isso significa que as proposições devem ser ressignificadas de acordo com o contexto local.

Conforme Sardenberg (2002), independentemente da linha de pensamento, do caminho seguido, os saberes que são relevantes para as mulheres e para sua inclusão como igual na sociedade podem e devem ser entendidos como uma ciência feminista, a aceitação de sua parcialidade e transitoriedade a fortaleceria ainda mais. E não é (ou deveria ser) justamente essa a lógica do pensamento/conhecimento? “A tensão entre conhecimento e ignorância leva ao problema e às tentativas de solução. Mas nunca é superada. Pois se descobre que nosso conhecimento consiste apenas em sugestões de solução provisórias e experimentais” (POPPER, 2006, p. 96-97). Essa é apenas uma das muitas teses de Popper que poderiam ser utilizadas para entender que, em maior ou menor grau, toda ciência é instável e incompleta. Na mesma linha, Kaplan (1975, p. 23-24) afirma ainda que “o que se passa em determinada ciência é afetado não apenas pelo que se passa em outras, mas também pelo pensamento da época a respeito de questões religiosas, políticas, artísticas e outras mais”. Ainda assim, talvez tivesse sido mais fácil a aceitação de estudos feministas enquanto conhecimento científico se eles permanecessem ancorados em conceitos e propostas estanques, em uma mulher única e universal, mas esse, felizmente, não é o caminho que os estudos feministas, de gênero e sexualidade estão seguindo.

⁵ A expressão é utilizada por pesquisadoras como as australianas Raewyn Connell e Rebecca Pearse, autoras do livro *Gênero: uma perspectiva global* (2015), o qual justamente contribui para incluir perspectivas não hegemônicas que também fazem parte do arcabouço epistemológico do conhecimento feminista.

⁶ Há dois artigos da autora que podem ser consultados para aprofundar o assunto: *Bajo a los ojos de Occidente* (1984) e a versão atualizada dele *De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente”* (2003).



Existe uma epistemologia da comunicação?

Questionar sobre a existência de uma epistemologia da comunicação pode parecer sem sentido, já que este é um campo que, apesar de multidisciplinar e altamente modificável por sua relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação, já está mais consolidado – todas as grandes universidades possuem cursos na área, por exemplo. Mas a ambiguidade e falta de consenso da área talvez seja tão grande quanto a dos estudos feministas, caso se tente fugir (e não parece haver alternativa) da resposta primeira e mais instintiva à pergunta: o que é comunicação? Ou qual é o objeto da comunicação (MARTINO, 2001a)?

Os processos comunicativos no interior da cultura de massa constituem certamente o objeto da Comunicação, mas a característica inalienável, e portanto mais própria a esta disciplina, reside na perspectiva que ela adota, ou seja, na interpretação desses processos tendo como base um quadro teórico dos meios de comunicação. Trata-se de uma leitura do social realizada a partir dos meios de comunicação (MARTINO, 2001b, p. 31).

Provavelmente o ponto mais crítico na consolidação da área de comunicação ainda é “a excessiva concentração de esforços na formação profissional” (SODRÉ, 2014, p. 94) e a ênfase na tecnologia. “Nessa conjuntura psicossocial, a teorização da cientificidade do campo tende a ser considerada como desnecessária para dar prosseguimento à reprodução universitária dos saberes parciais, mutáveis ao sabor das novidades técnicas postas no mercado”, critica Sodré (2014, p. 101). O mercado tem determinado o currículo dos cursos de comunicação desde o início, “cursos profissionalizantes de comunicação – (o de jornalismo, sobretudo) – antecederam a criação das teorias, que vieram quase a reboque, complementando a formação técnica e abrindo-a para sua dimensão humanista e social” (FRANÇA, 2001, p. 48). No entanto, o uso de tecnologias, o avanço e a sistematização das técnicas, a abundância de informações não garante, por si só, avanços na comunicação.

Assim, ao fugir de um aprofundamento e de um melhor conhecimento do campo, as teorias da comunicação ficam estagnadas, o pensamento crítico se atrofia. A derrubada da necessidade do diploma para exercer a profissão de jornalismo, em 2009, após 40 anos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de vigência, foi um sinal de que a falta de interesse pela episteme comunicacional por parte das/dos profissionais da área levará também a uma maior precarização das relações de trabalho. Todos os comentários dos oito (de onze) ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiram a favor da extinção da obrigatoriedade do diploma à época ignoravam a profissão enquanto parte de uma área de saber. Hoje o registro profissional de jornalista e publicitário/a pode ser obtido por meio da apresentação de diploma de curso superior ou atestado que comprove a prática.

Medina (2008) lembra das influências racionalistas e positivistas de René Descartes e Auguste Comte presentes no jornalismo ainda hoje. Para ela, esses princípios já não são mais suficientes para guiar a comunicação em um cenário de incertezas, e, acrescento, de crise, como o contemporâneo.

A solda da ação comunicativa, não importa se direta ou indireta, por meio de suportes tecnológicos, origina-se e se consuma (ou não) na ética solidária, na técnica partilhada e na poética da afetividade. O signo que acontece no processo de comunicação não se esgota nem nas intenções argumentativas da racionalidade instrumental nem na ilusão da eficiência fria das máquinas: o signo acontece na cultura da relação, e esta se alicerça no *estar afeto a* (MEDINA, 2008, p. 48).

Ainda que julgados impossíveis e até mesmo indesejáveis de acordo com o compilado teórico realizado por Barros Filho (1995), ideais de objetividade e um rol de recomendações derivadas dessa disposição continuam a rondar a prática comunicativa do jornalismo – originárias de um modo de fazer estadunidense. Diante da percepção de que os modos de fazer jornalísticos, enquanto área da comunicação, não podem basear-se em uma racionalidade redutora, em um tecnicismo exagerado, autoras como Medina conclamam a abertura a uma nova perspectiva, a um equilíbrio, à valorização das relações, de uma abertura à sensibilidade.

Uma aproximação entre a epistemologia feminista e a epistemologia da comunicação

De acordo com o apresentado, é possível estabelecer diversos pontos em que a epistemologia feminista se aproxima e se distancia da epistemologia da comunicação em



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

termos de desafios e dificuldades enquanto consolidação e reconhecimento como campo. Contudo, vale a pena esclarecer o conceito de campo antes. Segundo proposta de Bourdieu, a teoria do campo consiste em:

retratar a modernidade como um processo de diferenciação nas esferas semiautônomas e cada vez mais especializadas de ação (por exemplo, os campos da política, economia, religião e produção cultural). Tanto dentro como entre essas esferas – ou campos –, as relações de poder estruturam fundamentalmente a ação humana (BENSON; NEVEU, 2005, p. 2-3, tradução nossa⁷)

Os campos são entendidos ainda como “arenas de luta em que indivíduos e organizações competem, inconscientemente e conscientemente, para valorizar as formas de capital que eles possuem” (BENSON; NEVEU, 2005, p. 4, tradução nossa⁸). Os conceitos *habitus* – estruturante das práticas, *illusio* – relacionado ao investimento emocional e cognitivo, e *doxa* – pressupostos tácitos de um campo, são ainda fundamentais ao entendimento da teoria do autor (BENSON; NEVEU, 2005).

Pontos de aproximação e distanciamento

Tanto a epistemologia da comunicação como a epistemologia feminista são campos ainda jovens e, por isso, sujeitos a mais instabilidades que outros. Nesse sentido, a comunicação possui certa vantagem por ser um pouco mais madura e por já ter espaço em todas as grandes instituições de ensino, enquanto os estudos feministas, embora em ascensão, ainda estão bastante limitados a grupos de estudos e linhas de pesquisa dispersas em diferentes áreas do saber. Por outro lado, o campo comunicacional apresenta uma instabilidade provavelmente maior que qualquer outro, já que está inevitavelmente cada vez mais ligado às Tecnologias da Informação e Comunicação – uma das razões de sua instrumentalização, mas também portadora de grandes possibilidades para a

⁷ portraying modernity as a process of differentiation into semiautonomous and increasingly specialized spheres of action (e.g., fields of politics, economics, religion, cultural production). Both within and among these spheres – or fields – relations of power fundamentally structure human action.

⁸ arenas of struggle in which individuals and organizations compete, unconsciously and consciously, to valorize those forms of capital which they possess.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consolidação da episteme (QUIROGA, 2013). Além disso, há um crescente interesse pelas teorias feministas, o que tem ocorrido menos em relação às teorias da comunicação. De outro modo, como já apontado, a instabilidade não pode ser vista como algo puramente negativo, pois também significa a possibilidade de renovação.

Outros objetos em comum dos dois campos são suas influências recebidas e geradas sobre cultura e política e, conseqüentemente, narrativas e discursos. Os feminismos são movimentos políticos que lutam para que a cultura e os discursos em torno da divisão de gênero, inclusive refletida no modo de fazer científico, sejam não-excludentes e não-depreciativos. Os meios de comunicação, inseridos em uma lógica comercial, costumam reforçar a ordem vigente. Assim como a grande imprensa, de viés neoliberal, costuma agir no sentido de manter o *status quo*. Portanto, em geral, os movimentos feministas estarão exercendo pressão no lado oposto dos grandes veículos de comunicação, embora também haja certa margem de manobra (difícil de medir) dentro dos próprios veículos de comunicação para subversões. Os meios de comunicação para não serem meros reprodutores da ideologia dominante que costuma determinar o entendimento que se faz da realidade social devem manter uma criticidade constante, lembrando sempre da responsabilidade social exigida pela força e amplitude de sua atuação. Cabe observar que nos últimos anos surgiram diversos *sites*, *blogs* e produções comunicativas alternativas que valorizaram o viés de gênero, no entanto, apesar de importantes para simpatizantes de movimentos sociais como os feministas, eles possuem um alcance ainda limitado em comparação à grande imprensa⁹. Indo ao encontro do que Gayatri Chakravorty Spivak diz, em *Pode o subalterno falar?*, falar não basta, é preciso se escute também. Isso é comunicação.

E ainda, o campo da comunicação ganha espaço a partir de necessidades de mercado. Sodré (2014) lembra que a criação dos cursos de jornalismo, por exemplo, está relacionada a uma preocupação elitista diante da difusão de publicações consideradas popularescas, uma forma de controle, embora a prática informativa também esteja

⁹ Comumente, atribui-se esse título aos veículos jornalísticos mais tradicionais, que geralmente possuem mais recursos, qualidade técnica e, conseqüentemente, maior capilaridade.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

intimamente ligada com direitos de liberdade de expressão, comunicação e informação. É uma relação realmente contraditória. Já o campo da epistemologia feminista surge justamente da necessidade de buscar uma alternativa aos discursos hegemônicos, que refletem o posicionamento dos homens, geralmente brancos e de classes sociais privilegiadas, ainda que, também haja uma visão, como já dito, de feministas do Norte Global, que tende a se impor. Entre as diversas correntes feministas, há quem critique e quem defenda a adesão ao discurso neoliberal. A essência dos feminismos também torna esse fenômeno paradoxal. Para Fraser (2015), os feminismos que aderem a essa lógica acabam gerando uma igualdade frágil e ilusória.

O desafio de adotar uma perspectiva de gênero na comunicação

Em uma busca rápida realizada no sistema de censos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2010), cujo último ano com a divulgação dos dados desagregados é 2010 (até o início da execução deste artigo), foram encontradas apenas sete linhas de pesquisa em comunicação com essa perspectiva, de um total de 1.149 (Tabela 1), o que reflete também em uma menor produção acadêmica que relacione as duas áreas. A busca teve como base os radicais mulher(es), femin(ino/ismo/s) e gênero.

Tabela 1: Linhas com foco em relações de gênero na área de comunicação por universidade – Brasil – 2010

| | Universidade | Linha de Pesquisa |
|---|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) | Cultura científica, gênero e jornalismo |
| 2 | Universidade Federal da Bahia (UFBA) | Culturas e Gênero |
| 3 | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Discurso corporal e suas estratégias: gênero, etnia e faixa etária |
| 4 | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Gênero, arte e tecnologia |
| 5 | Universidade de Santo Amaro (UNISA) | Mídia, classes sociais, gênero e etnia |
| 6 | Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Gênero e sexualidades |
| 7 | Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Representação de identidades corporais e gênero social contemporâneos pelos discursos da mídia |

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2010)



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Se o quadro atual ainda está longe do ideal, o histórico que apresenta a evolução dos dados do CNPq (2016a) mostra que existe margem para a inserção de linhas de pesquisa que relacionem a epistemologia feminista a cada um dos campos. De 2002 (apesar de não ser o primeiro ano apresentado na série histórica do CNPq, usei aqui como referência por ter sido o ano em que o formulário do senso realizado pelo CNPq se tornou online e, portanto, permite uma comparação mais acertada com os posteriores) para 2016, o número de linhas de pesquisa cresceu de 50.473 para 147.392. Isso, é claro, tem também a ver com o aparecimento de novas instituições, impulsionada por uma valorização do ensino superior e pesquisa nos governos Lula e Dilma, e, conseqüentemente, com maior número de pesquisadores e pesquisadoras envolvidos e envolvidas. O crescimento desses indicadores tende a refletir em mais pluralidade, inclusive estimulada pela política de cotas; o aumento do número de mulheres – brancas, negras, indígenas, das elites, da periferias, transexuais, heterossexuais, homossexuais... –, por exemplo, pode fazer com que outras demandas surjam e, assim, se formem novos grupos e linhas de pesquisa.

No que tange a área específica de comunicação, o número de linhas passou de 299 em 2002 para 1.788 em 2016. A título de comparação, até mesmo áreas das ciências exatas, como a matemática, tiveram um aumento significativo de linhas no mesmo período – passou de 705 para 2.098 (CNPq, 2016c). Os indicadores referentes à área de conhecimento não incluem dados sobre sexo ou gênero, o que é um ponto negativo. O sexo apenas é levado em conta no quantitativo geral de pesquisadores e pesquisadoras (e líderes de grupos) e estudantes, evidenciando ainda que, apesar do sexo feminino representar a maioria nos diversos níveis, as lideranças de grupo ainda estão de forma esmagadora nas mãos do sexo masculino (CNPq, 2016b e 2016d). O que ainda é preciso fazer para mudar essa tendência? No Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – PPGC FAC/UnB, embora as linhas de pesquisa possuam projetos com objetos de pesquisa que utilizem uma perspectiva de gênero, a grade curricular está limitada a uma disciplina optativa chamada gênero e comunicação.

O encontro entre a episteme comunicacional e a episteme feminista é essencial.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Se a prática da comunicação ainda está longe de refletir a pluralidade e a equidade almejada por feministas e por aqueles e aquelas que desejam uma sociedade mais justa e mais humana, a pouca maturidade teórica talvez possa ser utilizada a favor da inclusão de novas formas de fazer e pensar a comunicação.

Na prática do/da profissional de comunicação, adotar uma perspectiva de gênero, em geral, ainda não é prioridade. A publicidade, por exemplo, ainda se vale muito do uso de estereótipos associados ao gênero feminino e a outras minorias. Além do mais, muitas vezes acaba se apropriando e explorando para fins comerciais os discursos de movimentos sociais, distorcendo suas propostas ou as tonando superficiais, como no caso da propaganda da Pepsi, protagonizada pela modelo americana Kendall Jenner (branca), que faz alusão ao movimento Black Lives Matter, o qual denuncia a opressão policial contra pessoas negras. Após uma enxurrada de críticas, o comercial foi retirado do ar e a Pepsi teve que emitir um pedido de desculpas (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2017).

No que tange ao jornalismo, não faltam exemplos de casos de misoginia, uso de estereótipos, falta de representatividade e linguagem inadequada. Entre os mais marcantes estão as notícias relacionadas à ex-presidenta Dilma Rousseff, o famoso perfil da atual primeira-dama Marcela Temer retratada como ‘Bela, recatada e do lar’ e os muitos episódios de marginalização e desrespeito mulheres transexuais, em termos de representação e linguagem especialmente. Todos esses episódios, e muitos outros, reforçam a posição das mulheres como subalternas, como menos competentes e menos humanas.

Considerações finais

Neste artigo, tentei fazer apontamentos sobre o campo da comunicação e dos estudos de gênero/feministas e mostrar as relações entre eles. Ambas as áreas do saber apresentam dificuldades semelhantes no que tange a consolidação enquanto conhecimento.

Para uma comunicação mais inclusiva é essencial que pesquisadores e pesquisadoras se comprometam com investigações com perspectiva de gênero, raça etc.,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

isso alavancará o surgimento de outras linhas de estudos. Com mestres e mestras mais atentos e atentas a esses aspectos, o ensino também se tornará mais reflexivo, o aprendizado mais crítico e a prática menos automatizada. A aceleração informacional prejudica o pensamento; se o/a profissional não tiver uma bagagem crítica, acaba apenas reproduzindo o senso comum, geralmente favorável aos poderes dominantes.

O comprometimento com a lógica de mercado e com posicionamentos políticos dificulta a aplicação prática de uma perspectiva de gênero na comunicação. Devemos repensar sobre a própria natureza das profissões da área. Entre a lógica de mercado e o interesse social, como lidar com interesses tão contraditórios? Se o jornalismo se baseia no interesse público e nos direitos de cidadãos e cidadãs, por que estamos deixando de atender pelo menos metade da população?

Uma sociedade mais inclusiva depende também de uma comunicação mais inclusiva. Para isso, é essencial que a área não se reduza ao fazer técnico, automatizado e se debruce no desenvolvimento do pensamento teórico, além de levar em conta alternativas que valorizem práticas realmente comunicativas, o que pressupõe uma valorização efetiva das alteridades. Talvez daí surjam as bases para uma nova ordem comunicacional, uma que seja verdadeiramente voltada para o social.

Referências bibliográficas

AGENCE FRANCE-PRESSE. Pepsi pede desculpas e tira do ar comercial com Kendall Jenner em protesto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2017/04/pepsi-pede-desculpas-e-tira-do-ar-comercial-com-kendall-jenner-em-protesto-9766044.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology: an interpretation and a defense. **Hypatia**, v. 10, n. 3, 1995. p. 50-84.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. Introduction: field theory as a work in progress. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge and Malden: Potity, 2005. p. 1-25. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/305442544/BENSON-NEVEU>>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Introduction-Field-Theory-Work-Progress>. Acesso em: 3 jul. 2018.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. Introdução – Políticas da teoria. In: **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretórios de grupos de pesquisa no Brasil**: censo atual. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual/>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

_____. **Diretórios de grupos de pesquisa no Brasil**: estudantes por nível de treinamento e sexo. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-nivel-detreinamento-e-sexo>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **Diretórios de grupos de pesquisa no Brasil**: linhas de pesquisa por área. Brasília, 2016c. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area2>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **Diretórios de grupos de pesquisa no Brasil**: pesquisadores por liderança sexo e idade. Brasília, 2016d. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-sexo-e-idade>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. **Plano tabular**: diretórios de grupos de pesquisa no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/planotabular/index.jsp>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latino-americano. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr., 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000100002>>. Acesso em: 5 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <<http://www.campusbreves.ufpa.br/ARQUIVOS/FACLETRAS/SANDRAJOB/foucault-m-a-ordem-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2018.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELD, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-60.

FRASER, Nancy. Prefacio a esta edición. ¿Hacia dónde se dirige el feminismo? El destino



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de la igualdad en la crisis. In: _____. **Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal.** Madrid y Quito: Traficantes de Sueños/IAEN, 2015. p. 13-15. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Fortunas%20del%20feminismo%20-%20Traficantes%20de%20Sue%C3%B1os.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

GALVÃO, Clarissa. **Contribuições da epistemologia feminista para uma ciência crítica da ciência moderna.** Teoria e Metodologia das Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <<http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/04/contribuicoes-da-epistemologia.html>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. UNICAMP, **Cadernos PAGU**, n. 5, 1995, p. 7-41. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 1 maio. 2018.

KAPLAN, Abraham. Metodologia. In: _____. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento.** São Paulo: EDUSP, 1975. p.5-29.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELD, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001a. p. 11-25.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELD, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001b. p. 27-38.

MATSUDA, MARIJ. Beside my sister. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991. p.1183-1192.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos.** São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina Silveira da (Org.). **Jornalismo e acontecimento.** Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

_____. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: UFSC, 1992.

MOLINIER, Pascale. Augusto Comte e o gênio feminino ou o romance de uma “concorrência fatal”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. (Org.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** São Paulo: Unesp; Brasília: UnB, 2014. p. 25-40.



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

POPPER, KARL. A lógica das ciências sociais. In: **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins, 2006. p. 92-115.

QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional**. 2. ed. Campina Grande: Eduepb, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpos, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SAFFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Series Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – jun. 2009**. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=ontogenese-e-filogenese-do-genero-ordem-patriarcal-de-genero-e-a-violencia-masculina-contramulheres>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Redor, 2002. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismociencia.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo**: mudou a ciência? Bauru: Edusc, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.



Um ensaio sobre dor e BDSM

**Raquel Basilone Ribeiro de Ávila¹
Paula Sandrine Machado²**

Resumo: O ensaio relata a experiência de uma performance com práticas sadomasoquistas em um bar na cidade de Porto Alegre/RS, criada e apresentada pela autora. A partir disso, explica como o entendimento de tais práticas pode ser relacionado ao tema escolhido para a referida apresentação, liturgias da religião cristã, em diálogo com Foucault. Por fim, destaca a importância das materialidades (humanas e não humanas) utilizadas na performance, nas práticas que produzem (múltiplas) dores, pela análise proposta por conceitos de Donna Haraway e Karen Barad.

Palavras-chave: BDSM; dor; corpo; feminismo

Apresentação

Três corpos humanos, vinte agulhas, velas, vinho, música, roupa, sapato e alguns chicotes. Foi assim que iniciei³ uma performance em um bar de Porto Alegre/RS, inspirada em práticas do BDSM. E é sobre tal experiência que este ensaio se debruça, tecendo considerações suscitadas por alguns conceitos que integram o referencial teórico da pesquisa de mestrado em psicologia social no programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como tema a produção da dor no BDSM.

A referida cena aconteceu em um bar de Porto Alegre/RS, localizado no bairro Cidade Baixa, de tradição boêmia. O público que o frequenta é de classe média, majoritariamente branca, já acostumada à programação do local voltada ao burlesco, ao erótico, artes circenses e a outras manifestações artísticas diversas. Foi ali que cada elemento humano e não humano pôde emergir em intra-ação⁴.

Para dar início à performance foram levados ao palco (cujo espaço era rodeado pelo

¹ Graduada em Ciências Sociais pela UEL; mestranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

² Graduada em Psicologia pela UFRGS, mestra e doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

³ As cenas citadas no artigo e as referências em primeira pessoa foram protagonizadas pela primeira autora deste trabalho, Raquel Basilone.

⁴ Intra-ação é um termo cunhado por Karen Barad para se contrapor a “interação”, que presume a pré-existência de entidades independentes de um fenômeno. (BARAD, 2003, p. 815)



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

público e no mesmo plano dele, demarcado por um foco de luz) andando de quatro no chão, um corpo de mulher e um de homem. E teve início a ação. A liquidez do vinho, em uma tigela metálica no chão, achou seu caminho pela língua que o sorveu nos meus pés, que estavam sendo ali banhados (buscando analogia no ritual cristão da lavagem dos pés e na metáfora do sangue de cristo o mote para uma cena de podolatria⁵). As agulhas com que perfurei os braços acharam, na acoplagem com um fitilho de cetim, a posição de imobilidade que os joelhos dobrados completaram para uma confissão e uma oração – inventada e debochada – que eu exigiria em seguida (relacionando a posição tradicional da reza – de joelhos e mãos unidas em frente ao peito – à da submissão). Uma por vez, as duas pessoas, uma em frente à outra, ambas segurando vela em suas mãos, foram incitadas também pelo público a confessar seus pecados considerados mais vergonhosos e íntimos perante o público. Em seguida, cada qual fez uma oração e entregou a vela que segurava para mim, para receber a cera quente na pele dos braços e das costas. Também houve chicotadas que infligi como penitência. Numerosos e ruidosos estalos, que se impuseram no impacto entre o couro do chicote e o corpo oferecido, ecoaram pelo ambiente. Ao fim, foi alcançada uma espécie de êxtase, produzido na dor e envolto no simulacro da purificação – algo bem próximo ao gozo, mas cujo deleite é diferente e de difícil descrição. Não é minha intenção aqui buscar exprimir com exatidão em palavras o que sentiram as pessoas envolvidas na cena e sim buscar quais elementos tiveram agência quando a prática aconteceu para que a dor fosse produzida daquela maneira específica.⁶

A cena descrita foi elaborada por mim mediante conhecimentos que não adquiri apenas de leituras, mas também de experiências. O fato de ter participado de comunidades de praticantes de BDSM no Brasil desde 2009, como Dominadora, me permitiu uma visão privilegiada sobre o tema em questão. Utilizo tal metáfora referenciando a teórica Donna Haraway (1995), que afirma, enquanto metáfora, a natureza corpórea da visão para evitar oposições binárias, já que tradicionalmente na ciência afirma-se um olhar conquistador que não vem de lugar algum.

⁵ Podolatria é explicada como “adoração de pés”. (LEITE JR, 2000, p. 35)

⁶ Anexo 1



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pósindustriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens, isto é, aqui, na barriga do monstro, nos Estados Unidos no final dos anos 80. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados. (Haraway, 1995, p. 18)

Neste sentido, consciente de que a objetividade pede posicionamento crítico, ser Dominadora⁷ (enquanto quem exerce e é reconhecida nessa posição) me coloca num lugar específico de leituras e produção de conhecimento que é importante ser explicitado e cujo esforço de elaboração passa por facilidades, como acesso privilegiado de experimentações e saberes, e por dificuldades, como o estranhamento necessário à produção de novas conclusões e desenvolvimentos sobre o tema. Colocando-me em tal parcialidade, não prescindindo da interpretação, em sua complexidade, nem da racionalidade.

Para que tal posicionamento seja compreendido é preciso explicar o que é o BDSM sem reduzi-lo a algo cuja fixidez não corresponda às grandes possibilidades de variações possíveis de sua nomeação e às definições variadas que alcança na literatura acadêmica. Por isso optei primeiramente por lembrar a correspondência popular com o termo sadomasoquismo e explicitar que tem na sua sigla o acrônimo B/d – bondage e disciplina, D/s – dominação e submissão, S/m – sadismo e masoquismo. As práticas aí inseridas podem ser pensadas em um universo mais amplo denominado *kinky sex*⁸, tendo como corte distintivo a erotização do poder. Neste contexto, poder é utilizado no sentido de hierarquia, de autoridade, e de contratualização. Tal noção de contrato, ainda que raramente seja escrito, é elemento importante da negociação enquanto momento em que parceiros/as podem se alinhar mediante limites, expectativas e, especialmente, consensualidade. Ao mesmo tempo, implica na verticalização da autoridade envolvida de maneira específica,

⁷ Dominadora assume uma maneira específica de exercer a posição de Top na relação, conforme será explicado mais à frente no texto.

⁸ *Kinky sex* deliberadamente não traduzido pela insuficiência de uma palavra em português que alcance sua abrangência, poderia ser compreendido como um amplo leque de fetiches, fantasias e/ou perversões. Leite Jr (2000) aborda esse universo de práticas desviantes das “normais” como contraponto às formas de sexo convencionais, denominadas “baunilha”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

dividindo praticantes entre Tops, bottoms e Switchers⁹.

A consensualidade é central para o BDSM, como regulação que legitima e coloca em questão, juntamente, o que é seguro e o que é saudável nesse universo. A primeira terminologia adotada nesse sentido foi a da tríade SSC (São, Seguro e Consensual), com a exigência de uma palavra de segurança para sinalizar limites ou necessidade de término de uma prática em curso (WEINBERG; WILLIAMS, C. J.; MOSER, 1984, p. 385). Nesse sentido, apesar de ter tido reformulações, como o RACK (Risco Assumido e Consentido no Kink), que coloca em questão práticas consideradas mais pesadas¹⁰, as três premissas anteriores continuam funcionando como princípios, por mais que a consideração do risco seja um marco importante na maneira de se pensar sobre consensualidade e segurança que outras propostas tenham surgido nesse sentido. (WILLIAMS, D. J. *et al.*, 2014)

E é dentro do debate das implicações do consentimento, que foi levantado por Gayle Rubin (2003) e Carol Vance (1984) na década de 80 nos EUA, que o tema do BDSM mostra aspectos de importância e peso. As regulações mencionadas fizeram com que o BDSM encontrasse consciência de conotação política, ganhando força junto a grupos gays e lésbicos. Para dar força a tal movimento, Carol Vance (1984), Gayle Rubin (2003) e Patrick Califia (2000) criticaram posicionamentos de feministas anti pornografia e anti BDSM que condenavam a assimetria de poder nessas relações, condenando-as por considerá-las inerentemente uma mera extensão do privilégio masculino. As autoras apontaram que este argumento ressoou como os discursos anti-sexuais e conservadores, ameaçando as liberdades civis e sexuais, especialmente das próprias mulheres.

No Brasil, a pioneira na literatura sobre o tema é Wilma Azevedo (s/d, 1986),

⁹ *Top* é a pessoa que controla a situação e *bottom* quem recebe e se submete, nesse contexto. São expressões em inglês que oferecem a possibilidade de não estabelecer a correlação com um gênero (na linguagem) ou um par específico do acrônimo, como Bondagista, Dominador/a, submisso/a, Sádico/a, masoquista, etc, relacionando somente quem está acima e abaixo na relação hierárquica. Tal diferença é reforçada através da escrita, com maiúscula para se referir a papéis que estão na posição de *Top* e minúscula para papel de *bottom*. *Switcher* é a pessoa que pode assumir uma ou outra posição, negociando conforme a circunstância e pessoa.

¹⁰ As práticas mais pesadas, também chamadas de *edge play* (cuja tradução seria práticas “de limite”), seriam as que envolvem mais destreza na manipulação de acessórios, alta intensidade de dor e contato com sangue como inserção de agulhas, cortes com navalhas e bisturis, espancamento que chegue ao ponto de romper a pele, etc.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

colaborando com o conceito de “sadomasoquismo erótico”. Ela problematiza a noção de “consenso”, considerado com seriedade entre praticantes do BDSM enquanto distinção da violência. Através dos escritos dela, publicados em revistas eróticas e jornais, as pessoas começaram a criar círculos de amizades, mediante correspondências e classificados, em torno do interesse em comum sobre o assunto. Há também estudos acadêmicos sobre o tema, tendo vários destaques. Em sua monografia, Jorge Leite Jr aborda as práticas que compõem o que nomeia como “cultura S&M” mediante “uma diferença marcante e precisa entre o sujeito “sadomasoquista” estudado pelas ciências da psique e o adepto da cultura S&M”. (LEITE JR, 2000, p. 4) Ele mapeia a existência de homens e mulheres que praticavam rituais de dor e prazer em plena concordância entre si às margens das interpretações oficiais. A antropóloga brasileira Maria Filomena Gregori (2015, 2016) se faz presente, com seus estudos sobre BDSM contextualizados pelo “mercado erótico”, assim como em sua ampla pesquisa etnográfica em clubes de reunião e convivência da comunidade BDSM, fornecendo rico material de pesquisa. Sem dispensar a crítica feminista em suas análises, ela afirma: “Trata-se, inegavelmente, de uma dinâmica viva que supõe a criação ou invenção de novas normas, bem como idiomas diversificados para velhas e persistentes restrições” (GREGORI, 2015, p. 248). No livro “Prazeres Perigosos” a autora dedica-se à análise de sex shops em São Francisco, nos EUA, e em São Paulo, se debruçando, especialmente, sobre as festas e clubes BDSM da cidade de São Paulo. A obra mostra um olhar sensível aos espaços e a importância de alguns objetos, chegando a assinalar importantes investigações sobre a dor como tensionadora de momentos decisivos de uma cena observada, como quando, por exemplo, a pele vira carne mediante o flagelo. (GREGORI, 2016). Regina Facchini possui artigos dedicados à investigação do BDSM no contexto brasileiro relacionando questões de direitos sexuais. Alguns destes artigos foram escritos junto a Sarah Machado, cuja dissertação fez um levantamento e análise de obras escritas por praticantes de BDSM (contos, livros, *blogs* e *sites* de internet) que articulam redes científicas, artísticas e ativistas. (FACCHINI; MACHADO, 2013a, 2013b; FACCHINI, 2016)

Após uma breve apresentação do tema e de como me encontro engajada nele,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mostrarei um entendimento particular do tema escolhido, que aponta para alguns entrelaçamentos históricos sobre sexualidade e cristianismo, levantados por Foucault (1988) na primeira das três partes da obra *A História da Sexualidade*.

A influência cristã na constituição da *scientia sexualis*

Foi pensando em alguns tensionamentos entre cristianismo e sexualidade que a performance relatada buscou referência. O objetivo da cena não foi pensado para estabelecer uma relação linear e estabilizada entre o cristianismo e a moral sexual como dedução lógica de correspondência em que uma define a outra, e sim para criar alternativas de leitura que permitissem deslocamentos de entendimento a respeito de normas estabelecidas sobre corpo e sexo.

Segundo Foucault (1988), a constituição da *scientia sexualis* guarda relação com o modo como a sexualidade passa a ser estudada pela ciência, trazendo vestígios da religião cristã. Foi desse modo que o controle uma vez exercido pela religião sobre a sexualidade alcançou o saber biomédico. Nesse sentido, retomar tal discurso implica em visibilizar as forças políticas que marcaram a interpretação do assunto durante um tempo e cuja influência ainda pode ser observada em produções de campos do conhecimento como sexologia e psiquiatria.

Na obra *A História da Sexualidade*, Foucault (1988) discorre sobre o peso exercido, não apenas pela medicina, como também pela religião, no controle da sexualidade. Tendo a crítica da hipótese repressiva como uma das contribuições mais significativas, ele dá visibilidade estratégica a determinadas estruturas de poder (e resistência) e sua capacidade de atuar nos corpos dos indivíduos exercendo controle – o que adquire sentido específico no mecanismo do dispositivo de sexualidade. Esse dispositivo liga as sociedades de soberania e sociedades disciplinares, estabelecendo-se inicialmente através de práticas confessionais. O estímulo do ato de confessar era fixado, já no século XVII, como não apenas a obrigação de confessar as infrações às leis da Igreja, mas também de dizer a si mesmo e a outrem, tudo que pudesse se relacionar com o jogo dos prazeres que tivessem alguma ligação com o sexo. Nessa época, na França, tal



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

costume era aplicado apenas a uma elite, embora fosse obrigatório a todo fiel, enquanto prescrição para um bom cristão.

Mediante a confissão transforma-se todo desejo em discurso – falar sobre sexo é o que instaura a possibilidade de organizar e regular sobre ele. Com o passar do tempo, os discursos se multiplicaram em diversos mecanismos como a economia, pedagogia, medicina e justiça, sempre sob a égide da objetivação do sexo em forma de diferentes incitações para fazer falar dele: o suposto segredo que é falado, ouvido, registrado, reproduzido. Desse modo, esse discurso tem em si o nexos de instrumentalização de determinado jogo de verdade¹¹ – o que adquire sentido específico no mecanismo do dispositivo de sexualidade¹². (FOUCAULT, M, 1988) Não se trata de afirmar que existe um único “regime de verdade discursivo”. A verdade é produzida pelo e no discurso, e o que Foucault procura mostrar é que essas “verdades” podem se modificar a partir do momento em que as regras de formação dos discursos que carregam essas supostas verdades são modificadas. Esse sentido de modificação nunca é absoluto, a transformação carrega rastros do que foi abandonado.

Torna-se preciso decidir o que se faz e como é a forma correta de pensar e agir, estabelecendo a forma de um saber-poder condicionado politicamente. Anteriormente pautando as vidas e corpos pela via da religião, essa mesma lógica de controle depois irá reger a medicina, já em outro regime, legitimada em nome da ciência. O biopoder, nesse âmbito, consiste num conjunto de práticas estatais instrumentalizadas por meio de técnicas de poder que buscam exercer o controle sobre os indivíduos, na anátomo-política do corpo, e sobre as populações, assegurando a propriedade sobre a vida e o direito, fazendo isso a partir do dado biológico humano. Dessa forma, o discurso médico encontrou legitimidade para regular corpos e práticas em função de jogos de verdade. (FOUCAULT, 2011)

¹¹ Mais especificamente “jogos da verdade e do sexo”, referem-se aos efeitos de uma determinada racionalidade legada pelo século XIX, que produziu, através da *ars erotica* (em algumas sociedades não ocidentais) e *scientia sexualis* (na nossa civilização) o sexo como verdade. (FOUCAULT, 1988, p. 55–56)

¹² Por dispositivo pode-se entender um conjunto heterogêneo constituído por discursos (sejam estes científicos, morais, filosóficos, religiosos), construções arquitetônicas, decisões regulamentares e leis. É por meio desse conceito que se torna possível estabelecer relações entre seus próprios elementos constitutivos.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Por isso o dispositivo da sexualidade mostra ser um conceito que tem importância para o entendimento de forças e resistências que fazem o discurso sobre sexo materializar entendimentos normativos sobre ele. Sabendo que o entendimento médico, sob a égide legitimada de uma determinada ciência, historicamente patologizou o sadomasoquismo no CID (Classificação Internacional de Doenças) e DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e que as formas de se relacionar do BDSM envolvem necessariamente o poder, esse dispositivo permite compreender e organizar os jogos de verdade aí implicados. A classificação de sadismo tal como conhecida atualmente vem de 1834, na França, com a oitava edição do Dicionário Universal de Boiste indicando “aberração horrível do deboche, sistema monstruoso e anti-social que revolta a natureza” (LEITE JR, 2006, p. 238). Posteriormente, foi novamente utilizada pelo psiquiatra alemão Krafft- Ebing (2000) e adicionada da variante masoquismo, com sentido patologizante, fazendo referências ao campo da literatura, apoiando-se nos autor da literatura europeia do século XVII, Marquês de Sade, e XVIII, Sacher-Masoch, cujos nomes foram utilizados à revelia dos mesmos¹³.

Acoplagens materiais em intra-ação

Apesar de não existir possibilidade de fuga dos controles exercidos sobre a sexualidade, há práticas inseridas neste conjunto que permitem ampliar e desgenitalizar a noção de prazer (e dor). Pode-se mesmo constatar registros de práticas que mesclavam estímulos sexuais ao uso da dor, separadas como físicas ou mentais¹⁴, que datam do antigo Egito sem conotação negativa, assim como também existiam esses tipos de técnicas em sociedades pré-letradas. (WEINBERG; WILLIAMS, C. J.; MOSER, 1984). Não é minha intenção descrevê-las para o presente trabalho, mas salientar que práticas sexuais envolvendo dor não são exclusividade da sociedade ocidental moderna.

¹³ E encontram-se ainda inscritos na Classificação Internacional de Doenças sob o código CID 10 F 65.5 e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais codificado no DSM-5.

¹⁴ A separação entre físico e mental, nessa perspectiva, pressupõe a divisão corpo e mente, cisão cartesiana questionável e já amplamente criticada na literatura filosófica da fenomenologia, mas cuja discussão não será aprofundada aqui.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Reforço que não se trata, com tal exemplo, de universalizar o sexo como condição da natureza. Se desenvolvida, tal afirmação só poderia, no limite, demonstrar a regulação discursiva sobre a sexualidade e o corpo genealogicamente explicada por Foucault anteriormente. Acrescento que as noções de tecnologia e técnica apresentam importantes encadeamentos para se pensar em corpo e sexualidade, conforme diz Preciado:

Para Foucault, a técnica é uma espécie de micropoder artificial e produtivo que não opera de cima para baixo, mas circula em cada nível da sociedade (do nível abstrato do Estado ao da corporalidade). [...] As técnicas disciplinadoras da sexualidade não são um mecanismo repressivo, e sim estruturas reprodutoras, assim como técnicas de desejo e de saber que geram as diferentes posições de sujeito de saber-prazer. (PRECIADO, 2014, p. 156)

Enquanto teoria estratégica de resistência ao poder, as propostas contrassexuais defendidas pelo autor na obra *Manifesto Contrassexual* (PRECIADO, 2014) são bastante potentes. Destaco aqui o estabelecimento de relações contratuais s/m e de que a arquitetura do corpo é política. Novamente em diálogo com Foucault, referenciando a desgenitalização do prazer (FOUCAULT, Michel, 2004, p. 263–264), Preciado propõe a utilização do dildo (sendo uma de suas variações semânticas os acessórios de práticas s/m). Segundo o autor: “O dildo se revela, assim, como mais um instrumento entre outras máquinas orgânicas e inorgânicas (as mãos, os chicotes, os pênis, os cintos de castidade, os preservativos, as línguas etc.) e não simplesmente como a réplica de um único membro.” (PRECIADO, 2014, p. 79)

Entra em questão nessa formulação contrassexual a materialidade do que produz o ato sexual, a plasticidade do corpo e a arbitrariedade de sistemas culturais binários heterocentros. O dildo não é, então, fiel à natureza dos órgãos, ele corrompe a verdade do sexo. (PRECIADO, 2014).

Vou um pouco adiante, pensando na agência da matéria não humana levada em questão, embora de diferentes maneiras, por teóricas como Donna Haraway (1998, 2000) e Karen Barad (2003). Para apresentá-las, é preciso primeiramente mostrar onde se localizam nos desenvolvimentos da teoria feminista, retomando alguns embates causados pela virada linguística contemporânea, que fez com que muitas feministas se voltassem aos modelos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de construtivismo social. O pós-modernismo e o pós-estruturalismo ajudaram a demonstrar como as práticas discursivas constituem a posição social das mulheres. Tal transformação fomentou interconexões entre poder, conhecimento, subjetividade e linguagem – o que permitiu compreender gênero a partir de uma nova perspectiva, possibilitando perceber como gênero se articulou com marcadores como classe, raça e sexualidade, inseridas em um sistema cultural que funciona como a linguagem. No entanto a dicotomia linguagem/realidade, que reitera o real e material como inteiramente constituídos pela linguagem, ainda não tinha sido questionada, tendo como consequência que a teoria feminista e os estudos culturais ficassem centrados totalmente sobre o textual. Uma das consequências dessa dualidade é o corpo ser olhado mediante o discurso a respeito dele, excluindo a atenção sobre os corpos vivos e materiais e as práticas corporais em desenvolvimento. (ALAIMO; HECKMAN, 2008)

Por isso, pensar por um paradigma que leve a sério as materialidades é entender que a existência da dor no BDSM é relacional às acoplagens que são possíveis, considerando que os objetos são dotados de agência específica, posto que possuem peso, textura, forma, etc. Trata-se da escolha de um viés teórico que reconhece a importância das materialidades na produção do conhecimento e do mundo, colocando em cheque a separação entre discursivo e real (sem se deslocar entre esses polos, ou melhor, eliminando essas polaridades) e descentralizando a figura humana como central para compreensão do mundo.

Pensar essa dor nos termos de Karen Barad é considerar como na *intra-ação*¹⁵, enquanto conceito central para este fenômeno, as fronteiras dos objetos e das pessoas não são definidas com anterioridade ao que está sendo feito, pois são performadas e não constitutivas. Os próprios corpos se materializam pela *intra-atividade* iterativa de modo que as propriedades mesmas de objetos e pessoas tornam-se definidas de maneira inseparável. É preciso apontar que a própria observação é constitutiva dessa produção, que é ao mesmo tempo discursiva e material, o que propõe repensar a questão da agência, reconfigurando a noção de performatividade. (BARAD, 1998, 2003)

¹⁵ *Intra-ação* (em contraste com interação) é um termo utilizado por Karen Barad (2003, 2007) para desestabilizar a metafísica do individualismo, sendo que indivíduos não preexistem por si mesmos e sim ganham materialidade através de relações de agência humana e não humana.



I AQUECIMENTO DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A noção de dor que está sendo discutida aqui, então, é relacional a tudo que está envolvido em alcançá-la na prática, tanto quanto as ferramentas conceituais que utilizo para escrever sobre. Igualmente, só adquire sentido a nomeação dor, material e discursivamente, entendendo o contexto do BDSM enquanto prática erótica também, observando que os objetos também agem porque se comunicam com esse universo de adeptos/as.

Introduzo o conceito de difração para ampliar a ideia. Haraway baseia-se na ótica¹⁶ para cunhar o termo, revendo a noção de reflexão, que apresenta a lógica de uma imagem igual invertida. Enquanto metáfora visual, o padrão difrativo é estrategicamente acionado para estimular a consciência crítica, provocando o alargamento e espalhamento das ideias pela produção, por exemplo, de uma objetividade comprometida com múltiplos saberes. Deste modo, é possível esquadrihar onde aparecem os efeitos de diferença ao invés da mera replicação ou reprodução. Segundo a autora, uma das colaborações deste conceito para o fazer científico é quebrar a lógica representacionista por recusar a repetição invertida que o conceito 'reflexão' sugere. Assim, a lógica da cópia é questionada em favor do que possa proporcionar articulações inusitadas. Ao invés da ilusão da fixidez e da essencialização, a autora sugere o treino de uma visão mais sutil. (HARAWAY, 1998). Karen Barad também utiliza este termo, entendendo que:

[...] um fenômeno material-discursivo que desafia a suposta separabilidade inerente de sujeito e objeto, natureza e cultura, fato e valor, humano e não humano, orgânico e inorgânico, epistemologia e ontologia, materialidade e discursividade. A difração marca os limites da determinação e permanência das fronteiras. (BARAD, 1997, p. 381)

Em um entendimento difrativo do tema, as fronteiras entre dor e prazer podem ser borradas numa cena BDSM, mas jamais para tomar partido de um desses polos. Portanto, quando digo que cera quente de vela foi derramada sobre a pele de alguém durante uma performance em que estavam sendo agenciados vários elementos da liturgia cristã, é preciso considerar que uma palavra de segurança é combinada com anterioridade para garantir a consensualidade, que a distância foi calculada para que o quente fosse suportável (o que,

¹⁶ Na física, a difração é o fenômeno que acontece quando uma onda encontra um obstáculo, como uma fenda, espalhando e alargando-se. Um exemplo conhecido é o arco-íris.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

inclusive, pode variar de uma pessoa para outra, assim como diferentes velas tem pontos de fusão diversos conforme o material utilizado para confeccioná-la), e que cada lugar do corpo tem uma sensibilidade à temperatura. As chicotadas não são as mesmas quando se impactam na pele tiras de couro ou de borracha de pneu, sendo que a borracha tem certa aderência típica de sua textura, sendo facilmente reconhecida por quem apanha. As larguras das tiras também fazem com que a região de contato seja maior ou menor, concentrando a força de maneiras diferentes e produzindo diversas intensidades.

Cada elemento da cena é particular e torna-se significado nas relações articuladas naquele espaço e instante. São múltiplas dores, mesmo tendo em comum o universo BDSM e a negociação das relações performadas. A partir do momento que o prazer anular a dor a tensão se desfará e, com ela, o poder de ser uma prática que tem nesse mecanismo mesmo da tensão o que faz dela atraente.

Referências bibliográficas

ALAIMO, Stacy; HEKMAN, Susan. Introduction: Emerging Models of Materiality in Feminist Theory. In: ALAIMO, Stacy; HEKMAN, Susan (Org). **Material Feminism**, Bloomington: Indiana University Press, pg. 1-22, 2008.

AZEVEDO, Wilma. **Tormentos Deliciosos**. São Paulo: Graphic Vision, s/d.

_____. A Vênus de Cetim. São Paulo: Editora Ondas, 1986.

BARAD, Karen. Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, 1998. v. 10, n. 2, p. 87.

_____. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 2003. v. 28, n. 3, p. 801–831. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/345321>>.

_____. **Meeting the Universe Halfway**. Durham & London: Duke University Press, 2007.

CALIFIA, Patrick. Feminism and Sadomasochism.pdf. **Public Sex: the culture of radical sex**. San Francisco: Cleis Press, 2000.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: men possessing woman**. London: The Women's



Press, 1981.

FACCHINI, Regina. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. **Cadernos Pagu**, 2016. n. 47, p. e164714. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470014%0Ahttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200601&lng=pt&tlng=pt>.

_____; MACHADO, Sarah R. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 195–228, 2013a.

_____; _____. DO SANDOMASOQUISMO ERÓTICO AO BDSM: discursos de legitimação, direitos sexuais e convenções sociais sobre gênero e sexualidade no contexto brasileiro pós- redemocratização. Florianópolis: [s.n.], V. 10, p. 2179–510. 2013b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, 2004. p. 260–277.

GREGORI, Maria. F. **Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995. n. 5, p. 07-41.

_____. **Modest–Witness @ Second–Millenium**. FemaleMan–Meets–Oncomouse. New York: Routledge, 1998.

KRAFFT-EBING, R. Von. **Psychopathia sexualis: as histórias de caso**. Martins Fo ed. São Paulo: [s.n.], 2000.

LEITE JR, Jorge. **A Cultura S&M**. [S.l.]: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

_____. **Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia bizarra como entretenimento**. Annablume ed. São Paulo: [s.n.], 2006.

PRECIADO, Paul. B. **Manifesto contrassexual**. n-1 edição ed. São Paulo: [s.n.], 2014.

_____. **Museu, lixo urbano e pornografia 1**. 2018. p. 20–31.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. **Cadernos Pagu**, 2003. n. 21.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

VANCE, Carol. S. *Pleasure and Danger*. Boston, London, Melbourne and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1984.

WEINBERG, M. S.; WILLIAMS, C. J.; MOSER, C. *The Social Constituents of Sadomasochism* Author (s): Martin S . Weinberg , Colin J . Williams and Charles Moser Published by : University of California Press on behalf of the Society for the Study of Social Problems Stable URL : <http://www.jstor.org/sta>. **Social Problems**, 1984. v. 31, n. 4, p. 379–389. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/800385>>.

WILLIAMS, D. J. et al. From “ssc” and “rack” to the “4cs”: Introducing a new framework for negotiating BDSM participation. **Electronic Journal of Human Sexuality**, 2014. v. 17.

ANEXO 1





**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS





A Lógica de Peirce: pontos de contato com os Estudos de Gêneros

**Anelise Wesolowski Molina¹
Raquel Cantarelli Vieira da Cunha²**

Resumo: O presente artigo trata das relações entre a Lógica peirceana e as teorias de gênero. Levando em consideração o esquema filosófico de Peirce, que estabelece que a Ética, a Estética e a Lógica são as três Ciências Normativas e estão intimamente interligadas, trabalhamos também com tais conceitos. Além disso, tomamos uma série de outros conceitos caros à Lógica com objetivo de aproximarmos esta dos estudos de gêneros, contribuindo para o campo e para a investigação científica em outros termos epistemológicos, mais condizentes e mais próximos aos estudos de gênero, sexualidades e afetividades. Nos valendo de pesquisas bibliográficas, acreditamos ter contribuído para uma reflexão a respeito dos saberes potencialmente conectáveis e que podem enriquecer nosso campo de investigação.

Palavras-chave: Semiótica; Teorias da Comunicação; Epistemologia; *Queer*; Feminismo.

Introdução

*“A mudança é o processo
essencial de toda a existência.”*
Mr. Spock

O presente artigo pretende discutir as potenciais e mutáveis relações entre a lógica de Charles Sanders Peirce e algumas vertentes das teorias de gênero, mais precisamente o que toca às Teorias Feministas e às Teorias *Queer*. Tal associação é suscitada pelo recente envolvimento que nós, pesquisadoras, tivemos com a Semiótica e, principalmente, com o entendimento da Semiótica Peirceana. Estamos num movimento de pensarmos sobre o que pensamos. Em meio a tanto dogmatismo acadêmico e social,

¹ Mestra em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Fotógrafa profissional nas áreas de Fotografia Publicitária e Fotografia de Moda. Docente em Ensino Superior nas áreas de Fotografia e Audiovisual. Pesquisadora nas áreas de Fotografia, Gênero e Filosofia da Comunicação. Atualmente, docente na Universidade Católica de Brasília (UCB) e coordenadora do Projeto de Pesquisa ComGenUCB. E-mail: anelise.molina@gmail.com

² Mestra em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Docente em Ensino Superior nas áreas de Teorias da Comunicação, Linguagem Publicitária e Redação Publicitária. Atualmente, docente na Universidade Católica de Brasília (UCB) e integrante do Projeto de Pesquisa ComGenUCB. Doutoranda em Comunicação Social (Teorias da Comunicação - Semiótica) na Universidade de Brasília. E-mail: raquelcantarelli@gmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

esse evento nos pareceu uma provocação para relacionarmos questões não antes relacionadas por nós: semiótica e gêneros. Nos encontramos em uma aproximação com a semiótica e estamos tocadas pelo que temos descoberto. A semiótica que conhecíamos era um modelo, algo utilitarista para ser aplicado. De repente, nos deparamos com outra semiótica e ela é encantadora. Uma semiótica que nos fez perceber que o pensamento pode ser promíscuo, justamente quando pensamos fora dos elementos que o dogmatizam o saber e o próprio pensamento. Percebemos que a compreensão precisa se dar de outros lugares além dos limites que nós mesmos acabamos colocando sobre o conhecer. Quando pensamos dessa forma metodologicamente, entendemos que não é algo que se aplica, mas é um processo mental. Portanto, a pesquisa deixa de ser o resultado para tornar-se o processo. Ao termos a semiótica como uma perspectiva analítica e interpretativa, buscaremos estabelecer uma relação entre comunicação, gêneros e sexualidades, propondo uma dinâmica entre os conceitos para, assim, compreendê-los de maneira mais ampla, como uma forma de estar no mundo. E essa dinâmica entre os conceitos, esse movimento que pretendemos propor é, justamente, o sinequismo e a continuidade, conceitos caros à Semiótica Peirceana. As inquietações que no colocamos passam pelo coração, pois estamos num movimento de compreender a importância dessas relações e suas implicações. Portanto, propomos uma discussão semiótica dentro das discussões feministas, *queer* e de gêneros em geral porque a semiótica nos convida a sair das dicotomias, das descontinuidades e absolutizações, a juntar os elementos; e, em nosso entendimento, quando falamos de gêneros, precisamos tomá-los como uma forma de estar no mundo, não estanque e permeáveis às mudanças.

A lógica peirceana foi, durante muito tempo, incompreendida em sua totalidade e resgatada cada vez que se fazia clara a necessidade de um processo interpretativo em relação aos signos; vastamente usada em estudos linguísticos e imagéticos e incorporada como uma "técnica", a semiótica peirceana teve seu espectro de atuação limitado ao estudo analítico e interpretativo dos signos e de sua diversidade. A tríade peirceana que todos os professores de semiótica desenham no quadro negro é um exemplo de como Peirce teve seus estudos de lógica pobremente interpretados e simplisticamente



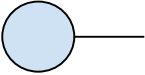
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

apropriados, inclusive pelas Teorias da Comunicação. No Brasil, a partir do início dos estudos semióticos que datam de 1972, tal horizonte limitado de apropriação da lógica peirceana tem marcado tanto a pesquisa quanto o ensino de semiótica nos cursos de Comunicação Social.

A lógica peirceana foi definida pelo próprio como o estudo das estruturas de pensamento e foi chamada de Semiótica. Muito mais que um método de análise, a lógica é uma visão ampla de como se processam os pensamentos e de como tais estruturas atingem sujeitos e realidades, em um processo retroalimentar e de final indefinido. A lógica de Peirce trabalha, realmente, em tríades e a mais clássica e conhecida é a tríade entre Signo, Objeto e Interpretante. É a partir dela que desenvolve-se uma série de relações que, segundo o teórico, tentam abarcar as formas como os fenômenos são apresentados à consciência - a grande soberba teórica está no fato de que muitos pesquisadores consideram que a aplicabilidade semiótica é capaz de elucidar completamente o objeto estudado, enquanto o próprio Peirce afirmava que não existe um "final" para tal busca, pois a própria semiose é um processo infinito. Peirce ainda estabelece uma estrutura para essa apresentação dos fenômenos (*faneron*³) à mente; tal estrutura é definida como por meio da Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, classicamente apresentada da seguinte forma:

QUADRO 1: A tríade sîgnica e as categorias fenomenológicas

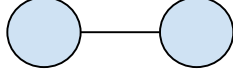
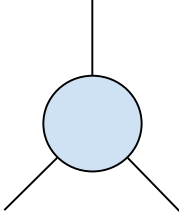
| Categoria Natureza | Natureza | Figura | Característica |
|--------------------|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeiridade | Quali-signo |  | Refere-se ao ícone, pertence à natureza da qualidade de sentimento. A haste na figura representa o estado de ser, o que é sem estar ligado a mais nada. Associa-se a expressões como intuição, instante, sentimento, espontâneo. |

³ Faneron (CP 1, 284): "[...] por faneron entendo a totalidade coletiva de tudo aquilo que, de alguma maneira e em qualquer sentido que seja, está presente ao espírito, sem considerar de modo algum se isso corresponde a alguma coisa de real ou não."



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | | |
|--------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Secundidade | Sin-Signo |  | Refere-se a índice; tem as características do real. A haste na figura neste caso representa algo “conectado” a alguma coisa. Aqui o sentimento se corporifica ou se encarna em algo. |
| Terceiridade | Legi-Signo |  | Símbolo. O desenho faz referência a uma representação mais ampla, em que algo pode estar com uma multiplicidade de relações, apontada pelas hastes em várias direções. É a instância em que se formam os conceitos. |

Fonte: ALVES, 2007, p. 6.

Já para o desenvolvimento da reflexão a qual nos propomos no presente trabalho e seguindo a definição que o próprio Peirce atribuiu à lógica, ampliaremos alguns aspectos da compreensão de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. A partir do entendimento mais amplo e sistêmico da base da lógica peirceana, poderemos prosseguir com as relações propostas aqui:

- 1) Primeiridade: é o aspecto totalmente livre de um pensamento. Antes de racionalizarmos algo, nós sentimos tal coisa. Antes dele se tornar algo materializável, é apenas um instinto selvagem, algo que intuímos e algo que tem a potencialidade de se transformar em qualquer coisa. Como na interpretação de Copenhagen, em estado de primeiridade a ideia ainda não existe, é apenas um potencial à realidade e não podemos prever para ela uma definição. Está atrelada à Estética⁴ e ao Tiquismo e pertence ao âmbito mental. É efêmero pois quando sentimos, racionalizamos e a racionalização põe fim à primeiridade.
- 2) Secundidade: em princípio, a secundidade falará do real, do físico, daquilo que é limitado por uma definição. A Secundidade acontece quando um aspecto intuitivo em Primeiridade é racionalizado e torna-se "real". Mas não podemos por "real" algo definitivo. A Secundidade fala de uma lei operativa da natureza mas leva em

⁴ Estética (CP 1.573, c. 1906): “a teoria do próprio ideal, a natureza do *summum bonum*”.



consideração que a regularidade das leis da natureza é constantemente violada em nível infinitesimal, portanto a secundidade observa em si mesma uma variabilidade e, assim sendo, pode ser considerada parcialmente real, pois está, ainda, sujeita à variabilidade. Está ligada ao mundo, à abdução, ao "aqui e agora", à existência física (mas não somente) e, por consequência, à morte.

- 3) Terceiridade: é quando, a partir da secundidade, ou seja, das coisas que se apresentam a nós no mundo, elaboramos um conceito, elaboramos uma convenção, damos uma interpretação a algo que se mostra a nós de forma real. É também um sentimento, pois constitui-se de uma experiência mental - é o que fica em nós após tomarmos conhecimento de qualquer fenômeno notável pelo espírito. É, de certa forma uma sistematização da qual a mente é capaz a partir de um fenômeno registrado por ela. Constitui-se em um fenômeno coletivo, pois o estabelecimento de convenções a partir dos fenômenos, de certa forma, "molda" a realidade do mundo que é, afinal, coletivo - o que a conecta diretamente com a Ética⁵. A terceiridade é, novamente, ligada ao âmbito mental e geral, ligada à aprendizagem, à cognição e à interpretação.⁶

Desta forma, estabelecemos aqui alguns parâmetros que facilitam o entendimento da forma como interpretamos a Lógica de Peirce e de como tal lógica deverá contribuir para as reflexões a respeito dos Estudos de Gêneros a partir da Epistemologia Feminista e das Teorias Queer. Trataremos-las em separado, aproximando-as dos conceitos da Lógica peirceana quando for pertinente e atravessando-as com o entendimento semiótico a partir da semiótica explicitada até aqui quando tais atravessamentos fizerem sentido e contribuir para enriquecer os conceitos trazidos para o campo dos gêneros.

A Teoria Feminista e a Lógica Peirceana

Primeiro falaremos um pouco sobre a epistemologia feminista em alguns de seus

⁵ Ética (CP 1.573, 1906): a ética é a ação consciente de seguir o admirável. O bem ético está em contribuir para que o universo se manifeste.

⁶ Ética, Estética e Lógica (Semiótica) formam mais uma vez uma tríade e compõem as Ciências Normativas, dentro do esquema filosófico de Peirce.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

aspectos que são mais consonantes com as concepções de Peirce. Como a concepção de pergunta genuína, interessada e que passa pelo coração, bem como a continuidade e a indefinição de fronteiras que marcam a Lógica Peirceana.

Sobre a dúvida Genuína, Peirce nos fala que ela tem uma gênese que não é teórica e sim uma gênese na experiência. A dúvida meramente teórica não tem o poder de abalar algo em que nós cremos de fato. A dúvida através da experiência coloca em crise uma crença estabelecida e gera a motivação necessária para que se realize o real ato da investigação. E, ao final do processo de investigação não só nossas definições teóricas podem ter se modificado, mas nossa conduta e nosso modo de estar no mundo também. Somente a dúvida que passe pelo coração é capaz de empreender tal mudança profunda. Desta forma, poderemos traçar um paralelo com a teoria e *praxis* feminista.

(...) para construir um saber que sirva também como resistência e que tenha um potencial de mudança social, não estaríamos falando de uma pesquisa engajada, interessada e pertinente com as necessidades do cotidiano das pessoas? Não estaríamos falando de uma ciência feminista? Isso se caso o fazer epistêmico feminino não seja definido como algo desviante; não seja menosprezado como algo inválido ou, resumindo: não se trabalhe obstinadamente para manter a dicotomia cartesiana que caracteriza a ciência como ela tem sido. A teoria empirista Feminista acredita propor "entendimentos menos racionalizados, menos perversos, menos defensivos, menos distorcidos, menos falsos e mais completos dos mundos natural e social" (HARDING, 1989, p.24). Esfumar as margens, indefinir os limites, repensar nossa maneira de formular conceitos é uma mudança que não passa só pelo racional, passa por toda uma reestruturação do mecanismo mental e sentimental quando falamos em fazer ciência (MOLINA, 2017, pg. 05).

Quando falamos de esfumar as fronteiras, poderíamos estar trazendo a tona o conceito de Sinequismo⁷ (Continuidade) em Peirce, já que a definição e a ordem são características que marcam uma episteme cartesiana e não são encontradas nem na lógica peirceana e nem na Epistemologia Feminista. Uma ideia de codependência e de continuidade no que se refere às ideias e à investigação científica, a certeza da coletividade do saber e da construção corporativa de realidade marcam estes dois saberes

⁷ Sinequismo (CP 6.202, 1983): Continuidade, fluxo. A tendência que a natureza tem de adquirir hábitos, mas que não são leis estanques - explica a evolução das leis naturais. O Sinequismo explica também o modelo de processo mental de Peirce (quando morro meu pensamento não acaba, pois existe uma continuidade entre passado, presente e futuro).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

confrontando a ideia egoísta de genialidade, de autoria e de superioridade científica.

Tais características, inerentes tanto às teorias como às *praxis* feministas, são bases fundantes de toda uma nova episteme. Ainda acreditamos que a complexidade da Lógica Peirceana seria uma forma de atenuar o fato da teoria feminista, muitas vezes, acabar encerrando a si mesma nas críticas, dificilmente agindo de forma propositiva em termos de reformular aquilo que pretende derrubar. O pensamento peirceano vem para, juntamente com a crítica feminista, ajudar a encontrar alternativas aos modelos epistemológicos vigentes e estruturalmente masculinos, buscando modelos de investigação que possam inspirar estudantes a buscar novas alternativas de objetos e metodologias de pesquisa.

Teorias Queer e aproximações com Semiótica

Em segundo lugar, falaremos das Teorias *Queer* e de como a Lógica Peirceana relaciona-se com esta. Segundo Adriano Azevedo Gomes de León, as Teorias Queer tem cinco pontos principais (GOMES DE LEÓN, 2010):

- 1) a multiplicidade e fragmentação das identidades⁸: essas são compostas por múltiplos fatores (classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, etnia, etc.) e podem também articular-se de diferentes formas, priorizando mais um ou outro fator;
- 2) qualquer identidade constituída é, na verdade, excludente, pois silencia outras identidades possíveis. A constituição de uma identidade passa a ser não uma forma de libertação, mas uma maneira de enquadrar-se em um modelo; seja ele o modelo padrão ou um modelo desviante. Ao mesmo tempo, as identidades são vistas como mutantes e arbitrárias;

⁸ O conceito de Identidade segundo a perspectiva *queer* pode ser lido como um conceito de pós-identidade ou ainda de TRANSidentidade, dado que a mutabilidade ou a natureza fluida dos sujeitos *queer* dão espaço para que a identidade não seja algo estanque, naturalizado, reproduzido e imutável. Na perspectiva *queer*, identidades estanques são inoperantes socialmente, pois não propõem a troca de experiências e nem a eterna evolução, ou semiose, se formos incorporar a lógica peirceana.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

- 3) o papel político dessa identidade fluida não é descartado, é, sim, visto como uma nova ferramenta para formulações alternativas em termos políticos e sociais para a coletividade;
- 4) as Teorias *Queer* consideram que uma teoria de gênero que marca e valoriza a identidade homossexual só está reafirmando a estrutura vigente, baseada em hétero e homossexualidade. Assim como em termos políticos, defende que deve ser estudada uma nova forma de estruturação das identidades de gênero, fora dos padrões baseados no que se conhece até aqui como identidades “normais” e identidades “aberrantes”;
- 5) as Teorias *Queer* apresentam-se como uma maneira geral de teorizar, tanto sobre os corpos e o desejo, como sobre política, relação social, cultura e comportamento.

Com base nestes pontos principais, podemos traçar alguns paralelos entre as Teorias *Queer* e a Lógica de Peirce, perpassando somente alguns conceitos fundantes do autor. Começando pela negação de uma identidade de gênero constituída, pois constituir uma identidade seria, por si só, uma forma de excluir as possibilidades de identidades outras, sendo uma forma de eliminação do outro e deixando de contribuir com o crescimento da razoabilidade⁹, o que é avesso à ética peirceana - que diz que qualquer eliminação do diferente é um ato antiético; o papel político de tais identidades fluidas ganha importância justamente aí: deixar espaço para a mutação das identidades de gênero e outras é uma forma de contribuir para a diversidade a plena assimilação de quaisquer diferenças.

Ainda é considerado, nas Teorias *Queer*, que as identidades, além de mutantes, são arbitrárias, abrindo espaço para o Tiquismo¹⁰ e as infinitas possibilidades de configuração de sexualidades e afetos que a natureza humana seria capaz de manifestar. Fica evidente a negação de quaisquer dicotomias de gênero e qualquer tipo de binarismo,

⁹ Razoabilidade (CP 5, 3, 1903): é o crescimento contínuo da potencialidade das ideias. É um despertar constante. Encontra-se no estado da primeiridade, que é a ideia ou pensamento em seu potencial máximo de possibilidades. A ética peirceana vai dizer que quaisquer formas de cercear a razoabilidade constitui uma atitude anti-ética.

¹⁰ Tiquismo (CP 6.158, 1983): é o acaso, a surpresa. Resulta de desvios infinitesimais das leis naturais. É tudo aquilo que acontece espontaneamente e não pode ser previsto ou pensado com antecedência.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

o que corrobora com a não separação que Peirce faz entre mente e corpo, entre matéria e pensamento e qualquer formação de pensamento dicotômico pertinente ao pensamento cartesiano.

Por fim, como uma teoria que não se restringe nem às sexualidades, nem aos afetos e nem às questões políticas, e sim vê todas estas coisas como partes co-dependentes da existência e da natureza humana, as Teorias *Queer* estão intimamente ligadas ao Sinequismo¹¹ peirceano. A noção de Continuidade aqui reaparece e esclarece a dinâmica contínua de conceitos tanto na Lógica de Peirce quanto nas Teorias *Queer* - conceitos e práticas sempre abertas à mudança a partir da experiência vivida no mundo.

Além disso, a própria distinção que a Lógica Peirceana faz entre Hábito e Dogma é, puramente, o conceito dos gêneros nas Teorias *Queer*: Enquanto o Dogma é uma definição e se esforça para excluir a falibilidade, a dúvida e o indefinido, o Hábito abarca estas três coisas e é, justamente, a mobilidade ou a dinâmica do Hábito que nos permite relacionar o (até então) irrelacionável, dando espaço para as ideias novas. Ao contrário do Dogma, o Hábito é uma ideia/ação, uma pré-disposição a atuar de uma determinada maneira mas sempre aberto à surpresa. Aberto também ao coletivo, ao comportamento comunal e às contribuições da comunidade que podem vir de forma espontânea. Além disso, o conceito de espontaneidade¹² aparece em Peirce para excluir da investigação científica o "está posto" e o "está terminado", incitando o investigador a retomar sua dúvida cada vez que uma crença deparar-se com um fator novo. E, desta forma, o sujeito do pesquisador está em eterna reconfiguração e a própria ciência não pára de mudar e contribuir para o crescimento da Razoabilidade.

Considerações Finais

Pretendemos, com este breve artigo, emoldurar algumas das possibilidades de

¹¹ Sinequismo (CP 6.202, 1983): Continuidade, fluxo. A tendência que a natureza tem de adquirir hábitos, mas que não são leis estanques - explica a evolução das leis naturais. O Sinequismo explica também o modelo de processo mental de Peirce (quando morro meu pensamento não acaba, pois existe uma continuidade entre passado, presente e futuro).

¹² Espontaneidade: oposta ao determinismo ela se dá quando entendemos a continuidade (CP 6.148,1982).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

relação que existem entre a Lógica de Peirce e algumas vertentes dos estudos de gênero, cientes que tais possibilidades são muito mais amplas. Ainda deixando claro que tais associações não são definitivas e nem tendem a imutabilidade. Contamos com a nossa vivência, nossas pesquisas e nossa intuição para mostrar o contrário: que todo conhecimento é algo vivo e faz parte de um universo em constante transformação.

Referências Bibliográficas

ALVES, Raphael Freire. **O Instante Decisivo: uma estética anárquica para o olhar contemporâneo.** Universidade Estadual de Londrina. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação Lato Sensu em Fotografia: Práxis e o Discurso Fotográfico, Londrina, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 3a.ed. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Undoing gender.** Routledge. New York, 2004.

CASTRO, Susana. **Filosofia e Gênero.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

HARDING, S. **The instability of the analytical categories of feminist theory.** In: M. R. Malson, J. F. O'Barr, S. Westphal-Whil & M. Wyr, (Eds.), *Feminist theory in practice and process* (pp. 4-34). Chicago: University of Chicago Press, 1989.

JENSEN, Klaus Bruhn. **Teoria e filosofia da comunicação.** Matrizes, vol. 2, núm. 1, 2008, pp. 31-47 Universidade de São Paulo: 2008.

LEÓN, A. A. G. . **As Artes da Tirania: sexo, Foucault e Teoria Queer.** Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes (UFCG) , v. 16, p. 22-34, 2010.

MOLINA, Anelise W.. **EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: MULHER, FEMININO, E A INCLUSÃO DE OUTROS CORPOS/CORPUS.** Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2017, Universidade Positivo, Curitiba - PR, 04 a 09 de setembro de 2017.

NÖTH, Winfried. **História da Semiótica.** In: *Panorama da semiótica de Platão a Peirce.* SP: Annablume, 2003. p.25-57

_____, **Charles S. Peirce: Precursor da Virada não Humana.** In: *Tríade – Revista de Comunicação, Cultura e Mídia V.5 n.0* (2017)



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

PEIRCE, C. S.: **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**, vols. 1-8. ed. C. Hartshorne and P. Weiss. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1931-1958.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, vol.8 Coleção Bahianas, 2002.

SOUZA, Mariane L. e MARTINEZ Jacqueline M.. **Teoria da comunicação feminista: uma explicação semiótico-fenomenológica da teorização acadêmica feminista.** In: Revista Tesseract edição n. 4 maio 2001. ISSN 1519-2415. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/word/Teoria.doc>. Acesso em 9 de julho de 2017.

Jornalismo, Gênero e Discurso



O discurso materno nas “Páginas das Mães”: da essência mineira ao ideal americanizado

**Alexandro Galeno da Costa¹
Karina Gomes Barbosa²**

Resumo: A presente pesquisa tem como premissa analisar o papel discursivo da coluna “Página das Mães”. A coluna em questão foi umas das mais longevas seções presente na extinta Revista *Alterosa* (1939-1964). Buscaremos compreender a atuação da referida coluna como um dispositivo de subjetivação dos corpos femininos. Nesse movimento analítico teremos como suporte metodológico o entendimento midiático calcado nos conceitos “dispositivo pedagógico” (FISCHER, 2002) e “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1987). Desta forma, direcionaremos nosso olhar para compreensão da construção da concepção acerca da maternidade envolta nos anos dourados. Temos como pressuposto a incorporação de valores advindos do “*american way of life*” que corroboram na moderação das práticas maternas transportas as mães leitoras de *Alterosa*.

Palavras-chave: Revista; Maternidade; Discurso; Subjetivação

Introdução

A pesquisa sobre um produto editorial da metade do século XX nos revelar os movimentos que demarcaram um período do fazer jornalismo. Na Revista *Alterosa*, observamos como era a compreensão de uma época por meio do conteúdo de suas páginas. Nelas encontramos traços da interseção cultural entre Brasil-Estados Unidos que aflorava no país no início dos anos de 1950. Com o fim da Segunda Guerra Mundial temos a ebulição do *American Way of Life*. Nesse período podemos perceber a internacionalização das páginas da revista. Um dos pontos de realce desse movimento era visto na coluna “Página das Mães”, uma das mais longevas e perenes da publicação. A seção trazia a tradução de “*Highlights for Children*”, que era assinada pelo pediatra estadunidense Garry Cleveland Myres.

O leitor de *Alterosa* encontrava em “Página das Mães” um pretense auxílio por

¹ Mestrando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista CAPES. E-mail: galenoalexandro@gmail.com

² Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: karina.barbosa@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

meio de sugestões para a educação e criação dos seus filhos. As facetas da seleção das temáticas que eram publicadas no Brasil estariam ligadas aos discursos emergentes na sociedade naquele período. A criação de uma coluna com um viés comportamental chama nossa atenção devido à intenção dogmatizadora presente nos discursos de saber-poder acerca da maternidade.

Por meio da análise discursiva do conteúdo da referida coluna e tendo como base os conceitos de “dispositivo pedagógico da mídia” (FISCHER, 2002) e de “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1987) buscaremos compreender o diálogo da publicação com a época de sua circulação e o modo de articulação com o discurso presente na coluna. Nosso foco de pesquisa está atrelado ao entendimento de como eram acionadas as relações parentais no contexto das temáticas abordadas na coluna. Vale ressaltar, que nossa abordagem de pesquisa comunicacional está atrelada a uma temporalidade específica, ou seja, histórica. Essa chave de leitura é composta pelo paralelismo entre comunicação e história. Conforme apontando por Barbosa (2009) “falar em comunicação e história é se referir a dois pressupostos fundamentais que norteiam tanto o ato comunicacional como o ato histórico: narrativa e tempo (2009, p. 13).”

Numa abordagem centrada no poder envolto no discurso, *Alterosa* propunha maneiras de enquadrar as práticas maternas na lógica de funcionamento fundada no saber disciplinar e nos cuidados medicinais, ou seja, “Página das Mães” se desenhava como um espaço, por meio da articulação das práticas pediátricas e puericultoras, de ensinamento do “ser mãe”. Essa premissa segregava o papel da paternidade apenas ao cumprimento da manutenção financeira do lar. Além disso, excluiu os saberes tradicionais das mulheres da esfera da maternidade (FEDERICI, 2017), que desde a emergência do capitalismo mas sobretudo a partir do século XX só pode ser exercida a partir e dentro dos limites institucional e de poder da medicina e do estado, que controlam essas práticas. Isso se coaduna com o que é verificado por Roudinesco (2003, p.21), de uma ordem familiar composta pela tríade entre a autoridade do marido, subordinação das mulheres e dependência dos filhos.

Dentro do contexto dos estudos feministas, a partir de meados do século XX,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

observamos que a maternidade não é vista apenas como um fator biológico inerente às mulheres, mas um meio em perene articulação com concepções sociais e históricas. Na temporalidade de circulação da coluna, temos destacada uma visão da “maternidade como uma condição biológica utilizada socialmente para restringir a mulher ao espaço doméstico e, nesse sentido, oprimi-la” (TOMAZ, 2015, p.157). A força desse pensamento era evidenciada por meios oficiais do Estado. No Decreto 3.2000 de 19 de abril de 1941, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, estabelecia-se a distinção do sistema educacional baseada na diferença de gênero:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes de administração da casa.

O processo de assimilação do discurso midiático, articulado ao médico, potencializa maneiras de atuação dos sujeitos que apreendem novos sistemas de condutas comportamentais e valores com suas vivências cotidianas. “O discurso médico colaborou na promoção de uma nova forma de relação mãe-filhos, pelo favorecimento de características específicas para o papel materno” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.44). As narrativas que são estabelecidas pela mídia atuam como potenciais meios para a criação de sentidos no campo social (RESENDE, 2005). Tais construções narrativas possuem carga verossímil por meio do contrato de confiabilidade que é constituído com os sujeitos.

Dessa maneira, notamos o caráter de dispositivo de controle que é assumido pelo suporte midiático. Corroborando a essa ideia temos o conceito de “tecnologia de gênero” de Lauretis (1987), que aponta a relevância das articulações discursivas na formatação de identidades. Para a autora gênero é entendido um conjunto de “diferentes tecnologias sociais, como o cinema, discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1987, p.281). Articulado a essa ideia temos a proposição foucaultiana de “corpos dóceis”, que verifica o modo de sujeição disciplinar pelas relações estabelecidas pela corporeidade “que se manipula,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil” (FOUCAULT, 1975, p.132). Em *Alterosa* podemos notar a maneira como o corpo da mulher (e os dos filhos e filhas) é subjugado a partir da relação da idealização de uma maternidade controlada pelo discurso médico.

Subjetivação do discurso da maternidade

Em sua trajetória de circulação por 25 anos, *Alterosa* trouxe consigo marcas do diálogo onipresente com o público que lhe possuía como “guia da vida moderna”. As práticas comportamentais relacionadas a um determinado *ethos* histórico estariam constantemente sendo pautadas nas edições. “Pensar historicamente é destacar a visão processual do mundo e pensar as práticas e processos comunicacionais como próprios de um dado momento e lugar” (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017, p.38).

Nesse olhar direcionado para a recepção de um produto, vale ressaltar que este “não é o ponto de chegada dos meios aos receptores, mas lugar a partir do qual o processo de comunicação pode ser entendido” (MIRA, 2001, p. 9). O movimento de diálogo entre leitores e produtores, em *Alterosa*, era frisado desde o início da sua publicação através de chamarizes para que aqueles colaborassem diretamente com parte do conteúdo da publicação. As seções destinadas aos contos literários de temáticas livre e as de recebimento de cartas dos leitores demonstram a solidez de um laço receptivo que era fomentado afim de fidelizar as leitoras.

Para entendemos o modus de funcionamento da seção “Página das Mães” precisamos entender o suporte midiático para além de sua mera materialidade técnica (TAVARES, 2007). Nesse movimento nos deparamos com as interferências que são articuladas no campo social a partir das interlocuções existentes no processo comunicativo. Além disso, são amplos os usos e ressignificações atribuídas na subjetivação de mensagens. Precisamos está com nossa visão atrelada perenemente ao contexto de circulação dos discursos em análise.

No contexto de nosso recorte analítico, formado pelos primeiros anos do pós-guerra, temos presente no espaço público vozes que relutam contra os discursos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

conservados e elitistas, contudo percebemos na coluna que, contrariamente, a voz dominante era alicerçada a partir da figura de uma mulher subserviente as imposições patriarcais. A figura do pai permanece distante frente ao zelo puericultor designado a prole. Essa configuração discursiva da revista vai em contrapartida a ideia de Rezende (2005) de que no espaço público moderno está representado uma noção de “linearidade histórica na qual todo sentido parecia derivar de um processo evolutivo (REZENDE, 2005, p.134) ”.

Como propulsoras de comportamentos, as revistas trazem consigo um conjunto enunciativo de valores e normas que almejam transpor à esfera da vida privada de seus receptores. Tais “normas e valores são referências culturais que governam as relações que os sujeitos estabelecem entre si e com o mundo, especificando regras de conduta e expectativas morais que orientam nossas diversas intervenções na vida prática” (ALMEIDA, 2008, p.16). Para Tomaz (2015, p. 155) tornou-se inegável na contemporaneidade a influência mídia no contexto da maternidade. “A voluptuosa oferta de produtos de informação voltados para a criação de filhos sinaliza os processos comunicacionais como espaço privilegiado de prescrição dos procedimentos necessários para o exercício adequado da maternagem.”

O espaço das revistas é apropriado para a consagração de padrões comportamentais devido ao tamanho ampliado que dispõe para dar profundidade aos seus conteúdos. A segmentação é responsável pelo alcance de demandas específicas na elaboração de padrões, que possuem força motriz de transformar pensamentos e atitudes dos sujeitos (SCALZO, 2011). Como o discurso midiático, especificamente, passa a ser acessível por muitos indivíduos, Foucault (1970, p. 21) defende que seria “pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca”. O jornalismo trata-se de um “discurso comprometido com o contemporâneo – não apenas como lugar do atual, mas também e especialmente como lugar de objetivações sobre o que importa saber agora e como deve agir o sujeito que está de acordo com o tempo (BENETTI, 2008, p.2).

Na imprensa feminina, particularmente, encontramos uma homogeneização dos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

valores e papéis sociais atribuídos à mulher. “O termo de comparação de mulher é sempre um signo de trabalho doméstico, casamento, maternidade. Igualmente a contiguidade opera na direção do lar, marido e filhos” (BUITONI, 2009, p.200). O conteúdo das publicações – amenidades – são direcionados a suprirem essa zona restritiva de atuação da mulher. Essa formatação das revistas femininas tinha influência da composição dos exemplares oriundos do hemisfério norte. A linha editorial do segmento seguia por conteúdos que abrangessem moda, beleza, culinária, trabalhos manuais e um pouco de matérias de interesse geral (CORRÊA, 2011).

Na contemporaneidade podemos nos deparar com uma gama incalculável de dispositivos que tendem a nortear as ações dos sujeitos frente ao cotidiano. Nesse sentido Prado (2013) verificar “uma infinidade de enunciadores que, além de informar e responder às demandas dos usuários, também nos convoca para programas específicos, apoiados em atividades e serviços oferecidos no mercado (2013, p.10). ” Com esse cenário podemos aferir uma ligação do campo social aos desejos interligados ao consumo, por sua vez, relacionado ao capitalismo. Tal movimento é averiguável quando olhamos a propulsão mercadológica que é traga com o ideal do “*american way of life*”. Desta articulação é invocado a compra de um modelo de atuação condizente ao seu tempo.

A concepção que buscaremos delinear do discurso da maternidade será observada pela análise empírica de seus exemplares. O contato com a publicação ocorre por meio dos arquivos digitais do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e da Biblioteca Nacional Digital (BND). Os dois acervos serão trabalhados, nesta pesquisa, com um recorte temporal condicionado ao período imediato ao fim da Segunda Guerra. Desta maneira, teremos uma totalização de um corpus com 65 exemplares entre abril de 1945 até o final de 1950.

Com a análise dessas edições pretendemos compreender o modo de elaboração discursiva, a partir das mudanças editoriais percebidas no perpassar dos anos de sua publicação, da coluna foco de nossa pesquisa. O estudo será formulado a partir de eixos analíticos obtidos pelo agrupamento discursivo da coluna. As temáticas da seção



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

estavam relacionadas a saúde infantil – amamentação, troca de fraldas, melhores alimentos para cada faixa etária, desenvolvimento da dieta infantil – e práticas educacionais que deveriam ser adotadas nos primeiros anos da infância, ou seja, cuidados envoltos na prática da puericultura.

As postulações realizadas na coluna eram baseadas na premissa de tornar públicos acontecimentos originados na esfera privada. A leitora era instigada a mudar ações pessoais, disciplinar suas ações, para obedecer aos valores impostos por uma voz especialista advinda do pediatra responsável pela assinatura da coluna. Nessa lógica percebemos o distanciamento estabelecido entre as responsabilidades entre homem e mulher para a criação dos filhos. “As diferenças entre os sexos pareciam claras, definitivas e irremovíveis nos Anos Dourados. As revistas consideravam ‘naturais’ e as evocavam para definir normas, identidades e papéis que implicavam desigualdades entre o masculino e o feminino” (PINSK, 2014, p. 377).

Na edição de dezembro de 1945 temos invocado uma indagação as leitoras: “Você está ouvindo com atenção essas palavras, não é mesmo?” (Edição 68, p.62). Sempre podemos perceber o poder controlador no qual a narratividade da coluna é construída. A voz do pediatra signatário de “Página da Mães” é demonstrada de maneira a explicitar a compreensão adequado da postura da mulher que vivencia sua maternidade. As mães são colocadas frente a uma intimidação da sua própria experiência com os filhos.

A coluna possui um espaço com a alcunha de “Convém-saber” onde são apresentados apontamentos correlacionados a temática central da seção. Nesse espaço é afirmado na 74ª publicada em junho de 1946 que “todas as mães, devem seguir estes conselhos para preservar a saúde de seus filhos, evitando possíveis aborrecimentos futuros” (p.84). Na edição foi abordado o papel incumbido as mães de levarem os filhos para avaliação médica. Em tom alarmante é apresentado com elevado índice de mortalidade de crianças que são cuidadas apenas com “cuidados milenares do popular”. Na mesma edição as mães são levadas a estimularem os filhos a andarem sozinhos após o primeiro ano, pois “o atraso ao ultrapassar os doze ou catorze meses pode significa,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

como por vezes se supõe, uma anormalidade”.

Mediante o recorte de estudo observamos a centralidade que é dada as mães como responsáveis pela integralidade dos cuidados desde a gestação até a primeira infância. As publicidades atreladas ao encarte da coluna também denotavam essa visão maternal. Na edição 115ª publicada em novembro de 1949 é disposto um encarte da Caixa Econômica Federal sobre a necessidade de abertura de poupança logo nos primeiros anos de vida dos filhos. Temos na campanha a interrogação: “Quantas vezes a senhora terá pensando no futuro de seus filhos? (p. 112).” Se clarifica, novamente, um tom de alarde frente ao futuro quando olhamos a composição da imagem.

Constatamos, em modo geral, que as premissas e apontamentos trazidos pela coluna estão atrelados a uma posição social de prestígio sociocultural. Vemos cristalizações de ideias de comportamento, etiquetas e costumes que são presentes em um estrato social preocupado com certos amiúdes do cotidiano. Além disso, estes possuem acesso a bens e serviços representados como mediadores da maternidade, tais como produtos destinados a recém-nascidos e babás.

Outro ponto que denota essa perspectiva elitizada é a exibição figurativa da performance dessas mães com trajes e adornos requintados (até mesmo na exibição do serviço doméstico). Concluimos, que “Página das mães” tem como uma possível pretensa a vocação de uma articulação perene com um futuro específico. No teor das publicações podemos apontar com constância o controle daquele presente temporal como meio de interlocução com performatividades atreladas a um porvir dos sujeitos. Nessa articulação percebemos a manutenção do sistema de circulação interacional conceito por Braga (2006). Segundo o autor os estímulos da mídia são a gênese de um conjunto da movimentação social dos sentidos adquiridos pelos sujeitos.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS



Fig. 01. Dez/45



Fig. 02 Jun/46



Fig. 03 Mar/47



Fig. 04 – Nov/49



Fig.05 – Abr/50



A ordenação discursiva, conforme apontado por Foucault (1970), pode contribuir para que certas práticas sejam absorvidas devido ao compartilhamento em um ambiente comum aos atores envolvidos. “Foucault identifica como estratégias de poder o conjunto de meios colocados em prática para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (SOALHEIRO; AMARANTE, 2008, p.319). Esse dispositivo pode ser acionado pela veracidade que o texto/discurso passa a assumir dentro de uma plataforma jornalística. Tal visão de controle midiático é explicitada no pensamento de Gastaldo e Britos (2006) quando apontam que “a mídia conta com uma legitimidade forjada na



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

própria engrenagem comunicacional capitalista, em que o receptor, tratado como consumidor, é parte desta máquina, encarado com um dos elos da cadeia, de onde produz sentido (2006, p. 121).

Consideração Finais

Como potencial definidor de um aparato comportamental, a imprensa tem na sua mensagem a alimentação de ideias que poderão formatar os movimentos delineados e recepcionados por determinados grupos sociais. Tal como aponta Fischer (2002, p.156), os discursos de como deveríamos conduzir nossas posturas “adquirem força particular quando acontecem no espaço dos meios de comunicação, porque adquirem um poder de verdade, de ciência e de seriedade”.

Contudo, devemos lembrar que “a mídia não diz sozinha da comunicação e tampouco da vida social. A força propulsora dos meios de comunicação enquanto instância de produção de mensagens não deve obnubilar a globalidade do processo comunicativo e sua natureza de intermediação” (ANTUNES, VAZ, 2006, p. 1). Dessa maneira, torna-se necessário ampliar o olhar para o contexto sociocultural que estava envolto na temporalidade de “Página das Mães”. Nesse ponto, podemos perceber as maneiras que as identidades estavam sendo corroboradas pela influência do *american way of life*.

Esse cenário possibilita o entendimento das ligações que partem da representação da sociedade por meio da imagem (cinema e publicidade) e da cultura de massa que fomentam o desenho de um estilo de vida específico. Uma porcentagem relevante da produção midiática estadunidense começou a extrapolar as fronteiras a partir da efervescência cultural tida em meados do século XX. O conjunto destes fatores envoltos demonstram que o *american way of life* não apenas dá provas de seu sucesso, como adquire as condições e ferramentas para ser exportado (FRANÇA, 2016).

Temos na pós-modernidade a intensificação das transformações culturais e mercadológicas por esse tempo ser percebido mais velozmente. O paralelismo do consumo se firmar como meio importante para observamos o modo de ressignificação da



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

presença social dos sujeitos. Notamos no discurso um aparato que corrobora para a subjetivação de ideias que modificam constantemente as identidades dos indivíduos. Como apontado Gastaldo e Brittos, cabe à mídia o exercício desta tarefa de absorção e pedagogia (2006, p123) ” a partir do momento que os sentidos estabelecidos são formados de uma cultura midiaticizada.

Quando nos deparamos com as produções americanas que emergiram durante o século XX – principalmente no período subsequente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – observamos a construção de uma sociedade moderna, progressista e igualitária (CUNHA, 2017). Esse modelo cultural é baseado na tipificação sob um padrão de comportamento amparado no consumo de bens como marca de um modo de viver idealizado. Benedikt (2001) delinea a cultura de massa como sendo um importante aparato de constituição da moralidade do sujeito. O indivíduo, com sua experiência interativa, acaba por carregar para a esfera privada certos dogmas e práticas evidenciadas no consumo – entendido pela autora desde os produtos e bens de consumo como a própria essência da moralidade.

Essa dualidade na acepção do poder midiático na formatação de subjetivações no campo social deve ser examinada a partir do entendimento que os meios de comunicação são agentes de distribuição de uma cultura capitalista, além disso “ as tecnologias midiáticas espalham-se pelos mais diversos espaços, passando a integrar a sociabilidade, vendendo posturas definidas como adequadas e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas pela subjetividade (GASTALDO; BRITOS, 2006, p.122). Desta maneira, tornar-se também importante pensar as articulações de controle que são estabelecidas pelas narrativas cristalizadas pelas forças do Estado.

Na revista *Alterosa* somos capazes de evidenciar, em seu contexto, como o viés institucionalizado do Estado estava imbricado com concepções de subjulgamento do corpo feminino. Mesmo o direcionamento da publicação sendo para a família, temos marcada uma dualidade na conduta autorizada à mulher. Dentro de “página da mãe” localizamos a maternidade atrelada a uma visão que desnaturaliza o saber geracional da maternidade. As memórias da prática materna são constantemente colocadas em



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contraposição a um ideal de futuro que atua como perpetuador. É importante salientar que no discurso construído acerca desse momento futuro existe uma inescapabilidade do laço matrimonial.

A presença de traços do caráter conservador da sociedade da época é notável na tessitura da tríade narrativa da mulher ideal sendo “bela, recatada e do lar”. Ou seja, nosso olhar com viés histórico, acerca do passado, é capaz de revelar movimentos perpetuados até o presente. Todavia, nossa visão de entendimento estará atrelada as novas experiências deste tempo. Valendo-se disso não podemos relegar o sentido de fazer um exercício de crítica da mídia para compreensão de seus objetivos na dinâmica social (BRAGA, 2006). Dessa maneira, compreendemos que “Página das Mães” se desenha como um importante objeto revelador de uma concepção temporal que possui traços ainda cristalizados no tempo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Roberto Edson de. **A performance dos públicos e a constituição social de valores: o caso Alberto Cowboy**. 2008. 187 f. Dissertações (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, Vera e Guimarães, César. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.43-60

BARBOSA, Marialva. **Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos**. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso), v. 6, p. 11-27, 2009.

BENEDIKT, Adriana. **A vida como espetáculo: o trágico contemporâneo**. Revista Alceu, Rio de Janeiro. v.2 – n.3 – p.119 a 131 – jul. /dez.2001

BENETTI, Marcia. Análise do discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.107-122

BRAGA, José Luiz. **O sistema de resposta social: Das interações sociais aos processos críticos**. In: A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006, p. 21-67.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.207- 232.

CUNHA, Paulo Roberto. **American way of life: representação do consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950**. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Prática do Consumo). Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, São Paulo.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da Mídia**: modos de educar na (e pela) TV. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, V.28. N.1, p. 153. jan. jun. de 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987

FRANÇA, Vera; SIMOES, Paula. **Curso Básico de Teoria da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

GASTALDO, Edison; BRITTOS, Valério. **Mídia, Poder e Controle Social**. Alceu (PUCRJ), v. 7, p. 121-133, 2006.

LAURETIS, Teresa. **The technology of gender**: Essays on theory, film and fiction. Indiana University Press, 19987.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MOURA, Solange Maria Sobottka; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2004, São Paulo, nº 40, p.44-55

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2013. p. 09-73.

PINSKY, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

RESENDE, Fernando Antônio. **Comunicação e espaço público**. Alceu (PUCRJ), Rio de



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Janeiro, v. 10, p. 129-145, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula G.; LEAL, Bruno; GOMES, ITANIA. A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem. In: MUSSE, Cristina; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcus. (Org.) **Comunicação, mídia e temporalidades**. 1ª ed. Edufba, 2017, v.1, p. 37-58.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**; trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOALHEIRO, Nina Isabel; AMARANTE, Paulo Duarte. **As instituições da desinstitucionalização: Reflexões foucaultianas para a construção de uma prática da liberdade**. In: JÚNIOR, Durval Muniz; NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza (orgs). Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.307- 324.

TAVARES, Frederico de Mello B. **Os processos midiáticos para além da mídia**. Animus (Santa Maria), v. VI, p. 9-27, 2007.

TOMAZ, Renata. **Feminismo, maternidade e mídia**: relações historicamente estreitas em revisão. Galáxia, São Paulo, n.29, p.155-166, jun.2015.



Entre sexualidades, identidades e políticas: circulações jornalísticas dadas à palavra Queer

Gean Gonçalves¹

Resumo: Neste ensaio², a partir da produção histórica, cultural e social das identidades sexuais e de gênero, tenta-se apresentar disputas de sentidos que se dão nas textualidades jornalísticas com a circulação política da palavra queer no Brasil. Observa-se diferentes inserções da palavra no conteúdo do jornal *Folha de S. Paulo*. Compreende-se que o jornalismo, como espaço de discursos, reverbera as identidades, as definições e as incertezas sobre as diversidades sexuais e de gênero com um certo ideal regulatório de nomear e constituir verdades. Todavia, o que se percebe é que o jornalismo, ao discorrer sobre as sexualidades e os gêneros, é um arquivo de viradas discursivas e de batalhas de sentidos.

Palavras-chave: Jornalismo; Análise do Discurso; LGBT; Queer; Políticas de identidade.

Lentes foucaultianas

O intelectual francês Michel Foucault (1926-1984) se tornou um dos autores mais explorados nas ciências humanas e sociais na contemporaneidade. As contribuições do pensador francês ecoam em diferentes direções do saber, entre elas, há ideias e conceitos de fundamental impacto nas teorias da sexualidade, para as ciências de interpretação da linguagem e do discurso e, portanto, com ressonâncias nos modos de se pensar o jornalismo. É interessante notar que Michel Foucault, pensador que se tornou grande referência na Comunicação, nunca se propôs a analisar diretamente o jornalismo, mas é possível dizer que Foucault se interessou pelo papel do jornalismo na circulação de discursos, perspectiva fundamental para questões como a questão da verdade e a produção das subjetividades.

Foucault chegou a produzir material jornalístico, como artigos culturais,

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). É jornalista voltado aos direitos da população LGBT, aos temas de gênero e sexualidade na comunicação social. E-mail: geangoncalves@usp.br.

² O texto reelabora, com mais atenção e mais precisão, os elementos da comunicação oral intitulada “O que está por trás de uma palavra? Usos do termo Queer no jornalismo brasileiro”, apresentada no I Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades, na UFRGS, em agosto de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

entrevistas e reportagens. É atribuído a ele, por exemplo, a construção de uma proposta de “reportagem das ideias” (MAROCCO, 2009), após viajar ao Irã e reportar, para o jornal italiano *Corriere della Sera*, as impressões de diversos representantes locais sobre as mudanças políticas no país em 1978. Nessa experiência, sobressai o interesse do intelectual não por um jornalismo dos acontecimentos, mas por um jornalismo capaz de perceber o nascimento e a circulação de ideias, das ressonâncias de sentidos, dos discursos que moldam as pessoas e as coisas.

É a partir desse interesse tipicamente foucaultiano, do papel do jornalismo na produção discursiva e nas ressonâncias de verdades, que o presente trabalho busca se ater a outro tema descortinado pelo pensador francês: os discursos sobre a sexualidade e a produção de sujeitos políticos. É marcante na atualidade a circulação pela imprensa de conteúdos que marcam um clima de respeito à diversidade. A ficção televisiva e cinematográfica explora cada vez mais representações positivas de pessoas LGBT; conteúdos produzidos nos meios digitais, por exemplo, evidenciam a força política das questões de gênero; jornais e revistas pautam os dilemas da população LGBT com uma maior frequência. A comunicação social parece demarcar uma sociedade mais aberta ao plural, ao diferente, mais receptiva ao tema da sexualidade. No entanto, estaríamos mesmo a viver um momento progressista e de aceitação ao outro como nunca antes vivido? Quais discursos são responsáveis pelas políticas de gênero contemporâneas? E, quais discursos, estão a produzir os sentidos em disputa (principalmente, na comunicação) sobre as identidades coletivas marcadas pelas expressões dos corpos?

Um caminho possível é ir atrás da conceituação de discurso. Para Mayra Rodrigues Gomes (2003), professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Universidade de São Paulo, cujo trabalho é dedicado às ciências da linguagem, ao explorar conceitos elaborados por Michel Foucault e Gilles Deleuze, a noção de discurso remete a discorrer, a percorrer, a atravessar, a tratar, a expor e a analisar a paisagem simbólica. É um modo de elaborar sentidos, de ver e determinar, de narrar a realidade e nessa forma está embutida a realidade a ser vivida.

Nesse movimento de produção de significações, formas de atuação serão



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

atribuídas, coloca-se valores aos lugares, sentidos de normalidade e anormalidade, da ordem e da exclusão. Fazê-lo é constituir relações de poder. É ordenar, classificar e mostrar lugares que qualificam o humano. Os discursos constituem ainda *formações discursivas*, ou seja, estruturam saberes e com eles advém mutualmente relações de poder. É nas inter-relações entre saber-poder e a sexualidade que Michel Foucault produziu um pensamento poderoso para compreender o desenvolvimento das ideias sobre a sexualidade e a sociedade, assim como os modos de compreender a vida erótica.

Entre as colocações do primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault comenta que, no século XVIII, a sexualidade não estava no campo das proibições, como muitos fizeram acreditar, mas o sexo se tornou alvo de saberes, era preciso examinar, vigiar e administrar os diferentes comportamentos e seres sexuais. Nesse contexto, emerge a ideia da homossexualidade e com isso a oposição à heterossexualidade.

A identidade homossexual foi constituída dentro de saberes psicanalíticos, médicos, jurídicos. Isso não quer dizer que comportamentos e relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não existiam anteriormente, a sodomia, enquanto prática, era condenada por leis e pela moralidade cristã, mas no fim do século XIX, forjou-se um tipo humano definido por uma sexualidade própria.

O homossexual era discutido e subjugado pela investigação sistemática em uma ampla gama de campos discursivos, incluindo a demografia, educação e direito, cuja preocupação era proteger a saúde e a pureza da população. No século XVI, homens ou mulheres que confessassem a prática da sodomia podiam ser convencidos da pecaminosidade de seus atos; no caso dos homossexuais do século XIX, em contrapartida, a ênfase não estava nas ações, mas sim na condição “cientificamente” *determinada* do indivíduo. (SPARGO, 2018, p. 19)

Compreende-se que circula daqui em diante a ideia de identidade homossexual. Quem se envolve com uma relação sexual com uma pessoa do mesmo gênero passa a ser encorajado a se ver como tal. A homossexualidade é arquitetada uma das faces da sexualidade humana, mas também é definida em oposição a outro comportamento sexual, que corresponde a ordem natural e legítima ao seio cultural e social.

Mesmo com uma origem que demarca uma figura anormal, o homossexual, sujeito



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

marginal da sociedade ocidentais, com o passar das décadas e em virtude de diversas mobilizações culturais, agregará o discurso de resistência e de contra hegemonia. A retórica da homossexualidade nociva contribuirá para a homossexualidade como uma variante sexual, corresponderá à diversidade sexual, e em alguns discursos, terá sua naturalidade acentuada, o que contribuiu para a descriminalização nos séculos XIX e XX e para a sua despatologização no início dos anos 1990.

Se Foucault parte de algumas propostas, como a de não recair na análise do poder como aparelho do Estado, preso à economia ou como repressão, é justamente para fazer emergir essa propriedade constitutiva do poder pensado como relações de forças: ele constrói não só verdades, mas o que nelas está implicado: todo o corpo social; ele perpassa dominantes e dominados da mesma forma, sobretudo com isto não está em nenhum lugar. (GOMES, 2003, p. 46)

É pela a reação discursiva, materializada em política, que se concebem as homossexualidades – um mosaico de modos de ser provenientes da liberação e da diferenciação sexual. Desprende-se e se identifica cada vez mais formas de viver a sexualidade. Fundam-se novos sujeitos políticos em virtude de a sexualidade ter sido historicamente aplicada para constituir corpos e desigualdades. Temos assim a constituição das identidades LGBT que serão responsáveis por lutas por reconhecimento e redistribuição da cidadania, que está restrita a uma comunidade imaginada, que é circunscrita pela norma heterossexual.

Os protagonistas das políticas sexuais

Quem são os sujeitos por traz da junção das letras LGBT? O que essas identidades coletivas significam? Afinal, existe uma sigla capaz de incorporar todas as identidades? A quem remete a palavra queer? Essas e outras perguntas ganham fôlego com a pluralidade das identidades sexuais e de gênero nomeadas no contemporâneo, bem como com o debate em torno das desigualdades instauradas por meio do sistema sexualidade-gênero.

A expansão identitária e a política de afirmação das identidades contribuiu para



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que sejam reivindicados direitos específicos que contemplem as demandas e vulnerabilidades de cada subgrupo. No entanto, essa estratégia de se nomear e buscar espaço nas práticas políticas resulta, por um lado, na dificuldade de construir estratégias conjuntas e, por outro lado, na incompreensão das características atribuídas a quem clama por uma identidade. Portanto, é necessário cogitar uma política LGBT que é feita por sujeitos que incorporam trânsitos, mudanças, recriações, alianças e estratégias.

O primeiro apontamento a ser feito é o de que não existe “o” movimento LGBT com caráter nacional, agregador, com uma agenda unificada, mas há uma multiplicidade de vozes e desejos políticos que habitam coletivos e organizações que politizam o corpo, a sexualidade e o gênero.

O que se pode pensar é que os debates dos grupos LGBT giram, comumente, em torno de quatro eixos: (1) legitimidade dos casamentos e famílias constituídas por pessoas do mesmo gênero; (2) o direito à adoção; (3) leis de respeito à identidade de gênero; (4) leis de combate e punição à discriminação. Todavia, algumas dessas demandas são vistas por muitos como a expressão de um desejo de produzir uma aceitação e uma normalidade social, antes de uma disputa pelo reconhecimento e a existência.

[...] em boa parte das pautas que mais mobilizaram o movimento LGBT nos últimos anos, no Brasil e no mundo, transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida monogâmica. Paralelo a isso, as pessoas ligadas aos estudos e ativismo queer questionam: por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais? (COLLING, 2015, p. 30)

Como visto, criar representações positivas, mais belas e aceitáveis, para alcançar a sonhada igualdade e justiça social, é alvo de uma crítica de sujeitos alinhados a uma perspectiva queer, uma vez que é uma estratégia que culmina em comportamentos e modos de ser construídos pelo desejo de normalidade e aceitação.

Dessa forma, apresentarei de agora em diante as ambiguidades criadas no Brasil com o uso da palavra “queer” e pela proliferação de identidades no movimento LGBT.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Para isso, inspirou-me episódios como a visita feita em 2017 pela filósofa Judith Butler ao Brasil e as proibições de manifestações artísticas como as reações à peça teatral “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, espetáculo cujo o papel de Jesus Cristo é interpretado por uma mulher trans; e o cancelamento da exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, por parte do Santander Cultural, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, após acusações de que as obras faziam apologia à pedofilia. Episódios noticiados e divulgados amplamente nos meios de comunicação social que recentemente vocalizaram uma palavra política, identitária e subversiva dentro do jornalismo – a expressão “queer”.

Chama atenção como a palavra “queer”, até então pouco conhecida ou mais restrita a certos círculos teóricos nas universidades, passou a ser explorada e circular junto ao noticiário dos principais jornais e meios de comunicação brasileiros com diferentes usos de significação. Exemplo disso é que, recentemente, o jornal *Folha de S. Paulo* passou a adotar a sigla LGBTQ na maior parte de seu conteúdo, tanto online quanto impresso.

Encarar os sentidos dados ao termo queer dentro do jornalismo brasileiro, assim como compreender as transformações na ‘sopa de letrinhas’, como bem nomeou Regina Facchini (2005), em relação à sigla LGBT e seus acréscimos identitários, é fundamental para que se ensaie compreender as ressonâncias que damos as ideias e identidades sexuais.

Começamos pelo trabalho de Facchini (2005) sobre o movimento homossexual nos anos 1990, no qual, a antropóloga aborda a produção de identidades coletivas. Anteriormente a disseminação do HIV/Aids, a sexualidade foi mais demarcada pelos comportamentos e práticas individuais, de quem era mais próximo ao par masculino (ativo) e feminino (passivo), algo que se preserva em determinados territórios e contextos. Contudo, a visibilidade arquitetada pela luta por direitos e a constituição de um público-alvo para as políticas públicas, principalmente, as da Saúde, criou outras classificações possíveis. A existência de uma identidade homossexual passa a superar a prática homossexual.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Outros discursos que irão acionar identidades são os discursos médicos em torno dos corpos das travestis e das pessoas transexuais e em contrapartida a resposta social (a política) que as travestis, que os homens e as mulheres transexuais passam a demarcar. A ideia de público ou consumidor homossexual também inflamará a demarcação de identidades coletivas em torno da sexualidade – é desse contexto a divulgação da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) em concorrência com a siglas GLT/GLBT/LGBT que demarcam atos públicos e midiáticos, como as Paradas do Orgulho, a partir dos anos 2000 e o reconhecimento de novos coletivos sexuais e de gênero.

Consideremos gênero a partir da perspectiva de Judith Butler (2003), isto é, como performatividade. A autora, em sua mais célebre obra, aciona a ideia de que pela repetição de atos, pela citação de outros corpos, constrói-se o gênero, uma ideia-prática que paira sobre o corpo a partir do interdiscurso e das interpelações com outros corpos. Diante dessa ideia, Paul B. Preciado (2011) irá explorar a leitura do gênero como “indício de uma multidão”, para além de dois conjuntos corporais e de uma política da reprodução. Com isso, Preciado, em diálogo com Michel Foucault e Jacques Derrida, passa a indicar a heterossexualidade como biopoder, ou seja, como produção de uma disciplina sobre os corpos com efeitos sociais: tecnologias reprodutivas, acessos a direitos, medicalização e tratamento de crianças intersexos, protocolos para a transexualidade, regulação do trabalho sexual, incentivo cultural à masculinidade e à feminilidade normativas.

É certo que a partir da vocalização das lutas anti-racistas, feministas e de liberação gay e lésbica na segunda metade do século XX desenvolveram-se políticas identitárias para rever a produção de sentidos sobre os corpos em nossas sociedades. No entanto, as identidades são relacionais de um modo binário e opositivo (branco/negro, homem/mulher, heterossexual/homossexual). Nessa esteira, coloca-se em suspeita o modo como a política de identidades, ao nomear e especificar identidades, também não as compreende por uma leitura circunscrita, monolítica, dada como natural.

A teoria queer é marcada como inquietação epistemológica a essas e com outras questões. O termo foi cunhado por Teresa de Lauretis como indicativo de uma palavra para abarcar todos os injuriados sociais em virtude da sexualidade e do gênero. A



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

expressão queer, no entanto, retrata a diferença que não é aceita ou assimilada. É reflexo do movimento de ressignificar uma palavra que era enunciada unicamente como ofensa, algo como: estanho, anormal, bicha, marica (LOURO, 2015; MISKOLCI, 2009). Portanto, a possibilidade de ser diferente, de enunciar outro lugar, de transgredir os possíveis limites, de converter ódio em existência, são marcas que viajam junto com a perspectiva política queer. É a partir daí que o professor Pedro Paulo Gomes Pereira, da Universidade Federal de São Paulo, conclama: “o queer suplanta o ato identitário assumido e seus efeitos reificados em identidades. Na ação instável de transformar uma injúria numa forma orgulhosa de autodesignação é o movimento que sobressai” (2012, p. 373).

Ele completa: “os corpos, as cirurgias, as próteses, as práticas sexuais; as transexuais, as drags e as travestis surgem em movimento, denunciando a precariedade daquilo que se anuncia como norma e que se instala como forma de vida coerente e vida privilegiada” (PEREIRA, 2012, p. 373). Dito isso, torna-se fraco pensar o queer como modo de abraçar todas as identidades sexuais e de gênero injuriadas/vulneráveis ou como ato performativo de uma nova identidade. Substituiu-se, assim, a demanda pela aceitação da identidade pela ressignificação da cultura. Enquanto atividade cultural, parte da cultura moderna, o jornalismo conduz narrativamente modos de conhecer e compreender as existências humanas, é um meio capaz de indicar quais corpos serão inteligíveis (GONÇALVES; MEDINA, 2018). O jornalismo opera com o poder de dar a ver, elabora sentidos de verdade. Os discursos jornalísticos, portanto, atuam com visibilidade e vigilância (GOMES, 2009). De acordo com Gomes (2009), o jornalismo expõe, dando existência ao que narra, o local de legitimidade, e disciplina enquanto mostra, instrui modos de ser ao apresentar o conteúdo.

Trata-se aqui de perceber o papel jornalístico de construir sentidos no mundo, de elaborar significado e existência para os fenômenos, sentidos que são construídos em coparticipação na recepção e definidos pelo contexto histórico-cultural, não é uma comunicação que simplesmente é capaz de ditar modos de ser, como pode parecer. Volta-se, aqui, a pergunta motivadora desse estudo: como o termo queer e as identidades LGBT



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

são apresentadas e narradas pelo jornalismo brasileiro contemporâneo?

Como hipótese, parece que, a proliferação de identidades acaba por confundir jornalistas visto que a palavra *queer* assume as possíveis seguintes conotações: (1) sinônimo do que é *gay*; (2) para classificar produtos e práticas culturais desviantes às normas de gênero e sexualidade; (3) como indicador de um pensamento anglo-saxão que é teorizado nas universidades brasileiras a partir de figuras como Judith Butler.

Para verificar essa possível guerra de sentidos, fomos a leitura do jornal *Folha de S. Paulo* quando a publicação apresentou nas duas últimas décadas a palavra *queer* entre o material que foi publicado na edição impressa e muitas vezes replicado online.

Na leitura de notícias, reportagens e textos de opinião da *Folha*, percebe-se que o termo *queer* começou a ser utilizado esporadicamente pelo jornal em conteúdos dos anos 2000, fundamentalmente, como um estrangeirismo que nomeava festivais de cinema, programas de TV, eventos, livros e demais produtos culturais destinados ao público LGBT. A palavra, ao longo do tempo, é deslocada para adjetivar experiências *gays* e *lésbicas* e estéticas que rompem padrões de gênero.

Em um texto de 2012 (“Gênero e silêncio”, 9 out. 2012), para falar de artistas LGBT que fazem rap para abordar suas vivências, por exemplo, o jornal apresenta *queer* como uma palavra inglesa que designa outras sexualidades que não a heterossexual. No entanto, é no mesmo ano, na coluna do filósofo e professor da USP Vladimir Safatle, que *queer* aparece em sintonia ao quadro teórico fornecido por Judith Butler ao apontar a instabilidade das identidades sexuais e o espaço político daqueles que são capazes de viver desarticulando discursos profundamente normativos pela potência da construção de singularidades.

Nesse panorama, *queer* emerge no jornalismo praticado pelo periódico como uma palavra que dará conta de ser um substantivo para identidades não-heterossexuais e um adjetivo que designa experiências de gênero fora da norma e um campo de estudos das ciências humanas e sociais. Em um artigo de 2013 (“Assexuados, bichas & cia”, 17 fev. 2013), o jornal aborda as designações que passam a surgir e ser abrigadas sob novas siglas e pautas políticas do movimento *gay*: *transgêneros*, *agêneros*, *bigêneros*, *assexuais* e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

intersexos, além de siglas abrangentes como LGBTQ ou LGBTQIA.

Nele, a possibilidade de nomear confunde, mas põe de ponta-cabeça possibilidades fechadas e dualísticas de existências, no entanto, o queer configura uma possibilidade de identificar/agrupar todos os “questionadores”. O periódico acompanha ainda os usos mais intensos do termo por parte de ativistas de uma práxis política ligadas ao queer ou na disputa de sentidos que a palavra passa a ter dentro dos ativismos brasileiros (queer como as pessoas com identidades fluídas).

Contudo, é com as visitas de Judith Butler em 2015 e 2017 ("Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil", 19 nov. 2017; e "Sem medo de fazer gênero", 20 set. 2015), que o jornal adotará, até o momento, com muito mais frequência uma injúria ressignificada. As falas da filósofa em entrevistas é que dão a dimensão de que o queer pode significar a perspectiva daqueles que são alvejados ou abandonados pelas políticas de austeridade, cujas vidas não detêm o mesmo valor que as vidas de outros indivíduos ou grupos. Portanto, que não são queers, por ser o desvio, mas que estão a produzir um *queering*, isto é, para além de dizer quem se é, estão a se constituir, como possibilidade de existência, com direitos e com respeito.

Há ainda o indicativo de que a teoria queer seria o nome dado ao amplo campo de estudos que ganhou espaço nas universidades e centros de pesquisa nos anos 1990 e que compreendem gênero, sexo e orientação sexual como construções sociais, e não como determinações biológicas.

Mais recentemente, o jornal abriu espaço para reproduzir um glossário publicado no norte-americano *The New Yorker Times* ("Sigla LGBTQ+ cresce para ecoar amplidão do espectro de gênero e sexo", 27 jun. 2018). Nesse conteúdo há indicativos como de que a linguagem para indicar as orientações sexuais e identidades de gênero se modificou na última década em virtude de uma busca por abranger outras experiências. O Q é apontado como "questionando" ou "queer", portanto, enquanto termos genéricos para quem não se vê representado nos binômios de gênero e sexualidade.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em disputa

O que se percebe é que a política de identidades recebe ressonâncias dentro dos diferentes discursos circulantes nos meios midiáticos. No jornalismo, o gênero também acontece. Os acontecimentos de gênero ganham espaço e operam de modo a sustentar publicamente disputas, reivindicações e reconhecimentos. As identidades LGBT e toda a política queer é elaborada não pelo modo que as pessoas dizem ser, mas pelo modo como elas fazem o gênero e a sexualidade existirem, com toda a carga de significados em disputa.

Como pudemos averiguar pela cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo*, os discursos jornalísticos têm, portanto, múltiplos significados coexistindo. Há nas notícias, reportagens e textos de opinião transformações históricas, modelos analíticos, estéticas e estratégias que contam a saga dos dissidentes sexuais e de gênero na construção de seu fazer político e na afirmação de suas identidades.

Como explicar o queer? Por que afirmar as identidades? São interrogações que implicam em portas de discussão que marcam uma atenção as divergências e as diferenças que constituem os coletivos e vozes que lutam por novos contextos de existência. São modos de tentar nomear as experiências de cada pessoa, mas que não podem ser fechadas e definitivas. E que aqui foram apreciadas, sem a pretensão de serem esgotadas.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** - movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOMES, M. R. Jornalismo: poder disciplinar. **Revista Kairós**, São Paulo, Caderno Temático 6, dez. 2009.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo:



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

EDUSP, 2003.

GONÇALVES, G.; MEDINA, C. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, p. 54-75, abr. 2018.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MAROCCO, B. "Reportagens de ideias", uma contribuição de Foucault ao jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.168-179, dez. 2009.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. **Sociologias**, ano 11, nº 21, p. 150-182, Porto Alegre, jan./jun. 2009.

PEREIRA, P. P. G. Queer nos trópicos. **Revista Contemporânea**, v.2, n.2, p. 371-394, jul. 2012.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, 19 (1), p. 11-20, Florianópolis, 2011.



“Se é não-binária, por que se referem no feminino?”: disputas de sentido em comentários de leitores¹

Marlon Santa Maria Dias²

Resumo: Em abril de 2018, o desaparecimento de Matheusa Passareli motivou a criação de uma mobilização digital. O caso foi pauta jornalística e uma informação na cobertura ganhou destaque: Matheusa era uma pessoa não-binária. A partir desse caso, o objetivo deste texto é refletir sobre os sentidos acerca das concepções de gênero que emergem no discurso dos leitores. Para tanto, analisamos os comentários de duas publicações referentes ao caso: uma postagem na página de O Globo e outra na página do programa Fantástico, ambas no Facebook. Para mapear e analisar os dados, recorreremos à Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais. Chegamos a sete nucleações de sentido: alteridade e reconhecimento; deboche; pedagógico; enfoque no crime e deslegitimação no gênero; desqualificação do jornalismo; desejo de morte; normalização.

Palavras-chave: ciberacontecimento; jornalismo; redes digitais; gênero; não-binário.

Introdução

Matheusa Passareli Simões Vieira tinha 21 anos, era estudante de Artes Visuais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Em 2015, mudou-se de sua cidade natal, Rio Bonito, na região metropolitana do Rio de Janeiro, para viver e cursar o ensino superior na capital fluminense. Morava com sua irmã mais velha, Gabe Passareli, que dois anos antes já havia se mudado para a capital, para cursar Terapia Ocupacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Batizadas como Matheus e Gabriel, ambas se identificavam como pessoas não-binárias (ou “bichas travestis” ou “transexuais não-binárias”). Em entrevista à BBC Brasil, Gabe explica suas identidades de gênero: “É um lugar de intersecção entre ser homem e mulher. É uma questão mais de comportamento, de acabar com o ‘ele’ e ‘ela’, do que de mudança de sexo” (MESQUITA, 2018, online).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista CAPES/PROEX. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria e bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. E-mail: marlon.smdias@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Matheusa se mantinha com uma bolsa-auxílio de 500 reais que a UERJ oferece a estudantes cotistas. Para completar a renda, desde que chegara à cidade, trabalhava para museus e projetos de arte e moda. Ela também fazia tatuagens usando apenas agulha e tinta, sem máquina – técnica chamada *handpoked*. No dia 29 de abril de 2018, ela saiu de uma reunião na agência de modelos em que trabalhava e se dirigiu, de Uber, até o bairro do Encantado, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Lá, haveria uma festa para a qual a jovem havia sido chamada para tatuar a aniversariante. Segundo o relato de testemunhas, ela não chegou a realizar as tatuagens, passou mal e foi embora³.

No dia seguinte, preocupados com o desaparecimento da estudante, família e amigos passaram a compartilhar nas redes digitais postagens com fotos de Matheusa, pedindo que as pessoas reportassem qualquer informação sobre seu paradeiro. O desaparecimento passou a ser investigado pela Delegacia de Descoberta de Paradeiros (DDPA) e organizou-se uma mobilização online em torno do caso, orquestrada em torno da hashtag #cadêmatheuspassareli, inclusive, com a criação de uma página no Facebook, “Cadê Matheus Passareli – Theusa?”⁴.

No dia 7 de maio, uma semana após o sumiço, a polícia informou que, segundo as investigações, Matheusa foi parar no Morro do 18, favela em Água Santa, a dois quilômetros de onde ocorria a festa em que estava. Em entrevista à imprensa, a delegada Ellen Souto afirmou que a jovem estava nua quando um grupo de traficantes encontrou-a e resolveu submetê-la a um ‘juízo informal’. “Em meio à situação, Matheusa parecia alheia e seguia dizendo frases desconexas. De acordo com a polícia, a reação de Matheusa teria precipitado a execução por parte dos traficantes” (MESQUITA, 2018, online). Em postagem no Facebook, sua irmã escreveu: “Seu corpo [...] foi queimado e poucas são as possibilidades de encontrarmos alguma materialidade, além das milhares que a Matheusa deixou em vida e que muito servirão para que possamos ressignificar a realidade brutal que estamos vivendo”⁵.

³ As informações sobre a vida de Matheusa inseridas neste texto foram retiradas de matérias jornalísticas publicadas sobre o caso por O Globo, Estadão, Folha de S. Paulo, Revista Fórum e BBC Brasil.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/cadematheuspassareli>. Acesso em: 15 maio 2018.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/GabrielPassareli/posts/10216374013532381>. Acesso em: 15 maio 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A partir da mobilização nas redes, os veículos jornalísticos iniciam a cobertura sobre o caso. Identificamos uma cobertura mais centrada no caso realizada pelo jornal O Globo, cuja redação se situa no Rio de Janeiro, cidade onde ocorrera o assassinato. Ao longo de quinze dias, o jornal online publicou nove matérias sobre o caso. Considerando os fluxos desencadeados pela intensa disputa sobre os sentidos do acontecimento nas redes, o programa televisivo Fantástico fez uma matéria sobre o caso, com foco na identidade não-binária de Matheusa.

A partir do cenário traçado, o objetivo deste texto é refletir sobre os sentidos acerca das concepções de gênero que emergem no discurso dos leitores. Para tanto, analisamos os comentários feitos em duas publicações referentes ao caso: uma postagem publicada na página de O Globo e uma postagem da página do programa televisivo Fantástico, da Rede Globo, ambas no Facebook. A justificativa para a escolha desse *corpus* repousa na possibilidade de ter contato com diferentes textualidades: os comentários dos leitores e as matérias jornalísticas – a de O Globo acompanha o desenrolar do caso, enquanto a matéria do Fantástico se ocupa em explicar, como sinaliza o próprio título da reportagem, “O que significa ser não-binário?”.

Como procedimento metodológico, descrevemos as matérias, afim de elucidar os tópicos de construção das notícias/reportagens. O foco da análise se dirige, porém, à outra instância de produção discursiva: o espaço dos comentários. Nosso objetivo, como já sinalizado, é compreender quais sentidos emergem desses comentários quando a vítima do crime noticiado tem identidade de gênero dissidente à matriz heterossexual compulsória (BUTLER, 2013).

O que nos mobiliza é termos notado, em pesquisa exploratória sobre o caso, o fato de a identidade de gênero ter sido um catalizador da atenção não só do jornalismo, como também dos leitores, que organizam seus comentários sobretudo na discussão em torno de questões sobre gênero e sexualidade.

A produção do acontecimento

O caso descrito no início do texto apresenta contornos do que entendemos como



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

um ciberacontecimento, conceito que designa a especificidade de determinados acontecimentos jornalísticos produzidos no âmbito das redes digitais (HENN, 2013). Tal conceito é formulado a partir de revisões das teorias do acontecimento em si e do acontecimento jornalístico em particular, as quais encontram ponto de coesão na compreensão de que os acontecimentos irrompem como singularidade e cuja ruptura reorganiza quadros de sentido que visam explicá-lo. Dentre essas teorias, destacamos a formulação de Quéré (2005), para quem o acontecimento está situado no campo da experiência e da afetação.

Seguindo a perspectiva de Quéré, é possível afirmar que o caso envolvendo o desaparecimento e morte de Matheusa se inscreve num campo problemático denso, cuja emergência mobiliza os sujeitos afetados pelo acontecimento a dar sentido a este, articulando potenciais disputas semióticas. A constituição do caso se dá, sobretudo, pela intensa mobilização dos atores sociais na internet, que desde o dia 29 de abril passam a propagar ‘cartazes virtuais’ que tinham como objetivo informar sobre o desaparecimento da jovem e buscar pistas sobre seu paradeiro.

A indexação proposta pela hashtag #cadêMatheusaPassareli reúne produções discursivas de quem se sentiu afetada pelo acontecimento, criando-se redes de solidariedade e indignação. O perfil de Gabe Passareli é também importante vetor de amparo informativo sobre o desenrolar dos fatos – do pedido de ajuda para as buscas até a confirmação da morte. O sofrimento da família sobre a incerteza do que aconteceu com Matheusa é tornado público com a postagem que sua irmã faz no Facebook.

A postagem atingiu 4.538 compartilhamentos e sinaliza para o que compreendemos como uma “nova modalidade no processo de acontecer” (HENN, 2013, p. 32). Mesmo mobilizando grande número de pessoas, o caso não é rapidamente pautado pelo jornalismo dos meios tradicionais. Sua constituição narrativa é tramada em rede e antecede a apreensão pelo jornalismo. No dia 30 de abril, apenas O Globo publica notícia sobre o desaparecimento, com o título “Estudante da Uerj está desaparecido desde a



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

madrugada de domingo”⁶. Só uma semana após o desaparecimento é que o caso passa a ter cobertura midiática mais estabelecida. Sua assimilação pelo sistema jornalístico ocorre devido ao desfecho trágico do caso, critério de notabilidade ainda em voga no jornalismo.

Ao observar as notícias sobre o caso produzidas por diferentes veículos jornalísticos, percebemos que a identidade de gênero de Matheusa é elemento importante da narrativa. Em geral, as notícias buscavam explicar – ainda que superficialmente – o que é uma pessoa não-binária. Era uma explicação necessária, inclusive para justificar a forma como os textos se referiam à vítima: com seu nome de batismo, Matheus, masculino por convenção, mas flexionando pronomes e adjetivos no feminino. Identificamos neste movimento uma tentativa, a partir de um caso singular, de o jornalismo propor novos mapas culturais de significado (HALL et. al., 1999) em relação a convenções de gênero⁷ já cristalizadas no discurso social. Certamente, esses sentidos são tensionados e confrontados no espaço das redes digitais.

Para mapear e analisar os dados, recorreremos à Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais (ACSRD), uma metodologia em desenvolvimento no Laboratório de Investigação do Cibercontecimento (LIC/Unisinos). Diferente de métodos que trabalham com escalas de sentido macro, a ACSRD desloca o foco para instâncias micro de constituição de conexões, “através das quais os atores sociais desencadeiam semioses específicas” (HENN, PILZ, MACHADO, 2018, p. 8). De inspiração cartográfica e ancorada no conceito peirceano de semiose, a metodologia opera-se nas seguintes etapas: 1) mapeamento e coleta (acompanhamento das conversações geradas a partir de um cibercontecimento verificado); 2) identificação das nucleações de sentidos e categorização; e c) inferências dos sentidos oriundos das conversações dos cibercontecimento (HENN, PILZ, MACHADO, 2018).

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-da-uerj-esta-desaparecido-desde-madrugada-de-domingo-22640683>. Acesso em: 15 maio 2018.

⁷ Convenções de gênero entendidas aqui como “o conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas” (BONETTI, 2011, online).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Gênero

O fato de a cobertura sobre o crime ter como pilar a identidade de gênero da vítima fez com que a questão mobilizadora deste trabalho fosse também orientada por esse viés, a fim de compreender os modos como as concepções de gênero estabelecem os jogos e disputas travadas pelos leitores nas conversações a partir das ofertas discursivas do jornalismo. Concordamos com Veiga da Silva (2014, p. 63), para quem “o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo”. É nesse sentido que também compreendemos as notícias como uma forma de apresentação do mundo atravessadas pelas visões dos jornalistas, que trazem implícitas os sistemas e hierarquias de valores hegemônicos na sociedade – tais como gênero, raça, etnia, classe etc.

Nossa análise tem como orientação uma perspectiva pós-estruturalista sobre o conceito de gênero. Socialmente construído, o gênero se manifesta, em sua dimensão relacional, em caráter de processualidade, o que indica transitoriedade e partilha de significados referentes às construções humanas. Refletindo sobre a naturalização do discurso biológico das diferenças sexuais (LOURO, 1997), a perspectiva dos estudos de gênero aqui adotada permite um questionamento a respeito das convicções estabelecidas dentro de uma matriz social cis e heterossexual vigente.

As demarcações de gênero podem ser compreendidas através das mais distintas operações sociais que dão significado tanto aos corpos sexualmente identificados quanto às relações sociais que os sujeitos estabelecem no interior da cultura na qual participam. Conforme Rosaldo (1995), o gênero deve ser compreendido nos termos políticos e sociais – enquanto arranjos institucionais – responsáveis por organizar e reproduzir os significados aos agrupamentos humanos. Segundo a autora, o gênero não faz referência apenas às determinações biológicas, cujo conjunto mínimo de disposições identificadas dificilmente suportariam conteúdos e efeitos particularmente diversos e variados, mas atenta “às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p. 22)

Na perspectiva da autora, passamos a compreender a corporificação de Matheusa



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

como vítima não apenas da violência contra a população LGBT, mas também enquanto vítima da tradição conceitual [e midiática] que “vê ‘essência’” nas características atribuídas e presumidas pelas distinções tornadas naturais. As disputas de sentido atreladas ao caso, sobretudo os embates percebidos nas arenas discursivas entre os comentários dos leitores nas redes, demonstram o modo como o poder da referencialidade atribuída ao gênero organiza a inteligibilidade dos corpos através de processos de (re)afirmação das inúmeras instâncias pedagógicas (LOURO, 2003).

A partir de distintos processos de delimitação, aqueles(as) que não se enquadram às estruturas normativas, cujas identidades não são entendidas como humanamente possíveis, coerentes e desejadas, acabam por serem excluídos e marginalizados das mais variadas arquiteturas e arranjos sociais. Dessa forma, estruturam-se práticas que delegam posições de subalternidade aos sujeitos, tornando-os marginais e abjetos (BUTLER, 2013).

Do texto jornalístico aos comentários dos leitores

Em 30 de abril de 2018, o jornal O Globo publica a primeira matéria sobre o desaparecimento de Matheusa. O caso permanece sendo pautado pelo jornal nos 15 dias seguintes, com um total de nove matérias publicadas. Notamos o seguinte movimento na cobertura: 1) noticiar o desaparecimento com a identificação do desaparecido (tratado no masculino), com informações da família, depois das testemunhas e um relato breve do que Matheusa teria feito antes de sumir; 2) noticiar a morte, confirmada pela irmã de Matheusa via redes sociais, caracterizando-a como execução e buscando aprofundar as informações não só pelo que continha o texto da irmã, mas entrevistando fontes oficiais ligadas à polícia; 3) destacar que o caso teve repercussão nas redes digitais, que envolveu não apenas os amigos de Matheusa, mas também pessoas famosas, que se uniram em homenagem à jovem, com a produção de textos e imagens também publicadas em sites de rede social; 4) com a visibilidade do caso nas redes, há também uma exploração sobre a vida de Matheusa, com depoimento de familiares e amigos; 5) entra na narrativa também referências ao trabalho artístico de Matheusa, que se ocupava das discussões sobre ‘o



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

corpo estranho’, num processo de escrita sobre si e ativismo LGBT; 6) o caso volta a ser pauta quando fragmentos ósseos são encontrados, mas logo a perícia confirma que não são de Matheusa – com esse gancho, as reportagens recontam o caso.

O mote de todas as matérias era o caso em si – o desaparecimento e a morte de Matheusa. Havia, no entanto, um aspecto que, com o passar dos dias, tornou-se central na narrativa sobre o caso: a não-binariedade da jovem. Se notarmos especificamente as matérias de O Globo, as três primeiras se referem a Matheusa usando artigos, pronomes e adjetivos masculinos – ainda que desde a primeira notícia apareça a informação de que a jovem é não-binária e que preferia ser identificada pelo feminino.

A partir da quarta reportagem, a não-binariedade não é apenas informação auxiliar, mas sim elemento recorrente na cobertura e, de certa forma, interpretada como valor-notícia, já que a identidade de gênero passa a ser o que de mais “fora do comum” há no caso. Nesse sentido, os textos jornalísticos passam a explicar repetidamente o que é uma pessoa não-binária. Interpretamos esse movimento também como uma resposta aos discursos sobre o caso que circulavam nas redes digitais – que reclamavam uma cobertura humanizada em relação ao caso. Por conta disso, os textos de O Globo, a partir da quarta matéria, passam também a se referir a Matheusa sempre no feminino.

No dia 13 de abril de 2018, o programa televisivo Fantástico, da Rede Globo, veiculou uma reportagem de 4’40’’ sobre o caso de Matheusa⁸. Quando publicada no site, a reportagem é intitulada como “Crime no Rio de Janeiro tem como alvo pessoa não binária”; no Facebook, a reportagem traz o título “O que significa ser não-binário”. Este último título se refere melhor ao conteúdo da reportagem, cujo foco não se situa no desaparecimento ou na confirmação da morte da estudante, mas sim na não-binariedade – a informação sobre o crime irá aparecer só no final da matéria, inclusive.

A reportagem do Fantástico inicia com uma voz off narrando um texto sobre algumas das dualidades que constituem o mundo. Logo, a reportagem apresenta Triz, rapper que se identifica como pessoa não-binária e será personagem central da narrativa.

⁸ Disponível em: http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/05/crime-no-rio-de-janeiro-tem-como-alvo-pessoa-nao-binaria.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fant. Acesso em: 10 jul. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Na matéria, sua experiência tem o valor de prova sobre o tema em discussão. Na sequência, uma arte gráfica ilustra – a partir de bonecos e símbolos do masculino e do feminino – o texto em que a repórter explica que existem cisgêneros e transgêneros, e que dentre estes há os binários e não-binários. A reportagem retoma a entrevista com Triz, que explica que a não-binariedade também significa uma ruptura com as normatizações da linguagem – ao invés de usar ‘a’ ou ‘o’ para marcar feminino e masculino nas palavras, opta-se pelo uso de ‘e’, em geral. O programa ainda recorre à fala de um psiquiatra, que ocupa a função de dar veracidade ao que se relata a partir da posição autorizada. Por fim, a repórter relata o caso de Matheusa.

Compreendemos que uma das funções que o jornalismo toma para si é a apresentação “do mundo como ele deve ser visto” (GOMES, 2004, p. 11). Nesse sentido, operando na construção social da realidade, o jornalismo traça mapas que orientam nossas formas de percepção, seus discursos “tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo” (RESENDE, 2009, p. 5). Certamente, os sentidos ofertados pelo jornalismo sobre a multiplicidade de temas que compõem o mundo não estão distantes dos sentidos já cristalizados no tecido das discursividades sociais.

Ao observar as matérias produzidas sobre o caso de Matheusa, percebemos um esforço do jornalismo em pautar um tema invisível nas topografias jornalísticas hegemônicas e, por isso também, pouco conhecido/debatido pela sociedade. É notável que a discussão é motivada não apenas pelo crime em si, mas também pela intensa atividade dos atores sociais em rede, que reclamavam abordagens mais humanizadas em relação à cobertura do caso e destacavam a existência de Matheusa enquanto uma pessoa não-binária. São os próprios tensionamentos difusos advindos da instância de produção dos atores que conformam a narrativa jornalística e fazem com que as reportagens reiteradamente expliquem a identidade não-binária e passem, em determinado momento, a se referir a ela no feminino.

Nesse sentido, o jornalismo propõe o que Hall *et. al.* (1999) entendem como mapas culturais de significado sobre um tema pouco visibilizado. Se os mapas já



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consolidados se assentam sobre consensos, a proposição de novos mapas culturais se dá num processo de embates. Como nos lembram Stocker e Dalmaso (2018, p. 258), as questões relacionadas a gênero “ainda se inserem no campo dos dissensos sociais, pois envolvem valores, crenças e hábitos naturalizados e construídos culturalmente”.

O deslocamento de nosso olhar para a instância dos comentários possibilita perceber esses embates travados nas zonas de circulação discursiva. Fausto Neto (2015) chama atenção para o fato de a circulação ser constituída pela divergência de sentidos entre as tradicionais instâncias de produção e recepção. Observar essas zonas de contato entre os discursos sociais e os discursos midiáticos torna-se necessário e produtivo, pois o intento possibilita perceber (e refletir sobre) as formas como a naturalização social e cultural das identificações associadas ao gênero aparecem no texto jornalístico e no texto dos leitores – e, em sentido mais amplo, pensar sobre o que deve ou não ser dito sobre determinadas questões.

É com esse objetivo que observamos os comentários feitos por leitores em duas publicações – uma de O Globo (total de 555 comentários) e outro do Fantástico (total de 957). A partir da análise dos comentários, identificamos sete nucleações de sentido: alteridade e reconhecimento, deboche, pedagógico, enfoque no crime e deslegitimação do gênero, desqualificação do jornalismo, desejo de morte, normalização (pela religião, pela biologia, patológica, pela linguagem).

Nas nucleações nomeadas de **alteridade e reconhecimento**, situamos aqueles comentários que demonstravam a possibilidade de reconhecer humanidade em Matheusa, expressando a dor causada pelo sofrimento e a indignação frente à brutalidade do crime.

Poxa, eu não conhecia esse conceito... bom, mas o importante é q essas pessoas tenham encontrado seu lugar e estejam felizes! Ficarei feliz por elas tb!!!

Curtir · Responder · 10 sem



Acho que o fundamental é respeito, empatia e inteligência pra entender que se algo não interfere na sua vida então não te cabe julgar.

Tem que parar com esse discurso usando seus filhos pra destilar um preconceito que é teu, porque aquilo que eu vejo... Ver mais

Curtir · Responder · 10 sem · Editado





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

As pessoas precisam aprender a
respeitar as pessoas pelo que elas são e não exigir que ela seja o
que não são.

Curtir · Responder · 10 sem · Editado



Os comentários irônicos, que se utilizavam especialmente de aspectos físicos para zombar e ridicularizar o crime incluímos na categoria de **deboche**. Os comentários, em geral, faziam analogias com animais ou extraterrestres, debochavam do cabelo e da forma como Matheusa aparecia nas fotos, e inscreviam sua identidade de gênero como uma “invenção” de movimentos de luta igualitária.

Cada nome que dao a idiotices, binario! Daqui
a pouco vao inventar o trinario, um corpo que por dentro se acha
um dinosaurio ou um extraterrestre!!!

Curtir · Responder · 10 sem



Ele deveria achar que era um dos
Lêmures do filme Madagascar.
Só pode já que não sentia que era nem homem nem Muié...

Curtir · Responder · 10 sem



Receita de como se criar um não
binário:

Você pega um jovem gay, matrícula ele em uma federal, deixa ele
exposto ao marxismo, mistura feminismo, filia ele no Psol, coloca
ele pra ouvir Pablo Vittar. Tá pronto seu não binário.

Curtir · Responder · 10 sem

E outra: sexo biológico # identidade
de gênero

Curtir · Responder · 10 sem





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Não-Binário na verdade é um grupo de vários gêneros diferentes, como o agênero (no caso do Matheusa), bigênero, demi-gênero - masculino ou feminino, gênero fluido. É necessário ter educação sexual por causa disso. Nem a mídia entende e quer falar.

Curtir · Responder · 10 sem



<http://www.nlucon.com/.../oms-retira-identidades-trans-e...>



NLUCON.COM
OMS irá retirar identidades trans e travesti do capítulo de...

Curtir · Responder · 11 sem

Outra nucleação de sentido que identificamos é a de **ênfase no crime e deslegitimação no gênero**. Nela, agrupamos aqueles comentários que afirmavam que a discussão tergiversava o assunto mais importante: o crime cometido contra Matheusa. No entanto, quando os comentários reclamavam uma abordagem focada no crime, havia uma deslegitimação do gênero enquanto aspecto central na constituição da narrativa, considerando essas questões acessórias e culpabilizando a vítima a partir de uma perspectiva moralista.

Distorção e desvio de atenção pro real motivo da morte: drogas, tráfico. Ela (e) não entrou na favela nua e fora de si, e foi julgada pelo "tribunal do tráfico", pq tomava guaraná e devia a venda do "zé".

Curtir · Responder · 10 sem



↳ 1 resposta

Ficou parecendo que vcs usaram de um assassinato porque queriam nos "mostrar" essa nova "modalidade" na escolha sexual. "Stressade", "cansade"... enquanto isso o irmão da vítima a chama de "minha irmã". Nem vcs mesmos se entendem... o foco da notícia deveria ser a morte do rapaz do que a escolha de não ter escolha sexual dele.

Curtir · Responder · 10 sem · Editado



Que reportagem mais sem noção! O debate deve ser como que criminosos elaboram um tribunal e executam a sentença. Isso tudo em meio a uma intervenção federal. A vontade de lacrar é tanta que nem percebem o absurdo.

Curtir · Responder · 10 sem



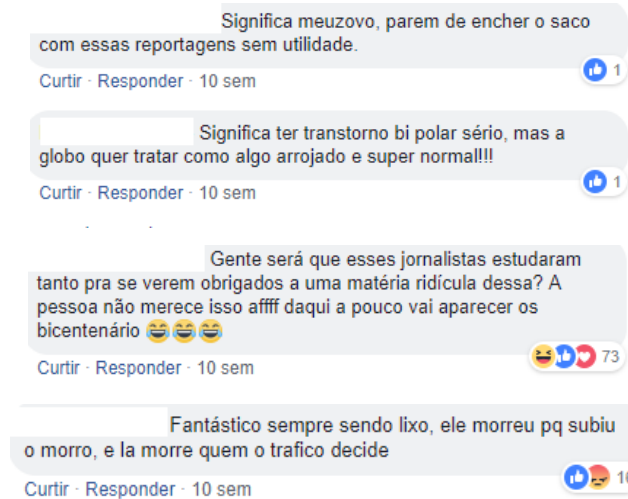
Relacionada a esta nucleação, há também a de **desqualificação do jornalismo**, na qual situamos os comentários que entendiam ser desnecessária e sem utilidade a reportagem. Para isso, recorrentemente os leitores faziam xingamentos direcionados ao jornal, ao programa ou à emissora, caracterizando como "lixo" o jornalismo produzido



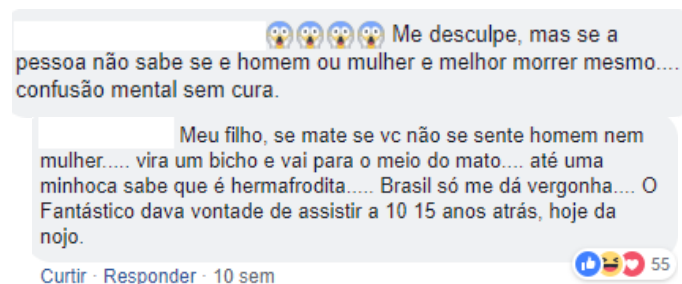
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

por eles.



Há também uma nucleação referente àqueles comentários que verbalizavam o **desejo de morte**, ou seja, afirmavam ter sido melhor Matheusa ser morta, expressando “nojo” e “vergonha” em relação a ela.



Por fim, agrupamos numa mesma nucleação àqueles comentários que, por diferentes estratégias, buscavam normalizar o “corpo estranho”. Essa **normalização** opera via discurso religioso, biológico, patológico ou linguístico. Quando recorriam à religião, os leitores falavam sobre o pecado. Outros recorriam à biologia para enquadrar a leitura sobre o corpo de Matheusa. Havia ainda aqueles comentários que psicologizavam, caracterizando como “loucura” ou “transtorno” a identidade não-binária. Outros ainda traziam como argumento a existência de apenas dois gêneros na língua portuguesa, sendo esta a baliza para classificar e excluir. Alguns exemplos:



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Não importa o que essas pessoas se consideram serem, serão aquilo que o criador delas determinou que elas fossem (homens ou mulheres) ate o dia de suas mortes, e ninguém conseguirá mudar isso!!

Curtir · Responder · 10 sem · Editado



A realidade só é uma, essas pessoas nasceram com órgãos que determinam seu gêneropênis ou vaginae ponto, agora se resolveram mudar isso na cabeça deles ou delas problemas deles em geral, eu não sou obrigada a concordar com eles... Da licença né..... Querem mudar sua natureza, como vieram ao mundo,... É muita prepotência do ser humano....



Isso tem outro nome quando não me identifico com gênero : loucura. Tem que procurar ajuda médica. Isso não é questão dela viver a vida dela e ser o que quiser ser. Isso é algum transtorno mental. A fisiologia humana e existe e ela de fato nasceu com um dos gêneros.

Curtir · Responder · 9 sem



Daqui a pouco, até a língua portuguesa vai sofrer mudanças. Por enquanto ainda temos os substantivos masculino e feminino. Só não sei até quando.

Curtir · Responder · 10 sem



O estudante MATHEUS foi executadO por traficantes porque apareceu nu e bancou o loucO ...

Curtir · Responder · 10 sem



Considerações finais

O exercício aqui proposto, ainda em desenvolvimento e apresentado neste artigo na sua primeira versão, conseguiu delimitar algumas nucleações de sentido que foram organizadas a partir da leitura e sistematização dos comentários em torno do caso ‘Matheusa’. Essa leitura já demonstra que a maioria dos comentários falava justamente sobre a não-binariedade da vítima, deixando o crime em si em segundo plano. Quando a tematização do crime era reivindicada pelos leitores, os comentários acabavam sempre deslegitimando as questões de gênero. De modo geral, destacam-se os comentários que, a partir de diferentes estratégias discursivas, visam normalizar o ‘corpo estranho’ de Matheusa.

Percebemos que as atribuições ligadas ao gênero conduzem, portanto, às formas de leitura e apreensão de realidades sociais e aos diferentes atributos que são relacionados a determinados corpos em contextos sociais específicos. Esses sistemas funcionam a



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

partir de um ideal regulatório, processo contínuo de classificação e hierarquização, que produz a norma e a sua diferença. Essa separação materializa vivências e realidades sociais que são reguladas por diferenciais compartilhados.

Referências bibliográficas

BONETTI, A. L. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys** (Edição em Português. Online), v. 20, p. 41-51, 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GOMES, M. R. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: Traquina, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 224-248.

HENN, R. C. O ciberacontecimento. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. 1ed. Florianópolis: Insular, 2013, v. 4, p. 31-48.

HENN, R.; PILZ, J.; MACHADO, F. V. K. Celebração do casamento igualitário e homofobia nas redes digitais: #LoveWins na disputa de sentidos oriundos da apropriação da Havaianas. **E-compós**, Brasília, v.21, n.1, p. 1-20, jan./abr. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 41-51.

MESQUITA, L. 'A gente não pode naturalizar o sofrimento', diz irmã de Matheusa Passareli, trans morta no Rio. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 9 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028880>. Acesso em: 15 maio 2018.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 9-27

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RESENDE, F. A narratividade do discurso jornalístico – A questão do outro. **Rumores**, São Paulo, n. 6, set./dez., 2009.

ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, 1995.

STOCKER, P.; DALMASO, S. A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentido entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n.1, p. 256-281, 2018.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.



O lugar dos Estudos Feministas e de Gênero na pesquisa em Jornalismo - contribuições para um campo em formação

**Paula Évelyn Silveira Barbosa¹
Paula Melani Rocha²**

Palavras-chave: Estudos Feministas; Estudos de Gênero; Estudos em Jornalismo; História da Pesquisa em Jornalismo.

Introdução

Desde o início do milênio, pesquisadores em Jornalismo têm produzido ações concretas para consolidar a autonomia do campo enquanto ciência. Exemplo disso é a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003. Em seguida e com o mesmo intuito, são criados os primeiros programas de pós-graduação acadêmica em Jornalismo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2007, e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 2013. Entretanto, dado que o Jornalismo encontra-se dentro do bojo das Ciências Sociais e que a prática jornalística é uma forma social de conhecimento (MEDITSCH, 2002; GENRO FILHO, 2012; PONTES, 2017), surge a questão: de que modo a pesquisa em Jornalismo se relaciona com os Estudos Feministas e de Gênero? E mais: nessa busca por reconhecimento científico do campo, como se caracteriza a produção dos pesquisadores? Ela tem abarcado as discussões propostas por intelectuais da Epistemologia Feminista ou tem buscado sua autonomia mirando o padrão de estudos para os quais as questões de gênero não são consideradas?

É em torno dessas perguntas que nosso trabalho se desenvolveu, buscando respostas ou ao menos pistas que nos permitam apreender, a partir da crítica feminista, a

¹ Jornalista, formada pela Universidade de Brasília. Atualmente, cursa Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com bolsa Capes. paulaesb@yahoo.com

² Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero (1990), Socióloga pela Universidade de São Paulo (1990). Especialista em Mídias pela Universidade de Harvard (1996), Mestre (1997) e Doutora (2004) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa, em Portugal. Professora do Programa de Mestrado em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pesquisadora colaboradora do LabJor/Unicamp. paulamelani@gmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

produção científica em Jornalismo, no cenário brasileiro. Para responder às questões suscitadas, fizemos uma análise das revistas acadêmicas com escopo em Estudos de Jornalismo, a saber *Brazilian Journalism Research* (BJR), Estudos em Jornalismo e Mídia (EJM) e Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo (RPG). O estudo levou em consideração os metadados, resumos e as palavras-chave, dos artigos publicados nessas revistas, no período de 2014 a 2018.

A busca pela emancipação do campo jornalístico

Mas o que caracteriza o debate sobre o Jornalismo ser ou não ser ciência? As interfaces entre comunicação e ciência emergem no século XIX. Marques de Melo e Brittes (1998) fizeram uma revisão bibliográfica da discussão sobre as Ciências da Comunicação e da Informação e mostraram que a origem desta última como disciplina definida, data do movimento cultural dos enciclopedistas franceses no século XVIII. Os enciclopedistas concebiam a “ciência de comunicar” como um ramo da lógica, dividida em três grupos específicos: discurso - Ciência do Instrumento; Ciência do Método; Ciência do Ornamento. Na Enciclopédia, os autores visualizaram o fenômeno da transmissão de informação em toda sua amplitude, desde a elaboração da mensagem até a utilização de artifícios destinados a conseguir os efeitos desejados. No entanto, eles consideraram apenas a comunicação interpessoal e não a comunicação coletiva. Somente no século XIX, apareceram estudos sobre a comunicação coletiva na enciclopédia alemã sob o prisma das Ciências Sociais.

Na década de 1930, o estudo científico da informação buscou sua autonomia, com metodologia científica para investigar os fenômenos do jornalismo e da publicidade, destacando-se Gallup, Lazarsfeld, Kurt Lewin, Harold Laswell, Raymond Nixon, Wilbur Schramm, Jacques Kayser e Otto Groth (ROCHA & SOUZA, 2008). A investigação científica na área representa, sobretudo, uma preocupação dos intelectuais em relação aos avanços de regimes totalitaristas que buscavam esvaziar a produção de pensamento crítico, principalmente no campo do Jornalismo. É nesse intuito, inclusive, que os regimes fascista e nazista obrigaram o fechamento de núcleos de pesquisa em Jornalismo na



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Europa, no século XX. Processo semelhante ocorreu no Brasil anos mais tarde, com a consolidação do golpe civil-militar de 1964 (MARQUES DE MELO, 2015).

Ainda sobre o debate do Jornalismo enquanto ciência, devemos destacar a própria obra do professor Marques de Melo. Ele foi o primeiro teórico a defender uma tese de doutorado em Jornalismo no Brasil. No estudo de 1972, ele reflete sobre as dificuldades para a consolidação da Imprensa brasileira. Para ele, o Jornalismo define-se como: “ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de difusão coletiva” (MARQUES DE MELO, 1998, p.74).

Outro notório pesquisador é Adelmo Genro Filho. Após uma revisão das abordagens teóricas e práticas do campo, o autor revisitou três conceitos clássicos de Hegel - singularidade, particularidade e universalidade. A partir daí, ele estabeleceu que o Jornalismo constitui-se como forma de conhecimento com potencial de extrapolar o sistema de produção capitalista a que esteve historicamente relacionado. Mas o ápice de sua teoria está no modo como Genro Filho entende a formação do conhecimento jornalístico (GENRO FILHO, 1988).

A rigor a pirâmide como representação epistemológica, como representação do conhecimento que o Jornalismo encerra, está efetivamente invertida. O conhecimento jornalístico, a notícia, caminha não do mais importante para o menos importante, porque há casos em que isso não ocorre. Mas ela é uma forma de conhecimento que caminha do singular para o particular. Porque a singularidade é a essência da notícia. Então o *lead*, normalmente, vai estar no começo, mas inclusive isso não é obrigatório. Mesmo que o *lead* não esteja no começo, a construção da notícia como um todo, é da singularidade, ou seja, do específico para uma certa generalização capaz de situar o fato no tempo e na história. (GENRO FILHO, 1988, p. 13).

Apesar das importantes produções científicas em Jornalismo, como as que elencamos acima, é só em 2003 que estudiosos de diversas universidades brasileiras conseguem formalizar a criação de uma sociedade científica para respaldar a pesquisa acadêmica desse campo. A criação da SBPJor reflete o amadurecimento das pesquisas em Jornalismo e significa mais um passo no processo de legitimação acadêmica de nossos estudos (ADGHIRNI, 2006).

Embora ainda não haja consenso em torno dessa questão, pesquisadores da área



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

seguem em busca da autonomia científica do campo. As divergências estão centradas, principalmente, na definição de um objeto de pesquisa próprio e de metodologias específicas (SILVA, 2009; MEDITSCH, 2002).

A emancipação acadêmica do Jornalismo depende da construção de respostas objetivas a essas fragilidades. Independentemente disso, o que é indiscutível é o caráter social do Jornalismo, tanto no âmbito teórico quanto prático. De modo que as pesquisas desse campo devem apresentar perspectivas voltadas para as questões sociais, incluindo aí os Estudos Feministas e de Gênero.

Discutindo a abordagem sobre gênero

Trabalharemos o conceito de gênero a partir do pensamento de Judith Butler (2003), que o compreende como resultado de atos performativos que se repetem. Com base nisso, a autora rejeita o binarismo do sexo como sendo o destino natural e biológico, assim como o conceito de gênero como destino obrigatório baseado unicamente na cultura e na história. Compreendemos que tais entendimentos limitam o debate a respeito das múltiplas possibilidades de identidade e sexualidade.

A noção de paródia de gênero aqui defendida não presume a existência de um original que essas identidades parodísticas imitem. Aliás, a paródia que se faz é da própria idéia de um original; assim como a noção psicanalítica da identificação com o gênero é constituída pela fantasia de uma fantasia, pela transfiguração de um Outro que é desde sempre uma “imagem” nesse duplo sentido, a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual molda-se o gênero é uma imitação sem origem. Para ser mais precisa, trata-se de uma produção que, com efeito — isto é, em seu efeito —, coloca-se como imitação (BUTLER, 2003, p. 197).

Nosso entendimento a respeito de gênero também considera os estudos de Foucault, autor da noção de poder como elemento discursivo e relacional. Essa concepção foi adotada pelas teóricas feministas para discutir o patriarcado - amplo e complexo sistema de opressão centrado na hierarquia do masculino sobre o feminino (SAFFIOTI, 2002). Ou melhor, do que se convencionou chamar de masculino e feminino. Foucault amplia o debate sobre o tema, desconstruindo a ideia de que o poder seria detido apenas



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

por grupos específicos, tais como as instituições do Estado. “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1999, p. 88). Em nossa pesquisa, interessa identificar a abordagem teórica dos pesquisadores sobre essas relações de poder que envolvem os gêneros, perpassando o processo de produção da notícia e a hierarquia profissional nas redações.

Percurso metodológico

Para analisar as revistas, utilizamos o método de revisão integrativa. De acordo com Silveira e Zago (2006, p. 615), ele possibilita por meio de padrões estabelecidos “sumarizar as pesquisas já concluídas e obter conclusões a partir de um tema de interesse”. Os procedimentos de operacionalização dividem-se em cinco etapas: “seleção das questões temáticas, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, representação das características da pesquisa original, análise dos dados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão” (Ibidem). Na etapa de levantamento dos artigos consideramos a princípio as palavras-chave “Jornalismo”, “Estudos de Gênero”, “Estudos Feministas” e “Jornalismo com perspectiva de gênero”.

A primeira busca da amostra indicou a necessidade de rever essas palavras-chave e fazer substituições como detalharemos no tópico de análise. No entanto, no primeiro momento trabalhamos com grupos diferentes com no mínimo duas dessas palavras-chave. Posteriormente, foi feita uma seleção prévia do material coletado, após a leitura do título e do resumo para verificar se houve o desenvolvimento do tema em questão. O processo passou por uma nova etapa de filtragem com a leitura dos metadados para identificar se houve coerência entre os objetivos, metodologia e conceituação teórica. Entrevistas e ensaios foram excluídos de nossa análise.

Foi desenvolvido um formulário de coleta, para cada artigo da amostra, contendo categorias fixas que auxiliaram no cruzamento dos dados e na análise (SILVEIRA e ZAGO, 2006). O formulário proposto visou a identificação do artigo e sua fonte de localização, assim como os objetivos, delineamento e características do estudo; coerência



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

teórico-metodológica e conceitos que o fundamentaram; análise dos dados, resultados e discussão, conclusões e recomendações para a prática do jornalismo e suas interfaces com os Estudos Feministas e de Gênero³.

Resultados

O levantamento realizado na Revista Pauta Geral revelou dois artigos entre os 70 publicados nas nove edições da revista. A busca utilizando o termo “Estudos Feministas” encontrou apenas o artigo “Presidenciáveis brasileiras na imprensa: cobertura eleitoral de 2014 e desdobramentos”, publicado no primeiro semestre de 2018; já a busca com “Estudos de Gênero” indicou três artigos, sendo um o mesmo apontado acima, outro “Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja” e “Dilma, uma ‘presidente fora de si’: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático”, ambos publicados na segunda edição de 2016. O mapeamento utilizando o termo “jornalismo com perspectiva de gênero” não identificou nenhum artigo. Ao utilizar a junção de duas palavras-chaves como “Jornalismo, Estudos Feministas” ou “Jornalismo, Estudos de Gênero” obtivemos os mesmos resultados, pois o escopo da revista é Estudos em Jornalismo.

É válido ponderar que a RPG no segundo semestre de 2016 lançou a edição temática “Cobertura jornalística do processo de impeachment (golpe) e manifestações sociais no Brasil”, com cinco artigos e apenas dois mencionam a questão de gênero.

No periódico Estudos em Jornalismo e Mídia, a busca com os dois termos simultâneos “Jornalismo, perspectiva de gênero”, ou apenas “perspectiva de gênero” indicou apenas um artigo. Contudo, os trabalhos referem-se aos gêneros textuais do jornalismo. Ao utilizar a palavra chave “Estudos Feministas” ou a junção “Estudos Feministas, Jornalismo” não foi encontrado nenhum artigo. Ao mapear trabalhos a partir do termo “Estudos de Gênero”, foram encontrados cinco artigos.

³ Inicialmente, nos propusemos a identificar os programas de pós-graduação e graduação a que pertencem os pesquisadores. No entanto, por questão de espaço, tornou-se inviável apresentar esses dados sistematizados neste artigo, o que deve ser apresentado em nossos trabalhos posteriores.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Ao refinar a busca, associando “jornalismo, Estudos de gênero”, o número de resultados foi reduzido a quatro artigos. Semelhante ao resultado indicado na primeira busca, dois dos trabalhos abordam o gênero textual - um sobre o telejornalismo e outro sobre a trama na narrativa. Também identificamos outro artigo, mas ele foi desconsiderado da amostra por ter sido publicado em 2012, estando fora de nosso período de análise.

Assim, o corpus do levantamento compreendeu apenas dois artigos: “Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012”, publicado em 2014; e “Rachel de Queiroz, Jornalista”, publicado em 2017.

Na Brazilian Journalism Research, a aplicação das mesmas palavras-chave, nas revistas citadas acima, encontrou sete artigos diretamente relacionados a Jornalismo e Estudos Feministas ou de Gênero. É importante destacar que todos eles foram publicados em 2018, no dossiê da revista dedicada ao Jornalismo e aos Estudos de Gênero⁴. O uso de outras combinações como “jornalismo e feminismo” e “jornalismo e gênero” encontrou os mesmos resultados. Com esses termos, foi encontrado outro trabalho, porém alheio à temática discutida aqui - o artigo tratava da economia política do jornalismo em perspectiva comparada.

Importante destacar que havia outros cinco artigos que relacionam os dois campos, porém indexados a outras palavras-chave como “feminização”, “gênero” e “assédio”. Esses dados podem indicar falta de familiaridade com os conceitos dos Estudos Feministas. Mas para isso se comprovar, seria necessário empreender a leitura completa dos trabalhos - o que foge de nossa proposta, neste momento. Chegamos a esses artigos acessando a íntegra da edição sobre Jornalismo e Gênero. Ou seja, essa análise demonstra que as discussões que articulam os dois campos só tiveram espaço numa edição dedicada a essa proposta. Vale ressaltar que essa foi a única edição dedicada à temática, desde o surgimento da BJR, em 2005.

⁴ Confira o dossiê em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/issue/view/51/showToc>> Acesso em 20 de julho de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A iniciativa pioneira da edição desse dossiê é resultado de uma parceria da SBPJor, representada por Cláudia Lago, com o grupo de Estudos em Jornalismo da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación⁵), coordenado por Ana Carolina Temer e Marli dos Santos, além do grupo de Estudos de Educação da IAMCR (International Association for Media and Communication Research⁶), coordenado por Sadia Jamil.

Compilando os resultados nas três revistas analisadas, chegamos ao total de 17 artigos que articulam Estudos de Gênero com Jornalismo. Esse valor representa apenas 5% do total de 312 trabalhos publicados nas revistas durante o período analisado. A maioria discutiu produções jornalísticas, variando apenas o enfoque - que pode estar nas práticas profissionais ou nas repercussões delas. Para ilustrar a predominância dessas discussões, destacamos que 16 artigos abordavam coberturas jornalísticas. Apenas um tratava de outra temática: a trajetória de mulheres fotojornalistas e mães.

Sobre as abordagens metodológicas, as técnicas mais utilizadas foram análise do discurso (35%), análise de conteúdo (18%) e entrevistas abertas ou semi-estruturadas (18%). Ao cruzar os objetos de pesquisa - majoritariamente coberturas jornalísticas - com a análise do discurso, nota-se uma correspondência entre os objetivos de estudo e método. Afinal, o jornalismo pode ser lido como um gênero discursivo que interfere na construção social da realidade. E, articulando essa premissa aos Estudos Feministas, é pertinente que se problematize o fazer jornalístico para que a prática não reitere os estereótipos de gênero. Além disso, essas propostas metodológicas demonstram coerência com os referenciais teóricos de Jornalismo mais citados nos artigos que encontramos. Trata-se de textos clássicos sobre enquadramento e construção social da realidade.

No que se refere aos Estudos Feministas e de Gênero, dos 17 artigos, três não trazem referências de autores que se vinculam a esse campo. Esse dado mereceria uma análise mais detalhada, destacando os títulos, autores e correntes a que se vinculam dentro

⁵ Mais informações disponíveis em: <<https://www.alaic.org/site/associacao/>> Acesso em 20 de julho de 2018.

⁶ Mais informações disponíveis em: <<https://iamcr.org/welcome-to-iamcr>> Acesso em 20 de julho de 2018



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do próprio campo dos Estudos Feministas. Em razão da limitação do espaço deste artigo, não é possível apresentar em detalhes essa sistematização - o que fará parte de nossos próximos esforços de pesquisa. No entanto, a partir de uma leitura transversal dos dados coletados, nota-se a presença marcante da obra pioneira de Simone de Beauvoir, além de contribuições mais recentes como as de Judith Butler. No Brasil, por sua vez, os trabalhos de Heleieth Saffioti também foram bastante referenciados.

Outro dado interessante é a citação do livro *Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu - obra na qual o autor se apropria de conhecimento feminista como sendo dele (MATHIEU, 1999). Essa informação pode ser um indicativo a mais da incipiência das pesquisas que articulam Feminismo e Jornalismo.

Análise dos resultados e algumas implicações

Antes de discutir os resultados apresentados acima, faz-se necessária uma contextualização sobre as instituições as quais as revistas analisadas aqui se vinculam. A revista *Estudos em Jornalismo e Mídias* é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e a *Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo* é editada pelo Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Em 2012, foi criado o grupo de pesquisa *Jornalismo e Gênero* da UEPG. O Mestrado foi implantado em 2013 e o grupo ministra anualmente, desde então, disciplinas optativas e obrigatórias. O programa impulsionou o grupo no sentido de atrair novas pesquisas com interfaces entre Jornalismo e Estudos de Gênero. As duas linhas de pesquisa do mestrado da UEPG - *Processos de Produção Jornalística* e *Processos Jornalísticos e Práticas Sociais* - incluem projetos com perspectiva de gênero.

A pós-graduação em Jornalismo da UFSC, responsável pela edição da *EJM*, têm sete grupos de pesquisa cadastrados no diretório de pesquisa do CNPq, mas nenhum traz, explicitamente, recortes em gênero. E as duas linhas de pesquisa - *Jornalismo, Cultura e Sociedade e Tecnologias, Linguagens e Inovação no Jornalismo* não mencionam essas questões.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Contudo, vale destacar que a UFSC conta com o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), departamento vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da universidade. Desde 2005, são desenvolvidas pesquisas interdisciplinares apoiadas em Estudos Feministas e de Gênero. O IEG também conta com laboratórios e núcleos especializados, para garantir a diversidade de abordagens. Consideramos que a existência desse espaço é convidativa também para pensar o jornalismo a partir de um recorte de gênero. Dessa forma, em nossos esforços de pesquisa futuros, uma possibilidade seria cruzar as produções acadêmicas do departamento de Jornalismo e do IEG, na UFSC, para verificar o espaço que a temática de jornalismo, em interface com os Estudos Feministas e de Gênero, tem alcançado na instituição.

Feitas essas considerações, passamos agora a discutir os resultados que encontramos e apresentamos na seção anterior. A revista Pauta Geral apresentou apenas dois artigos com a temática em Estudos de Gênero e Jornalismo, o que corresponde a 2,85% do total, percentual baixo diante da quantidade de publicações por edição. É importante destacar que um dos artigos foi publicado no dossiê “Cobertura jornalística do processo de impeachment (golpe) e manifestações sociais no Brasil”, tema que pela sua própria natureza demandava reflexões sobre as questões de gênero.

No entanto, houve apenas dois artigos nesse dossiê, com essa perspectiva. Esse resultado é um indicador não apenas da baixa produção de estudos dessa natureza, como também um indicativo de que a escrita sobre o assunto se restringiu a um evento localizado. Isso é uma contradição, pois o gênero, entendido como elemento discursivo, estrutura todas as relações.

Sobre as publicações da BJR, é importante destacar que embora nossa busca tenha se centrado nos anos de 2014 a 2018, a aplicação das palavras-chave, citadas acima, não encontrou nenhum artigo que abordasse Estudos de Jornalismo com Estudos Feministas em anos anteriores. Esse dado é preocupante, sobretudo se considerarmos que a revista é vinculada a SBPJor, instituição que protagoniza a busca pela autonomia científica do Jornalismo e que a revista existe desde 2005.

Também é necessário problematizar os objetos de pesquisa que predominam nos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

trabalhos identificados nas três revistas em questão. Como detalhamos anteriormente, os estudos se dedicam majoritariamente a análises de coberturas jornalísticas. Essas propostas são válidas e contribuem para uma visão emancipatória do jornalismo. No entanto, não podemos nos dedicar exclusivamente aos estudos da notícia ou da produção dela. No âmbito da busca por autonomia, isso reduz nosso campo ao estudo da prática profissional, o que por si só não é suficiente para justificar nossa autonomia científica (SILVA, 2009).

Já numa perspectiva mais ampla, a falta de discussão sobre o ensino e a formação é bastante problemática. Além disso, essa lacuna cria um entrave para a mudança profissional. Com isso, não estamos diminuindo os estudos críticos sobre coberturas jornalísticas. Estamos apenas alertando que nosso olhar, enquanto pesquisadores, parece estar voltado para os “remédios” e não para a “prevenção”. Dito de outra forma, não podemos esperar que as abordagens de publicações jornalísticas deixem de atuar como instrumentos do patriarcado, se não debatemos a qualidade da formação que damos aos nossos jornalistas.

Esse problema também já foi verificado em outro estudo de nossa autoria (SILVEIRA-BARBOSA, 2018), no âmbito dos eventos acadêmicos. O que indica que a lacuna pode ser maior do que imaginamos. Numa análise dos anais do Intercom, no grupo de pesquisa de História do Jornalismo, verificamos o protagonismo dos trabalhos sobre jornalismo e memória (33,1%) e rotinas produtivas (24%), no período de 2014 a 2017. As discussões sobre gênero aparecem em 8,3% dos trabalhos. Ensino e formação foram abordados em apenas 2,5% dos artigos apresentados.

No que se refere aos Estudos em Jornalismo, os aportes teóricos mais adotados foram os textos clássicos sobre enquadramento e construção social da realidade. Entendemos que investir na problematização do jornalismo enquanto uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1994), funda-se no entendimento do jornalismo como parte do processo de construção de uma sociedade menos desigual. Essa concepção do jornalismo é próxima da visão de Genro Filho (2012). Para o pesquisador, o fato de o jornalismo ter seu desenvolvimento histórico relacionado à expansão do capitalismo, não significa que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ele não possa ultrapassar esse preposto.

Ao desempenhar sua função de construção da realidade, o jornalismo teria, na visão do autor, a capacidade de demonstrar as contradições da sociedade. O resultado seria a contribuição para uma transformação social ampla. Podemos transpor o entendimento de Genro Filho para o âmbito das desigualdades estruturais, sob a ótica dos Estudos Feministas. E a partir da análise das revistas, acreditamos que os autores possuem concepções similares. Ao demonstrar as assimetrias entre os gêneros, o jornalismo poderia contribuir para esse projeto de transformação social. Essa visão, aliás, contribui para o debate sobre a emancipação do campo jornalístico, já que valoriza suas especificidades e potencialidades de ação sobre a realidade.

Finalmente, cabe dizer que a autonomia do campo jornalístico, enquanto ciência, dependerá de uma abertura de perspectivas teóricas para abarcar as discussões sobre as desigualdades estruturantes em nossa sociedade. Nesse grupo, estão, por exemplo, os Estudos Feministas e de Gênero. Entendendo o jornalismo como uma ciência social, a negligência de abordagens que evidenciam essas desigualdades nos colocará contra a própria essência social de nosso campo. Portanto, nossa intenção, com essa pesquisa, foi apontar as lacunas que ainda persistem nos Estudos em Jornalismo, a partir de uma perspectiva feminista. O resultado desse estudo é um alerta aos pesquisadores da área que pretendem consolidar a autonomia do campo dentro do escopo das Ciências Sociais.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. **Líbero**, v. 9, p. 51-62, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

_____. **Jornalismo já tem sua teoria.** In: Zero. Florianópolis: UFSC, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/2YW15fM>> Acesso em 26 de abril de 2018.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MARQUES DE MELO, José; BRITTES, Juçara G. (Org.). **A trajetória comunicacional de Luiz Ramiro Beltrán.** São Bernardo do Campo: Editora Umesp, 1998.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Fragmentos da memória de um professor de Jornalismo: perplexidades evidentes no tardio itinerário do anistiado político. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,** 2015, vol.38, n. 2, p. 291-315.

MATHIEU, Nicole-Claude. Bourdieu ou le pouvoir auto-hypnotique de la domination masculine. **Les temps modernes,** n. 604, p. 296-324, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Mídia & Jornalismo,** v.1, p. 9-22, 2002.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 anos de O segredo da pirâmide. **Brazilian Journalism Research,** v. 13, n. 1, p. 164-181, 2017.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro de. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal.** Porto, 2008. 172p. (Pós-doutorado) – Programa de Pós-doutoramento em Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência contra a mulher e violência doméstica. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 321-338.

SILVA, Gislene da. O Fenômeno Noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos de Jornalismo e Mídia,** v. 6, n. 9, p. 9-15, 2009.

SILVEIRA, Camila Santejo & ZAGO, Márcia Maria Fontão. Pesquisa brasileira em enfermagem oncológica: uma revisão integrativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** v. 14, p. 614-619, 2006.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Prensa Lesbiana en Brasil: ¿dónde está esta historia? In: XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), 2018, San José, (no prelo).



Homofobia no Discurso Jornalístico? Coberturas da Parada Gay e da Marcha para Jesus Realizadas pela Mídia

Rafael Chaves Martins¹

Resumo: O presente estudo pretende analisar as coberturas realizadas pelo portal de notícias Estadão (<http://www.estadao.com.br/>) da Marcha para Jesus e da Parada Gay, na edição paulista de 2017, fazendo uma comparação entre ambas. O objetivo é revelar se há uma diferença de tratamento no discurso jornalístico a partir dessa análise, e se ela pode ser considerada como Homofobia. Trata-se de uma pesquisa linguístico-discursiva ancorada nos pressupostos da Análise de Discurso de Linha Francesa, de Patrick Charaudeau (2015). Com os resultados obtidos, fica constatado que existe diferença de tratamento dos eventos citados pela mídia, dando um enfoque mais respeitável à Marcha para Jesus e mais comercial e mercadológico à Parada Gay.

Palavras-chave: Discurso jornalístico; Homofobia; Ideologia.

Introdução

Na cobertura de grandes eventos, a mídia costuma noticiar os fatos ocorridos, sem se preocupar em refletir sobre demandas políticas e sociais reivindicadas ou ideologia por trás do evento. Mesmo em um texto em que se preocupa apenas em relatar o evento, há marcas ideológicas. Informar é produzir sentido de determinado fato em determinado sujeito através do uso da linguagem numa situação de comunicação. Nesse processo, as escolhas discursivas e linguísticas do sujeito possuidor do saber são fundamentais, não apenas para atrair a atenção do outro sujeito, como também para produzir efeitos de sentido desse saber. Não apenas o conteúdo é transmitido, como também a percepção e a perspectiva do sujeito possuidor do saber. Esse é o papel que a mídia exerce na sociedade.

A isenção ou a imparcialidade no discurso é um mito muito propagado por diferentes segmentos da sociedade. Ela nem é possível, visto que todo discurso produz diferentes efeitos de sentido, conforme o contexto social, cultural e histórico e os interesses políticos e econômicos de quem produz o discurso. Com o discurso midiático,

¹ Graduado em Letras pela FAPA (2011), Especialista em Assessoria Linguística e Revisão Textual pela FAPA (2013) e Mestrando em Letras do Centro Universitário Ritter dos Reis/ Bolsista CAPES, orientado pela Prof^a. Dr^a. Mariana Giacomini Botta. E-mail: rafael.marves@hotmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

isso não é diferente. Tem-se a falsa ideia de que o discurso jornalístico é imparcial e objetivo, como sua característica nata. Basta uma simples leitura dos veículos de comunicação existentes para perceber que isso é apenas uma ilusão, embora a maioria desses veículos se autorrotule como isento. Nesse artigo, nos propomos a analisar dois grandes eventos populares para demonstrar como essa imparcialidade não passa de um mito.

A Marcha para Jesus e a Parada Gay são dois grandes eventos populares realizados anualmente em várias cidades do mundo. Especificamente na cidade de São Paulo, ocorrem as maiores edições do país, e talvez as do mundo também. Nessa cidade, chama a atenção pela rivalidade existente entre os dois eventos. Não apenas por se posicionarem em campos políticos-ideológicos opostos, como também por serem realizadas em datas e locais próximos, há quase trinta anos. Até bem pouco tempo atrás, ambas aconteciam na Avenida Paulista, palco de manifestação política da capital paulista, mas nos últimos anos a Marcha passou a acontecer em outros locais. Elas sempre ocorrem nos meses de maio ou junho, muitas vezes, como no último ano, na mesma semana, ou em finais de semana seguidos.

Para essa análise, escolhemos o portal de notícias Estadão (<http://www.estadao.com.br/>), pertencente ao Grupo Estado, que foi fundado em 1875 com a criação do jornal O Estado de S. Paulo. Além do portal Estadão, lançado em 2000, compõem o grupo ainda o Jornal da Tarde, a Agência Estado e a Rádio Eldorado. É um dos maiores grupos de mídia do país, ganhador de inúmeros prêmios.

Referencial teórico: Homofobia

Empiricamente, a homofobia é entendida como a intolerância e a violência (física, psicológica ou simbólica) direcionada às populações LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e transgêneros). Essa definição não deixa de estar correta, embora seja simplista demais. Daniel Borrillo (2010), em sua obra *Homofobia: história e crítica de um preconceito*, se aprofunda na discussão da definição desse termo. Um dos preceitos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

básicos para se definir homofobia é o entedimento de que há uma norma ou padrão social quando o assunto é sexualidade – a heterossexualidade.

A compreensão do comportamento heterossexual como sendo relacionada a uma superioridade biológica e moral é uma estratégia política e ideológica de normatização da sexualidade, fazendo com que toda a diversidade sexual e de gênero existente seja tratada como desvio. Trata-se do heterossexismo, atitude que condena indivíduos homossexuais (masculinos e femininos), mas também bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, mulheres heterossexuais de personalidade forte e homens heterossexuais delicados e sensíveis. Todo indivíduo que contexta o modelo social de ordem sexual – a partir do sexo biológico (macho e fêmea) determinando a orientação do desejo (heterossexual) e de gênero (masculino e feminino) – é tratado como outro, inferior e anormal. (BORRILLO, 2010).

A partir de heterossexismo, é possível reconhecer homofobia não apenas como um preconceito contra homossexuais, mas também contra a homossexualidade ou qualquer desviante do padrão heterossexual (BORRILLO, 2010). É por isso que é tão comum ouvir discursos (“Não sou homofóbico, até tenho amigos gays...” ou “Não sou homofóbico, mas não precisa se expor publicamente...”) que não atacam o indivíduo, mas sim práticas ou hábitos de LGBTTs. O autor (2010) estabelece duas dimensões, uma pessoal, de natureza afetiva, que condena o indivíduo homossexual; e outra cultural, de natureza cognitiva, que condena a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Logo, segundo Borrillo (2010), homofobia e heterossexismo são dois termos distintos, mas que estão diretamente relacionados em suas concepções.

Borrillo (2010), então, estabelece a seguinte definição para homofobia:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para o seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas (BORRILLO, 2010, p. 34).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Essa definição é muito feliz, uma vez que reflete sobre o caráter ideológico de construção dessa norma padrão, que se baseia nas diferenças, justificando a exclusão de indivíduos que são considerados incompletos, anormais, acidentais. Quando o autor fala das consequências políticas extraídas dessa hierarquização das sexualidades, ele está falando do acesso desigual que indivíduos heterossexuais e homossexuais têm a recursos econômicos, políticos, sociais e jurídicos. (BORRILLO, 2010).

Embora hoje a homossexualidade não seja mais vista como doença pela ciência e nem como crime pela norma jurídica, na prática, na maioria dos países ocidentais, as condições de vida dessas populações continuam sendo à margem da sociedade. Direitos não são reconhecidos; o mercado de trabalho é excludente; e a taxa de homicídios de LGBTTs é crescente. Mesmo com os muitos avanços ocorridos nas últimas décadas, há uma grande defasagem nos direitos da população LGBTT. A homofobia se adapta aos novos tempos, permanecendo presente em nossa sociedade.

Ideologia

Mikhail Bakhtin (2009) inicia a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* discutindo a relação entre ideologia e signo, sob o ponto de vista marxista. O autor entende que não existe ideologia sem signo, portanto, é através do signo que a ideologia se materializa. Ele explica que todo corpo físico existe por si só, não é de sua natureza possuir uma representação ou um significado que lhe seja externo. Logo, neste corpo não há ideologia.

A partir do momento em que o corpo físico passa a ser percebido como um símbolo, ele continua fazendo parte da realidade, mas passa a refletir e a refratar uma outra realidade. O exemplo citado pelo autor é o da foice e do martelo, mas há outros, como a cruz, que, no mundo real, era uma estrutura usada para punir publicamente todos que transgrediam a lei romana. Essa estrutura tornou-se um símbolo para o cristianismo quando recebeu um sentido ideológico. (BAKHTIN, 2009).

Por ser o signo um fenômeno do mundo exterior, criado por uma comunidade linguística em função das suas relações sociais, ele existe em sua realidade particular.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Como já dito, essa realidade é um reflexo e uma refração da realidade material. Porém, a relação entre essas realidades não é orgânica, e sim arbitrária. A realidade dos signos pode reproduzir, distorcer ou apreender de um ponto de vista específico a realidade material (BAKHTIN, 2009). Esse dado é bastante relevante, visto que a ideologia pode carregar de significação um determinado corpo físico, acabando por afastar completamente ou até mesmo opor o signo do corpo físico correspondente. O já citado signo da cruz é também exemplo; de instrumento de punição e execução, tornou-se, hoje, um símbolo de amor, fé e perdão.

Uma crítica que Bakhtin faz é o fato dos estudos basearem a ideologia na consciência, quando ele entende que a ideologia se encontra nos signos, entre indivíduos organizados através de sua interação comunicacional. Por ser a palavra o meio de comunicação por excelência, ela é um fenômeno ideológico por excelência também.

Cabe uma ressalva: ao contrário dos demais sistemas de signos, que possuem seu significado bem definido, inseparável da função ideológica constituída, a palavra é pura, neutra. O signo surge a partir de uma função ideológica específica, definida; já a palavra é construída a partir da neutralidade de qualquer função ideológica específica. A palavra não é neutra por não representar uma ideologia, e sim por poder representar várias. Para Bakhtin (2009), essa característica faz com que a palavra possa absorver qualquer função ideológica.

Diferentemente do signo cruz, que tem um significado, a palavra cruz pode adquirir diferentes significados, dependendo da ideologia que se materializa no discurso que a emprega. Pode-se dizer que fulano é “uma cruz na minha vida”, como sinal de que essa pessoa é causa de sofrimento, é possível responder a um colega de trabalhar que “essa cruz é minha”, ao recusar ajuda, por exemplo.

Entende-se, portanto, que é através da palavra que a ideologia se materializa, por ser a palavra o veículo de expressão da consciência (coletiva, dos indivíduos organizados em situação de comunicação, e individual, de expressão interna do sujeito). A neutralidade da palavra possibilita que ela seja o signo que expressa diferentes ideologias, o que não ocorre com os demais sistemas de signo. Por isso, não há discurso neutro, sem



ideologia.

Discurso Midiático

Trata-se de uma pesquisa linguístico-discursiva ancorada nos pressupostos da Análise de Discurso de Linha Francesa, tendo como base os estudos de Patrick Charaudeau (2015).

É no discurso midiático que é produzido o sentido social. Isso é o que afirma Patrick Charaudeau (2015), em sua obra *Discurso da Mídia*, na qual analisa o discurso midiático sob a ótica da Semiologia, uma análise de discurso por ele desenvolvida, cujas propriedades são:

[...] construção racional de seu objeto segundo critérios precisos (construção do corpus), o que permite conferir os resultados das análises; determinação de um instrumento de análise que sirva de base às interpretações produzidas ulteriormente; processo de interpretação que implique uma crítica social, não como ideologia (se a crítica fosse direcionada, perverteria o objetivo científico), mas como processo que faz descobrir o não dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo de aparências. (CHARAUDEAU, 2015, p. 29).

Para Charaudeau, “[...] informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação” (2015, p. 34). Em relação à transmissão de informações, principal função da mídia – particularmente do jornalismo – o autor chama a atenção para a importância das escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Para ele, fidelidade, objetividade e transparência não são relevantes nesse processo, mas os efeitos que as escolhas discursivas causam no outro, pois, ao elaborar o seu discurso, o sujeito informador pensa em estratégias para atingir o seu receptor.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdo a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Logo, a informação é tratada como discurso.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Segundo o autor (2015, p. 40), o sentido é produzido a partir do encontro de condições extradiscursivas com realizações intradiscursivas. A partir disso, são estabelecidas três categorias: a mecânica de construção do sentido, a natureza do saber e o efeito de verdade que pode se produzir no receptor.

O sentido é constituído a partir de dois processos, de transformação e de transação, tendo em vista que ele é construído pela ação linguageira em situação de interação social. A transformação trata da transição do mundo a significar a mundo significado; é um processo semiótico. Já a transação se trata do processo pelo qual o sujeito que produz o ato de linguagem passa ao dar um significado psicossocial a esse ato. Os dois processos estão associados, tendo em vista que o sujeito produtor do ato de informação descreve, conta e explica o mundo, dando um sentido abstrato ao concreto, a partir da sua constituição psicossocial, pensando na identidade desse outro, nos efeitos que pretende produzir nele e na relação que pretende estabelecer com ele. (CHARAUDEAU, 2015, p. 41-42).

Acerca do saber e de sua natureza, o autor (2015, p. 43-46) afirma que ele é o resultado de uma construção humana realizada através do ato linguageiro. Sua estruturação se dá pelo próprio olhar do homem, sendo categorizado como conhecimento – voltado para o mundo – ou crença – voltado para si mesmo. O primeiro, racional, se configura a partir das práticas de experiência; enquanto que o segundo, subjetivo, a partir de sistemas de interpretação do comportamento.

Por fim, a questão do efeito de verdade surge a partir da busca pela crença da verdade, e não pela verdade em si. O mais importante é a credibilidade do sujeito produtor do ato de informação, pois só há o reconhecimento da verdade a partir da convicção – a crença – e não da evidência. (CHARAUDEAU, 2015, p. 49).

Isso posto, passa-se para a contribuição nuclear da obra de Charaudeau (2015), que é o contrato de comunicação midiática, segundo o qual há, entre locutor e interlocutor, “[...] um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos” (2015, p. 68). Tais condições se referem às restrições de tempo, espaço, palavras e relações sociais envolvidas no processo de comunicação. Todo



indivíduo, pertencente a determinada comunidade linguística, lança mão dessas condições específicas da situação de troca de informação, que são reguladas pelas práticas sociais da sua comunidade. “Assim, se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana” (2015, p. 67). O contrato de comunicação midiático resulta das características internas da situação de interação – dados externos – e das características discursivas decorrentes – dados internos.

Análise

O primeiro aspecto analisado nos dois textos é o título das reportagens: “*Parada LGBT adota tom político em SP*” e “*Marcha para Jesus atrai multidão para as ruas de São Paulo e tem tom político*”. Verifica-se que ambas coberturas destacam o tom político dos eventos, mas, enquanto o texto sobre a Marcha informa que ela atrai multidão e ao mesmo tempo “tem” tom político, no título sobre a Parada é usado o verbo “adotar” tom político, sem destacar a presença dos participantes.

Parece que a escolha desses verbos demonstra uma diferença entre os eventos, pois ao usar “ter” na Marcha, é estabelecida uma característica que este evento possui (propriedade dele); passa-se a ideia de certa constância no tom político. Pesquisando esse vocábulo no dicionário Houaiss (2007), encontramos as seguintes definições “22. Ser a causa de estar ou existir (em determinado lugar). [...] 42. Dizer, fazer ou praticar por hábito; estar habituado ou naturalmente disposto a. 43. Dizer respeito a, interessar-se; ter a ver com.” Já o uso do verbo “adotar” pode indicar que se trata de algo novo, ocasional, pois deixa pressuposto que, até então, o evento não havia tido tom político. Já sobre esse vocábulo, o Houaiss (2007) define como “4. fazer uso temporário de (atitude, comportamento artificialmente empregado); assumir. 5. decidir-se por, dar preferência a; escolher.”

Isso, sem contar que o verbo “adotar” apresenta um caráter de intencionalidade “3.1 incorporar sistematicamente (prática, costume, hábito, etc.) a um modo de agir, atuar.” (HOUAISS, 2007); já “ter” passa uma ideia de posse ou pertencimento, como se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

o evento apresentasse essa característica já em seu âmago “22. Ser a causa de estar ou existir (em determinado lugar). [...] 36. Apresentar ou caracterizar-se por (determinado atributo, detalhe, faculdade ou qualidade); apresentar em si.” (HOUAISS, 2007). O emprego de verbos distintos, de acordo com cada evento, revela uma visão mais dura sobre a Parada, por não considerar que o tom político estivesse em sua essência, o que pode dar a entender que se trata de um posicionamento oportunista.

O segundo aspecto analisado na comparação entre os conteúdos jornalísticos é o subtítulo, que tem a função de complementar a informação trazida no título: “*Aos gritos de 'Fora Temer', organizadores pediram eleições diretas; neste ano, evento adotou como tema o combate ao fundamentalismo religioso*” (Parada Gay) e “*Neste ano, a Marcha tem como lema #EuAcheiMeuRei, em referência a Jesus. Criador defendeu a permanência do presidente Michel Temer no cargo, além da aprovação das reformas propostas pelo governo federal*” (Marcha para Jesus). Fica nítida a posição política antagônica dos eventos, pois destaca-se que a Marcha defende o governo federal em exercício naquele momento, e a Parada é contrária a ele e pede novas eleições. Nas duas reportagens, o mesmo tipo de informação é apresentado nesta parte do texto: o tema do evento e seu posicionamento político. Entretanto, chama atenção a diferença na ordem em que isso aparece, pois no texto sobre a Parada primeiro foi apresentado o tom político, para depois ser citado o tema do evento. No texto da Marcha, acontece o contrário.

Na organização linear do texto, a disposição das informações indica a importância e o destaque que são atribuídos a elas. Por isso, quando é colocado o tema da Marcha e, depois, seu posicionamento político, está se dando maior destaque ao tema, e menor importância à informação que vem em seguida. No caso da Parada, a impressão é que o tema não é tão relevante, ou que é menos importante do que o fato de os participantes pedirem a saída do presidente.

O primeiro parágrafo de cada texto é o próximo elemento a ser analisado:

(a) “Aos gritos de "Fora, Temer!", a 21ª Parada do Orgulho LGBT foi realizada neste domingo, na Avenida Paulista, em São Paulo. Os organizadores do evento adotaram um tom político e pediram a realização de novas eleições presidenciais. A Polícia Militar não informou o número de pessoas que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

passaram pelo evento, mas a organização tinha a expectativa de reunir 2 milhões.”

(b) “Uma oração contra a prostituição e a corrupção no Brasil abriu nesta quinta-feira, 15, a Marcha Para Jesus, que atraiu uma multidão de evangélicos por ruas do centro e da zona norte de São Paulo. Criador do evento, o apóstolo Estevam Hernandes, líder da Igreja Renascer em Cristo, também defendeu a permanência do presidente Michel Temer (PMDB) e as reformas da previdência e do trabalho, propostas pelo governo.”

Observa-se que, nas duas coberturas, o parágrafo introdutório é bem semelhante, seguindo a técnica jornalística do lead/lide. Há, porém, diferenças na organização dos dados, o que pode sinalizar intencionalidade.

No texto sobre a Parada, o parágrafo começa com “aos gritos de”, enquanto no da Marcha, a primeira informação é “Uma oração contra”. Cria-se um paralelo entre gritos e oração, que não parece ser aleatório. “Gritar” e “orar” são dois verbos que indicam tipos de produções orais, mas com cargas semânticas bem definidas. Orar requer silêncio, calma, concentração e tem um objetivo positivo (agradecer, pedir uma graça), sempre relacionado com o bem; já o ato de gritar é quase sempre visto de maneira pejorativa, ligado a discussão, briga, agressão. A escolha destes verbos transmite a ideia de como se dá o evento como um todo, um com seriedade, organização e boas intenções, e o outro com bagunça e desorganização.

Baseamos essa interpretação nas definições encontradas no dicionário Houaiss (2007), conforme segue:

- a) Verbo “gritar”: 1. Clamar por socorro; 2. Dar ou emitir gritos. 3. Falar ou dizer (algo), usando tom de voz muito alto. 4. Pedir com vigor; clamar; reclamar. 5. Queixar-se veementemente; protestar. 6. Invetivar contra (alguém ou algo); ralhar, bradar;
- b) Verbo “orar”: 1. Dirigir (oração ou súplicas religiosas); proferir oração; reza. 2. Pedir com insistência e humildade; implorar, rogar, suplicar. 3. Falar em público; proferir discurso ou expressar-se em tom oratório; discursar.

Na sequência da cobertura sobre a Marcha, o segundo parágrafo traz falas do criador do evento, que é citado logo no parágrafo introdutório. Já o segundo parágrafo da



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

cobertura da Parada apresenta seu organizador, informando nome e “cargo”, também cotejando suas opiniões sobre o momento político pelo qual o país passava na ocasião.

No texto da Parada são informados os “investimentos” da prefeitura, 1,4 milhões, e da iniciativa privada, 2 milhões. É sabido que a prefeitura também destina recursos para a realização da Marcha, mas isso não é citado em momento algum. Além disso, a Marcha usa recursos próprios, das igrejas organizadoras, para fechar as suas contas.

A forma como essas informações são apresentadas ou ocultadas dá a impressão de que a Parada é um evento comercial, o que é marcado principalmente pelo uso da palavra “investimento” para falar dos recursos públicos destinados a ela, referendando a sua existência a partir de uma demanda financeira e não social ou política. A Parada é, em sua essência, uma manifestação política de uma minoria excluída socialmente. Essa essência parece ser esvaziada, dando maior importância ao retorno lucrativo para a cidade por sediar sua realização.

Conclusão

No decorrer desse artigo, foram analisadas as duas matérias publicadas no Portal de notícias Estadão sobre as edições de 2017 da Parada Gay e da Marcha para Jesus. A escolha desse veículo de comunicação não foi em vão, tendo em vista o seu grande alcance e a capacidade de penetração em diferentes segmentos sociais. A sexualidade e a identidade de gênero são temas polêmicos por excelência, e a Parada Gay é o evento que se propõe a trazer esses temas à discussão. Já a Marcha para Jesus se preocupa com a preservação do modo de vida cristão nas famílias e no seio social, fazendo com que os temas citados sejam combatidos e repelidos.

Na análise das coberturas do Estadão pode-se observar que há de fato uma diferença no relato do fato jornalístico dos dois eventos. Enquanto que a escolha vocabular dos verbos usados na cobertura da Parada transmite uma ideia de que o evento é essencialmente comercial, festivo, pautado pelo entretenimento; na redação da cobertura da Marcha para Jesus tem-se a certeza ao se ler de que se trata de uma cerimônia religiosa, respeitável e consolidada. Sabe-se que ambos eventos são manifestações



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

políticas e ideológicas de segmentos da sociedade, independente do perfil de seus manifestantes e da forma como a manifestação é desenvolvida (seja rezando e cantando ou beijando e dançando). Portanto, porque a mídia diferencia os dois eventos?

Quando falamos em discursividade, é categórico se afirmar que não há “grau zero” de imparcialidade. A informação, no discurso jornalístico, nada mais é do que uma peça dentro de um jogo. Dito isso, é simples se concluir que, no processo de informar, comunicar, há sim diferentes interesses, ideologias, que não são explicitamente declarados. A dificuldade em apreendê-los está justamente na compreensão de que não há como ser diferente, visto que a escolha do que informar, bem como a escolha de como informar, são inerentes ao processo discursivo. A mídia está inserida em determinados contextos econômicos, tecnológicos e socioculturais, logo ela produz o seu discurso com base nesses elementos, fazendo uso dos recursos discursivos que são próprios da atividade linguageira. Porém, como estratégia de legitimação, a mídia se vale do mito de imparcialidade, validando seu papel na sociedade. É com essa autoridade recebida que ela regula a encenação (informação) e se autorregula.

Portanto, fica demonstrado que a mídia é inerentemente uma produtora de discursos, logo, através de recursos linguísticos e discursivos, produz efeitos de sentido em seu interlocutor; mas, como forma de legitimar sua função social, lança mão do mito da imparcialidade, mesmo que tal fato, em uma análise mais apurada, pareça contraditório.

Em nossa pesquisa, pudemos refletir sobre essas escolhas linguísticas e discursivas nas duas reportagens analisadas, verificando como as escolhas das palavras apontam para determinada direção, encaminhando um efeito de sentido para seus leitores. Isso corrobora a tese de que é através da linguagem que a ideologia se materializa. Esse exercício de reflexão sobre o discurso midiático é muito importante, visto que possibilita uma maior compreensão das relações de poder existentes em nossa sociedade, e explicita a que interesses os veículos jornalísticos estão vinculados. Principalmente, a grande contribuição dessa pesquisa está no fato de revelar como a ideologia é reproduzida/propagada pela mídia através de seu discurso.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

RESK, Felipe. Marcha para Jesus atrai multidão para as ruas de São Paulo e tem tom político. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-pedem-cura-para-enfermos-roubos-e-alcoolismo-na-25-marcha-para-jesus,70001842941>>. Acesso em: 22 set. 2017.

RESK, Felipe; RIBEIRO, Bruno. Parada LGBT adota tom político em SP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,comeca-parada-lgbt-com-expectativa-de-reunir-2-milhoes-na-avenida-paulista,70001847263>>. Acesso em: 22 set. 2017.



Imprensa feminina e representação: análise da campanha “Quem disse que não?”

**Marina Amaral¹
Marislei da Silveira Ribeiro²**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a campanha de outubro de 2017 da marca brasileira Quem Disse, Berenice? em parceria com a revista CRISTINA, de Portugal. O projeto em questão incentiva mulheres a riscar os "nãos" de suas vidas, já que desde pequenas são ensinadas que não podem fazer as mesmas coisas que os meninos e sofrem com uma sociedade cheia de regras destinadas a elas. Com frases como "Cabelo curto é para mim", "Batom vermelho é para mim", "Ser camionista é para mim" e "Líder é para mim" (representada por Cristina Ferreira, da revista CRISTINA) é feita uma crítica às imposições feitas às mulheres. Para a análise, parte-se do estudo do conceito de gênero, identidade, cultura e representação da mulher pela imprensa feminina. A metodologia acionada utiliza a análise de conteúdo de Bardin (1977) e Guerra (2006), com pressupostos teóricos de Scott (1990), Wolf (1992), Petersen (1999), Buitoni (2009), Butler (2003) e Connell e Pearse (2015). A partir desse estudo, foi possível perceber as mudanças na representação da mulher pela mídia e o impacto da imprensa feminina na identidade cultural feminina. Além disso, propiciou um entendimento acerca do gênero feminino e da importância de uma campanha que incentive as mulheres a decidirem o que querem de suas vidas, deixando de lado imposições e preconceito que ainda existe na sociedade. Portanto, a pesquisa suscita novas discussões e investigações interdisciplinares acerca das áreas de gênero, mídia e identidade cultural.

Palavras-chave: Cultura; mídia; representação feminina; Brasil; Portugal.

Introdução

Entendendo gênero

No conjunto dos movimentos teóricos plurais, o conceito de gênero vem permeado por profundas discussões, principalmente pelo movimento feminista ocidental no que tange à igualdade e diferença. Alguns estudiosos e pesquisadores abordam as complexas relações entre homens e mulheres; Scott (1990 apud Petersen, 1999), ao realizar um estudo sobre gênero, destaca três posições, que são: a teoria do patriarcado, a tradição marxista e as escolas psicanalíticas. Essa posição também é apresentada por Butler na

¹ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: marina_amaral3@hotmail.com

² Orientadora do trabalho. Professora Adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: marisrib@terra.com.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003). Para a autora, a noção de gênero como uma categoria de análise histórica ainda é dominante fundamentada numa estrutura patriarcal e cultural hegemônica.

A referida pesquisadora refuta posições arraigadas à teoria literária feminista que limitavam as questões de gênero ligadas ao masculino e feminino. Também critica outros estudos feministas que concentravam a força política do feminismo numa essência pré-discursiva. Partindo desse pressuposto, tal conceito problematiza noções que remetem a modos de ser e sentir, assim como ideias biologicistas, de corpo, de sexo e sexualidade. Daí resultam relevantes mudanças epistemológicas e políticas para os estudiosos e ativistas de movimentos sociais (MEYER, 2004).

Com relação à categoria gênero, alguns historiadores, como Strey (2008), Connell e Pearse (2015), Scott (1990), Petersen (1999) e Butler (2003), rejeitam o uso designado ao determinismo biológico latente que o relaciona a diferença sexual entre homens e mulheres. No que se refere à importância atribuída ao tema, Scott (1990) destaca que, mesmo existindo vários estudos e análises sobre gênero, em alguns casos, os historiadores os utilizam somente para designar a expressão histórica das mulheres acerca de uma visão mais política, como é o caso dos estudos feministas na década de 80. Por isso, a autora comenta o fato do uso da categoria gênero sempre estar presente nos estudos feministas elaborados até o momento, cujo enfoque centrava as mulheres, afastando-as das demais discussões.

Scott (1990 apud Petersen 1999) e Connell e Pearse (2015) apresentam alguns enfoques para a definição de gênero. O primeiro é que gênero se constitui nas relações sociais e diferenças percebidas entre os dois sexos, e, o segundo, pelo caráter de dar ênfase e significado às relações de poder. Para as autoras, tais relações envolvem poder, pois embora tenham ocorrido mudanças na sociedade, todas as relações e interações humanas são complexas. Por isso, sobre o ponto de vista de Scott (1990 apud Petersen 1999, p.17), gênero se refere a:

meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as historiadoras buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1990 apud PETERSEN 1999, p.17)

Nesse contexto, além da contribuição importante trazida por Scott (1990), Connell e Pearse (2015) corroboram com isso e afirmam que o termo gênero é entendido enquanto uma estrutura social, e não por uma expressão biológica ou uma divisão entre os sexos. “Um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47)

As possibilidades interpretativas de gênero não se esgotam, em sentido algum, nas alternativas mencionadas. A circularidade problemática de um questionamento feminista do gênero evidencia-se pela presença de posições que, por um lado, assumem que o gênero é uma característica secundária de pessoas e aquelas que, por outro, defendem que a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como um sujeito, é uma construção e prerrogativa masculinista que, na verdade, exclui a possibilidade estrutural e semântica de um gênero feminino (Butler, 2003, p.70).

Assim, com base nesses conceitos, a autora defende uma ampla discussão quanto ao significado de gênero. Ou seja, se o termo merece uma análise ou se uma construção discursiva de sexo seria mais importante. Para Butler (2003, p.70), é necessário um pensamento drástico nas “categorias de identidade no contexto das relações de assimetria radical de gênero.” Por essa linha de pensamento, o termo gênero torna-se tão complexo e inacabado que não se fundamenta em propósitos e causas, mas numa discussão aberta que aceita opiniões convergentes e divergentes, sem obedecer a uma norma que seja aceita como uma definição universal.

Formas de representação feminina

Naomi Wolf (1992), em suas reflexões sobre representação feminina no que tange a beleza, traz à tona os aspectos ideológicos que permeiam essa temática. Questões da historicidade, cujo conhecimento privilegiado em relação ao estudo do corpo, têm exposto sua articulação direta com os interesses econômicos, padrões culturais e sociais, além de teorias apresentadas em cada época.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Pode-se afirmar que as mulheres precisam competir entre si por meio da beleza. Ainda segundo Wolf (1992), a insegurança feminina está diretamente ligada à aparência física. Logo, a mulher, para ter sucesso, precisa estar dentro dos padrões estabelecidos pela mídia, ser considerada bonita. A beleza é uma condição para o avanço profissional da mulher. Nucia Alexandra Silva de Oliveira (2001) afirma que beleza é também uma questão histórica que firma relações de poder, em que se alternam a construção e desconstrução de valores, criando representações. A mídia, por sua vez, apresenta um discurso de culto à beleza, divulgando padrões estéticos femininos a serem seguidos (Wolf, 1992, p.21).

Valores são criados e instituídos como símbolos de beleza, e representações foram e continuam sendo construídas, desde a mulher sem voz e submissa até a dona de casa “revoltada” e que passa a questionar seus direitos. Entretanto, segundo Oliveira (2001), é necessário continuar tentando entender esse fenômeno.

[...] é preciso continuar a apontar e historizar tais construções, buscando lembrar que cada uma delas, em suas relações próprias, não falam simplesmente de “corpos”, mas de sujeitos, com escolhas, sentidos, e principalmente, com o desejo de outras experiências e possibilidades. (OLIVEIRA, 2001, p. 81)

Imprensa feminina

A imprensa feminina surgiu, de acordo com Buitoni (1986), no fim do século XVII, na Grã-Bretanha, e cerca de cinquenta anos depois, foi publicado na França o primeiro periódico voltado para o público feminino. Almanques com conselhos de economia doméstica e medicina caseira faziam parte do material destinado às mulheres pela imprensa francesa. Enquanto que este movimento se deu em 1770 e 1781 na Alemanha e Itália, respectivamente, nos Estados Unidos essa especialização da imprensa se deu apenas por volta de 1828.

Ainda segundo a autora, no Brasil a imprensa feminina surgiu no século XIX, com a chegada da Família Real no país. A moda passou a ser um tema discutido e importante para a mulher que morava na cidade, que copiava as tendências europeias. Por isso, a



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

imprensa passou a ter grande importância uma vez que era responsável por importar figurinos vindos de fora e publicar em jornais e revistas gravuras de moda. Essa necessidade de estar em contato com a moda do exterior e trazê-la para cá gerou um mercado.

Revistas como “As Variedades ou Ensaio Literários” (1812), a primeira revista brasileira; “Museu Universal” (1837); “Semana Ilustrada” (1860) e “Revista da Semana” (1901) destacaram-se naquele período. Segundo Maria Celeste Mira (2003), essas publicações tinham como objetivo possibilitar ao leitor se transportar para qualquer lugar através das suas páginas. Estas revistas costumavam apresentar seções sobre família e lar para alcançar as mulheres, porém elas já contavam com um conteúdo apenas para elas. Em 1827 surge “O Espelho Diamantino”, a primeira publicação destinada às mulheres, “às senhoras brasileiras” como dizia seu subtítulo. Em 1852, surge o “Jornal das Senhoras”, e em 1875, O Sexo Feminino. Estas publicações voltadas para o público feminino aparecem mesmo em um período em que a população feminina é basicamente analfabeta.

O século XX foi marcado por um aprimoramento das técnicas de impressão, redação e recursos gráficos. A fotografia passa a ser cada vez mais utilizada e a imprensa deixa de ser artesanal para assumir características de empresa industrial e comercial (Buitoni, 2009, p.51). Nesse período surge a “Revista Feminina” (1914), que durou 21 anos, chegou à tiragem de 30 mil exemplares mensais e foi comercializada em todo o Brasil (Buitoni, 2009, p.56). Entretanto, ainda não existiam publicações totalmente dedicadas às mulheres.

Com efeito, as folhas e revistas femininas normalmente traziam moda e literatura; algumas traziam conselhos na área de educação e higiene e seções pequenas de beleza, culinária, etc. Mas não existia nenhuma “revista” dedicada inteiramente à mulher, com um número razoável de páginas. Não nos esqueçamos que os jornais e revistas femininos do século XIX não ultrapassavam 10 ou 16 páginas. (BUITONI, 2009, p. 56)

É a partir de 1950 que surgem alguns dos títulos femininos mais importantes, como a “Capricho”, em 1952, que conquistou as jovens leitoras com a fotonovela; a



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“Manequin”, em 1959, primeira revista brasileira exclusivamente de moda; “Cláudia”, em 1961, e a internacional “Cosmopolitan” (aqui Nova), em 1973, consolidando a imprensa feminina.

A relação entre a imprensa feminina e a mulher, segundo Buitoni (2009), implica questões mais abrangentes, como o papel social ou a participação política da mulher. A imprensa feminina é muito mais "ideologizada" que a imprensa geral, uma vez que veicula conteúdos muito fortes. Ela não utiliza muito o jornalismo informativo, mas sim o interpretativo. No entanto, sua linha está mais para o jornalismo diversional, o opinativo e o de serviço (2009, p. 22). Veículos inteiramente da imprensa feminina são semanais, quinzenais, mensais ou até mesmo com espaços mais longos, distanciando-se do fato atual.

Metodologia

Para realizar essa pesquisa foi utilizado o método de análise de conteúdo, buscando compreender como as mensagens emitidas na campanha auxiliam na construção de uma diferente representação feminina. Conforme Guerra (2006), "todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro (...)" (GUERRA, 2006, p. 62) Para a autora, a escolha da técnica mais adequada de pesquisa vai depender do material recolhido, dos objetivos e do posicionamento epistemológico do investigador. Guerra (2006) corrobora com Bardin (1977) ao abordar os vários tipos de análise de conteúdo, principalmente a elaboração de categorias, sendo essa a primeira fase de análise.

De acordo com Bardin, a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Ainda de acordo com o pensamento da autora, a análise de conteúdo propicia uma



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sistematização do teor das mensagens midiáticas. Assim, não tem como princípio estudar a linguística das palavras, mas sim o que está por trás delas a partir de sua produção até a recepção.

Assim, levando em conta o conteúdo da campanha que foi publicada em outubro de 2017 na versão online da Revista Cristina, foram estabelecidas as categorias: trabalho e profissão, corpo e beleza, linguagem, e família e maternidade. A escolha dessas categorias deu-se pelo fato de abrangerem questões de gênero, representação e identidade feminina, imprensa feminina e jornalismo de revistas.

Portanto, após definir as categorias, foi criada uma tabela exemplificando os elementos textuais e as imagens, colocando-os posteriormente em cada uma das categorias as quais correspondiam. A tabela 2 foi estabelecida para mostrar como as imagens das mulheres estavam sendo retratadas, como forma de complementar a observação e discussão da presente pesquisa.

Objeto de análise

A marca “Quem Disse, Berenice?” é ligada à “O Boticário”, maior empresa de beleza do Brasil, e foi lançada em 2012. Com o objetivo de inspirar mulheres a encontrarem suas próprias formas de beleza, a marca fala com seu público com uma linguagem fácil de entender, abrindo lojas em locais de alto fluxo, com itens diversificados a um preço justo e acessível. O nome representa o discurso da marca: questionar as regras e a liberdade.

A revista “Cristina” chegou às bancas de Portugal em março de 2015, com uma primeira tiragem de 100 mil exemplares. A revista foca em abordar temas da atualidade de uma forma única e inusitada, em áreas como saúde e bem-estar, moda, beleza, lazer, viagens, família, entre outros. Cristina Maria Jorge Ferreira é uma apresentadora de televisão portuguesa, jornalista e administradora da TVI, com o cargo de Diretora de Conteúdos Não-Informativos. Além disso, publicou dois livros e, em 21 de maio de 2013, lançou o site intitulado de Daily Cristina, onde mostra partes do seu dia e também do seu trabalho em televisão.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em 26 de outubro de 2017, o site Daily Cristina publicou uma matéria sobre a campanha da marca “Quem Disse, Berenice?”, a qual a revista “Cristina” havia se associado. “Quem disse que não?” A ideia da campanha é incentivar as mulheres a cortar os “nãos” das suas vidas, uma vez que desde pequenas são ensinadas a diferenciar as coisas que são naturalmente de meninos e de meninas, desde cores até profissões. As formas de educar meninos e meninas são diferentes, e meninas são ensinadas desde a infância que não podem fazer o que os meninos fazem. Dessa forma, tornar-se surpreendente ver uma mulher trabalhando com profissões que sempre estiveram relacionadas aos homens, como dirigir um caminhão ou ser militar. Além disso, várias regras são impostas às mulheres: as mais velhas precisam usar roupas que cubram o corpo, e apenas as mais magras podem usar biquíni.

Ao explicar o objetivo da campanha, o texto ressalta a importância dela para a vida das mulheres:

Desde pequenos que somos habituados a diferenciar meninos e meninas. Nas cores, nos brinquedos, na forma de educar. Ainda nos surpreendemos com uma mulher a conduzir um autocarro, a pilotar um avião, a ser camionista, militar, no fundo, nas ditas profissões de homens. Aos 50 já não se usa mini saia, os biquínis são para as magras... Enfim, não não e não. Riscar esses “nãos” pode fazer toda a diferença.

Sendo assim, a campanha busca ser um incentivo para as mulheres, deixando de lado o que é imposto a elas e ignorando o preconceito existente na sociedade. A matéria é finalizada com a frase “somos nós a decidir o que queremos ou não da nossa vida. Somos nós mães de agora que devemos transmitir a igualdade aos nossos filhos. Meninos ou meninas”.

Análise do objeto de pesquisa

Essa estrutura de análise foi sistematizada pela identificação das categorias: trabalho e profissão, corpo e beleza, linguagem, e família e maternidade. Na tabela abaixo foi organizada para um melhor entendimento do contexto da campanha.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Tabela 1: análise categorial do vídeo da campanha "Quem disse que não?"

| Categorias | Elementos textuais | Imagem |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho e profissão | <ul style="list-style-type: none"> • "Liderar não é para mim"; • "Ser camionista não é para mim"; • "Agricultura não é para mim". | <ul style="list-style-type: none"> • Foto de uma empresária, loira e magra, segurando uma prancheta com a frase que a identifica; • Mulher com cabelos escuros, estatura mediana, apoiada em um pneu de caminhão como forma de caracterizar sua profissão, segurando a prancheta com a frase que a identifica; • Mulher sorrindo, com cabelos curtos e escuros, segurando uma bolsa artesanal e a prancheta com a frase que a identifica. |
| Corpo e beleza | <ul style="list-style-type: none"> • "Batom vermelho não é para mim"; • "Tatuagem não é para mim"; • "Cabelo curto não é para mim"; • "Bikini não é para mim". | <ul style="list-style-type: none"> • Mulher negra e alta, com cabelos cacheados, simulando passar o batom vermelho, segurando uma prancheta com a frase que a identifica; • Mulher com cabelos compridos, usando um vestido curto que mostra seu corpo completamente tatuado, sentada em um banco e segurando a prancheta com a frase que a identifica; • Mulher com as laterais do cabelo |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p>raspadas, pele e olhos claros, segurando a prancheta com a frase que a identifica;</p> <ul style="list-style-type: none">• Mulher de biquíni, segurando uma boia, mostrando seu corpo e seus atributos físicos sem tratamento de imagem e segurando a prancheta com a frase que a identifica. |
| Linguagem | "Nas cores, nos brinquedos, na forma de educar. Ainda nos surpreendemos com uma mulher a conduzir um autocarro, a pilotar um avião, a ser camionista, militar, no fundo, nas ditas profissões de homens. Aos 50 já não se usa mini saia, os biquínis são para as magras..." | |
| Família e maternidade | "Somos nós a decidir o que queremos ou não da nossa vida. Somos nós mães de agora que devemos transmitir a igualdade aos nossos filhos. Meninos ou meninas." | |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

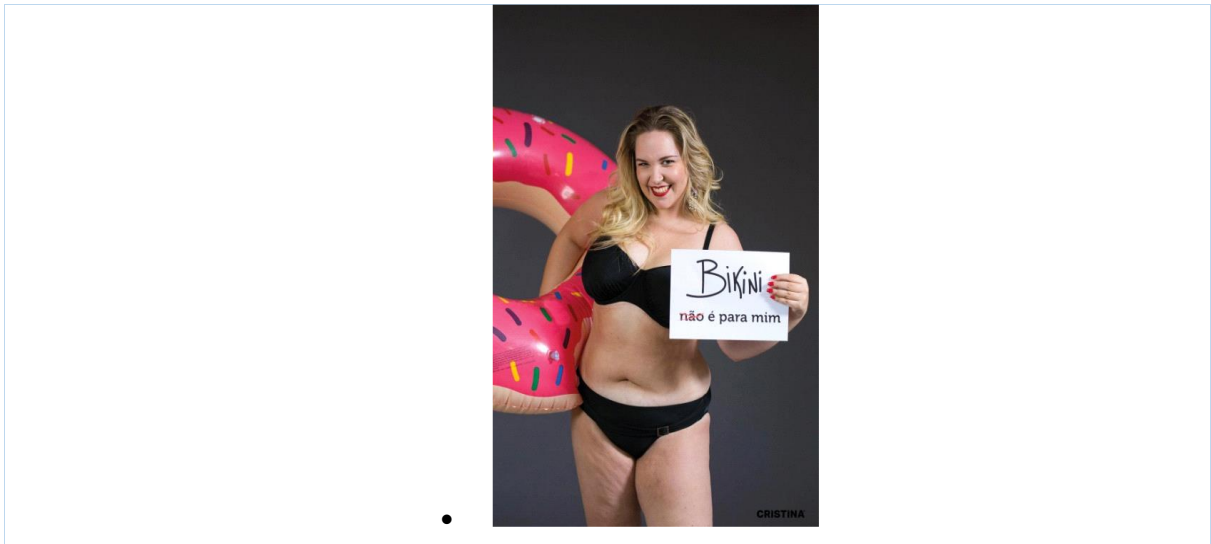
Tabela 2: imagens da campanha “Quem disse que não?”





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS



Na Tabela 1 percebe-se a abordagem e o enfoque da campanha "Quem disse que não?", com imagens de mulheres que estão desconstruindo o estereótipo de representação feminina. Nas categorias escolhidas, aparecem mulheres com elementos textuais e imagens em que não se preocupam com o padrão ideal estético de beleza e que ressaltam que as mulheres podem exercer profissões naturalmente "masculinas". Já a Tabela 2 traz as imagens com as mulheres que ilustram a campanha. As fotos são numeradas de acordo com a numeração da Tabela 1.

De forma simples e linguagem fácil, a proposta da campanha enaltece diferentes mulheres com identidades diversas, que se desprendem de rótulos e estereótipos. As imagens e os textos reforçam como as mulheres querem ser vistas e aceitas pela sociedade. Na campanha, como pode ser observada nas categorias estabelecidas nesta análise, a questão principal apresentada quanto às atividades femininas é a busca de mais liberdade e praticidade às mulheres. Com isso, tanto a linguagem da revista "Cristina" como a campanha da marca "Quem Disse, Berenice?" retratam que as mulheres podem conciliar atividades domésticas e vida profissional.

Primeiramente, analisando a tabela 1, na categoria trabalho e profissão, as mulheres querem demonstrar que profissões relacionadas ao sexo masculino também podem ser lideradas por elas. Como já foi citado, Lipovetsky (1987) afirma que o padrão



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

feminino foi construído há cem anos, junto à metamorfose da cultura de massa. Em sintonia com isso, na campanha, as mulheres levantam questões que vão de encontro ao sistema patriarcal, que historicamente as proibia na maioria das discussões sobre gênero.

Na categoria corpo e beleza, nota-se a exaltação das mulheres em mostrar seu corpo, como em "cabelo curto é para mim" e "tatuagem é para mim". Conforme argumenta a pesquisadora Naomi Wolf (1992), em suas reflexões sobre representação feminina no que tange à beleza, traz à tona os aspectos ideológicos que permeiam essa temática. Segundo a autora,

a qualidade chamada beleza existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la [...]. Encarnar a beleza é uma obrigação [...], situação essa necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva [...]. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável (WOLF, 1992, pp.14-15).

Com base nisso, as imagens com mulheres tatuadas, por exemplo, mostrando um padrão fora do estabelecido pela sociedade, querem explicar a busca pela liberdade e controle da mulher sob seu corpo. Segundo Hall (2015), o sujeito assume identidades diferenciadas em momentos diferentes, não unificadas em torno de um “eu” coerente. Assim, ao expressar a sua identidade, as mulheres enfatizam o papel central na representação de gênero, no que se refere a expressões simbólicas, linguagens e relações sociais. Também, representam identidades enquanto processos de diferenciação e distinção.

Fazendo uma relação dessa categoria com os estudos de gênero, que se debruçam em desvendar lugares, posições e papéis, sobretudo para mulheres, percebe-se que o objeto empírico mulheres não se fundamenta no cerne das discussões, mas para o termo teórico relações de gênero. Sendo assim, esse estudo promove uma discussão em outros grupos, como a vertente teórica dos estudos *queer* (pessoas negras, lésbicas, transexuais, gays). Este é o intuito dessa campanha, já que traz imagens de mulheres para fomentar a luta contra a política de gênero e o comportamento patriarcal.

No que tange à categoria linguagem, o texto quer referendar o discurso da revista “Cristina” para as suas leitoras, aliado aos testemunhos das mulheres, que permeiam a



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

participação feminina no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse sentido, a preocupação é mostrar que as mulheres são capazes de exercer qualquer atividade para a qual estão preparadas, principalmente aquelas associadas ao universo masculino. Ambas, “Revista Cristina” e a marca “Quem Disse, Berenice?”, se destacam por ter uma relação íntima com a leitora, tratando-a como uma amiga. Essa forte intimidade mostra que a marca conhece quem está lendo (Buitoni, 2009). Nesse sentido, o uso dessa forma coloquial aliada às imagens e posições das diferentes mulheres retratadas na campanha, que querem discutir o papel da mulher, dar conselhos, inspirar outras mulheres a se sentir belas, independente do seu jeito e forma física.

A última categoria, família e maternidade, mostra a importância de aliar a profissão da mulher aos cuidados com a família. As frases utilizadas pela revista “Cristina” revelam a sua posição contemporânea ao tratar de assuntos considerados tabus nas discussões de gênero e feminismo.

Pode-se perceber, também, o interesse da campanha em discutir padrões de beleza, possibilitar o espaço de pluralidade de vozes, estilos e comportamento. Os textos selecionados e as imagens das mulheres apresentam uma conexão com a atualidade, pois mostram a condição que atinge as mulheres em sua identidade de gênero.

Considerações finais

No presente artigo pretendeu-se tencionar discussões sobre o conceito de gênero e representação feminina, aliadas à imprensa feminina. Considerando o objetivo central, a análise realizada propiciou o reconhecimento do conteúdo e das imagens empregadas, fornecendo uma particularização das mulheres representadas pela campanha. Ficou evidente que tanto as protagonistas quanto a revista e a marca trataram do papel da mulher na contemporaneidade. Também, discutiram a questão mais específica da desigualdade entre homens e mulheres, no mercado de trabalho. Concomitantemente, as diferentes imagens de mulheres e suas linguagens tinham o propósito de tratar de assuntos como beleza e corpo, permitindo uma relação mais direta, familiar e acessível com a leitora.

Dessa forma, traz à tona as discussões das representações e papéis de gênero na



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mídia, bem como as relações de poder, questões étnicas e culturais, que abarcam os dois países que representam as marcas parceiras. Reiteram problemas históricos de opressão das mulheres e discriminação enfatizado pelas teorias feministas.

Ao que parece, a revista feminina funda-se na mudança da mulher na conjuntura social. Propaga a emancipação feminina e sua liberdade de expressão, acompanhada do incentivo ao consumo da marca. As imagens selecionadas mostram mulheres de diferentes tipos físicos e que não são celebridades, como a negra, a tatuada, a gorda, a trabalhadora. Os corpos das mulheres livram-se da invisibilidade e mostram-se sem adornos, e os textos que acompanham as fotos são corajosos ao revelar detalhes íntimos com efeitos emocionais.

Em suma, as pretensões e aspirações apresentadas pela página da revista, ao retratar mulheres "de verdade", revelam a força destes veículos de mídia em propagar padrões e modelos, ao problematizar temas polêmicos, como discussões de gênero e identidade feminina, além de construir e produzir discursos e significados.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Brasília: Persona, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia Editora, 2006.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza: as representações sobre**



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

a beleza feminina na imprensa (1960/1980). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001.

PETERSEN, Áurea T. **Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero** in *Gênero por Escrito: Saúde, Identidade e Trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. Porto Alegre: **Educação e Realidade**, 1995, pp;.71-99.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



Gênero e representação da mulher na mídia: Uma análise das apresentadoras Luciana Gimenez e Fátima Bernardes nos sites “IG Gente” e “Catraca Livre”

Renata Machado Borges¹

Marislei Ribeiro²

Resumo: A questão do gênero e a representatividade da mulher vem tomando espaço nas discussões e críticas do século XXI em diversos lugares de fala, assim como na academia, na literatura, na política, nas redes sociais entre outros. De forma geral, o trabalho é contemplado a partir de uma pesquisa com a temática da representação da mulher de acordo com a perspectiva de dois portais de notícias brasileiros com ideologias e veiculação diferentes, o “Catraca Livre” e o “IG Gente” sobre as apresentadoras Fátima Bernardes e Luciana Gimenez. A mulher é sempre subordinada e com “papel tradicional – esposa, mãe, dona de casa. Ou do papel moderninho, mulher liberada, mas que vive de olho no homem” (BUITONI, 1986, p. 208-209). Nesse sentido, o trabalho visa analisar, através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), observando as informações emitidas pelos veículos sobre mulheres famosas e a construção da representação feminina pelas mensagens divulgadas.

Palavras-chave: representação feminina; análise de conteúdo; mídia; gênero

Introdução

Diariamente nos deparamos com diversos discursos reproduzidos na mídia brasileira, em especial aqueles específicos de gênero. Observamos homens em locais de destaque enquanto as mulheres são meras coadjuvantes ou objetificação e hiperssexualizadas, mas, assim como afirma Oliveira (2004 apud FUNCK, 2005, p. 202):

[...] é preciso continuar e apontar e historicizar tais construções, buscando lembrar que cada uma delas, em suas relações próprias, não falam simplesmente de “corpos”, mas de sujeitos, com escolhas, sentidos e, principalmente, com o desejo de outras experiências e possibilidades.

¹ Graduanda do 8º semestre de Jornalismo Bacharelado na Universidade Federal de Pelotas. renata.machado.borges@hotmail.com

² Professora Adjunta do Curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas, Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Mídia e Representação Feminina da UFPel e Colaboradora do Grupo de Pesquisa: Estudos Culturais e Audiovisualidades da UFSM. marislei.ribeiro@cead.ufpel.edu.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), o método não é fechado e específico, mas sim um alicerce que pode ser adaptado de acordo com o que o pesquisador visa para sua análise. Por isso será levado em consideração o detalhamento das matérias selecionadas para que sejam destacadas as categorias escolhidas, que foram: Trabalho, Comportamento, Corpo e Beleza, Relacionamento e Maternidade.

Diariamente nos deparamos nos veículos midiáticos com manchetes que relatam casos de assédio, abusos e também feminicídio, uma situação completamente caótica em relação à mulher. Além das tragédias, revistas e veículos de conteúdo, em sua grande maioria, ligado ao entretenimento, a mulher é muitas vezes vista como objeto ou como submissa ao homem, dificilmente os veículos questionam esse tipo de manifestação, apenas perpetuam em matérias, propagandas e comentários.

Portanto, no que diz respeito ao debate de gênero e a representatividade feminina, nesse trabalho foi feita a análise da questão da representatividade feminina em relação aos meios de comunicação, por isso foram considerados apontamentos de escritores e escritoras como: Funck (2005), Buitoni (2003), Lipovetsky (1997) e Hall (2015).

O estudo de gênero

Na visão crítica à cultura da mídia, essa pesquisa busca compreender como alguns conceitos são postos e levados como verdade absoluta em algumas publicações a respeito do gênero e como são padronizados certos conceitos e modos de agir/pensar. Levando em conta Kellner:

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência e certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver certas ideologias “modo como as coisas são” [...] Os textos culturais populares neutralizam essas posições e, assim, ajudam a mobilizar o consentimento às posições políticas hegemônicas (KELLNER, 2011, p. 81).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A questão do debate de gênero é considerada importante por tratar –entre outros assuntos- do tema da segurança, pois, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública³, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. Nos dados divulgados de 2015, cerca de 47.646 casos foram registrados. Observando a situação em números, o que se vê é estado de calamidade, mostrando também a situação que vive a mulher brasileira e enfatiza a importância da discussão da igualdade de gênero e à luta por um país que valorize a mulher, assim como faz com o homem.

Joan Scott, teórica francesa sobre estudos de gênero, é uma das representantes mais históricas a respeito das mulheres e gays. Segundo ela, enquanto o sexo se refere as diferenças biológicas entre homens e mulheres, o gênero é uma categoria considerada fluída e refere-se aos papéis sociais dos sexos.

O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 3)

Em uma sociedade fortemente patriarcal como a nossa, a mulher sofre com diversas imposições diariamente, além do assédio e de ser subjulgada e muitas vezes impedidas de tomar decisões a respeito do seus corpos. As autoras Simone Beauvoir (1970) e Naomi Wolf (1992) são enfáticas ao dizer o que a sociedade começa a contruir conceitos à mulher desde muito cedo. Na infância, a menina é identificada pela roupa rosa, logo após com a inserção nos contos de fadas e príncipes encantados:

Compreende-se que a preocupação da aparência física possa tornar-se para a menina uma verdadeira obsessão; princesas ou pastôras, é preciso sempre ser bonita para conquistar o amor e a felicidade; a feiúra associa-se cruelmente à maldade, e, quando as desgraças desabam sobre as feias, não se sabe muito bem, se são seus crimes ou sua feiúra que o destinopune. (BEAUVOIR, 1970, p. 33).

³ Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-um-estupro-a-cada-11-minutos>> Acesso em 10 de maio de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em pesquisa analisada pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird)⁴ e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), notou-se que o Brasil ocupa a 115ª posição no ranking mundial de presença feminina no Parlamento dentre os 138 países analisados. Esse dado é preocupante já que demonstra um retrocesso no país em relação ao espaço igualitário e discussão de gênero em diferentes aspectos da sociedade. O nosso país legalizou o voto das mulheres tardiamente, segundo Alves e Pitanguy (2007, p. 47) a mobilização não aconteceu de forma massificada, mas com a criação do Partido Republicano Feminino, da professora Deolinda Daltro, em 1910, para que o assunto fosse novamente discutido.

O jornalismo tem papel importante para que haja uma reflexão a respeito de alguns conceitos conservadores na sociedade ainda no século XXI. Buitoni (1986) destacou, categoricamente, que a imprensa dita feminina mais forma que informa, ditando às leitoras como elas devem ser e o que é “certo” na sociedade. A mulher é sempre subordinada e com “papel tradicional – esposa, mãe, dona de casa. Ou do papel moderninho, mulher liberada, mas que vive de olho no homem” (BUITONI, 1986, p. 208-209).

A comunicação de massa é a que de maneira mais eficaz alcança as camadas populares, com menos oportunidades de estudo, emprego e renda, portanto consegue concentrar uma ideia de hegemonia, um estereótipo e, muitas vezes, aguçar a imaginação e sonhos de consumo fora da realidade.

Identidade e Esteriótipos Femininos

No que diz respeito à identidade da mulher, por vezes é dada como inerente ao gênero feminino a essência de esposa, mãe e feminina. Segundo Hall (2015, p.11), a identidade é considerada uma “celebração móvel”, ou seja, não existe uma definição fixa, mas em constante modificação e trocas com a sociedade. Seguindo a linha sócio-histórica,

⁴ Matéria disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica> Acesso em 9 de maio de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

diversos acontecimentos modificam o modo de ser e pensar da sociedade, por isso não poderia ser diferente com a identidade individual.

Assim, Kellner (2001, p. 298) afirma que “à medida que o ritmo, as dimensões e a complexidade das sociedades aumentam, a identidade vai se tornando cada vez mais instável e frágil”, portanto a identidade do ser mulher não pode ser definida biologicamente. Com o passar dos anos, o espaço dedicado às mulheres foi mudado, assim como sua imagem, as revistas femininas são grandes exemplos disso, já que os esteriótipos dirigidos à elas mudavam de acordo com a situação. Para Buitoni (1986, p.25), “a imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução”.

Nessa perspectiva, destaca-se a diferença de esteriótipos colocados às mulheres nas épocas modernista e pós-modernista, assim como destaca KELLNER (2001, p.311):

A identidade pós-moderna, então, é constituída teatralmente pela representação de papéis e pela construção de imagens. Enquanto o lugar da identidade moderna girava em torno da profissão e da função na esfera pública (ou familiar), a identidade pós-moderna gira em torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo. A identidade moderna era um negócio sério que implicava escolhas fundamentais capazes de definir quem somos (profissão, família, identificações políticas etc.), enquanto a identidade pós-moderna é uma função do lazer e baseia-se no jogo, no ludíbrio, para a produção de uma imagem.

A partir disso, surge o questionamento de como a mulher, para se sentir integrada à sociedade que vive acaba por internalizar uma identidade forçada. Desde pequenas as meninas aprendem que devem ser cozinheiras, donas de casas, mães, muitas com o passar dos anos tomam como característica feminina e reproduzem, assim como foram educadas. Assim, a mídia torna-se peça importante na exposição e afirmação desses esteriótipos reproduzidos na sociedade, tendo papel essencial no questionamento deles.

Discurso de gênero na mídia

A mulher brasileira, na mídia, por vezes é incumbida de um papel coadjuvante,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tornando o seu espaço ou a sua personalidade dependente de alguém que não é ela, mas a pessoa do sexo masculino com quem mantém um matrimônio ou outra relação. Além disso, muitas vezes a figura feminina é tratada apenas como objeto de beleza, de desejo e atração aos olhos dos homens. Em matérias de revistas, muitas vezes a capa é uma característica corporal de alguma celebridade que não é considerada “padrão”.

É construído diariamente nas mídias brasileiras um estilo de mulher padrão “ideal”, levando em consideração que “[...] a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos” (FISCHER 2005 apud FUNCK, 2005, p. 248), quem adquire o produto muitas vezes está comprando uma ideia. Nesse caso, o discurso veiculado aos gênero na mídia é bastante enfático: “mulher-mãe”, “mulher dona de casa”, “mulher e moda”, enquanto homens são os empresários, os provedores do lar e exemplos de ação.

O discurso reproduzido na mídia muitas vezes é considerado o certo para o receptor, quer dizer, através do que é reproduzido grupos são definidos e estereotipados, sem que sejam questionados. Assim:

[...] o caráter nitidamente pedagógico que a mídia vem assumindo, entende que a mídia pode ser encarada não apenas como meio veiculador de informações, mas também como produtora de saberes, de formas específicas de comunicar e de produzir sujeitos. (MARCELLO apud FUNCK, 2005, p. 100)

É função da mídia colocar em debates certos conceitos e ideais para que a individualidade e a questão do gênero seja tratada, socialmente, de forma mais igualitária. Impor à mulher padrões físicos e comportamentais, alimentar ao homem o poder e a força são alguns dos discursos reproduzidos e que perpetuam a construção de padrões na formação de sentidos, tornando a situação social da mulher cada vez mais perigosa.

É a partir deste debate e questionamento que essa pesquisa se baseia, tomando como objeto de pesquisa portais de notícias diferentes e como são divulgadas mulheres celebridades nas suas vidas pessoais, principalmente.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A análise

Nesse trabalho, para fazer a análise de conteúdo que, se resume na investigação de fenômenos simbólicos através de técnicas de pesquisa, será realizada em matérias veiculadas nos portais de notícias da internet “Catraca Livre” e “IG Gente” sobre duas personalidades do Brasil: as apresentadoras Fátima Bernardes e Luciana Gimenez. Sinteticamente, o perfil⁵ de Luciana Gimenez, nascida em 1969, é de uma modelo, atriz e apresentadora de TV brasileira. Apresenta no canal Rede TV os programas “SuperPop” e “Luciana By Night”, além disso Luciana também atuou em alguns filmes: "Xuxa e os Duendes" (2001) quando fez o papel da Fada Morgana, e “Filmes dos Espíritos” (2010).

Fátima Bernardes⁶, nascida em 1962, é uma jornalista brasileira conhecida por ter apresentado o "Jornal Nacional" da Rede Globo por mais de 10 anos junto ao apresentador e seu ex-marido William Bonner. Em 2012, estreou o programa “Encontro com Fátima Bernardes”. A apresentadora ganhou quatro prêmios de Melhor Jornalista em 2005, 2006, 2007 e 2011. Recebeu do SBT, o Troféu Imprensa de 2014, de Melhor Apresentadora ou Animadora de TV e em 2018 foi homenageada por seus 30 anos de carreira na televisão pelo Lifetime Achievement, do Brazilian International Press Awards, prêmio que enaltece personalidades que representam positivamente o Brasil pelo mundo a fora.

Tabela 1: Matéria 1 –“Luciana Gimenez quase mostra demais e chama atenção na internet”⁷

| Categorias | Elementos | Imagens |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Trabalho | <ol style="list-style-type: none">1) “Luciana Gimenez , que apresenta os programas “Superpop” e “Luciana by Night””2) “...a famosa, que é uma das apresentadoras brasileiras que há anos vem se destacando na TV, está sempre roubando a cena na web.” | |

⁵ Biografia disponível em: <https://www.ebiografia.com/luciana_gimenez/>

⁶ Biografia disponível em: <https://www.ebiografia.com/fatima_bernardes/>

⁷ Disponível em: <<http://gente.ig.com.br/celebridades/2018-07-06/luciana-gimenez-biquini.html>>



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Comportamento | <ol style="list-style-type: none"> 1) “Luciana Gimenez quase mostra demais e chama atenção na internet” 2) “...provocou em um vídeo em estilo boomerang cheio de sensualidade e recebeu elogios nos seguidores” 3) “Luciana Gimenez decidiu agradar seus seguidores do Instagram , e na noite do último domingo (05) os presenteou com um vídeo em estilo boomerang...” 4) “Luciana Gimenez provocou subindo e descendo a lateral da calcinha, e quase mostrou tudo.” | |
| Corpo e Beleza | <ol style="list-style-type: none"> 1) ““Corpo lindo! Modelo uma vez, modelo sempre”, elogiou uma fã. “Que corpo é esse, faz muita menininha ficar no recalque, sempre linda, DNA das garotas de Ipanema”, afirmou uma segunda admiradora. “Tudo que é bonito tem que se mostrar linda”, concluiu outra.” 2) “Dona de uma beleza invejada por muitos, Luciana vive provando que está em excelente forma.” 3) “...cliques cheios de beleza e sensualidade.” | <ol style="list-style-type: none"> 1) Foto postada no Instagram.com - Apresentadora usando biquiní em uma praia grega – Mikonos. Luciana está de costas segurando aparte debaixo do biquini com a mão esquerda. 2) Foto postada no Instagram.com – Apresentadora deitada em uma cama, aparentemente seminua e com marca d’água do site “Paparazzo”. |
| Relacionamento | <ol style="list-style-type: none"> 1) “...recentemente terminou o casamento de 12 anos com Marcelo de Carvalho, vice-presidente da RedeTV!” | |
| Maternidade | | |



Tabela 2: Matéria 2 –“5 provas que namoro com Túlio Gadelha trouxe à tona o melhor de Fátima Bernardes”⁸

| Categories | Elementos | Imagens |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho | <ol style="list-style-type: none">1) “Com mais de uma década de jornalismo no currículo...”2) “À frente da bancada do "Jornal Nacional" por 14 anos...”3) “Fátima também demonstrou ser mais afetuosa, na televisão ou nas redes sociais. Quem acompanha a jornalista sabe disso.” | |
| Comportamento | <ol style="list-style-type: none">1) “Fátima Bernardes sempre foi bem reservada quanto sua vida em geral, no entanto, com a chegada da relação com Túlio Gadelha, esse aspecto mudou.”2) “...o romance com Túlio trouxe à tona o melhor de Fátima.”3) “Fátima Bernardes nunca foi ativa nas redes sociais. Atualmente com mais de 5 Milhões de seguidores, a comunicadora atualiza suas redes sociais com frequência.”4) “A Fátima reservada aparentemente caiu por água abaixo, pois toda vez que tem um tempo livre, a jornalista retrata seu cotidiano.”5) “o padrão subiu e podemos, com certeza, esperar cada vez mais de Fátima.” | |
| Corpo e Beleza | | |
| Relacionamento | <ol style="list-style-type: none">1) “No entanto, é notável que o namoro com Túlio trouxe um humor jovial há Fátima Bernardes e ninguém ‘pode negar.’” | <ol style="list-style-type: none">1) Montagem de fotos de Fátima e Túlio feitas em diferentes locais, |

⁸ Disponível em: <<http://gente.ig.com.br/fofocas-famosos/2018-03-07/fatima-bernardes-namoro.html>>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| | <p>2) “Após assumir a relação com Túlio Gadelha em 2017, Fátima também demonstrou ser mais afetuosa, na televisão ou nas redes sociais.”</p> <p>3) “No mosaico de postagens da jornalista e do empresário podemos notar facilmente inúmeras fotos do casal e muitas declarações de amor. Apesar de sucintas, são fofas. “</p> <p>4) “Com a vinda do romance com Túlio Gadelha, Fátima também começou a arriscar mais nos looks. A prova disso está nos tablóides, vira-e-mexe a apresentadora vira notícia por arristar em roupas ousadas, sensuais e diferentes para o que todos estávamos acostumados.”</p> <p>5) “ao iniciar o namoro com Gadelha , Fátima começou a abordar mais sua vida pessoal, principalmente em seu programa matinal.”</p> | imagens postadas pelo casal no Instagram.com. |
| Maternidade | 1) “Seja num momento com Túlio, com seus filhos, de si mesma na gravação do programa ou até mesmo durante uma viagem.” | |

Tabela 3: Matéria 3 – “Luciana Gimenez se revolta por críticas a seu corpo e dá ultimato”⁹

| Categorias | Elementos | Imagens |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Trabalho | <p>1) “Apresentadora mandou recado para os internautas mais incomodados.”</p> <p>2) “A apresentadora do “SuperPop”, da RedeTV!”</p> <p>3)</p> | |

⁹ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/entretenimento/luciana-gimenez-se-revolta-por-criticas-a-seu-corpo-e-da-ultimato/>>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | | |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Comportamento | <ol style="list-style-type: none">1) “A paciência de Luciana Gimenez chegou ao limite no último fim de semana, após ser criticada nas redes sociais mais uma vez por conta da sua forma física.”2) “...fez um longo desabafo assim que se deu conta da repercussão do clique.”3) “Luciana participou de um vídeo no canal no YouTube de Matheus Mazzafera em que lamenta a fase pela qual está passando.”4) “Estou sofrendo. Sofrência. Está ruim”, respondeu ela com bom humor.” | |
| Corpo e Beleza | | 1) Foto de biquini que a apresentadora postou no Instagram.com |
| Relacionamento | 2) “Separada oficialmente de Marcelo de Carvalho há alguns meses...” | |
| Maternidade | | 1) Foto de costas com o filho pequeno postada pela apresentadora no Instagram.com com a legenda “Dia perfeito”. |



Tabela 4: Matéria 4 – “Fátima Bernardes rebate crítica sobre fantasia de Carnaval”¹⁰

| Categorias | Elementos | Imagens |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho | <ol style="list-style-type: none">1) “Apresentadora aconselhou: “Bota sua Mulher-Gato para fora”2) “A apresentadora foi instigada por Lair Rennó a falar dos looks que escolheu para pular Carnaval...” | <ol style="list-style-type: none">1) Reprodução de uma imagem de Fátima Bernardes no seu programa diário “Encontro com Fátima”. |
| Comportamento | <ol style="list-style-type: none">1) “...mandou um recado para as pessoas que a criticaram por estar aproveitando a nova fase.”2) “Fatinha contou ainda que esta foi a primeira vez que participou do Carnaval de rua.” | |
| Corpo e Beleza | <ol style="list-style-type: none">2) “Aos 55 anos, Fátima está mais magra e tem exibido a silhueta enxuta na TV.”3) “Em uma entrevista ao “GShow“, a apresentadora revelou qual o segredo para o emagrecimento.” | |
| Relacionamento | <ol style="list-style-type: none">3) “Mas, apesar de estar feliz com o namoro com Túlio Gadelha, a mudança não é resultado só de amor.” | <ol style="list-style-type: none">1) Foto publicada no Instagram de Túlio Gadelha com o casal fantasiado no carnaval. |
| Maternidade | | |

O espaço dado a mulher em cada veículo é distinto e mostra a realidade diferente para um mesmo país. Como Debord (2003) afirma, na mídia aparece o que é bom, portanto noticiado. A partir do que é divulgado, imagens e mensagens, são reproduzidos

¹⁰ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/entretenimento/fatima-bernardes-rebate-critica-sobre-fantasia-de-carnaval/>>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

valores ao público leitor, produzindo sentidos a seres assimilados. A forma que a imprensa retrata as mulheres chama a atenção por caracterizá-las em grande parte das publicações de forma submissa ao homem.

Com esse trabalho de pesquisa, aprofundo o questionamento com o caso de duas apresentadoras de televisão com bastante visibilidade na mídia de massa. Em uma observação inicial, levando em consideração as categorias selecionadas (Trabalho, Comportamento, Corpo e Beleza, Relacionamento e Maternidade) é perceptível alguns conceitos repetidos a respeito das apresentadoras.

Na tabela 1, vemos nos elementos da categoria Comportamento expressões que exaltam um objetivo da apresentadora em ser centro das atenções, pois enfatiza o querer “provocar”, além disso a matéria revela que Luciana havia se separado há pouco tempo, por isso o corpo e a beleza são ainda mais exaltados.

Não é o mesmo que acontece com Fátima na tabela 2. A apresentadora que recentemente anunciou um novo relacionamento, nos elementos da categoria Trabalho destacam sua carreira e seus trabalhos realizados com sucesso. Além disso, na categoria Comportamento é enfatizado que a jornalista sempre foi reservada, quem sabe porque ela era casada há anos? Especificamente nesta matéria, são destacadas as “melhoras” que ocorreram com Fátima após o relacionamento com um homem, Túlio Gadelha.

Na tabela 3, na matéria do site “Catraca Livre”, destaca que a apresentadora Luciana Gimenez não pretende mais aceitar comentários sobre seu corpo. Na categoria Comportamento fica evidente o aborrecimento e a insatisfação com alguns internautas. Ainda que aborde o assunto da separação, a matéria utiliza de muitos elementos que exponham a carreira de Luciana.

Na matéria da tabela 4, também é abordado um aborrecimento com alguns comentários direcionados à apresentadora. Nos elementos da categoria Corpo e Beleza são exaltadas as mudanças físicas observadas em Fátima Bernardes, no entanto no elemento 1 da categoria Relacionamento percebemos a afirmação que as alterações nada são influenciadas pelo seu namorado.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Considerações finais

A pesquisa deste trabalho foi feita através de um estudo de caráter analítico, segundo a teoria de BARDIN (1977), que considera a Análise de conteúdo:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens

Como objeto de estudo uma mídia de web e que muitas vezes utiliza do sensacionalismo para ganhar cliques, como afirma Holiday (2012), essa ferramenta é utilizada no jornalismo com intuito de tornar o conteúdo atrativo e, assim, muitas vezes, obter lucro. Por isso, principalmente as manchetes das matérias selecionadas foram de caráter chamativo sobre mulheres celebridade do Brasil.

Ao comparar as matérias de cada site percebe-se que, embora os dois veículos tendem para o lado mais do sensacional e do chamativo de cliques, o “IG Gente” priorizava mais exaltar o corpo e os relacionamentos das apresentadoras, enquanto “Catraca Livre” dá voz às mulheres e ao questionamento delas feitas aos comentários maldosos.

As categorias definidas foram essenciais para a conclusão da pesquisa, já que o comportamento é o que mais diferencia as apresentadoras nas matérias, levando em consideração seus estados civis. Enquanto Luciana Gimenez, atualmente solteira, quer “provocar” e posta fotos de biquini, Fátima Bernardes, em um relacionamento sério, é sempre discreta e “melhor” com um homem. As matérias até falam dos filhos, mas o que as tornam diferentes são os homens.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Brasília: Persona, 1977.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**. Edições Loyola, São Paulo, 1986.

FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. **Gênero em discurso na mídia**. 2005

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, Camila. **A representação jornalística da celebridade sob a ótica do infoentretenimento**. 2010. Disponível em
<<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1164/2/20715949.pdf>>
Acesso em 11 de maio de 2018.

HOGGART, Richard. **The Way We Live Now: Dilemmas in Contemporary Culture**. London: Pimlico, 1995.

HOLIDAY, Ryan. **Acredite, Estou Mentindo: Confissões de um manipulador das mídias**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution**: Chatto & Windus, 1961.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



A dupla mistura: gênero na luta de Artes Marciais Mistas entre homens e mulheres

**Ricardo Cortez Lopes¹
Nádila Albuquerque Luchini²**

Resumo: Este artigo trata dos sagrados de gênero suscitadas por lutas mistas de artes marciais mistas, agendadas entre homens e mulheres, a partir de sua repercussão na internet. Primeiramente, revisamos os conceitos envolvidos. O procedimento seguinte foi o de tratar os dados: o primeiro indicador foi o do número de páginas que se dedicaram à notícia para, em um segundo momento, analisar *blogs* e comentários a partir das categorias mulher, proteção da mulher, diferenças biológicas e arte marcial.

Palavras-chave: Lutas mistas em Artes Marciais Mistas; sagrado; gênero.

Introdução

As artes marciais mistas (MMA, sigla em inglês) possuem esse adjetivo por conta de misturar diferentes artes marciais de uma maneira própria – as vezes de maneira aleatória, uma vez que nenhuma arte é proibida, formando uma “mistura homogênea” e estável. Mas, nesse sincretismo inicial, é possível adicionar mais uma mistura: a de gênero, naquilo que é chamado de lutas mistas, que acontecem entre homens e mulheres. Os dados da pesquisa (coletados no ambiente online) parecem indicar que esse novo ingrediente ocasiona a formação de uma “mistura heterogênea” e instável, tais características ficando claras na controvérsia gerada pelo embate de noções de gênero com relação aos papéis de homem e de mulher. Cumpre ressaltar que se a categoria sincretismo não pensa nos limites das misturas aceitas pelos indivíduos – pois são estudadas as consequências dessa mistura – o conceito de sagrado já os pensa para alguns indivíduos que não desejam o ver transgredindo, o que o torna também essencial para a pesquisa. Nosso corpus empírico foram as repercussões na internet com dois casos de lutas mistas no Brasil: uma delas foi uma campanha de violência contra a mulher, enquanto a outra foi uma exibição de última hora. Ambas geraram forte repercursão.

¹ Licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia pela UFRGS, doutorando em Sociologia, Professor Substituto do Instituto Federal Rio Grandense (Campus Gravataí), rshicardo@hotmail.com.

² Licencianda em Pedagogia pela UFRGS, nadila.luchini14@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Primeiramente, contextualizamos a investigação e revisamos os conceitos utilizados na investigação, a saber, gênero e sagrado; em seguida, abordamos os dados diretamente em alguns de seus resultados, originados de pesquisa documental em motores de busca na internet.

O que viriam a ser as Artes Marciais Mistas?

No Brasil, inspirado nas competições de vale-tudo, o MMA surge por volta dos anos 80, com a popularização do jiu-jitsu, principalmente pela introdução e recriação deste esporte pela família Gracie. Seus praticantes dizem que essa luta possui a técnica mais eficiente para derrotar o adversário em “lutas reais”. Por isso, tem sido promovida como esporte de competição, como forma de defesa pessoal e até mesmo como forma de treinar órgãos da polícia e do exército (VASQUES, 2013: 4)

É de se observar que o esporte atingiu grande popularidade no ano de 2013 (GRESPLAN, 2014) em território nacional, o que também parece ter reverberado nos próprios casos analisados.

O primeiro caso pode ser descrito por Bernadon (2013), no evento Shooto 45:

Na época do anúncio do embate misto, um mar de críticas surgiu na mídia especializada e nos mais diversos fóruns nacionais e no exterior, falando do absurdo que seria tal confronto. Entretanto, na véspera do Shooto 45, tudo restou explicado pelo promotor André Pederneiras. O malfadado duelo misto não passou de uma ação de marketing para denunciar a violência doméstica a que as mulheres estão expostas e incentivar a denúncia de tais fatos

Este caso gerou uma série de controvérsias, especialmente na internet, que é o nosso foco de análise. O segundo caso aconteceu em um evento menor, no Rio Grande do Sul:

O evento Evolution SF Fight, que aconteceu em 28 de março, em São Francisco de Paula (RS), contou com uma situação incomum. A lutadora Larissa Schroeder faria sua estreia no MMA amador, mas sua rival acabou desistindo da luta em cima da hora. Foi então que o técnico da atleta, Cristiano Benedetto, sugeriu então que ela subisse no cage contra um homem, para ao menos pegar experiência (MULHER, 2015)

Ou seja, a competição aconteceu no nível amador (em um card preliminar) sem



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pesagem, sem análises médicas e com o uso de proteção, como a coquilha. A investigação também revelou que não houve mudança no cartel dos lutadores, o que reforça a não oficialidade do acontecimento.

Quanto à questão de gênero, a dimensão que mais nos importa é a da dualidade homem/mulher, que desemboca nos papéis desempenhados. As representações relativas ao “ser homem” e ao “ser mulher” servem, desde a Antiguidade, para definir os lugares sociais e as competências de cada sexo. Essa distinção permeia diferentes contextos políticos e leva às disjuntivas público/privado ou público/doméstico, as quais designam os domínios pertinentes ao masculino e ao feminino [...] (PRÁ, GIONGO, 2015, p.86)

Na primeira delas o feminismo da Ilustração (séc. XVIII) e o feminismo sufragista (séc. XIX) demandaram a cidadania das mulheres (social, civil e política), pleiteando a igualdade de direitos: direito à educação, ao trabalho, à propriedade, ao divórcio ou ao voto, entre outros. Na segunda onda, as ações dos movimentos de liberação das mulheres dos anos 1960, refletidas nas duas décadas seguintes, projetaram distintas visões sobre a afirmação da igualdade e das diferenças entre os sexos. Resumindo, enquanto o feminismo liberal, o radical e o socialista evocavam a construção da identidade cultural das mulheres. Nesse marco, a agenda feminista potencializa os estudos de gênero e incorpora, não sem embate, temas relativos à diversidade sexual e a questões étnicasco-raciais, para citar alguns. A terceira onda, considerada em curso desde os anos 1990, reflete o debate sobre o sujeito político do feminismo forjado nas fases anteriores. Pela lente da “desconstrução” o feminismo pós-moderno e o pós-estruturalista perceberam sexo e gênero como construções arbitrárias de práticas discursivas pela noção de sujeitos múltiplos (PRÁ, GIONGO, 2015, p.84)

Outro conceito importante para o estudo é relativo ao sagrado. O sagrado é uma força que investe ideias humanas de um caráter transcendental, que remete a algo externo a ele e a tudo que é mundano. Estas ideias são criadas socialmente, a partir de processos de deliberação coletiva chamados de efervescência, ocorridos em momentos que as ideias estabelecidas sofrem de uma crise. Por adotar esse caráter extra-mundano, há uma dubiedade na própria força suscitada pelo sagrado, e que passa para o seu objeto:

O objetivo sagrado inspira-nos senão o temor pelo menos um respeito que dele nos afasta que nos mantém à distância; ao mesmo tempo, ele é objeto de amor e de desejo; tendemos a nos aproximar dele, aspirarmos ir ao seu encontro. Eis aí um duplo sentimento que parece contraditório, mas que nem por isso deixa de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

existir na realidade (DURKHEIM, 1996: 321)

O procedimento seguinte foi o de tratar os dados coletados: o primeiro indicador do impacto do acontecimento foi dado pelo número de páginas que se dedicaram à notícia para, em um segundo momento, analisar simbolicamente os blogs e os comentários. A investigação foi viabilizada a partir das categorias mulher, proteção da mulher, diferenças biológicas e arte marcial.

Todas as referidas categorias foram construídas a partir da revisão bibliográfica, e estão expostas no quadro 1:

Quadro 1: categorias e suas descrições

| Categoria | Descrição |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mulher | Como o gênero feminino aparece através das ideias expostas? Como são disputadas ideias sobre o assunto? |
| Proteção da mulher | Como aparece a questão da proteção à mulher? |
| Diferenças biológicas | Como são abordadas possíveis diferenças biológicas entre os sexos? |
| Contexto | Como o contexto é retratado? Arte Marcial, Evento, mídia: como o acontecimento é significado? |

Fonte: autoria própria

O antes da crise: LUTADOR 1 e LUTADORA 1

Com relação à categoria Mulher, podemos observar globalmente falas que remetem ao risco que a mulher representa. Duas falas afirmam que “se o cara perder vai ser um golpe no orgulho dele, se ele ganhar as moralistas e feministas vai trucidar ele, não tem vencedor nisso”(SHOOTO 45 - 1º, 2013) e “A REGRA É CLARA SE PERDER VAI SER HUMILHADO, SE GANHAR NÃO FEZ MAIS QUE OBRIGAÇÃO!” (SHOOTO, 2013). Essas foram as únicas falas que remeteram a uma inferioridade: as outras analisadas afirmam que existe uma “Eterna briga em que mulher sempre querendo



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

se auto-afirmar perante os homens, quando na verdade elas não precisam disso”(SHOOTO, 2013), que há “direitos iguais” (BOMBA, 2013) e uma outra afirma que “essa muié deve ter mais testosterona que 15 homens juntos (SHOOTO 45 - 1°, 2013)”. Podemos observar nestas falas que LUTADORA 1 aparece como exceção: ela não reconhece a validade do sagrado homem protetor e fica querendo confrontá-lo tirando a mulher da posição de protegida - o que pareceu implicar uma inferioridade.

Já a categoria proteção da mulher apareceu nas manifestações baseadas em adjetivos mais agressivos. Algumas delas foram “isso e ridículo... quem esta por trás disso!!! ta vendo que isso vai incentiva uns mostro por ai a bate em mulher... que palhaçada” (SHOOTO, 2013), “isso seria ridiculo ver um acotecimento assim.. cade a lei maria da penha ?”(SHOOTO, 2013) e “Se o cara lutar com um braço só e ela de armadura, aí a luta pode ser séria. Caso contrário, vai conseguir ser mais encenada do que a luta do Anderson Silva. Dando merda, ela pode apelar pra "lei da Maria da Penha", kkkkkkkk!”(SHOOTO 45 - 1°, 2013). A adjetivação com “ridículo” e “encenada” apontam para a não aceitação da existência da situação. Se podemos observar um grau de agressividade, também podemos perceber um certo uso de humor, o que também é um indicativo de desconforto: “A árbitra principal será a Maria da Penha...” (SHOOTO, 2013). Por fim, fica patente a ideia de que uma mulher só deveria lutar com um homem que não a pudesse proteger “Pra ficar justo ela deveria lutar com um cara 15 kgs mais leve que ela” (SHOOTO, 2013). A crise em sua integralidade fica explicitada na seguinte fala:

Imaginemos o que pode ter ocorrido na mente dessas pessoas ao se depararem com um confronto envolvendo uma mulher e um homem. Volto a repetir, não entrarei nas questões técnicas do combate, mas o que teria ocorrido se a menina fosse brutalmente golpeada? Ou um nocaute fosse aplicado e a atleta em questão ficasse desacordada e necessitasse de atendimentos médicos? (BERNADON, 2013)

Podemos observar que neste trecho, a proteção da mulher pelo homem não é executada e as consequências dessa quebra são nefastas para o ator. Não se, trata, portanto, nem ao menos de um desvio parcial, é simplesmente a consecução de eventos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desastrosos.

A categoria posterior é a das diferenças biológicas. Podemos observar posições que endossam e outras que não endossam supostas idiosincrasias. Para um internauta, haveria uma grande deslealdade no embate, e sua viabilidade não é, por isso, admissível:

Pessoal isso é apenas uma propaganda do evento esse tipo de combate além de desleal nunca ia ser autorizado,é só vcs darem uma olhada no card do evento no sherdog,conheço o dedé a mais de 20 anos,ele jamais autorizaria uma palhaçada dessa,isso é apenas uma forma de promover o evento(SHOOTO, 2013)

Prossegue um outro internauta: “Nada haver essa luta ai. É comprovado que a natureza física do homem é mais forte que da mulher. Acho isso uma covardia.” (SHOOTO, 2013), acompanhado por “A regra para essa luta é ele estar com um braço amarrado , senão é covardia” (SHOOTO, 2013). Por último, nesta posição, podemos assinalar o internauta que postou, junto com a sua fala, uma foto do jogo Street Fighter: “SHOWWW heim agora soh falta liberar as magias” (BOMBA, 2013), ou “não é preconceito e sim regra...um pesado jamais lutara na atualidade com um peso galo. então que se respeite as categorias” (SHOOTO, 2013). Ou seja, a crise se manifesta nessa interposição de condicionalidades para a realização da situação. Se essas condicionalidades não forem cumpridas, não há como existir justiça no acontecimento, o que torna a situação incogitável.

Todavia, encontramos também uma posição mais contemporizadora na seguinte fala:

Pessoal, parece ter um certo preconceito ai..... eu pratico muay thai há mais de 2 anos, se ela achou q tem capacidade p isso parabéns, eu por exemplo, meus treinos são mais avançados e meus companheiros de combate todos homens... não vejo nenhum problema nisso... e pra falar a vdd trocamos uns sparring legais lá... entao torço p ela ganhar e mostrar q a mulher ja conquistou o seu lugar...(SHOOTO, 2013)

Já categoria contexto aponta para outras influências. Duas delas remetem à espetacularização, associada com uma pretensa falsidade: “Tudo pau mandado do UFC com o Perdeneiras. Vcs nao fiquem espantados q essa menina ganhe e o UFC a contrata



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pra promove-la como a "mulher q bateu num homem" etc, etc, etc e vender bem sua proxima luta !" (SHOOTO, 2013) e "PORA VAI SER AQUI NO RJ [...] SE FOR TRUE MSM EU VO VER ESSA *![...] chupa FEMINISMO! [...] PS: SE ELA GANHAR PODE TER CERETZA Q É COISA ARMADA PELO PT EXTREMA ESQUERDA INFORME-SE" (BOMBA, 2013). Outra fala remete às conquistas civis, e foi postada por um estrangeiro:

Some Males these days think that Women are not stronger then men..but in the last 10 - 20 years Women proved that they can do what a man could do..u see Women in the police force, Army, Marines, and now MMA yea Women arnt built like Men..if u know who Ronda Rousy is look up her training She says when she works on her throws she uses he weight and it dont take much weight to throw someone to the ground..i wouldnt be suprised if MMA orginizations started putting women in weight classes with. Men (SHOOTO 45 - 1º, 2013)

Outro tópico foi a questão da fama do próprio esporte, que poderia ser afetada por essa crise. Isto fica patente nas falas de: "É uma pena... Isso irá denegrir a imagem do MMA brasileiro no mundo inteiro. Como brasileiro adepto do esporte fico envergonhado e contrário a esta mistura" (SHOOTO, 2013) e de:

Sem querer ser o dono da verdade, regredimos ao ter combates mistos. Regredimos muito. Sinceramente, espero que tal experiência de luta mista nunca mais ocorra no Rio Grande do Sul [no EVENTO 2]. Ou então podemos nos considerar integrantes do "circo de horrores que ocorrem em eventos de lutas". Quem sabe na próxima Expoiner tenhamos um combate entre um touro nelore e um lutador MMA? (BERNADON, 2013)

A expressão "circo" mostra esse deslocamento do real. Uma crise colocaria em risco os valores atuais. Mas vamos observar que, além do medo que paralisa, há um certo desejo de aproximação dos internautas com essa situação. Isso se mostra em algumas estatísticas, que evidenciam opiniões quantitativas. A primeira remete à aprovação da crise, e os 776 votos foram bem taxativos na recusa, como mostra a figura 1:



I AQUECIMENTO DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: aprovação

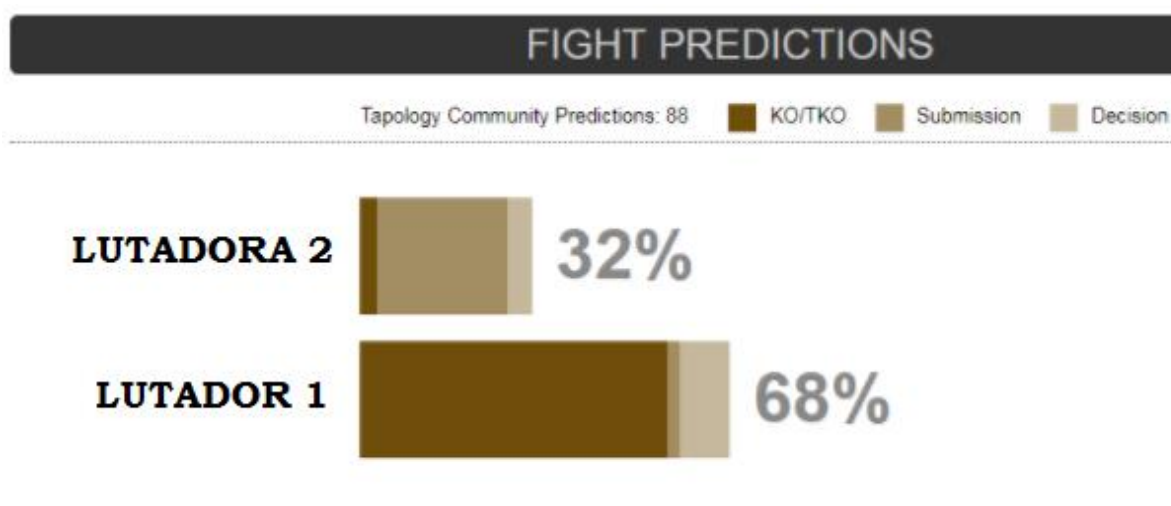
VOCÊ APROVA UMA LUTA DE MMA ENTRE HOMEM E MULHER?



Fonte: Adaptado (EVENTO, 2013)

Aceitando-se o acontecimento em potencial, resta ainda a questão do embate em si. Podemos perceber que já há muitos menos votantes - 89% a menos em números absolutos - neste segundo gráfico, o 2:

Figura 2: previsões da luta



Fonte: adaptado de EMERSON (2013)

O interessante é reparar que os internautas não consideravam Lutador 1 tão favorito, o que contraria um pouco as proporções da parte qualitativa. Vamos observar



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que a questão da proteção fica evidenciada na probabilidade da vitória por Nocaute, constituindo-se a chance da Lutadora 2 apenas no seu background no Jiu-Jitsu, arte que não é baseado na contundência.

Mas esses dados referem-se ao *prefactum*, que não se tornou fato, porque foi revelado que se tratou de uma campanha publicitária. No segundo caso, além de não ter havido o preparo anterior com um anúncio, o fato ocorre e a crise se estabelece em ato. Podemos, de agora em diante, acompanhar esses desenvolvimentos.

O depois da crise: LUTADORA 2 e LUTADOR 2

Um traço muito importante deste caso é esgotamento da amostra: a ideias se repetem muito em diferentes palavras, de modo que elegemos algumas como representativas desse todo. Isso aponta para uma maior visceralidade da situação, um maior despertar de emoções.

A primeira categoria foi praticamente deslocada em prol do homem, ele foi quase o foco total para a expiação: “Esse Fernando é um arregão. kkkkkkkk” (MULHER, 2015). Lutador 2, com a derrota, perdeu seu papel de gênero: “Já podi troca de nome pra FERNANDA e podi corta o BILAUUU!!!!kkkk”(MULHER, 2015).

Na categoria posterior, a da “Proteção da mulher”, vamos observar que algumas posições afirmam que não deveria haver o confronto: “Desnecessários esses confrontos idiotas homem X mulher” (MULHER, 2015) e “homem nao bate em mulher, se nao, maria da penha pega e ai fudeu...” (MULHER, 2015). Outra fala amplia esse ponto e corrobora a questão do homem que não consegue proteger uma mulher:

They allow a bigger and more athletic woman fighter to fight and beat up a way smaller and weaker untrained guy with zero fighting experience just for the show. Why didn't they let her fight a bigger and stronger man fighter with fighting experience? Would it be ok if he smashed her face than ? Just disgusting.(MULHER, 2015)

Ou seja, o sagrado se manteve porque houve uma deslealdade no confronto. Se fosse em condições de igualdade, segundo essa fala, haveria se mantido a factibilidade do



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sagrado. Isso mantém intactas as diferenças biológicas entre os sexos, uma vez que as condicionalidades expostas no caso anterior foram, de certa maneira, cumpridas.

Na segunda categoria referida, vamos observar algumas falas que mitigam essas diferenças, estas que atacam o próprio lutador: “A woman will die against a real male MMA fighter. No offense.” (MULHER, 2015), “Contra anão é fácil.” (MULHER, 2015). Outros ainda afirmam que houve uma farsa, como na fala “não vi nocaute nenhum!” (MULHER, 2015), o que denota uma vontade de não querer acreditar na transgressão do sagrado.

A última categoria é a do contexto. Muitas falas afirmaram que o evento, que é pequeno por si, precisava chamar a atenção: “Só faltou a vinheta dos trapalhões antes de começar a “luta”.” (MULHER, 2015), “ele entregou[u]” (MULHER, 2015), e “Esses eventos e torneios de iniciantes os participantes só usam o boxe, não importa se é mma ou muay thai e o(a) cara da uma balançada e a luta já para, diferente de outros países tipo a tailândia q até as crianças lutam até um receber um nocaute.” (MULHER, 2015). Outras falas deram conta do despreparo do próprio evento: “o cara é um amador meu, só faltou ele puxar o cabelo dela, kkkkk” (MULHER, 2015). Todos esses textos remetem à um simulacro, o que mantém a força de sagrado.

O que se pode tirar desses dois casos?

Podemos observar algumas diferenças nas duas situações: a primeira ocorreu numa época de maior popularidade do esporte (2013) e outra numa menor (2015). Uma decorreu em um evento de MMA grande em uma capital, outra em um pequeno município do interior. O primeiro evento foi planejado, o que deu espaço para a repercussão; e o outro foi de improviso, então não foi uma repercussão planejada. Para os internautas, o primeiro tratou-se da covardia do homem, o segundo, da covardia da mulher, mesmo cumpridas as condicionalidades.

E o que há de semelhanças? A primeira delas é, sem dúvida, a recorrente citação da Lei Maria da Penha, que está sempre sendo usada como argumento. O que, provavelmente, atesta o sucesso “didático” dessa lei, porque o crime acaba sendo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

associado imediatamente com a legislação correspondente. Outra questão é que o embate é uma profanidade, e inspiram os indivíduos a assistirem o conflito até o final, algo evidenciado pelas apreciações escritas - constituindo-se na aproximação e no temor do sagrado durkheimiano. Em ambos casos, a desigualdade é colocada como uma questão: tanto no homem que devia proteger e não protege como no homem que arrisca a sua reputação de protetor. De qualquer jeito, alguns universos ficam abalados e outros (poucos) se mostram corroborados.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir sobre implicações sociológicas de combates mistos de artes marciais mistas, no qual competiram homens contra mulheres. Realizamos a aproximação a partir do estudo de dois casos, o primeiro ficcional e publicitário e o segundo efetivo (mesmo que improvisado e não válido oficialmente). Após revisar os conceitos de gênero e sagrado, avançamos para as reações na internet.

Se o MMA nasceu como mistura, parece que sua capacidade hibridizadora possui um limite bem delimitado, uma fronteira estabelecida - a qual é, justamente por sua origem, maleável para alguns indivíduos, que a tencionam. Mas para outros, não. O que coloca o MMA como um caso muito interessante da observação da gestão de um sagrado e de confronto com ideias mais antigas. Nessa prática, os gêneros podem ganhar outra simbologia no envolvimento dos indivíduos com o treino, que costuma ser uma dimensão de vivência que ignora as diferenças pressupostas entre os sexos. O que fica completamente delimitado com a atividade da luta em si.

Após refletir sobre os dados, podemos fazer algumas considerações mais livres sobre a temática. A primeira delas é que talvez o potencial de atratividade do MMA esteja justamente nas diferentes modalidades de luta, que ajudam a criar uma narrativa “extra” para o combate. Os esportes geralmente são interessantes para quem conhece as suas regras. Quem não as conhece desfruta de um atrator a menos e a atividade não faz sentido, mas no MMA existe mais um fator tensionador: como há muitas habilidades envolvidas, alguém pode ser habilidoso em uma área sem a ser em outra. Assim se estabelece um



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

elemento novo: o lutador vai tentar atrair o outro para a sua valência mais forte, evitando a do adversário. Assim, a tensão se estabelece e o imprevisível fica mais evidente para quem não conhece o esporte.

O estudo de crises se mostra uma possibilidade muito interessante para pesquisas nas ciências sociais. A crise consegue tirar dos atores respostas para perguntas que ficam difíceis de serem feitas, seja por ser uma situação muito absurda, seja pelo acesso aos entrevistados, seja pelo agendamento de encontros ou mesmo pela inibição diante do entrevistador. Com a crise estabelecida, o verniz civilizatório de personalidade consegue ser superado, e a internet parece potencializar isso e permitir uma espécie de reflexividade na interação dos internautas. Não apenas na espontaneidade, no primeiro pensamento, reside o verdadeiro julgamento do indivíduo: mas quando o sociólogo escuta do ator o que este pensa que é o mais adequado para a situação há algo que se perde - inclusive a paciência do entrevistado. A crise estabelecida acaba com as hipóteses e libera mais ao pensamento, deixando as ideias mais acessíveis.

Esse objeto de estudo ganha novas possibilidades analíticas quando temos em mente casos que acrescentam a dimensão trans: os casos da lutadoras mulheres trans Fallon Fox (americana) e Anne Viriatto (brasileira). A primeira lutou na categoria feminina, o que causou muita polêmica quando foi lembrada por figuras evangélicas brasileiras; a segunda optou por competir nas categorias masculinas.

Por último, gostaríamos de lançar uma reflexão mais ampla e abstrata a partir do estudo, para além da observação de algumas das reações nas contestações dos sagrados. A modernidade, com seu ímpeto iconoclasta, acaba causando desconfortos em alguns indivíduos, mas sempre em alguns assuntos específicos (como, por exemplo, o casamento homoafetivo), mas o “pacote” como um todo não é rejeitado. Parece, na era digital, que o que é iconoclasta chama a atenção e é popular. Mas o que se observa é uma iconoclastia seletiva: os indivíduos nunca concordam ou discordam completamente daquilo que a modernidade trouxe. O que aumenta as oportunidades de identificação dos indivíduos entre si por permitir uma pluralidade, mas que também dificulta ações coletivas.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências bibliográficas

BOMBA - Evento de MMA no Rio terá primeira luta entre homem e mulher !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!! 2013. Disponível em: http://forum.jogos.uol.com.br/bomba---evento-de-mma-no-rio-tera-primeira-luta-entre-homem-e-mulher-_t_2846509. Acessado em: 03/10/2017.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EMERSON Falcão vs. Juliana Velasquez. 2013. Disponível em: <https://www.tapology.com/fightcenter/bouts/120865-shooto-brazil-45-emerson-falco-vs-juliana-velasquez>. Acessado em: 03/10/2017

EVENTO brasileiro de MMA anuncia luta entre homem e mulher. 2013. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/12/shooto-45-promove-primeira-luta-entre-homem-e-mulher-na-historia-do-mma.html>. Acessado em: 03/10/2017.

BERNADON, Eduardo. **Luta Mista, de volta a discussão: evolução ou retrocesso?** 2013. Nas Grades. Disponível em: <https://nasgrades.com/2015/04/01/luta-mista-de-volta-a-discussao-evolucao-ou-retrocesso/>. Acessado em: 03/10/2017.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, Porto Alegre, RS. Vol. 20, n. 4 (out./dez. de 2014), p. 1265-1282, 2014.

LEITE, Maria Suzana Souza. LEI MARIA DA PENHA. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 4, 2013. **Anais do IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013

LUTA ou treino de luxo? Mulher bate homem em 53s no RS e gera polêmica. 2015. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/mma/ultimas-noticias/2015/04/08/luta-ou-treino-de-luxo-mulher-bate-homem-em-53s-no-rs-e-gera-polemica.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 03/10/2017.

MULHER nocauteia homem em menos de um minuto em luta de MMA no Brasil; veja. 2015. Disponível em: <http://agfight.band.uol.com.br/mulher-nocauteia-homem-em-menos-de-um-minuto-em-luta-de-mma-no-brasil-veja/>. Acessado em: 03/10/2017.

PRÁ, Jussara Reis, GIONGO, Marina Grandi. As três ondas do feminismo: gênero, sexualidade e feminismos. In: MEIRELLES, Mauro, MOCELIN, Daniel Gustavo, RAIZER, Leandro (org). **Atores sociais, diversidade e identidade**. Porto Alegre: Cirkula, 2015.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

SHOOTO 45 promove luta de MMA entre homem e mulher e gera polêmica. 2013. Disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/377052_evento-brasileiro-de-mma-anuncia-luta-entre-homem-e-mulher. Acessado em: 03/10/2017.

SHOOTO 45 - 1º Luta Mista de MMA do Mundo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ae1ZYZ-XwV0>. Acessado em: 03/10/2017.

SPENCER, Dale C. Habit (us), body techniques and body calling: An ethnography of mixed martial arts. **Body & Society**, Londres, v. 15, n. 4, p. 119-143, 2009.

UFC é vendido por R\$ 13 bilhões e gera lucro incrível aos irmãos Fertitta. Portal ESPN. 2016. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/612595_ufc-e-vendido-por-r-13-bilhoes-e-gera-lucro-incrivel-aos-irmaos-fertitta. Acesso em: 16/02/2018

VASQUES, Daniel G. As artes marciais mistas (MMA) como esporte moderno: entre a busca da excitação e a tolerância à violência. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, 2013.

VIDEO: Model/MMA Fighter [OMITIDO] Faces Man in MMA Exhibition Bout. BJEE. 2015. Disponível em: [http://www.bjee.com/videos/video-modelmma-fighter-\[OMITIDO\]-faces-man-in-mma-exhibition-bout/](http://www.bjee.com/videos/video-modelmma-fighter-[OMITIDO]-faces-man-in-mma-exhibition-bout/). Acessado em: 03/10/2017.

XAVIER, Elódia. A representação da família no banco dos réus. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, Aracaju, n.1, v. 1, pp.7-20, 2013.



Tentativa de desvio de padrões de beleza femininos: o reposicionamento da revista Donna

Alexia Saner Silva¹

Lívia Freo Saggin²

Louise Ariane da Campo³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os padrões de beleza femininos e a aceitação da própria aparência e de como estes elementos são tratados no âmbito midiático através de análise de três edições da revista Donna após seu reposicionamento com a campanha “#SouDonnademim”. Nas abordagens metodológicas, utilizou-se a análise de conteúdo. Como principal resultado, identificou-se que a revista Donna possui uma movimentação de tentativa de desvio de padrões de beleza femininos em suas produções, embora essa transformação ainda seja parcial.

Palavras-chave: Padrão de Beleza; Jornalismo de revista; Revista Donna; Jornalismo Feminino.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os padrões de beleza femininos, a aceitação da própria aparência e de como estes elementos são tratados no âmbito midiático através de análise de três edições da revista Donna (revista semanal do Rio Grande do Sul) após seu reposicionamento com a campanha “#SouDonnademim”. A partir dessa análise, é possível identificar que a revista Donna possui uma abordagem com tentativa de desvio de padrões de beleza femininos.

A revista Donna estreou em 1993 como um suplemento do jornal Zero Hora de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Um caderno semanal que aborda diversas temáticas no âmbito do jornalismo feito para mulheres como beleza, estética, moda e comportamento. Segundo a Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – ADVB/RS (2012), a revista Donna possui cerca de 420 mil leitores, sendo 69%

¹ Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Campus São Borja). E-mail: alexiasanner@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação (Unisinos). E-mail: liviasaggin@gmail.com.

³ Estudante de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Campus São Borja). E-mail: dacampolouise12@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mulheres, concentradas nas classes A e B (74% dos leitores são de classe A e B), com idade dominante entre 20 e 49 anos e com principal interesse em saúde, bem-estar e qualidade de vida. Em 2012, o jornal Zero Hora transformou o caderno Donna em uma revista semanal, conferindo à mesma um novo layout, com papel e design gráfico diferentes do anterior.

Em maio de 2017, a revista Donna completava 24 anos existência no mercado da comunicação. Nesse mesmo ano, se reposicionou enquanto marca, com o conceito: “Sou Donna de mim”, divulgado através da *hashtag* “*SouDonnademim*”. Esse novo posicionamento tinha como objetivo reforçar a liberdade da mulher em ser quem ela quisesse ser, se libertando dos padrões de beleza impostos pela sociedade e que sabidamente são reafirmados midiaticamente.

Falar sobre padrão de beleza feminino veiculado nos meios de comunicação em um momento em que a discussão a respeito da aceitação a própria aparência está em pauta em diversas mídias parece necessário. A construção na mídia do tipo de beleza ideal acaba, portanto, por corroborar com a “imagem homogeneizante da beleza feminina que contribui para a naturalização dos estereótipos” (MIRANDA, 2010. p. 2).

O jornalismo feito para mulheres existe no Brasil desde pelo menos 1827, através de páginas produzidas para as mulheres (BUITONI, 1981). No entanto, como aponta Buitoni (1981, p.9) “O jornalismo feminino já surgiu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático”, ou seja, discussões sobre temas mais profundos não eram o foco desse tipo de produção.

Segundo Buitoni (1981), a partir do século XIX se tem dois tipos de jornais e revistas destinadas às mulheres. Os tradicionais, que defendem que a mulher pode trabalhar fora do lar, mas com restrições, no entanto, esses veículos ainda assim engrandecem as qualidades domésticas da mulher. Já os progressistas, defendiam ideias feministas empenhadas em três frentes de lutas: o acesso da mulher à educação, às condições de trabalhos, salários iguais aos dos homens e direito ao voto.

O jornalismo feito para mulheres, segundo Swain (2001) durante sua construção



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desenhou o perfil de suas receptoras focando em assuntos relacionados a sedução, sexo, família, maternidade, casamento e futilidades. Nesses produtos midiáticos que a autora cita, há uma ausência de debates políticos, econômicos e sociais.

Por muito tempo o jornalismo feito para mulheres se preocupou em apenas pautar questões relacionadas a beleza, vida doméstica, maternidade e casamento. As publicações eram como um manual dos deveres femininos que tinham como objetivo auxiliar a mulher a assumir seu papel social que já lhes era destinado: o de dona de casa.

Ponderando as reflexões acima buscamos nesse trabalho observar na Revista Donna se há tentativas de desvios de padrão de beleza feminino e quais as estratégias utilizadas para esse objetivo.

A representação da mulher na mídia

Discutir padrões de beleza na mídia requer falar sobre gênero. As reflexões sobre gênero passaram a ser discutidas no meio acadêmico, segundo Buitoni (2014), mais ou menos, no ano de 1950. Já a partir de 1970 foi adotada pelos movimentos feministas. Nesse contexto, a estética e o padrão de beleza tiveram um papel secundário em pautas femininas, já que no início do movimento questões como direito ao trabalho, igualdade salarial e direito ao voto demandaram maior luta.

Segundo Swain (2001), são as composições de gênero que determinam os valores e modelos do corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades. Através disso se cria paradigmas físicos, morais e mentais que tentam homogeneizar o que é “ser mulher”, traçando diversos perfis do que seria uma “verdadeira mulher”. Essas noções podem ser percebidas através de como a mídia representa as mulheres.

Para autores como Ribeiro (1996) e Huysen (2000), atualmente a mídia é o principal *locus* de realização de trabalhos sobre representações sociais, com isso os veículos midiáticos adquirem um status institucional que autoriza a interpretação e produção de sentidos sobre o social que acabam sendo aceitos pela sociedade.

Essas representações midiáticas relacionadas à aparência da mulher geram um efeito profundo sobre as experiências do corpo, reforçando a “autoestima” e mostrando o



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

poder que a exaltação e exibição dele possuem no mundo contemporâneo.

Reprodutoras, divulgadoras, formadoras de conceitos de corpo saudável, as revistas femininas estampam nas capas, há décadas, “modelos” de mulheres, exemplos a ser seguidos para alcançar um objetivo: o corpo ideal de cada época. Por trás da ideia de corpo, no entanto, alojam-se vários outros ideais de comportamento, de valores (SIQUEIRA e FARIA, 2007, p. 172).

Para Gustafson e Nascimento (2018), a representação das mulheres pelo jornalismo tem uma tendência em essencializar o sujeito “mulher” como um ser que é único e universal e esquece que há diversidade relacionada à raça, classe, sexualidade e geração.

Além da atribuição de características estereotipadas e naturalizadas, ligadas à maternidade ou o predomínio da emoção/sensibilidade em contraponto à razão, reforçando certos binarismos que a colocam em oposição ao sujeito homem. Essa representação reforça e reflete as assimetrias presentes na sociedade, marcadas pela desvalorização das características atribuídas ao feminino e constituintes de uma ideologia marcada por significados gerados e constantemente tensionados no âmbito das relações de poder (GUSTAFSON E NASCIMENTO, 2018, 40).

Segundo Hoff (2005, p.32), a mídia é um dispositivo de poder que está a serviço de uma comunicação baseada em fórmulas de mercado. Através dela as práticas coercitivas que atuam sobre a materialidade do corpo são modificadas a todo momento com o objetivo de atrair um maior público. “O corpo mensagem, como corpo da comunicação, mutila-se, modifica-se, transforma-se e estetiza-se para servir como aporte de mercadorias/produtos e de conceitos/ideias”.

As representações em alguns veículos midiáticos do que pode ser considerado “belo” e “aceito” na sociedade através da perspectiva da aparência física pode ser considerado uma moda a ser seguida. Como explicam Louback e Xavier (2017).

Em um terreno de disputa, criado pelas diversas formas de mídia, cada um é bombardeado com informações e comandos de como devem ser, principalmente em relação ao corpo, que deve sempre corresponder ao belo estabelecido pela sociedade. O grande desafio é se sentir satisfeito consigo mesmo no meio de tantas imposições numa sociedade de aparências. (LOUBACK e XAVIER, 2017, p. 2).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Para Samarrão (2007, p.48) “as imagens possuem função epistêmica, função simbólica, que dá acesso a um significado e a uma estética, produzindo, assim, sensações e emoções no espectador”. Nesse sentido, entendemos que a representação feminina com a utilização de imagens pode ser usada como um modo de tentar representar visualmente um padrão de beleza socialmente aceito.

Diante do exposto, percebemos que quando a revista Donna, um periódico destinado às mulheres, decide se posicionar com o objetivo de abranger a diversidade feminina uma tentativa interessante de quebra de padrões de beleza femininos surge.

Movimentos metodológicos

Por se tratar de um artigo inicial, optamos por recortar o *corpus* de análise, usando, para isto, alguns critérios, sendo eles: escolha da edição que marcou o novo posicionamento da revista Donna, dos dias 13 e 14 de maio de 2017, a fim de compreender de que forma foi feito esse reposicionamento; a segunda uma edição do mesmo mês do reposicionamento da revista, dois dias 20 e 21 de maio de 2017 com o objetivo de analisar semelhanças e diferenças entre ambas. E por fim, uma edição recente, dos dias 7 e 8 de de abril de 2018, a fim de observar se o novo posicionamento permanece na revista.

Para a análise dessas edições, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2008), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados a vários discursos, ela é baseada na dedução e sua interpretação percorre dois pólos: o da objetividade e o da subjetividade.

Para esse trabalho, levou-se em consideração as três fases da análise de conteúdo apontada por Bardin (2008). A primeira foi a pré-análise. Bardin (2008, p. 121), define-a como: “Um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”.

Nesta fase, foi feita leitura das edições, estabelecendo contato com os materiais e conhecendo o texto. Nesse momento começou-se a apontar as primeiras impressões que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

as edições causavam. Na segunda fase, foi feita a exploração do material, onde foram feitas a classificação e agrupamento em categorias. Seleccionamos, primeiramente, uma grande categoria de análise composta pela escolha de uma matéria em cada edição e que abordasse padrões de beleza. Além desta, seleccionamos mais duas categorias de análise, que dizem respeito ao posicionamento social das fontes e tentativas de desvios de padrões. A última etapa deste trabalho consistiu no tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Nesse contexto, procuramos abordar questões sobre padrão de beleza feminino a fim de descobrir se a revista Donna possui uma tentativa de desvio desses padrões. A temática de padrão de beleza estampou capas de diversas revistas femininas, com o intuito de demonstrar as curvas perfeitas, o peso ideal, os modos corretos de arrumar o cabelo, entre outras características que podiam ser oferecidas às mulheres que tinham acesso a elas. De acordo com Kellner *apud* Louback (2017), a mídia pode construir discursos que corroboram com a “crença” dos públicos, caso eles já tenham para si a ideia e, dessa forma, vão de acordo com o que é exposto: “A imagem, o discurso, os mitos e os espetáculos produzidos por elas condicionam comportamentos sociais e fornecem material para moldar a identidade do indivíduo” (KELLNER *apud* LOUBACK, 2017, p.1).

A primeira edição que analisamos corresponde aos dias 13 e 14 de maio de 2017 e é a edição de reposicionamento da revista Donna. A campanha lançada na edição é intitulada “Donna de mim” e traz à capa uma mulher sem blusa, cobrindo os seios. Em seu corpo se vê escrito “Sobre o meu corpo decido eu”, “Minha beleza não tem padrão” e “Quero ser a melhor versão de mim mesma”. No subtítulo, a capa apresenta “Donna convida você a se libertar e celebrar o direito de ser quem você quiser”. Nessa edição escolhemos a matéria de capa que aborda esse novo posicionamento da revista e apresenta a história de sucesso de diversas mulheres consideradas fora do padrão de beleza midiática e socialmente reconhecido.

Um estudo realizado por Jean Charles Zozzoli (2005) mostra que mais de três quartos das capas de revistas femininas têm um título que se refere a melhor forma de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mudar a aparência física. Nesse sentido, observamos que na edição analisada não há referência em mudança da aparência física, mas sim na aceitação da própria aparência reafirmada através das frases presentes na capa.

Toda matéria é construída apenas a partir da história de cada fonte que é contada por ela mesma. Segundo Schimitz (2011, p. 5), atualmente as fontes não apenas contribuem na apuração da notícia, elas também produzem e oferecem conteúdos genuinamente jornalísticos, levando a mídia a divulgar seus fatos e eventos, mantendo seus interesses.

As fontes entrevistadas na produção em questão foram escolhidas de forma a mostrar diversidade na matéria. Cinco mulheres que já foram capas de edições passadas da revista compõem a reportagem, onde contam em resumo suas histórias e como se tornaram “donas de si”. A primeira fonte é Bia Kern, representando as mulheres mais velhas. Sua importância social se dá ao fato de que ela criou uma organização que capacita mulheres para construção civil. A segunda fonte é Jaqueline Trindade Pereira, representando as mulheres negras e periféricas, ela é rapper, professora e mãe. A terceira fonte é Arantxa Von Appen, representando as mulheres plus size. A quarta fonte é Flavia Maoli, representando mulheres que já tiveram câncer, é criadora do blog “Além do Cabelo” e da organização Projeto Camaleão. A quinta e última fonte é Carol Teixeira, representando mulheres desconstruídas sexualmente, é filósofa e escreve sobre sexo e comportamento. A diversidade das fontes no que diz respeito a classe social, raça, idade e aparência é perceptível na matéria, mostrando que o posicionamento social e cultural das fontes é diverso.

A última categoria de análise corresponde à tentativa de desvio de padrões na matéria escolhida. Tendo em vista que a revista Donna possui um histórico de publicações voltadas a um determinado público feminino (classe A e B da região metropolitana do Rio Grande do Sul), percebemos que nessa edição que apresenta seu reposicionamento da revista, há uma tentativa de desvio de padrões através da representação de diversos tipos de mulheres e suas histórias.

A segunda análise é da edição dos dias 20 e 21 de maio de 2017. Ela é a segunda



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

publicação após a campanha “SouDonnademim” e traz a atriz e apresentadora Mônica Iozzi na capa. “A graça de ter opinião” é o título estampado na capa, abaixo da foto de Mônica e refere-se ao fato dela ser uma mulher independente e de opiniões fortes. O formato jornalístico escolhido para contar a história de Mônica foi a entrevista de perfil. Segundo Sodré (1986, p. 126) este formato “significa enfoque na pessoa – seja uma celebridade, seja um tipo de protagonista de uma história: sua própria vida”.

No decorrer da entrevista, o jornalista descreve momentos em que Iozzi não apenas publicou fotos de si mesma e clichês em suas redes sociais, mas também promoveu o debate sobre temas relevantes para a sociedade. O texto começa relatando que no dia da entrevista a atriz havia aderido à *hashtag* “*MexeuComUmaMexeuComTodas*”⁴ e em seguida o leitor é guiado pelos seguintes pontos da história: as reflexões que Mônica faz nas redes sociais, sua trajetória no audiovisual e ainda o motivo pelo qual a atriz não usa outras redes sociais além do Facebook. Dessa forma, o leitor pode fazer ideia – caso não saiba – do porquê da história dela ganhar destaque midiático.

Consideramos que a proposta da reportagem foi cumprida, uma vez que o foco era o fato de Mônica Iozzi ser uma mulher de “opiniões fortes”, como dito pela revista, sobre diversos temas sociais, sem que em nenhum momento se relacionasse o sucesso dela a sua aparência física. Além disso, é importante ressaltar que as perguntas realizadas na reportagem, algumas vezes, ressaltam a importância do papel da mulher em alguns setores ocupados em grande maioria pelos homens, no caso de Iozzi: o humor.

Ainda neste recorte da revista analisado, as fotos que ilustram a entrevista mostram a atriz e são produzidas em estúdio. Ao olharmos atentamente o enquadramento da personagem nas fotografias, mais especificamente, a postura corporal e a expressão no olhar, ambas tendem a remeter à uma personagem feminina empoderada dentro do seu círculo de trabalho e vida. Complementarmente, a entrevista ainda apresenta imagens do movimento *#MexeuComUmaMexeuComTodas* e dos trabalhos de Mônica. As fotografias retratadas não são isentas de informação, sentido ou valor. Conforme Freire e Boni (2013,

⁴ Artistas, celebridades e internautas de todo Brasil, utilizaram a *hashtag* *#mexeucomumamexeucomtodas* em apoio à vítima que sofreu assédio do ator da Rede Globo José Mayer.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

p.3) a fotografia apresenta “ideologias, conceitos, técnicas e responsabilidades”. Observar essas imagens na edição é importante, pois a forma em que apresentam a entrevistada colabora na construção da narrativa que busca apresentar uma mulher forte, independente e empoderada.

A terceira edição analisada corresponde aos dias 7 e 8 de abril de 2018. A matéria recortada para análise é a matéria de capa, intitulada “Impostora, eu? ”, com subtítulo “Por que tantas mulheres convivem com a sensação de que são uma fraude ou que não merecem o sucesso que têm”. Nosso objetivo ao analisar parte de uma edição recente é verificar se o posicionamento da revista Donna estabelecido no ano anterior permanece em suas matérias mais atuais. As fontes entrevistadas na reportagem são mulheres bem-sucedidas, que relatam suas experiências de trabalho e como se sentem como impostoras em diversas ocasiões, como se não merecessem o sucesso que possuem.

Percebemos que as fontes utilizadas são pertencentes à classe dominante (classe A e B) e representam essa classe. Segundo Malysse (2002), as revistas femininas reproduzem um estilo de vida da classe dominante, no entanto, a autora ressalta que as outras classes não deixam de ler a revista, já que há uma circulação da mesma nos meios de comunicação. Ao observarem histórias de mulheres que não se assemelham com as suas não se sentem representadas.

As fotografias que compõem a reportagem são de uma mulher magra, branca, jovem, com cabelos lisos levemente ondulados e com roupas que remetem a uma empresária. Nesse quesito, observamos uma diferença entre o recorte desta edição – onde há fotos de uma mulher que corresponde a um padrão de beleza feminino e falta de representação feminina – e o recorte da primeira edição analisada, onde haviam diversas mulheres representadas.

Por se tratar de um padrão de beleza, diversas vezes as modelos utilizadas em revistas possuem as mesmas características relacionadas ao corpo, cabelo, raça e roupas. Nesse sentido, percebemos que não há uma tentativa de desvios de padrões na presente matéria, tendo em vista que a representação feminina se sustenta em uma mulher que representa um padrão estético já estabelecido e um posicionamento social elevado



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

em relação a mulheres de outras classes sociais.

Considerações

A temática abordada no artigo é de suma relevância para os estudos acadêmicos, uma vez que o tema pode ser analisado e estudado por outros ângulos divergentes. Além disso, as discussões sobre a representação do padrão de beleza em revistas e a aceitação da própria aparência ainda estão em desenvolvimento, por isso, torna-se essencial refletir sobre o assunto.

Ao abordar questões sobre beleza é importante ressaltar que não há problema em mulheres que priorizam o uso de maquiagens, se importam com a moda e o corpo. O que refletimos no presente artigo é como veículos jornalísticos ao tentarem desviar do padrão de beleza feminino colaboram para uma nova reflexão sobre as mulheres em pauta.

Com a pesquisa inicial, foi possível observar que a Revista Donna realiza uma tentativa de desvio do padrão estético feminino quando utiliza fontes jornalísticas diversas que possibilitam uma maior representação da diversidade feminina. A forma como as mulheres são retratadas: diferentes tipos de corpos, cabelos, altura, peso, entre outros fatores também auxiliam nessa tentativa de desviar de padrões já estabelecidos. Porém, não podemos analisar a questão com um olhar ingênuo, as discussões e tensionamentos feministas têm um aumento expressivo desde de 2015 em inúmeros âmbitos sociais. Nesse contexto, a adequação aos interesses do público faz parte do intuito dos meios jornalísticos.

Nas três edições analisadas neste trabalho constatamos que somente em uma edição não foi observado a tentativa de desvio de padrão. No entanto, ressalta-se que só a tentativa de contar histórias sobre mulheres e para mulheres com uma abordagem diferenciada e sem estereótipos já é importante e precisa ser valorizada.

Referências bibliográficas

Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB/RS). **Nova Revista Donna: envolvimento e qualidade agora em novo formato**. 2012. Disponível em: <



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

<http://www.advb.com.br/site/noticia/nova-revista-donna-%E2%80%94-envolvimento-e-qualidade-agora-em-novo-formato/> > Acesso em: 13 maio. 2018.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães**. Revista *Communicare* – Dossiê Feminismo. Volume 14 – Nº 1 – 1º Semestre de 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Revistas-femininas-ainda-somos-as-mesmas-como-nossas-m%C3%A3es.pdf>> Acesso em: 13 maio. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008. 280 p.

FREIRE, Bruna Volpini; BONI, Paulo César. **A influência das teorias do jornalismo na proximidade do pensamento fotográfico: um estudo de caso**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., Fortaleza. Anais. Fortaleza: 33 INTERCOM, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/expocom/resumos/R7-1143-1.pdf>> Acesso em: 13 maio. 2018.

GUSTAFSON, Jessica; NASCIMENTO, Fernanda. **O jornalismo como prática discursiva de transformação social ou de manutenção das desigualdades de gênero?** *Comunicação, Cultura e Sociedade*, v. 7, p. 32-48, 2018.

HOFF, Tânia Márcia Cesar. **“O corpo imaginado na publicidade”**, in *Cadernos de Pesquisa ESPM*. São Paulo: ESPM, no 1, vol. 1, mai./jun. 2005, p. 9-64.

HUYSSSEN, A. **Seduzido pela memória – arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LOUBACK, Carolina; XAVIER, Mariana. **A construção midiática de padrões estético-culturais e as problematizações do corpo e beleza no canal JoutJout Prazer**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2017. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2017/resumos/R12-1209-1.pdf>> Acesso em: 13 maio. 2018.

MALYSSE, Stéphane. **Em busca dos (H)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca**. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Nu e vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002. 79-137 p.

MIRANDA, Cynthia M. **A Construção do Ideal de Beleza Feminina em Comerciais de Televisão**. In: *I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA DA REGIÃO NORTE*, 2010, Palmas. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos>>



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

[nucleos/artigos/A%20CONSTRUCaO%20DO%20IDEAL%20DE%20BELEZA%20FE
MININA%20EM%20COMERCIAIS%20DE%20TELEVISaO.pdf](#) > Acesso em: 14
abril. 2018.

RIBEIRO, A. P. G. **Fim do ano: tempo de lembrar.** In: Fausto Neto, Antonio e Pinto, Milton J. (org.) O indivíduo e as mídias- ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Diadora/Compôs, 1996.

SAMARÃO, Lilianny. **O espetáculo da publicidade e a representação: a representação do corpo feminino na mídia.** Contemporânea. Nº 8. 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17200/12633>

SCHIMITZ, Aldo. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo.** Florianópolis: Combook, 2011. 78 p.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida de. **Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas.** Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 4, p. 171-188, mar. 2007.

SODR&, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

ZOZZOLI, Jean C. J. **Corpos de mulheres enquanto marcas na mídia: recortes.** In: BRANDÃO, I. (Org.). O corpo em revista. Maceió: Edufal, 2005. p. 47-82.



Mulher vítima da violência e a mídia: uma discussão teórica sobre a representação da violência contra a mulher no jornalismo policial

Andressa Kaliberda¹

Resumo: Casos de violência e, sobretudo situações que envolvem a morte, estão presentes de forma incisiva no jornalismo brasileiro. A morte, como uma ruptura do cotidiano tem um valor-notícia agregado e, nesse sentido, casos de feminicídio também estão bastante presentes nos noticiários. Tendo o termo feminicídio sido agregado à legislação brasileira somente em 2015, ele ainda está sendo incorporado à cultura das redações e, conseqüentemente, é pouco explorado enquanto objeto de estudo em pesquisas sobre a temática gênero e jornalismo. Essa pesquisa analisa quatro eventos nacionais de pesquisa em jornalismo, entre 2015 e 2017 e faz um levantamento dos artigos em que a representação do feminicídio na mídia é abordado, bem como das principais conclusões dos pesquisadores sobre o assunto.

Palavras-chave: Gênero; violência; mulher; jornalismo; jornalismo policial

Introdução

A perspectiva de gênero, entendida como construção social, engloba, para além da noção biológica de ser homem ou mulher, as representações públicas, política, cultural e social do sujeito enquanto indivíduo. Nesse sentido, a violência contra a mulher agrega o campo da construção do viver em sociedade e, nessa perspectiva, a ideia de inferiorização das mulheres diante de um meio patriarcal.

O objetivo dessa pesquisa é fazer um levantamento teórico a respeito da violência contra a mulher e da forma como esse tema é retratado no jornalismo policial. Posteriormente, pretende-se, a partir dessa revisão teórica, dar sequência a um projeto de pesquisa que aborde o tratamento do assunto no jornalismo. A representação da mulher na imprensa tem sido alvo de pesquisas acadêmicas mas, o enquadramento dos crimes contra a mulher na imprensa é pouco abordado cientificamente. É fundamental que essa abordagem seja estudada de forma minuciosa.

A questão da representação das mulheres nos mídia sempre foi uma

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), jornalista e coordenadora de mídias digitais do jornal Ibiá em Montenegro/RS. E-mail: andressakaliberda@gmail.com.br



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

preocupação do movimento feminista que, por volta dos anos 60 e 70 do século passado, se apercebeu do poder que os meios de comunicação social tinham como agentes de produção das representações e práticas que definem o gênero (VAN ZONEN, 1994 *Apud* CERQUEIRA, 2008, p. 139).

Para este trabalho, utilizar-se-á o método da revisão bibliográfica, por tratar-se de um recorte da pesquisa. Para a pesquisa bibliográfica ser possível, é necessário haver a identificação dos temas pertinentes e o levantamento da bibliografia, “até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões.”, conforme afirmam Duarte e Barros (2011, p. 51). O levantamento bibliográfico sobre a violência contra a mulher é fundamental para que se haja um panorama acerca do enquadramento que é dado ao tema nas discussões acadêmicas e, posteriormente, seja possível analisar esse tratamento nos jornais.

Além disso, serão analisados os artigos publicados em eventos de pesquisa em jornalismo. Essa análise tem como meta fazer um levantamento do estado da arte das pesquisas que abordam o tratamento dado pelo jornalismo às notícias relacionadas à violência contra a mulher e, mais especificamente, ao feminicídio na mídia. Entende-se que essa abordagem seja fundamental para que se possa traçar um panorama acerca da relevância desse tema junto aos estudiosos dessas áreas e, assim, definir pesquisas futuras sobre o assunto.

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Foram escolhidos quatro eventos de jornalismo, todos de abrangência nacional, o recorte se deve devido à relevância que esses eventos têm no cenário de pesquisa em jornalismo, bem como a ampla participação de autores de estudos no campo do gênero. O objetivo não é comparar as publicações de eventos, mas tentar traçar um panorama acerca de como os pesquisadores estão abordando o tema desde a sanção da Lei 13.104/2015, que considera homicídio qualificado o assassinato de mulheres em razão do gênero (feminicídio).

Os anos analisados são entre 2015 e 2017. Essa escolha se deu porque em 2015 foi o ano em que a Lei do Feminicídio foi sancionada e, 2018, por sua vez, não foi incluído no recorte porque, no momento da coleta dos dados, os eventos não haviam ocorrido e, portanto, não haviam anais com os trabalhos para serem catalogados.

Violência, mídia e jornalismo policial

A mulher luta, diariamente, para se desvincular da máxima “bela recatada e do lar”. Embora seus ideais de sucesso pessoal venham sendo questionados e mudados socialmente, essa luta é bastante lenta e as representações que se tem do feminino ainda imperam no campo do ser submisso ao homem. Saffiotti (1979) defende que as relações de poder estão presentes em qualquer esfera social. Para a autora, mesmo em sociedades extremamente machistas, existe um poder feminino que é exercido no âmbito familiar, mas essa relação alcança níveis de desigualdade bastante altos. A autora delega esse papel de poder, exercido pela mulher, às suas atribuições diárias que, mesmo em um ambiente onde ela esteja totalmente submissa, lhes conferem certo nível de importância e representatividade na esfera familiar. “Quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres”. (SAFFIOTTI, 1979, p.193)

Nesse cenário de luta constante pela manutenção do espaço social, a violência aparece como uma maneira de o indivíduo marcar uma posição diante de seu grupo social. Historicamente, a construção do poder se dá a partir de conflitos e guerras e o indivíduo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ou grupo mais forte tendem a ascender socialmente. Quando essa analogia ocorre no microambiente social que é a família, a tendência de o homem ascender, através do uso da força sobre a mulher, resulta em casos de violência já bastante presentes no debate público.

Segundo Odália (2004), o agir e pensar violento faz parte da estrutura humana e é construído historicamente. “A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem.” (ODÁLIA, 2004, p. 09). Essa luta social no ambiente familiar vitimiza seletivamente a mulher, sobretudo por sua condição – muitas vezes – desprotegida social, emocional ou economicamente diante do seu algoz.

Representação da violência contra a mulher na mídia

A Convenção de Belém do Pará (1994) definiu violência contra mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Ainda segundo o documento da Convenção, a violência contra a mulher pode ocorrer em âmbito familiar ou unidade doméstica; na comunidade, independente de haver relação familiar entre a vítima e o agressor e, ainda, ser perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, independente do local onde ocorreu.

Um estudo realizado pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em maio de 2013, revela que as mulheres estão mais preocupadas com a violência doméstica do que com a Aids, o câncer ou uma gravidez indesejada, por exemplo. De acordo com a pesquisa “Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres”, sete em cada 10 entrevistados acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Pelo menos 54% deles conhecem alguma mulher que já sofreu violência por parte do companheiro ou ex-companheiro e 56% dos entrevistados afirmou conhecer um homem que já agrediu a companheira.

Ainda segundo os dados da pesquisa, 69% dos entrevistados acreditam que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres. Entre as pessoas abordadas pela pesquisa, 86% concordam que agressão contra a mulher deve ser denunciada à polícia. No entanto, 85% concordam que mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de sofrer assassinato.

Os entrevistados também foram questionados sobre o motivo da ocorrência da violência doméstica contra mulher. Para 38%, a agressão ocorre por problemas de alcoolismo. Já 36% associaram o problema à questão cultural, indicando a opção “o homem brasileiro é muito violento” e “muito homem se acha o dono da mulher”. Outros 15% acreditam que a mulher provoca o companheiro, por isso sofre a agressão.

De acordo com os dados mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados em 2017, uma mulher foi assassinada a cada duas horas em 2016, no Brasil. Mas, apenas 621 casos foram classificados como feminicídios. A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que trata da violência praticada no âmbito doméstico é um marco na proteção à mulher. No entanto, a Lei 13.104/2015, que considera homicídio qualificado o assassinato de mulheres em razão do gênero (feminicídio) foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff apenas em março de 2015 portanto, os dados quanto a esse tipo de crime são bastante recentes, e há dificuldade na categorização quanto a esses crimes de gênero.

Os números apresentados pela pelo relatório “Como os homens e mulheres são mortos no Brasil” da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV), mostram que, das mortes violentas ocorridas no País, os homens morreram, em 75% das vezes, por armas de fogo, enquanto no caso das mulheres, 49% das mortes foram ocasionadas por esse aparato. Já as mortes por arma branca representam 33% no caso das mulheres e 19%, nos homens. Em compensação, apenas 3% dos homens morreram através do uso de força física, enquanto nas mulheres, esse dado chega a 10% das mortes ocorridas no período. “O Brasil registrou mais vítimas de mortes violentas intencionais (ou pessoas assassinadas) em cinco anos do que a Guerra na Síria no período de março de 2011 a novembro de 2015” (DAPP-FGV, 2016).

Essas informações mostram que, ressalvado o alto índice de criminalidade no País,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

a forma como a morte ocorre é bastante particular no caso das mulheres. Elas são assassinadas com uso de força física e com armas brancas. Esses elementos, para além de materiais utilizados geralmente em crimes passionais, evidenciam o poder simbólico do algoz sobre o corpo da vítima.

A violência contra as mulheres deve ser compreendida como parte de um contexto socioeconômico e cultural que, historicamente, discrimina o sexo feminino. A manutenção dessas discriminações tem como consequência um conjunto de situações desvantajosas para as mulheres, que reforçam e são reforçadas por práticas de violência física, sexual e psicológica. Nesse sentido, a violência contra as mulheres tem fundamentos estruturais e tem sido um dos mecanismos sociais principais para impedi-las a ter acesso a posições de igualdade em todas as esferas da vida social, incluindo a vida privada. (DIAS, 2004)

Essa vitimização das mulheres diante do contexto social em que estão inseridas se reafirma diversas vezes durante o processo circular que a violência assume a partir da naturalização do seu fluxo. Perguntas como “o que ela fez para que isso ocorresse” ou “apanha por que gosta” são formas de atacar a vítima novamente e, mais do que isso, contribuir para a manutenção do status violento e a culpabilização da mulher. Nesse sentido, a abordagem jornalística dos fatos relacionados à mulher vítima de violência são, em um contexto mais amplo, fundamentais para a ruptura dessas estruturas fundamentais e para a mudança dos mecanismos sociais que continuamente reforçam a condição da vítima.

O jornalismo, enquanto formador da opinião pública, pode contribuir para que a violência de gênero seja pautado no debate social, mas também pode ajudar na manutenção do pensamento conservador. Isso se dá tanto pelo enquadramento dado à notícia quanto pelas características gerais da informação, como fontes consultadas e imagens utilizadas no periódico. Pode-se dizer que o controle de opinião pública nas sociedades modernas fundamenta-se no domínio estatístico dos meios de informação pública, aferido pelas pesquisas de opinião. Essa afirmativa pode ser feita, tendo como prerrogativa o fato de que “a comunicação ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

humana, em particular, a esfera da política.” (LIMA, 2009, p.85). Assim, à medida que o jornalismo utiliza determinadas opiniões como centrais em suas publicações, ele está reafirmando o conservadorismo social, mantendo oprimidos aqueles que o são. Por outro lado, como fonte de acesso à informação, os jornais diários têm esse poder de transformação da opinião pública vigente. Isso ocorre pouco a pouco, à medida que publica fatos com determinadas visões e, no caso do gênero, com cuidados a respeito do uso de fontes, personagens e imagens que representem os mais diversos gêneros, o que, por vezes, não ocorre.

O processo comunicativo jornalístico pauta-se sob três principais fases, a coleta, a seleção e apresentação das notícias, segundo Wolf (2001). Segundo o autor, durante esse processo, apenas alguns fatores inerentes à notícia são tratados. Porém, no processo de produção jornalística, a elaboração da narrativa depende de fatores que irão comprometer o produto final. No caso do jornalismo policial, a violência de gênero tem determinados cuidados a serem seguidos, em uma tentativa de evitar que a mulher seja revitimizada no processo de construção da notícia. Esses cuidados, como a preservação do nome de todos os envolvidos e o local onde o crime ocorreu são, em geral, acordados entre o jornalista e o policial que é sua fonte.

Scott (1990) define quatro elementos inter-relacionados envolvidos no gênero. Segundo a autora, símbolos culturais, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva seriam parte dessa construção de gênero. Para ela

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT,1990, p.7)

Essa característica do jornalismo brasileiro acaba por reforçar as relações de poder existentes numa sociedade heteronormativa e patriarcal. Na literatura que trata do jornalismo policial, o feminicídio ou os crimes relacionados ao gênero e sua retratação



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

nos periódicos ainda são pouco abordados. O tema do feminicídio, ainda muito recente, tem sido discutido na literatura que trata da legislação, mas a abordagem desse crime como acontecimento jornalístico ainda não foi aprofundada na literatura.

Abordagem do tema violência contra a mulher no campo da pesquisa jornalística

Para realizar o levantamento do estado da arte do assunto do feminicídio nas pesquisas de jornalismo, foram elencados quatro grandes encontros de pesquisa brasileiros: o Intercom, Intercom Junior, o SBPJOR e o JPJOR. Embora o Intercom seja um encontro nacional de todas as áreas da comunicação, ele foi selecionado devido à relevância do evento no campo da divulgação acadêmica. Foi escolhido apenas o GT de Jornalismo para esta análise, tanto no Intercom quanto no Intercom Junior, respeitando-se, assim, o objeto proposto para este artigo.

Os artigos dos anos de 2015, 2016 e 2017 foram catalogados de acordo com as seguintes categorias: “Quantidade total de artigos sobre jornalismo”, “Quantidade de artigos sobre Jornalismo policial”, “Quantidade de artigos sobre Jornalismo e gênero”, “Quantidade de artigos sobre violência contra a mulher” e “Quantidade de artigos sobre feminicídio”. Essas categorias foram escolhidas a fim de possibilitar o estabelecimento de uma visão sobre a representação do tema Feminicídio no ambiente das pesquisas sobre jornalismo e, mais especificamente, sobre jornalismo e violência. Apesar de o foco da pesquisa ser a retratação da violência contra a mulher e do feminicídio, a categoria Jornalismo e Gênero considera todas as siglas abrangidas pela pesquisa em gênero, como gays, lésbicas, travestis e transexuais, não apenas a mulher. Para fazer esse recorte, foram observadas as palavras-chave dos trabalhos e feitas buscas rápidas no corpo dos textos com as palavras “mulher”, “gênero”, “violência” e “feminicídio”.

Vale ressaltar que as categorias não são excludentes então, por exemplo, em 2016, o Intercom Junior Nacional teve 112 artigos apresentados no GT Jornalismo. Dentre esses 112, 5 tratavam de jornalismo policial e 8, de gênero. Nesse recorte, 2 deles tratavam de violência contra a mulher e, um, de feminicídio. Ou seja, o feminicídio está dentro do tema Violência Contra a Mulher e, esse, está incluso tanto na categoria Jornalismo e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Gênero quanto na categoria Jornalismo Policial. A subdivisão é importante para podermos reconhecer o grau de importância que esse tema tem frente aos demais assuntos tratados nas pesquisas, bem como no próprio fazer jornalístico.

Tabela 1: Artigos com abordagem de gênero coletados em quatro eventos nacionais de pesquisa em jornalismo

| Evento | Ano | Artigos sobre jornalismo | Jornalismo policial | Jornalismo e gênero | Violência contra mulher | Feminicídio |
|--------------------------|------|--------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|-------------|
| Intercom Nacional | 2015 | 192 | 9 | 12 | 1 | 1 |
| | 2016 | 185 | 6 | 13 | 1 | 0 |
| | 2017 | 166 | 12 | 9 | 2 | 0 |
| Intercom Junior Nacional | 2015 | 176 | 12 | 12 | 3 | 0 |
| | 2016 | 112 | 5 | 8 | 2 | 1 |
| | 2017 | 145 | 7 | 15 | 3 | 1 |
| SBPJor | 2015 | 125 | 2 | 3 | 0 | 0 |
| | 2016 | 115 | 3 | 5 | 0 | 0 |
| | 2017 | - | - | - | - | - |
| JPJor | 2015 | 27 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | 2016 | 26 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| | 2017 | 36 | 2 | 7 | 1 | 0 |

Fonte: Autoria própria

Quando são analisadas as pesquisas no campo do jornalismo, percebe-se pela Tabela 1, que, observados quatro encontros nacionais de pesquisa, sendo dois de pesquisadores e dois de jovens pesquisadores, apenas três artigos apresentados fizeram relação à abordagem do tema feminicídio pela mídia. Em um universo de 1305 trabalhos publicados, os textos que tratam especificamente do feminicídio representam menos de 1% do total. Eles somam apenas 0,22% das pesquisas discutidas nesses, que são encontros representativos da pesquisa em jornalismo.

Ao analisar especificamente cada evento, percebe-se que, nos encontros da SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em dois anos, não foram



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

encontradas pesquisas relacionadas ao tema do feminicídio. Neste caso, foram coletados os anos de 2015 e 2016 já que os anais do encontro de 2017 ainda não haviam sido disponibilizados nas plataformas digitais.

O mesmo resultado, de nenhum artigo sobre a representação da morte de mulheres no jornalismo, foi visto nos encontros do JPJor – Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo entre os anos de 2015 e 2017. No entanto, neste último ano da amostragem, um artigo sobre violência contra a mulher foi identificado. O trabalho, assinado pelos pesquisadores Pedro Rafael Galvão Prata, Deize Ferreira Paiva Lopes e Carlos Alberto de Carvalho, é intitulado “O que os jornalistas têm a dizer sobre a cobertura da violência de gênero? Análise das falas de profissionais sobre a produção de notícias de crimes contra as vidas das mulheres em Minas Gerais” e trata, conforme identificado no título, sobre a relação dos profissionais que realizam a cobertura dos crimes de violência de gênero no estado de Minas Gerais. Embora trate, em algum grau de crimes que culminaram com a morte de mulheres, o texto não se atém ao enquadramento desse tipo de crime e a sua representação no jornalismo, as sim às experiências profissionais de quem reporta esses acontecimentos.

Se forem consideradas as pesquisas apresentadas com a temática de gênero e jornalismo no contexto tanto do SBPJor quanto do JPJor, pode-se observar um crescimento leve, com o passar dos anos, na quantidade de trabalhos apresentados, conforme mostra o gráfico 1. Esse número mostra que a temática vem recebendo atenção, por parte dos pesquisadores e, também, pode ser indicativo da presença mais constante desse assunto na pauta dos jornais.

Analisando os encontros do Intercom, nota-se que, dentre as 192 pesquisas apresentadas em 2015, no Intercom Nacional, apenas uma trouxe a representação da morte de mulheres em jornais como objeto. Isso representa, no ano em que a Lei do Feminicídio foi sancionada, 0,52% das pesquisas apresentadas no evento. Esse, inclusive, foi o único artigo que tratou sobre violência contra a mulher no Grupo de Trabalho de jornalismo. Trata-se do artigo intitulado "O dispositivo da sexualidade e o fazer jornalístico: reflexões acerca das coberturas de crimes violentos contra mulheres no jornal



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

impresso”, de autoria de Bárbara Caldeira. Nele, a autora discute “as construções engendradas pelo jornalismo na cobertura de agressões contra as mulheres, sejam homicídios ou violências de outra ordem” (CALDEIRA, 2015, p.3). Para fazer esse debate, a pesquisadora aborda o conceito de feminicídio, a partir da definição de Russel e Caputti, traduzida por Russel e Caputti (2011)².

A discussão feita por Caldeira problematiza a abordagem dos jornais, sobretudo impressos, diante de crimes violentos cometidos contra mulheres. Ela analisa especificamente a matéria “Morta porque não quis transar”, publicada em 31 de janeiro de 2014 pelo jornal SuperNotícia, de Minas Gerais, sob a ótica Foucaultiana de dispositivo e dispositivo da sexualidade.

Após analisar o discurso do título, linha de apoio, texto e boxes do conteúdo noticioso, a autora da pesquisa conclui que, embora se pondere o fato de que o algoz tinha um histórico de violência doméstica, a notícia, de certa forma, culpabiliza a vítima ao ressaltar a informação de que, mesmo com esse histórico, ela continuou vivendo por algum tempo com o agressor e permitia que o mesmo fosse até a sua casa para visitar os filhos.

Nos casos de cobertura de crimes violentos cometidos contra mulheres, não raro, o texto jornalístico abre brechas para a relativização da violência sofrida pela vítima, o que só acontece por meio das operações constantes engendradas pela lógica do dispositivo, especialmente o da sexualidade. (CALDEIRA, 2015, p.15)

Essa afirmação, presente nas considerações finais, pondera o papel do jornalismo enquanto reforço nas relações de poder preestabelecidas através do discurso noticioso.

O evento que apresentou maior número de pesquisas sobre a representação do

² Femicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravização sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extra-familiar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam feminicídios. (CALDEIRA apud RUSSEL e CAPUTTI, 2011, p.224)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

feminicídio no jornalismo foi o Intercom Junior. Duas ocorrências foram registradas, sendo uma no ano de 2016 e outra, em 2017. Em 2016, os pesquisadores Viviane Bastos de Sousa, Joelton Barboza da Silva e Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira apresentaram o artigo “A Violência Doméstica nas Cidades do Crajubar: Uma Análise do Caso Rayane na Cariri Revista”. No texto, eles discutem um caso específico de feminicídio e analisam a forma como a morte de Rayane foi abordada pelo veículo de comunicação. Rayane Alves foi morta pelo ex-namorado, Saulo Custódio em 2016, na cidade do Crato, Ceará.

O artigo analisa todas as publicações feitas pela revista desde a data em que a jovem foi dada como desaparecida. A primeira publicação, segundo a pesquisa, foi de dois meses após o desaparecimento. Essa pesquisa aborda o feminicídio de Rayane analisando, principalmente, a forma como foi retratado, seja através da comunicação visual do desaparecimento da jovem e da repercussão do assunto tanto nas edições impressas quanto na versão online da revista.

Assim, ao analisar a forma como a Revista trata os casos de violência doméstica, especificamente no caso exposto, pode-se considerar que a mesma, em sua publicação, da jornalista Alana Maria, trabalha de forma incansável para que a violência contra a mulher seja ela da região em estudo, ou mesmo em todo o país, não fique esquecida em pilhas de relatórios que as investigações policiais têm que analisar, ao expor os casos de maneira online, a revista se inclui dentro de um contexto da responsabilidade social, abordando com clareza os fatos colhidos. (SOUZA; SILVA; CAJAZEIRA, 2016, p.10)

A conclusão desse estudo foi de que a jornalista que acompanhou o caso pautou o assunto de forma responsável e buscando quebrar a lógica patriarcal através do discurso feminista da jornalista e do uso de fontes que complementaram a informação, tais como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

O último artigo apresentado, também no Intercom Junior, é intitulado ““Foi por ciúme”: a cobertura dos crimes de feminicídio pela imprensa paranaense”, dos pesquisadores Mariana Pabis Balan e Renan Colombo. Este foi apresentado no ano de 2017 e, diferentemente dos demais, já aborda o termo feminicídio no título do trabalho. A proposta da pesquisa é problematizar a abordagem do feminicídio pelos jornais



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

paranenses, com base em dois casos. Logo no resumo, os autores já abordam a ausência do termo feminicídio para retratar tais crimes na imprensa.

Visto que o Brasil é o país com a quinta maior taxa mundial de feminicídios, é comum que os leitores se deparem com notícias sobre assassinatos de mulheres nos jornais e portais de notícias. O que se observa, porém, é que a imprensa – no caso desta pesquisa, a paranaense – ainda não trata esses casos como feminicídio, ignorando o termo, suas peculiaridades e, muitas vezes, culpabilizando a vítima. (BALAN; COLOMBO, 2017, p.1)

O primeiro caso analisado, em diversos sites de notícia paranaenses, é de uma jovem, estudante de Direito, assassinada pelo ex-marido em Curitiba. O segundo caso, é de uma cabeleireira assassinada por estrangulamento após o algoz não conseguir manter relações sexuais com a vítima.

Foram analisados os discursos dos veículos de comunicação, bem como a apresentação das notícias e seus desdobramentos, quando houve. A conclusão do trabalho foi de que ainda há resistência ou desconhecimento por parte dos jornalistas em relação ao uso do termo feminicídio.

No conteúdo pesquisado, constatou-se que o termo feminicídio não foi utilizado nenhuma vez pela imprensa paranaense. Quando as reportagens falavam em crime, afirmavam que os casos se tratavam de homicídio qualificado, ainda que todo o modus operandi indicasse que o ocorrido havia sido um feminicídio. (BALAN; COLOMBO, 2017, p.14)

A culpabilização da vítima, mais uma vez, aparece como ponto fundamental nas conclusões dos pesquisadores. Segundo eles, os veículos lançaram mão de detalhes sórdidos como o fato de que o agressor teria ouvido a vítima mantendo relações com outro homem, por exemplo.

Considerações finais

Percebe-se, finalmente que, embora a temática de gênero na agenda midiática seja uma preocupação dos pesquisadores da área do jornalismo, o tema da violência contra a mulher ainda é pouco abordado frente ao número de mulheres afetadas pelo fator da



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

violência. Quando se compara os números absolutos das pesquisas apresentadas nos principais encontros do país, mesmo três anos após a sanção da lei que tipifica o feminicídio, ainda este é um tema que carece de abordagens por parte dos pesquisadores de comunicação.

O tema da polícia está bastante presente na agenda jornalística e, por vezes, pauta as capas dos jornais impressos e as páginas com maiores números de acesso nos portais. Mas o enquadramento dado aos crimes que atentam contra a vida da mulher ainda é quase tateado no escuro pelos profissionais de imprensa. A busca pelo equilíbrio entre dar a informação completa e preservar a vítima é tema de grandes debates nas redações e, no entanto, pouco explorada pela academia no que diz respeito à comunicação.

Notou-se, na análise dos artigos apresentados nesses eventos, que o número de pesquisas que se debruçam sobre a representação do feminicídio na mídia ainda é incipiente. O jornalismo, como formador de opinião e pautador de debates públicos, ainda precisa avançar no que diz respeito ao enquadramento dado a esse tipo de crime, que figura entre os principais problemas a ser enfrentados hoje pela sociedade.

Cabe aos estudiosos, tanto do campo do jornalismo, quanto da área de gênero, aprofundar o debate sobre como está sendo abordada a morte de mulheres e em quais pontos ainda é necessário avançar a fim de apresentar esse tema de forma correta e sem juízo de valor ou sem reforçar a cultura do machismo e da violência através da culpabilização da vítima.

Referências bibliográficas

BALAN, Mariana Pabis; COLOMBO, Renan. “**Foi por ciúme**”: a cobertura dos crimes de feminicídio pela imprensa paranaense. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

BRASIL. Lei nº 11/340 de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.html.

CALDEIRA, Bárbara. **O dispositivo da sexualidade e o fazer jornalístico**: reflexões acerca das coberturas de crimes violentos contra mulheres no jornal impresso. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

CERQUEIRA, C.B. **Imprensa e a Perspectiva de Gênero**. Quando elas são notícia no



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Dia Internacional da Mulher. Observatorio (OBS*) Journal, 5 (2008), p.139-164.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Belém: Convenção de Belém do Pará, 1995. Disponível em > <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.html>.

DATA Popular; INSTITUTO Patrícia Galvão. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. 2013. Disponível em:< https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>.

DIAS, M.B. **Conversando sobre: Justiça e os crimes contra as mulheres**. Porto Alegre, Ed. Livraria do Advogado. 2004.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002, p. 257-272.

FGV, DAPP. **DataCrime: decodificando a segurança pública no Brasil**. 2016. Disponível em: dapp.fgv.br/seguranca-e-cidadania/datacrime/#home.

LIMA, Venício. Comunicação e Política. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Mulheres se preocupam mais com violência doméstica do que com Aids e câncer**. Disponível em: <https://bit.ly/2UiBAqH>.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 6.ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classe**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2. Porto Alegre, jul-dez/1990, p. 5-22.

SOUZA, Viviane B.; SILVA, Joelton B.; CAJAZEIRA, Paulo Eduardo S. L. **A Violência Doméstica nas Cidades do Crajubar: Uma Análise do Caso Rayane na Cariri** Revista. 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 05 a 09/09/2016.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.



O assassinato de Marielle Franco como acontecimento público: o discurso dos editoriais

Fernanda Bastos Pires¹

Resumo: O presente artigo busca identificar como se constrói o acontecimento público no caso do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco. O objetivo é entender como, dentro da repercussão desse fato, os veículos de comunicação abordaram a condição da vereadora de mulher negra, favelada, feminista e lésbica. A análise compreende editoriais dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *EL País Brasil* e *The Guardian*, publicados *online*. Por meio da ideia de que a narração do acontecimento público força a elaboração do passado a partir do presente, propomos avaliar de que modo se dá a reconstrução da figura de Marielle nos textos, analisando o processo de disputa de sentido sobre sua vida e legado na memória coletiva. Por meio da análise discursiva deste gênero opinativo, buscamos identificar a ocorrência de mecanismos de reprodução de discurso racista e preconceituoso na reconstrução da trajetória da vereadora.

Palavras-chave: Acontecimento; Marielle Franco; Racismo; Editoriais.

Introdução

A notícia do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, atingida por quatro tiros no dia 14 de março de 2018, levou milhares de pessoas às ruas e forçou a mídia a notabilizar a morte de uma mulher negra, periférica e lésbica. Parlamentar do PSOL, Marielle era crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e acompanhava de perto as políticas de segurança no seu estado, especialmente no que tange à violência contra favelados e ao que o movimento negro tem denunciado como genocídio da população negra no País. A revolta com a execução foi imediata e retornou em atos e manifestações, que ocorreram nas ruas e nas redes.

As motivações para o assassinato de Marielle tornaram-se instantaneamente objeto de disputa, especialmente entre aqueles que a consideraram vítima da criminalidade local e os que deduziram do caso perseguição política a uma ativista dos

¹ Jornalista e mestrandia no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena Weber, da linha 4 Mediações e Representações Culturais e Políticas do Ppgcom Ufrgs. Participa do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP). Contato: bastosfernandajor@gmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

direitos humanos. No Twitter, mobilizou 400 mil usuários em 54 países e 34 idiomas nas 42 horas após o crime, de acordo com apuração da FGV DAPP².

O editorial do Estadão reporta que Marielle era pouco conhecida, pelo menos fora do Rio de Janeiro, onde concentrava sua militância política. Essa constatação acrescenta peso ao papel da mídia na reconstituição da imagem pública da parlamentar assassinada. Para Babo-Lança (2011), a mídia atua como instituição e dispositivo de configuração de narrativas da realidade, possibilitando reescrituras na memória coletiva. Assim, esse artigo se propõe a investigar os procedimentos midiáticos que configuram o acontecimento público do assassinato de Marielle Franco, bem como suas repercussões e enquadramentos de gênero e raça em editoriais do jornalismo de referência brasileiro e internacional.

O acontecimento público e a mídia

No campo midiático, a repercussão da morte da psolista gerou debates sobre o papel desse ator social na democracia e com a morte geraria impacto sobre o contexto político local e nacional. Babo-Lança (2011, p.77) entende a mídia como espaço de “instauração-institucionalização de um lugar de re-construção da memória coletiva”, pois é muitas vezes nos veículos de comunicação que encontramos “instituições e dispositivos contemporâneos de configuração semiótico-narrativa da realidade”. Para Babo-Lança, as ideias tomam corpo em pessoas e grupos que existem no tempo e deixam a sua marca na memória coletiva. E o acontecimento tem como característica a potência de deslocamento da temporalidade, como se constituísse um devir no tempo.

Bem como os historiadores, os media atuam como produtores de discursos que constroem, exaltam e transmitem a memória social. Desse modo, a narrativa jornalística organiza a experiência temporal, possibilitando associações de um acontecimento do passado com a realidade e os problemas do presente. Para Quéré (2011, p.27),

² FGV DAPP. Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter, aponta levantamento da FGV DAPP. FGV DAPP, 2018. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em 2 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento inscrito e tematizado num registo específico, o dos problemas públicos e do seu tratamento pela ação pública”. Para o autor, a dinâmica global move o problema público para a cena pública pelo acontecimento buscando o restabelecimento da ordem diante de episódios de perturbação de princípios ético-jurídicos tais como a equidade, a justiça, a solidariedade, o respeito das identidades, entre outros. Citando a insegurança entre os problemas públicos, Quéré (2011) ressalta o caráter subjetivo e objetivo das experiências, que, no âmbito do acontecimento, materializa-se em uma hierarquia, com níveis de experiência que vão daqueles diretamente envolvidos aos demais atores do espaço público em que a recepção do acontecimento for abordada.

A experiência pública é um meio de individualização dos acontecimentos públicos e sua recepção será sempre marcada pela emoção (QUÉRÉ, 2011). Nesse sentido, Weber (2013, p.201) coloca as paixões como “dispositivo de compreensão teórica do espetáculo em meio ao complexo debate sobre globalização e pós-modernidade, sobre indivíduo e sociedade e a mediação de conceitos e ações políticas, econômicas, culturais e midiáticas”.

O caso Marielle Franco nos editoriais

Por meio da análise discursiva de cinco editoriais pretendemos entender como se dá a formação de um discurso sobre o caso Marielle Franco. A escolha dos editoriais se dá por serem gêneros opinativos interessados em orientar a opinião pública (MELO, 1994), sendo escritos entre 16 e 18 de março, de dois até quatro dias após o assassinato. Três textos são de jornais nacionais entre os cinco de maior circulação no País. Um artigo ainda é de uma publicação internacional, incluída na amostra como demonstração do momento de aumento da repercussão do caso, com projeção internacional. O restante é da versão brasileiro do portal espanhol *El País*. Por tentarem sintetizar um significado para a morte, característica de uma narrativa de acontecimento público, os textos podem ajudar a entender como se dá a construção da memória e do discurso sobre a vereadora.

Melo (1994) destaca que em sociedades capitalistas a opinião de uma empresa de grande porte — caso dos editoriais que serão analisados — emana o consenso forjado



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

entre os variados núcleos que compõem a propriedade da organização. No entanto, também deve ser levado em conta o papel do Estado, que controla os âmbitos fiscal, previdenciário e financeiro da organização. Por conta desses fatores, Melo identifica o editorial como “espaço de contradições” (p.96), que tem por vocação a conciliação entre os diversos interesses que perpassam o cotidiano da organização.

Charaudeau (2003) define o editorial como acontecimento comentado, um espaço problematizado do acontecimento midiático. Este tipo de texto busca aprofundar as informações e explorar possíveis consequências dos acontecimentos. Dentro das instâncias enunciativas, o editorial é um dos espaços de maior engajamento de instância interna do jornal no domínio do político e do social. Para o autor, o editorialista é instado a expressar um ponto de vista partidário de maneira argumentada, dando a linha do engajamento que serve também a toda a redação. O editorial é, ainda, uma ação resultante da estratégia de intervenção do narrador para criar a “ilusão de contato” com o leitor, sendo essencialmente monolucativo. À exceção de publicações engajadas, tal texto geralmente se apoia em ponderações e em uma moral social aparentemente universal baseada em critérios de ordem humanitária, em detrimento de posições partidárias e extremas.

Para Fausto Neto (1994), o editorial é um campo de luta, que convida os atores sociais para a ação e disputa não só entre eles, mas também entre os sistemas discursivos. O autor afirma que o editorial é formado por um sujeito de enunciação que tenta atuar na invisibilidade, mas que deixa marcas de sua presença na produção e na proposição de sentido. Dessa forma, as vozes no editorial constroem um modo de avaliar o mundo, ao mesmo tempo que o edificam essa realidade e intervêm nos processos de instituição do real.

Melo e Assis (2016, p.52) percebem semelhanças entre os formatos de editorial, artigo e comentário nos jornais, pois ambos são gêneros opinativos, criados para apresentar argumentos sobre assuntos que geralmente são controversos. No entanto, ressaltam que o editorial destaca-se “pelo fato de não trazer assinatura de um autor, já que registra um posicionamento institucional”. Cabe geralmente ao editor redigir a matéria



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que representará a visão da empresa sobre um determinado acontecimento ou conjuntura.

Melo (1994, p.104) estabelece cinco categorias para classificar os editoriais a partir de sua morfologia: o artigo de fundo, que é o editorial principal; o *suelto*, um fato da atualidade; e a nota; um breve registro, que tenta antecipar consequências do acontecimento. Com relação à topicalidade, pode ser: preventivo, destacando aspectos novos ou que possam provocar mudanças; de ação, que visa à mobilização dos leitores; ou de consequência, cujo foco é apontar efeitos e repercussões. Já com relação ao conteúdo, pode ser informativo, visando ao esclarecimento; normativo, buscando induzir, persuadir e estimular; e ilustrativo, visando a educar. No que se refere ao estilo: pode ser intelectual, mais ligado à racionalidade, e emocional, que tem viés sensibilizante. No que concerne à sua natureza, pode ser ainda: promocional, isto é, “coerente com a linha da empresa”; circunstancial, de tipo “oportunista, imediatista”; e/ou polêmico de estilo “constestador, provocador”.

Uma distinção do editorial é a estrutura mais rígida e simples na avaliação de Luiz Beltrão (1980), abrangendo título, introdução, discussão e conclusão. Outra especificidade é a abordagem estritamente a assuntos locais de interesse geral, cuja temática será defendida em forma de tese, normalmente sintetizada no título. Conforme Beltrão, a linha ideológica adotada pela publicação também poderá ser facilmente identificada no título, como forma de auxiliar na interpretação da tese defendida na sequência. A discussão será permeada não só pela opinião editorial, mas também irá antecipar argumentos de críticos e de opositores a fim de conduzir para a conclusão, que poderá variar na modalidade, passando de “exortação, apelo, aviso, palavra de ordem, constatação pura e simples” (BELTRÃO, 1980, p. 59).

Ainda conforme Luiz Beltrão, o estilo dos editoriais segue a impessoalidade, observada na falta de assinatura e estilo de escrita que utiliza a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural; a topicalidade, por diversificar suas temáticas conforme os acontecimentos; a condensabilidade, tendo em vista que é necessário ser sintético e compreensível sobre a posição manifestada; e plasticidade, que refere-se ao dinamismo do cotidiano, que exige do editorial alguma maleabilidade sobre as posições e os assuntos



que são modalizados de acordo com os acontecimentos enquadrados.

O *Estadão* enfatiza, em suas diretrizes, que “o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso”³. Conforme os princípios das Organizações Globo, que regem as condutas de veículos como *O Globo*, os editoriais expressam “uma opinião comum sobre os temas em voga”, que deve “deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações”⁴.

Para facilitar a análise dos editoriais, eles foram enquadrados em categorias analíticas referentes às suas características. Buscou-se destacar a empresa; o título, que, conforme Beltrão (1980), pode apresentar a tese da publicação sobre o acontecimento, assim como o subtítulo; menção ao referente, isto é, a descrição que é feita de Marielle Franco e o tipo de menção à vereadora para reconstituir sua subjetividade. Incluiu-se ainda menções a outros atores e acontecimentos, como à intervenção federal na cidade da vítima.

No editorial “Assassinato no Rio: Governo brasileiro deve esclarecer o quanto antes a morte de Marielle Franco”, o *El País Brasil*⁵ destaca a necessidade de o crime ser rapidamente elucidado. Para a publicação, é um crime político “sem comparação na história recente do Brasil”, que afeta diretamente uma liderança que atuava em defesa dos direitos humanos e contra abusos policiais no enfrentamento à criminalidade. O texto também pontua que o crime é especial por três razões centrais. A primeira: significa um revés para o governo federal, tendo em vista que a cidade estava sob controle do Exército. A segunda razão é a simbologia do ataque contra ativistas pró-direitos humanos, que transmite “uma mensagem de medo à população”.

Sobre Marielle, cita que ela tinha 39 anos e foi a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro. Também enuncia que “Marielle se tornou

³ ESTADÃO. Manual de redação. Estadão, 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais>>. Acesso em 30 set. 2018.

⁴ O GLOBO. Princípios editoriais das organizações Globo. G1, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacaoes-globo.pdf>>. Acesso em 30 set. 2018.

⁵ EL PAÍS. Assassinato no Rio. El País, 2018, Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/opinion/1521307422_384946.html>. Acesso em: 1 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

muito popular por suas documentadas denúncias contra abusos policiais”. Menciona o PSOL, a favela da Maré, o governo federal, o Exército, as eleições presidenciais e a Polícia Federal.

Por fim, enfatiza a possível ligação de policiais com o crime, chamando a atenção para o fato de que a munição que atingiu Marielle era procedente de um lote adquirido em 2006 pela Polícia Federal. Com isso, deixa evidente que a comprovação de que forças militares e paramilitares estariam ligadas ao caso “significaria graves problemas à Administração poucos meses antes das eleições presidenciais”. A tese é de que o governo federal deve esclarecer o caso com celeridade e justificar suspeitas de envolvimento de policiais com o assassinato.

Em “O assassinio da vereadora: É preciso celeridade para encontrar e punir os responsáveis por esse crime que chocou o País. Até lá, contudo, é preciso que haja, em igual medida, serenidade”, o *Estadão*⁶ apresenta como tese que a morte de Marielle não pode ser ignorada, mas também não deveria ganhar mais notoriedade do que os assassinatos a policiais que ocorrem todos os dias. A publicação destaca que “chegaram a 27 os PMs mortos no Estado do Rio somente neste ano — no ano passado, foram mais de 130 — e nenhum deles teve a notoriedade *post mortem* da vereadora Marielle”.

Classifica de discurso oportunista qualquer sugestão de que o crime tenha caráter político, alegando que o inquérito está em andamento. Menciona o PSOL, mas reporta-se ao PT especificando lideranças que desejariam se apropriar do caso para benefício político: “PT tratou logo de explorar o caso”; “Lula da Silva, um corrupto condenado”; a “presidente cassada Dilma Rousseff”; a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), que “subiu à tribuna da Câmara para dizer que Marielle foi assassinada por ‘uma bala azeitada pelo golpe que este parlamento deu à democracia deste país’”. O texto ainda destaca o papel do “secretário nacional de Segurança Pública, general Carlos Alberto dos Santos Cruz” e da “reação das Forças Armadas e da polícia do Rio”, bem como do “empenho pessoal da procuradora-geral da República” para a investigação do caso.

⁶ ESTADÃO. O assassinio da vereadora. Estadão, 2018. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-assassinio-da-vereadora,70002230783>>. Acesso em: 30 set. 2018.



Crítica atores políticos e intelectuais que definiram o caso como crime político e diz que qualquer tentativa de fazer ilações antes da conclusão do inquérito “favorece apenas os inimigos da democracia”: “Na disputa que esses inconformados travam contra as instituições nacionais, Marielle é mero pretexto”. A respeito de Marielle, a publicação menciona seu “trabalho na Câmara do Rio de Janeiro em defesa dos direitos dos moradores de favelas e comunidades carentes”, mas enfatiza que era uma “personagem que até seu trágico assassinio era desconhecida da maior parte do País”.

Único artigo com título em formato de pergunta, “Quem matou Marielle?” da *Folha de S.Paulo*⁷ aproxima-se das *hashtags* no Twitter que cobram uma explicação para o assassinato, acrescentando, na linha de apoio, que o crime “atinge instituições e bandeiras”. A *Folha* enfatizou que o assassinato “transcende a rotina de atrocidades cotidianas na qual se inscreve para se projetar, em sua brutalidade e carga simbólica, como um clamor contra a barbárie instalada em setores inteiros da sociedade brasileira”.

Como antídoto ao que chama de teorias conspiratórias, o jornal defende que haja investigação e pronta resolução do caso. A tese da publicação é de que as autoridades precisam cumprir a promessa de identificar prontamente os culpados pelo crime, evitando máculas às instituições e à intervenção militar no Rio. Cita a existência de executores e mentores do crime, dando crédito à versão de crime premeditado, principal linha de investigação da polícia. O texto menciona ainda PSOL, favela da Maré, Forças Armadas, o presidente da República e o interventor na área de segurança do Estado.

A *Folha* dá ênfase à classe social e identificação racial e de gênero de Marielle, bem como suas implicações para a parlamentar em defesa de instituições, princípios e causas que foram também atingidos com o crime: “Mulher, negra, nascida na favela da Maré, chegou à universidade, formou-se em sociologia e descortinou um futuro promissor na política. Combatia a discriminação racial, militava por direitos de mulheres e da comunidade LGBT; denunciava ações ilegais de milícias e de setores da polícia”.

Em “Sectarizar morte de Marielle é um desserviço: Fazer campanha eleitoral e

⁷ FOLHA DE S.PAULO. Quem matou Marielle. Folha de S.Paulo, 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/03/quem-matou-marielle.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

qualquer tipo de proselitismo desrespeitará a vítima e causará desunião, quando é preciso unidade no combate ao crime”, *O Globo*⁸ adianta-se à investigação para atribuir a culpa pelo assassinato a “bandidos que querem mostrar poder”, relacionando o assassinato à necessidade de combate à criminalidade no Rio de Janeiro. O jornal demonstra preocupação com possível desrespeito à vereadora em caso de o caso ser abordado em campanhas, mesmo que o assassinato tenha ocorrido justamente em ano eleitoral. Sobre os protestos por Justiça, pontua que “foi um conforto perceber, em tomadas aéreas feitas quinta, no início da noite pelo *Globo News*, da aglomeração na Cinelândia, que o vermelho não era a cor predominante”, pois essa constatação é garantia de que o ato mobilizou diferentes “crenças políticas” em uma “reação do estado democrático de direito”. Entretanto, critica, o “Fora Temer” proferido por alguns manifestantes No texto, aparecem menções ainda à Polícia Federal, “inteligência das Forças Armadas”, “Polícia Civil fluminense”, “Raquel Dodge” e à “postura acertada tiveram o Congresso e o STF”.

Diante do receio de que o crime cometido em período eleitoral seja usado como instrumento de campanha ou contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, para a publicação, “fica em segundo plano o fato de Marielle ter sido vereadora do PSOL” e a quinta mais votada nas eleições. A publicação ainda minimiza a representatividade da legisladora, pontuando a necessidade de ser “relativizada a questão de a vereadora representar o trinômio ‘preta, mulher, favelada’, tão usado em proselitismos”. O texto de *O Globo* sustenta que a principal leitura do crime deve ser da necessidade de ações contra a criminalidade, em resposta ao ataque às instituições e especialmente ao estado democrático de direito, de modo que “Fosse Marielle ‘branca e rica’, a execução precisaria provocar a mesma reação do Estado e na sociedade”.

A mobilização em torno do assassinato de Marielle chamou a atenção da imprensa internacional, levando o *The Guardian* a acompanhar o caso. No editorial⁹ “O legado de

⁸ O GLOBO. Sectarizar morte de Marielle é um desserviço. *O Globo*, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/sectarizar-morte-de-marielle-um-desservico-22499032>>. Acesso em: 25 set. 2018.

⁹ THE GUARDIAN. The Guardian view on the murder of Brazilian politicians: Marielle Franco’s legacy. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/16/the-guardian-view-on-the-of-brazilian-politicians-marielle-francos-legacy>>. Acesso em: 30 set. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Marielle”, a publicação britânica pergunta no subtítulo se os clamores da vereadora serão ouvidas pelas autoridades brasileiras após a trágica morte. A parlamentar é descrita como “*a black single mother from the favelas in a field dominated by privileged white men*”, isto é, alguém que, a despeito das condições históricas desfavoráveis em seu país, conseguiu um espaço privilegiado na política institucional dominada por homens brancos.

A publicação salienta que o Brasil é o décimo país que mais mata no mundo e que a polícia brasileira foi responsável pela morte de mais de 4.200 pessoas só em 2016. “As vítimas, em ambos os casos eram desproporcionalmente pretas” (tradução minha), observa a publicação. O diário britânico afirma que a história da vereadora simbolizava uma vitória da longa luta dos movimentos sociais no Brasil, somada às forças de trabalhadores. A publicação ainda analisa que o presidente Michel Temer colocou o Exército na cidade de olho na ascensão do presidenciável capitão Jair Bolsonaro. Como tese, *The Guardian* sublinha a importância da condenação internacional do assassinato para dar apoio aos manifestantes e pressionar a Justiça. Além disso, preocupa-se com o legado da vereadora, porque a falta de resolução do caso pode reforçar a desilusão da população e a ascensão de um discurso totalitarista que só vai colocar as populações pobres em situação de mais vulnerabilidade à violência.

Considerações finais

Publicados poucos dias depois do assassinato de Marielle Franco, os editoriais refletem diferentes anseios, que vão desde a preocupação com a impunidade sobre o caso, passando pelo receio de uma escalada de ataques aos direitos humanos até o risco à manutenção de ação adotada pelo governo Michel Temer para deter a criminalidade. Apenas os editoriais de *Estadão* e *The Guardian* não mencionam o nome de Anderson Gomes, a outra vítima do crime. *Estadão* e *O Globo* deixam de fora de sua argumentação a trajetória de Marielle Franco. O *Estadão* pede serenidade para evitar a disputa partidária com prejuízo à intervenção federal, e especialmente barrar discursos de lideranças do PT que equipararam como crimes políticos o assassinato de Marielle e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderança petista que pretendia disputar a eleição em



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

2018. Já *O Globo* demonstra receio pelo uso da morte de Marielle nas eleições, sobretudo pelo PSOL, acrescentando que a morte não pode ser manipulada por um grupo específico, como os movimentos de mulheres negras ou quaisquer outros que Marielle representava.

Discursos semelhantes ao do jornal *O Globo* sobre um suposto excesso de repercussão da morte de Marielle ecoaram nas redes, denotando que o silêncio e a conformidade com o caso seriam o padrão para as mulheres negras. Exemplar desse discurso foi a manifestação da desembargadora Marília Castro Neves¹⁰, mulher branca que disseminou a falsa informação de que a vereadora era ligada a grupos criminosos, acrescentando ainda que o comportamento de Marielle “ditado por seu engajamento político foi determinante para seu trágico fim”. Para a desembargadora, havia uma tentativa de “agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”.

Para Dijk (2008), é no cotidiano que os sujeitos reproduzem o racismo, interagindo e contando textos sobre o Outro. Hall (1997) percebe que na cultura compartilhamos sentidos e mapas conceituais, construídos por meio de um sistema de classificação de alta complexidade formado no contato cotidiano e na interação com os signos de nossas culturas. Para o pensador, a representação não é um processo decorrente de um acontecimento mas parte dele, não podendo ser dissociada do próprio. Ainda de acordo com Hall (1997), a língua tem papel central na representação de significados e conceitos, e compõe uma forma de pensar a cultura. As práticas de significação passam por um trabalho simbólico, no qual a interpretação é feita a partir de uma forma de compreender o mundo.

A população negra e pobre é sub-representada nas esferas de poder no Brasil, de modo que Marielle Franco era exceção em um cenário de falta de diversidade e de discursos carentes de contraponto nas esferas de poder, como destacou *The Guardian*. Crenshaw (2004) pontua que as discriminações de raça e a de gênero operam juntas para criar barreiras ao desenvolvimento de mulheres negras no mercado de trabalho e em esferas de poder. A autora identifica que mulheres de pele escura e mais pobres são as

¹⁰ JORNAL NACIONAL. PSOL acusa desembargadora no CNJ por declarações falsas sobre Marielle. G1, 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/psol-acusa-desembargadora-no-cnj-por-declaracoes-falsas-sobre-marielle.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mais atingidas pelas violações de direitos humanos em consequência direta de serem mantidas à margem dos espaços privilegiados no mercado de trabalho e na política institucionalizada.

Conforme Antolini e Rebouças (2017), apesar de a comunicação ter um papel central na sociedade da informação, ainda não é uma ferramenta capaz de garantir a ampliação da discussão sobre os direitos humanos e, por conseguinte, a plena cidadania. “Longe disso, as discussões acerca dos direitos humanos e do pleno exercício da cidadania ainda precisam encontrar mecanismos para garantir sua efetivação mundo afora” (ANTOLINI; REBOUÇAS, 2017, p.188). O acontecimento Marielle Franco mobilizou os atores sociais, nas ruas e nas redes, possibilitando que a mídia também pautasse esses atos e os temas e as reivindicações que reverberam deles.

Os editoriais citam a trajetória de Marielle em defesa das mulheres e LGBTs, mas evitam citar que a parlamentar era lésbica e mãe. A determinação dos papéis sociais dos indivíduos pelas instituições por meio da naturalização da noção de sexo é observada por Butler (2003), que denuncia uma ordem compulsória ligada à heterossexualidade na qual se estabelecem as relações binárias de sexo, gênero e desejo. Essa ordem causa opressão e silenciamento. Bell Hooks (2015) pontifica que a falta de liberdade e a condição social da pobreza que marcam a vida de mulheres não podem ser invisibilizadas em discursos homogêneos, que tentam igualar opressões, sob pena de incorrer em uma operação de isolamento das mulheres mais afetadas pela discriminação de classe e racial ou étnica. Para a teórica norte-americana, as mulheres mais expostas à opressão usam as próprias experiências para entender e resistir às violências do patriarcado em suas condições específicas. Notadamente esse é o caso de Marielle, e, por isso, chama a atenção a tentativa de minimizar a trajetória política e de vida da parlamentar, especialmente nos editoriais de *O Globo* e *Estadão*. Essa escolha insere-se em um discurso de contrafluxo à luta sistemática contra a opressão e invisibilização de mulheres negras no Brasil.

Imersos no contexto político brasileiro, os editoriais de *O Globo*, *Estadão*, *Folha de S.Paulo* e *El País* dedicam-se mais a pregar cautela à população — como que temendo as manifestações em profusão naqueles dias —, além de tentarem projetar os resultados



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do assassinato para os governos federal e do Rio de Janeiro, demonstrando a situação de fragilidade das instituições. É o editorial do estrangeiro *The Guardian* que mais dedica espaço e busca refletir sobre o legado de Marielle, pensando a relação da trajetória da parlamentar com o Brasil, e evidenciando o nosso passado marcado pelo racismo e a violência que também alcançaram a vereadora. Mais livre da obrigação de defender as instituições brasileiras, avalia como a morte pode repercutir na vida dos brasileiros que ela representava na Câmara do Rio. Assim como realça a trajetória de Marielle, *The Guardian* é o único que faz relação com a ascensão de Jair Bolsonaro, entendendo a subida como um movimento simbolicamente alinhado ao assassinato de uma liderança que defendia os mais pobres, negros, LGBTs e favelados, porque são os mesmos grupos que o influente político publicamente despreza.

O caso Marielle Franco impõe-se no contexto de intervenção federal na Segurança do Rio de Janeiro e mobiliza a experiência individual e coletiva de mulheres, pessoas negras, LGBTs e que moram em favelas. O assassinato é capaz de despertar emoções destes grupos, mas também sensibiliza atores sociais que são mobilizados ou afetados pela criminalidade e pela luta em defesa dos direitos humanos no País. A análise do editoriais auxilia a entender a apreensão pública da figura de Marielle Franco e como sua constituição como agente social desperta paixão imediata após sua morte, capaz de transformar o acontecimento em espetáculo midiático com possibilidade de enfoques variados.

Instaurado na memória coletiva, o caso mobiliza diferentes grupos da sociedade em torno de problemas públicos, como a insegurança e a defesa dos direitos humanos, além da situação do povo negro brasileiro e da violência contra a mulher. A pluralidade de experiências que a trajetória da vereadora mobiliza ajuda a explicar a gigantesca repercussão de seu nome mesmo após sua morte. No entanto, os editoriais de jornais brasileiros mostram-se obsedados com a defesa das instituições e da intervenção militar no Rio, perdendo a oportunidade de aprofundar a leitura do caso. A exceção é o estrangeiro *The Guardian*, que enquadra o caso Marielle no bojo de desigualdades de gênero, raça e classe contra os quais Marielle Franco lutava e que seguem vivos no Brasil.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências

ANTOLINI, M. A.; REBOUÇAS, E. Comunicação, Direitos Humanos e Cidadania: territorialidades que se entrelaçam. In: REIS, R.; ZANETTI, D. (Org). **Comunicação e Territorialidades: Poder e cultura, redes e mídias**. Vitória: Edufes, 2017.

BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Revista Caleidoscópio**. V. 1, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento raça e gênero**. Brasília Unifem. 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. Vozes do impeachment. In: MATOS, Heloiza (Org.) **Mídia, eleições e democracia**. Editora Página Aberta: São Paulo, 1994, p.159-189

HALL, Stuart. **Representation Cultural Representations and Signifying Practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HOOKS, Bell. Mulheres negras moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Jan. – Abr. 2015. Tradução de Roberto Cataldo Caldas.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco (org). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista da Intercom RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. In: **Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura**. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, p. 41-58, 1º sem. 2011.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, S.l. , n. 10, 2013.



Reflexões sobre a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo

Jessica Gustafson¹

Resumo: O presente artigo discute as possibilidades de construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo e as suas características a partir do trabalho realizado por um portal independente de jornalismo feminista. Reflete-se sobre as potencialidades de ampliar a ideia de especialização/segmentação da atuação, comumente chamada de jornalismo especializado, para se tornar uma proposta transversal presente no tratamento de todos os conteúdos. A iniciativa estudada demonstrou estar perpassada pela reflexão constante sobre o fazer jornalístico a partir da necessidade encontrada de construção cotidiana de novos referenciais que alicercem as práticas jornalísticas para a superação das abordagens hegemônicas da mídia tradicional

Palavras-chave: Jornalismo Independente; Feminismo; Estudos de Gênero; Práticas Jornalísticas

Introdução

O ponto de partida para a discussão é o trabalho realizado historicamente pela imprensa feminista no Brasil, entendendo o atual momento como uma nova fase de articulação entre o jornalismo e o feminismo. Se no século XIX, a atuação das feministas na imprensa teve como objetivos primordiais a circulação de suas críticas sobre a condição das mulheres e a busca por mais participação nas lutas do movimento na época, no século XX, o olhar também se volta para a mídia, mas principalmente na contestação dos estereótipos que estão presentes nela. A maneira como são representadas, reforçando os papéis atribuídos ao seu gênero ganham atenção. A partir deste descontentamento, elas defendem “a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1).

Neste contexto é que se podem notar os motivos da aproximação do movimento feminista com a mídia alternativa. Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010) identificam a ideia de mídia alternativa como aquela surgida no Brasil nos anos de 1960,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Jornalismo pelo PPGJOR. Bolsista Capes. E-mail: je.g.costa@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

durante o regime militar, mas que permanece ao longo das décadas relacionada aos movimentos sociais, defendendo o direito à comunicação e à expressão das minorias sociais, figurando como parte integrante de suas lutas por cidadania. As pesquisadoras especificam:

[...] compreende-se a mídia alternativa a partir do seu caráter contra-hegemônico e dos parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se refere às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias. Em outros termos, está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 3).

Embora os cenários políticos sejam distintos, atualmente o enfrentamento aos retrocessos conservadores presenciados nos últimos anos se soma a luta contra a histórica desigualdade que permeia a vida das mulheres e se refletem no surgimento de portais de jornalismo alternativo que apostam na perspectiva de gênero. Eles são entendidos como integrantes de um novo momento político de contestação dos valores e hierarquias sociais e da chamada “Primavera das Mulheres”, iniciada em 2015. As críticas ao papel da mídia hegemônica na cristalização dos estereótipos também continuam fazendo parte desta articulação, pois “nota-se um tratamento recorrente dos meios de comunicação que confirmam um maior protagonismo masculino e a tendência à invisibilidade das mulheres” (ROCHA, WOITOWICZ, 2013, p. 12). São exatamente as características contra-hegemônicas das organizações feministas que são potencializadas nas mídias alternativas, figurando como resistência às abordagens tradicionais e produzindo novos sentidos.

A partir da compreensão de que o jornalismo é uma das instâncias que inscrevem nos corpos as normas que devem ser seguidas, incluindo as de gênero e sexualidade (LOURO, 2008), entendo que nos últimos anos a imprensa tem dado destaque às temáticas de gênero e sexualidade, refletindo uma mobilização mais ampla da sociedade e, principalmente, dos movimentos feministas. Por outro lado, esta atenção pontual parece esconder uma premissa importante, que é o fato do jornalismo falar sobre gênero, raça e sexualidade sempre, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos desde sempre



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

generificados, sexualizados e racializados, como afirma Judith Butler (2015).

A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas porque, para lembrar Joan Scott (1990), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder². Como pressuposto teórico, parto do trabalho desenvolvido por Marcia Veiga da Silva (2014) que, ao realizar um estudo de *newsmaking* na redação de um telejornal, constata que o jornalismo tem gênero – o masculino. De acordo com a autora, a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevaletentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades.

Para este artigo a reflexão é construída a partir de um estudo de caso (YIN, 2005) realizado durante a minha pesquisa de Mestrado, defendida em junho de 2018, em que foi analisado o trabalho de cinco jornalistas integrantes de um portal independente de jornalismo feminista, criado em 2016 no Sul do País. As técnicas utilizadas para a realização do estudo foram a observação participante com o acompanhamento do processo de construção de pautas e a aplicação de entrevistas em profundidade. Em decorrência da opção pelo anonimato das jornalistas e do nome da plataforma, a iniciativa será chamada de *Portal de Notícias Feministas* e o nome das interlocutoras alterado.

A perspectiva norteadora do Portal de Notícias Feministas

A ideia das fundadoras foi desenvolver um portal que pudesse ser um guarda-chuva que abarcasse a produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre gênero, principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais. Em sua linha editorial, o portal se define como um veículo de

² Esta maneira de entender o gênero e sua ligação com o poder se refere a uma visão ocidentalista e localizada, mas que entendemos ser potente para compreender a generificação presente no contexto atual. Algumas teóricas (OYEWUMÍ, 2004; LUGONES, 2008; 2014) entendem o gênero como uma herança do processo colonizador moderno e defendem a posição de que em comunidades pré-intrusão (antes da colonização) as formas de significar as relações de poder e sociais não apresentavam a centralidade do gênero, mas sim na idade cronológica, por exemplo.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

jornalismo especializado em gênero, que tem como objetivo produzir conteúdo jornalístico, com perspectiva feminista, na área de direitos humanos e com enfoque no direito das mulheres. O portal se identifica como feminista, pretendendo o diálogo com as diversas linhas teóricas e políticas do feminismo, mediando suas abordagens diante da realidade.

Dentro da compreensão ética do exercício profissional do jornalismo, define-se como uma “unidade ativista do jornalismo enquanto direito e do feminismo enquanto estratégia de ação para a superação desta sociedade que ainda reserva lugares para as mulheres” (PORTAL DE NOTÍCIAS FEMINISTAS, 2017, S/N). Ao trazer para a definição do portal a palavra “gênero”, termo em disputa atualmente e que tem sido constantemente atacado por setores conservadores da sociedade, as jornalistas demonstram o viés político da empreitada e o engajamento na disseminação do sentido que tem sido defendido ao longo de décadas pelo movimento feminista. A demarcação da perspectiva também está relacionada a uma crítica às falhas do campo do jornalismo detectadas por elas, a partir da consideração de que o jornalismo em si deveria ter perspectiva de gênero, sendo assim, não deveria precisar ter uma especialidade para garantir esse olhar.

A ideia de enquadrar o portal como jornalismo com perspectiva de gênero veio de Patrícia no intuito de ampliar as abordagens e não restringi-las, sendo bastante dialogada com as outras integrantes do coletivo. De acordo com ela, o contato das jornalistas era principalmente com o movimento das ruas e não diretamente com a academia – cabe destacar que essa divisão não é definitiva e as fronteiras entre academia e movimento social são permeáveis, existindo o diálogo e o compartilhamento de uma matriz de entendimento, como é possível notar nas explicações de Patrícia. A motivação, então, foi trabalhar dentro desta especialidade, que seria o enfoque de gênero nas pautas jornalísticas, como explica a jornalista:

Lembro que a gente discutiu muito o conceito, somos especializado em que? Surgiram as palavras gênero, feminismos, que eu já tinha captado de dentro do movimento que a gente nunca pode falar no feminismo, mas em feminismos, porque traz a pluralidade que o movimento tem. E também para as pessoas



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ficarem, o que é feminismo? O slogan da perspectiva de gênero foi uma coisa bem pragmática que aconteceu. Não foi uma coisa que a gente estudou, mas na época estava se falando muito na questão do gênero na escola, até hoje, já estava esse embate na sociedade. **Tudo que é ligado à gênero é ruim para os conservadores, quando se fala em gênero cria-se todo um estigma, então a gente quis trabalhar, ressignificar isso** para a sociedade, trazendo essa perspectiva que está na academia, mas que também de alguma forma está nas ruas (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Ao trazer para a definição do portal a palavra “gênero”, termo em disputa atualmente e que tem sido constantemente atacado por setores conservadores da sociedade, elas demonstram o viés político da empreitada e o engajamento na disseminação do sentido que tem sido defendido ao longo de décadas pelo movimento feminista. Para Patrícia, a demarcação da perspectiva também está relacionada a uma crítica às falhas do campo do jornalismo detectadas por elas, a partir da consideração de que o jornalismo em si deveria ter perspectiva de gênero, sendo assim, não deveria precisar ter uma especialidade para garantir esse olhar. *“Mas aí a gente colocou isso no slogan para dizer: a gente tem, tá”* (PATRÍCIA, 2018, S/N).

Em alguns encontros com Raquel, conversamos sobre esse assunto e ela me trouxe uma questão interessante sobre a necessidade de pensar em reformular a proposta do portal, pois a maneira como se definiam no início não parece ser a mesma após quase dois anos da construção da proposta. A questão está relacionada a tratar a perspectiva de gênero como uma especialidade do jornalismo e em oposição ao chamado jornalismo feminino, uma forma de especialização jornalística principalmente no seguimento de revistas e historicamente voltado para o público de mulheres, mas sem posições políticas muito demarcadas. Na compreensão de Raquel, o jornalismo que elas praticam transborda a ideia de especialidade:

Em princípio era jornalismo raiz, feminismo amplo e vamos trazer a fonte, vamos trazer a pauta, e vamos ver no que dá. Era a fonte, a pauta, entrevistar mulheres, esse universo, e o jornalismo como a gente acredita que ele é ou como a gente aprendeu ou a utopia - não dá para a gente chegar até lá, mas a gente se esforçar pra chegar até lá. Porque se o jornalismo fosse jornalismo como a gente aprende na cátedra ele ia respeitar as questões de gênero, ele iria equilibrar esse diálogo. A premissa básica do jornalismo é o Direito Humano ou não? (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Ao tratar da superação da pauta e a fonte, entendo que Raquel está percebendo que o jornalismo que elas estão realizando não está limitado a cobrir apenas as pautas do movimento feminista, como os eventos e atos, mas também sobre questões que sempre foram invisibilizadas de modo geral e que não estão presentes na mídia hegemônica. Além disso, mesmo as pautas mais presentes no jornalismo tradicional podem ser contempladas no portal, mas sob outra perspectiva.

Interpreto que o incômodo da jornalista sobre enquadrar o portal em um seguimento do jornalismo especializado é direcionado à característica desse tipo de conteúdo, voltado para a tematização de assuntos e interesses destinados a grupos mais específicos da sociedade. A definição de quais pautas devem ser contempladas por um jornalismo feminista é complexa, pois todos os assuntos que circulam na sociedade impactam a vida das mulheres e, por isso, são temas que merecem ser tratados ou se enquadrariam no interesse das mulheres. Igualmente, as temáticas de gênero não devem ser consideradas como assuntos voltados apenas às mulheres e, sim, à sociedade de forma mais ampla, sendo direcionadas, pelo menos intencionalmente, a um público mais variado.

De forma mais aprofundada, deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de uma lógica masculinista (VEIGA DA SILVA, 2014), mantendo os homens no estatuto de sujeito universal. A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero resulta na invisibilização dos impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. Por exemplo, se existe um aumento da pobreza no País, é importante que se dê destaque a feminização da pobreza, fenômeno que ocorre no mundo. As mulheres costumam ser as mais pobres entre a população pobre. Na cobertura de um pleito eleitoral, pode-se destacar não só a baixa representatividade de mulheres no âmbito político, assim como os motivos e impactos sociais dessa configuração, mas também o assédio sofrido dentro dos espaços políticos pelas mulheres que conseguem ocupá-los. Da mesma forma, as articulações de raça e classe precisam ser contempladas na perspectiva de gênero das matérias



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

jornalísticas. Um indicativo explícito dessa necessidade são os recentes dados sobre feminicídio, que apresentou queda entre as mulheres brancas, mas aumento entre as mulheres negras.

Compreendo que é essa perspectiva que Raquel está querendo demarcar ao dizer que o jornalismo com perspectiva de gênero ultrapassa a fonte, a pauta e a ideia de especialidade, tornando-se uma perspectiva transversal - formulação que foi construída com o tempo, com a experiência que elas tinham do movimento de mulheres e com a ideia de jornalismo que queriam.

Fui questionada uma vez: mas se é perspectiva de gênero onde estão as masculinidades? Eu assim: mas a perspectiva de gênero nós trabalhamos equidade, tá lá no nosso editorial, **as masculinidades tem mais espaço na mídia tradicional, são tratadas. Então, na ideia de equidade, o gênero pra gente vai estar ligado ao feminino.** Tanto que a gente vai trazer as mulheres trans, nós estamos discutindo gênero. Não vamos trazer os homens trans? Sim, vamos. Mas assim, balizado nessa perspectiva de que a gente está discutindo o não-hegemônico, não os cis. A masculinidade cis, enfim. Tudo isso eram coisas que a gente precisava estudar com mais afinco (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).

Entre essas definições, a transversalidade que Raquel aborda está relacionada também à possibilidade de ser um espaço de narrativas construídas por mulheres, que foram historicamente minoria no registro da história e da atualidade. Esse olhar que difere da perspectiva masculinista, mas que não é um jornalismo especializado em mulheres, parece indicar a tentativa de trazer outros pontos de vista para a construção da realidade e, no que se refere ao jornalismo, a partir de práticas distintas. *“Porque se a gente acredita que está no patriarcado, acredita que as mulheres são instruídas de um jeito e os homens de outro, é obvio que a gente vai ter uma prática distinta”* (RAQUEL, 2018, S/N).

Porque eu acho que na medida em que a gente se empodera, tem muita gente que não gosta desse termo, mas na medida em que a gente se empodera dessa coisa de “eu escrevo, eu escrevo uma coisa massa e eu posso publicar o que escrevo”, porque com todas essas barreiras, eu também crio uma segurança, uma autoestima de também produzir, de melhorar essa narrativa, de transformar ainda mais essa narrativa. **Que não é na perspectiva do masculino, mas que também supera essa perspectiva atual de feminino** (RAQUEL, em entrevista, 14/03/2018).



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O entendimento de que as práticas do jornalismo são masculinistas leva Raquel a considerar que suas práticas apresentam diferenças, mas ela também não defende que estejam praticando um jornalismo que poderia ser chamado de feminino, embora demonstre valorizar as possibilidades de construir novas narrativas a partir desse olhar. Interessada em saber um pouco mais sobre a perspectiva que dirige as suas abordagens, pergunto para Vivian se a perspectiva de gênero influencia na sua maneira de fotografar. A fotógrafa me responde que não modifica muito, pois as temáticas que são fotografadas já estão direcionadas para o feminismo, como as manifestações e encontros feministas, mas que existe um “olhar feminino” na busca pelas pautas.

Noto que as duas falas apresentam entendimentos diferentes sobre o trabalho que é realizado, contudo, estão perpassadas por uma ideia que associa diretamente o feminino às mulheres, podendo levar a uma desconsideração de que muitas vezes as mulheres têm práticas masculinistas. A inclusão de mulheres no jornalismo, que já são 64% na composição das redações do País, não impactou diretamente nas práticas jornalísticas, como foi abordado nos capítulos anteriores, e a perpetuação de um enfoque normativo sobre as questões de gênero continua nos conteúdos veiculados pela imprensa.

Se não há reflexão sobre as assimetrias e relações desiguais de poder entre o masculino e o feminino, as mulheres e homens tendem a reproduzir os valores que circulam na sociedade. O que observo nas práticas e conteúdos produzidos pelas jornalistas do *Portal de Notícias Feministas* não é apenas olhar feminino, mas uma proposta de olhar feminista, que percebe as desigualdades de gênero e as relações de poder implicadas na desvalorização do feminino em todas as esferas e busca formas para superá-la.

Em uma matéria escrita por Ângela, é possível perceber mais nitidamente a forma como a perspectiva de gênero perpassa o texto. Publicado no dia 26 de janeiro de 2018, o texto trata da mobilização em Porto Alegre no dia do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em 24 de janeiro de 2018. A jornalista explica que pensou em ver a partir do olhar do movimento, sendo a primeira coisa que definiu. Diz que cada uma delas tem uma característica, que a sua é “(...) *conversar mais com o pessoal de*



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

baixo. Eu sou muito dessas, de saber quem são as pessoas, de saber o que levou elas para vir aqui. No momento da caminhada eu já vou pensando assim”. É neste contexto que surge a voz de Dona Maria, 76 anos, única fonte escutada na reportagem, e escolhida por simbolizar os sentimentos que motivavam as pessoas a participar do ato.

Obvio que eu vou na perspectiva de mulheres. Eu sempre seleciono. Pode ter um homem com uma boa história, só que não é o momento. Pode ser que seja uma boa história em outro canal. Eu seleciono mesmo. E naquele momento me despertou aquela senhora, que na minha visão simbolizava o que estava acontecendo ali. O que eu queria passar. Quando a gente conversa com essas pessoas que são anônimas, que não são pessoas acostumadas a dar entrevista, primeiro eu vou conversando de forma mais informal. Mas quando você fala se poderia, a primeira coisa é a pessoa dizer: ah, mas eu não tenho nada de interessante para dizer, por que eu, fale com alguém mais importante. Tipo, essa senhora: ah, mas aquela é a líder do movimento. Eu disse, mas não, eu quero falar com a senhora. Então, isso eu já peguei de algumas mulheres que são liderança e a partir do momento que tu vai entrevistar, “olha eu quero uma fala tua”, elas direcionam para um homem ou para uma outra pessoa. Elas não se veem enquanto atrizes daquele momento e a importância delas falarem. Isso me instiga muito. **Se eu não tivesse esse olhar de cuidado de que eu penso que entrevistar uma mulher, aquela mulher que passou falando ia passar despercebida.** E perceber que a aquela mulher anônima, aquela mulher que passou despercebida pode ser que seja quem vai te dar o gancho da matéria (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A forma como Ângela justifica as suas escolhas revela que a perspectiva realmente ultrapassa a escolha das fontes, não apenas colocando as mulheres para falar sobre temas que não são costumeiramente atribuídos a elas, mas apostando que a valorização da voz de mulheres anônimas, sobre qualquer temática, também atua no sentido de trabalhar com o protagonismo das mulheres e na capacidade que elas têm de significar e interpretar as situações em que estão inseridas, trazendo a visibilidade de pontos de vista ocultados cotidianamente pela grande mídia.

Nesta reportagem em específico, Dona Maria não é apenas a fonte, mas é a partir de seu olhar e suas motivações que as mobilizações relativas ao julgamento do ex-presidente são contadas. Para a jornalista, o texto, que foi escrito em primeira pessoa, narrando o encontro da jornalista com a Dona Maria, também representou uma transgressão à forma padronizada defendida para a estrutura da matéria jornalística, como a construção do lead. Ângela considera que o jornalismo padroniza muito a forma de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

escrever e que os jornalistas escrevem de formas distintas: “*eu gosto de por sentimentos*”, ressalta.

Considerando o jornalismo que praticam enquanto um projeto em construção, a jornalista Glória afirma que é um exercício diário de experimentação e destaca como mérito da proposta do portal ser um espaço para o exercício do fazer jornalístico, uma espécie de laboratório, para que todas possam amadurecer juntas. Como algumas das jornalistas nunca trabalharam em redação de jornal antes, ela diz que o portal também é um espaço de aprendizado, de construção coletiva, até mesmo para estudantes que estão publicando matérias na plataforma.

Quando o portal foi lançado, uma demanda represada de conteúdos diversos chegou até elas, que precisavam “*ter experimentada a perspectiva de gênero no tratamento*”. A vontade de trabalhar também com reportagens acabou sendo um pouco prejudicada pela demanda cotidiana intensa. Assim, algumas pautas mais aprofundadas acabam sendo um pouco atrasadas pelas notícias, caracteristicamente mais factuais. Ângela relata que existe uma tentativa de acompanhar as pautas no âmbito da cidade, estaduais e nacionais. “*O que nos incomoda bastante é que a gente não consegue ter a periodicidade necessária de um jornal hegemônico, que foi a proposta do portal, que entrou para isso, para ter uma periodicidade. Mas os nossos passos não alcançam*”.

A partir do momento que tiveram contato com a multiplicidade e quantidade de pautas, diversos questionamentos surgiram, como explica Glória:

Ok, em uma pauta política como que a gente vai tratar? **Quais são os cânones jornalísticos que a gente vai manter nos processos de fonte, de seleção de informação, de edição? E o que a gente não vai manter?** E isso nas mais diversas áreas. Então, é um exercício que a gente ainda faz. (GLÓRIA, em entrevista, 22/02/2018).

Em relação aos dilemas cotidianos, Glória diz que se questiona sobre até que ponto elas estão mantendo as estruturas na apuração, nas fontes e no texto. Em uma conversa com Raquel, ela me conta que suas escolhas são muito intuitivas, não estando relacionadas com teorias e que procurou o Mestrado exatamente para tentar entender teoricamente o que elas estão fazendo, finalizando com a pergunta: “*será que realmente*



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

promovemos uma ruptura?”. Entendo que essa é uma reflexão importante para as integrantes, considerando que suas práticas estão em constante construção.

Por outro lado, observo também que existem valores que elas enxergam no jornalismo que lhes são bem caros e até um pouco idealizados, como fica nítido na expressão “jornalismo raiz”, utilizado por Raquel e repetida por Ângela, ao demarcar o posicionamento delas presente na construção da notícia, ao contrário da mídia hegemônica que tenta camuflar suas posições, e o olhar humano que direcionam no tratamento das pautas:

É colocar em prática o que eu aprendi na universidade. Acho que é um jornalismo, não sei se humanista é a palavra, mas é tendo esse olhar humano. É um jornalismo que respeita, que entende e que traz temas que vão além do que é tratado na grande mídia. Tem uma diferença nesse jornalismo. Não sei se eu consigo definir, mas é um jornalismo de respeito, um jornalismo humano, **que tem uma outra perspectiva e uma coisa que acho bacana é que a gente não esconde, não precisa a gente passar o tom de neutralidade. Não é essa a nossa intenção. A gente tem um posicionamento e isso não precisa vir escrachado, com frases, que nem a gente usa no movimento sindical, com jargões, mas ele na própria construção da matéria você percebe que construiu a partir de uma perspectiva que a gente tem.** Diferente da mídia comercial, da mídia hegemônica, que já quer se distanciar disso. A gente quer dizer que tem um lado, mas isso não impede da gente exercer o jornalismo na raiz (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

A escolha pela especificidade da notícia na definição do Portal também é perpassada por esse ideal do jornalismo raiz, como na resposta de Raquel sobre o assunto: “[...] e aí eu vou te dizer que é o tesão do jornalismo, que eu acho que é uma coisa que também junta a gente. A gente é muito bola de fogo, se deixar a gente, de falar fico arrepiada, a gente faz isso o dia todo”. A adrenalina que o trabalho jornalístico gera é um dos componentes compartilhados com a comunidade profissional, assim como a capacidade de reconhecer as faces obscuras contidas em uma situação, o famoso “faro” que se refere a uma perspicácia noticiosa, como destaca Tuchman (1999), e presente em uma das falas de Ângela na apuração de uma matéria: “*Vou tentar falar em off com advogada e ver se o meu faro tá correto*” (DC, 24/11/2017).

Essa forte identificação profissional, por outro lado, parece levar a uma busca por compreender quais são as boas práticas do campo, situadas em oposição ao jornalismo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

comercial, realmente pouco abordadas dentro e fora da academia. Raquel afirma várias vezes que quer entender o que é o bom jornalismo, o “jornalismo maneiro”, porque ainda não sabe. *“Esse bom jornalismo eu acho meio falcatrua. O que é o bom jornalismo? Eu não sei o que é o bom jornalismo, não sei. Quem sou eu pra dizer o que é o bom jornalismo. Qual é o critério né?”* Ao longo desses quase dois anos de trabalho na plataforma, muitas respostas talvez não tenham sido facilmente encontradas pelas jornalistas exatamente porque é difícil achar uma definição do que é o bom jornalismo, o qual elas se propõem a fazer.

O questionamento de Eduardo Meditsch (2001) sobre como diagnosticar um organismo se não se tem claro como ele deve funcionar é pertinente para se refletir sobre as novas iniciativas jornalísticas. Na cátedra, como é possível notar nas falas das jornalistas do portal, ainda é defendida uma proposta idealizada do jornalismo, compartilhada também pelos profissionais, com um papel relacionado à formação da opinião pública, ao atendimento do interesse público e à vigilância dos poderes, oriunda da antiga imprensa de opinião. O discurso de autolegitimação do jornalismo, como destaca Wilson Gomes (2009), além de configurar a identidade da corporação, tem a tarefa de convencer a sociedade de que sua existência é imprescindível para as sociedades democráticas “justamente porque é capaz de servir ao interesse público” (GOMES, 2009, p.70).

Contudo, na prática, o jornalismo comercial opera de forma muito próxima a qualquer outra empresa capitalista, atendendo aos interesses dos anunciantes, das fontes privilegiadas e de uma suposta audiência. O mercado das informações modificou completamente as práticas, mas o imaginário sobre a função do campo se mantém o mesmo, a partir de uma “estranha e inquietante inércia discursiva” (GOMES, 2009, p. 76).

Esse paradoxo dificulta a busca por definições sobre como deve funcionar esse outro tipo de jornalismo, que opera em um campo simbólico contra-hegemônico, sendo abertamente posicionado, mas não se comporta como uma assessoria de imprensa do movimento social, e que não se enquadra na lógica do mercado de notícias. Como



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

podemos notar na fala de Glória, as indefinições as “*obrigam a fazer diariamente esse exercício de delinear o que é o fazer jornalístico, quais são as pautas que a gente publica, o que são os procedimentos mesmo de construção das matérias. Então é extremamente rico, sim*” (GLÓRIA, 2018, S/N).

Considerações finais

Como tentei destacar ao longo desta análise, a falta de um referencial sobre como atuar em um jornalismo feminista, definido como jornalismo com perspectiva de gênero, abre para múltiplos questionamentos e dilemas, ao mesmo tempo em que leva, como foi abordado pelas jornalistas, a uma sensação de experimentação que pode ser muito rica se houver abertura para tensionar certos alicerces da profissão que não servem para se chegar a lugares distintos. Está presente, assim, a ideia de que é possível e necessário fazer jornalismo de outros modos, em oposição a sua forma hegemônica, sendo esta apenas uma das configurações possíveis, mas construída historicamente em um campo de disputa simbólica e ideológica que lhe concedeu o estatuto de modelo único - legítimo e válido.

Ao ter como enfoque a construção de uma perspectiva de gênero na prática jornalística do portal foi possível identificar alguns elementos centrais trazidos pelas jornalistas e que estão em constante reflexão, não figurando como um modelo fechado no qual elas atuam. Os cânones jornalísticos são tanto tensionados em suas críticas quanto em alguns momentos reafirmados, pois a credibilidade junto aos leitores parece demandar o atendimento a certas regras do “jornalismo raiz”.

Ao se oporem às práticas da grande mídia consideradas negativas, as jornalistas se defrontam com o grande desafio da crítica feminista, como destaca Sardenberg (2001). Tal desafio refere-se à necessidade de construção de outros princípios e práticas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente subordinados, entre eles as mulheres, pois um feminismo que destrói tudo e não constrói nada é potencialmente perigoso.

Desta forma, a proposta de realizar um jornalismo especializado em gênero, feminismo e direitos humanos, vai sendo aprofundada para se tornar um olhar



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada uma perspectiva de gênero. As jornalistas demonstram atuar a partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres e, por isso, se faz necessário trabalhar na tentativa de equilibrar as assimetrias de poder. Isso se refere ao tratamento das pautas com a valorização de vozes que comumente são invisibilizadas na mídia tradicional, ao enfoque não estereotipado e buscando a multiplicidade das fontes, mas também sobre diferentes abordagens em temáticas mais amplas, relativas à política, economia, saúde, cidade e meio ambiente, levando em consideração a desigualdade de gênero presente em todas as áreas.

Além disso, a perspectiva feminista das jornalistas demonstrou estar relacionada a construção de novas práticas jornalísticas, com a subversão da lógica masculinista do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014). O cuidado com as fontes; o contato subjetivo nas trocas com as mulheres que se relacionam com o trabalho do portal; a demonstração de desvalorização do furo jornalístico que indica a competitividade da profissão; e a valorização da colaboração e cooperação, indicaram que a proposta de uma perspectiva de gênero no campo do jornalismo ultrapassa não só a escolha das fontes e das pautas, mas também o próprio conteúdo, refletindo em uma ressignificação do fazer jornalístico.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** - Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v, 19, n.2, Campinas: Unicamp, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação**: ferramentais para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. Florianópolis, 2001. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. **Representações de Gênero na**



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? [p.89-120]. In: COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília. (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: UFBA, 2001.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas [p. 74 a 90]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo:** modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e ativismo midiático:** o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Sexualidade feminina como caso de polícia: o Relatório Hite em *Veja* e *Movimento*

Laura Ferreira Guerra¹

Resumo: O artigo tem como objetivo investigar o papel do jornal *Movimento* e da revista *Veja* nos episódios de lançamento e censura da obra *O Relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina* durante a ditadura militar no Brasil. Realiza-se uma pesquisa documental tendo vista o caráter histórico dos periódicos analisados, assim como uma leitura discursiva dos produtos jornalísticos de *Movimento* e *Veja*. Este estudo conta com aportes teóricos de Michel Foucault (1984, 1988) e Marilena Chauí (1988) sobre a temática da sexualidade. Sobre visibilidade e interesse público, baseia-se em Wilson Gomes (2008) e Maria Helena Weber (2017) e, para caracterizar as linhas editoriais de cada periódico, trabalha-se com as contribuições de Carlos Azevedo (2011) e Maria Fernanda Lopes Almeida (2009).

Palavras-chave: Sexualidade feminina; Visibilidade; Jornalismo alternativo; Jornalismo de revista; Censura.

Introdução

Este artigo propõe uma viagem no tempo para identificar como a temática da sexualidade feminina foi abordada pela imprensa durante o frágil contexto ditatorial brasileiro, mais especificamente a partir de 1978, quando a obra **O Relatório Hite: Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina** (*The Hite report on female sexuality*), de Shere Hite, chegou ao Brasil. Para tal, seleciona-se, através de pesquisa documental, quatro edições de *Movimento* e oito edições de *Veja* com foco em notícias, reportagens, cartas de leitores sobre o lançamento e a posterior censura ao livro. A leitura discursiva tem como principal objetivo perceber qual a relevância dos dois momentos específicos (o lançamento e a censura) na narrativa jornalística e se esses episódios são articulados apenas em torno do livro ou se ultrapassam o factual para uma proposta de abordagem ampla sobre a temática.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) e graduanda em História na mesma universidade. Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: laurafguerra@gmail.com



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A discussão sobre sexualidade é feita a partir das contribuições de Michel Foucault (1984, 1988) e de Marilena Chauí (1988). Trata-se também sobre a problemática do público e do privado (ARENDR, 2007) e o papel dos meios de comunicação de massa no processo de visibilidade de temas de interesse público de acordo com Wilson Gomes (2008) e Maria Helena Weber (2017). No que tange a atuação jornalística dos objetos *Movimento* e *Veja*, utiliza-se as concepções de autores como Rivaldo Chinem (1995), Anne-Marie Smith (2000) e Carlos Azevedo (2011) sobre o jornalismo alternativo de *Movimento* e Marília Scalzo (2003) e Maria Fernanda Lopes Almeida (2009) sobre o jornalismo de revista de *Veja*. Sobre o contexto ditatorial e censura, principalmente sobre censura de livros e diversões públicas nos anos de 1970, trabalha-se com Douglas Attila Marcelino (2011).

Em nome da moral e dos bons costumes: a censura ao Relatório Hite no Brasil

Embora tenha caráter científico, a obra norte-americana **O Relatório Hite**, desenvolvido por Shere Hite, tornou-se *best-seller* – fator incomum para publicações deste gênero. Lançado originalmente em 1976, o livro chega ao Brasil em 1978, durante o contexto ditatorial brasileiro marcado por um cenário particularmente delicado e frágil. No prefácio da edição, Hite (1982) explica o objetivo da obra:

Este livro apresenta aquilo que as mulheres responderam – nas suas palavras e à sua maneira. A intenção é tomar contato, compartilhar nossas experiências e sentimentos em relação à sexualidade – e perceber mais claramente nossas vivências, de forma a redefinir nossa sexualidade e fortalecer nossa identidade como mulher. Este livro também se propõe a estimular uma discussão pública e uma reavaliação da sexualidade. É necessário que comecemos a vislumbrar formas de relacionamento mais pessoais e generosas, mais positivas e construtivas para o futuro (HITE, 1982, p.11).

Em seguida, no capítulo “Quem respondeu” (HITE, 1982, p.21), a autora explica como a pesquisa foi desenvolvida, tendo início com a distribuição de cem mil questionários (1972) e, após, com a devolução de 3 mil questionários respondidos. Além do índice e do apêndices, o livro foi organizado segundo eixos específicos, como: (1) masturbação; (2) orgasmo; (3) coito;



(4) estímulo clitoral; (5) lesbianismo²; (6) escravidão sexual; (7) revolução sexual; (8) mulheres mais velhas; (9) em busca de uma nova sexualidade feminina. Mesmo que o objeto desta pesquisa não seja a obra em si – é, na verdade, a repercussão midiática sobre a mesma – percebe-se a necessidade de reproduzir aqui alguns depoimentos das entrevistadas de Hite para que os leitores possam se aproximar do teor dos relatos. Escolhe-se o eixo intitulado *revolução sexual*, sobre o qual e subsidiada pelas entrevistas, Hite (1982) define como uma ambiguidade na vida das mulheres que responderam ao questionário:

“O que você pensa da revolução sexual?” (HITE, 1982, p.338)

“Finalmente as pessoas estão admitindo que tem pênis e vagina e que gostam de usá-los. Acho que é saudável e faz bem afastarmos nossas penosas inibições” (autora desconhecida in HITE, 1982, p.339)

“É maravilhoso porque finalmente nós, que crescemos nos anos cinquenta, podemos nos libertar dessa terrível inibição, culpa e ‘respeito’ artificial por nossos corpos” (autora desconhecida in HITE, 1982, p.339)

“A revolução sexual foi merda do fim dos anos sessenta. Tinha a ver com a liberação masculina, as mulheres sendo coletivizadas em vez de serem propriedade privada. E sabemos que tipo de propriedade tem um tratamento melhor” (autora desconhecida in HITE, 1982, p.343)

“O que mais odeio é a linha ‘Você não quer transar comigo porque é antiquada’, que a revolução sexual usa para amedrontar as mulheres” (autora desconhecida in HITE, 1982, p.344)

Os trechos reproduzidos acima são exemplos do teor dos depoimentos expostos na pesquisa, mas não significam a totalidade das opiniões. Contudo, é interessante notar a maneira como se busca dar voz aos números, ou seja, no lugar das porcentagens rígidas de pesquisas científicas, a fala sobre si e sobre o coletivo sob diferentes vivências é enaltecida. Deve-se destacar também o cenário estadunidense à época, oposto ao nosso contexto nacional. Enquanto o Brasil vivia sob o prisma das proibições, os Estados Unidos e Europa eram marcados por movimentos singulares, especialmente a partir de 1960, com o movimento *hippie*, na Califórnia, “maio de 68”, em Paris, e o surgimento da

² Importante problematizar o termo *lesbianismo*, que embora seja utilizado no questionário de Hite (1982), foi superado para uma linguagem não estigmatizada, como relações homoafetivas ou homossexuais.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pílula anticoncepcional (EUA e Alemanha) (PINTO, 2010):

Portanto, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha (PINTO, 2010, p.16).

A repressão no Brasil agiu em variadas frentes, prejudicando a atuação política de partidos e militantes, como bem aponta Pinto (2010), mas também em forma de censura, afetando a divulgação de livros e diversões públicas (MARCELINO, 2011) e a circulação de jornais e revistas, inclusive com ataques às bancas como método de barrar as publicações (CHINEM, 1995; SMITH, 2000; AZEVEDO, 2011).

O **Relatório Hite** teve seu lançamento desdobrado em censura através da atuação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Retoma-se o fato de que o livro em questão possui viés científico, o que não o isentou da proibição, conforme identifica Marcelino (2011) ao analisar um ofício do diretor-geral do DPF, Moacyr Coelho, enviado ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, em julho de 1978, no qual justifica-se a censura:

um profundo estudo sobre a sexualidade, cujo acesso aos dados fornecidos deveria ficar restrito aos psiquiatras, psicólogos, analistas, médicos e estudiosos dos problemas sexuais, mas não ao público em geral, pelo risco de refletir na moral social, subvertendo os costumes e modificando a organização familiar (in MARCELINO, 2011, p.143).

Pode-se compreender que o propósito apresentado no ofício corresponde à noção de que a sexualidade é objeto exclusivo das ciências médicas. Marcelino (2011) ainda destaca o argumento utilizado: “[...] na parte do livro de Shere Hite que abordava a temática da masturbação, o censor identificou o tratamento dado à matéria que visaria à ‘glorificação’ daquela prática” (MARCELINO, 2011, p.143). Afirma-se, portanto, o caráter avaliativo e arbitrário do ofício em questão, que torna a sexualidade feminina um caso de polícia.

Discussões transversais sobre a sexualidade

Apenas levando em consideração a trilogia **História da Sexualidade**, de Michel



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Foucault, é possível observar não apenas a relevância do objeto, mas também a complexidade do mesmo. O objetivo aqui não é apresentar uma revisão de literatura. É, de maneira ponderada, um exercício para traçar percursos segundo os quais o sexo passa a caminhar lado a lado com a moralidade, sendo esta um dos calcanhares para a censura do **Relatório Hite** no Brasil.

Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo. Parte-se das observações sobre os mecanismos de poder e como os mesmos afetam os corpos e à vida, sendo assim, como influem também naquilo que a faz proliferar. De acordo com o autor, é uma questão de disciplina e regulação, que ora inibem ora incitam à procriação, a exemplo também das intervenções psiquiátricas ao interpretar tradicionalmente e vulgarmente alguma anomalia ou perversão. Sendo a sexualidade regulada e disciplinada, Foucault (1984), no segundo volume, questiona: “[...] por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de preocupação moral?” (FOUCAULT, 1984, p.14). À luz do pensamento grego, o autor aproxima-se da ideia do sujeito constituído pela conduta moral, que enfrenta um “campo agonístico de forças difíceis de serem dominadas” (FOUCAULT, 1984, p. 218), que são os atos de prazer.

Também pelo ângulo da moral, Chauí (1988) explica que práticas sexuais não correspondentes à determinada condição vigente são classificadas como vícios, cuja raiz evoca três sentidos: o pecado; o impulso (reprovável e incotrolável), sobre o qual a autora salienta o caráter negativo que o move; e, finalmente, a depravação, sendo esta um indicador de gosto ou prática sexual reprovados pela moral.

Muitas das considerações da autora, assim como Foucault, revisitam o funcionamento da sociedade grega. Entretanto, em Chauí (1988), é possível alcançar elementos que tangenciam o objeto *sexualidade* no Brasil. A autora menciona que a crítica (do machismo, do racismo, das discriminações sexuais) e a reivindicação de direitos são duas características presentes em alguns estudos sobre sexualidade no nosso país. Sobre a segunda, sinaliza-se para o fato de que “num país como o Brasil, lutar por direitos é colocar no espaço público aquilo que tende a permanecer aceito como violência natural ou imperceptível pelo confinamento ao espaço privado” (CHAUÍ, 1988, p.224).



Considera-se uma colocação bastante pertinente, relacionando-se diretamente com o foco da próxima seção deste artigo.

Das quatro paredes às páginas da imprensa

Arendt (2007) observa a diluição das fronteiras do público e do privado como uma característica da modernidade – a se diferenciar do funcionamento do mundo antigo grego. O processo em que o sexo, algo do íntimo e da privacidade entre quatro paredes, é posto em visibilidade como tema de interesse público relaciona-se com a atuação dos meios de comunicação. Para que um tema considerado *tabu* “vir à tona”, especialmente no cenário de vulnerabilidade proporcionada pela censura, a ação e o papel da mídia pode ser um importante diferencial.

A inserção das mídias amplia as possibilidades de debate público e é trabalhada segundo o conceito de esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008; WEBER, 2017). Embora ambos os autores situem as análises na sociedade democrática, é relevante abordá-los a fim de entender as mídias de massa como instâncias de discursos, manifestações e repercussões, mas também pelo “paradoxo de visibilidade” (WEBER, 2017, p.36). Retoma-se a fluidez das fronteiras entre o público e privado segundo a qual há nebulosidade sobre o que deve ser mostrado como tema de interesse público.

A sexualidade pode ser engendrada a partir de diferentes enquadramentos conforme os critérios de determinada empresa jornalística. Aqui, preocupa-se diretamente com o jornal *Movimento* e a revista *Veja* sobre o lançamento e censura da obra **O Relatório Hite** no Brasil. O perfil editorial de *Movimento* e *Veja* são muito diferentes, o que condiciona o enquadramento. De acordo com Scalzo (2003), a revista se tornou o meio termo entre o jornal (com suas notícias rápidas e objetivas) e o livro, que era visto como objeto da elite. É, portanto, um produto com especializado e segmentado a um público-leitor específico, ampliando a narrativa dos principais acontecimentos que já saíram nos jornais (SCALZO, 2003). O jornal *Movimento*, por sua vez, caracteriza-se principalmente por ter sido de oposição, representando-se como imprensa alternativa. Para Chinem (1995, p.8), imprensa alternativa é aquela que “fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

direitos humanos e criticava o modelo econômico”. Levando em consideração estas premissas, questiona-se como ambos repercutiram o caso em questão; se extrapolaram para uma abordagem ampla da sexualidade feminina ou limitaram-se aos fatos pontuais de lançamento e censura, reflexões abordadas a seguir.

Movimento: o lado alternativo

O jornal *Movimento*, um dos mais importantes representantes da imprensa alternativa durante o período ditatorial brasileiro, foi lançado no dia 7 de julho de 1975, e censurado desde a primeira edição. *Movimento* priorizava pautas relacionadas aos movimentos de esquerda, estudantis e populares. Também tratava de assuntos como a situação de indígenas, operários (em especial as greves de metalúrgicos no ABC) e mulheres trabalhadoras (AZEVEDO, 2011).

Outro acontecimento foi lembrado por Azevedo (2011) como um marco político e de censura: “Movimento não pôde dar uma só linha sobre a morte do jornalista Vladimir (Vlado) Herzog, da TV Cultura, no Doi-Codi³, em 25 de outubro de 1975” (AZEVEDO, 2011, p.81). A edição nº18, do dia 3 de novembro de 1975, foi publicada com uma capa totalmente preta em sinal de luto. Devido aos problemas financeiros, *Movimento* encerrou as atividades em 1981. Parte do prejuízo foi causado pelos ataques em bancas de jornal e apreensões de edições pelo governo. O fato da censura⁴ prévia não ser mais vigente no jornal *Movimento* a partir de junho de 1978 é um tanto intrigante uma vez que uma das reportagens propostas foi advertida após esse período, sobre a qual detalhe-se ao longo da análise.

Primeiro, sinaliza-se para uma entrevista em forma de debate, intitulada “Sexo de corpo inteiro” (MOVIMENTO, 07/08/1978, p.20 e 21). Três especialistas foram convidados pelo jornal para debater as polêmicas sobre a venda do **Relatório Hite** no Brasil e comentaram sobre os hábitos sexuais da mulher brasileira. *Movimento* mescla as

³ Sigla de **Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna**, um órgão repressor do regime militar.

⁴ A censura prévia era um modelo repressivo que consistia na avaliação antecipada das edições pela Polícia Federal antes da divulgação e venda das mesmas. Atingiu os dois nomes do jornalismo aqui estudados (Veja, até 1976; e *Movimento*, até 1978), assim como os jornais *Pasquim*, *Estado de S. Paulo*, *O São Paulo*, *Opinião* e *Tribuna da Imprensa* (SMITH, 2000, p.97).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

respostas dos três entrevistados para construir o conteúdo baseado em três pontos de vistas diferentes, que fluem de maneira complementar ou divergente no decorrer da entrevista. As fontes escolhidas são das áreas de psiquiatria e psicologia, ou seja, os *experts*, portanto o assunto é abordado com teor objetivo, sem que se utilize os relatos, as vivências e as memórias pessoais dos entrevistados.

Posteriormente, *Movimento* propôs uma guinada editorial singular. A reportagem da edição nº174 foi a mais significativa entre as publicadas pelo semanário sobre o **Hite**. O momento era crítico, pois a obra já havia sido censurada e, conseqüentemente, não era encontrada com facilidade. Com o título “O nosso relatório Hite” (MOVIMENTO, 30/10/1978 a 05/11/1978, p. 24 e 25), o jornal não apenas noticiou, mas também propôs às leitoras brasileiras que fizessem o mesmo que as norte-americanas e respondessem um questionário com 10 perguntas baseadas na obra original (Figura 1):

Figura 1 - Jornal *Movimento* assume como estratégia coletar depoimentos de leitoras brasileiras com base nas perguntas do **Relatório Hite** original (MOVIMENTO, 30/10/1978 a 05/11/1978, p.24).



Fonte: acervo do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação (NUPECC)



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

1. Você sente prazer na relação sexual?; 2. Você tem orgasmos? Em que condições?; 3. Você se masturba? Gosta disso?; 4. Há outras atividades sexuais que lhe trazem prazer?; 5. Você acha fundamental haver amor para fazer sexo?; 6. Que idade tinha quando sentiu prazer pela primeira vez? Você teve orgasmos nas primeiras relações sexuais?; 7. Você acredita que a menopausa afeta a sexualidade? Como?; 8. Você costuma fingir que está tendo orgasmo durante a relação sexual?; 9. O que você aprendeu sobre sexo que não fosse sozinha?; 10. Qual a importância do sexo em sua vida? (MOVIMENTO, 30/10/1978 a 05/11/1978, p.24)

Com o roteiro acima, as jornalistas Mônica Teixeira e Vera Artacho saíram a campo e, posteriormente, relatam:

[...] o assunto é tão raramente tratado por mulheres que as palavras parecem grosseiras, inadequadas, vulgares. Esperávamos a dificuldade de mulheres contarem a outras, desconhecidas, detalhes de suas vidas sexuais. Mas o que não prevíamos era o nosso constrangimento em perguntar (MOVIMENTO, 30/10/1978 a 05/11/1978, p.24)

Neste momento, é necessário retomar outro caso, o da revista **Realidade**, especialmente na edição **A Mulher Brasileira, hoje**. No dia 30 de dezembro de 1966, a edição de janeiro de 1967 de *Realidade* chegava às bancas de revistas. Junto com ela, a polêmica e a apreensão. As 120 páginas da edição em questão não foram poupadas pela censura do governo militar brasileiro que proibiu completamente a circulação da revista “por conter uma série de reportagens supostamente ‘obscenas e profundamente ofensivas à dignidade da mulher’”, como explica Roberto Civita em texto publicado no suplemento⁵ produzido pela editora Abril. A edição apostou em uma pesquisa – mais elaborada que as enquetes comumente conhecidas – para construir o conteúdo.

Considera-se essencial retomar este exemplo em que uma empresa jornalística mobilizou esforços nesse sentido. Diferente de *Realidade*, os resultados da pesquisa de *Movimento* foram censurados antes mesmo da publicação. Fato trazido à tona na reportagem de capa “Sexo Proibido” (MOVIMENTO, 08/01/1979 a 14/01/1979, capa). *Movimento* produz como manchete a proibição do questionário proposto na edição nº174.

⁵ O suplemento foi publicado em junho de 2010 junto com a reimpressão da edição nº10 de *Realidade* para relembrar os bastidores do caso de censura.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Importante lembrar que a censura ao jornal havia sido revogada em junho de 1978, mas ainda existia um aparato dela atuando clandestinamente, principalmente com os jornais alternativos: “Depois de apreender no Brasil, o relatório Hite, Falcão proíbe pesquisa sobre a vida sexual da mulher brasileira, antes mesmo de ser divulgada” (MOVIMENTO, 08/01/1979 a 14/01/1979, capa). O jornal, por sua vez, garantiu que a pesquisa⁶ iria continuar e publicou na mesma edição um editorial criticando as ações do governo, definindo-as como “arbitrariedades”.

Nas páginas 14 e 15, *Movimento* convocou personalidades brasileiras para comentarem o caso: “Um AI-5 travestido” por David Moraes, presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo; “O sexo sepultado” por Heloneida Studart, jornalista e deputada; “A opressão é coerente” por Rachel Moreno, psicóloga e jornalista; “O prazer é subversão?” por Leilah Assunção, teatróloga; “O imoral inexistente” por Miguel Aith, jurista; “Moralidade emaranhada” por Bruna Lombardi, modelo e atriz; “Legalmente inaceitável” por Olindo Liberatoscioli, jurista; “Censura a memória” por Ligia Fagundes Teles, escritora.

No canto inferior direito, em fundo preto, *Movimento* republica as 10 perguntas inspiradas em Shere Hite e o endereço para onde as leitoras deveriam encaminhar as respostas, mostrando assim, que “faria tudo para publicar o seu ‘relatório’”, como afirma a linha de apoio da matéria. No entanto, mesmo com a força de vontade explícita do jornal em publicá-lo, o resultado final não foi encontrado até o momento desta escrita.

Porém, não ocorreu o silenciamento total da pauta da sexualidade feminina. O que se percebe é uma tentativa de *Movimento* em retomar a discussão sem sofrer grandes prejuízos vindos da censura, pois o jornal, na época, já enfrentava problemas econômicos oriundo das apreensões completas de algumas edições e dos ataques às bancas de jornal. Assim, a edição nº193, apresenta extensa reportagem intitulada “Debate entre homens e mulheres do povo conclui: Sem dinheiro, não podemos ter prazer sexual!” (MOVIMENTO, 12/03/1979 a 18/03/1979, p. 20 e 21).

O conteúdo vinculado nesta reportagem é uma alternativa para não cessar

⁶ Até o momento da escrita deste texto, não foi possível encontrar os resultados pesquisa em questão, intitulada de “O nosso Relatório Hite”, de *Movimento*.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

completamente a discussão das problemáticas do universo da mulher brasileira. Este tipo de proposta consiste em uma construção de reportagem baseada em diversas opiniões e depoimentos. As fontes são “mulheres não-públicas”, sem atividades políticas oficiais ou que estejam diretamente relacionadas às questões de militância feminista. Nota-se posicionamentos politizados de mulheres trabalhadoras, que se interessam e buscam entender a situação em que vivem. Uma narrativa sensível, mas que problematiza questões cotidianas.

Veja: o conteúdo especializado

Veja vinculou sua primeira matéria sobre **O Relatório Hite** antes mesmo da obra chegar ao Brasil (27/10/1976, p.96 a 99). A notícia divulgou o lançamento do livro nos Estados Unidos e apresenta alguns pontos de vista da autora Shere Hite. Menciona que “existem, naturalmente, dúvidas quanto à representatividade das opiniões de 3.000 mulheres diante da totalidade de americanas e de mulheres de todo o mundo [...]” (VEJA, 27/10/1976, p.99), um discurso que se repete em outras edições. Após dois anos do primeiro conteúdo sobre **O Relatório Hite** em *Veja*, valoriza-se novamente a pauta publicando uma entrevista exclusiva com a autora Shere Hite, nas páginas amarelas.

A ideia das “Páginas Amarelas” surgiu entre uma série de mudanças que tornaram a revista um produto lucrativo. Durante a trajetória de *Veja*, a seção de entrevistas se consagrou como um espaço para assuntos que consideravam relevantes. (ALMEIDA, 2009). Então, pode-se deduzir que **O Relatório Hite** se tornava área de interesse para a publicação. Elaborada por Judith Patarra, a entrevista é organizada no formato pergunta-resposta, mas sem antes, traçar um breve perfil da entrevistada com muitas descrições que a tornam tão importante quando a obra em si. “Hite: de manequim obediente a escritora incômoda”, é a legenda que acompanha a foto central da entrevista e traz uma informação sobre o passado de Shere Hite. *Veja* considerou importante explicar que, antes de se tornar escritora do *best-seller*, ela era modelo em Nova York e já havia participado de uma campanha publicitária que reforçava estereótipos femininos:

Bela, elegante, chegou a posar para um filme publicitário de máquinas de escrever em que aparecia como a secretária atraente, mas um tanto apalermada.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O anúncio dizia: 'Não tem importância que ela erre, a máquina concerta' (VEJA, 24/05/1978, p.3)

A entrevista nas Páginas Amarelas (Figura 2) não é focada apenas no livro da autora, mas também no que ela pensa sobre a situação da mulher. A revista *Veja* também usa a palavra *feminista* para se referir a Shere Hite, na linha de apoio: "A visão de uma feminista que procura destruir mitos sobre a vida sexual da mulher" (VEJA, 24/05/1978, p.3). Nas outras publicações analisadas neste trabalho, o termo não foi identificado.

Figura 2 - Entrevista com Shere Hite na seção *Páginas Amarelas* da revista, que se consagrou como um espaço para assuntos relevantes (ALMEIDA, 2009).



Fonte: acervo Veja digital

Uma questão interessante em *Veja* são as publicações de cartas de leitores. Essa seção é um espaço que promove a liberdade de opinião do leitor que pode enviar cartas comentando determinado assunto: "A carta do leitor abriga desde reclamações de cidadãos indignados com o funcionamento dos serviços públicos até expressões de opiniões políticas individuais" (MARQUES DE MELO, 2006, p.185). Neste caso,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

identifica-se quatro cartas que concordavam com a publicação de **O Relatório Hite**, a exemplo desta: “Sr. diretor: Sempre obtivemos informações errôneas sobre sexo. Espero que, diante das pesquisas de Hite e outros que tentam contribuir, consigamos acabar com todos esses preconceitos que existem” (VEJA, 07/06/1978, p.10). Em outra edição, após a censura, percebe-se outra reação negativa à proibição:

Sr. diretor: Censurar um livro como “**O Relatório Hite**” só pode ser ato de censores alienados e de grau cultural primário. As bancas de todo o país vendem livros pornográficos a qualquer um, embora, proibidos a menores de 21 anos. Vamos ver se com esta falada ‘abertura política’ conseguimos melhorar o nível da Censura e dos censores. (VEJA, 30/08/1978, p.10).

Assim como a carta acima, *Veja* adotou uma postura a favor da pesquisa. Com o título “Treva Pura”, noticiou a apreensão do livro **O Relatório Hite**. Em forma de comentário, sem autoria na seção “Brasil Coluna”, a revista novamente expõe a hipótese que a pesquisa pode conter erros, mas discorda da proibição da mesma:

É possível que as conclusões do estudo contêm equívocos graves ou, mesmo, que sejam viciadas por falhas insanáveis de método. Mas de modo algum pode ser consideradas pornográficas – portanto, não atentam contra a moral e os bons costumes – e muito menos tipificam ameaças à segurança nacional. E o ministro Armando Falcão, que assinou o decreto? O ministro, naturalmente, nada teve a declarar (VEJA, 23/08/1978, p. 34)

O título “Treva Pura” reflete o contexto sob censura que tornava a sociedade e a imprensa vulneráveis às imposições do regime militar. Ainda depois, em novembro de 1978, *Veja* participou da cobertura do I Simpósio Internacional de Psicanálise, que reuniu diversos estudiosos, inclusive, Shere Hite ou “a censurada” Shere Hite, como a revista a caracteriza. Nesta cobertura, o livro – e o caso de censura – são deixados de lado e apenas a figura da autora aparece na matéria como uma das participantes do evento, seguido pelo adjetivo “censurada” (VEJA, 01/11/1978, p.72 e 74).

Considerações finais



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A revista *Veja*, assim como *Movimento*, escolheu **O Relatório Hite** como uma das alternativas para tratar da pauta sobre a sexualidade feminina. Porém, o conteúdo produzido por revista projeta-se na obra em si e na própria autora do que na questão social como um todo. *Veja* valorizou a personagem ao colocá-la nas Páginas Amarelas, atribuindo importância e destaque à entrevista com Shere Hite. Por outro lado, enfatizou o método utilizado na pesquisa, considerado um tanto duvidoso pela revista. Embora com esta crítica pontual, *Veja* apoiou a circulação da obra no Brasil e repudiou a censura da mesma.

Definitivamente, tanto *Veja* quanto *Movimento* são exemplos de publicações que desafiaram a ordem nacional da época ao publicar sobre a sexualidade feminina. Desafiaram também suas próprias barreiras, como bem disse a jornalista de *Movimento* ao relatar que não previa o constrangimento que passou ao perguntar sobre a vida sexual das entrevistadas. O jornal, de certa forma, ora falava ao público especialista ora ao público leigo – inferência possível através da análise da pluralidade das fontes, desde *experts* das áreas da saúde até celebridades, personalidades política e, enfim, mulheres não-públicas. A apropriação do tema é atravessada pela tentativa de trazer à tona situações do cotidiano de mulheres brasileiras e não o livro em si.

Veja, de forma diferente, apresentou publicações sobre o **Hite** destinadas a um público mais fluente na temática. Não buscou entrevistas com operárias, donas de casa, estudantes, religiosas, etc, para mostrar diferentes pontos de vistas e como estas mulheres enxergavam seu próprio cotidiano. O assunto foi tratado através de fontes oficiais, como a própria autora do livro. Em compensação, a revista publicou cartas de leitores comentando o episódio e, assim, divulgou parte da aceitação do público, assim como opiniões contrárias à censura.

A ditadura militar foi, talvez, o período mais conturbado na história do jornalismo brasileiro. Portanto, é necessário lembrar e resgatar o que foi prejudicado pelas proibições. **O Relatório Hite**, assim como outras obras e produtos culturais, precisava ser consumido às escondidas. Para a mulher que já tinha vergonha ou constrangimento de falar sobre a sua vida sexual, ver um livro com este teor sendo censurado não é, de fato,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

um elemento incentivador. O presente trabalho, além da análise, buscou também registrar parcialmente a discussão sobre sexualidade feminina à época e, na medida do possível, refletir sobre o momento em que os veículos insistiram na revitalização de antiquados preceitos defendidos pela ditadura. Realiza-se um exercício reflexivo com objetivo de participar de outras perspectivas que, frente aos prejuízos das proibições, retomaram casos singulares para que possam ser relembrados.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 9-96.

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento: Uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: Essa nossa (des)conhecida**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HITE, Shere. **O relatório Hite: Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina**. São Paulo: Difel, 1982.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit. [online]**. 2010, vol.18, n.36, pp.15-23.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos (org). **Comunicação Pública e Política – pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.



Garota Capricho: a construção da identidade das adolescentes a partir de uma análise da revista teen mais lida no Brasil

Mariana dos Santos Hallal da Silva¹

Marislei da Silveira Ribeiro²

Resumo: O presente artigo busca compreender como a revista Capricho influencia na construção da identidade das adolescentes. Diante disso, o principal objetivo foi descobrir como ela legitima seu ponto de vista. Para tanto, uma análise do conteúdo presente em seis edições, veiculadas entre 2 de janeiro de 2011 e 13 de março de 2011, foi feita. As teorias da Indústria Cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1947) e da Cultura da Mídia (KELLNER, 2001) foram usadas como base para a análise das informações encontradas. O livro “A Adolescência” (CALLIGARIS, 2000) foi utilizado para entender quem é o adolescente.

Palavras-chave: Adolescentes; Jornalismo de Revista; Revista Capricho; Revistas Femininas.

Introdução

A formação da identidade é uma questão importante na vida das adolescentes. A revista Capricho se apresenta como um guia a essas meninas que estão iniciando a sua integração na sociedade. Assumindo este papel, a revista cria tendências que a leitora deverá seguir se quiser ter sucesso em áreas ditas essenciais nessa fase da vida, como relacionamentos e moda. Também indica qual a celebridade que está em alta e como fazer para ser igual a ela. Uma série de “comos” – como ser a namorada/filha/amiga perfeita, como se maquiar, como cuidar do cabelo, como entrar em forma – tornam a revista Capricho um manual que, muitas vezes, é seguido cegamente pelas adolescentes.

Por mais que pareçam inofensivas as dicas dadas pela revista, elas induzem à submissão ao sexo masculino, à busca por um corpo inalcançável e à idolatria compulsiva. Toda menina quer ser e ter o que aparece na Capricho e isso vai desde os produtos que aparecem nas páginas até o comportamento da menina considerada ideal, passando pela maquiagem que a atriz tal usou no evento tal. Diante disso, as estratégias da revista para

¹ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFPel, email: hallalmariana@gmail.com

² Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPel, email: marisrib@terra.com.br



legitimar sua concepção de garota perfeita e o que é considerado necessário para sê-la serão temas do presente artigo.

Indústria Cultural e Comunicação de Massas

A teoria da Indústria Cultural, criada por Theodor Adorno e Max Horkheimer, inaugurou o estudo crítico da comunicação (KELLNER, 2001). Segundo a teoria, ocorre um processo de uniformização da cultura voltada às massas. Esta cultura é criada de acordo com as exigências de um modelo produtivo capitalista. Os produtos oriundos desta indústria são feitos para agradar ao maior número de pessoas, pois “possuem padrões que sempre se repetem com a finalidade de formar uma estética ou percepção comum voltada ao consumismo”³.

Assim, pode-se dizer que os produtos criticados pela Indústria Cultural “promovem uma satisfação compensatória e efêmera, que agrada aos indivíduos, ela impõe-se sobre estes, submetendo-os a seu monopólio e tornando-os acríticos”³. Também legitimam a ideologia capitalista e agregam os indivíduos à cultura de massa e à sociedade (KELLNER, 2001). Tais produtos são propagandeados ao extremo nos veículos de comunicação, em especial nos meios de comunicação de massas.

Segundo Theodor Adorno, a mídia não se volta apenas para suprir as horas de lazer ou dar informações aos seus ouvintes ou espectadores, mas faz parte do que ele chamou de indústria cultural. Esse tipo de comunicação tem influência direta na cultura de um povo, é através dela é que a mídia insere gostos musicais, maneiras de se vestir e até mesmo de pensar determinados assuntos.⁴

Sobre a influência da mídia de massas e, conseqüentemente, da Indústria Cultural em nossa sociedade, sabe-se que:

Quase tudo na cidade "acontece" porque a mídia diz e como a mídia quer,

³ "Conceito de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/cultura/industria-cultural.htm>>. Acesso em 10 de março de 2017.

⁴ “Comunicação de Massa: a indústria cultural”; Disponível em <<http://portal.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/boletim/09/comunicacao-de-massa-a-industria-cultural-a-nossa-visao>>. Acesso em 10 de março de 2017.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

acentua-se, portanto, a mediatização social. A forma de "participar" é, hoje, relacionar-se com uma 'democracia audiovisual' na qual o real é produzido pelas imagens geradas na mídia.⁴

A comunicação de massas citada é a “arte de influenciar as massas” (SCHÖNEMANN apud WOLF, 1985, p. 28). Ou seja, é quando um veículo de mídia utiliza seu poder para convencer e até manipular a massa que o acompanha. Isso pode ser feito para eleger algum político, desviar a atenção de determinado escândalo ou para vender produtos. Desse modo, ambas as teorias se encontram.

Toda essa manipulação é possível em nossa sociedade porque a comunicação de massas é “uma espécie de sistema nervoso simples que se espalha até atingir olhos e ouvidos, numa sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa” (LAZARFELD apud WOLF, 1985, p. 28). Ou seja, faltam debates a cerca da realidade em que vivemos. Atualmente, as pessoas não têm vontade nem tempo para debater. São como esponjas absorvendo o que os telejornais, revistas, jornais impressos e sites passam para o público como verdade absoluta.

Assim, esses veículos de mídia penetram na sociedade e atribuem “uma posição social, entra na atividade social organizada, legitimando certas pessoas, grupos e tendências sociais” (LAZARFELD; MERTON apud WOLF, 1985, p. 67). Os sujeitos legitimados são as grandes empresas ou fruto delas (como os “ídolos”, por exemplo) que sustentam todo o aparato da mídia tradicional.

O impulso para o conformismo exercido pelos meios de comunicação de massa deriva não só de tudo o que neles é dito, mas, mais ainda, de tudo o que não dizem. De fato, não só continuam a apoiar o status quo como também, e na mesma medida, deixam de levantar as questões essenciais quanto à estrutura social [...] os meios de comunicação comercializados ignoram os objetivos sociais quando esses objetivos se chocam com o lucro econômico [...] Ao ignorar sistematicamente os aspectos controversos da sociedade, a pressão econômica incita ao conformismo. (LAZARFELD - MERTON apud WOLF, 1985, p. 69).

A partir desse pensamento, verifica-se que a mass media contribui para uma sociedade que não pensa e não critica. Isso é feito de forma sutil, mas avassaladora, dando ao meio de comunicação a possibilidade de manipular a sociedade de massa. Para isso,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“[...] sua mensagem é pública, rápida e transitória e sua audiência é heterogênea, anônima e muito grande”⁵.

Cultura da Mídia

Douglas Kellner afirma que o jeito mais eficaz de se propagar cultura atualmente é através da mídia. Essa cultura disseminada nos veículos de comunicação é a mesma criticada pela teoria da Indústria Cultural. Ela pretende alienar, padronizar, massificar a sociedade. Gerar indivíduos sem percepção crítica da realidade e daquilo que consome incessantemente. Essas pessoas, com o objetivo de fugir da miséria social em que se encontram ou para se distrair das preocupações do dia-a-dia, procuram na cultura da mídia algum significado para a vida (KELLNER, 2001).

A cultura da mídia é composta por “imagens, sons e espetáculos” que legitimam o cotidiano na sociedade capitalista e modelam a opinião pública e os comportamentos sociais. São essas criações que dão base para os indivíduos forjarem uma identidade. Tal identidade parece algo individual, autêntico, mas na verdade é apenas mais um rótulo, uma forma de se adaptar a uma sociedade “tecnocapitalista contemporânea” e se inserir em uma cultura global (KELLNER, 2001).

O adolescente, mais especificamente, norteia todas as suas ações em busca dessa identidade, como será explicado mais adiante. Desse modo, deixa-se levar pelo que absorve de conteúdo através da mídia, seja ela a TV, o rádio, a internet, o jornal ou a revista. As meninas dessa faixa etária são bombardeadas de informações sobre como se portar, quem e quando namorar, o que comer, o que vestir. A revista *Capricho*, objeto de análise do presente artigo, apresenta-se como um guia às adolescentes nessas áreas.

Adolescência: a busca pela identidade

De acordo com Calligaris (2000), a fase da adolescência é uma invenção do início do século XX e uma espécie de moratória. O sonho do adolescente é ser visto como igual

⁵ “Comunicação de Massa: a indústria cultural”; Disponível em . Acesso em 10 de março de 2017.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pelo adulto. Devido a essa falta de reconhecimento, ele é reativo a uma moratória que considera injusta. A sociedade, por outro lado, afirma que ele tem o dever de ser feliz, afinal é um adulto em férias. Tem o corpo maturado, não é mais tratado como criança, mas ainda não tem os deveres e pressões estabelecidas pela sociedade em cima do adulto (CALLIGARIS, 2000).

O adolescente, então, passa a não se reconhecer dentro da sociedade. E, quando recorre ao espelho para tentar entender o que é, quem se tornou, cai em uma armadilha, pois “entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chegou, o espelho do adolescente é frequentemente vazio” (CALLIGARIS, 2000, p. 25). Ao buscar o seu reflexo, inclui nele a visão do outro, ou o que considera que o outro veja. Desse modo, a insegurança se torna o principal traço dessa fase da vida.

Em busca de uma identidade, de algo que o faça reconhecido em meio a uma sociedade de crianças-amadas e adultos-responsáveis, o adolescente recorre aos seus semelhantes. Com isso, ocorre a formação de grupos fechados com uma identidade única, explícita e definida. “Nesses grupos, ele procura a ausência de moratória ou, no mínimo, uma integração mais rápida e critérios de admissão claros, explícitos e praticáveis” (CALLIGARIS, 2000, p. 36).

Ainda segundo Calligaris (2000), há basicamente três tipos de grupos: que exigem uma marca; que formam uma espécie de pacto e/ou têm um segredo em comum; que são informais e abertos (pedem apenas a composição de uma imagem, um look⁶).

O último, que tem regras claras e de fácil acesso, é muito visado pela publicidade. “Cada look é propagandeado e idealizado por sua comercialização. Cada grupo e a adolescência em geral se transformam numa espécie de franchising.” (CALLIGARIS, 2000, p. 58). O marketing, através das mídias, cria e cristaliza cada grupo para vender sua imagem – seus looks, seu comportamento e sua cultura.

Outra característica que representa a adolescência é a idolatria. O adolescente precisa de alguém para se espelhar durante o processo de formação da identidade, visto que “a imitação e a idolatria são formas básicas da socialização moderna”

⁶ Como look, entende-se a vestimenta completa, desde roupas até sapatos e acessórios.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(CALLIGARIS, 2000, p. 52). É por meio desses ídolos que o marketing espalha suas mercadorias.

Em se tratando de gênero, há de se considerar a existência de um hiato entre os meninos e as meninas dessa faixa etária. Enquanto existem dezenas de revistas dedicadas às adolescentes ensinando “como se arrumar”, “como conquistar o menino”, “como se portar”, “como copiar o look da famosa tal” e outros tantos “comos”, não há nenhuma voltada para os meninos. A ideia de que a menina deve ser ensinada e doutrinada é exaustivamente expandida desde a adolescência. O pior: boa parte dessas dicas e ensinamentos que compõem as revistas parte dos meninos e são relacionadas a eles. A ideologia disseminada é a de que o garoto ensina e a garota, para ser aceita na sociedade, obedece – mesmo que pareça que ela está sendo “ela mesma”.

Metodologia

Este estudo segue a teoria da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2002), que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”⁷. Conforme a autora, a análise deve ser dividida em três fases: 1 – a pré-análise; 2 – a exploração do material; e, por fim, 3 – o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2002). Na primeira fase, duas tabelas foram montadas para organizar o material a ser explorado e interpretado.

Como forma de retratar a (falta de) representatividade na revista *Capricho* com o discurso de autoaceitação veiculado pela mesma, os personagens que compuseram as edições de 1.113 a 1.118 foram analisados. Para investigar a construção da identidade das adolescentes pela revista *Capricho* e a presença de elementos da indústria cultural e da cultura de mídia na mesma, foram escolhidas seis matérias veiculadas nas edições listadas acima. Em cada uma delas, as escolhas linguísticas do escritor, o discurso empregado e

⁷ “A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações”. FARAGO, C.C. e FOFONCA, E. Disponível em <<http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>>. Acesso em 14 abr 2017.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

os elementos visuais também foram examinados. O livro “A Adolescência” (CALLIGARIS, 2000), a teoria da Indústria Cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1947) e o livro “A Cultura da Mídia” (KELLNER, 2001) foram utilizados como embasamento para a análise.

Objeto de pesquisa

A revista *Capricho* é uma publicação voltada às meninas brasileiras de 13 a 17 anos. Foi lançada em 1952 pela editora Abril, sendo a primeira revista feminina da empresa. Durante três décadas, publicou apenas fotonovelas. Com o passar do tempo, incorporou novas seções com conteúdos diversificados. A partir de 1982, mudou completamente sua linha editorial e passou a incorporar matérias sobre moda, beleza, comportamento, crônicas e variedades, mas ainda voltada ao público adolescente feminino. De 1970 até 2014, a *Capricho* era uma publicação quinzenal. De 2014 a 2015, passou a ser mensal. Em 2015, deixou de ter uma versão impressa e se tornou uma revista on-line semanal (*Capricho Week*), formato no qual permanece até hoje.

Os acessos que a marca tem impressionam desde a década de 50 até os dias de hoje. Em 1956, a tiragem chegou a ser de 500 mil exemplares por edição, a maior de uma revista na América Latina até então. O site www.capricho.abril.com.br é o maior site teen da América Latina. A revista é, portanto, a maior marca feminina *teen* do Brasil.

Análise do objeto

Antes de tudo, é necessário ter em mente os quatro principais temas tratados pela revista *Capricho* nas edições analisadas e conteúdo que eles apresentam:

- Beleza: dicas de maquiagem ou penteado muitas vezes inspirados em famosas. Geralmente são acompanhadas de propaganda de produtos.
- Comportamento: reportagens sobre relacionamentos amorosos⁸, autoestima, viagens, família, escola e outros assuntos pertencentes à realidade da adolescente.

⁸ Todas as edições analisadas têm conteúdo sobre relacionamentos amorosos heteronormativos.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Todas as reportagens têm algum tipo de instrução às meninas.

- Entretenimento: fofocas sobre celebridades, entrevistas e lançamento culturais;
- Moda: editoriais de moda que retratam o que é (ou o que a revista quer que seja) tendência. Remete à moda “inclusiva” pois usa modelos com diferentes corpos.

As tabelas 1 e 2 abaixo são referentes às edições e aos conteúdos analisados, respectivamente:

Tabela 1 – Edições analisadas

| Nº da edição | Data de publicação | Personagem de capa |
|--------------|-------------------------|------------------------------|
| 1.113 | 2 de Janeiro de 2011 | Luan Santana |
| 1.114 | 16 de Janeiro de 2011 | Vida de Garoto ⁹ |
| 1.115 | 30 de Janeiro de 2011 | Justin Bieber e Selena Gomez |
| 1.116 | 13 de Fevereiro de 2011 | Demi Lovato |
| 1.117 | 27 de Fevereiro de 2011 | Justin Bieber |
| 1.118 | 13 de Março de 2011 | Leighton Meester |

Tabela 2 – Matérias analisadas

| Nº * | Edição | Título, assunto e página |
|------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 1113 | “Quero ser magra!”. Orientações para uma menina que tem problemas com o peso. P. 66 |
| 2 | 1114 | “Afinal, o que querem os garotos?”. Manual de como ser a garota que os garotos querem. P 34-41 |
| 3 | 1115 | “Onde foi que eu errei?”. Histórias de meninas “culpadas” pelo fim do namoro e instruções para a leitora não fazer o mesmo. P76-79 |
| 4 | 1118 | “21 dicas para bombar sua autoestima”. Manual de como elevar a autoestima. P 74-77 |

***Número de referência para menção à reportagem no artigo.**

Analisando os assuntos abordados pela revista, percebemos que o mundo da Garota Capricho gira em torno de garotos (relacionamentos amorosos) e de estilo (como ela se apresenta para o mundo). Portanto, o que importa nessa sociedade é com quem ela está e qual é a primeira impressão que ela passa para os outros. As seis capas analisadas

⁹ Nome de um blog no site www.capricho.abril.com.br composto por Caíque Nogueira, Dudu Surita, Federico Devito e Renan Grassi.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

estampam ídolos das adolescentes, outro tema bastante presente na vida delas. Todas essas temáticas envolvendo o mundo adolescente são citadas por Calligaris (2000) como intrínsecas à sociedade atual. Kellner (2001) defende que a cultura da mídia dá suporte aos que procuram significado para a vida. Como principal revista adolescente do país, a *Capricho* defende que este significado deve ser garotos, moda e ídolos.

Tabela 3 – Cor da pele das pessoas que apareceram na *Capricho*

| | Edição | 1113 | 1114 | 1115 | 1116 | 1117 | 1118 |
|-----------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Mulheres | Branças | 58 | 52 | 69 | 96 | 64 | 81 |
| | Negras | 9 | 13 | 5 | 5 | 7 | 2 |
| Homens | Branços | 65 | 51 | 34 | 35 | 31 | 31 |
| | Negros | 1 | 3 | 3 | 1 | 2 | 1 |

Nenhum negro foi encontrado nas referidas capas. Conforme mostra a tabela 3 (acima), há uma diferença brutal entre a quantidade de pessoas brancas e negras que aparecem na revista. Além disso, a maioria das modelos que compõem cada edição da *Capricho* é magra e com cabelo liso ou ondulado (raramente cacheado ou crespo).

Em contraposição a este padrão de beleza ratificado em cada página de cada edição analisada, a revista apresenta, cada vez mais, um discurso de autoaceitação. Na reportagem 4 (ver tabela 2) há um guia de como aceitar a si mesma. De acordo com Calligaris (2000), a adolescente está constantemente tentando se encaixar dentro da sociedade, já que ela deixou de ser criança e ainda não é aceita como adulta. Assim, ela tende a formar sua identidade buscando se reconhecer em outras pessoas que estão passando pela mesma fase que ela. Porém, como ela vai se enxergar na sociedade se não é representada na revista que lê e usa como referência na formação de sua identidade?

A referida matéria inclui dicas como “acredite nos elogios”, “ame seus ídolos”, “seja o centro das atenções” e “capriche no look”. Mas, o que se vê nas outras páginas é uma absurda falta de representatividade. Na mesma edição em que a matéria foi veiculada, encontram-se 81 meninas brancas contra duas negras. Folheando as páginas, não se vê nenhum editorial de cabelo ou maquiagem com meninas negras ou cacheadas. Tudo o que se vê são pessoas extremamente parecidas, seguindo um rigoroso padrão de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

beleza (ser magra e branca) e usando produtos da moda. Esses produtos são usados para alienar e massificar a sociedade, conforme explica a teoria da Indústria Cultural. Alienam à medida que omitem um debate acerca da sua necessidade. Massificam porque são criados para serem desejos de consumo universais.

Como uma menina negra e gorda vai acreditar nos elogios que recebe se na revista a maioria das meninas consideradas dignas de estar lá são brancas e magras? De que jeito uma menina com cabelo crespo ou cacheado vai se achar bonita se na revista só há ideias de penteados para cabelos lisos ou alisados? Como irá se espelhar nos seus ídolos para criar uma identidade se é tão diferente deles? Como “caprichar no look” se a roupas e maquiagens mostradas não são para meninas como ela? Diante de tudo isso, fica difícil ser o centro das atenções e acreditar no discurso de autoaceitação empregado em três ou quatro páginas das quase cem que compõem cada edição.

Seguindo a linha de autoestima, analisarei a matéria 1. Ela faz parte da seção “terapia”, onde especialistas e pessoas comuns tentam solucionar um problema que uma leitora envia para a revista. Essa em específico é de uma menina de 15 anos que se acha “meio gordinha” e afirma que os garotos preferem as meninas “perfeitas e lindas”, padrão que ela diz não se encaixar. Certamente, o padrão ao qual ela se refere é o de meninas magras que a revista exhibe. No final, ela ainda revela que está “sofrendo demais com isso”. Para ajudar, três pessoas responderam. A primeira, uma menina da Galera Capricho¹⁰ (Karol), aconselhou-a a se aceitar do jeito que ela é. Depois, uma nutricionista (Ligia) sugeriu que ela mudasse seus hábitos alimentares a fim de emagrecer. Por último, um menino (Lucas) afirmou: “minha ex-namorada era assim e eu a achava linda”, e disse que o namoro dos dois acabou porque a menina era insegura com o seu corpo. As três respostas foram redigidas em tom informal, como se fosse uma conversa com a leitora, fator que aproxima o locutor do interlocutor. Palavras no diminutivo, como “gordinha” e “quilinhos”, ditas por Karol, deixam o texto mais leve e minimizam o problema. O pronome “você” foi amplamente utilizado, reforçando a ideia de diálogo. A palavra

¹⁰ A Galera Capricho é um grupo de meninas de 13 a 17 anos que faz parte da revista por um ano, representando a marca e sendo consultoras de redação.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“gorda” não foi usada em nenhuma das falas, como se fosse algo proibido de se dizer – diferentemente de magra, que estampa o título.

Em relação aos elementos gráficos, o desenho que estampa a matéria 2 é de uma menina magra, branca e loira se olhando no espelho com uma cara triste – apesar de ela representar o padrão veiculado na revista, assim como a modelo branca e magra que está nas páginas da reportagem 4.

A reportagem 3 traz dicas de como “segurar” o namoro. Como todas as outras reportagens veiculadas nas edições analisadas, essa também é um manual, um guia de instruções sobre como se portar diante de situações consideradas corriqueiras na vida das adolescentes. Esse é o modo que a Capricho mais utiliza para influenciar as leitoras, presente em todas as reportagens analisadas. Através de verbos no imperativo e de exemplos reais e depoimentos, ela embasa sua opinião e a impõe sobre a menina.

Essa reportagem em especial é organizada da seguinte maneira: em forma de depoimento, uma menina conta o que fez de errado para “perder” o namorado (foco da vida da Garota Capricho). Ao lado, o escritor aponta o erro da garota e dá dicas para que a leitora não o repita em seus relacionamentos. As instruções são dadas no modo imperativo, com verbos como “dedique”, “evite”, “procure” e “coloque-se”. Perguntas também são feitas a fim de aproximar e integrar a leitora ao texto, como por exemplo, “será que vivendo grudada no cara você não está se esquecendo das suas amigas, da sua família e dos estudos?”.

A opinião dos garotos também é considerada. Em um retângulo localizado no meio da reportagem, sete meninos dizem “o que detonam qualquer namoro”. Em quase todas as reportagens sobre relacionamento, a Capricho costuma legitimar sua opinião dando voz aos meninos, como se eles fossem as pessoas ideais para ensinar algo às meninas. Ao lado do depoimento de cada garoto há uma foto dele. Todos são brancos e reproduzem o padrão de beleza dos meninos que a revista usa como modelo, fato que legitima ainda mais a fala de cada um.

A reportagem 2 tem como capa o “Vida de Garoto” (VDG), quatro meninos que contam sobre sua vida em um blog e fizeram um sucesso estrondoso na época. Sua



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

imagem foi montada e vendida para ser o modelo de garoto que toda a menina gostaria de namorar. Verifica-se a consonância com a Indústria Cultural, pois esses meninos propagados pela revista servem para massificar o comportamento das meninas para que elas ajam de acordo com a preferência deles. É através desta indústria, neste caso representada pelo VDG, “que a mídia insere gostos musicais, maneiras de se vestir e até mesmo de pensar determinados assuntos¹¹”. Construiu-se uma identidade que vai desde o comportamento até o estilo de roupa e penteado que eles usam. A partir dessa construção, foram legitimados como “gurus” da Garota Capricho, ensinando-as a se portar, a se vestir e como agir para agradar ao máximo o homem.

O título da reportagem é em forma de pergunta: “Afinal, o que querem os garotos?”. Ele instiga a leitora a seguir lendo a matéria, uma vez que a adolescente procura respostas para se integrar, mesmo que inconscientemente, a uma sociedade patriarcal e machista. Essa integração, portanto, depende da aprovação do sexo masculino.

O fundo das duas primeiras páginas, que introduzem a reportagem, é uma foto dos quatro VDG à beira da piscina na companhia de quatro modelos magras, brancas e com cabelo liso ou ondulado. Já nessas páginas é possível identificar que “o que os garotos querem” são meninas no padrão que a Capricho ratifica em cada edição.

A reportagem é dividida em três partes: estilo (Linda para eles), conquista (Paquera, como lidar?) e namoro (É namoro ou amizade?). Analisarei o que a revista, legitimada pelos meninos, diz sobre os dois primeiros temas.

Na primeira parte, é reforçada a ideia de que a menina deve andar sempre bem arrumada e ter um estilo, ou seja, pertencer a algum grupo e ter uma identidade. Essa opinião é exposta no topo da página, onde há uma conversa entre os quatro meninos. O pronome “eu” é usado para dar a ideia de que aquilo é realmente o que os meninos pensam, que aquelas sugestões que estão sendo dadas à menina partiram deles. O estereótipo do cabelo comprido e ondulado é reforçado na fala de Dudu: “E ah: eu adoro cabelo comprido e ondulado”. Três coisas que os meninos aprovam nas meninas e três

¹¹ “Comunicação de Massa: a indústria cultural”; Disponível em <<http://portal.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/boletim/09/comunicacao-de-massa-a-industria-cultural-a-nossa-visao>>. Acesso em 10 de março de 2017.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que eles desaprovam também são listadas. Basicamente, eles aconselham a menina a andar com cabelos soltos e compridos, ir bem maquiada para a balada e afirmam que a personalidade de alguém está nas roupas que essa pessoa usa. Roupas largas são vistas como “sinal de desleixo” e eles afirmam que não teriam vontade de conversar com uma menina que anda assim – “é mais legal quando ela mostra um pouco de vaidade”. Vestidos florais, saias e decotes são descritos como coisas que os meninos gostam de ver nas meninas. Nessa parte, é possível identificar uma objetificação e padronização das adolescentes. Fica claro que, para ser aceita pelos meninos, elas devem estar sempre bem vestida, o que significa estar na moda – e, conseqüentemente, comprar o que está na moda. Isso vai ao encontro do que Douglas Kellner afirma: “na modernidade, a moda é um componente importante da identidade, ajudando a determinar de que modo cada pessoa é percebida e aceita.” (KELLNER, 2001, p. 337).

A segunda parte (conquista) evidencia ainda mais o centro das atenções da Garota Capricho: meninos – ou melhor, como conquistá-los. O subtítulo é “eles dão as dicas de como conquistá-los na balada, na escola, no shopping...” e deixa claro que, em qualquer lugar que a menina vá, ela deve olhar para os meninos com o intuito de paquerá-los e, para isso, deve estar sempre usando as roupas da moda. Todas as dicas encontradas são referentes às preferências dos garotos. A menina, por mais que seja encorajada a ser ela mesma, tende a se moldar de acordo com o que o menino quer. Apesar de Renan afirmar que adora “quando a menina toma a iniciativa”, as dicas são todas sobre como fazer o menino notar a menina. Ela não é encorajada a pedir o garoto em namoro ou a dizer abertamente que gosta dele. A Garota Capricho é encorajada a se vestir bem, usar perfume, sorrir e ter bom humor. Porém, ela não pode “forçar a barra” quando o assunto é tomar a iniciativa. Para os garotos, tomar a iniciativa significa mostrar interesse através de sinais, nunca explicitamente. A Garota Capricho é, portanto, bonita, recatada e gosta de conversar – mas não pode falar muito porque o centro das atenções deve ser o menino.

Considerações finais

A adolescência é uma fase cheia de incertezas. É nessa época da vida, quando não



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

se é criança nem adulto, que a pessoa constrói a sua identidade. Durante esse processo, o adolescente é influenciado por tudo e todos a sua volta.

É como um guia indispensável para essa fase da vida que a revista *Capricho* se apresenta. Ela constrói a identidade da adolescente através de matérias que usam dicas e modelos para expor e legitimar sua opinião. Esses exemplos concretos de aparência e comportamento utilizados são, geralmente, celebridades oriundas da Indústria Cultural. E é através deles que a *Capricho* influencia o modo que a leitora se comporta, se vê e enxerga o mundo. A partir dessas visões e condutas é que a adolescente irá formar a sua identidade (Kellner, 2001).

Toda essa manipulação é possível porque a ideia de que a menina deve ser constantemente doutrinada é disseminada em nossa sociedade, diferentemente do que ocorre com os meninos. Na *Capricho*, aliás, eles têm o papel de ensinar as meninas a se portar, a se vestir, o que comer e o que fazer em determinada situação.

Devido ao que foi exposto no presente artigo, percebe-se que a revista usa gírias adolescentes, palavras no superlativo, verbos no modo imperativo e os pronomes eu e você para tornar a relação revista-leitora mais próxima e descontraída. Desse modo, as matérias parecem uma conversa entre duas amigas e o processo de influência fica mais fácil. Pelo teor das matérias veiculadas, conclui-se que a *Garota Capricho* é instruída a se adequar a uma sociedade machista, capitalista e que valoriza a beleza acima de tudo.

Referências bibliográficas

ABRIL. **Media Kit Capricho**. Disponível em . Acesso em 7 de abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Discurso**. Portugal: Ed. 70 LDA, 2002.

CABRAL, J. F. P. **Conceito de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer**; Brasil Escola. Disponível em . Acesso em 13 de abril de 2017.

CALLIGARIS, C. **A Adolescência**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

FARAGO, C.C. e FOFONCA, E. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações**. Disponível em . Acesso em 14 abr 2017.



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

FREITAS, I. L. **A construção de identidade de garotas adolescentes em revistas femininas.** Letras & Letras, Uberlândia, vol. 21, n.1, jan./jun. 2005. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25187/14005> Acesso em 8 abr 2017.

KELLNER, D. **A Cultura da Mídia.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARÇON, B; COPATTO, C. V.; GONÇALVES, G. L.; GOUVEIA, H.; RABELLO, J.; ISTAMATI, M.; BARROS, V. F.; DOS SANTOS, V. R.; MANOEL, V. C. A. **Comunicação de Massa: a indústria cultural;** Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em . Acesso em 10 de abril de 2017.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Ed. Presença, 2003.

Gênero, Sexualidades e Mídias Digitais



Strange Flesh: A Sexualidade Gay e a Construção de uma Masculinidade em um Jogo Beat'em Up Erótico

**Bruno Dorneles¹
Thiago Guardado Beltran²**

Resumo

Este artigo aborda o jogo *beat'em up* homoerótico intitulado *Strange Flesh* a partir de uma perspectiva da semiótica discursiva, ou francesa. Entendendo como princípio uma possibilidade de leitura dos discursos do jogo à luz de algumas relações semânticas, o artigo busca construir uma forma de compreender os sistemas de efeitos de sentido que constituem as relações culturais da subcultura gays denominada como ursos. Afim de entender a importância destas reflexões, visualizamos os jogos, em suas caracterizações diversas, como instrumentos culturais cuja relação conosco construída é de grande poder constitutivo da nossa identidade, em suas diversas formas de fragmentar-se. Entendendo que, por fim, compreender os sentidos e os processos pelos quais eles se dão é também compreender como constituímos a nós mesmos, em nossas relações com a comunidade com as quais nos relacionamos.

Palavras-chave

Game Studies; Jogos Eletrônicos; Gênero; Sexualidade; Masculinidade

O presente artigo tem por intenção constituir uma imagem analítica do jogo eletrônico *Strange Flesh*³, produzido pela *Greatest Bear Studios* e assinado por um programador, um artista e um músico que preferem produzir conteúdo sob pseudônimos. Pertencente a um segmento da indústria cultural que se mantém em crescimento econômico contínuo, o jogo se utiliza do gênero *beat'em up*⁴ para apresentar aos

¹ Graduado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Estudos Artísticos pela Universidade de Coimbra. Mestrando pela linha de pesquisa de Arte, linguagem e Currículo do PPGEDU da Faculdade de Educação da UFRGS. E-mail: planetamalkavo@gmail.com

² Bacharel em Engenharia Física pela UFSCar, Superior em Tecnologia de Jogos Digitais pela FIAP e Especialização em Jogos Digitais pela PUCRS (conclusão prevista para 2019). E-mail: beltran.thiago@gmail.com

³ URSA MAXIMUS. *Strange Flesh*, v. 1.2. Estados Unidos: Greatest Bear Studios, 2017. Mídia digital.

⁴ Gênero de jogos eletrônicos focado no enfrentamento de ondas de inimigos distribuídos em um cenário de duas dimensões, onde os personagens protagonistas se movem da esquerda para a direita. Sua “era de ouro” se deu a partir do final da década de oitenta e durante as plataformas de jogos de duas dimensões dos anos noventa.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

jogadores a história de um trabalhador de escritório profissional e sexualmente frustrado que encontra na figura masculina de um atendente de bar uma forma de lidar com suas inseguranças e seus traumas. Carregado de uma temática homoerótica, o jogo apresenta, de forma explícita, cenas de nudez e sexo construídos em uma arte estilo 16 bits, referenciando e prestando homenagem à geração de jogos de fliperama. Devido a sua temática e as formas como a mesma é visualmente construída, o jogo se transforma em uma oportunidade ímpar de análise do aferimento de uma identidade de gênero masculina associada ao grupo social e cultural auto-denominado Ursos⁵, tanto quanto a comportamentos de uma também subcultura gay conhecida por *Leather*⁶, o que então passa a fazer construir uma identidade masculina que, apesar de normativa em sua forma de externar a sua identidade de gênero, se torna desviante, no sentido mais *queer* possível, ao viver e representar a sua sexualidade. Portanto, a análise das imagens e das narrativas que o jogo apresenta ao jogador constitui uma forma de aproximação e entendimento destas comunidades não apenas sobre aquilo que elas referenciam e constroem como o gênero masculino, mas também com possibilidades culturais e sociais de expressão de sua sexualidade - o que se transforma, então, nos objetivos principais deste artigo.

Para poder cumprir com seus objetivos principais, nos utilizamos de uma forma de análise metodológica associada principalmente aos campos dos estudos da Semiótica Discursiva e dos Estudos Culturais, acreditando que suas referências bibliográficas pressupõem a construção de um sistema de leitura de imagens que nos auxiliam no entendimento dos discursos culturais que se fazem impregnados no produto cultural analisado. Como se faz natural a partir deste ponto, o artigo se desenvolve tendo como princípios teóricos aqueles desenvolvidos por pensadoras e pensadores associados às correntes de estudos pós-estruturalista, notadamente representadas pelos trabalhos que denotam uma possibilidade de realidade em movimento de análise e questionamento tão construída quanto constante, preocupados com os efeitos sociais e as implicações

⁵ Uma subcultura da comunidade gay caracterizada por indivíduos com um tipo físico que envolve, geralmente, corpo peludo e barba, assim como uma imagem masculina de aparência bruta.

⁶ Uma subcultura da comunidade gay baseada no uso de vestuário de couro e fortemente ligada à noção de erotismo e prazer sexual, muitas vezes associada também às práticas de dominação e submissão.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

culturais dos discursos que atravessam nossa convivência com objetos midiáticos das mais diferentes naturezas e que fazem ver as mais variadas formas de vivências representadas das mais diferentes formas. Destas vozes, faz-se presente a leitura e alguns conceitos levantados por Stuart Hall em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*⁷, no que diz respeito às vivências dos corpos culturais contemporâneos, em constante modelação devido influências culturais advindas de processos de massificação, normatização e governabilidade; assim como escritos de Guacira Lopes Louro e Fernando Seffner, àquilo que entendemos e construímos socialmente não apenas como gênero, mas também especificamente dentro dos estudos da masculinidade e sua forma de evidenciar as relações de poder existentes na expressividade e caracterização de determinada masculinidade sobre outras tantas - o que não apenas nos permite evidenciar a forma como isso se constrói dentro dos sistemas de representação do jogo, mas também dentro de aspectos das subculturas analisadas a partir do mesmo. Somando-se a estes nomes e focando no que é denominado por *Game Studies*, ainda utilizamos escritos traduzidos de Adrienne Shaw, no que diz respeito aos jogos digitais e suas formas de representar identidades não-masculinas e/ou não-heterossexuais dentro de uma indústria majoritariamente masculina em seus modos de pensar e produzir conteúdos e discursos; a tese de Cremilson Ramos⁸ e sua forma de analisar o jogo *Mass Effect 3*⁹, notoriamente aberto ao debate e capaz de iniciar processos de subversão sobre o pensamento das representações não-normativas mas que ainda tenta heteronormatizar comportamentos masculinos e femininos; ainda presente se faz o contundente artigo *O Potencial Político dos Videogames para o Debate sobre Gênero e Sexualidade*¹⁰, de Leandro Lima,

⁷ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. 102 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

⁸ RAMOS, Cremilson Oliveira. **QUESTÕES DE GÊNERO NO VIDEOGAME MASS EFFECT 3: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS FEMINILIDADES E DAS MASCULINIDADES SOB A ÓTICA DE TEORIAS FEMINISTAS**. 2015. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

⁹ BOWWARE; DEMIURGE STUDIOS; EDGE OF REALITY. 2007. *Mass Effect 3*. Microsoft Game Studios/Electronic Arts.

¹⁰ LIMA, Leandro Augusto Borges. O potencial político dos videogames para o debate sobre gênero e sexualidade. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.129-143, 19 dez. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

elucidando e fazendo refletir sobre a potência das experiências de jogadores como formas de fazer viver uma programação midiática que se coloca como uma prática também política. De acordo com o autor

Essas experiências do jogar, configuradas pela narrativa e mecânica, mas também por outros aspectos de um complexo circuito configurativo, são cruciais para que os “sem-parte” ganhem voz, que utilizem os videogames como um token para conversar sobre política e fazer política, desafiando o consenso estabelecido, almejando a ruptura do segundo sistema de regras que orbita os videogames como mídia, como momento de jogar e como parte da cultura e do tecido social. (LIMA, 2017, p.141)

De acordo com um estudo conduzido por Adrienne Shawn¹¹, é possível encontrar referências LGBTQ+ em videogames desde a década de 1980. Outrora implícitas e discretas, há um sentimento coletivo de que estas referências vem aumentando nos últimos anos, em número de ocorrências e também em proeminência. Pulou-se de uma média de 3,5 jogos com ocorrências de conteúdo LGBTQ+ por ano na década de 1980 para uma média de 36 jogos por ano nesta última década. Somado a esta análise, e em concordância com a mesma, estudos de Sofia Utsch¹² evidenciam que

Through the analysis of those visualizations, it is possible to conclude that the representation of LGBTQ characters has increased during the past decades and also became more diverse in the identities that it portrays. In later years, the representation of LGBTQ characters is more well balanced and doesn't retain the strong bias towards gay men that can be observed in the 80s and early 90s. (UTSCH et al, 2017, p. 7)

A análise também mostrou um aumento da diversidade de identidades representadas, com queda da predominância de personagens gays masculinos e aumento do número de bissexuais, transgêneros e não binários. Outro dado notório que essa análise nos é capaz de mostrar é que as representações LGBTQ+ acontecem principalmente em

¹¹ SHAW, Adrienne; FRIESEM, Elizaveta. Where Is the Queerness in Games?: Types of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Content in Digital Games. **International Journal Of Communication**, Los Angeles, p.3877-3889, 2016. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/5449/1743>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

¹² SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL, 16., 2017, Curitiba. **Queer Identities in Video Games:: Data Visualization for a Quantitative Analysis of Representation**. Curitiba: 2017. 8 p.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

jogos dos gêneros RPG, Aventura e Ação, sendo o RPG o mais proeminente, com 40% dos casos. Essa prevalência deve-se, de acordo com a teórica, provavelmente à característica desses gêneros de possuir uma estrutura narrativa mais profunda, o que permite uma maior possibilidade de exploração das identidades de gênero e das expressões de sexualidade dos seus personagens.

Se por um lado é bom ver a representatividade crescendo, por outro, precisamos estar atentos para a maneira como esses elementos são colocados dentro dos jogos. Em entrevista com indivíduos LGBTQ+ que se consideram jogadores de videogame, Shawn garante que “Moreover, members emphasized that gay or queer representation in games would only be good if it was not stereotypical.” (SHAWN, 2012, p.78). O que fica evidente a partir dessa série de entrevistas é que há um desejo, por parte desses jogadores, por personagens mais próximos à sua realidade, com os quais eles consigam se identificar.

Se na indústria de jogos mainstream temos uma representatividade LGBTQ+ comedida, ainda que crescente, é na indústria de jogos independentes, o segmento denominado *indie*, que conseguimos encontrar jogos que abordam a diversidade de maneira mais explícita. Popularizados principalmente após os anos 2000, quando foram favorecidos tanto pela universalização do acesso à ferramentas de criação de jogos digitais, quanto pelo surgimento dos serviços de distribuição digital - como a plataforma *Steam*¹³ - e o surgimento de plataformas de financiamento coletivo, que também ajudaram a impulsionar esse mercado crescente até hoje. Junto à esse crescimento da produção de jogos indie, a demanda crescente por representações queer nessa indústria tem ajudado a propulsionar o desenvolvimento de jogos mais alinhados à representatividade LGBTQ+ esperada pelos jogadores, em suas diversas minorias. Ao afastar-se da necessidade comercial de atender um grande público, esses jogos conseguem tratar de assuntos e temas mais específicos e assim dialogar com grupos e subgrupos dentro da comunidade.

¹³ *Steam* é uma plataforma de distribuição digital de jogos criada pela *Valve Corporation*, através da qual é possível adquirir jogos para as plataformas *Windows*, *MacOS* e *Linux*. A *Steam* fornece ao usuário, além da instalação do jogo e atualizações automáticas, ferramentas de comunidade, como lista de amigos, grupos e fóruns. A plataforma permite qualquer um publicar jogos, mediante pagamento de uma tarifa e preenchimento dos requisitos.

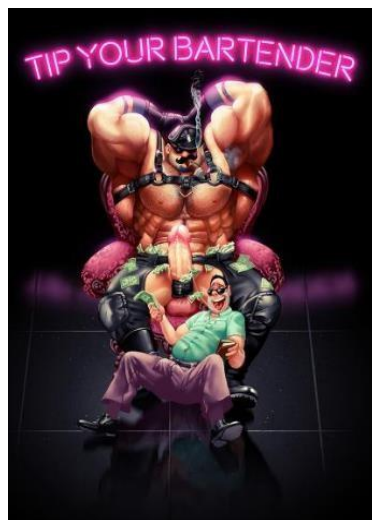


I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

É o caso, por exemplo, do jogo *Dys4ia*¹⁴, desenvolvido por Anna Anthropy em 2012. Trata-se de um pequeno jogo autobiográfico, em que Anna nos conta seu processo de transição de gênero através da terapia hormonal. Ainda que diferente de um jogo tradicional, por não possuir uma recompensa clara ao jogador por sua habilidade de jogar, o jogo transmite uma mensagem sobre um determinado assunto a partir de um conjunto de regras, segundo sua criadora.

A abordagem e a análise de um jogo eletrônico com temática homoerótica, dada esta realidade, se transforma em uma possibilidade de oportunizar grupos sociais historicamente silenciados, ou representados por outros, de criar suas próprias narrativas sobre si mesmos. O poder do gerenciamento destas representações transforma o sujeito de um espectador para um narrador de suas próprias experiências. Esta luta, pela representação nos espaços culturais, representa, para Guacira Louro, o privilegiamento da cultura como uma possibilidade de palco de luta. Para a autora “se propósito consistia, pelo menos inicialmente, em tornar visíveis ‘outros’ modos de viver, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões” (LOURO, 2008, p. 20).



¹⁴ *Dys4ia* é um jogo desenvolvido em 2012 em *Adobe Flash*, por Anna Anthropy, também conhecida como Auntie Pixelante. Através de uma série de minigames, Anna se propõe a contar sua experiência com terapia hormonal para mudança de sexo.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Através deste pensamento, alocado ao jogo em análise, o que podemos fazer notar através da imagem abaixo diz respeito a uma forma de evidenciar uma vivência do gênero masculino sexualizado através do seu sentido de desejo. Uma representação de masculinidade que, ao mesmo tempo que corresponde a um determinado padrão de exposição dos signos historicamente associados ao masculino, representado não apenas nos atributos em seu exagero físico como também na presença de uma indumentária representativa de imagens de poder - como o chapéu e o óculos historicamente associados aos policiais e agentes que detêm certo poder mandatário -, também cria uma situação de desvio da sexualidade normativamente heterossexual associada à esta figura, ao expô-la como objeto de desejo de alguém do mesmo gênero. Para além disso, a escolha de uma representação tão cartunizada para o exagero do tamanho do pênis não apenas confirma uma determinada ideia falocêntrica da expressividade homossexual masculina, como é também o próprio significado por trás da desconstrução de uma heteronormatividade dentro do jogo. Desta forma, e este é mesmo o objetivo do presente artigo, faz-se notar que este jogo em específico demonstra uma capacidade de relacionar dentro de si imagens e discursos que existem em uma relação de construção e desconstrução de diversas imagens que constroem discursos sobre e dentro da comunidade LGBTQ+, existindo, nestas relações, embates e confrontos sobre as formas desviantes de expressar possibilidades de sexualidades.

Vivendo em relações: os jogos, sua constituição e os fenômenos que os circundam.

Principiando as necessidades de compreender o estudo dos videogames dentro de campo específico, vale dedicarmo-nos a compreender de forma concisa, apesar de fundamental, como estes produtos culturais têm sido captados pelas diferentes estâncias do fazer acadêmico-científico. Atualmente percebidas como três esferas de aproximação, que englobam tanto os estudos semiótico-culturais quanto o desenvolvimento de aparelhos médicos, os *game studies* podem ser observados através de: I – Os estudos funcionalistas, que tentam perceber e estudar os efeitos, causas e consequências, do exercício de jogar videogames (onde poderemos encontrar a sociologia, a antropologia e



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

a educação como campos interessados); II – Os estudos técnico-tecnológicos, centrada nas perspectivas técnicas do desenvolvimento das linguagens associadas, torna por laboratorial as possibilidades que o videogame tem de gerar produtos e sistemas exportáveis a outras tantas mídias; e III – Os estudos formalistas, onde inscrevem-se a estética, as linguísticas e as semióticas, interessados nos estudos dos sentidos que serão atribuídos aos seus conceitos, com os quais serão criados alguns outros mundos. Como pode por quase em sua totalidade de vezes ser percebida na forma como os simpósios e encontros formativos deste campo de estudo se organizam, esta lógica é tornada visível ao observarmos a forma como se envolvem, nestes espaços, os agentes da indústria interessados na produção de um conhecimento acadêmico capaz de ser tornado útil para sua atividade, em interesses ou necessidades.

Se seu desenvolvimento técnico, muitas vezes previsto por relatórios e pareceres próprios da indústria em vista do mercado consumidor, torna improvável uma maneira de limitar teoricamente as experiências disponíveis, sua natureza interdisciplinar torna imprevisível uma organização clara de seus estudos – o que caracteriza não apenas uma variedade incrível de aproximações metodológicas como um enriquecedor modo de olhar para os mesmos objetos. Neste sentido, falar sobre videogame requer uma clareza sobre os aspectos que serão estudados, de onde sairão muitas das nomenclaturas que serão utilizadas¹⁵. Assim, quando referenciamo-nos aos videogames, neste projeto, estamos em sentido de aproximação com Nesteriuk, sendo então “aqui entendido não apenas como um tipo genérico de jogo que se processa e opera por meio de um computador, independentemente do lugar em que seja jogado, mas também como uma linguagem que, como tal, possui suas particularidades” (2004, p. 07). E sendo assim entendido, o videogame é tornado desígnio não apenas dos formatos mercadológicos através dos quais se fará, por muitas vezes, visto, mas também de “uma rede complexa que engloba as suas potencialidades (de realização, pesquisa...), bem como os envolvidos nesse processo” (Op. Cit., p. 07). Sendo um produto cultural, portanto, é preciso que olhemos para o

¹⁵ Para alguns campos de estudo o próprio termo “videogame” pode não resultar em sentido, visto que suas formas de observação sobre estes objetos podem se dar através de um estudo linguístico ou técnico que resultariam em nomenclaturas teoricamente distintas.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

videogame como uma complexa rede de relações entre os mais diferentes níveis do seu processo produtivo e de consumo, carregador de preceitos tão ligados à genealogia da autoria artística quanto à distribuição e usufruto massificados das suas obras. Assim como, através do fenômeno de seus usos, e à luz da bibliografia de Greimas, acenderá nos indivíduos processos capazes de fazer gerar efeitos de sentido.

Sobre a indústria e o mercado que movimentam-se para fazer gerar estes produtos e essas relações todas, dados de dois relatórios nacionais bastante atuais, ambos de 2018 – para além de trabalho de pesquisa realizado por Arlete Petry junto a um grupo de estudantes de *design* de jogos – ajudam-nos a entender de forma estatística o desenvolvimento a quem é atribuído os feitos técnicos destes produtos, tanto quanto o perfil demográfico daqueles que consomem a produção deste trabalho. Começando pelas empresas registradas como desenvolvedoras de jogos digitais, o segundo censo da indústria brasileira de jogos digitais indica-nos que a região norte foi a que mais viu aumentada suas estatísticas de crescimento, o que resultou em um aumento de 350% durante o período de quatro anos apresentados pelo censo – e mesmo a região com a menor margem de crescimento, o nordeste, apresentar um crescimento de 82% (SAKUDA; FORTIM, 2018, p.16). Em dados de rendimento financeiro, as empresas registram um faturamento considerável dedicado à produção de jogos digitais (49,8%), mas também com fontes que configuram os extensos braços econômicos que a própria indústria cria e sustenta, como desenvolvimento de softwares e serviços de TI (10,6%), treinamento corporativo (3,3%) e serviços educacionais (3,0%) (SAKUDA; FORTIM, 2018, p. 39). Em seus dados demográficos, a Pesquisa Game Brasil 18 traça um perfil que caracteriza a massa consumidora da indústria como heterogênea em questões como gênero e idade. Dos 75% de brasileiros que responderam de forma positiva à pergunta se jogavam, 58,9% são do gênero feminino e 32,7% têm entre 35 e 54 de idade, caracterizando dados que fogem consideravelmente à curva das representações sociais destinadas pelos seus produtos (SIOUX GROUP et al., 2018, p.06). Dentre os quais, 26,9% dizem ter uma frequência diária de acesso aos jogos e 25,5% jogam entre três e seis dias por semana, enquanto a média de duração das sessões de jogo varia de um tempo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de até uma hora (34,2%) até de três a seis horas (7,8%) (Op. Cit., p.07). A conclusão à qual os dados podem nos levar, e com as quais a indústria regular-se-á em seus planejamentos econômicos, encontram-se descritos no texto *Consumo de Videogames: Algumas Preferências e Motivações para Jogar*, de Arlete Petry (PETRY, 2015, p. 56):

Dada essa mais recente amplitude do público que consome jogos digitais, cada vez mais torna-se difícil pensar os consumidores de videogames como uma unidade. Há uma necessidade de entendermos como se caracteriza cada um desses grupos, o que cada nicho de jogadores objetiva alcançar ao jogar um jogo, embora perguntas mais gerais como, o que faz com que os jogadores gostem de determinado jogo, também carecem de respostas.

Ao refletirmos sobre os contornos de contágio desta mídia com os procedimentos formalizados do fazer pedagógico, logo percebemos a necessidade de uma análise crítica sobre estas formas de agenciar dos indivíduos uns sobre os outros. Como que em busca de entender os padrões existentes no bailar dos fios que atam-nos à um exercício infausto de um ventríloquo e seus dedos espasmáticos, pomo-nos a refletir modos de observar como criam-se relações ímpares a partir dos fenômenos que circundam ao redor dos nossos costumes, interessados na compreensão das perguntas mais próximas às corretas, colecionando linguagens e sistemas de interpretar as relações que dirão mais de nós do que os programas, formulários e códigos onde seremos inseridos. Expondo-nos às necessidades de nos aproximarmos dos discursos em constante relação de contradição, asserção, implicação, complementaridade e contrariedade (GREIMAS; COURTES, 2011, p. 365), a fim de estabelecer diálogos com discursos midiáticos que acabarão por constituir nossos modos de observar e perspectivar as maneiras como diligenciamos os efeitos de sentido que concedemos, mesmo que involuntária ou inconscientemente, aos produtos discursivos que nos alcançam.

Somos, considerando os argumentos anteriores, agentes tão *afetantes das* quanto *afetados pelas* programações que circundaram os nossos consumos. Esta relação elabora sobre nós um princípio de dependência mútua, considerando que nos tornamos a causa e o efeito destas metástases que constituem a relação das nossas individualidades com os mercados nos quais nos inserimos. O exercício semiótico, por conseguinte estratégia,



situa-se como alternativa metodológica à análise destes objetos e seus discursos, entendendo que a percepção sobre as relações semânticas que estes discursos geram num quadro geral de significação pode falar muito de nós através de suas relações de contradição, contrariedade e complementaridade (GREIMAS; COURTES, 2011).

Dos combates discursivos em *Strange Flesh*: breve vista sobre categoria e perspectiva

Dois quadrados semióticos ajudam-nos a compreender as formas como o jogo desenvolve seus contraditórios. Neles, a presença de uma relação intrínseca à socialização de uma violência denota o forte caráter histórico presenciado em suas práticas. O que vemos, na proposição destas análises semânticas, é a constituição de uma leitura da sexualidade como vista e desenvolvida durante a narrativa do jogo.

Figura 1: Quadrado Masculino e Feminino

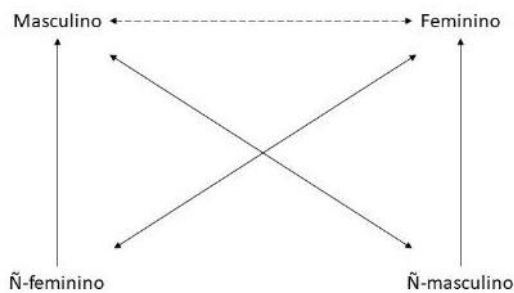
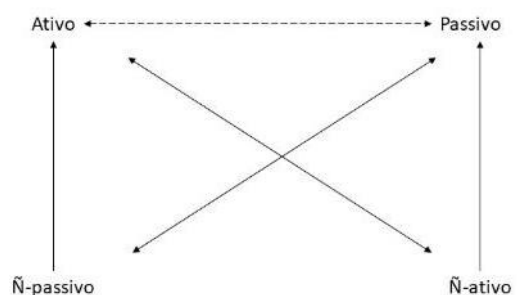


Figura 2: Quadrado Ativo e Passivo



Onde:

- ←-----→ Relação de Contrariedade
- ←-----→ Relação de Contradição
- Relação de Complementaridade

Na figura 1, o que vemos é um quadrado semiótico em busca de expor o modo como os fenômenos do jogo inserem não apenas uma relação evidente com o quadrado presente na figura 2, mas também como estabelece uma ordem estrutural socialmente



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

construída para sistematizar os comportamentos padronizados pela experiência coletiva. Masculino, portanto, existe em relação de contrariedade com o feminino ao mesmo tempo em que existe em relação de contradição com o que é ã-masculino. A figura representante da masculinidade presenciada no jogo, como o Bartender, apresenta signos que são históricos aos discursos masculinos: As roupas produzidas em um alfaiate, a falta de cabelos, a presença de pêlos faciais, o comportamento altivo subscrito pela postura dominante de um corpo amplo, o exagero de qualidades físicas associadas à força e o consumo de tabaco em forma de charutos, são apenas alguns dos meios de compreendermos esta figura como em relação com aquela descrita pela figura 1.

Figura 3: Bartender e Joel representando um dos momentos de expressão de uma sexualidade não heteronormativa.



A figura 3, por sua vez, exemplifica-nos como a mesma figura, do Bartender, anuncia, em suas práticas sexuais, uma relação de contrariedade com a própria categoria atribuída a si pelos signos previamente apresentados. Esta forma de disjunção evidencia-se pela representação de uma forma de prazer a qual os indivíduos categorizados como masculinos não são associados de forma normativa – como a estimulação do prazer anal, independente da forma. Inserido, no entanto, em outro contexto de relações culturais,



realocado sob a ótica de um grupo específico de indivíduos, aqui caracterizados através da comunidade ursina, estes signos rearranjam suas disposições semânticas e passam a valorar outros discursos e outras formas de atribuir sentidos sociais. Através desta disforia, compreendendo diferenças que causam sentido de contradição entre uma categoria em dois contextos culturais distintos, denota-se como a figura se torna capaz de, em relação com seu meio, rearranjar, através da vivência própria destas experiências, os sentidos atribuídos às suas materialidades.

Figura 4: Bartender e uma das versões de Joel em realização dos sentidos realizados pelo quadrado semiótico da figura 2.



A Figura 4 faz-nos observar o quadrado da figura 2 a partir de seus preceitos práticos. Durante a realização do ato que podemos observar na figura sugerida, vemos figurados os personagens do jogo envolvendo-se em uma relação que caracteriza esta que é outra forma de poder presente nas discursividades gays existentes na subcultura dos ursos.

Quando representado como o indivíduo caracterizado por ser o ativo de uma relação, a figura sugerida passa a carregar consigo uma série de formas de leituras que sobre ele recairão, e ditarão os seus prazeres, no que diz respeito à construção dos mesmos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tanto quanto dos seus limites. Sua prática sexual, anteriormente identificada como uma forma de disjunção semântica, vê-se por fim capaz de ser cooptada por um esquema outro que o caracteriza – em suas relações próprias de contrariedade, contradição e complementaridade – e o padroniza em um produto de consumo identitário.

Referências bibliográficas

BIOWARE; DEMIURGE STUDIOS; EDGE OF REALITY. 2007. Mass Effect 3. Microsoft Game Studios/Electronic Arts.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. 102 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

LIMA, Leandro Augusto Borges. O potencial político dos videogames para o debate sobre gênero e sexualidade. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.129-143, 19 dez. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, p.17-23, 2008. Trimestral.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

RAMOS, Cremilson Oliveira. **QUESTÕES DE GÊNERO NO VIDEOGAME MASS EFFECT 3: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS FEMINILIDADES E DAS MASCULINIDADES SOB A ÓTICA DE TEORIAS FEMINISTAS**. 2015. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SEFFNER, Fernando. **DERIVAS DA MASCULINIDADE: REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E DIFERENÇA NO ÂMBITO DA MASCULINIDADE BISSEXUAL**. 2003. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Cap. 9.

SHAW, Adrienne; FRIESEM, Elizaveta. Where Is the Queerness in Games?: Types of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Content in Digital Games. *International Journal Of Communication*, Los Angeles, p.3877-3889, 2016. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/5449/1743>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SHAWN, Adrienne. TALKING TO GAYMERS: QUESTIONING IDENTITY,



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

COMMUNITY AND MEDIA REPRESENTATION. **Westminster Papers**, Londres, v. 9, n. 1, p.67-88, 2012.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E ENTRETENIMENTO DIGITAL, 16., 2017, Curitiba. **Queer Identities in Video Games::** Data Visualization for a Quantitative Analysis of Representation. Curitiba: 2017. 8 p.

URSA MAXIMUS. *Strange Flesh*, v. 1.2. Estados Unidos: Greatest Bear Studios, 2017. Mídia digital.



Agora a Pablo Vittar foi longe demais: disputas semióticas em redes digitais, ciberacontecimentos e subversões de *fake news* em perspectivas *queer*

**Christian Gonzatti¹
Ronaldo Henn²**

Resumo: O artigo busca entender como o jornalismo e as redes digitais operacionalizam a imagem de Pablo Vittar, acionando disputas de sentidos, ciberacontecimentos e configurando territorialidades semióticas. Através da análise de construção de sentidos em redes digitais, percebemos como diferentes coberturas e contextos da rede geram diferentes signos, a subversão de *fake news* através do deboche e do humor – próximos de uma estética *camp* – e como o gosto é performado em articulação com outros marcadores sociais, como gênero e sexualidade.

Palavras-chave: *queer*; cultura pop; redes digitais; jornalismo; *drag queen*.

Introdução

“Cheguei. Tô preparada pra atacar”. O trecho, cantado pela *drag queen* Pablo Vittar na música *Sua Cara*, uma parceria com Anitta e Major Lazer, poderia ser substituído por “Tô preparada pra causar”. A cantora/performer tem causado – em um sentido que extrapola a dimensão de gíria LGBTQ na qual causar é algo próximo de *baphonizar*, lacrar, sambar – explosões semióticas e acontecimentos, acionando uma diversidade de disputas de sentidos. Utilizando a análise de construção de sentidos em redes digitais (HENN et al., 2017), nos desdobramos sobre semioses que permitem problematizar tais complexidades em perspectivas dos estudos *queer*. Assim, agrupando constelações de sentidos, nos questionamos como territorialidades semióticas são engendradas pela *drag queen* e o que as lógicas jornalísticas e os ciberacontecimentos sinalizam sobre a mediação de poderes e resistências que interferem na construção dos corpos que não pesam nessa interface?

Os movimentos da pesquisa, desde o segundo semestre de 2017, têm capturado o

¹ Doutorando e Mestre em Ciências da Comunicação, graduado em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda, Unisinos, e-mail: christiangonzatti@gmail.com.

² Pós-doutor na Universidade de Lisboa, Doutor em Comunicação e Semiótica, Mestre em Comunicação em Semiótica, Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, Professor do PPGCCOM da Unisinos, e-mail: henn.ronaldo@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

espalhamento de notícias sobre a *drag queen* e ciberacontecimentos emblemáticos em torno da sua imagem célebre para pensar nas articulações e tensões, em perspectivas queer, que emergem em distintas territorialidades semióticas – contrapondo em determinados momentos os públicos do jornalismo de cultura pop (GONZATTI, 2017) e do jornalismo tradicional (portais como Zero Hora e G1) –, assim como as articulações entre *fake news*, ciberacontecimentos e as subversões humorísticas desses processos.

Nos desdobramos sobre múltiplos casos, como o ciberacontecimento em torno da hashtag #todoscomPabloVittar, que organizava um protesto virtual contra a invasão da conta da performer no YouTube por apoiadores do político Jair Bolsonaro, o que resultou na exclusão do clipe da música K.O por um período, assim como a geração suspeitosamente intencional do jornalismo construir disputas semióticas para desenvolver visibilidade através das lógicas algorítmicas do Facebook – incluindo a veiculação de matérias que associavam um show da artista com o feriado da Revolução Farroupilha e o cancelamento de um show no estádio do time de futebol Grêmio, a Arena. Destacamos, nessas conjunturas, a notável visibilidade e potente espalhamento de *fake news* envolvendo Pablo. Uma delas, por exemplo, espalhada por grupos de WhatsApp e, posteriormente, para outras redes, aponta que a *drag queen* seria apresentadora de um programa infantil na Rede Globo, o Pablo Kids, uma suposta versão atual do antigo Xou da Xuxa, tendo quadros que disseminariam o que fundamentalistas religiosos e vertentes da direita denominaram de ideologia de gênero, como o Criança Viada. Por fim, a matéria ainda estimulava o seu compartilhamento com a hashtag #GloboLixo, mobilizando um boicote à emissora .

Os processos intensamente semióticos em torno de Pablo Vittar geraram, também, possibilidades de subverter o caráter fascista debochando das lógicas de espalhamento de muitas *fake news*. Uma diversidade de signos articularam-se ao ativismo de fãs (AMARAL et al., 2015) – presente em outras hashtags analisadas – gerando o espalhamento de um meme que narratizava histórias absurdas em torno da drag queen com elementos de linguagem que se aproximam das correntes de compartilhamento de notícias do WhatsApp. Nas muitas semioticidades que apareceram no nosso mapeamento,



Pablo emerge em uma série de “notícias” que envolvem, também, a Globo e o PT: uma inseminação artificial para engravidar do ex-presidente Lula, uma estátua sua colocada no lugar do Cristo Redentor, o seu rosto estampado nas notas de cinquenta reais, a substituição do jogador Neymar pela *drag queen* e muitos outros usos. Foi criada, também, uma página no Facebook, *Planos da Pablo Vittar para dominar o mundo*³, que publica regularmente textos dessa ordem. Defendemos tais linguagens como humorísticas como *camp* (SONTAG, 1987; LOPES, 2002), dada ao caráter exuberante, exagerado e artificial dos signos materializados em rede nesse contexto – o que, ao nosso olhar, é *queer*. Problematizar e materializar tais dimensões sobre Pablo Vittar através dos sentidos percebidos nesses processos é o esforço que desenvolvemos ao longo do artigo, atendendo à problemática.

“Yukê” é queer?

Entre os materiais propulsores de controvérsias em torno de Pablo Vittar, citamos as imagens e comparações feitas entre a *drag queen/diva pop* e o cantor do Queen, já falecido, Freddie Mercury. Há, em muitos conteúdos meméticos que atendem a tal reverberação, o desenvolvimento de assimetrias corporais, de gênero, sexualidade, performance musical e geração que atravessam as duas pessoas. Assim, Pablo seria uma vergonha por seu não-talento musical – e, tendo em vista a sua condição LGBTQ, Freddie é trazido como um contraponto que justificaria que não gostar de Pablo não tem relação com homofobia. Outras/outros artistas também são operacionalizados para realizar tais argumentos – Boy George, Cazusa, Renato Russo, Cássia Eller, Ney Matogrosso e Elton Jhon, por exemplo.

O que parece escapar nessas disputas está engendrado aos regimes de poder e performativos que atravessam diferentes signos, como o corpo, a voz, os parâmetros de sucesso da indústria cultural, entre muitas questões. Pensando nas manifestações da performatização do gosto nos sites de redes sociais (AMARAL, 2016), caberia questionar o porquê Pablo mobiliza tais explicações sobre o seu talento e a crítica que se legitimaria

³ <https://www.facebook.com/planosdapabloparadominaromundo/>. Acesso: 30 abr. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

através de comparações com outros artistas? Tais comentários críticos podem revelar outras marcas além do gosto? Os gêneros musicais – pop, rock, MPB, por exemplo – revelam-se nesse contexto como valorados por marcas do masculino e do feminino? Vittar faz pop, Mercury rock. A visibilidade e a alta aderência a uma cultura digital não visibilizariam tais artistas de uma maneira diferente? A atribuição de identidades aos artistas do pop – há, por exemplo, uma discussão sobre a bissexualidade de muitas das/dos citadas/citados – invisibiliza marcas identitárias? A letra, o conteúdo, a harmonia, a questão técnico-vocal pesa da mesma maneira para distintas musicalidades que penetram um contexto massivo – o sucesso de *É O Tchan!*, Xuxa, Mamonas Assassinas era/é perspectivado pelas mesmas lentes utilizadas para ler Pablio Vittar? Algumas perspectivas dos estudos queer podem nos ajudar a refletir sobre tais questões.

Para Foucault (1999, p. 89), o poder pode ser compreendido como uma multiplicidade de correlações de forças que exercem e consituem organizações sociais, assim como os jogos de lutas e afrontes capazes de transformar, reforçar, inverter tais condições e os apoios que podem ser gerados no encontro dessas correlações formando cadeias, sistemas, defasagens, contradições, isolamentos. Assim, relações de poder geram cristalizações insituacionais que tomam “[...] corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. Tais relações podem ser exercidas visando intencionalidades. Butler (2014) irá entender, assim, que o poder regula e reforça convenções performativas no campo do sexo/gênero: se um corpo tem um pau, será denominado como homem, mas para ser homem o mais próximo possível de um padrão ótimo foucaultiano, ele deverá cumprir uma série de imposições no campo dos gostos, da postura, da sexualidade, dos diferentes exercícios de poder e por aí vai. Ser desviado de alguma dessas imposições é, em diferentes níveis, produzir perturbações na norma. E perturbações devem ser punidas.

Para Guacira Lopes Louro (2013), *queer* é o sujeito das sexualidades desviantes, do desejo lido como abjeto, um corpo estranho, provocador em relação às normas de gênero. O termo que emerge no final da década de 1980 é atravessada por um teor pejorativo – algo próximo de bicha, viado, sapatona. Passa, no entanto, a ser



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ressignificado e dotado por movimentos teóricos e ativistas questionadores de algumas perspectivas feministas e dos estudos gays e lésbicos. Apliam a noção de mulher, questionando aspectos que se constroem como uma verdadeira absoluta através do biológico, rompem com a perspectiva normalizadora e higienizadora de um movimento gay e lésbico mais preocupado em mostrar uma “normalidade”, uma capacidade de atenderem aos padrões de gênero e aos modelos normativos de família – estando no campo de um “eu sou gay, mas posso me comportar como homem – no caso, não ser afeminado - casar, ter filhos, pagar as minhas contas e vivenciar tudo aquilo que uma família heterossexual almeja”. Nessas relações de poder, a performatividade (BUTLER, 2003) pode ser compreendida como a força regulatória que determina compulsoriamente os modos de ser e estar no mundo. Algumas ações no entanto podem desestabilizar os regimes performativos do gênero.

A *drag queen*, no entendimento de Butler (1993), é um espaço ambivalente, na medida em que é constituída por regimes performativos aos quais se opõe. O *fazer drag*, no entanto, pode revelar a estrutura imitativa do gênero hegemônico, desestabilizando o caráter natural e originais das convenções heteronormativas. Mas ela também destaca que a *drag queen* pode funcionar como um entretenimento heterossexual de luxo. Berenice Bento (2006), ao falar da experiência de mulheres transexuais, coloca que o feminino representa o que é desvalorizado socialmente e, portanto, ao ser colocado sobre corpos que nasceram com pênis, é gerada uma ruptura inaceitável com as normas de gênero.

Pablo Vittar inscreve-se nesse contexto de relações de poder no campo do gênero e da sexualidade. Ao mesmo tempo em que constrói para si uma performance *drag* muito próxima a configuração daquilo que o pop, regulado pelo capitalismo transnacional, atribui a uma feminilidade hegemônica (corpo curvíneo, magro, geralmente loira, com traços e gestos atribuídos historicamente ao feminino), gera perturbações ao ter nascido com um pênis e não com uma vagina. Não se espera isso de um corpo que deveria ser masculino a um olhar regulatório e contingenciador das possibilidades de estar no mundo. Ao mesmo tempo, ela assume uma fluidez de gênero em suas aparições públicas – ora está de “menino”, outra hora “montada”, com as sobrancelhas raspadas, roupas que



implodem noções binárias e uma série de outros signos que não se encerram no violento binarismo da sociedade ocidental. Acrescenta-se ainda que a voz e a música pop também recebem marcas generificadas – e o caso da artista, são femininas. Entendendo algumas dimensões *queer* que integram a nossa proposta, passamos a discutir o ciberacontecimento e aspectos conceituais que contextualizam a visibilidade da cantora.

K.O do ciberacontecimento

Os usos de ferramentas digitais facilitaram o falaceamento de informações. Qualquer pessoa com a mínima compreensão de programação e/ou de programas de edição de imagem consegue produzir um boato, uma falsa notícia, etc. Nos primórdios do rádio, uma parcela social ficou em pânico com o noticiamento de um ataque de marcianos à Terra. Agora o tal “pânico” pode ser ainda mais contextual e almejar interesses de diferentes ordens. Mas não basta “fabricar” uma informação/acontecimento, é preciso também mobilizar o seu compartilhamento através de múltiplas plataformas. É nesse contexto que o site E-Farsas produziu uma *fake news* (notícia falsa) sobre Pablio Vittar⁴. Com a ajuda de um editor de imagens, colocaram o rosto da *drag queen* no lugar da Efígie Simbólica da República em uma nota de 50 reais. Publicaram no Twitter questionando a veracidade da imagem e muitos perfis, também no Faceook, começaram a espalhar a informação de que a Casa da Moeda faria essa homenagem à cantora – muitos perfis em tons humorísticos, outros indignados e encarando a ação como concreta e real.

Os ciberacontecimentos são acontecimentos cuja as dimensões que levam as suas emergências estão fortemente implicadas nos processos que se desenvolvem em redes digitais (HENN, 2014). O LIC, Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento, do PPPGCCOM da Unisinos, dedicou-se, em um primeiro momento, a refletir sobre como o espalhamento e a convergência mobilizam a construção de ciberacontecimentos de diferentes ordens. Nesse processo, o grupo chegou a seis categorias: *mobilizações globais, protestos virtuais, exercícios de cidadania, afirmações culturais,*

⁴ Fonte: <http://www.e-farsas.com/pablio-vittar-nas-notas-de-r50-o-dia-em-que-inventamos-uma-fake-news.html>. Acesso: 02 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

entretenimentos e subjetividades. Já em um segundo momento, o laboratório notou que muitos dos casos analisados eram perpassados potentemente por questões de gênero e sexualidade. Assim, o projeto *Produção de Acontecimentos em Redes Digitais: ciberacontecimento, gênero e homofobia* dedicou-se, nos últimos 4 anos, a entender circunstâncias nas quais semioses em rede que constituíam e espalhavam acontecimentos engendrados pela ameaça/sobrevivência/resistência das dissidências em um contexto de crise do jornalismo. Entre muitas considerações incitadas pelos trabalhos desenvolvidos nesse contexto, foram destacadas a configuração de territorialidades semióticas, ascensão do que estamos chamando de *fascismo social em rede*, inspirados pelas colocações de Boaventura de Sousa Santos (2008), e as dimensões dos ciberacontecimentos como possibilidades de fabricar e espalhar *fake news*.

Como territorialidades semióticas, estamos compreendendo os territórios em redes digitais que são instituídos e atravessados por semioses complexas de diferentes ordens, capazes de constituir tensões, permeabilidade, fechamentos, semioticidades retrógradas e libertárias e constituir campos de análise para diferentes dimensões teóricas. A semiose peirceana (PEIRCE, 2002) institui que um objeto, percebido na ordem dos signos, é capaz de gerar um signo, o seu interpretante, que passa a gerar outros signos em um processo de potencialidade infinita. No jornalismo, tal dimensão podia ser percebida na captura do acontecimento (objeto) por um jornalista (interpretante/signo) que construía uma notícia (signo). A frágil linearidade dessa continuação vem sendo quebrada pela ação de redes digitais, que desprendem a notícia das insituições jornalísticas convencionais e, a partir da ação dos públicos, passam a possibilitar a construção de outras narrativas para os (ciber)acontecimentos. Tais possibilidades, ao mesmo tempo que configuram o atravessamentos do jornalismo por redes de indignação e esperança (CASTELLS, 2011) em perspectivas mais libertárias, também geraram um cenário de intensa disputa de sentidos na qual acontecimentos são fabricados para sustentar crenças, ideologias e fechamentos às dissidências socioculturais. Casos como o fechamento da exposição do *Queermuseu*⁵ e os enfrentamentos gerados por uma criança

⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html. Acesso: 30 abr. 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ter tocado o corpo nu de um homem em uma performance artística⁶ tornam-se campos nos quais o fascismo social engendra-se às *fake news* fortalecendo a precariedade de determinados corpos e vidas na sociedade através de relações de poder.

Clarie Wardlei e Housse Derakhshans (2018), em recente relatório do Conselho da Europa⁷, alertaram que a divulgação de conteúdos pela internet com textos considerados mentirosos, que recebem a designação genérica de *fake news*, são apenas o começo de uma fase sinistra que ameaça os processos em rede. Fala-se agora em *deep fake news*, que se centra na facilidade com que se pode manipular imagens e vozes das pessoas e coloca-las em situações audiovisuais comprometedoras.

Danielle Citron e Robert Chesney (2018)⁸ discutem como a manipulação torna o fenômeno ainda mais pernicioso. Ronaldo Lemos, Virgílio Almeida e Danílo Domeda (2018), em artigo no suplemento Ilustríssima, da Folha de São Paulo⁹, alertam que essa não é uma ameaça somente para os indivíduos, mas para os próprios pilares do que se pode pensar como uma sociedade democrática. O Conselho da Europa designou todo esse conjunto de fatores como “desordem informacional”. Estamos adotando, nesse texto, a designação “colapso informacional”, que está em sintonia com a ideia de crise sistêmica que defendemos (HENN, OLIVEIRA, 2015).

Na perspectiva de que a alta conectividade em rede tem servido de configuradora para a proliferação de memes do fascismo (HENN, 2018)¹⁰, o *deep fake news* passa a ser mais uma poderosa máquina de sobrevivência e replicação desses memes. Os processos em rede, com plataformas de distintas naturezas, geram uma arquitetura facilitadora para o desencadeamento desse colapso, que pode ter sérias consequências. É nesse contexto que uma série de notícias falsas sobre Pablio Vittar passaram a ser espalhadas em sites de

⁶ <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/museu-e-acusado-de-pedofilia-apos-interacao-de-crianca-com-homem-nu/>. Acesso: 30 abr. 2018.

⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-vao-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml>. Acesso: 30 abr. 2018.

⁸ https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3213954. Acesso: 30 abr. 2018.

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-vao-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml>. Acesso: 30 abr. 2018.

¹⁰ HENN, R. **Colapso informacional: as configurações do fascismo entre plataformas e redes digitais**. No prelo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

redes sociais – atravessadas por disputas semióticas relacionadas a marcas de anulação do Outro. Assim, passamos a utilizar a análise de construção de sentidos em redes digitais para entender as diferentes territorialidades semióticas configuradas em torno da cantora.

Análise de construção de sentidos em redes digitais em torno de Pablo Vittar

A metodologia do LIC, Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento, grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, denominada como análise de construção de sentidos em redes digitais (HENN et al, 2017), pressupõe três movimentos principais: o mapeamento e a identificação, o agrupamento de constelações de sentidos e a elaboração de inferências através de lentes teóricas específicas. Assim, atravessados pelos estudos *queer*, mapeamos diferentes contextos nas redes digitais em torno de Pablo Vittar visando compreender as múltiplas semioticidades que os configuram. No processo, os signos com maior proximidade de sentido foram agrupados em constelações específicas. Desenvolvemos, a partir daqui, inferências sobre as constelações percebidas em distintas territorialidades e as disputas semióticas implicadas nelas.

No jornalismo tradicional, no veículo Gaúcha ZH, foram analisados os sentidos acionados por duas notícias: uma¹¹ relacionada a um show de Pablo no dia 20 de setembro e outra¹² sobre um show na Arena, estádio do time de futebol Grêmio. As constelações de sentidos percebidas foram:

- Terrorismo cultural contra as dissidências de gênero: comentários de cunho LGBTfóbico, odioso e que demonstram revolta na associação de Pablo com a Arena do Grêmio ou com a data da Revolução Farroupilha.

- Performance de gosto: argumentos que buscam legitimar/deslegitimar a carreira da *drag queen*.

¹¹ Fonte: <https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10150998327959956>. Acesso: 02 out. 2018.

¹² Fonte: <https://www.facebook.com/gauchazh/posts/10151142939269956>. Acesso: 02 out. 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

- Enfrentamentos do ódio: posições antimachistas e antilgbqtfóbicas. Entram em campo de argumentação/disputa com comentários odiosos.

- Crítica das práticas jornalísticas: dada a construção do texto jornalística da matéria sobre o show na data Revolução Farroupilha, que tenta engendrar a presença de Pablllo a um suposto “afrente” em relação as tradições gaúchas (e ao machismo, racismo e LGBTfobia implicados nesse contexto), muitos comentários passaram a criticar o movimento do jornalismo em questão de tentar inaugurar polêmicas para ganhar visibilidade.

-Performance fã: posições elogiosas e enaltecedoras da *drag queen*. Vibram com os shows e celebram a sua representatividade.

As constelações de sentidos muitas vezes estão implicadas umas nas outras, articuladas. Das com maior engajamento – terrorismo cultural contra as dissidências de gênero e performance de gosto – comentários como “*onde cantora? Otários! O eunuco é metido à cantor. É bizarro, ridículo e passa vergonha junto com a mídia hipócrita que fabricou esse trem*” e “*isso é uma vergonha. Com 365 dias do ano, no dia em que é de suma importância ao gaúcho, eles fazem questão de trazer essa ‘estrela’. Mas qualquer coisa é dito preconceito, homofobia, mas eles exigem respeito e não respeitam algo tão antigo e tradicional do estado*” apontam como performar o gosto pode ser marcado, também, por posições odiosas em relação a determinada diferença.

No jornalismo de cultura pop (GONZATTI, 2017), em veículo voltado a cobertura da música pop, o Pop Line, analisamos os sentidos acionados pela notícia do movimento em torno da *hashtag #TudoVaiFicarBem*. As pessoas passaram a dividir histórias de LGBTQfobia após o lançamento do clipe de "Indestrutível", de Pablllo Vittar. O site selecionou alguns signos da repercussão e desabafos – principalmente de Youtubers. Assim, nesse contexto, foram percebidas duas constelações de sentidos proeminentes, a já citada performance de fãs e relatos de LGBTQfobia. Entre os comentários com maior



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

engajamento, trazemos como exemplo.

“Já apanhei tanto na escola, desde a minha infância por ser afeminado. Uma vez me enforcaram até que eu fiquei inconsciente. Já jogaram a mesa da sala na minha cabeça. Já levei tapa na cara até das meninas. Eu era extremamente tímido e não podia contar pra minha mãe que na época era a pior pessoa do mundo e dizia que se eu apanhasse na escola eu também apanharia quando chegasse em casa. Eu superei tudo isso, mas infelizmente sofro de ansiedade e não consigo lidar com brigas ou pessoas gritando perto de mim, entro em choque”

Entendendo o colapso informacional como uma dimensão dos ciberacontecimentos – dada a maneira como os sites de redes sociais tornam-se ambientes para a proliferação de signos que podem “fabricar acontecimentos” – mapeamos algumas notícias falsas, também atravessadas por sentidos, sobre a cantora. Entre elas estão: “Pablo Vittar vai ganhar R\$5 milhões da Lei Rouanet em 2018”, “Pablo Vittar vai ganhar programas infantis na Globo”, “Pablo Vittar vai cantar hino nacional na Copa do Mundo”, “Pablo Vittar e Jean Wyllis farão turnê LGT em escolas do Brasil”, “Pablo Vittar vai deixar o Brasil se Bolsonaro ganhar as eleições”, “Pablo Vittar cantando nos ídolos antes da fama”. Todas elas – com exceção da última, mais voltada a um contexto de fãs, eram personalizadas e espalhadas em articulação ao terrorismo cultural contra as dissidências de gênero. Em alguns casos, como o do programa na Globo, a cantora é chamada de travesti ou traveco (uma confusão com a performance *drag* e a sua identidade sexual) por *printscreens* e plataformas que emulam o formato jornalístico convencional (um título, *lead*, imagem e texto). Dada a proliferação de *fake news* em torno da celebridade, muitos perfis passaram a compartilhar informações falsas sobre a cantora que debochavam dos absurdos já circulados sobre ela, parodiando as linguagens do *whatsapp*:



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Figura 1: Longe demais



Fonte: elaborado pelos autores.

Muitos dos conteúdos, que circularam em diferentes redes digitais, utilizam a expressão “Agora a travesti Pabllo Vittar foi longe demais” e narram acontecimentos inimagináveis que articulam, também, o PT e a Globo. Mapeando o meme da internet e as suas transformações, chegamos as seguintes constelações de sentidos:

Cultura pop – Hibridizações para informar exclusivamente sobre mentiras relacionadas a produções da cultura pop. Falam de programas de televisão (Domingão do Vittão), que a Globo vai exibir o desenho “Turma da Mônica Transgênero”, que Neymar substituirá Pabllo na Copa e o “gol” virará “Yukê” – expressão muito utilizada nas performances ao vivo da cantora, que Pabllo Vittar substituirá Jean Grey em “X-men”, que Avril Lavigne foi morta mais uma vez e será substituída por Pabllo Vittar e muitos outros usos.

Políticas do Estado – Quando falam de assuntos especificamente políticos através de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Pablo Vittar. Citam que haverá uma “Rede Pablo Vittar de ensino”, que serão cobrados impostos para as perucas, que Pablo Vittar substituirá o Papa Francisco e usos em outros contextos, como a prisão do ex-presidente Lula e a greve dos caminhoneiros.

Gênero – Quando usam Pablo para falar de questões de gênero e sexualidade. Geralmente estão articulados a constelação de Políticas do Estado. Citam que os gêneros serão mudados para Pablo Vittar e Pablla Vittar, travesti usada com pronome masculino e “o Pablo”, Pablo vai engravidar do Lula através de inseminação artificial, entre outras.

Subjetividades – perfis falando de aspectos da sua vida, não de questões mais públicas. Falando das suas escolas, de seus amigos, de si através do meme.

Reterritorializações simbólicas e geográficas – Mudanças urbanas, da geografia, de sites de redes sociais. Como que a Nasa estaria com projeto de colocar o rosto de Pablo Vittar na Lua, o Planeta teria o nome da Pablo, as redes digitais serão todas dela, as buzinas terão o som da Pablo Vittar, a bandeira LGBTQ será colocada na Lua e no Sol (o que seria arquitetado pelo PT para promover a safadeza LGBT pela galáxia).

Percebemos que o caráter exuberante dos signos que buscam subverter as *fake news* em torno de Pablo Vittar aproximam-se de uma estética *camp*: exagerada, divertida, escandalosa. Tais processos, ao brincarem com a artificialidade do gênero e com as possibilidades performativas dos signos marcados como masculinos e femininos, nos parecem *queer*.

Considerações finais

Os percursos metodológicos sinalizam como muitas bichas, travestis, putas e uma série de corpos e vidas são percebidos pelas lentes heteronormativas da cultura ocidental, as maneiras através das quais o consumo da música pop é perpassado por questões de gênero, a configuração de territorialidades semióticas a partir da ação dos diferentes públicos e do jornalismo, as possibilidades através das quais ciberacontecimentos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

emergem a partir de diferentes intencionalidades, os engendramentos associados ao ódio que levam ao espalhamento de *fake news* e as possibilidades de subverter tais lógicas a partir do humor *camp*. A anulação da diversidade, assim como a formação de um pensamento binário – muito apontado como reflexo de bolhas algorítmicas – nos parece, antes disso, resultados de processos históricos e culturais. Uma das grandes questões em diferentes territórios analisados – inclusive alguns que não foram trazidos para o texto – em torno de PabllóVittar seria a impossibilidade de se discutir a qualidade da música, performar o gosto, sem que se fosse marcado como um preconceituoso (comentários como “*não dá para falar nada desse cara que a patrulha mimimi já vai dizer que é homofobia*”). Percebemos, no entanto, que o ódio, nos contextos observados, *faz drag* de gosto: fala-se da voz e da música, mas na maioria das vezes são usados adjetivos pejorativos ou que tentam compulsoriamente enquadrar Pablló em uma linguagem masculina. Em alguns casos, o “não gostar” aparece sem tal ódio e, inclusive, é elogiado por outros perfis. Defendemos, também, as redes digitais como termômetros dos problemas de gênero. Questionamos, por fim, se Pablló, que construiu para si uma *drag queen* que remete aos marcadores de feminilidade hegemônicos já aciona um potente ódio contra as diferenças em contextos mais tradicionais do jornalismo – marcados como masculinos – e de alta visibilidade, o quanto falta para que outras cantoras e artistas, como Linn da Quebrada, sejam celebradas em um pop mais hegemônico? Estaríamos em um limite da cultura pop?

Referências bibliográficas

AMARAL, Adriana. Manifestações da performatização do gosto nos sites de redes sociais: uma proposta pelo olhar da cultura pop. **Revista Eco-PÓS**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Te0Glr>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

AMARAL, Adriana; SOUZA, Rosana Vieira de; MONTEIRO, Camila. De westeros no #vemprarua à shippagem do beijo gay na TV brasileira. Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital. **Galaxia (São Paulo, Online)**, n. 29, p. 141-154, jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/DEoI2s>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

transsexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: On the discourse limits of sex.** New York and London: Routledge, 1993.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 2003: Civilização Brasileira.

_____. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo: sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop.** Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2017.

HENN, Ronaldo; GONZATTI, Christian; ESMITIZ, Francielle. *Pussy Made Of Steel: os sentidos inaugurados por um cartaz da Women's March na página Supergirl Brasil.* **Revista Fronteiras**, 19(3):401-414 setembro/dezembro 2017.

HENN, Ronaldo; OLIVEIRA, Felipe de. **Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica.** **Famecos.** Porto Alegre, v. 22, n. 3, julho, agosto e setembro de 2015.

HENN, Ronaldo. **El cibercontecimiento, producción y semiosis.** Barcelona: Editorial UOC, 2014.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SONTAG, Susan. **Notas sobre Camp.** In: **Contra a interpretação.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce.** Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation, 2002.



O discurso binário e os algoritmos – fuga e captura no uso das redes por movimentos sociais

Luiza Müller¹

Resumo: Este artigo tensiona as problematizações oferecidas por Deleuze (1992;2005), Tufekci (2017), Pariser (2012) e Foucault (1985; 2009) acerca de disciplina, controle, tecnologias e movimentos sociais com o conceito de gênero enquanto categoria de análise proposto por Joan Scott (1995). Tal costura propõe debater o discurso binário como componente da lógica algorítmica das redes sociais enquanto territórios explorados pelos movimentos sociais atuam na era digital.

Palavras-chave: Algoritmo; Binarismo; Movimento social; Gênero; Rede Social

Introdução

Liberdade e opressão ocupam espaço – mesmo que em diferentes níveis – em qualquer tipo de regime, do mais tolerável ao mais rígido. Isso porque ambas instâncias travam um perene confronto de forças, vezes capturando-se, vezes em lados opostos. Nesse sentido, Deleuze (1992) defende que, mesmo movimentos que exploram linhas de fuga para a instauração de novas liberdades podem passar a integrar velhos ou até inaugurar novos mecanismos de controle. É a partir de tal premissa que este trabalho objetiva promover um debate teórico propositivo acerca das fugas operadas pelos movimentos nas redes sociais, enquanto territórios onde podem engendrar enfrentamentos e desenvolver redes de solidariedade, mas também podem ser entrincheirados, capturados, feitos refém ou mesmo desmantelados. Tal discussão, além das problematizações de Deleuze (1992;2005), Tufekci (2017), Pariser (2012) e Foucault (1985; 2009), verticaliza o conceito de gênero como categoria de análise trazido por Joan Scott (1995). De acordo com a autora, para analisar qualquer dado ou processo, seja ele histórico, social ou comunicacional, é preciso levar em conta as tramas que tensionam as relações entre os gêneros. Isso quer dizer que ele é mais que uma certa “identidade” aprendida, mas também um discurso que emerge de instâncias de poder. Por isso, questionar a polaridade feminino/masculino e seus sentidos desnuda todo o sistema em que ele está calcado, pois, da mesma maneira que se determina um corpo “de mulher”

¹ Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

como feminino, assim também, nos mais variados discursos, caracteriza-se o que está para ser dominado. De outro lado, o homem é masculino, assim como o é o Estado e o sistema hegemônico. Entretanto, a ocupação dos espaços de contestação online por esses sujeitos nomeados “femininos” desafia uma lógica forjada na cultura geral que tanto constrói a mulher como tecnicamente incompetente ou mesmo invisível nas esferas de atuação dos meios digitais, como está subscrita nos algoritmos que dominam e imobilizam os movimentos, desafiando-os a desterritorializarem seus discursos e suas práticas em busca de linhas de fuga. Para dar a ver tal lógica partimos de um debate acerca dos sinais e capacidades de um movimento na era digital e culminamos na discussão sobre as redes sociais como ambiente de controle e as implicações das questões de gênero no poder de estruturação das tecnologias.

Sobreajuste e estereótipo

O combustível principal de um movimento social é a atenção, essencial para a visibilidade de suas causas e cooptação de novos simpatizantes. Nesse sentido, tanto a vigilância quanto a censura já não devem ser concebidas nos mesmos termos da era pré-digital de centralização absoluta dos meios de comunicação de massa. Nesse período, os meios podiam simplesmente não falar de um determinado assunto ou dar a ele um ângulo unilateral, fosse por convicções próprias ou por pressão de algum governo. Hoje, “Enquanto um movimento social tem de persuadir as pessoas a agirem, um governo ou um grupo poderoso que defenda o *status quo* somente tem de criar confusão o suficiente para paralisá-las na inação” (TUFEKCI, 2017, p.29, tradução nossa). Ou seja, além do simples bloqueio da divulgação de informações, inviabilizado, em parte, pela dinâmica da internet, os novos métodos de censura consistem em mobilizar verdadeiros exércitos de apoiadores, robôs ou funcionários pagos para inundar a internet e, principalmente, os sites de redes sociais, com excesso de informações incorretas ou tendenciosas de modo a gerar dúvidas, confusão e distrair de tópicos importantes e reais, “tornando difícil para pessoas comuns navegarem na esfera pública em rede e distinguir fatos de ficção, verdade de embustes.” (TUFEKCI, 2017, p.28, tradução nossa)

Dessa forma, ainda é possível para governos ou opositores censurar e até mesmo



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

melhor vigiar. Porém, novas armas foram desenvolvidas para essa tarefa. No lugar da proibição, a nova manipulação dá-se pela curadoria, fluxo de informações e atenção, profundamente influenciada pela lógica da personalização de resultados que acaba por colocar cada usuário em uma bolha individual. Por isso, a internet, desenhada em tais moldes e controlada por algumas poucas empresas, “Em vez de descentralizar o poder, como previram alguns dos primeiros entusiastas da internet, (...) de certa forma o concentra” (PARISER, 2012, p. 96). Ou seja, apesar de a internet carregar em si, latente, a potência para a descentralização e democratização do conhecimento, na prática funciona como um grande censor (mesmo que sua aparência não revele tal função, como falamos acima). Portanto, diferente das expectativas iniciais que projetavam a eliminação dos intermediários (como a televisão e os jornais) no compartilhamento de informações, a realidade é que a internet ocupa justamente essa posição de filtro, porém, invisibilizando sua ação enquanto mediadora de informações.

Assim como o mundo da mídia de massa, a esfera pública em rede inclui instituições formais e informais, *gatekeepers*, hierarquias e curadores que moldam e influenciam fluxos de atenção. Essas estruturas em rede emergentes evoluíram rapidamente na última década, e essa evolução os torna fluidos e difíceis de identificar. A esfera pública em rede digital não substitui o antigo meio ambiente de mídia por atacado; Integra-se e interage com ele de maneiras complexas. O resultado é uma nova esfera pública que é mais aberta que o passado, mas que não é plana no sentido de todas as informações e intersecções com igual alcance, atenção e credibilidade. (TUFEKCI, 2017, p. 39, tradução nossa)

Dessa forma, por mais que a dinâmica das redes sociais online permita a comunicação e compartilhamento horizontal de informações, tais interações estão sob a tutela de um número muito reduzido de empresas privadas, das quais se destacam *Google* e *Facebook*, o que verticaliza essa pretensa horizontalidade. “E embora seu caráter multinacional lhes permita resistir a certas formas de controle, elas também podem funcionar como uma espécie de ‘loja de conveniências’ para governos interessados em influenciar os fluxos de informação” (PARISER, 2012, p. 98). Ademais, mesmo eliminando a variável da manipulação intencional de informação, os códigos que regem a internet e, especificamente, os sites de rede social, geram uma série de consequências não intencionais para os processos democráticos, assim como para os movimentos de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contestação a regimes opressores. “Na bolha dos filtros, a esfera pública – o âmbito no qual os problemas comuns são identificados e trabalhados – simplesmente perde relevância” (PARISER, 2012, p. 101). Isso porque o sistema baseado na personalização examina aquilo que pretensamente concordamos baseado em nossas ações e em pessoas parecidas conosco, selecionando um universo de informações baseado nessa teoria sobre cada usuário.

Quando deixados por conta própria, os filtros de personalização servem como uma espécie de autopropaganda invisível, doutrinando-nos com as nossas próprias ideias, amplificando nosso desejo por coisas conhecidas e nos deixando alheios aos perigos ocultos no obscuro território do desconhecido. (PARISER, 2012, p.15)

Nesse contexto, a aparência de imparcialidade dos mecanismos de busca ou mesmo da linha do tempo das redes sociais advém, justamente, da crescente parcialidade desses ambientes que se adequa às ideologias e visão de mundo de cada usuário. “Cada vez mais, o monitor de nosso computador é uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques feita por observadores algorítmicos.” (PARISER, 2012, p.7) Essa falta de controle dos usuários sobre as informações é o mais preocupante, pois intensifica a disparidade na posse de conhecimento e, “Se conhecimento é poder, assimetrias de conhecimento são assimetrias de poder.” (PARISER, 2012, p.100) Nesse contexto, retomamos as palavras de Deleuze ao afirmar que, “O poder ‘produz realidade’, antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar” (DELEUZE, 2005, p.38). Ou seja, o filtro constrói as “realidades” individuais e normalizadas (isentas, de maneira geral, de conflitos e diferenças) que são expostas a cada usuário. Discursos e disputas são consequência dessa instância não-discursiva, pois repressão e ideologia não são o combate de forças propriamente dito, mas sim a poeira levantada por esse combate (DELEUZE, 2005).

São diversas as relações de forças sob as quais operam tais plataformas e que criam esse ambiente: desde comerciais e legais a seus próprios modelos de negócio, assim como suas escolhas ideológicas. Ou seja, suas políticas de proibição e permissão, mesmo quando explícitas, são guiadas por preocupações financeiras, mas também são



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

influenciadas pela visão da própria empresa de sua plataforma. (TUFEKCI, 2017)

Assim, plataformas como o *facebook* (vastamente utilizada por diversos movimentos de cunho social) são financiadas por anúncios que fazem uso dos algoritmos para controlar a visibilidade de conteúdo. Nessa lógica, é mais vantajoso aos anunciantes conteúdos amigáveis do que reivindicações ou narrativas de revolta e indignação. Além de também ser mais vantajoso seguir estereótipos de gênero já bem definidos do que desenhar novas possibilidades de existências. É nesse contexto que, nas palavras de Tufekci (2017, p.29, tradução nossa), criam-se “câmaras de eco”, nas quais aqueles que desejam trazer à tona tópicos não tão agradáveis acabam falando apenas entre si. Por isso, para movimentos sociais, um algoritmo pode ser vento a favor ou forte muralha. “Algoritmos também podem moldar a tática de um movimento social quando os produtores de conteúdo de um movimento o adaptam para transformar suas mensagens para ser mais amigáveis aos algoritmos.” (TUFEKCI, 2017, p.154, tradução nossa) Ainda segundo a autora, são esses os subterfúgios que podem ser buscados de modo a gerar encontros e amplificar narrativas – como se entregar propositalmente à captura do algoritmo de modo a hackeá-lo. Dessa forma, “Movimentos estão fazendo sua própria história, mas em circunstâncias, e com ferramentas, não inteiramente de sua própria escolha” (TUFEKCI, 2017, p.29, tradução nossa). Nesse sentido, o processo de “sobreajuste” explicado por Pariser (2012) auxilia na identificação desses padrões ou desvios discursivos operados pelo próprio algoritmo das redes sociais.

A construção de algoritmos destinados a encontrar padrões apresenta dois desafios. O primeiro é encontrar os padrões que existem em meio ao caos. O segundo problema é o oposto: não encontrar padrões que não estejam realmente ali. O padrão que descreve a sequência “1, 2, 3” poderia ser “some um ao número anterior” ou “liste os números primos positivos do menor ao maior”. Não podemos ter certeza até obtermos mais dados. E se tirarmos conclusões apressadas, estaremos sobreajustando. (PARISER, 2012, p.90)

Tal processo só é possível pela atual política de privacidade e apropriação de dados da internet e das redes sociais, pois, “O que um dia foi um meio anônimo em que qualquer pessoa podia ser quem quisesse (...) transformou-se agora numa ferramenta dedicada a solicitar e analisar os nossos dados pessoais.” (PARISER, 2012, p.9) A questão se agrava quando levamos em consideração que a esfera pública em rede (seja nos Estados



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Unidos, América Latina, Europa ou Oriente Médio) foi amplamente deslocada para esses espaços comerciais, configurados também como ambientes de controle, como debateremos a seguir.

A tecnologia e seu poder de estruturação

No que diz respeito às redes sociais online, há um duplo controle: por um lado, um enorme banco de dados abastecido pelos próprios usuários através de suas atividades a reforçar o *status quo* e o discurso binário e, por outro, a regulação através do código algorítmico que ordena sua arquitetura e hierarquia de informação. Ou seja, os códigos algorítmicos são uma espécie de ordem lógica de procedimentos para a execução de uma tarefa: a descrição que um programador faz e que determinará como um programa ou site, por exemplo, executará as ações que lhe são ordenadas. “São leis estranhas, criadas sem nenhum sistema judicial ou legisladores e aplicadas de forma quase perfeita e instantânea” (PARISER, 2012, p.119). Por isso, enquanto nos regimes disciplinares o vandalismo surge como resistência ao cumprimento das leis, nos ambientes de controle como a internet, vandalizar é tarefa mais difícil, pois a regulação se dá por um código algorítmico que se camufla por trás de uma interface praticamente impenetrável e com aparência asséptica, tornando-se quase impossível identificar opositores e, eventualmente, quebrar algumas vidraças.

Portanto, é importante verificar em que instâncias e através de que códigos culturais, tais códigos algorítmicos reproduzem ou agenciam discursos binários. Pois, tomando o entendimento de Foucault (1985) a respeito da norma, o gênero é também um conceito normativo que, de acordo com a análise de Joan Scott (1995), expressa-se, principalmente, nas doutrinas educativas, religiosas, políticas, jurídicas e científicas. Nesses discursos, toma forma uma oposição binária clara e categórica a respeito do que se enquadra no feminino e do que deve ser atribuído ao masculino. Da mesma maneira se expressa na arquitetura da internet e das redes sociais enquanto visibilidades também potencialmente agenciadas por discursos binários e preconceituosos. Assim, tais conceitos “colocam em evidência interpretações dos sentidos dos símbolos que tentam limitar e conter nas suas possibilidades metafóricas.” (SCOTT, 1995, p.21) Ainda nesse



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sentido, e de acordo com Deleuze (1992), as tecnologias são a expressão das formas sociais que as geraram. Ou seja, o código inscrito em uma tecnologia é determinado pelas circunstâncias sociais nas quais foi redigido. Isso quer dizer que, apesar da liberdade que um engenheiro de *software* tem para fazer escolhas enquanto desenvolvedor, por exemplo, a variedade de possibilidades não é infinita durante sua construção. Ou seja, a relação entre tecnologia e sociedade é uma via de mão dupla. “As pessoas fazem tecnologia, mas a tecnologia também possui poder de estruturação” (TUFEKCI, 2017, p.131). Essa dupla construção é abordada, portanto, no binarismo intrínseco ao código binário e como esse se apresenta nas limitações e potencialidades a serem combatidas e exploradas pelos movimentos sociais.

Ambientes disciplinares e espaços de controle divergem no que diz respeito às tecnologias empregadas para o controle e condução da vida. Sobre isso, Gilles Deleuze afirma que: “Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p.225). Ou seja, enquanto a disciplina se encarrega da regulamentação e da vigilância de modo a aplicar uma norma – um molde – à qual devem todos se adequar, o controle, por sua vez, atua através da regulação – uma modulação – que, por meio do uso de dados conduz condutas atuando sobre a vida. Em outras palavras, enquanto a primeira normatiza, a segunda busca normalizar – homogeneizar, ou mesmo apagar, o diferente e a produção de diferença. É justamente essa normalização que opera um possível enfraquecimento das articulações e debates promovidos pelos movimentos sociais nas redes e também interdita expressões que desviem da norma e do pretenso normal, em outras palavras, que façam frente ao binarismo. Isso se dá porque o algoritmo pelo qual operam as redes sociais, hoje, baseia-se na personalização, ou seja, um filtro de conteúdos baseado nos interesses que cada usuário demonstra através de suas atividades. Tal lógica, que coíbi o aparecimento de conteúdos estranhos ou desagradáveis aos usuários, engessa processos que, eventualmente, levariam a confrontos e debates entre pensamentos divergentes. Entretanto, o controle de dados operado pelo biopoder, quando *hackeado*, subvertido e enfrentado, pode resultar em biopolíticas que não estão necessariamente fadadas a serem reterritorializadas (normalizadas) como um ciclo



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

infinito e sem escapatória. Diante disso, e nas palavras de Deleuze (1992, p. 224) “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”.

A socióloga Zeynep Tufekci (2017), ao se referir às “armas” de que dispõem os movimentos sociais enquanto suas habilidades de mobilização e mudança, nomeia-as de “capacidades”. Essas, segundo ela, assemelham-se aos músculos de um corpo, que podem ser mais fortes ou mais fracos, assim como podem ser usados para as mais diferentes finalidades. Seguindo seu raciocínio, a autora denomina de “sinais” as ações que derivam de tais capacidades, como os protestos, marchas, comícios e ocupações promovidas pelos movimentos. Tais sinais funcionam como uma espécie de ameaça do que um movimento é capaz de fazer. Ou seja, se é possível colocar milhares de cidadãos nas ruas contra um determinado governo, da mesma maneira é possível colocar em xeque sua soberania. Estar nas ruas é como fazer uma promessa, dar o testemunho de organização, determinação e poder. As tecnologias, todavia, chegam de maneira a desorganizar e alterar as relações entre as capacidades e os sinais de um movimento. Ações simbólicas online, como compartilhar uma imagem de apoio a uma causa, no entendimento de Tufekci (2017), também passam a ser “sinais”, por exemplo. Novamente, a problematização dessas capacidades e sinais, passa por compreender os códigos culturais, calcados no discurso binário, que atravessam os códigos algoritmos que constroem o ambiente no qual atuam os movimentos sociais, como o próprio feminismo, nas redes sociais, pois “O gênero está embutido na própria tecnologia. (...) a materialidade da tecnologia permite ou inibe a realização de relações específicas de poder de gênero” (GHEYTANCHI, 2015, p.45-46).

Considerações finais

A influência do gênero é decisiva no que se compreende por igualdade e desigualdade, mesmo que tal força não pareça explícita ou determinante, pois, para além de entendimentos de ordem biológica do que seria um “homem” e do que seria uma “mulher”, as estruturas hierárquicas de poder “baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”. (SCOTT, 1995, p. 26). Ou seja, há uma apropriação do binômio masculino/feminino que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

nomeia e determina significados e sentidos, de maneira a dar caráter natural a essa construção que é puramente humana.

Assim, caso os algoritmos não sejam projetados cuidadosamente na direção de resultados mais justos e diversificados, possivelmente apenas irão espelhar, automaticamente, a norma social vigente (PARISER, 2012). Na contramão de tal demanda, as intenções que estão por traz dos algoritmos não são de conhecimento claro dos usuários. O *facebook*, por exemplo, não nos apresenta a persona que ele pensa que representamos.

Por não escolhermos os critérios que os sites usarão para filtrar os diversos assuntos, é fácil intuímos que as informações que nos chegam através de uma bolha de filtros sejam imparciais, objetivas, verdadeiras. Mas não são. Na verdade, quando as vemos de dentro da bolha, é quase impossível conhecer seu grau de parcialidade. (PARISER, 2012, p.12)

Nesse sentido, o avigoro de estereótipos através do engessamento de identidades pode ser um dos efeitos colaterais da bolha de filtros descrita por Pariser (2012). Tal engessamento vem a reforçar o binarismo e, possivelmente também imobilizar e isolar possíveis debates com vistas à produção de diferença no ambiente das redes sociais como visam movimentos que delas fazem uso. Isso porque, o binômio homem/mulher está atravessado por diversos discursos, carregando o peso de nomeações e determinações diversas que, todavia, ao longo do tempo, completam-se, complementam-se, mas também se contrariam e contradizem. Por essa razão, o estudo do gênero aparece como maneira de classificar e compreender as estratégias que conduzem esses discursos e esvaziam e transbordam, esvaziam e preenchem essas categorias em semioses infinitas. Dessa maneira, a problematização desse binômio traz à tona os essencialismos que formatam os modos de ser e de sentir, assim como noções biologicistas de corpo, sexo e sexualidade.

O fomento de tais debates, para além do conteúdo compartilhado nas redes, deve ser transportado para o campo da expressão, rachando o binarismo intrínseco à escrita algorítmica assim como compõe o status quo em nossa sociedade. Ou seja, é preciso identificar os processos de sobreajuste (PARISER, 2012) apontando padrões, normas e normalizações como um primeiro passo para o hackeamento das redes e a potencialização das capacidades dos movimentos que delas fazem uso.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

GHEYTANCHI, Elham. **Gender Roles in the Social Media World of Iranian Women**. In: FARIS; RAHIMI. Social media in Iran: politics and society after 2009. Albany: State University of New York Press, 2015

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Vol. 20(2), jul/dez. 1995.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and Tear Gas. The power and fragility of networked protest**. New Haven & London: Yale University Press, 2017.



Homofobia: Concepções Sociais Extraídas de Comentários no Espaço Web

**Pedro Henrique Minotto Serafim¹
Aniele Krás Borges Bernst²
João Gabriel Maracci Cardoso³**

Resumo: no presente trabalho realizaremos a análise de comentários em notícias publicadas por grandes veículos do Brasil em suas páginas do *Facebook* que tratavam sobre a temática da homofobia. Num primeiro momento discutiremos a relevância e as peculiaridades da utilização desse espaço como lugar de análise social e passaremos, na sequência, a discutir questões relacionadas à homofobia. Para esse estudo, utilizaremos o método de Análise de Discurso, buscando capturar as ideologias que se tensionam nesse espaço, categorizando os argumentos ali explicitados.

Palavras-chave: homofobia; comentários em redes sociais; teoria das representações sociais; análise de discurso.

Introdução

A revolução digital alterou de forma significativa a arquitetura pré-instituída do processo informativo, substituindo a forma unidirecional do repasse das informações, para uma forma mais reticular, tecnologicamente interativa e colaborativa (FELICE, 2012).

Nesse contexto, as redes sociais trouxeram transformações significativas na forma como nos comunicamos, constituindo um espaço de organizações sociais construídas virtualmente (CABRAL; LIMA, 2017). Esse movimento estabelece um novo território, no qual se torna possível analisar sob uma ótica diferente diversos fenômenos sociais, servindo, portanto, como uma fonte “viva” de informações que podem ser analisadas e interpretadas.

O que vem sendo observado é que essas plataformas digitais têm se tornado um espaço importante para discussão política e pública, sobre temáticas variadas e de impacto social relevante, além de permitir a interação direta com usuários que estejam distantes geograficamente. Nesse espaço, vislumbramos conversas públicas e coletivas que

¹ Graduando em Psicologia (Noturno) na UFRGS, pedro.serafim@ufrgs.br

² Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na UFRGS, anielebernst@gmail.com.

³ Mestrando em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, jmaraccicardoso@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

influenciam a cultura, construindo fenômenos e espalhando informações. E são nessas conversações em rede que nossa cultura está sendo interpretada e reconstruída (RECUERO, 2012).

Levando esses aspectos em consideração, nos propomos a analisar os espaços de comentários em jornais de grande circulação no Brasil em suas páginas no *Facebook* em notícias com a temática da homofobia, com o objetivo de identificar os campos políticos que emergem nesses espaços, buscando explicitar e identificar os discursos ali colocados.

Analisaremos aqui discursos apresentados na perspectiva das representações sociais, teoria desenvolvida por Moscovici no âmbito da Psicologia Social. A teoria das representações sociais busca construir o entendimento de conceitos e justificativas dos fenômenos e fatos que são consolidados e construídos socialmente por meio do compartilhamento e comunicação (MOSCOVICI, 1978). Essa teoria busca compreender o senso comum coletivo construído por meio da mídia de massa, pela ciência, pela religião e pela interação entre grupos sociais (MOSCOVICI; SERGE; HEWSTONE, 1991).

Iniciaremos a discussão considerando a importância desse novo espaço na esfera social, trazendo uma análise teórica relativa aos tipos de comportamento ali encontrados. Em seguida, discutiremos as implicações teóricas da homofobia, contextualizando os aspectos dessa forma de violência, visando a contra ou justaposição dos discursos insurgentes nos espaços de comentários.

Buscaremos contrapor os discursos divergentes entre si, localizados nas discussões *online*, visando, assim, encontrar as representações sociais que são construídas e reproduzidas em diversos espaços da esfera social.

Os comentários selecionados serão analisados pelo método de Análise do Discurso e interpretados com base na teoria pecheutiana, considerando o aspecto ideológico do discurso.

OS ESPAÇOS DE COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS E SEU POTENCIAL DE ANÁLISE

A forma como nos relacionamos mudou substancialmente com os avanços



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tecnológicos. Dentre esses novos modos de interação, encontramos a tríade homem/máquina/homem. Essa nova forma de contato, mediada por uma máquina, é determinante sobre o modo como as pessoas passaram a se comunicar (CABRAL; LIMA, 2017).

Nessa nova lógica das relações e nas possibilidades criadas pelo universo digital, observamos construções de novos campos, antes possível apenas pela reunião de pessoas em determinado espaço geográfico. Discussões, debates, oposições, antes havendo de ser construídas analogicamente, agora podem ser estruturadas e construídas virtualmente. Os espaços de comentários em publicações na rede social *Facebook* são alguns desses ambientes em que podemos encontrar discussões de caráter político e ideológico.

De forma geral, os comentários feitos nos espaços das redes sociais representam a opinião do usuário sobre determinado assunto, em um ambiente que possibilita a abertura de discussões a partir de variados pontos de vista. Tais opiniões passam a ganhar visibilidade na esfera pública (BARROS; CARREIRO, 2015).

O usuário do ambiente digital, devido a sua condição de participante de uma discussão, e aos diferenciais desse espaço, como a possibilidade de anonimato, transmite seu ponto de vista de formas mais explícitas e espontâneas. Nesse espaço, as interações passam uma sensação de proximidade, pois tudo é facilmente acessível. Com isso, a linguagem se aproxima mais da coloquial e usual, e as pessoas se sentem mais livres para expor suas emoções e opiniões, dando margem para uma maior possibilidade de embates polêmicos (CABRAL; LIMA, 2017).

Dessa forma, acreditamos no potencial desse espaço como fonte para análise do comportamento e das crenças sociais, pois é um local em que o usuário se sente livre para manifestar seu pensamento de forma menos enviesada pela desejabilidade social. No entanto, devemos considerar que nesses lugares não há apenas a reprodução de representações sociais, mas também há a produção de novas ideias e construções sociais. O que se observa é que, muitas vezes, a propagação dessas opiniões pela repetição faz com que elas possam se tornar pensamento concreto no âmbito social.

Cabe aqui a crítica de Nancy Fraser (1992) que compara os espaços públicos a *esferas*, dizendo que esses espaços são como plataformas de socialização, com funções de sustentar os discursos públicos e de criar identidades.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Dessa forma,

se quisermos melhor entender como as ideologias dominantes, muitas vezes contraditórias, refletidas e reforçadas pelos diferentes tipos de discurso, estruturam nossas instituições e moldam a vida cotidiana das pessoas, é necessário ouvir não apenas o que as pessoas reais dizem de suas vidas concretas, mas também como elas o dizem e porque o fazem desta forma (LÚCIA ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 68).

Nesse contexto, discussões emergem nesses espaços e discursos são postos e contrapostos, em uma dinâmica rápida e acessível. Pensando nisso, buscaremos, extraíndo dessas discussões que ocorrem nesse espaço delimitado, compreender as representações sociais do conceito de homofobia e como ele é discutido e construído no âmbito social.

2 A HOMOFOBIA COMO OBJETO DE ANÁLISE

Conforme Bourdieu (1998), simbolicamente, a relação sexual fora construída como uma relação social de dominação, em que o símbolo do masculino representa a virilidade e o positivo e o feminino o frágil e negativo. Sair dessa lógica seria romper com a *libido dominandi*, colocando em cheque a ordem simbólica vigente. Tal fenômeno geraria uma reação que buscaria a eliminação do sujeito que foge à norma.

Nessa perspectiva, portanto, a homossexualidade emerge como uma categoria desqualificada no âmbito social, histórico e cultural (BORRILLO, 2009). Contudo, consideramos importante expandir essa análise, não restringindo essa desqualificação apenas ao sujeito homossexual, mas também a todos os sujeitos que, de alguma forma, se enquadrariam em uma perspectiva *queer*.

A teoria *queer* surge como um campo de estudo que busca explicar os fenômenos que solidificam as normas e abnegam a possibilidade de existência do que está fora desse território determinado, trazendo para o mundo epistêmico os sujeitos que, no processo de sua subjetivação, desterritorializam o que está dado. Nas palavras de Guacira Lopes Louro (2018, p. 4) *queer* “pode ser tudo que é estranho, raro, esquisito. O que desestabiliza e desarranja”.

Primeiramente, é importante trazer uma visão genealógica de como se desenvolveram historicamente as perspectivas de dominação em relação ao sexo e gênero.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Numa análise de Michel Foucault (1984), a condição do homossexual passou por um processo de rejeição social na sociedade medieval, momento em que ocorreu a imposição das práticas sexuais com um princípio de finalidade exclusivamente procriadora e, conseqüentemente, a constituição homossexual de um sujeito passa a ser perseguida.

Advindo da construção dessa moral cristã medieval - considerando que nas sociedades pagãs pré-cristãs a relação homossexual era concebida de forma diferente (FOUCAULT, 1984) - a homofobia se constitui como a manifestação violenta dirigida a esse grupo, sendo uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual, à semelhança de outras formas de exclusão como a xenofobia, o racismo, o antissemitismo ou o sexismo. As formas de manifestação dessa violência são diversas, podendo se manifestar no âmbito jurídico, científico, cultural e institucional (BORILLO, 2010).

A violência em relação ao sujeito que na sua expressão de gênero foge do binarismo instituído e/ou que exerce sua sexualidade fora da heteronormatividade é algo que está socialmente diluído, sendo possível de ser vislumbrado nas relações e, conseqüentemente, no espaço das redes sociais.

Com esses argumentos, claramente se identifica a ação da normativa heterossexual delimitada por Butler (2000), em que determinadas identificações sexuais e de gênero são possibilitadas em detrimento de outras, relegadas à condição de abjeção, numa operação de exclusão que forma um exterior constitutivo da norma, provendo um domínio de vidas consideradas como menos válidas.

O que se percebe é uma assimetria nas relações de poder constituídas entre os indivíduos enquadrados na norma vigente e os que não se enquadram. Contudo, como delimita Foucault (1995), é possível captar essas relações justamente onde há resistência, em que se percebe os movimentos opostos e dissonantes.

Há, portanto, uma nítida contraposição de forças: os sujeitos e os grupos que fogem a cisheteronormatividade são oprimidos e excluídos socialmente; no entanto, resistem a essa condição instituída e lutam pelo seu direito de existir. Esses discursos em constante tensão estão calcados em representações sociais construídas coletivamente nos grupos, mas também inseridas no pensamento individual. De acordo com Jodelet (1989), as definições de determinado objeto são partilhadas por membros de um mesmo grupo,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

trazendo uma visão consensual da realidade. No entanto, essa visão pode entrar em conflito com outros grupos, trazendo um dinamismo social dessas representações.

Ao analisar os discursos buscaremos captar as formas de representação que são dadas ao objeto homofobia pelos grupos e pelos sujeitos, considerando que algo que nos é dado pelo mundo externo só passa a ser conhecido quando temos a capacidade de representá-lo (JOVCHELOVITCH, 2004).

METODOLOGIA

Como forma de entender as representações sociais construídas e reproduzidas na *web*, especificamente nos espaços de comentários de notícias do *Facebook*, foi utilizado neste presente trabalho a metodologia da Análise de Discurso como forma de compreender qualitativamente o teor das discussões e opiniões políticas acerca das diferenças de gênero e sexualidade ali explicitadas.

Utilizando como norteador da análise a teoria pecheutiana, tentaremos trazer a ligação entre o discurso e a prática política, buscando captar dos sujeitos suas referências ideológicas. Os discursos são colocados como instrumentos das práticas políticas e por eles as relações sociais são reformuladas e as demandas sociais transformadas (PÊCHEUX, 1981).

Consideramos o espaço virtual um ambiente propício para realização dessa análise, levando em conta as suas peculiaridades e a possibilidade do encontro com representações sociais que podem ser buscadas em opiniões, atitudes, crenças, símbolos (GUARESCHI, 2000).

Para constituir o *corpus* da pesquisa, utilizamos comentários encontrados em notícias cujo tema estivesse relacionado a preconceitos de gênero e sexualidade publicadas em jornais de grande circulação no Brasil em suas páginas do *Facebook*. As duas notícias selecionadas foram divulgadas em decorrência do Dia Internacional contra a Homofobia, no ano de 2017.

As notícias selecionadas foram: 1) notícia veiculada na página do *Facebook* do jornal “O Globo” que, segundo dados do Instituto de Verificação de Comunicação no ano de 2017, teve, entre circulação impressa e assinaturas digitais, um alcance de 285.334



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

leitores. O título da notícia era “Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice”, publicada no dia 24 de janeiro de 2017 (ALVIM, 2017); 2) notícia veiculada na página do *Facebook* do jornal “Folha de São Paulo”, que no mesmo levantamento obteve um alcance de 243.404 leitores, cujo título era “Brasil patina no combate à homofobia e vira líder em assassinatos de LGBTs”, publicada em 17 de maio de 2017 (DINIZ, 2017).

Para constituir o *corpus* de comentários da pesquisa, foram determinados alguns critérios de seleção como forma de alinhar o estudo do espaço *online* com o objetivo deste trabalho. Visto que buscamos entender como se constroem as representações sociais nos locais de discussão do *Facebook*, foram considerados apenas os comentários que tiveram mais de cinco respostas, entendendo-se que em um espaço menor do que esse não é possível que se construam diálogos significativos para o fim desta pesquisa. Dos comentários selecionados que se enquadraram no primeiro critério, foram analisadas até trinta respostas, observando-se que dentro dessa amostra construíram-se discussões mais aprofundadas, em que foram defendidos diferentes pontos de vista e opiniões. Para as discussões que possuíam um número de respostas entre cinco e trinta, foram analisados todos os comentários. Comentários que estavam fora do tema das notícias selecionadas ou que não foram relevantes à discussão não foram considerados.

Dentro dos critérios citados acima, foram analisados um total de oito comentários da reportagem número 01 e oito comentários da reportagem número 02. Com relação às discussões dentro de cada comentário foram analisados oitenta e um comentários da reportagem número 01 e cento e cinquenta e oito comentários da reportagem número 02. Ao todo foram analisados duzentos e cinquenta e cinco comentários.

Classificamos os comentários apresentados pelo método de dedução frequencial e pela análise de categorias temáticas (GADET; HAK, 1997). Esses métodos facilitam a construção e o entendimento dos significados e discursos levantados sobre a homofobia, tendo em vista que a análise qualitativa é um processo que visa a construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva (MORAES, 2003).

Além da análise dos comentários e discussões, nos detivemos a analisar as



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

informações contidas nas notícias apresentadas, vislumbrando de que forma esse tema foi veiculado nesses jornais.

4 RESULTADOS

4.1 Análise das Notícias

A notícia veiculada no jornal “O Globo” traz na imagem de ilustração a foto de um adolescente que fora assassinado pela mãe e carbonizado pelo padrasto aos dezessete anos de idade. Esse caso teve grande repercussão nacional, e amigos e familiares da vítima relataram que a motivação do crime foi, provavelmente, homofóbica.

Os dados trazidos pela notícia mostram que trezentos e quarenta e três pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram assassinadas no Brasil no ano de 2016. A reportagem traz os métodos e critérios utilizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), responsável pelo levantamento, para a sua realização, mostrando que apenas foram considerados casos em que a motivação do crime acontecera por motivo homofóbico.

Com relação à notícia veiculada na página do “Folha de São Paulo”, há em seu conteúdo o mesmo levantamento realizado, no entanto, o enfoque é maior nas pessoas transexuais e travestis. Na discussão da reportagem, é elucidado diversos casos que repercutiram nacionalmente sobre violência e assassinato de travestis e transexuais, além de trazer dados e questões sobre suicídio e evasão escolar dessa população.

4.2 Análise dos Comentários e Discussões

No que se refere aos comentários e discussões, foi possível identificar uma oposição ideológica entre ideias, em que dois tipos de discursos, a todo o momento, disputavam espaço e apresentavam argumentos e contra-argumentos na tentativa de invalidar e/ou convencer o outro.

Uma primeira observação foi de que as discussões realizadas na “Folha de São Paulo” foram muito mais argumentativas e complexas do que as discussões que ocorreram no “O Globo”. Nesta, as discussões eram mais de destinações ofensivas aos



que argumentavam, ao invés de trazerem um caráter argumentativo. Isso revela, de certa maneira, que os usuários se comportam de forma diferente nas diversas plataformas *online*, embora não seja possível afirmar que isso seja uma regra para esses dois espaços, tendo em vista o delineamento pequeno da análise.

Duas grandes categorias se destacaram na análise dos comentários nesses espaços, que denominamos como **Invalidação da Homofobia** e **Reconhecimento da Homofobia**.

Como se percebe pela própria nomenclatura, essas duas categorias apresentam discursos opostos. A invalidação da homofobia foi encontrada em comentários que desqualificavam a homofobia, alegando que o número de mortes por esse tipo de violência não é significativo, negando, em diversos momentos, a validade dos dados apresentados nas notícias ou considerando o número de mortes muito pequeno em comparação ao número geral de homicídios que ocorrem no Brasil. Já os comentários que reconhecem a homofobia trazem em seu discurso o argumento de que ela é uma violência específica que acomete a população LGBT+. As discussões se davam, muitas vezes, em apresentações de diferentes explicações dos motivos dos assassinatos dessa população.

Os discursos se mantinham, no geral, em torno desses dois argumentos em ambas as notícias e, em praticamente todos os comentários. Acreditamos ser importante exibir mais detalhes com relação a essas categorias, a fim de esclarecermos alguns pontos.

4.2.1 Invalidação da Homofobia

Para melhor elucidar essa categoria, veja as informações na tabela abaixo:

Tabela 1 – Classificação dos Comentários que argumentavam pela Invalidação da Homofobia

| Classificação | Argumento |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desacreditar o Levantamento | Comentários que argumentam no sentido de desacreditar os dados apresentados na reportagem e no levantamento realizado. |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

| | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Violência no Brasil | Comentários que argumentam realizando a comparação estatística de mortes de LGBT+ com o número de assassinatos geral no Brasil, alegando que heterossexuais morrem em maior número, não diferenciando que essa população sofre violência apenas por exercer sua sexualidade e expressar suas formas de gênero. |
| Inferiorização do Grupo | Comentários que alegam que esses assassinatos são motivados pelo próprio grupo, que se envolve em tráfico de drogas, prostituição, e estabelece relações conjugais violentas. |
| Pauta Política de Esquerda | Argumento de que a homofobia e o combate à homofobia são pautas ligadas à esquerda, sendo apresentado, muitas das vezes, o argumentos de que essas discussões são ideológicas e possuem um viés político. |

Podemos observar que surgiram comentários na tentativa de desacreditar o levantamento apresentado na notícia. Muitos argumentaram no sentido de que a metodologia do levantamento era problemática, alegando que muitas mortes contabilizadas como homofobia foram, na verdade, mortes em assaltos ou outras formas de violência e não, necessariamente, por motivação homofóbica.

Alguns comentários nesse sentido trouxeram um preconceito mais explícito com a comunidade LGBT+, alegando que essas mortes ocorrem dentro do próprio grupo, pois essa população se envolvia com drogas, prostituição e relações conjugais violentas.

Muitos comentários trouxeram o argumento de que a violência no Brasil é um problema geral, não acometendo apenas a comunidade LGBT+, e que esse seria o motivo principal para que LGBT's morressem mais no Brasil. Esses comentários, muitas vezes, não demonstravam a compreensão de que essa população sofre violência em decorrência das suas expressões de gênero e sexualidade.

Outros comentários trouxeram que essa temática estaria ligada às políticas de esquerda, trazendo que essas discussões eram meramente ideológicas. O discurso punitivista estava presente na maioria desses comentários, alegando que a esquerda que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“defende bandido” seria a grande causa da violência no Brasil e que isso se refletiria nos assassinatos dessa população. Alguns trouxeram nas discussões que leis específicas que protegeriam os indivíduos LGBT+ simbolizariam um privilégio dessa classe, pois os heterossexuais, que também sofrem violências, ficariam desprotegidos.

Para esse grupo de argumento, o que se percebeu foi que o combate a violência, de forma geral, seria a solução para as questões da homofobia no Brasil, pois com leis mais severas e crimes sendo punidos devidamente, os sujeitos não cometeriam mais atos contra a vida de outra pessoa, independente da motivação.

4.2.2 Reconhecimento da Homofobia

Para melhor elucidar essa categoria, veja as informações na tabela abaixo:

Tabela 2 – Classificação dos Comentários que argumentavam pelo Reconhecimento da Homofobia

| | |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discurso das Minorias | Comentários que trazem a noção de minorias e, em muitos casos, amplifica o debate, indo além da homofobia e trazendo questões como raça e gênero. |
| Leis Específicas | Comentários que trazem a ideia de ser necessário leis que protejam essas minorias para que o número de mortes e a violência dirigida a essa população diminuam. |
| Violência Específica | Comentários que trazem a noção de que essa população é acometida por outros tipos de violência, assim como todas as outras populações, contudo, a homofobia é um tipo de violência específica que os atingem. |
| Fim do Preconceito | Comentários que trazem que para que essas mortes e essas violências deixem de existir, é necessário acabar com o preconceito. |

Primeiramente, é importante considerar que muitos comentários que reconheciam a homofobia surgiram como argumentos contrários ao de invalidação, em uma tentativa de convencer o opositor de que seus argumentos possuíam falhas ou estavam errados.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Isso reflete na categoria que traz a questão da violência específica que surge em contraposição ao argumento apresentado que traz que os heterossexuais morrem mais do que homossexuais, estatisticamente. Muitos comentários nessa categoria ampliaram as discussões, trazendo como exemplo outras formas de violência semelhantes que ocorrem no Brasil, como a questão de racismo e feminicídio.

No entanto, nas soluções para dar fim a essa violência que encontramos oposições mais relevantes nos discursos. Como exemplo, temos o argumento apresentado de que para que ocorra a diminuição desse tipo de violência, é necessária a criação de leis protetivas a essa população, bem como a implantação de medidas que contribuam para o fim do preconceito, disseminando, dessa forma, as motivações para que esses casos continuem acontecendo.

Um dado curioso é de que essas leis protetivas trazidas nos argumentos, também estão vinculadas a uma ideia punitivista, em que o sujeito homofóbico deveria ser punido pelo ato de homofobia, o que vai de encontro ao discurso oposto, que traz a noção de que, caso as punições no Brasil funcionassem, seria uma forma de dar fim ou reduzir significativamente a criminalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar há uma clara contraposição entre os discursos encontrados. Trazendo diferentes noções das causas e formas da homofobia como fenômeno social ou, em argumentos mais extremos, desacreditando que essa forma de violência exista.

Uma análise importante foi de que um número reduzido de comentários trouxe a manifestação de um preconceito explícito, o que revela o fenômeno da indesejabilidade social do preconceito (MEERTENS; PETTIGREW, 1999).

O que podemos perceber também são representações sociais em disputa nesse espaço, em que de um lado os discursos trazem dados estatísticos e estabelecem um panorama geral da violência no Brasil, na tentativa de explicar esse fenômeno. Nessa categoria de argumento, foi encontrado, muitas vezes, ideias criminológicas clássicas de que o indivíduo homossexual é perigoso pela sua condição biológica e psicológica,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

referências trazidas da escola positiva de Lombroso (BARATTA, 2004). Essas concepções científicas são, então, desdobradas de certa forma dentro do senso comum, sendo passíveis de verificação nessa análise.

Nos discursos apresentados em contraposição, observamos as consolidações teóricas advindas de teorias sociais das violências sofridas pelas minorias, bem como a identificação de marcadores sociais da diferença, como um marco relevante para análise social. Além disso, surge o entendimento de que a base dessas violências é, justamente, as concepções sociais preconceituosas que estão arraigadas no pensamento coletivo.

No entanto, uma análise mais aprofundada, visando captar esses movimentos em outros espaços no ambiente *online* é necessária para entender de forma mais concisa a forma como ocorrem esses processos e as disputas ideológicas passíveis de serem encontradas, tendo em vista que, ao nosso ver, o debate é bem mais amplo e imprevisível do que se parece.

Um dado curioso, porém, relevante, é de que ao final da reportagem divulgada no jornal “O Globo”, o responsável pelo levantamento do número de mortes traz a seguinte fala sobre as reações que recebeu ao apresentar os resultados:

“Todos viraram criminólogos. Dizem que não é homofobia, é gay matando gay, ou que os heterossexuais morrem muito mais. A homossexualidade é uma vulnerabilidade acrescida — aponta Mott. — Me surpreende a Dilma e o Temer não terem mobilizado seus aliados para encaminhar um projeto que equipare a homofobia ao racismo. Não queremos privilégios: queremos direitos iguais, nem menos, nem mais. Hoje, o racismo é crime inafiançável. Para a homofobia, é preciso depender da boa vontade do delegado ou do juiz (ALVIM, 2017).

Esse discurso, basicamente, resume todas as reações que podemos encontrar no espaço de comentários dessas notícias relativas à invalidação da homofobia, sendo, portanto, visível que essas representações estão presentes na sociedade e que é importante entendê-las a fim de que se possa compreender o quadro da homofobia no Brasil e buscar formas de intervenções sociais capazes de combatê-la.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Mariana. *Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice*. Rio De Janeiro, 24 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/1523191164387224>>. Acesso em: 2 abr.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

2018.

BARATTA, A. *Criminología crítica y crítica del derecho penal*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2004.

BARROS, S.; CARREIRO, R. *A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook*. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 17, n. 2, p. 174–185, 20 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/8339>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BORILLO, D. *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*. 1ª Edição ed. São Paulo: Autêntica, 2010.

BORRILLO, D. *A homofobia*. 2009. Disponível em: <http://academia.utp.edu.co/ps4/files/2016/09/homofobia_borrillo_pt.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 11ª Edição ed. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. DE. *Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal*. *Signo*, v. 42, n. 73, p. 86, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8004>>.

CALHOUN, C. *Habermas and the Public Sphere*. 1ª Edição ed. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology A, 1992.

DINIZ, Pedro. *Brasil patina no combate à homofobia e vira líder em assassinatos de LGBTs*. *Folha de São Paulo*, 17 maio 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1829993793709282>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

FELICE, M. DI. *Redes Sociais Digitais, Epistemologias Reticulares E a Crise Do Antropomorfismo Social*. *Revista USP*, n. 92, p. 6, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>>.

FOCAULT, M. *História da Sexualidade: Parte II*. 8ª Edição ed. Rio de Janeiro: Graal LTDA., 1984.

FOUCAULT, M. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso*. 3ª Edição ed. Campinas:



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Universidade Federal de Campinas, 1997.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. *Temas em Psicologia da SPB*, v. 8, n. 3, p. 249–256, 2000. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a04.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

JODELET, D. *Representações sociais: Um domínio em expansão*. PUF, p. 31–61, 1989.

JOVCHELOVITCH, S. *Psicologia Social, Saber, Comunidade E Cultura*. *Psicologia e Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 20–31, 2004.

LOPES LOURO, G. *et al. O Corpo Educado*. 2ª Edição ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. 3ª Edição ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ÚCIA ROCHA-COUTINHO, M. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. *Estudos de Psicologia*, v. 11, n. 1, p. 65–69, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v11n1/08.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

MEERTENS, R. W.; PETTIGREW, T. F. Sera o racismo subtil mesmo racismo? *Novos racismo, Perspectivas comparativas*. Oeiras Celta Editoria, 1999. p. 11–29.

MORAES, R. *Uma Tempestade De Luz: A Compreensão Possibilitada Pela Análise Textual Discursiva*. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191–211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

MOSCOVI; SERGE; HEWSTONE, M. *Psicologia Social*. Barcelona: Paidós, 1991.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanalise*. 1ª Edição ed. Rio De Janeiro: Zahar, 1978.

PÊCHEUX, M. *L'étrange miroir de l'Analyse du Discours*. *Langages*, Paris, n. 62, p. 5-8, juin. 1981.

RECUERO, R. *A Conversação Em Rede - Comunicação Mediada Pelo Computador e Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.



O *cyberbullying* associado às questões gênero e sexualidade na série *13 Reasons Why*

Verônica B. Crestani¹

Resumo: Este artigo se inscreve nas discussões acerca de gênero e mídias, trabalhando na perspectiva dos estudos culturais com aporte teórico em gênero e teoria *queer*, em interface com a sociologia digital. A pesquisa visa analisar as representações de gênero e mídias e a narrativa da série *13 Reasons Why* e como constroem-se as relações entre *bullying* de gênero, controle da sexualidade feminina e desigualdades, no que tange a gênero no contexto escolar, considerando a centralidade das mídias digitais na sociabilidade contemporânea. Assim, pensando em uma relação entre gênero, violência e internet, aborda-se o *bullying* de gênero e sobretudo a prática de *sexting* - compartilhamento de fotos íntimas ou sexuais de mulheres - não de forma apartada da realidade, pelo contrário, enfatiza-se como são relações mediadas em um contínuo on-offline que modificam os sujeitos e as relações travadas dentro e fora da escola.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; *bullying*; produtos culturais; mídias digitais.

Provenientes da convergência tecnológica e do advento da internet, os novos tipos de mídias criaram novas maneiras de consumir e reinventaram as formas de produzir os meios de comunicação e a indústria produtora de séries vive um período marcado pela adaptação às novas formas de consumo, que demonstram cada vez mais, preocupação em abordar temas de pautas atuais que circulam nos meios políticos e sociais. As representações de *bullying* de gênero e sexualidade com ênfase na violência no ambiente escolar, visto como uma problemática digna de atenção e abordagem crítica, é recente em produtos culturais, que até então naturalizavam esse tipo de violência. Isso é possível porque as ficções e as representações extravasam os produtos culturais e trazem discussões para o mundo real, assim como se modificam a partir de demandas sociais (GLEDHILL, 1997).

A Netflix, principal serviço de *streaming* do mundo², lançou em março de 2017, a série “*13 Reasons Why*”³ no Brasil traduzido como “Os treze porquês”, voltada a temas

¹ Graduanda de Ciências Sociais Bacharelado, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e-mail: veronicacrestani@hotmail.com.

² Disponível em: < https://media.netflix.com/pt_br/about-netflix > Acesso em: 24/11/2017.

³ Em pesquisa realizada no Periódicos Capes com o termo chave “13 Reasons Why” em títulos de artigos no período entre 2017 e 2018, foram encontrados artigos sobre as representações da série relacionada à potencial influência das mídias em casos de suicídio (Kingston, 2017; Knopf, 2017 e Poland e Thakkar,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do cotidiano escolar e violências de gênero e sexualidade em uma narrativa que constrói um vínculo entre *bullying* de gênero, controle da sexualidade feminina e suicídio, que tem seu marco inicial com exposição sexual por meio de mídias digitais. O presente artigo, a partir da análise das cenas da série, busca identificar como os usos das mídias digitais, sobretudo o uso de *smartphones* e internet no ambiente escolar são representados na série *13 Reasons Why* e quais as relações com o *cyberbullying* associado a questões de gênero e sexualidade. Para tanto, considera-se as representações ficcionais como construções baseadas em referências do mundo social, portanto podem ser interpretadas como uma forma de acesso a problemáticas do presente e, embora a série apresente relações com o contexto sociopolítico que está inserida, se trata de uma representação ficcional, com um contexto de produção específico (GLEDHILL, 1997).

Busca-se trazer uma discussão sobre a centralidade das imagens, boatos sexuais iniciados e potencializados pelas mídias, e exposição de fotos íntimas e com conteúdo sexual nas mídias, assim como a permanência das imagens expostas na rede, a reconfiguração das relações travadas no interior e exterior da escola, a partir do uso das mídias digitais, diretamente envolvidas com a perpetuação do *bullying* de gênero. O artigo está dividido em duas partes. Em um primeiro momento é apresentado o referencial teórico que norteia a análise e em um segundo momento será apresentada a metodologia e a análise das cenas.

2017). A repercussão foi abordada também em seu sentido ambíguo, na medida que ao mesmo tempo que traz a discussão de temas tabus, aborda o suicídio desrespeitando a cartilha da OMS (Bertolli Filho e Monari, 2018 e Carmichael e Whitley, 2018). No mesmo sentido, outro artigo aborda a reação do público e considera como os pais podem usar a série para conversar com os seus filhos sobre suicídio (Minutaglio e Harris, 2017), além de um artigo que trabalha a repercussão da série como mais voltada ao suicídio que às questões que são centrais ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, como masculinidade tóxica, desvalorização do corpo feminino e falha nas tentativas de diálogo entre adultos e adolescentes (Jenney e Exner-Cortens, 2018). Em pesquisa realizada em Bielfeld Academic Search Engine (BASE) como o assunto “13 reasons why”, encontrou-se estudo um de psicologia com foco no suicídio relacionando a série com o jogo da baleia azul (Bruno de Oliveira, 2017); uma tese de psicanálise abordando adolescência, *bullying* e suicídio (Pinto, 2017); uma análise de repercussão nas redes sociais online feitas pelos estudantes do Laboratório de Criação Digital (Labcon), sobre a repercussão da série no Brasil (d'Andréa e Dalben, 2017). Além de trabalhos sobre o uso do livro homônimo de Jay Asher, que influenciou a série como recurso para a discussão e combate do *bullying*, relatando experiências do uso do livro em sala de aula para discutir com os alunos sobre *bullying* (Chisholm e Trent, 2012; Rybakova, Piotrowski e Harper, 2013; Pasternock, 2018; Watson, 2014 e Richmond, 2013). Indo além, foi encontrado um artigo sobre a representação de Hannah Baker frente ao *bullying* (MARTANI, 2017). O presente artigo trabalha com as representações de gênero e sexualidade da série, além de destacar a importância das mídias digitais na sociabilidade contemporânea juvenil, abarcando discussões acerca de masculinidades, violências de gênero, *bullying* escolar e sociologia digital.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Estudos de gênero, queer e sociologia digital

Esse artigo vai trabalhar na perspectiva de gênero e *queer* em interface com a sociologia digital. Compreende-se gênero a partir da definição de Scott (1989), segundo a qual “baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). Scott desconsidera a noção de que o poder social é unificado e centralizado, sobretudo influenciada pelo “conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos ‘campos de forças’” (*ibid*, p.20). Rejeitando justificativas biológicas, entende que gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, tornando-se uma maneira de indicar as construções sociais acerca das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, ou seja, as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Indo além, afirma que o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, dessa forma não é diretamente determinado pelo sexo e não determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989, p.7).

Kimmel (1998) entende a masculinidade como socialmente construída, não como eterna, nem biológica. Pressupõe que as masculinidades variam entre as culturas e no decorrer do tempo, variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidade e no decorrer da vida de qualquer homem individual. Além disso, afirma que a construção se dá simultaneamente inter-relacionando relações de poder, “nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.)” (KIMMEL, 1998, p. 105), entendendo o sexismo e a homofobia como constitutivos da construção da masculinidade.

Considerando, conforme Flood (2008) que a vida masculina intensamente marcada pela relação entre homens, por homossociabilidade compreende-se: “vínculos sociais entre pessoas do mesmo sexo e, mais amplamente, a relações sociais com foco no mesmo sexo” (Bird 1996, 121, *apud* Flood, 2008). Flood (2008) argumenta que as relações de homossociabilidade entre homens influenciam diretamente as suas relações



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

heterossexuais, sobretudo moldando as relações sexuais que eles se envolvem, os significados que atribuem a esses envolvimentos e como desenvolvem narrativas sobre elas. Em suas pesquisas realizadas na Austrália, entre jovens de dezoito a vinte e seis anos, o autor mostrou que as vidas sexuais íntimas dos homens, são rotineiramente materiais para histórias compartilhadas em espaços de homosociabilidade masculina. Considera-se portanto a atividade sexual como um caminho para o status masculino, sendo os outros homens, o público, imaginado ou real, para as atividade sexuais. Homens que fogem a esse padrão, que tem relações próximas, mas não sexuais com mulheres, são considerados potencialmente homossexuais e feminizados, portanto tem-se a homosociabilidade enquanto heterossexual e masculina.

Lins (2016) argumenta que gênero, violência e internet estão relacionados, na medida que as redes são atravessadas por convenções de gênero e sexualidade associadas a ideais de masculinidade e feminilidade, sendo restritivas e condenatórias, perseguindo e condenando, sobretudo as mulheres envolvidas, ampliando normativas de gênero e sexualidade. Com o intenso uso de mídias e a rápida circulação e compartilhamento de informações, tais violências tendem a não ficar restritas às telas. Desse modo, usa-se o conceito de contínuo on-offline, do Miskolci (2016), contrariando a velha oposição entre real-virtual, com o intuito de afirmar que as relações mediadas virtualmente não se dão em um universo à parte, pelo contrário, são relações mediadas em um contínuo on-offline que modificam os sujeitos. Portanto, Miskolci acredita que “as novas mídias não criam um universo social à parte [...] antes mediam e modificam a forma como vivemos nossa vida off-line dentro de um contínuo articulado e interdependente” (MISKOLCI, 2011, p.16).

A exposição sem consentimento de conteúdos íntimos ou sexuais na internet é característica da contemporaneidade, que aparece como uma nova forma de violência, sobretudo contra as mulheres, que têm suas vidas devastadas após as imagens ou vídeos tornarem-se públicos. Barros & Ribeiro (2017) denominam *sexting*, as práticas de exposição da sexualidade, através das tecnologias digitais com aparato da internet. Portanto, *sexting* é

a produção e o envio/postagem/compartilhamento de mensagens/fotos/vídeos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de conotação sensual, sexual e erótico, através das tecnologias digitais (smartphone, tablets, computadores, entre outros), para um sujeito específico (namorados/as, ficantes, paqueras, amigos/as, etc.), ou para uma multidão quando, por exemplo, compartilhados em sites de redes sociais (SAFERNET BRASIL, 2012 *apud* BARROS & RIBEIRO, 2017).

O termo engloba quem compartilha os próprios materiais, aqueles que enviam material alheio, ou mesmo quando se recebe algum material e reenvia para outra pessoa. A escola está diretamente envolvida, na medida que a repercussão atinge a instituição, pois é onde os materiais repassados, visualizados e comentados e é comumente o primeiro lugar em que os conteúdos tornam-se populares, e geram violências, deboches, exclusões e xingamentos (BARROS & RIBEIRO, 2017 p. 207).

Miskolci (2012) abordando o foco dos estudos *queer* nos regimes de normalização a partir da experiência escolar, aponta que “padrões morais costumam ser a via de entrada de normas e convenções na experiência educacional” (MISKOLCI, 2012, p. 44). “A escola pune e persegue aqueles que escapam ao controle, marca-os como estranhos, “anormais”, indesejáveis” (*ibid*, p.19) e o processo de socialização das pessoas consideradas abjetas, tende a ser uma forma violenta de recusa das características “contaminantes” que a sociedade quer evitar. Miskolci (2012), ainda afirma que “a abjeção costuma lidar com o que há de mais íntimo em nós, daí ser compreensível que ela passe muito pela sexualidade” (MISKOLCI, 2012, p.38), que por sua vez, não está necessariamente relacionada a relações sexuais, “a sexualidade envolve desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós” (*ibid*).

Conforme Wendt & Lisboa (2013) a intensificação dos usos das mídias, a participação em sites de redes sociais e o compartilhamento de informações pessoais, via *smartphones* conectados às redes, possibilitaram uma nova forma de se relacionar e de configurar o espaço de interação social, inclusive possibilita a emergência de novas formas de comportamentos agressivos, associados aos usos das mídias e as violências moral e física deixaram de se limitar ao contexto escolar e outros espaços físicos. O *cyberbullying* envolve o uso de linguagem depreciativa, com conotações sexuais, de ódio e ameaça nos meios digitais. Esses ataques adquirem um caráter de permanência, diferentemente do *bullying*, uma vez que as informações são amplamente disseminadas à exposição pública, são difíceis de retirá-las de circulação, ficando registradas e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

disponíveis, possibilitando que qualquer usuário, a qualquer tempo, assista, compartilhe e salve manifestos de *cyberbullying* (WENDT & LISBOA, 2013; MAIDEL, 2009).

No caso do *cyberbullying*, as vítimas não podem prever quando serão atacadas, o agressor pode recorrer à vítima de diversas formas e a qualquer momento e além de invadir espaços considerados seguros e protegidos, fora do ambiente escolar, acaba potencializando ou causando o *bullying*. Por definição, *bullying* compreende as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder, podendo manifestar-se por palavras, gestos e ações (MAIDEL, 2009).

Metodologia

A análise do enredo da série se dá por meio de uma análise textual relacionada a uma análise de contexto, conforme a perspectiva dos estudos culturais, considerando que os sentidos e valores que permeiam as representações têm vínculos com as referências do mundo social (HALL, 1997). Nesse sentido, abordar uma série voltada a questões de *bullying* de gênero e sexualidade na escola é uma forma de acesso a problemáticas do presente, ainda que não se considere a série como simples reflexo da realidade, pois embora tenha aspectos vinculados ao real, a relação entre o mundo externo e a série é mediada por diversos fatores que envolvem escolhas e critérios durante o processo de produção, na elaboração do produto e nas expectativas da recepção (GLEDHILL, 1997). Parte-se do conceito de Hall (1997) de representação, portanto partir de uma visão construcionista, entendendo que a realidade é sempre mediada por nossas representações que são construções baseadas em uma série de pressupostos sociais, estereótipos, reforçando uma série de associações, que constroem mais que refletem significados. O significado não deve ser entendido como uma verdade intacta, mas como construído, resultado de práticas de significação, que ocorrem ao longo de um ciclo mantendo conexão com os significados produzidos em outros campos da vida social (ADELMAN, 2006; HALL, 1997).

Para a análise da narrativa e das representações de gênero que se desenvolvem,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

com o foco na reprodução de normas e desigualdade na escola, seguiu-se os passos propostos por Rose (2002), assim, conforme a literatura, foram selecionadas as cenas consideradas de maior relevância a partir de elementos considerados centrais nas representações analisadas. Assim, a escolha da bibliografia foi fundamental para a análise das cenas, na medida que em um primeiro momento se assistiu a série para tomar um primeiro contato com o objeto, e em um segundo momento foram feitas leituras iniciais sobre os estudos *queer* de gênero e sexualidade, assim como os estudos culturais e a análise sociológica de produtos culturais sobre mídias e representações. Fez-se uma revisão de literatura e em concomitância foram analisadas cenas da série. Portanto, as cenas foram escolhidas após um primeiro contato com a literatura, como propõe Rose (2002) “é impossível descrever tudo o que está na tela e [...] as decisões sobre transcrição devem ser orientadas pela teoria” (ROSE, 2002, p.349), portanto é preciso considerar que o processo de translado consiste em uma leitura que o pesquisador faz com auxílio da literatura proposta, escolhendo aquilo que deseja incluir e ressaltar e, embora cenas específicas sejam selecionadas é importante considerar que foram discutidas a partir de sua estrutura narrativa.

Representações de gênero e mídias na série *13 Reasons Why*

Hannah Baker, a personagem principal, grava 13 depoimentos em fitas-cassetes dedicadas às pessoas da escola onde estudou durante o ensino médio, explicando o envolvimento de cada uma, com os motivos que a fizeram decidir tirar sua própria vida. As fitas devem ser passadas adiante conforme as indicações em áudio e a única regra é que todos “os porquês” as escutem. Do contrário, seriam divulgadas publicamente. As fitas recapitulam os passos que a levaram ao suicídio, detalhando aspectos da vida cotidiana escolar e privada, ambientada em lugares que remetem ao convívio social da personagem, assim como a dos outros alunos que estão nas fitas. A série começa narrando após o suicídio, quando essas fitas são entregues em uma caixa na casa de Clay Jensen, que era amigo, colega de escola e de trabalho e que alimentava um amor platônico por Hannah. A narrativa acompanha as reações Clay, na medida que ele vai ouvindo cada fita. Portanto, a série possui dupla narrativa: Hannah Baker em áudio e Clay Jensen, quem

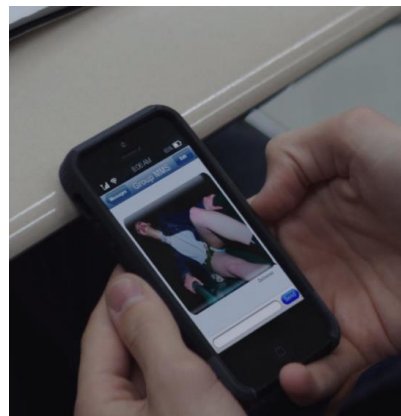


I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ouve as fitas. Além disso, a série é dividida temporalmente em dois momentos. O momento presente, após o suicídio de Hannah Baker, representado em cores frias, sendo sobretudo os momentos em que Clay Jensen ouve as fitas deixadas por ela. Conforme a narrativa das fitas, momentos do passado são reconstituídos ao longo da série com lembranças da vida de Hannah, em cores quentes, para facilitar a identificação do espectador do período temporal que se trata.

Na escola, Hannah tem sua vida atravessada diversas vezes pela forma como seus colegas julgam a sua sexualidade, em detrimento de um boato sexual logo nos primeiros dias de aula, quando se deparou com uma foto sua compartilhada com praticamente toda escola em uma rede social, via *smartphones* conectados à internet. Além de uma lista de “melhores e piores” das garotas da escola, feita pelos meninos sua turma, na qual ela tinha sido “eleita melhor bunda”. Após esses acontecimentos as pessoas começaram a reagir, e ela passou a ser estigmatizada como “fácil” e “vadia” sendo assediada e abusada constantemente dentro e fora da escola.



O primeiro episódio da série, “Fita 1, Lado A”, é sobre a fita dedicada a Justin Foley. Enquanto todos estão de luto após o suicídio de Hannah Baker, Clay Jensen, recebe as fitas, e começa escutá-las. Nas fitas, Hannah conta que apaixonou-se por Justin, logo nos primeiros dias de aula. O garoto aproximou-se dela e eles marcaram de se encontrar à noite num parque da cidade. Justin registra, com seu *smartphone*, uma fotografia em uma posição ambígua, da garota descendo o escorregador. Após Clay escutar a primeira fita, em cores quentes, representando o tempo passado, é reconstituído o momento que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Justin mostra a foto aos amigos e ela é compartilhada. A cena acontece na manhã seguinte, após Justin ter encontrado Hannah no Park Eisenhower. Justin é questionado por seus amigos, sobre seu encontro e mesmo Justin dizendo que não iria contar, foi cobrado a falar sobre o que aconteceu. Bryce pergunta: “Chegou na terceira base Justin? Justin responde: “Cai fora. Não vou dizer nada”. Bryce insiste: “Segunda?” Justin: “Me deixa em paz!” Bryce novamente: “Terceira?”⁴ Justin mostra a foto dizendo que “uma imagem vale mais que mil palavras”, sem explicar exatamente o que aconteceu deixando implícita a impressão de ter se relacionado sexualmente com Hannah - quando na verdade, apenas a beijou - e Bryce exclama: “Espaço público, irado” em um tom irônico. Tal fala é seguida de risos e em seguida Bryce toma o celular da mão de Justin, que embora tenha tentado evitar, é impedido de recuperar o celular pelo grupo de amigos. Então Bryce compartilha a foto com praticamente todos os alunos da escola, em uma rede social⁵.

Após o compartilhamento, o sinal toca e todos vão em direção às salas de aula. Já na sala, os colegas começam a receber a imagem que circula entre os celulares dos alunos e Hannah começa perceber olhares e risos em sua direção. Nesse momento, Hannah entende que se trata da sua foto e que os olhares de julgamento são para ela e começa a se sentir desconfortável. Clay Jensen recebe a foto e também direciona seu olhar a ela, que percebe a situação e parece se magoar com Clay por ele também tê-la julgado. No momento em que Clay visualiza, a foto aparece pela primeira vez. A foto é ambígua, permitindo várias interpretações, dado o seu enquadramento.

O compartilhamento é aqui pensado como ligado a construção de uma narrativa sobre o envolvimento sexual de Justin, tendo a foto como uma prova. Flood (2008) aponta uma associação entre experiência sexual e status masculino, geralmente iniciado em contexto escolar, sobretudo na época de ensino médio, entre jovens heterossexuais, em que a realização e a alegação de ter experiência sexual é uma via importante para o status do sexo masculino. O autor menciona em suas pesquisas, critérios usados por jovens, para ordenar as práticas sexuais, em uma hierarquia que define maior status sexual: “chegar

⁴ Os diálogos presentes ao longo do artigo são retirados da legenda para português da série, na plataforma Netflix.

⁵Embora não explicitada qual é a rede social, é semelhante a um aplicativo de mensagens instantâneas, que permite enviar, além de mensagens de texto, imagens. Algo semelhante a um grupo no WhatsApp.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

à primeira base’ (beijar uma menina), ‘segunda base’ (tocar seus seios), ‘terceira base’ (tocar seus genitais) e um ‘home run’ (relações sexuais)” (FLOOD, 2008, p.346)⁶, aspecto retomado no diálogo entre Bryce e Justin nessa cena.

O autor ainda argumenta que geralmente os homens não falam diretamente aos outros o que fez, mas usam “pequenos comentários” para permitir a impressão da ocorrência de uma atividade sexual, tendo ela acontecido ou não, muitas vezes usando a ambiguidade para facilitar leituras mais positivas pelos amigos. Em contrapartida, o autor compara a obtenção de status ao caso feminino, uma vez que, para mulheres que se relacionam com muitos parceiros, “o sexo pode ser um meio para a destruição da posição social e da reputação. As mulheres que são consideradas muito sexualmente ativas, ou que transgridem os limites da feminilidade aceitável, são rotuladas” (FLOOD, 2008, p. 347).⁷

Tanto a destruição da posição social quanto o rótulo, se pensados no ambiente escolar, pode ser relacionados às causas do *bullying* de gênero, uma vez que atos agressivos contra a vítima se mantêm e reverberam em diversos tipos de ataques (WENDT, CAMPOS & LISBOA, 2010). A partir do compartilhamento, Hannah Baker teve a sua vida atravessada pela forma como as pessoas passaram a julgar seu comportamento sexual, sendo constantemente atacada com xingamentos, assédios e abusos. Entende-se que tais comportamentos são frutos da reação à exposição sexual de Hannah por meio de dispositivos digitais. Dessa forma, Lins (2016) afirma que “uma vez espalhados pela rede, tais conteúdos trariam como consequência uma espécie de linchamento moral às vítimas, que seriam julgadas e atacadas por seus comportamentos sexuais” (LINS, 2016, p. 249), na medida que as convenções de gênero e sexualidade associadas a ideais de masculinidade e feminilidade, condenam comportamentos sexuais de mulheres e meninas, e comprometeram a reputação de Hannah Baker, e portanto seu valor dentro da escola, reduzindo-a a um estereótipo e relegando-a à esfera da abjeção⁸.

⁶No original: ““getting to first base” (kissing a girl), “second base” (touching her breasts), “third base” (touching her genitals), and a “home run” (intercourse)” (FLOOD, 2008, p.346).

⁷No original: “for young women, sex can be a means to the destruction of one’s social standing and reputation. Women who are seen to be too sexually active, or who transgress the boundaries of acceptable femininity, are labeled” (FLOOD, 2008, p.347).

⁸Espaço que é relegado às pessoas consideradas ameaças à visão de pureza que delineia o social, definido por horror, repulsa, motivo de desprezo e nojo, medo de contaminação (MISKOLCI, 2012, p.38).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Conforme Goffman (2004) uma pessoa marcada por um estigma, além de ser pouco aceita pelo grupo social, deixa de ser vista como pessoa na sua totalidade, ou seja, o social anula a individualidade e impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada.

Na narrativa da série, o *bullying* de gênero aparece diretamente associado ao uso das mídias digitais, pois o ponto de partida é a exposição sexual de Hannah, tornando visível o quanto os usos das mídias digitais são capazes de potencializar o controle e estigmatização de meninas no colégio. É possível, portanto, pensar as problemáticas de gênero envolvendo as mídias a partir das reflexões propostas por Miskolci (2016) com o conceito contínuo on-offline, de modo que uma foto compartilhada em uma rede social reconfigurou as relações no colégio, implicando diretamente no desconforto de Hannah na escola, e indo além, nas maneiras como as pessoas reagiram a essa foto mudando seus comportamentos em relação a personagem em questão.



No episódio três, após a repercussão da sua foto, quando Hannah cruza pelos corredores da escola, tem seu corpo fotografado por seus colegas e passa a receber olhares das garotas no banheiro. Mas além de fotos e olhares, gestos eróticos, palmas e gritos, por parte dos garotos que a perseguem nos corredores, além de apelidos e xingamentos como “vadia maluca” e “fácil”. Além disso, um problema enfrentado por quem tem suas fotos expostas em redes sociais ou plataformas de comunicação e compartilhamento de conteúdo, como o *Whatsapp*, por exemplo, é a dificuldade de controlar o material compartilhado, pois, assim como na série, estão no celular de cada usuário, tornando tecnicamente impossível a retirada definitiva do conteúdo, até porque mesmo que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

algumas plataformas facilitem a retirada de conteúdos indesejados, não seria difícil a foto virar um print (captura da tela) gerando novos ataques⁹.

Os usos das mídias foi uma escolha central na construção da narrativa no desenrolar do enredo da série, que vincula *cyberbullying*, sobretudo à exposição sexual. No episódio 4 “Fita 2, Lado B” essa problemática é retomada quando outra foto de Hannah é compartilhada. Na cena, Hannah e sua colega Courtney estão sozinhas na casa de Hannah, deitadas na cama de Hannah conversando e bebendo uma mistura de bebidas alcoólicas que encontraram na casa, quando começam uma brincadeira de desafiar uma a outra. Hannah desafia Courtney tomar mais um drink, ela conclui o desafio e desafia Hannah tirar o sutiã debaixo da blusa, que retorna o desafio à Courtney propondo que ela tire a blusa. Hannah é então desafiada a beijar Courtney. Hannah beija Courtney que devolve o beijo. Elas estão beijando-se deitadas na cama quando Hannah ouve um barulho de câmera fotográfica que vinha do lado de fora da sua janela e levanta-se rapidamente da cama, interrompendo os beijos, abre a janela e foca a lanterna, descobrindo que se tratava de seu colega Tyler Down, que acabava de registrar fotografias daquele momento íntimo das duas garotas. Tyler foge e Courtney fica muito desconfortável e vai embora da casa de Hannah às pressas, ainda que Hannah tenha tentado impedi-la de sair.



⁹“As mulheres são as maiores vítimas dos crimes virtuais. Elas correspondem a 65% dos casos de cyberbullying e ofensa (intimidação na internet) e 67% dos casos de sexting (mensagens de conteúdo íntimo e sexual) e exposição íntima. O número de casos de vingança pornô no Brasil, que atingem majoritariamente mulheres, quadruplicou nos últimos anos”. Disponível em : <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/08/mulheres-sao-maiores-vitimas-de-vazamentos-na-internet-saiba-se-protoger.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 12/09/2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

No dia seguinte, na escola, Hannah procura Courtney que evita ao máximo qualquer tipo de contato com ela, apresentando grande desconforto com a situação da noite anterior. Hannah não insiste, apenas diz que vai dar um jeito de conseguir as fotos com Tyler e Courtney concorda pedindo que faça isso. Hannah vai até Tyler que lhe entrega as fotos e aproveita a situação para convidá-la para sair. Hannah ironiza seu pedido e o nega. Tyler fica bravo e decide se vingar, compartilhando uma das fotos do beijo da noite anterior com o alunos da escola. Na cena seguinte aparece Courtney andando pelo corredor chorando enquanto todos riem, ela vai em direção à Hannah e mostra a foto em seu celular para ela. Hannah pede que Courtney fique calma, afinal ninguém conseguiu identificar que são elas, mas Courtney não esconde seu temor que descubram e pede para Hannah ficar longe.

O medo de Courtney de ser descoberta está diretamente associado ao medo da homofobia, de acordo com Miskolci (2012) a socialização na escola se dá dentro de um regime de terrorismo cultural, cercado por violências que expressam heterossexismo. O autor usa o termo “terrorismo cultural para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência” (MISKOLCI, 2012, p.32) argumentando que “o medo da violência é a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade” (*ibid*, p.33), por não saber de onde nem quando a violência pode vir a acontecer, opta-se por comportamentos seguros.

A repercussão da foto continua no episódio 5 “Fita 3, Lado A” quando a foto vira assunto na escola, e na sala de aula, está nos celulares de todo mundo, acrescentando o fato de que o uso de *smartphones* conectados à internet e em redes sociais ampliava ainda mais a rapidez da circulação, seja de fotos, boatos, ou notícias. Assim, a incorporação dos usos das mídias em casa e na escola trazem preocupações acerca de privacidade, segurança de informações, exposição de conteúdo indesejado, pornografia, publicidade ofensiva, manifestações de ódio, racistas, homofóbicas, etc (WENDT & LISBOA, 2013). Além disso, ninguém da escola parece saber que Tyler foi quem divulgou a foto, portanto, pode-se pressupor que as mídias digitais permitiram um certo nível de anonimato, o que parece encorajar comportamentos mais agressivos, além de contar com chances reduzidas de punição no caso de alguém procurar um culpado pela exposição da foto. Além disso, um agravante do *cyberbullying* é que a maioria das vítimas não contam sobre as agressões,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

principalmente quando se trata de fotos e vídeos com conteúdo sexual, seja pelo constrangimento e vergonha, seja pelo medo de julgamento e punição dos pais e da escola. Nesse episódio Hannah fala: “Eu nunca deixei de ter medo. Primeiro na escola. Depois a minha casa. Até meu quarto. Nenhum lugar era seguro”, evidenciando o quanto o *cyberbullying* “extrapola limites de tempo e local, invadindo e se fazendo presente em espaços anteriormente considerados protegidos e seguros para as crianças e adolescentes” (MAIDEL, 2009, p.116).

Considerações Finais

O desenvolvimento deste artigo possibilitou uma análise de como o *cyberbullying* envolvendo gênero e sexualidade está associado ao uso das mídias na escola, representados em *13 Reasons Why*. Para tanto apresentou-se uma bibliografia de gênero e *queer* em interface com a sociologia digital, e a partir da análise das cenas, por meio da perspectiva dos estudos culturais, apontou-se que em um contexto de intenso uso de mídias digitais e de rápida produção e circulação de informações disponibilizadas na rede, sobretudo o uso de plataformas de comunicação e compartilhamento de conteúdo em *smartphones* conectados à internet, no ambiente escolar trouxe mudanças significativas na forma de interação uns com os outros e com as mídias. A compreensão da construção da homosociabilidade masculina aponta uma associação entre experiência sexual e status masculino, gerando o desenvolvimento de narrativas das suas relações sexuais, envolvendo implicitamente sexismo e relações de poder desiguais entre os gêneros. Com o uso de dispositivos digitais, passou a fazer parte da construção dessas narrativas, o uso de imagens registradas e compartilhadas pelos seus *smartphones* conectados à internet, trazendo à tona práticas de exposição da sexualidade, através das tecnologias digitais com aparato da internet. A experiência escolar, aqui entendida como regime de normalização, está diretamente envolvida, na medida que é onde os conteúdos são visualizados e repassados, além de gerar violências e injúrias que reverberam no *bullying*. Assim, o *cyberbullying*, ultrapassa as telas dos celulares em uma relação de contínuo on-offline (MISKOLCI, 2016) e acaba potencializando ou causando o *bullying*. As mulheres envolvidas em exposições sexuais nas mídias são rotuladas, julgadas e atacadas por seus



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

comportamentos sexuais, portanto os usos das mídias digitais são capazes de potencializar o controle e estigmatização de meninas no ambiente escolar. Além disso, outro problema enfrentado por quem tem suas fotos expostas é o caráter de permanência das imagens expostas na rede e a vergonha de pedir ajuda.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Miriam. Estudos culturais e estudos de gênero: estendendo os olhares. **Cadernos da Escola de Comunicação** v. 1, n. 4, 2006.

BARROS, Suzana; RIBEIRO, Paula. Sexting, sextcasting, revenge porn e nudes: como a escola pode atuar nas discussões dessas práticas? IN: RIBEIRO, Paula; MAGALHÃES, Joanalira. **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

CASTELLS, Manuel. A comunicação na era digital, In: **O poder da comunicação**. 1a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FLOOD, Michael. Men, Sex, and Homosociality. How Bonds between Men Shape Their Sexual Relations with Women. **Men and Masculinities**. v.10 n. 3, 339-359, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

GLEDHILL, Christine. Genre and gender. 1997 IN: HALL, Stuart. **Representation: Cultural representations and signifying practices**. Open University, 1997.

HALL, Stuart. The work of representation. IN: HALL, Stuart. **Representation: Cultural representations and signifying practices**. Open University, 1997.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LINS, Beatriz. “Ih, vazou!”: pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre “pornografia de vingança”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 25, p. 246-266, 2016.

MAIDEL, Simone. Cyberbullying: Um novo risco advindo das tecnologias digitais. **Revista electrónica de investigación y docencia**, n.2, p. 113-119, 2009.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, p. 275-297, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, 2011.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **PARÁGRAFO**. v. 2 , n. 3 p. 91-111, 2015.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

WENDT, Guilherme; LISBOA, Carolina. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicologia Clínica**, vol. 25, núm. 1, pp. 73-87, 2013.

WENDT, Guilherme; CAMPOS, Débora; LISBOA, Carolina. Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. **Cadernos de Psicopedagogia**, v. 8, p. 41-52, 2010



Ciberfeminismo no Universo Gamer: Resistência contra os Discursos de Ódio Biopolíticos e os papéis de gênero

**Leandra Cohen¹
Liliane Dutra Brignol²**

Resumo: Nesse trabalho visa-se analisar os discursos de ativismo ciberfeminista na rede, que colaboram com a resistência de mulheres frente aos discursos de ódio biopolíticos que tentam excluí-las do Universo Gamer. Utilizaremos o termo biopolítica como foi concebido nas obras de Michel Foucault, indicando a forma como o poder político se aplica sobre todos os aspectos da vida humana, regulando os corpos e controlando as populações, de forma difusa e intrínseca ao ser-humano. Da mesma forma, compreenderemos o ciberfeminismo como um movimento de interação entre mulher, máquina e novas tecnologias, com o intuito de combater o machismo e os papéis cristalizados de gênero nas redes. A pesquisa toma por objeto os discursos de resistência da página da rede social Facebook “Gamer, você é machista”, criada em 2015 por uma jovem feminista que queria discutir o machismo nos games. Neste trabalho, o discurso funcionará como um operador teórico-metodológico, visto que será compreendido tanto quanto estratégia de poder e contra-poder (resistência), através de uma perspectiva foucaultiana, ao mesmo tempo em que estruturará a construção metodológica. A partir do estudo, foi possível verificar que a existência dos discursos de ódio biopolíticos não é suficiente para barrar a luta de mulheres pela ocupação de espaços que a sociedade insiste em dizer que não pertencem a elas.

Palavras-chave: Universo Gamer; Discurso de ódio Biopolítico; Ciberfeminismo; Gênero; Redes Sociais.

Introdução

Em 2015, uma jovem feminista, na época com 13 anos, decidiu criar uma página na rede social Facebook para combater o machismo nos games. Hoje, a “Gamer, você é machista”, conta com mais de 28 mil seguidores e, apesar das dificuldades encontradas por sua criadora para continuar com o projeto, mantém uma média de duas postagens por semana com conteúdo de resistência, incluindo o compartilhamento de notícias do Universo Gamer, memes que ironizam o machismo, tirinhas explicativas e textos postados em blogs pela administradora da página.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bacharel em Comunicação Social – Hab. Produção Editorial pela mesma instituição. E-mail: leandra.schirmer@gmail.com.

² Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: lilianebrignol@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O objetivo deste trabalho é analisar esses discursos de resistência ciberfeministas proferidos por mulheres nas redes sociais digitais, que visam combater os discursos de ódio biopolíticos no Universo Gamer, os quais reduzem essas mulheres ao seu caráter biológico e consideram esses aspectos inferiores, tentando excluí-las dos games por meio de humilhações ou ameaças de estupro e deslegitimá-las enquanto jogadoras, por acreditar que elas são “naturalmente” incapazes de se interessarem por games ou jogar tão bem quanto, ou melhor, que os homens.

Neste trabalho, o discurso funcionará como um operador teórico-metodológico, visto que será compreendido tanto quanto estratégia de poder e contra-poder (resistência), através de uma perspectiva foucaultiana, ao mesmo tempo em que estruturará a construção metodológica. Em seu livro "A ordem do Discurso" (1996), Foucault apontou que o discurso não é um elemento neutro e nem somente “aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo”, mas é o “objeto do desejo”, “aquilo pelo que se luta”, "o poder do qual nos queremos apoderar". Segundo o autor, o discurso produz saberes, já que “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. (FOUCAULT, 2008, p. 204 e 205).

Em suma, podemos dizer que as tecnologias de poder elaboram e reproduzem verdades de acordo com as suas necessidades. Os sujeitos são construídos discursivamente de acordo com os períodos históricos e as sociedades das quais fazem parte. Dessa forma, se aplicarmos essa articulação entre discurso-saber-poder ao Universo Gamer, podemos pensar que o discurso de que “mulheres não se interessam por tecnologia”, que “elas são naturalmente mães e donas de casa”, ou que “mulheres não têm capacidade de jogar” acaba fortalecendo os saberes construídos socialmente de que as mulheres pertencem ao privado e colaborado para a exclusão das mesmas de espaços ligados aos games. Porém, a recepção desses discursos não é passiva, pois, como também afirma Foucault: “Onde há poder, há resistência”. Por conta disso, o estudo pretende verificar, através das postagens da página “Gamer, você é machista”, algumas das estratégias discursivas utilizadas pelas ciberfeministas como resistência aos discursos de ódio que reduzem essas mulheres gamers as suas características biológicas, ligadas diretamente aos papéis de gênero definidos e replicados pela sociedade.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O discurso pela perspectiva foucaultiana

Para Foucault, “O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua” (FOUCAULT, 2008, p.56). O autor acredita que não devemos nos prender às coisas e às palavras e tratar os discursos apenas como um conjunto de signos, mas que é necessário compreendê-los como práticas discursivas, que sempre dizem algo a mais do que aparentam. “É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 2008, p.56). Nesse sentido, pode-se dizer que, para Foucault, o discurso existe para além de letras e palavras e da mera expressão de algo, ele não é um elemento neutro, mas um instrumento perigoso e poderoso “do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Em toda sociedade a produção de discursos é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos cujo papel é o de conjurar seus poderes e perigos, para obter domínio sobre seus eventos casuais, para evitar sua pesada, imensa materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8 e 9)

Um dos mais conhecidos procedimentos de exclusão da nossa sociedade é a interdição, que significa que qualquer um (direito privilegiado) não pode falar sobre qualquer coisa (tabu do objeto) em qualquer circunstância (ritual da circunstância). O segundo princípio de exclusão é a separação. Ela é associada à figura do louco na idade Média cuja palavra só era dada simbolicamente. “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação”. (FOUCAULT, 1996, p. 11). O terceiro procedimento de exclusão seria a oposição entre o verdadeiro e o falso, que estaria intimamente ligado à vontade de verdade.

Dentre esses três sistemas de exclusão que atingem o discurso (a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade) é sobre o último que Foucault fala mais longamente. Segundo ele, a vontade de verdade apoia-se nas instituições e é reforçada por práticas como a medicina e a pedagogia, através do suporte de bibliotecas e laboratórios. Ela também é reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade” (FOUCAULT, 1996, p. 17) e se exerce sobre os outros discursos por meio de pressão e coerção. Em suma, aceitamos certos discursos como verdadeiros simplesmente



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

porque eles foram determinados dessa maneira e ignoramos a vontade de verdade como uma “poderosa maquinaria” de exclusão que se opõe a vontade de saber.

A análise do discurso é um campo de pesquisa que, segundo Gregolin (2007), compreende "a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens". Sendo assim, a análise do discurso é uma das formas de compreender não só “o que se diz”, mas “por que se diz” e “de que forma se diz”. O discurso muda conforme a linguagem e as apropriações do discurso mudam, está sempre em movimento, pois é realizado por sujeitos que estão em constante transformação e em diferentes momentos históricos.

Isso significa que, em um momento histórico, há algumas idéias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso – elas delineiam a inscrição dos discursos em formações discursivas que sustentam os saberes em circulação numa determinada época. Por meio dessa análise, Foucault estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história. A discursividade tem, pois, uma espessura histórica, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. (GREGOLIN, 2007, p.15).

Como é possível perceber através dos escritos foucaultianos, a escolha de um discurso está intrinsecamente ligada ao poder, isso porque o discurso produz saberes. O saber, para Foucault, é uma prática discursiva especificada de várias formas, dentre elas “um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (FOUCAULT, 2008, p.205). Para o autor, “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. (FOUCAULT, 2008, p. 205).

Em suma, podemos dizer que as tecnologias de poder elaboram e reproduzem verdades de acordo com as suas necessidades. Os sujeitos são construídos discursivamente de acordo com os períodos históricos e as sociedades das quais fazem parte. Para Foucault, o poder é um instrumento capaz de produzir saberes.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

estão completamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Com isso, podemos concluir que o discurso produz saberes e que discursos de diversas áreas do conhecimento, articuladas com o senso comum, são capazes de contribuir para a criação e reprodução de certas verdades, que embora sejam construções sociais, podem acabar sendo entendidas como fatos históricos, que suscitam em discursos naturalizados pela sociedade. No entanto, também não devemos compreender o discurso como uma estratégia que esteja apenas a serviço do Estado ou de qualquer outro poder dominante, mas considerar o sentido apontado por Foucault de que ele é um acontecimento, uma prática e não apenas um signo. Dessa forma, devemos atentar para o valor de resistência de um discurso, através de sua transformação social através dos usos dos sujeitos, como veremos nos próximos capítulos.

O discurso de ódio biopolítico e os papéis de gênero

Para compreender o que são os discursos de ódio biopolíticos, precisamos primeiramente compreender o que é biopolítica³. Michel Foucault já nos atentava em suas obras sobre o Biopoder, uma nova forma de poder que se ocuparia em “fazer viver” e “deixar morrer”, que surge na segunda metade do século XVII, em contraposição ao Poder Soberano⁴. O autor descreveu, em seu livro “Vigiar e Punir” (2010), o primeiro braço do Biopoder, o poder Disciplinar. Os mecanismos disciplinares transformam o corpo no alvo dos mecanismos de poder e almejam controlar os indivíduos, tornando seus corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2010).

Ao longo do século XVIII⁵, com o aumento das populações, o poder disciplinar passa a ser combinado como um novo poder, a biopolítica. O poder da biopolítica não

³ Nesse trabalho, abordaremos o conceito de biopolítica a partir das obras de Foucault, embora o termo também seja usado com significados diferentes por outros autores, como Agamben e Hardt e Negri.

⁴ A soberania, de acordo com Foucault (2010), era a forma de poder predominante na Idade Clássica. O soberano se apropriava dos bens e riquezas dos súditos e detinha o direito de “fazer morrer” ou “deixar viver”, exercendo poder sobre a vida e a morte de seus subordinados.

⁵ Para melhor verificar o funcionamento das relações de poder, Foucault propôs uma análise histórica a partir do deslocamento das formas e domínios do poder e estabelece alguns períodos. No entanto, essas datas são estipuladas para melhor compreensão do texto, não significa que em dado lugar ainda não se mantenha o poder do soberano, por exemplo.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

intervém apenas sobre o corpo do indivíduo, mas sobre toda a população, através da regulação das massas enquanto questão política, sustentada por estatísticas sobre as taxas de natalidade, as epidemias e os fluxos de migração, que permitam a regulação do Estado sobre a vida⁶. Porém, Foucault questiona como um poder aparentemente tão preocupado com essa vida faria valer “seu direito de matar”. Segundo crê o autor, a resposta estaria no racismo⁷, que para ele é “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 304).

A partir da lógica Foucaultina, os discursos de ódio biopolíticos são compreendidos como aqueles discursos de ódio que reduzem os indivíduos aos seus aspectos biológicos como a cor da pele, a etnia, seu caráter de gênero, ou sua orientação sexual e consideram esses aspectos como inferiores. São discursos proferidos por um grupo que se julga dominante e exclui o que considera diferente em nome da sua perpetuação e da conservação de seus valores.

A biopolítica, embora tenha campos vastos de interferência e controle das populações, atua sobre o sexo e os gêneros, diferenciando e normalizando tais populações, em que há um grande foco de disputa política. Há o controle sobre o corpo e o amoldamento aos critérios dos gêneros feminino e masculino e da sexualidade dos sujeitos conforme os anseios de adequação em papéis sociais com o objetivo de produção e reprodução de um modelo de construção social existente. (BITTENCOURT, 2015, p. 231).

A pesquisadora Gaye Tuchman nos alerta para a influência que os discursos possuem na construção de uma suposta feminilidade. “Uma menina é sempre uma eventual mãe, não uma futura participante produtiva na força de trabalho” (TUCHMAN, 1978, p. 50), disse a autora sobre a visão que se tinha a respeito de mulheres americanas em 1970. Os discursos que reduzem homens e mulheres a suas características biológicas contribuem para a cristalização de papéis de gênero como caixinhas de feminilidade e masculinidade.

Simone de Beauvoir contestou o pensamento determinista do final do século XIX

⁶ Essa regulação, assim como a disciplina, não deve ser compreendida meramente como algo negativo.

⁷ O racismo, para Foucault, não se resume ao ódio de uma raça pela outra, trata-se da utilização do discurso da purificação para que haja eliminação da própria raça. Ele não está aceitando a premissa de que “raças existem”, mas discutindo justamente como ocorrem essas separações. Ou seja, embora o povo judeu, por exemplo, não consista em uma raça, a atitude dos alemães em relação ao povo judeu é considerada racista.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

em seu livro “O segundo sexo” (2016) ao afirmar que ninguém nasce mulher, mas torna-se. “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 9). Com isso, a autora critica a definição de mulher pela biologia, afirma que o gênero é uma construção social e lamenta o fato de mulher ser vista na sociedade como esse “segundo sexo”, “esse outro”, enquanto o homem seria o ser humano neutro da espécie.

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que temos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 2016, p. 65).

Como veremos exemplificado no capítulo a seguir, esses discursos de caráter repressivo e excludente, que reduzem as mulheres ao seu caráter biológico, atuam como ferramentas para a manutenção de certas “verdades” que afastam as mulheres de espaços considerados masculinos.

O movimento ciberfeminista e os discursos de resistência

O movimento feminista vem levantando há muitos anos a bandeira da equidade de gênero⁸. No entanto, apesar de muita luta e alguns direitos adquiridos, como o voto, as mulheres continuam vítimas de uma sociedade machista que visa sua disciplina e docilidade, assim como a humilhação e eliminação daquelas que não se encaixam nesse discurso hegemônico sobre as mulheres ora como mães devotas, ora como modelos exemplares de beleza e comportamento.

Não raro presenciamos nas redes sociais (e fora delas) discursos que reforçam as representações já assinaladas. Em 2011, o humorista Rafinha bastos disse em uma das

⁸ Neste trabalho, “gênero” será entendido como aquilo que identifica e diferencia homens e mulheres. Portanto, o termo “equidade de gênero” é aplicado como a equidade de direitos (políticos, sociais, trabalhistas, etc.) para homens e mulheres.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

suas apresentações: "Toda mulher que eu vejo na rua reclamando que foi estuprada é feia pra c..."; e "Tá reclamando do quê? Deveria dar graças a Deus. Isso pra você não foi um crime, e sim uma oportunidade." ⁹. Em 2012, O arcebispo espanhol, Javier Martínez, afirmou que mulheres que abortavam mereciam ser estupradas¹⁰. Em 2014, o deputado Jair Bolsonaro afirmou que outra deputada, Maria do Rosário, "não merecia ser estuprada, porque era feia" ¹¹. Podemos perceber através desses discursos, e infelizmente em tantos outros, que existe um corte entre as mulheres que merecem e as que não merecem viver, configurando, portanto, discursos de ódio biopolíticos.

No entanto, a recepção desses discursos não se dá de forma meramente passiva. O próprio feminismo é um movimento de resistência a essas opressões e "verdades" impostas socialmente. Para Judith Butler, "(...) Se o sujeito é um retrabalho dos próprios processos discursivos pelos quais ele é originalmente trabalhado, então a agência deve ser encontrada nas possibilidades de ressignificação abertas pelo discurso" (Butler, 1995, p. 135). Butler acredita, portanto, na resistência dos sujeitos frente aos discursos, por meio da ressignificação desses próprios discursos. Gregolin, da mesma forma, afirma:

Seria redutor entender que há apenas passividade diante do agenciamento coletivo da subjetividade; pelo contrário, há pontos de fuga, de resistência, de singularização. Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. (GREGOLIN, 2007, p. 23).

O ativismo ciberfeminista se faz importante nesse sentido, por ser um dos principais colaboradores na produção e compartilhamento de informações que atinjam uma maior gama de mulheres e possibilite a organização do movimento feminista nas redes sociais. O acesso à informação através das redes possibilita contato com conteúdos científicos, jurídicos, depoimentos pessoais e organizações capazes de promover cursos

⁹ Disponível em: < <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/56/a-graca-de-um-herage#imagem0>>. Acesso em 07 de julho de 2018.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/01/para-lider-catolico-mulheres-que.html>>. Acesso em 07 de julho de 2018.

¹¹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml>>. Acesso em 07 de julho de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de capacitação para mulheres¹². O empoderamento feminino através do conhecimento é crucial para atrair cada vez mais mulheres para ambientes públicos e políticos e lutar pelos próprios direitos.

O Ciberfeminismo, que tem seu maior período de atuação na década de 1990 e início dos anos 2000, pretendeu questionar as relações das mulheres com a tecnologia e as estruturas de gênero na cultura eletrônica do mesmo modo que os feminismos da década de 1960 buscavam questionar as estruturas de gênero em outras estruturas mais básicas. No caso do Ciberfeminismo o ponto de partida questionado são as tecnologias de informação, seu mercado de trabalho, ambos controlados pela ordem patriarcal. (LEMOS, 2009, p. 36).

O nascimento das redes de computadores e do ciberfeminismo¹³ permitiu às mulheres a produção de novos discursos e problematizações, assim como sua organização política por meio das redes sociais digitais, permitindo um movimento de resistência em relação ao poder dominante, que questiona papéis impostos de gênero e abre um caminho de novas possibilidades para a crescente, embora lenta, atuação de mulheres como protagonistas dentro do campo da tecnologia e, conseqüentemente, dos games, como será possível ver no capítulo a seguir.

Análise dos Comentários da página “Gamer, você é machista”

A página “Gamer, você é machista”¹⁴, foi criada em março de 2015 por uma jovem feminista cansada do machismo nos games. De acordo com a jovem, identificada apenas por “Cris”, ela conhecia “Vários casos de garotas que só queriam jogar e eram mandadas irem lavar a louça, pararem de jogar, pois eram incapazes por serem mulheres e até coisas mais graves como ameaças de estupro eram conhecidos, mas sem a atenção e debate necessários”¹⁵. O relato foi retirado da breve história que Cris conta para tentar angariar dinheiro para um computador novo, através da organização de uma vaquinha online,

¹² Exemplo disso é a organização ciberfeminista “Women up Games”, de São Paulo, que realiza eventos como palestras e campeonatos femininos de games, para promover a inclusão de mulheres nesse universo. Disponível em: <<https://www.womenupgames.com/>>. Acesso em 08 de set de 2018

¹³ O ciberfeminismo é tratado, neste artigo, como o movimento feminista realizado dentro do ciberespaço, o qual é compreendido aqui como o ambiente virtual.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/gamermachista/>>. Acesso em 08 de set de 2018.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/me-ajude-a-continuar-criando-conteudo>>. Acesso em 08 de set de 2018.



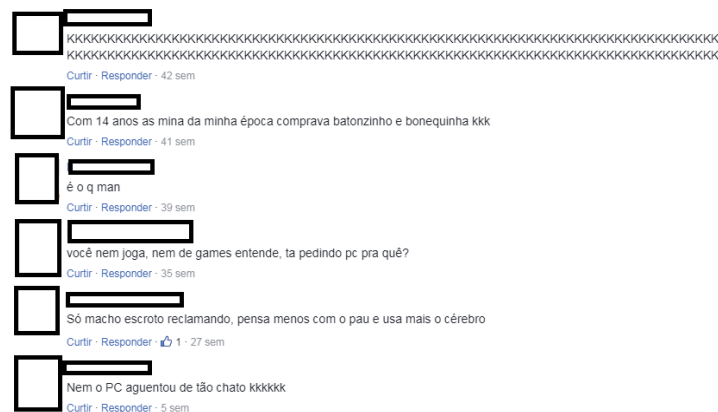
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

criada em setembro de 2017. Cris afirma que dá bastante trabalho produzir conteúdo e reduzir a informação em tirinhas (sua principal forma de postagem), mas que fica feliz ao saber que está sendo reconhecida e gerando algum resultado.

O simples pedido da jovem para que houvesse colaboração com seu projeto para a página, acabou por gerar comentários preconceituosos na própria plataforma do projeto (FIGURA 1). O que também foi seguido por ataques a sua página no Facebook. Como o objetivo desse artigo é analisar os discursos de resistência ciberfeminista não focarei nesses discursos, mas achei importante trazer esse exemplo de discurso de ódio biopolítico, para demonstrar como eles também são bem recorrentes no universo gamer e como são importantes as estratégias discursivas para combatê-los.

Figura 1: Print dos comentários sobre o projeto



Fonte: Plataforma “Vakinha”

Na figura, podemos perceber como as mulheres são excluídas dos games através dos procedimentos de exclusão e separação pelo discurso. Assim, como nos foi apresentado por Foucault na “Ordem do Discurso”, podemos ver que zombam de Cris por meio de risadas, como se ela fosse louca e sua palavra não tivesse valor, fosse dada só simbolicamente. Ela também não é considerada apta para falar sobre games, ou ocupar esse universo, visto que não acreditam nem mesmo que ela jogue. Além disso, seu lugar também é delimitado enquanto mulher, quando dizem que ela poderia estar deixando seu projeto de lado para comprar bonecas.

Hoje, a “Gamer, você é machista”, conta com mais de 28 mil seguidores e, apesar



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

das dificuldades encontradas por sua criadora para continuar com o projeto, costumava manter uma média de duas postagens por semana com conteúdo diversificado sobre o mundo *nerd* e os games em geral, geralmente focando no combate ao machismo e aos papéis de gênero. No entanto, nos últimos meses as postagens ficaram mais escassas, baixando para 4 ou 5 postagens por mês, desde maio de 2018. Por conta disso, para esse artigo, foram analisadas as postagens de janeiro de 2017 a julho de 2018, que contou com os seguintes discursos de resistência: o compartilhamento de notícias do Universo Gamer (FIGURA 1), memes que ironizam o machismo nos games (FIGURA 2), textos postados em blogs pela administradora da página (FIGURA 3) e as tirinhas (FIGURA 4), que são o principal meio de discurso de resistência da criadora da página.

Notícias do Universo Gamer sobre o machismo

Figura 1 – Campanha contra assédio e sexismo nos jogos



Fonte – Página “Gamer, você é machista”

Nesse caso, a página traz a notícia de um documentário criado para denunciar o sexismo nos jogos online.

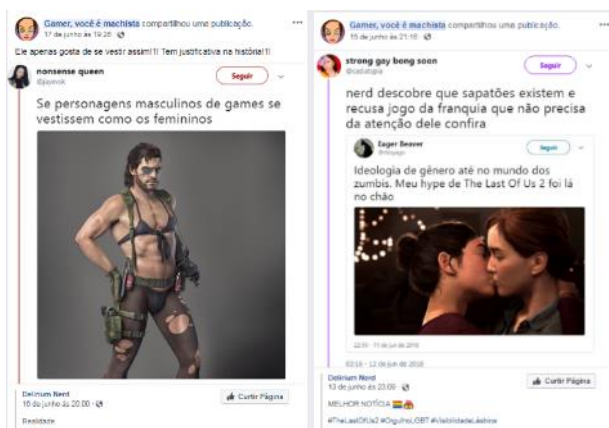


I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Mememes que ironizam o machismo

Figura 3: Imagem de dois memes compartilhados pela página



Fonte – Página “Gamer, você é machista”

No primeiro meme¹⁶, o personagem masculino do jogo *Metal gear Solid 5* é vestido como a personagem feminina, Quiet, para ironizar a forma hipersexualizada que mulheres são representadas nos games¹⁷. Não se trata de tecer um padrão sobre como as pessoas devem se vestir, mas de questionar a diferença na representação de personagens e seus motivos. No segundo meme, um gamer tece uma crítica ao jogo *The Last Of Us 2* por causa de um beijo lésbico no seu trailer de lançamento, ao que outra usuária responde com ironia.

¹⁶ O termo “Meme” é utilizado aqui da forma como é compreendido popularmente: um conteúdo “imitado” e replicado diversas vezes na internet.

¹⁷ No jogo, *Quiet* pode ser vista inclusive tomando banho e sofrendo uma tentativa de estupro.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Textos de blog feitos pela autora

Figura 4: Campanha #MyNameMyGame

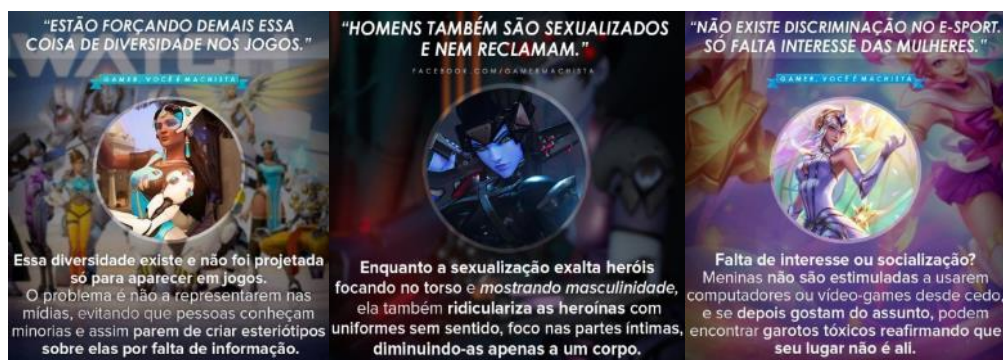


Fonte – Página “Gamer, você é machista”

Cris criou um perfil da página na plataforma Medium para produzir textos sobre diversos assuntos, em especial o machismo do Universo gamer.

Tirinhas explicativas feitas pela autora

Figura 5: Imagem de três tirinhas feitas por Cris para a página



Fonte – Página “Gamer, você é machista”

Cris faz diversas tirinhas para postar na página, desde o seu lançamento. Todas elas são muito difíceis de fazer, segundo a autora, porque consistem em reduzir um conteúdo bastante denso em poucas palavras.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Considerações Finais

As observações de Foucault sobre o sujeito não ser apenas um ser oprimido pelo poder, mas um praticante do discurso que é capaz de transformar e subverter as “verdades” impostas pelos regimes de poder/saber, colabora para pensarmos em formas de resistência por meio dos discursos. Podemos dizer que, embora as tecnologias de poder produzam e reproduzam verdades de acordo com sua necessidade e que os sujeitos sejam construídos discursivamente, isso não implica afirmar que os sujeitos são apenas frutos do discurso, que recebem esse discurso passivamente.

Como foi possível verificar, através das postagens da página “Gamer, você é machista”, existem estratégias discursivas utilizadas por ciberfeministas como resistência aos discursos de ódio biopolíticos. Dentre elas, o uso de ironia contra um discurso preconceituoso para ajudar a combatê-lo, ou a ressignificação de um discurso que justifique a representação hiperssexualizada de mulheres nos games, através da troca de roupas entre os personagens. Assim como a própria circulação de informação pertinente, repassada de forma curta e simples por meio de um blog, ou mesmo de tirinhas.

Dessa forma é possível afirmar que, embora haja os discursos de ódio biopolíticos, que reduzem as mulheres às suas características biológicas, para excluí-las, matá-las e humilhá-las, também existem os discursos de resistência, que são proferidos por pessoas que visam modificar essa realidade todos os dias. O nascimento das redes de computadores e do ciberfeminismo permitiu às mulheres a produção de novos discursos e problematizações, assim como sua organização política por meio das redes sociais digitais, possibilitando um movimento de resistência em relação ao poder dominante, que questiona papéis impostos de gênero e abre um caminho de novas possibilidades para a crescente participação de mulheres como protagonistas no universo gamer.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**; tradução de Sérgio Milliet. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. A Biopolítica sobre a vida das mulheres e o controle jurídico brasileiro. **Revista Gênero e Direito**, Paraíba, v. 4, n. 3, ano 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/25963/14450>>.



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Acesso em 04 de set de 2018.

BUTLER, Judith. For a Careful Reading. In: Nicholson, Linda (ed.), **Feminist Contentions**. A Philosophical Exchange, 127-143. New York: Routledge, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em Defesa da Sociedade**, São Paulo; Martins Fontes, 2002.

_____. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, V. 4, N. 11, p. 11-25, nov. 2007.

LEMONS, Marina G. **Ciberfeminismo**: novos discursos do feminino em redes eletrônicas, 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

TUCHMAN, Gaye. The symbolic annihilation of women by the mass media. In: TUCHMAN, Gaye et. al. **Hearth and home**: images of women in the mass media. NY: Oxford University Press, 1978.

Comunicação, Sociabilidade e Subjetividades



No Tempo do Gaivota: um projeto de construção de memórias e visibilidades LGBT/Queer

**Denise Portinari¹
Catarina Lara Resende²
Lucas Santos³**

Resumo: Partindo da extinta casa noturna Gaivota, o projeto No Tempo do Gaivota pretende discutir e potencializar a construção de espaços, memórias, redes de afetos e visibilidade LGBT/Queer⁴ no Rio de Janeiro desde as décadas de 1980 e 1990, em suas relações com o tempo presente. Este artigo discorre sobre o projeto, em curso no âmbito do grupo Barthes— que visa problematizar e transviar a participação do design na (re)produção e materialização das estratégias da normatividade—e dá especial atenção às entrevistas integrantes do processo de pesquisa. À luz da teoria *queer*, de estudos foucaultianos e de história oral, o projeto propõe e discute um “dispositivo de memórias e visibilidades”.

Palavras-chave: LGBT/Queer; memória; visibilidade; gênero; sexualidade

Este artigo visa expor o projeto *No Tempo do Gaivota: memórias e visibilidades LGBT/Queer*⁵, que pretende discutir e potencializar a construção de espaços, memórias, redes de afetos e visibilidades LGBT/Queer no Rio de Janeiro desde as décadas de 1980 e 1990, em suas relações com o tempo presente.

Situado no início da então semideserta Rua Rodolfo Amoedo, na Barra da Tijuca, o Gaivota era uma casa noturna que não demorou a ser chamada de *Gayvota* pelos seus frequentadores. Essa população - que incluía pessoas das mais diversas proveniências, idades, classes, raças e orientações sexuais - circulava, dançava, “dava pinta”, disputava

¹ Doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio), Professora Adjunta do PPG Design do Depto. De Artes & Design da PUC-Rio. (denisep@puc-rio.br)

² Aluna do Curso de Graduação em Design da PUC-Rio, bolsista de IC CNPq. (catalarr@gmail.com)

³ Aluno do Curso de Graduação em Design da PUC-Rio, bolsista de IC CNPq. (sannlucas1@gmail.com)

⁴ Optamos pela utilização das duas denominações, LGBT e *Queer*, separadas por uma barra, para indicar a problematização do uso concomitante desses significantes que no campo das políticas identitárias e pós-identitárias contemporâneas, são frequentemente entendidos como marcando diferentes posições. Essa opção foi fundamentada nas diferentes posições apresentadas pelos participantes da pesquisa, bem como no desejo dos pesquisadores de sustentar a problematização em torno da questão identitária em toda a sua complexidade. Essa sustentação não se coadunaria com a simples incorporação do *queer* como mais uma letra das siglas LGBT, nem com a simples abolição de uma forma de denominação em favor da outra.

⁵ Termos popularmente conhecidos, muitas vezes depreciativos, para designar mulheres homossexuais



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e gozava desse espaço – que permaneceu, todavia mais fortemente associado à população e à cultura lésbica da cidade.

Entre cerca de 1979 a 1999, o Gaivota foi um lugar central de encontro das entendidas, gays (como muitas se chamavam na época), fanchas, *ladys*, sapatões, sapatilhas⁵ que circulavam pela cidade de São Sebastião, bem como de seus amigos viados, bichas, gays, trans, travas e mesmo de muitos “caretas” simpatizantes, curiosos ou desavisados.

Após essas duas décadas muito movimentadas, o Gaivota foi se desarticulando; inicialmente houveram algumas tentativas de mudança de local (para a atual Avenida Lúcio Costa) e de formato (transformando-se em uma festa semanal), mas as características e o sucesso do espaço original se perderam no tempo.

A desarticulação dos espaços físicos de encontros LGBT desde o final dos anos 90 tem sido tema de diversos estudos, especialmente aqueles que consideram a sua relação com a gentrificação dos espaços (e das mentalidades) na sociedade contemporânea (PORTINARI & CESAR, 2014), e com os efeitos da disseminação crescente das redes sociais na configuração de outros espaços sociais e afetivos. É muito provável que o Gaivota tenha acabado em função da interação de tais aspectos (pressões econômicas, gentrificação, transformação dos espaços afetivos e de sociabilidade).

O Gaivota, enfim, ficou na saudade. Hoje as formas e os espaços *queer* são outros, e articulam-se de outras maneiras; mesmo as casas noturnas novas ou sobreviventes não poderiam mais ser as mesmas de outrora. O que não significa que esses novos espaços não sejam de alguma maneira “contemporâneos” do Gaivota, na medida em que a memória do passado faz parte das configurações do presente.

O projeto não visa propriamente “reconstruir” ou memorializar a história desse espaço. Não se trata de restituir aquilo que já findou, mas de fazer circular, fazer falar aquilo que insiste ainda: as memórias, as falas, as existências daqueles que fizeram e fazem viver esse espaço, em suas confluências com o momento presente.

Nesse sentido, entende-se a pesquisa também como uma prática, a prática de criar um desdobramento possível e presente do Tempo do Gaivota, oferecendo-o aos participantes como um espaço de expressão e de encontro. Essa não é uma prática de pesquisa no sentido estrito da ‘produção do conhecimento’, a não ser na medida em que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

o conhecimento se produz como efeito colateral dessa outra prática que propomos aqui.

O desenvolvimento do trabalho desdobra-se em duas vertentes principais: a coleta de falas de ex-frequentadores do Gaivota através de registros orais e audiovisuais, e a circulação, discussão e análise dessas falas junto aos participantes do projeto. Não se tratam propriamente de duas etapas consecutivas, mas antes de uma estratégia que procura potencializar a construção da memória através da disponibilização e circulação das falas e da interlocução entre os participantes.

Aqui elegemos para discutir uma prática central em termos de importância, mas que na verdade tange toda a geografia do projeto: as entrevistas. Desde a identificação e contato com os sujeitos *gayvotas* a serem entrevistados, que hoje em dia esvoaçam muito além dos entornos da casa noturna, uma gama de conexões passa a ser traçada e não se esgota no momento da conversa em si. Apesar da presença corporal conferir uma carga pessoal e gestual sempre bem-vinda, é todo o processo de troca entre pesquisadores e ex-frequentadores que caracteriza o projeto e seus resultados.

O termo “entrevista” é, inclusive, palha para uma fogueira de linguagem um tanto quanto perigosa. A palavra remete, numa primeira escuta, ao contexto jornalístico ou empregatício, e acaba por conferir um tom solene à situação. Parece pressupor respostas certas e uma posição passiva daquele que, sentado no *spotlight*, fica reduzido ao suar frio e assentir.

Clarice Lispector, por exemplo, em uma última entrevista antes de passar a sua hora da estrela, em 1977, retruca ao jornalista Júlio Lerner palavras de ordem como “É segredo” ou “Não quero responder”. Apesar do aspecto durão da escritora, suas réplicas são muito mais defesas que ataques, postura inerente à batalha— há de se engrossar o casco quando alguém toma as rédeas. Justamente essa sensação hierárquica que não se quer atingir com as conversas do Gaivota, por isso a balança deve ser cuidadosa entre as cargas de oficialidade acadêmica e informalidade convidativa.

Pensando em adequar a prática aqui descrita à objetividade metodológica, valemos de entrevistas narrativas. Opondo-se à estrutura mais unilateral da entrevista, esse instrumento colabora para que detalhes pessoais venham à tona durante as conversas. “Há uma importante característica colaborativa, uma vez que a história emerge a partir da interação, da troca, do diálogo entre entrevistador e participantes” (MUYLAERT, 2014,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

p.2)

Assim como o arquivo do Gaivota apoia-se em uma diversidade de suportes—o audiovisual, fotografia e oralidade— essa modalidade de entrevista também se beneficia de fotos, cartas e documentos relativos ao contexto discutido, que salientam a materialidade dos acontecimentos e funcionam como imãs da memória— agarram nas lembranças e as trazem para perto. O material gerado através dessa abordagem acaba por combinar as histórias de vida dos participantes e o contexto sociocultural e político em que o Gaivota esteve inserido, permitindo um testemunho das experiências subjetivas dos ex-frequentes que não deixa de ser também um testemunho histórico.

Segundo Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como cintila num instante de perigo.” (apud GAGNEBIN, 2006, p.40). Mais do que com o passado, é com a lembrança que essa pesquisa trabalha, com a reconstrução da memória, o que implica em fazer um movimento em direção ao-que-já-foi que não visa propriamente remontá-lo— pelo contrário, pretende fazer o cruzamento desse já-foi com o que veio/está para vir. É a partir das lembranças do Gaivota passado que se extrai o Gaivota presente, por meio das falas, dos gestos, da narrativa da memória.

Falamos aqui da vivência da sexualidade, das impressões do espaço, gostos e comportamentos. Os entrevistados cartografam o imaginário da antiga boate através desses respectivos pontos de vista— um jovem gay que morava no subúrbio ou uma sapatão mais velha do Jardim Botânico, a perspectiva se altera, e mais ainda quando adentramos nas subjetividades de cada um. É o jogral da comunicação entre os sujeitos da pesquisa que torna possível compor o Tempo do Gaivota— na prática, ele só existe mesmo nesse tempo de troca.

A organização das entrevistas não corresponde a uma sucessão de perguntas e respostas independentes umas das outras, pois parte-se do pressuposto de que a resposta de uma questão pode ser um ponto de partida para outra questão e assim por diante. A abordagem não segue uma linearidade, segue, na prática, preservando a singularização das questões tratadas. A diversidade dos tópicos abordados em cada entrevista depende inteiramente do entrevistado e de como ele comunica a própria história, do que é eleito como mais ou menos relevante por ele. A vontade pessoal de falar é potencializada através



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do incentivo que os pesquisadores se propõem a suscitar durante o diálogo, fazendo com que a conversa não se encerre nela mesma, mas sirva como uma provocação.

Os lugares de pesquisador e pesquisado se alternam uma vez que ambos cruzam seus ciclos sociais e acabam por fazer parte de um mesmo contexto. A título de exemplo, vemos o Ferro's Bar, famoso no cenário lésbico paulista na mesma época do Gaivota, voltar em forma de festa nos dias de hoje, no Rio de Janeiro— e aí se encontram os personagens todos da entrevista como *frequentadores*, coloquialmente íntimos, nesse denominador comum que é a vivência homossexual. Essas relações, sendo de certa maneira delicadas, não podem ser caracterizadas como intercâmbios profissionais no sentido mais polido da coisa— não há uma troca de benefícios tradicionalmente mensurável, tampouco a pesquisa requer uma delimitação tão clara entre laços afetivos e projetuais.

Essa proposta pode ser compreendida como típica de um contexto *queer* de transmissão que coincide em trazer questões de preconceito, família e flerte. Nota-se que “como histórias orais *queer* interações intensas, à medida que a colaboração de história oral ocorre, o contrato entre narrador e pesquisador geralmente evolui para algo mais: uma ligação, amizade ou comprometimento político” (BOYD; RAMÍREZ, 2012, p. 1-2).

Essas vias de troca costumam se apresentar desde o primeiro contato, e alinham-se ao método de pesquisa Bola de Neve, “no qual um sujeito fornece ao pesquisador o nome de outro, que por sua vez indica o nome de um terceiro, e assim por diante” (VOGT, 1999 apud ATKINSONS & FLINT, 2001, p. 2). É uma estratégia comumente aplicada em pesquisas com populações difíceis de acessar, como é o caso da população *queer* e os ex-frequentadores do “segredo” *Gayvota*.

Tal instrumento metodológico não pode, todavia, restringir a busca por potenciais participantes nos mais distintos ambientes. A criação de um cenário de comunicação acolhedor e seguro é pautada também pela difusão da iniciativa— quanto mais pessoas são entrevistadas e têm suas barreiras amaciadas na comunicação com os pesquisadores, mais fácil é a atração de novos contribuintes. Por isso, olhos vigilantes e ouvidos atentos são vitais nesse momento inicial para abordar os sujeitos de forma sensível. J., por exemplo, começou a participar do projeto quando os pesquisadores a conheceram no bar em que trabalha. Na ocasião, a garçonete mencionou que havia sido “*habitué* das festinhas mais



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

animadas do Rio de Janeiro” na juventude, engatilhando a pergunta óbvia: “Você já esteve no Gaivota?”.

Na entrevista “Da Amizade Como Forma de Vida”, Foucault traz essa noção ampliada da vivência homossexual, abordando, dentre outras questões, como as práticas sexuais podem criar um sistema relacional. Segundo o filósofo, a particularidade da vida homossexual está justamente em marcar o tempo e o espaço através das redes, contatos e afetos que proporciona: “A homossexualidade é uma ocasião histórica de "reabrir virtualidades relacionais e afetivas", não tanto pelas qualidades intrínsecas do homossexual, mas pela "posição de 'enviesado', em qualquer forma, as linhas diagonais que se podem traçar "no tecido social", as quais permitem fazer aparecer essas virtualidades” (FOUCAULT, 1981, p.2).

Vale ressaltar que, como explicitado anteriormente, os termos LGBT e Queer desembocam em uma problematização extensa que concerne identidade e política. Simultaneamente, pode-se reconhecer a particularidade do sujeito homossexual como “atravessado” enquanto se contempla um entendimento generoso do *queer*. A utilização *queer* de tempo e espaço se dá através de articulações não-convencionais de movimento, identidade etc. (HALBERSTAM, 2005), e “se tentarmos pensar na *queerness* como resultado de temporalidades estranhas, cronogramas de vida imaginativos e práticas econômicas excêntricas, desassociamos a *queerness* da identidade sexual”. (HALBERSTAM, 2005, p.).

Com a liquidez de interpretação delineada pela própria metodologia *queer*, diz-se que ela contempla toda pesquisa que questiona o já-dado e investiga as instabilidades de determinado campo, bem como as relações de poder dele resultantes. (BROWNE & NASH, 2010). Para facilitar esse tipo de ação, cada vez mais rechaçada nos tempos extremistas e conservadores atuais, o Design faz-se caixa de ferramentas para de fato transformar em visualidades os conceitos por vezes enevoados da pesquisa acadêmica. O Design participativo e os recursos de diversas práticas do campo são colocados a serviço do objetivo de favorecer a coleta de depoimentos, a qualidade audiovisual dos registros e da reprodução de documentos, assim como a construção dos meios para a sua circulação e discussão, produzindo um conjunto de recursos que chamamos de “dispositivo de memórias e visibilidades”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Há um diálogo possível entre essas abordagens do design e a teoria *queer*, considerando a capacidade de sensibilizar e "materializar comportamentos e ideias de quem somos" (FORTY, 2007) do Design.

Queerizar o design seria portanto sensibilizar o campo para os aspectos e os efeitos políticos, éticos, estéticos e subjetivos do design na contemporaneidade, abordando-o enquanto processo social de configuração do sensível compartilhado, do espaço comum. Queerizar é ainda problematizar e transviar a participação do design na (re)produção e materialização das estratégias da normatividade, através da análise crítica de sua inserção nesses processos, agenciando-o para a produção de perspectivas e práticas contra-normativas e a potencialização de novas possibilidades de existência (PORTINARI, 2017, p.3)

A postura é de desenvolver uma perspectiva crítica do campo através da sensibilização para o papel normativo que é desempenhado historicamente pela inserção do design na sociedade industrial. A consolidação desse campo de conhecimento junto à produção industrial imbuí muitas vezes um exercício do pensamento ligado apenas à utilidade e também ao caráter altamente reprodutor e tecnológico a que está vinculado.

Assim como *queerizar o design* extrapola algumas fronteiras antes rígidas sobre a atuação da área, a abordagem feita a partir do Gayvota serve como um alicerce para preparar um terreno de discussão que vai além dos muros da antiga casa noturna. Os ex-frequentadores, quando interrogados sobre os *points* da noite carioca das décadas finais do século passado, falam em nomes como "Boate Papagaio", "Pizzaiolo", "Galeria Alaska", e posteriormente contam suas experiências nesses locais. Eram esses alguns dos lugares de convívio homossexual da época, algumas faíscas brotando de um cenário gay ainda virtualmente inexistente— antes seus sujeitos pertenciam, simplesmente, ao "submundo", à exclusão. As diferenças narradas entre o Gaivota e seus contemporâneos acentuam-se e diluem-se, em uma hidrografia de percepções que abastece o movimento da memória.

É contundente dizer que usamos a referência da antiga boate como ponto de partida e acabamos por tangibilizar um campo mais amplo e sensível: o da memória afetiva ligada a espaços acolhedores com a população LGBT - principalmente em vigor



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

na década de 1980 e 1990. Muitas são as lembranças, mas a realidade prática é que o vigor desses espaços tornou possível uma resistência transviada em contraponto ao viés moral inscrito na sociedade da época.

Os espaços *queer* carioca eram limitados, secretos e ganhavam vida essencialmente pelos seus frequentadores, pois a infraestrutura costumava ser pífia. Fosse no Gaivota, na famosa barraca de cachorro-quente próxima a sua entrada ou nos arredores, o chamariz desses cenários era o bom e velho público. Dessa forma, a teia de diferentes locais na qual estava inserida a boate proporcionou uma rede de sociabilidade e pertencimento entre os assíduos que permanece de alguma maneira ativa até hoje.

Esse aspecto comunitário da vivência homossexual é comparável ao caráter comunitário da memória, que se revelou também nas variações que sofriam as histórias e informações acerca do Gaivota e os ambientes de seu enredo. A pergunta “Como era o espaço físico do Gaivota?”, por exemplo, trouxe uma profusão de versões, descrevendo um lugar ora mais precário ora mais “elegante”; escondido ou exposto; sempre transgressor, mas também de certa forma conservador. Apesar do gosto do dono da casa, conhecido como Alemão, por realizar pequenas obras na boate, a diversidade nas lembranças narradas é antes fruto de uma memória em movimento, por um lado subordinada à perspectiva individual e aos recortes do tempo, mas profundamente costurada ao presente e às trocas que nele ocorrem.

Uma coisa é certa sobre o misterioso (pelo menos aos olhos de jovens observadores) *Gayvota*: levando em consideração o tempo em que esteve em vigor, foi ele um dos únicos espaços onde as mulheres lésbicas tinham legitimidade para andar de mãos dadas e trocar afetos. Apesar da concomitância de alguns outros *territórios aliados*, a exemplo do ‘Pizzaiolo’ – restaurante em Ipanema tido como um reduto das sapatões – o espírito de boate do Gaivota configurava um evento lésbico jamais possível em outro local. O projeto aqui discutido acessa esses mares pouquíssimo navegados, mesmo dentro do contexto *queer*, seja pela invisibilização das mulheres-que-amam-mulheres ao longo da história, seja pelas artimanhas do tempo: o cenário carioca e lésbico dos anos 80 e 90. Trata-se de uma conjuntura símbolo de resistência, retrato de uma geração pioneira em suas manifestações e espaços afetivos. Em um mundo contemporâneo no qual “espaços *queer*” funcionam, muitas vezes, como *tokens* para a promoção de uma ideia cosmopolita



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de cidade (RUSHBROOK, 2002), é essencial tratar de um ambiente que não fazia pose – no fundo, só era atrativo por ser a única opção.

Tateando com cautela essas terras identitárias, a pesquisa do Gaivota acaba por abordar questões particulares às lésbicas também em termos metodológicos, tal qual "a utilidade do silêncio como um conceito analítico para história oral e história da homossexualidade feminina" (HAMILTON; 2012, p. 28-29). Hamilton (2012) argumenta que o não-dito em uma entrevista é geralmente tão importante quanto o que é dito, e, no âmbito específico da teoria lésbica e do desejo homossexual feminino, o "silêncio" e a "invisibilidade" sempre foram apontados como explicações para ausência das mulheres *queer* na história oral. Logo, entrevistando uma população formada majoritariamente pelas sapatatas, sapatões e sapatilhas, estar atento aos vazios é fundamental.

Um dos aspectos mais sensíveis do trabalho até aqui tem sido o de lidar respeitosamente com os desejos de anonimato, restrição do depoimento à gravação de voz e outras formas de velamento manifestadas pelas participantes, sem, todavia, deixar de reconhecer e problematizar esse aspecto na discussão da pesquisa. A postura de S., uma das entrevistadas, expõe a dificuldade e as inseguranças referentes à homossexualidade que continuam a encarnar nos dias de hoje, independente do aumento da discussão sobre a pauta ou do próprio exercício do sujeito homossexual. Ao concordar em ser entrevistada, não sem alguma resistência, S. solicitou que não houvesse gravação de imagem por causa de sua mãe, que nunca aceitou os relacionamentos amorosos entre mulheres. Vale apontar que a mãe de S. faleceu há trinta anos, e a sombra de seu preconceito ainda paira e censura os discursos da filha.

Diante do espectro de nuances descritas até o presente momento, a importância do processo de elaboração e realização das entrevistas na construção dessa pesquisa fica traduzida no cuidado com a abordagem. É essencial para realizar a movimentação das memórias, compreender os corpos como arquivos que precisam ser vasculhados e retirados da invisibilidade.

Dito isso, as entrevistas do Gaivota não se esgotam no panorama que traçam – deixam rastros e restos desses variados sujeitos que flanavam por essa cena LGBT/Queer, revelando gestos, falas e expressões que são reflexo do Tempo do Gaivota e de processos de subjetivação individuais que dali se desenrolaram. Nesse sentido, a proposta de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Foucault de uso do próprio corpo como catalisador de movimentos e diálogos é um fio condutor para o trabalho:

Eu acredito que um dos fatores de estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades nas sociedades, a arte, a cultura de novas formas que se instaurassem por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa (FOUCAULT, 2004, p.13).

O Gaivota pode ter ficado preso ao seu tempo, mas os caminhos que dali se traçaram, as existências que se cruzaram e as afeições que se teceram são definitivamente um legado vivo e atuante. Barthes (2003) afirma que, em estado bruto, o Viver-Junto é também temporal e necessário de ser marcado: 'viver ao mesmo tempo em que...', 'viver no mesmo tempo em que...' = contemporaneidade. Assim, tornar a memória do Gaivota parte das configurações afetivas e espaciais do presente não é uma nostalgia aprisionante ou uma reconstrução impossível, mas uma investigação e tangibilização dos vínculos que conduzem as populações LGBT/Queer através da história.

Referências bibliográficas

ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace. **Tropicuir: (Re)existências políticas nas ações performáticas de corpos transviados no Rio de Janeiro**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes e Design, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2016.

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies. In: **Social Research Update**, Guildford, v. 33, n. 1, p.1-8, jul. 2001. Trimestral. University of Surrey.

BARTHES, Roland. **Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos e seminário no Collège de France, 1976-1977**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 364 p.

BASTIAN, Jeannette Allis; ALEXANDER, Ben (Ed.). **Community Archives: The Shaping of Memory**. Londres: Facet Publishing, 2009.

BOYD, N. A.; RAMÍREZ, H. N. R. (Ed.1). **Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History**. Nova York: Oxford University Press, 2012.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine J. **Queer Methods and Methodologies intersecting**



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Queer theories and social science research. Farnham: Ashgate, 2010.

FORTY, A. **Objetos de Desejo.** São Paulo: Cosac Naif, 2007

FOUCAULT, M. Da Amizade Como Modo de Vida. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In: **Gai Pied**, nº 25, abr. 1981. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. **História da Sexualidade vol. 1: A vontade de saber.** RJ: Edições Graal, 1998.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson. **Verve**, 5, pp. 260-277. 2004. (Trabalho original publicado em 1984). Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/verve/n5/verve5-2004.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018

GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do passado. In: **Projeto História**. n. 17, p. 213-221, nov. 1998.

HAMILTON, L. Sex, Silence and Audiotape: Listening For Female Same-Sex Desire In Cuba. In: BOYD, N. A.; RAMÍREZ, H. N. R. (Ed.1). In: **Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History.** Nova York: Oxford University Press, 2012.

HALBERSTAM, Judith. **In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural lives.** Nova York: New York University Press, 2005.

HENDRICKS, V. M., BLANKEN, P. and ADRIAANS, N. **Snowball Sampling: A Pilot Study on Cocaine Use.** Rotterdam: IVO, 1992.

MUYLAERT, C. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: **Revista Esc Enferm USP.** São Paulo, v. 2, n. 48, p.193-199, jul. 2014.

PANORAMA com Clarice Lispector. [s.i.]: **Tv Cultura**, 1977. Color.

PORTINARI, D., CESAR, M. R.A. “A Gentrificação da Homossexualidade”. In: Olinto, H.K., Schollhamer, K.E.:(Org.) **Literatura e Espaços Afetivos.** 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015. Pg. 131-146.

PORTINARI, D. Queerizar o Design. In: **Revista Arcos Design**, v. 10, pgs. 1-19, 2017.

RUSHBROOK, D. Cities, Queer Space, and the Cosmopolitan Tourist. In: **GLQ: A Journal Of Lesbian And Gay Studies**, Durham, v. 8, n. 1-2, p.183-206, maio 2002. Duke University Press.

VOGT, W. P. **Dictionary of Statistics and Methodology: A Nontechnical Guide for the Social Sciences**, Londres: Sage, 1999.



Práticas feministas e processos de subjetivação: uma discussão sobre os grupos de “consciousness-raising” dos anos 70, a partir de uma experiência contemporânea com oficinas de gênero e sexualidade

Eva Rubens Célem¹
Denise Berruezo Portinari²
Simone Wolfgang³

Resumo: Este artigo pretende apresentar as atividades realizadas no projeto de conclusão de curso “Oficina de Gênero e Sexualidade”, que surgiu como uma investigação de práticas metodológicas criativas para compreender questões relacionadas a corpo, gênero e sexualidade, e como essa temática pode ser trabalhada com mulheres de maneira contra-normativa, pós-identitária e de modo a criar um espaço de aprendizado coletivo, de maneira interseccional e não doutrinadora - revisitadas através de um paralelo com as práticas e metodologias aplicadas nos grupos de Consciousness-Raising (C-R) do feminismo dos anos 70. C-R foi uma ferramenta adotada pelo Women's Liberation Movement, onde mulheres se organizavam, com uma metodologia própria, para responder perguntas usando exemplos de suas vidas pessoais e suas emoções como dados a serem analisados e comparados. Buscamos então compreender o funcionamento da dinâmica dos grupos de C-R, como parte de uma genealogia de estratégias e técnicas contra-normativas nas quais se insere a Oficina, e considerar as maneiras pelas quais esta, atualizada sob uma perspectiva *queer* e inspirada no pensamento foucaultiano sobre processos de subjetivação, pode constituir uma releitura do C-R da década de 70.

Palavras-chave: Oficina; Gênero e Sexualidade; Teoria Queer; Feminismo; Consciousness-Raising

Neste artigo, pretendo apresentar as atividades realizadas no meu projeto de conclusão de curso de graduação em Design na PUC-Rio, intitulado “Oficina: Gênero e Sexualidade”, revisitadas através de um paralelo com as práticas e metodologias aplicadas nos grupos de Consciousness-Raising (C-R) do feminismo dos anos 70.

Consciousness-Raising foi uma ferramenta adotada pelo Women's Liberation

¹ Graduada em Design (PUC-Rio). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Design da PUC-Rio, bolsista CNPq; eva.celem@gmail.com

² Psicanalista, Doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio). Professora Adjunta, Programa de Pós-Graduação em Design, Departamento de Artes & Design, PUC-Rio; denisep@puc-rio.br

³ Doutora em Design (PUC-Rio). Professora Auxiliar, Departamento de Design, IBMR; simone.wolfgang@terra.com.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Movement, adaptando uma prática do Movimento por Direitos Civis americano dos anos 60, chamado “telling it like it is”. Práticas similares haviam sido adotadas em outros movimentos político-sociais como a Revolução Cultural Chinesa e os movimentos de Black Power americanos, que serviram de inspiração para os grupos feministas. C-R foi um grande fenômeno que varreu todo os Estados Unidos no início da década de 70, de uma maneira impressionante. Dezenas de milhares de mulheres se reuniam em pequenos grupos para discutir o que era ser mulher naquela época. Os grupos partiam do pressuposto que “o pessoal é político”, e a partir da fala pessoal de cada mulher, procuravam semelhanças e diferenças para demonstrar que aqueles eventos não eram ocorrências individuais, mas fruto de uma opressão estrutural. Os “C-R groups”, como eram chamados, foram fundamentais para a sensibilização (ou, nos termos do C-R, o “despertar da consciência”) de toda uma geração de feministas. (SHREVE, 1989)

Nos grupos de C-R, mulheres se organizavam, com base em uma metodologia que garantiria a “cientificidade” do processo, para responder perguntas usando exemplos de suas vidas pessoais e suas emoções como dados a serem analisados e comparados. Primeiro, escolhiam um tema, e elaboravam perguntas sobre questões cotidianas. Depois, após dividir o tempo disponível igualmente entre elas, cada uma respondia a pergunta, em forma de depoimento, utilizando exemplos de sua vida cotidiana, pessoal e emocional. Os últimos 30 minutos do encontro eram reservados para que fizessem uma rápida análise comparativa das respostas, e tirassem conclusões sobre o que havia sido discutido, procurando achar o que havia em comum entre as respostas. O objetivo era que identificassem que seus problemas não eram de ordem pessoal, e sim estrutural. A partir da identificação da origem do problema, seria possível estabelecer uma nova questão a ser debatida num grupo futuro, ou até mesmo em um plano de ação concreta (como o protesto de 1968 contra o Miss America Pageant⁴, a criação do Lesbian Herstory

⁴ Como resultado de um grupo de consciousness-raising sobre autoimagem, em setembro de 1968, o grupo New York Radical Women protestou contra o Miss America Pageant, em Atlantic City, NJ. De acordo com Kathie Sarachild em palestra na First National Conference of Stewardesses for Women's Rights in New York City, March 12, 1973: "A primeira ação pública do nosso grupo, após o lançamento do jornal, foi a tentativa de atingir as massas com as nossas ideias sobre um assunto mesquinho: o da aparência. Protestamos e fizemos piquete no Miss America Pageant, jogando sapatos de salto alto, cintas e outros objetos de tortura feminina em uma 'lixeira da libertação'. Foi essa ação em 1968 que acordou a consciência generalizada do novo 'Women's Liberation Movement', chamando atenção mundial e de nomeando o movimento." (SARACHILD, 1973, tradução nossa)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Archives⁵, e inclusive a ação das advogadas Sarah Weddington e Linda Coffee no caso Roe vs. Wade⁶). (SHREVE, 1989; NATIONAL WOMEN'S LIBERATION, 2017) Em um artigo escrito para o First National Women's Liberation Conference, em novembro de 1968, Kathie Sarachild definiu um programa nacional para a prática de consciousness-raising, ressaltando sua importância para o movimento:

“Em nossos grupos, vamos compartilhar nossos sentimentos e acumulá-los. Vamos nos permitir nos libertar e ver aonde os nossos sentimentos nos levam. Nossos sentimentos nos levarão a ideias, e então a ações. Nossos sentimentos nos levarão à nossa teoria, a nossa teoria à ação, nossos sentimentos sobre aquela ação a uma nova teoria, e então a uma nova ação. Este é um programa de consciousness-raising para aquelas de nós que estão sentindo cada vez mais que mulheres são as pessoas mais empolgantes do mundo, pelo menos nessa época, e que as sementes de uma nova e bela sociedade mundial mora enterrada na consciência dessa classe que vem sendo abusada e oprimida desde o começo da história humana. É um programa planejado baseado na suposição de que um movimento de libertação em massa se desenvolverá quando mais e mais mulheres começarem a perceber sua situação corretamente, então, portanto a nossa tarefa primária agora é a de despertar uma consciência de classe em nós mesmas e em massa escala.” (SARACHILD, 1968, p.78-79, tradução nossa)

Através de análise de estudos acadêmicos, relatos de participantes e literatura produzida de maneira independente pelo movimento feminista, é possível compreender o funcionamento da dinâmica dos grupos de C-R enquanto processo de subjetivação. Com perguntas altamente específicas sobre infância, sexo, educação, trabalho, casamento, beleza e etc⁷, falavam sobre suas experiências pessoais e conseguiam coletivamente fazer

⁵ No início da década de 70, após um ano trabalhando juntas na Gay Academic Union da City University of New York, um grupo de mulheres lésbicas decidiram que precisavam de um espaço separado para discutir o sexismo dentro da organização, e formaram dois grupos de consciousness-raising. Em uma reunião em 1974, Julia Stanley e Joan Nestle falaram sobre a precariedade da cultura lésbica e como a maior parte da história das mulheres haviam sido apagadas ou representadas através de uma ótica patriarcal. Assim, em conjunto com Deborah Edel, Sahli Cavallaro e Pamela Oline começaram a construir o que hoje é conhecido como o Lesbian Herstory Archives, atualmente a maior coleção do mundo de materiais sobre cultura lésbica. Localizado no Brooklyn, NY, possui um acervo de fotografias, arquivos, vídeos, áudios, publicações e livros.

⁶ O caso Roe vs Wade foi o caso judicial no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos reconheceu às mulheres o direito ao aborto. O caso foi defendido por Linda Coffee e Sarah Weddington, colegas de curso da faculdade de direito na University of Texas, onde ambas participaram de grupos de C-R. Foi através da participação nesses grupos que Weddington começou a se envolver e atuar em questões sobre o aborto, a levando a procurar Coffee para discutir pontualmente o que poderia ser feito a respeito da legislação sobre aborto no Texas. (FAUX, 1988)

⁷ As perguntas eram divididas em partes, como ‘Informações sobre o passado’ e ‘Experiências adultas’. Idealmente começavam falando sobre a infância fazendo perguntas como: “*Que brinquedos você tinha?*”, “*Quais atividades lhe eram encorajadas?*”, “*Como você achava que seria ser uma mulher?*”, “*Suas experiências com outras crianças da sua idade ou adultos influenciaram sua visão sobre sexo? E sua visão*



questionamentos e problematizações que as permitiam refletir para além de seus comportamentos, mas sobre a própria construção delas mesmas como mulheres. (SHEREVE, 1989; WEED, 1989; SARACHILD, 1968) Não intencionalmente, esses grupos se tornaram espaços de novas possibilidades de existência.

As problemáticas que levaram as feministas da década de 70 a desenvolverem o Consciousness-Raising como estratégia de pesquisa e ação não foram muito diferentes das que me trouxeram até aqui; minhas pesquisas sobre a oficina iniciaram-se com questionamentos derivados da minha própria vivência – e as de muitas pessoas próximas – enquanto mulher, ou melhor, enquanto alguém que desde o nascimento precisa desenvolver e habitar um corpo de mulher. Afinal, o que sabe uma mulher de seu corpo? Quais são os saberes e poderes que o tomam por objeto? Como se produz uma mulher?

O primeiro fio a ser destacado dessa meada é que tais questões são formuladas desde o interior do “dispositivo da sexualidade”, assim nomeado por Foucault (2015). Segundo Foucault, ‘sexualidade’ é um conceito relativamente novo, nascido apenas no século XIX. A sexualidade é a maneira como se organizaram, a partir da alta modernidade, as questões de gênero, erotismo e sexo. Essa organização é construída pelos *dispositivos* - relações de forças que sustentam e são sustentados pelos saberes que estruturam a nossa sociedade. O termo ‘sexualidade’ por si só já remete a uma regulação, medicalização, um saber embutido. De acordo com alguns estudiosos, o sexo foi - e ainda é - muito reprimido, um tabu. Em sua obra, Foucault não nega essa hipótese, mas a

como mulher?”, “Como você se sentiu com as mudanças do seu corpo? Peitos? Pelos?”, “Como foi sua primeira menstruação?”, “Como você gastava a maior parte do seu tempo na adolescência?”, “Que tipos de relacionamentos você tinha com outras meninas?”, “Você admirava alguma mulher mais velha?”, “Que tipos de relacionamentos você tinha com meninos? Vocês namoravam? Havia pressão para namorar? Que tipo de meninos você namorava?”, “Como e quais foram suas experiências sexuais na adolescência? Você se preocupava com a sua reputação?”. Cobriam diversos tópicos, como educação, primeiras experiências em geral, relação com a família e religião. Sobre a vida adulta, falavam sobre suas relações com masturbação (“Você já se masturbou? Quando começou? Com qual frequência? Você tem orgasmos?”), orgasmo (“Você já teve um? Você já fingiu um?”), “Descreva o que te leva a gozar. Você consegue descrever seus sentimentos e sensações a respeito disso?”, “Qual a diferença do orgasmo com outra pessoa e se masturbando?”, “Você precisa gozar para aproveitar o sexo?”, contraceptivos, aborto (“Você já fez um? Descreva a experiência.”), lesbianismo (“Você já se sentiu atraída por outra mulher?”, “Você já teve alguma experiência homossexual?”), “Se você não é lésbica, como reage quando encontra uma mulher que você sabe que é?”, “Quais maneiras que são socialmente aceitáveis de expressar amor por outra mulher?”. Cobriam dos mais diversos temas, como estupro, prostituição, casamento, solteirice, trabalhos domésticos, gravidez e parto, maternidade, divórcio, mercado de trabalho, envelhecimento, assistência médica e saúde, saúde mental, entre outros. (SHREVE, 1989)



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

complementa afirmando que essa repressão não se deu através do silêncio, mas através de uma regulação do discurso. Para além de proibido, o discurso sobre o sexo é regulado: existem maneiras, situações e locais apropriados para sua discussão - como no confessionário, no consultório médico, em instituições de ensino, entre outros. A ação desses mecanismos de poder, no que tange a sexualidade, tem uma força produtiva, gerando e moldando nossas práticas e concepções sobre o sexo. Em suas obras, Foucault estuda esta rede de discursos de produção da verdade, defendendo que a relação do poder com a verdade é constitutiva dos processos de sujeição e subjetivação dos seres humanos.

Pode-se dizer então que nossos corpos e subjetividades são construídos a partir dos contatos e vivências que temos com essa rede de práticas, discursos e saberes. Sabendo o mecanismo de ação desses dispositivos, e compreendendo que seus discursos são múltiplos e difusos, podemos então pensar criticamente o movimento feminista e LGBTQ+ como partes do dispositivo, pois não existe a possibilidade de estar fora dessa rede de discurso. Seria possível então vislumbrar a possibilidade de mudança no processo de construção desses corpos e subjetividades? Seria possível romper verdadeiramente com as normas, sem produzir novas normas, subjetividades e comportamentos? Aqui se insere então outra questão: como que essas práticas feministas podem ser compreendidas como processos de subjetivação? Quais as consequências delas para não apenas a militância, mas a construção e modificação do corpo da mulher e do ser mulher?

Para Weed (1989), o que causa tensões e contradições para o feminismo mainstream⁸ é que sua demanda pela individualização de mulheres (impulsionada pelo liberalismo e discurso de direitos individuais oriundos do Movimento de Direitos Civis americano) não é compatível com os *insights* ideológicos produzidos pelos deslocamentos entre pessoal e político propostos por estas dinâmicas feministas de subjetivação. Para ela, o fenômeno do Consciousness-Raising trouxe de maneira muito importante para o feminismo a noção de que o seu desejo pode não ser realmente seu, e que o que chamamos de *nós mesmas* pode ter sido construído em outro lugar. Tendo sido uma prática muito bem organizada e efetiva, o C-R conseguiu reconhecer que a subjetividade é construída dentro dos sistemas de poder. Se questiona então: que

⁸ A autora usa o termo “feminismo mainstream” para se referir a o que atualmente chamamos de feminismo liberal. (WEED, 1989)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

negociações entre identidade e indivíduo são possíveis dentro desse sistema, dadas as estruturas de poder e dominação? Como o feminismo deve então abordar a questão da identidade?

Segundo ela, o C-R demonstra a ambiguidade da história do feminismo americano na medida em que produziu duas linhas de pensamento diferentes, mas ao mesmo tempo concomitantes, para pensar essa questão: a primeira entende o Consciousness-Raising como uma passagem de um modelo pré-verdade e pós-verdade, como se esta fosse acessível através dessa prática - construindo uma categoria ainda mais delimitada de mulher a partir do individualismo liberal. A segunda, normalmente associada aos feminismos negros, marxistas, pós-estruturalistas e psicanalíticos, analisa as construções ideológicas de gênero propondo práticas mais radicais. O encontro entre o feminismo e as críticas pós-estruturalistas, de acordo com a autora, representam então uma grande ameaça ao liberalismo pois desestabilizam a noção de indivíduo.

Assim, podemos pensar que os grupos de Consciousness-Raising ao mesmo tempo em que constituem parte do dispositivo da sexualidade, também representam *pontos de resistência*⁹ aos processos normativos. Suas principais regras eram a de não haver hierarquia entre as participantes ou julgar as falas das companheiras. (SHREVE, 1989). Todavia, apesar desse genuíno esforço de manutenção de uma horizontalidade, havia uma declarada busca por “cientificidade” que as levaram a adotar métodos e técnicas tradicionais encontradas nas mais diversas instituições. (NATIONAL WOMEN'S LIBERATION, 2017). Cada encontro tinha uma líder (em alguns casos usavam a palavra anfitriã (*hostess*)), que mudava a cada encontro, em esquema de rodízio. A líder organizava todo o encontro: a escolha das perguntas, a divisão do tempo, mediação das falas, escrita de relatório com as conclusões, a serem enviadas e reportadas para a organização a que eram afiliadas (*The National Organization for Women - NOW; New York Radical Women - NYRW; New York Radical Feminists; Redstockings...*). Em

⁹ Segundo Foucault, onde há poder, há resistência, e “As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.” (2015, p 104-105)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

suma, criticavam a lógica do poder, porém o faziam reproduzindo os mesmos padrões. Talvez isso tenha partido de uma “inocência revolucionária” de que o poder é único, e não capilar:

“A “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas em suma, que ele é sempre uno. E no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? “Meu nome é legião”, poderia ele dizer: por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos de intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro, e por conseguinte, a culpabilidade daquele que recebe.” (BARTHES, 1997, 11)

Como seriam então os grupos de Consciousness-Raising revisitados com uma proposição da adoção de práticas mais radicais? Para pensar como se daria esse possível espaço de subjetivação que desloca a relação entre pessoal e político mantendo uma postura crítica característica do pós-estruturalismo, nos aproximamos da teoria *queer*.

Queer é palavra da língua inglesa usada para designar o que é estranho ou excêntrico, fora do normal. Foi e ainda é uma palavra sistematicamente utilizada como insulto a sujeitos sexualmente desviantes. No fim da década de 80, este termo começa a ser apropriado e ressignificado por um segmento do movimento homossexual justamente para marcar uma postura desafiadora, confrontativa e crítica não apenas da heterossexualidade compulsória como das políticas identitárias normalizadoras do movimento gay. *Queer* significa se colocar contra as normas. Nas palavras de Louro, “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (LOURO, 2008, p 38-39)

O termo *teoria queer* foi cunhado pela primeira vez pela teórica Teresa de Lauretis, que editou em 1991 uma edição especial da revista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* intitulada *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*. Na



introdução da revista, assinala a diferença entre “gays e lésbicas” e “*queer*”:

“O termo “*queer*”, justaposto ao “lésbico e gay” do título [do livro], tem a intenção de marcar uma certa distância crítica do segundo, já estabelecido e muitas vezes conveniente, uma fórmula. A expressão “lésbico e gay” ou “gay e lésbico” se tornou a maneira padrão a se referir a o que alguns anos atrás era simplesmente “gay” (ex., a comunidade gay, o movimento de libertação gay) ou, só alguns anos antes, “homossexual”. ... De certa forma, o termo “*queer theory*” chegou não para se aderir a algum dos termos ditos, ou para assumir suas propensões ideológicas, mas ao invés disso, para tanto transgredir e transcender eles - ou no mínimo problematizá-los.” (DE LAURETIS, 1991. p iv-v, tradução nossa)

Assim, podemos perceber o potencial transgressor e crítico da teoria *queer*. A proposição de trazer a perspectiva da teoria *queer* para um espaço de aprendizado (que é em suma um espaço de subjetivação) já foi proposta por Guacira Lopes Louro, que considera a Educação como um espaço de normalização. A autora se questiona então acerca da possibilidade de traduzir a teoria *queer* para a prática pedagógica, tendo em mente que além de permitir pensar na ambiguidade e fluidez das identidades sexuais e de gênero, ela possibilita novas formas de pensar o poder, conhecimento, cultura e educação:

“Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito.” (LOURO, 2008, p. 49-50)

Utilizando deste ponto de partida de o que constituiria uma prática educacional *queer*, investigo na oficina como o design pode ser uma ferramenta metodológica para facilitar a realização dessas práticas de subjetivação, subvertendo então o papel do design de produtor de normalidades e assumindo um papel de ferramenta de problematização, principalmente no que diz respeito a questões do corpo, gênero e sexualidade.

O papel desempenhado pelo design, em suas diversas vertentes, na configuração de imaginários e de valores “heteronormativos”, bem como o seu potencial para o questionamento e a proposta de alternativas, tem sido objeto de debates e reflexões desenvolvidos por diversas/os autoras/es. (BUCKLEY, 1986, PORTINARI, 2017). Forty



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(2007) nos propõe a pensar a relação entre design, capitalismo e a produção das diferenças sociais. Afirma que foi dada pouca atenção à influência que o design tem na maneira como pensamos e agimos: os efeitos de suas ações são, na verdade, muito mais duradouros do que a influência da mídia, por exemplo, pois ele materializa em formas concretas como pensamos o mundo, a nós mesmos, e como devemos agir.

Segundo Fry (2010, p.108), “todos os dias, em todos os lugares, seres humanos vivem suas vidas através de artefatos, sistemas e ambientes inteiramente imbuídos de crenças e valores que impactam diretamente essas vidas”. O autor propõe que essa força política do design seja plenamente assumida em seu potencial de questionamento, transformação e proposição de novos valores. Pensando então o design como produtor de diferenças e reforçador das normas, seria possível instrumentalizá-lo para assumir uma postura contra-normativa no que tange questões do corpo, gênero e sexualidade? Como sensibilizar pessoas para questões ligadas a gênero, sexualidade e outras diferenças sociais de maneira interseccional e não doutrinadora usando ferramentas do design?

Alguns pontos, acontecimentos e tensões me trouxeram a essa reflexão crítica sobre práticas feministas de subjetivação: o conturbado contexto político atual, tanto a nível nacional como internacional, a reemergência do feminismo e das pautas ligadas a diferenças sociais e minorias políticas, a superficialidade e rapidez desses discursos nas redes sociais, a apropriação e reconfiguração de diversas lutas políticas pelo liberalismo por via de políticas identitárias, entre outros. Levando em consideração a importância dos grupos de C-R para o movimento feminista de segunda onda (com sua eficiência nas funções de sensibilização e mobilização de mulheres para ação), torna-se interessante discutir a possibilidade de reinvenção da dinâmica dos grupos de Consciousness-Raising. Essa reinvenção se torna ainda mais pertinente tendo em vista o recente resgate dessas práticas feito pelo grupo americano National Women's Liberation, que promoveu uma “*training call*”¹⁰, onde convocou mulheres de todo o país a formarem grupos de Consciousness-Raising, no mesmo modelo aplicado pelas feministas dos anos 70. Esse modelo, apesar de ter se mostrado efetivo na época em que foi desenvolvido, apresenta uma estrutura engessada que abre espaço para problematizações.

¹⁰ Disponível em: <http://www.womensliberation.org/downloads/NWL_CR-TrainingCall_2017-08.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

É neste contexto que desenvolvo minha pesquisa. O projeto de conclusão de graduação “Oficina: Gênero e Sexualidade”, atualmente sendo revisitado como pesquisa de mestrado, desenvolvida no grupo Barthes/GILET da PUC-Rio, teve sua 1ª edição no 2º semestre de 2016, surgindo como uma investigação de práticas metodológicas criativas para compreender questões relacionadas a corpo, gênero e sexualidade, e como essa temática pode ser trabalhada com mulheres de maneira contra-normativa, pós-identitária e de modo a criar um espaço de aprendizado coletivo, de maneira interseccional e não doutrinadora. As tensões levantadas por essa relação paradoxal entre adotar uma postura contra-normativa e pós-identitária, e ao mesmo tempo limitar o público como “*para mulheres*” não me escapam, e foram objetos de muita reflexão. Entendo, porém, que trabalhar com um público geral, sem este recorte, abarca muitas outras questões que sinto que minha ação como mediadora desta experiência, e como pesquisadora, não é capaz de dar conta - pelo menos no momento. Justamente por esta limitação, sinto que a problematização da categoria mulher se torna ainda mais relevante no contexto da oficina.

Assim, parti em busca de um grupo que se interessasse em fazer parte desta experiência. Através de um contato propiciado pela minha orientadora, cheguei em uma escola municipal na zona sul do Rio de Janeiro, e conversei com a coordenadora pedagógica do EJA (Educação de Jovens e Adultos) que funcionava no local. Desde o primeiro contato a coordenadora se mostrou muito aberta e interessada na ideia da oficina, e logo articulou um grupo que pudesse e tivesse interesse em participar da atividade. Eu não sabia o que esperar do grupo, e só tinha a informação que eram todas alunas do EJA, e que muitas eram moradoras do morro Dona Marta.

A oficina aconteceu ao longo de 10 encontros, e mesmo possuindo um planejamento inicial de temas e atividades previamente definidos, a proposta da oficina era de permitir que a realidade, curiosidade, fala e questionamentos das participantes moldassem o desenvolvimento dos encontros. Em cada encontro, levei um material desenvolvido por mim, e oferecido ao grupo sem uma proposição específica de trabalho. A intenção era de que estes materiais despertassem discursos e facilitassem o debate sobre eles. Nossas interações e reações foram anotadas e brevemente analisadas em um Diário de Campo, compondo uma investigação de aplicação de processos e ferramentas de design para explorar novos processos metodológicos na abordagem de questões ligadas a



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

gênero e sexualidade com mulheres. É importante ressaltar que o projeto não se enquadra em uma proposta de ‘ensino’ no sentido mais tradicional do termo, visando mais a construção de um ambiente de aprendizado coletivo. A proposta inicial foi a de criar um espaço seguro de provocação e multiplicação dos discursos, permitindo que saberes considerados não-legítimos tivessem espaço na discussão. (CÉLEM, 2016)

Ao tentar me inserir neste contexto de maneira não-hierárquica, parti do pressuposto de que é preciso assumir uma postura crítica e alerta sobre essa posição constantemente, pois, como coloca Barthes (1997), não é possível permanecer fora do poder, mesmo partindo de fora dele.

Diferentemente dos grupos de C-R, o projeto nunca visou produzir uma solução, um manual, ou algum objeto concreto; mas por meio dele e a serviço dele foram organizadas/desenvolvidas diversas manifestações materiais, como: um baralho de cartas de imagens e de palavras, relatos de pessoas transexuais, revistas, uma atividade de colagem, cartas com fotos de vulvas, a impressão do modelo anatômico de um clitóris em 3D, uma atividade de modelagem de vulvas, camisinhas masculinas e femininas, coletor menstrual e o próprio Diário de Campo com relatos dos encontros. Apesar do fato de que tanto os grupos de C-R quanto as oficinas se desenrolavam através de narrativas pessoais, outra diferença fundamental entre elas é que a primeira se sustentava ao redor de perguntas, sem recorrer a outros materiais, enquanto a oficina utilizava outros suportes materiais para despertar a fala das participantes.

No primeiro encontro não levei nenhum material de suporte que não fosse puramente a fala. Cheguei na escola antes do horário combinado, e a coordenadora me indicou o espaço que eu teria disponível: uma sala de aula que estava livre. Resolvi então afastar todas as carteiras e montei um círculo de cadeiras enquanto esperava que todas as participantes chegassem. Quando isto aconteceu, me apresentei, falei quais eram minhas intenções de estar ali, e pedi que as mulheres se apresentassem e falassem quais as expectativas que elas tinham para os encontros, além do que elas entendiam como ser mulher. O grupo era formado por 11 mulheres (contando comigo), e a mais nova tinha 19 anos, enquanto a mais velha tinha 52. O grupo era muito diverso; mulheres casadas, solteiras, com ou sem filhos, heterossexuais ou não. As apresentações foram feitas muito timidamente, porém algumas mulheres conseguiram já neste momento compartilhar



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

eventos e detalhes formadores sobre si mesmas como mulheres. Para mim foi difícil dosar o que e quanto falar sobre mim, pois ao mesmo tempo que eu propunha um espaço com o mínimo de hierarquias, além de participante eu inevitavelmente ocupei também um espaço de mediadora das atividades.

Entre as histórias compartilhadas, muitas se encontravam no que tangia a conciliação entre estudo e maternidade, pois muitas abandonaram os estudos para trabalhar e prover aos seus filhos. Um caso específico, no entanto, se destacou pelo teor do relato e pela abertura e disposição da participante em compartilhar sua história. M., de 52 anos, contou que nasceu em uma pequena cidade do Piauí, e que quando completou 14 anos, antes mesmo de sua primeira menstruação, foi prometida a casamento, pela mãe, a um primo distante de 29 anos. O motivo do casamento arranjado era financeiro, e M., sem aceitar a situação, arranjou um namorado e ameaçou fugir com ele. Como em sua cidade, naquela época, era muito mal visto uma mulher fugir com homem, sua mãe aceitou seu namoro para que M. não “desgraçasse” a família. Assim, M. casou com seu namorado alguns meses depois, com 15 anos de idade. O casamento durou um pouco mais de 2 anos, e resultou em uma gestação para M., e muitas traições e abandono por parte do marido. M. se mudou então para o Rio de Janeiro, onde conheceu outra pessoa, se casou de novo e teve 4 filhos. Na época, já fazia 34 anos de casada. Todo o grupo se envolveu com o relato de M., mas nenhuma outra mulher conseguiu falar com tantos detalhes sobre suas vidas. O relato de M. nos confrontou com uma realidade muito pouco falada atualmente, que é a persistência da prática do casamento infantil no Brasil. Saber que esta prática existe, e conhecer e escutar um relato de alguém que passou por isso, provocam reações e sentimentos muito diferentes. Em seu relato, fica claro que a resiliência de M. e as rotas de fuga traçadas por ela perante essa situação moldaram suas relações e configurações familiares, românticas, sexuais e pessoais e diversos níveis.

No encontro seguinte, levei então algumas cartas que confeccionei com diversas palavras e imagens que eu entendia que compunham ou não um universo de expectativas sociais para mulheres. Levei também algumas cartas em branco e canetinhas, para que qualquer uma pudesse confeccionar uma carta, caso sentissem falta de algo. Não dei nenhuma orientação para uso do material, apenas coloquei as cartas em cima da mesa. Ao manusear o material, muitas foram se identificando com as palavras e imagens



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

representadas, e começaram a separar as cartas com base nessa identificação. A partir daí, começaram então a comentar e justificar suas escolhas, compartilhando situações íntimas e pessoais para as demais. Depois de observar um pouco como elas estavam se relacionando com o material, eu me inseri na dinâmica da atividade. Alguns dos assuntos discutidos neste encontro foram prostituição, dependência financeira, falta de atividade doméstica por parte dos homens, abandono, cirurgia plástica, corpo, bunda, fama, gorda-magra, padrões, cobranças, auto-aceitação, peitos, estrias, celulite, pelos, depilação, beleza, vagina, sexo, feminismo, família, ser desbocada.

Uma das mulheres que compartilharam nesse dia foi G., de 19 anos, que relatou sobre a situação complicada que vivia em casa. Contou sobre sua primeira transa, aos 13 anos, e sem usar essa palavra, descreveu um estupro. Sua primeira vez, como chamada por ela, foi com o atual companheiro, pai de seus dois filhos. Conforme a relação dos dois foi se desenvolvendo, sofreu (e sofria até a data da oficina) diversos estupros, que evoluíram para espancamentos. Apenas quando ele bateu em um de seus filhos, que G. o denunciou pela Lei Maria da Penha. Compartilhou que essa denúncia não a ajudou de fato com sua situação, nem permitiu que ela se visse livre do pai de seus filhos, pois em apenas alguns dias pagou fiança e saiu da prisão, voltando a atormentá-la. Sem receber pensão e morando longe dos pais, trabalhava em dois empregos e estudava de noite, além de cuidar sozinha dos filhos. A situação ficou insustentável, e tendo que sair de um dos empregos, se viu tendo que aceitar o companheiro de volta. G., na época da oficina, ainda morava com ele, e relatou que nesse tempo seguiu sendo estuprada, espancada e inclusive forçada por ele a realizar dois abortos (eventos que diz nunca ter superado, e, apesar de não ser muito religiosa, a fazem crer que ela irá para o inferno). (CÉLEM, 2016)

Apesar de a oficina não ter meios nem a proposta de remover G. dessa situação de vulnerabilidade, foi possível identificar coletivamente, justamente por via de uma identificação pessoal e da impossibilidade de mudança da situação G., a opressão estrutural que a mulher sofre. Para além dessa identificação, formou-se uma rede de solidariedade e apoio para ela, que não tinha com quem compartilhar a situação que vivia em casa, e que precisava lidar com essas questões completamente sozinha. O relato de G. deixou explícito como a construção de seu corpo e do seu prazer foi atravessado pelas violências sofridas não apenas pelo companheiro, mas também pelo abandono e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

desamparo do Estado. Estupro, gravidez adolescente, aborto inseguro, sexo de vingança, sentimento de culpa, espancamentos, jornadas duplas ou triplas de trabalho e abandono familiar foram apenas alguns elementos presentes em seus 19 anos de vivência como mulher.

Ao longo dos encontros seguintes, os outros materiais foram levados e ofertados para as participantes. Levar essa diversidade de materiais estimulou um engajamento maior das participantes, inclusive encorajando uma das participantes a levar seu próprio “conteúdo” para um dos encontros: um dildo do tipo *strap-on* e um vibrador. Ao final da oficina, sinto que já estávamos muito mais confortáveis em compartilhar entre nós detalhes que antes não comentávamos. No último encontro, com todos os materiais na mesa, revisitamos alguns assuntos e conversamos sobre nossas impressões e aprendizados durante a experiência. Muitas questões foram levantadas: falamos sobre ter a liberdade de falar sobre esse assuntos, e duas participantes comentaram sobre o projeto da Escola sem Partido, que visa proibir o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Uma participante comentou que nunca havia conhecido uma mulher feminista antes. Conversamos então sobre o que era o feminismo, o que levou a muitas mulheres a se reconhecerem como feministas também. Outro ponto principal em suas conclusões foi no que se refere ao conhecimento que tinham sobre os próprios corpos. Muitas não usavam absorvente interno pois achavam que ele iria parar no estômago, e apenas duas sabiam o que era o clitóris (conheciam pelos nomes *grelo* e *pinguelo*). Relataram se sentir mal informadas a respeito do próprio corpo. Falaram que esses assuntos não são discutidos na escola de maneira clara, e que não tem nenhum lugar onde possam aprender sobre esses assuntos. Uma das participantes comentou que depois que descobriu o que era o clitóris, contou para o marido e o sexo ficou muito melhor. (CÉLEM, 2016)

Após a conclusão do projeto de graduação, comecei junto com minha orientadora a pensar na genealogia das práticas de Consciousness-Raising e passamos a refletir criticamente como elas influenciaram a produção da oficina e como não intencionalmente eu havia de alguma forma *queerizado* as dinâmicas de C-R. Uso aqui o termo *queerizar* para me referir a um processo de tradução da teoria *queer* para a prática, sobre a adoção de uma postura crítica e contra-normativa, que problematiza e subverte a lógica das normas. De acordo com Portinari,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

“Essa perspectiva não se limita ao âmbito das questões e lutas LGBT , mas parte delas para problematizar a (hetero)normatividade e a produção/materialização normativa de identidades, subjetividades e diferenças sociais, potencializando a proposição de novas possibilidades de existência.” (PORTINARI, 2017, p3)

Optar por não ter um planejamento fixo para desenvolver as oficinas pode parecer uma escolha ou um caminho inseguro, porém ao longo do processo aprendi e descobri coisas que nunca teriam acontecido se não tivesse nos permitido divagar, e levar a discussão a lugares não definidos. Barthes (1976-77) considera que o método parte de uma boa vontade do pesquisador, porém é “fetichizar o objetivo como lugar privilegiado, em detrimento de outros lugares possíveis”. Já o não-método possuiria um “psiquismo da viagem”, ao qual é garantido o direito à digressão, ao “borboletear”.

É neste “borboletear” em que penso que a oficina se diferencia fundamentalmente das práticas dos grupos de Consciousness-Raising, pois nele não há o compromisso em chegar em lugar algum; não é preciso tirar conclusões formais sobre o debatido, ou racionalizar questões que não são necessariamente acessíveis. Porém, por meio dele, conseguimos descobrir e acessar novos pontos de encontro e ebulição nas trajetórias pessoais, coletivas e políticas das mulheres envolvidas.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. **Como viver junto**. Simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BUCKLEY, Cheryl. **Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design**. **Design Issues**, Londres, v. 3, n. 2, p.3-14, out. 1986.

CÉLEM, Eva Rubens. **Oficina de Gênero e Sexualidade**. 2016. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Design, Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DE LAURETIS, Teresa. **Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities**. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, Bloomington, v. 3, n. 2, 1991.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

FAUX, Marian. **Roe v. Wade: The Untold Story of the Landmark Supreme Court Decision that Made Abortion Legal.** New York: Cooper Square Press, 1988.

FORTY, Adrian. **Objetos de Desejo: Design e Sociedade desde 1750.** São Paulo: Cosac & Naify, 2007. Tradução de: Pedro Maia Soares.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 3 v. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FRY, Tony. **Design as Politics.** Oxford: Berg, 2010.

LESBIAN HERSTORY ARCHIVES (New York). **A brief history.** [2017]. Disponível em: <<http://www.lesbianherstoryarchives.org/history.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Deborah Edel, Joan Nestle & Judith Schwarz. New York: Herstories: Audio/visual Collections Of The Lha, [199-?]. (123 min.), son., color. Disponível em: <http://herstories.prattinfoschool.nyc/omeka/document/Edel_Deborah_Nestle_Joan_&_Schwarz_Judith>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Introdução. In: LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 7-9.

_____, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 27-56.

NATIONAL WOMEN'S LIBERATION (Estados Unidos da América). **Consciousness Raising Training Call.** 2017. Disponível em: <http://www.womensliberation.org/downloads/NWL_CR-TrainingCall_2017-08.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PORTINARI, Denise Berruezo; CESAR, Maria Rita de Assis. **A gentrificação da homossexualidade.** In: Olinto, H.K.; Schollhammer, K.E.. (Org.). *Literatura e Espaços Afetivos.* 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. , p. 131-146.

PORTINARI, Denise. **Queerizar o design.** Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Edição especial Seminário Design.Com, Outubro 2017. Pp.1-19. Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>]

SARACHILD, Kathie. Program for Feminist Consciousness-Raising. In: FIRESTONE, Shulamith (Ed.). **Notes from the Second Year: Women's Liberation.** New York: National Women's Liberation Conference, 1968. p. 78-80.

SARACHILD, Kathie. **First National Conference of Stewardesses for Women's Rights.** 1973. Texto, notas e relatos de palestra realizada em NY. Disponível em:



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

<<https://organizingforwomensliberation.wordpress.com/2012/09/25/consciousness-raising-a-radical-weapon/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SHREVE, Anita. **Women Together, Women Alone:** The legacy of the Consciousness-Raising movement. New York, U.s.a: Viking Penguin, 1989.

WEED, Elizabeth. Introduction: Terms of Reference. In: WEED, Elizabeth (Ed.). **Coming to terms:** Feminism, theory, politics. 3. ed. New York: Routledge, 1989.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Existência e resistência: a produção de si nas trajetórias digitais de pessoas não binárias

Lucas Riboli Besen¹

Vanessa Azambuja de Carvalho²

Flávia Luciana Magalhães Novais³

Resumo: Este trabalho tem como tema a trajetória de vida de pessoas que se identificam com a identidade de gênero trans não binária ou outras categorizações divergentes do binarismo de gênero no que tange a sua representação nos meios de comunicação em massa. Para tanto, temos como recorte o programa “Liberdade de Gênero”, do Canal GNT do sistema Globosat. Até o momento, o programa-documentário possui duas temporadas, nas quais nove pessoas trans não binárias ou de gênero não binário deram entrevistas falando de suas trajetórias de vida. Essa pesquisa se dispõe a comentar acerca da relação entre a visibilização de pautas e experiências dessas pessoas acerca da exposição dessas identidades enquanto formas possíveis e múltiplas de ser/estar no mundo. Essa definição é tomada pela autoidentificação das pessoas entrevistadas com o termo, dizendo respeito não apenas à transformação corporal e estética, mas o modo como suas práticas sociais são formuladas por diferentes posicionamentos ligados ao gênero e à sexualidade. Acreditamos que, através da análise de como certas categorias de pensamento do estado são utilizadas para produzir uma narrativa de trajetórias de vida tão particulares, podemos melhor entender os deslocamentos político ontológicos possibilitados pelo programa “Liberdade de Gênero”.

Palavras-chave: Identidades LGBTQ; ontologia política; trajetória de vida; narrativa autobiográfica; performance.

O programa “Liberdade de Gênero”, do canal de rede fechada GNT, descreve a si mesmo enquanto um coletivo que percorre o país de norte a sul, passando por Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo para conhecer histórias de vida de pessoas que não se identificam com o gênero designado para elas ao nascerem. Para tanto, são realizadas entrevistas nas casas dessas pessoas e de suas famílias com discrição e sensibilidade para abordar acerca da diversidade de gênero e diversidade sexual. Cada uma das pessoas entrevistadas relata com abertura e franqueza suas trajetórias até assumirem o gênero que as define. Portanto, o programa centra em temas como a

¹Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, misterbesen@gmail.com.

²Mestranda em Psicologia Social e Institucional, PPGPSI/UFRGS, azambujadecarvalho@gmail.com

³Doutoranda em Psicologia Social e Institucional PPGPSI/UFRGS, flanovais@gmail.com



transidentidade, travestilidade e transgeneridade.

Pretende-se, a partir da análise de trajetórias de vida em um relato autobiográfico (BOURDIEU, 1996), compreender a relação estabelecida entre uma narrativa de si e as múltiplas formas de se estar/habitar o mundo (MOL, 2008). Entendemos que, ao narrar sua própria trajetória, o sujeito dialoga com categorias de pensamento do Estado e (re)produz, dentro de sua narrativa, formas diversas sobre como a performatização de sua identidade de gênero se relaciona cotidianamente com as tentativas de captura por essas categorias (SCOTT, 1998). Para tal objetivo, definimos como recorte de pesquisa a análise de episódios da série de entrevistas do programa “Liberdade de gênero” do Canal GNT, centrando ao longo das duas temporadas disponíveis em pessoas que no momento do relato se autoidentificam como pessoa não binária.

Para tanto, dividimos esse paper em três blocos. No primeiro, discutimos as identidades de gêneros dentro do contexto acadêmico e como que nós estamos articulando esse conceito na pesquisa. Posteriormente, discutimos nossa metodologia e construímos nossa problemática de pesquisa através de um diálogo entre a etnografia e autores que se debruçam sobre a experiência enquanto uma categoria de construção do mundo. Por fim, adentramos as narrativas produzidas pelo programa e discutimos dois efeitos político-ontológicos da forma como as trajetórias de pessoas não binárias foram construídas durante os episódios.

Início de conversa: identidades trans e o debate acadêmico

A respeito das identidades da transgeneridade, acompanhamos Lanz (2014) quando a autora aponta que esse termo é internacionalmente conhecido como o fenômeno sociológico de transgressão das normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário de gênero, destacando o “transgênero” como um termo “guarda-chuva”. Este tem como objetivo reunir debaixo de si todas essas identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e/ou em algum grau, descumprem ou afrontam o dispositivo binário de gênero. Assim, transgênero tratar-se-ia de uma circunstância sociopolítica de questionamento às normas de conduta de gênero.

Esses debates e conversações são comumente pensados dentro das vivências das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Queer (LGBTQ). Vale destacar que esses marcos identitários estão baseados na nomenclatura



utilizada mais seguidamente por movimentos sociais e até mesmo texto de políticas públicas, como por exemplo, pela Política de Atenção Integral a Saúde da População LGBT (BRASIL, 2013). Porém, as categorias de identidade sexual e de gênero que os sujeitos atribuem a si costumam variar, justamente pelos sujeitos poderem possuir conceitos particulares e subjetivos. Ressalta-se essas questões visto que, segundo Monteiro e colaboradores (2015), a diversidade de combinações entre identidade, atração e prática sexual ao longo da vida e as variações e imprecisões na compreensão das categorias sexuais identitárias são relevantes e devem ser consideradas nas pesquisas e ações sobre sexualidade e saúde. Em estudos de gênero e reflexões acerca da sexualidade, fala-se de outras expressões componentes da sigla LGBT, a qual precisa ser ampliada e reconstruída, como intersex, assexuais, pansexuais, *gender non-conforming*, *gender non binary*, *gender queer*, entre tantos outros, para falar de sujeitos que não se declaram na proposição binária que só podemos ser homem ou mulher ou apenas heterossexual ou não heterossexual (FREIRE et al., 2013). Cada identidade possui suas próprias especificidades e trajetórias, com intuito central de fazer com que a pessoa que assim se afirma se sinta confortável e representada naquele conceito. Na presente pesquisa procura-se questionar esse termo como conceito de identificação das pessoas entrevistadas no programa “Liberdade de gênero”, ou seja, analisar nas entrevistas quais termos e expressões essas pessoas utilizam para relatar suas trajetórias.

Entendemos o conceito de não binarismo baseado no que nos traz Reis e Pinho (2016) como gêneros que não podem ser enquadrados exclusivamente em masculino e/ou feminino, permanecendo assim de maneira neutra, ambígua e fluida entre essas determinações. De acordo com os autores, pode-se destacar muitas multiplicidades de identidades não binárias, tais como: 1) *bigênero*: pessoas que se identificam com traços dos dois sexos; 2) *agênero*: sujeitos que se dizem despossuídos de um gênero específico; 3) *demigênero*: sujeitos cujas identidades compreendidas como parcialmente femininas ou masculinas/agênero ou alguma outra identidade não binária; 4) *pangênero*: sujeitos que se identificam com uma gama ampla de identidades de gênero; e 5) *gênero fluido*: pessoas que se identificam com os traços de gênero sempre em constante modificação, não fixando-se ao binarismo.

É importante pensarmos que, ainda que existam inúmeras classificações de gêneros (tanto binários quanto não binários) em constantes (re)articulações, nenhuma



delas pode ser percebida como fixa e/ou definitiva. Pensamos, a esse respeito, acerca das múltiplas possibilidades de performances de gênero, mesmo no que diz respeito a categorias que aparentemente parecem tão fixas, como no caso de identidades de gênero ou orientação sexual.

Documentário e metodologia: produzindo linearidades a partir da etnografia

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, desenvolvida a partir de referenciais teóricos e metodológicos na interface entre Psicologia Social e Antropologia Social. Entendemos que a etnografia nos possibilita compreender, de modo aprofundado, como determinadas práticas, concepções e valores se relacionam com um contexto sócio-cultural mais amplo (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000), permitindo-nos entender a sua relação com as diferentes ontologias políticas em questão (MOL, 2008).

Segundo Claudia Fonseca (1999), a etnografia se torna uma potência a partir de sua possibilidade de estranhamento das formas dos Outros de produzir suas próprias organizações do mundo. Assim, o posicionamento no qual a pesquisadora ou o pesquisador reflete e problematiza sobre o teor naturalizado de determinados aspectos sociais inerentes à dimensão do campo de pesquisa vira um ponto central da pesquisa. Neste ponto, a experiência etnográfica de estranhamento do Outro demanda um posicionamento situado da pesquisadora e do pesquisador, de modo que as impressões, sensações e informações construídas a partir da vivência de pesquisa sejam analisados considerando a complexidade e parcialidade de seu itinerário em campo.

É justamente sobre essa possibilidade de estranhar o Outro, em sua capacidade de organizar e produzir múltiplos mundos, que estamos propondo em realizar uma etnografia a partir da análise dessas entrevistas e da construção narrativa a posterior. Ao compararmos os episódios e trajetórias compostas entre pessoas trans binárias e pessoas trans não binárias, torna-se possível entender quais são as categorias de pensamento do estado que são impossíveis de se fugir quando estamos pensando na possibilidade de entendimento de outras vivências que não as nossas. A inspiração etnográfica vem como uma ferramenta analítica de problematização das respostas fáceis e das construções lineares das trajetórias de vida dos personagens do programa.

Nesse ponto, entendemos que podemos analisar as entrevistas cedidas ao



programa “Liberdade de gênero” através das técnicas utilizadas na entrevista etnográfica, tal como a definem Stéphane Beaud e Florence Weber (2007). De acordo com o autor e a autora:

Chamam-se entrevistas etnográficas porque não são "isoladas", nem independentes da situação de pesquisa. Os entrevistados são re-situados em seus meios de interconhecimento (que são também seus meios de pesquisa). Tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local (história longa da região, história dos lugares e das pessoas), você não negligenciará. Apóiam-se em observações prévias, as quais, por sua vez, guiam as observações por vir. (BEAUD; WEBER, 2007, p. 118)

Esta técnica seria complementada com a noção de trajetórias de vida, principalmente a partir das considerações trazidas por Pierre Bourdieu (1996). Como o autor sugere, ao analisarmos as trajetórias de vida, devemos pensá-las enquanto produções narrativas nas quais os sujeitos tendem a atribuir uma linearidade, coerência e unidirecionalidade à sua história no momento da fala. Com isso, faz-nos atentar para a importância de entender a relação direta entre normas (pensadas enquanto rituais de nomeação e ritos de instituição) e a construção de "Uma Vida" - narrativa construída em momento único e particular. Nesse contexto, o nome próprio, por exemplo, passa a ser pensado enquanto um dos suportes do que chamamos de estado civil: este "conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc.) ligadas a pessoas às quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que instituem, sob a aparência de constatá-las, as certidões de estado civil" (BOURDIEU, 1996, p. 188).

Ao atentarmos a essa preocupação, posicionamo-nos dentro de um espectro possível de entendimento das trajetórias de vidas: não como verdades a serem desveladas, unidirecionais e coerentes, mas como produções situadas no tempo e no espaço, circunscritas pelos diversos marcadores sociais que atravessam a experiência das pessoas e o contexto e pelo contexto etnográfico em que ocorre a entrevista. Aqui extrapolamos o pensamento de Bourdieu e entendemos que esses momentos de narrativa são também performatizações possíveis dos mundos colocados pelos sujeitos entrevistados. No ato de contar a sua história, leva-se a um ordenamento do mundo que performatiza pontos de interesse enquanto centrais, deslocando as questões perguntadas para sítios de interesses do sujeito entrevistado. Narrar, aqui, é performar ontologias políticas – sempre parciais, localizadas e compartilhadas em performances específicas.



Logo, lançamos mão do seu conceito de ontologias políticas da filósofa Annemarie Mol (2008). Para a autora, o primeiro termo refere-se ao que, na linguagem filosófica comum, pertence ao real, às condições de possibilidade com que vivemos. Logo, a sua justaposição com o termo política sugere que tais condições não estão dadas de partida, ao contrário, a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, mas, sim, sendo modelada por elas. Portanto, o segundo termo sublinha o modo ativo pelo qual este processo aberto de modelação é constantemente contestado.

O conceito, como trabalhado por Mol (2008), está intrinsecamente relacionado a sua noção de que a realidade não pode ser entendida enquanto plural (tendo uma forma que é significada de diferentes maneiras), e sim múltipla: sua realidade se faz na sua performance; uma vez mudado o sítio de interesse, muda-se a performance da realidade. Para a pesquisadora,

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não as de perspectiva e construção, mas sim as de intervenção e performance. Estas sugerem uma realidade que é feita e performada [enacted], e não tanto observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas. [...] Mas, enquanto parte de actividades tão diferentes, o objecto em causa varia de um estádio para o outro. Aqui é um objecto carnudo, ali é um objecto espesso e opaco, além é um objecto pesado. Nas histórias de performance, a carnalidade, a opacidade e o peso não são atributos de um objecto único com uma essência escondida. Tão pouco é função dos instrumentos pô-los à mostra como se fossem vários aspectos de uma realidade única. Em vez de atributos ou aspectos, são diferentes versões do objecto, versões que os instrumentos ajudam a performar [enact]. São objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade – da realidade em si. (MOL, 2008, p. 66)

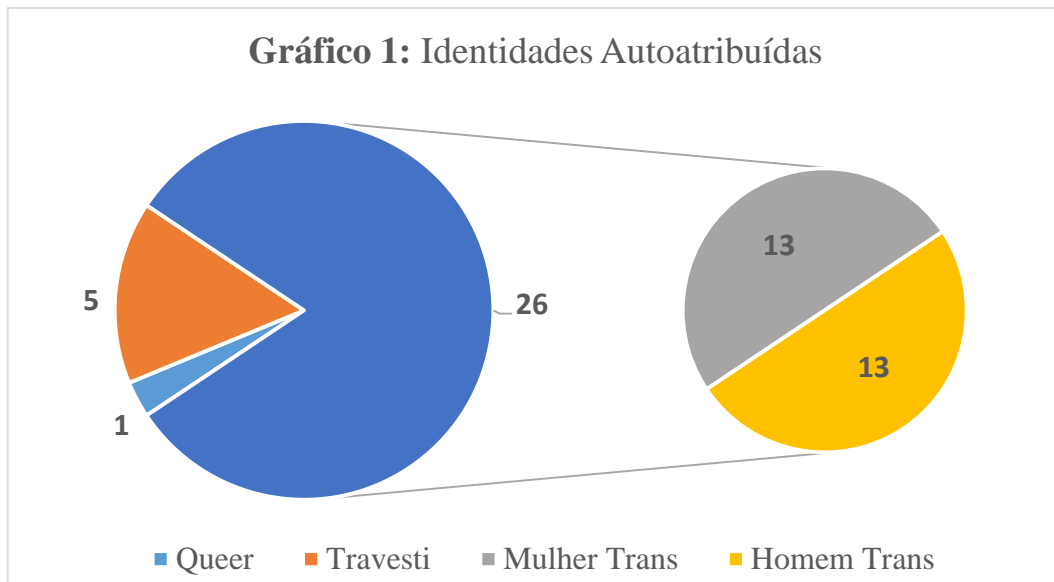
Nesse sentido, pensar as narrativas autobiográficas de pessoas autointituladas não-binárias pode produzir efeitos potentes para o povoamento do mundo com ontologias políticas mais diversas, perpassando por outros marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006) e multiplicando as possibilidades de ser/estar no mundo. Entendemos que, ao aproximarmos as preocupações de Bourdieu (a utilização de categorias de pensamento e produção do Estado para a construção de uma auto-narrativa de si) e de Mol (o(s) mundo(s) sendo produzido(s) na sua própria performance, acarretando em efeitos políticos dessa performatização ontológica), estamos atentando para outras maneiras de pensarmos como entender as mídias e a multiplicidade de aplicativos de produção de si – não apenas como produtos mercadológicos, mas como formas de se produzir outras



maneiras de habitar o mundo e de se relacionar com as categorias de pensamento do Estado, principalmente quando a sua existência não está contemplada na cotidianidade desse fazer burocrático. Refletir sobre as narrativas autobiográficas de pessoas não-binárias nos faz perceber a multiplicidade colocada pela vida dessas pessoas e a sua relação com as categorias, por muitas vezes binárias, de pensamento do Estado (SCOTT, 1998).

Entrevistando pessoas, produzindo narrativas e construindo possibilidades de mundo

O programa “Liberdade de Gênero” se constitui em uma espécie de documentário curto com 30 minutos de duração. A ideia documental se dá por sua estrutura narrativa, sempre através das entrevistas com os sujeitos centrais do episódio, apresentados através de uma vinheta logo após a abertura do programa. Aliás, a própria abertura do programa mostra em si a potencialidade daquilo que se está tentando/propondo produzir com o programa. A música de Liniker, Zero, é tocada com foco nos versos finais, repetidos durante toda a vinheta: “Deixa eu bagunçar você, deixa eu bagunçar você”. A brincadeira, aqui, torna-se realidade nas falas das personagens que preenchem a tela dos televisores enquanto respondem às perguntas do entrevistador invisível.

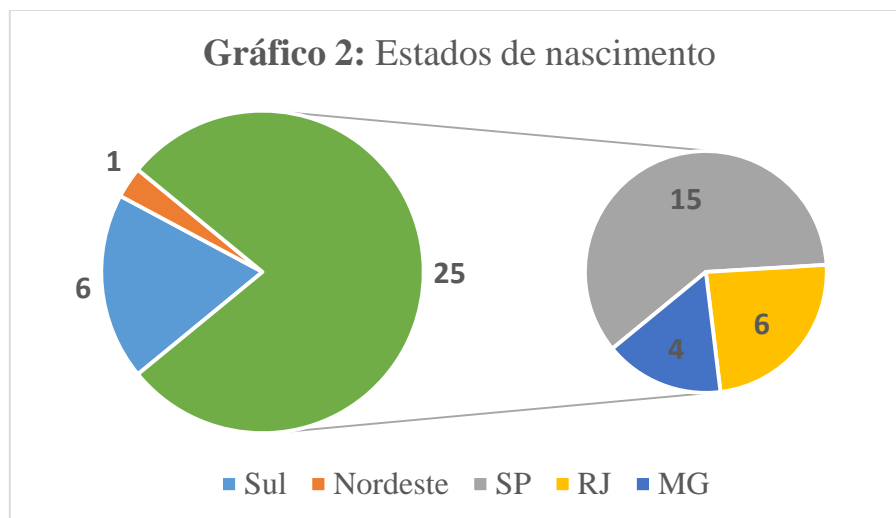


Ao todo, são 32 personagens principais – sendo que, um dos episódios, foca-se em um grupo de homens trans que possuem um time de futebol próprio. Assim, as 32



personagens se multiplicam para mais de 40. Contudo, como o episódio em questão não trata em si das trajetórias individuais e sim no time e seu efeito na vida dos seus participantes, decidimos deixá-lo fora da amostra. A série acaba por ter uma amostragem relativamente equilibrada, como mostra o Gráfico 1. Ao todo, são 13 homens trans e 13 mulheres trans entrevistados. Para além dessas identidades, encontramos 5 travestis e uma pessoa queer.

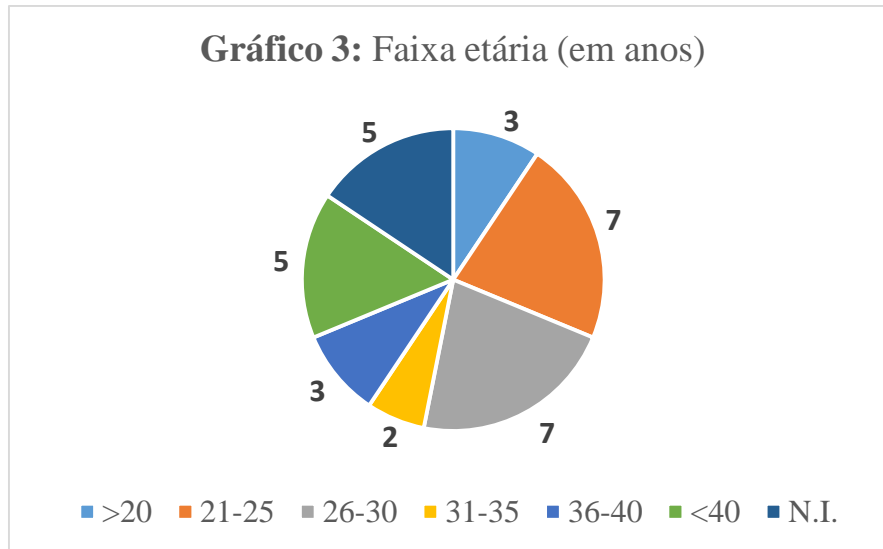
Um outro dado interessante é que o programa concentra-se na região sudeste do Brasil. Como aponta o Gráfico 2, a grande maioria massiva das pessoas entrevistadas são de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para além desses estados, Rio Grande do Sul (4), Paraná (2) e Ceará (1) aparecem como deslocamentos do eixo Minas-Rio-São Paulo. É interessante notar que esses estados estão dentro do circuito do SUS de ambulatórios que estão habilitados para realizarem o processo transexualizador – como é conhecida a cirurgia de redesignação sexual. Somente o Ceará não possui um ambulatório trans que disponibilize a cirurgia.



Uma última informação geral sobre as pessoas que aparecem no programa é a sua faixa etária. Conforme o Gráfico 3, podemos notar que há uma paridade na distribuição da amostra do programa, sendo que a maior parte das pessoas entrevistadas estão na faixa dos 21 aos 30 anos de idade, totalizando 14 pessoas. Ao total, cinco das pessoas entrevistadas não tiveram a sua idade divulgada no episódio. Das 32 pessoas, apenas uma delas era menor de idade, uma menina trans de 11 anos na época. Ao cruzarmos os dados, é interessante notar que o termo travesti se encontra representado em todas as faixas etárias, menos para menores de 20 anos de idade.



Gráfico 3: Faixa etária (em anos)



De modo geral, os episódios são estruturados a partir da narrativa de descobrimento, aceitação (pessoal e familiar), modificações corporais, inserção no mercado de trabalho e vida afetiva. A narrativa é produzida em primeira pessoa, com a voz ativa da personagem central do episódio, e pode vir a ser auxiliada com falas pontuais de familiares, amigos e companheiros. Há, durante todo o processo narrativo, a construção de um mundo possível de pertencimento e aceitação, principalmente através da participação das famílias das pessoas entrevistadas, em um ambiente caseiro, justaposto com fotos da infância e da transição da personagem principal com comentários dos seus familiares. No decorrer dos episódios, termos considerados novos para os telespectadores são explicados em pausas narrativas, numa tela específica. Entre eles: gênero, binarismo, cisgênero, transgênero, queer, abinário, não binário.

Nesse sentido, são nove as pessoas que se identificam no espectro não-binário. Algumas considerações iniciais podem ser tomadas sobre a composição dessas personagens a partir do programa. Em primeiro lugar, a maior parte delas divide o tempo do episódio com outras pessoas. A narrativa, assim, é encurtada, tomando, de modo geral, apenas 10 minutos do total disponível. Isso pode ser explicado (e fica implícito quando comparado com outras entrevistas) pelo rompimento da expectativa narrativa produzida pelo programa. Ou seja, não há, dentro da narrativa de pessoas não-binárias, uma passagem obrigatória pela cirurgia de redesignação sexual, uma das principais ferramentas narrativas utilizadas pelo “Diversidade de Gênero”. A quebra com a expectativa de uma história de “cruzamento” da barreira do gênero acaba por minar a



própria narrativa constituída nos episódios, que se reduzem ao momento de “descoberta” da identificação com o não-binarismo e a sua relação com o mundo binário cotidiano.

Esse ponto fica mais explícito quando justaposto com o episódio em que Linn da Quebrada é o foco narrativo. Linn, que se classifica de variadas formas durante seu episódio, deixa explícito que não se preocupa com se identificar no espectro binário das identidades de gênero. Pelo contrário, utiliza sua própria vivência como travesti, bicha, preta, favelada como potência para destruir e reinventar o masculino e o feminino nas suas performances artísticas e produção musical. Nesse jogo poético-performático-político, Linn diz que destrói o conceito de “Deus” para construir o conceito “de-eus”, que existiram e ainda virão por existir.

A fala de Linn potencializa esse universo que o não-binarismo de gênero traz, das quebras com as oposições e de construções que produzem novas formas de ser-estar-habitar o mundo. Obviamente, essas formas específicas e únicas de performar o gênero têm em si modos narrativos diferentes daqueles produzidos por pessoas binárias. Aqui, não queremos desvalorizar nenhuma das duas possibilidades, já que a própria vivência do gênero é única e pessoal, mas chamar atenção para uma certa incapacidade de pensarmos essa quebra com um protocolo narrativo produzido pela cisgeneridade quando nos referimos a experiências de pessoas não-cisgêneras, ou seja, a história de descobrimento e de “passagem” da linha biológica dos sexos. Essa narrativa é o fio-condutor primário do programa analisado e funciona muito bem, em termos educacionais, para produzir deslocamentos na audiência quando a personagem principal é uma pessoa trans binária. Contudo, como no caso da Linn, o tom narrativo assumido quando a personagem principal é uma pessoa não-binária tende ao político ou ao artístico-poético. Isso significa dizer que há a produção do espaço do não-binarismo como um lócus idílico, um lugar de potencialidades que ultrapassaria a vivência humana e deixa essas pessoas às margens da sociedade. Viver torna-se, em contraponto às narrativas de pessoas trans binárias apresentadas, uma forma de povoar politicamente o mundo, rompendo diariamente com protocolos de gênero e relegando as relações amorosas a um status de quase impossibilidade.

A narrativa, aqui, aproxima-se a diversas produções históricas sobre os corpos abjetos, como Preciado (2000) já apontou outrora. A tendência dos movimentos sociais de tomar corpos não-desejáveis pelas normais sociais majoritárias acaba por eleger essas



experiências como potencialidades de ruptura com o sistema, delegando a essas pessoas uma obrigação intrínseca de performar a revolução com os seus corpos. Esse espaço já foi tomado pelos corpos gays, lésbicos, transexuais e, agora, não-binários. Butler (2006) já apontava sobre essa quebra de expectativas das experiências abjetas ao falar sobre a “dupla dádiva” colocada pelo reconhecimento das relações homossexuais pelo Estado. O reconhecimento sempre produz novas margens, onde as experiências abjetas se encontrarão como ameaçadores potenciais da ordem.

O ponto aqui é justamente ressaltar essa certa incapacidade narrativa ainda presente quando estamos falando de experiências não-binárias. De um lado, isso é expressado pela própria nomeação dessas pessoas, que utilizam os termos homens trans e travesti, por exemplo, para falarem de uma transgressão da norma cisgênera de produção identitária. Por outro, é constatada na própria construção narrativa dos episódios com pessoas não-binárias que acabam por centrar-se em um devir idílico que delega a essas existências uma luta diária de ruptura com o *status quo* do sistema cisheteronormativo. A questão é que, enquanto um programa que busca produzir e difundir outras formas de habitar e existir no mundo, reforçar esse caráter deslocado e frisar o potencial revolucionário como única forma de existência possível para as identidades não-binárias acaba por reproduzir uma suposta normalidade das outras experiências, não demonstrando as violências cotidianas que esse sistema produz em todos os corpos assujeitados, como Vergueiro aponta (2015).

Como apontamos no começo, tomar as categorias de pensamento do estado como fixas e produzir uma narrativa a partir da transposição delas tem um efeito político-ontológico que precisa ser o centro das atenções quando estamos falando em representatividade e possibilidade de ser-estar-habitar o mundo enquanto sujeito. Ao produzir a experiência trans enquanto uma história de “passagem”, do masculino ao feminino ou vice-e-versa, tomamos a categoria de pensamento “sexo” enquanto fixa, transponível por um caminho “natural” já dado na narrativa cisnormativa sobre essas experiências. Como resultado, delega-se às vivências não-binárias (impossibilitadas dessa “passagem”, porque questionariam a categoria sexo) enquanto lugares idílicos da revolução sexual potencial, apagando as opressões e violências que a cisheteronormatividade sujeita a todos os corpos. É preciso reabrir as categorias de pensamento do estado e estarmos constantemente vigilantes sobre as suas naturalizações



para que possamos produzir novas teorias e análises sobre como ser-estar-habitar mundos nos quais a “Liberdade gênero” seja respeitada e as vivências outras possam ser verdadeiramente experienciadas sem opressões.

Referências bibliográficas

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA M. de M. AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, 183-191.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, 329-376. 2006.

BRASIL. **Política Nacional da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 25 abril 2018.

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?**. *Cad. Pagu* [online]. 2003, n.21, pp.219-260.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, 1999.

FREIRE, E. C.; ARAÚJO, F. C. A.; SOUZA, A. C.; MARQUES, D. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 477-484, 2013.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgêneras entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros.

MONTEIRO, S.S.; BRANDÃO, E.; VARGAS, E.; MORA, C.; SOARES, P.; DALTRO, E.; Discursos sobre sexualidade em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): diálogos possíveis entre profissionais e usuário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n.1, pp. 137-146, 2014.

MOL, Annemarie. “Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas”. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (org.) **Objectos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008, pp. 63-77.

PRECIADO, Beatriz. Gender and sex copyleft. In: Del LaGrace Volcano. **Sex Works. Photographs 1978-2005**. 2006, pp. 152-154.



**I AQUELA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros Não-binários: Identidades, Expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>

SCOTT, James. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015, 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.



Movimento Cores: um dispositivo interacional articulando as identidades religiosa e sexual

**Thales Rafael Rodrigues de Moura¹
João Damásio da Silva Neto²**

Resumo: Este estudo propõe analisar as interações comunicacionais em torno do processo de legitimação da líder do Movimento Cores, observando com a Análise Crítica do Discurso, em comentários devidamente contextualizados em vídeos de entrevista e testemunho. Para isso, trabalha com a hipótese de que o Movimento Cores se configura como um dispositivo interacional articulando duas identidades (a religiosa e a sexual), ainda que prevaleça o código religioso, restando verificar na continuidade da pesquisa as relações de poder imbuídas em todo dispositivo para verificar as transformações identitárias possíveis em curso.

Palavras-chave: Movimento Cores; Dispositivo interacional; Identidade religiosa.

Movimento Cores

O objeto de estudo deste artigo surge na cidade de Belo Horizonte - MG, no Savassi, um bairro nobre. Nesse local, onde funciona uma das igrejas mais famosas e talvez a mais midiaticizada do Brasil, foi iniciado em 2014 um trabalho evangelístico intitulado “Movimento Cores”, diferente de qualquer outro grupo que aparente ser similar a ele no que tange as interações entre identidade religiosa e identidade sexual.

O Movimento Cores é um ministério liderado por Priscila Coelho, concebido e integralmente mantido pela Igreja Batista da Lagoinha (IBL). O nome “Cores” é, basicamente, uma referência a homoafetividade. Esse grupo não é como as chamadas igrejas inclusivas que quase sempre se resumem a igrejas independentes e de pequeno porte, mas sim um dos ministérios que integra a Igreja Batista da Lagoinha³, uma das maiores e mais midiaticamente potentes do país. Esse ministério possui um número que varia de 200 a 300 participantes⁴.

¹ Mestrando em Comunicação na UFG, graduado em Direito pela UniEVANGÉLICA. thalesrroumora@gmail.com

² Doutorando em Ciências da Comunicação na UNISINOS, mestre em Comunicação pela UFG e graduado em Jornalismo pela FARA. joaodamasio16@gmail.com

³ O grupo musical Diante do Trono provém da referida igreja. Seus álbuns estão entre os 30 mais vendidos do país.

⁴ Informação concedida pelos pesquisadores Lygia Roque e Thiago Montalvão.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A história deste espaço começou quando, em 2014, uma das boates do bairro fechou as portas a deu lugar a uma igreja evangélica que manteve o formato daquela boate: paredes pretas, jogos de luzes coloridas, decoração moderna e camarotes. Essa igreja é a Lagoinha Savassi, fundada e pensada para o público alternativo, jovem e de classe média. Foi neste mesmo ano que o Movimento Cores surgiu.

O Movimento Cores afirma oferecer “orientação espiritual sobre sexualidade⁵”. Suas atividades são semanais e envolvem encontros nas segundas, quartas e sábados. Esses encontros possuem diferentes objetivos: há o “*Grupo Entendidos*”, nome dado à reunião de estudo bíblico do grupo; há o “*Culto Alegria*”, no qual acontece o momento litúrgico e de adoração; e também há reuniões apenas com o intuito de agregar novas pessoas e fortalecer laços entre os participantes, como as partidas de futebol semanais para meninas.

Em ocasiões específicas os participantes do grupo fazem evangelismo na Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte ou participam de reuniões com os líderes da militância LGBT local.

Em um primeiro vislumbre, presume-se que no Movimento Cores a condição homossexual não seja motivo de vergonha e sim de orgulho⁶. Alarme falso. O objetivo principal do Cores é gerar uma suposta *mudança de identidade* nos frequentadores das reuniões e retirá-los” das práticas homossexuais.

Essa percepção aconteceu nos primeiros sete meses de investigação exploratória em 2017 e confirmada em 2018, em conversa com dois pesquisadores da área da psicologia (Lygia Roque e Thiago Montalvão), dois dos autores de um estudo de campo feito dentro dos cultos do Movimento Cores no segundo semestre de 2015, o único até então disponível pela internet (MONTALVÃO et al., 2016).

Na figura 1, observamos um comparativo imagético entre o aspecto conservador da IBL e o aspecto alternativo da Lagoinha Savassi, onde o Movimento Cores está sediado. No segundo semestre de 2017, o Pr. Lucinho Barreto falou a milhares de pessoas

⁵ Trecho extraído de uma notícia referente ao Movimento Cores no site da Rede Super.

⁶ Uma vez que entramos em contato com as redes sociais desse grupo, observamos que há um intenso *discurso simbólico* do movimento nas redes sociais. Em praticamente todas as publicações do Movimento Cores no Instagram (e também no Facebook, visto que o conteúdo é idêntico), são usadas as hashtags “#sempreconceito” e “#jesusproslgbts”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contra a identidade de gênero na série “Reforme-se”, ocorrida na Igreja Batista da Lagoinha (a conservadora). No mesmo período, na Lagoinha Savassi (a alternativa), Priscila Coelho fez a cantora Pablla Vittar ser tema de um culto no Movimento Cores, usando a canção “Indestrutível” para uma reflexão sobre a homofobia. Os dois líderes estão em templos diferentes e usam de discursos distintos, porém adaptados para cada público.

Figura 1: Líderes de mesma igreja com discursos totalmente distintos.



Fonte: YouTube.

Pode-se dizer que o Movimento Cores carrega contradições que lhes são muito específicas. Em outras palavras, quem tenta entender o grupo por meio de simples conjecturas e associações mentais, erra. Pontua-se:

- O Movimento Cores não é uma igreja inclusiva, porém ao mesmo tempo é um grupo composto por gays, lésbicas, travestis, homens e mulheres trans que desejam ter um contato maior com a fé cristã;
- Na doutrina que o Movimento Cores prega, a homossexualidade é entendida como pecado, mas o indivíduo que não quiser abandonar a homossexualidade ainda é livre para permanecer no grupo;



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

- O Movimento Cores foi criado pela IBL, uma igreja com raiz teológica tradicional e que possui a simpatia dos grupos conservadores evangélicos brasileiros. Entretanto, o dispositivo interacional do movimento possui uma forte influência contemporânea no estilo musical, nas roupas, na fala etc.

Em resumo: para o Movimento Cores ao mesmo tempo em que a prática sexual é pecado, *ser* homossexual não é.

Diante dos desafios colocados para a compreensão deste objeto empírico, estabelecemos o seguinte questionamento: O Movimento Cores, na condição de ministério da Igreja Batista Lagoinha, configura-se como um dispositivo capaz de articular as identidades religiosa e sexual de seus fiéis?

Para uma primeira sondagem a esta questão, este artigo analisa o processo de legitimação da líder deste movimento, a partir da articulação teórica entre as categorias de dispositivos interacionais” e “identidades culturais” e da análise crítica do discurso sobre as interações simbólicas estabelecidas em 740 comentários no YouTube.

Identidades em conflito em um dispositivo interacional

Metodologicamente, entendemos que “são os processos comunicacionais, isto é, as transições simbólicas identificadas e registradas como tais aquilo que ‘faz ver’ a cultura em sua dinamicidade” (SIGNATES; DAMÁSIO, 2017, p. 57). As principais transições simbólicas em questão no Movimento Cores são de tipo identitário, articulando em um dispositivo interacional a identidade religiosa evangélica batista e a identidade sexual LGBTQ+. Trata-se aqui de entender como se dá essa articulação.

Hall (2006) admite que a identidade enquanto essência de um indivíduo é um problema moderno aquém da pluralidade e dinamicidade das relações sociais contemporâneas. De todo modo, mantém a ideia de que se trata de uma “sutura” que demarca um conteúdo simbólico, ainda que temporariamente.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Ao conceito de identidade, que convoca atribuições sociais e eleições de ordem pessoal, o conhecimento comunicacional aplica o significado de “identificações”, de acordo às relações sociais às quais se referem em suas incompletudes características. “Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios”, como é o caso das identidades (WOODWARD, 2011, p. 40).

A questão comunicacional é que “as identidades, mesmo que demarcadoras de tradições que se especificam e ganham permanência temporal, são surpreendidas em negociação de sentidos, em transmutação simbólica”, trata-se da “processualidade dos símbolos em movimento. O contínuo vir-a-ser dos elementos culturais”, nunca hipostasiados, sob o método próprio das ciências da comunicação (SIGNATES; DAMÁSIO, 2017, p. 57).

A processualidade das transformações simbólicas é o que Braga (2011; 2013) caracteriza como dispositivos interacionais. À medida que as identidades demarcam um conteúdo simbólico, propiciam o tensionamento do dispositivo, “enquanto sistema de relações entre os diversos elementos da interação – noção que justamente enfatiza duas grandes ordens de processo” (BRAGA, 2013, p. 158): códigos e inferências.

Segundo Braga (2013, p. 167), “podemos considerar que as regras são da ordem do código, as estratégias são de ordem inferencial”, mas nunca de modo estático e puramente dual, justamente pela perspectiva comunicacional acima descrita e pela pluralidade de elementos compartilhados em cada dispositivo, como é o caso dos vários ritos observáveis no Movimento Cores.

Assim, nossa perspectiva é de que as identidades já estabelecidas constituem códigos (sempre insuficientes, como toda identidade na atualidade) que demandam e encontram inferências (capazes de provocar transformações durante episódios comunicacionais) articuladas em um dispositivo interacional: o Movimento Cores.

Se o Movimento Cores articula pelo menos estas duas identidades (religiosa e sexual), ele pode ser entendido como um dispositivo interacional. Para entender como se dá este processo no objeto empírico em questão, precisamos caracterizar as identidades em jogo



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e o modo como são acionadas.

As próprias identidades têm suas características específicas. Tendo em que vista que, “interessará sempre, para o conhecimento da área [Comunicação], investigar o que está sendo transformado nos processos comunicacionais observados” (BRAGA, 2013, p. 171), a identidade religiosa por si só apresenta tensionamentos interessantes e típicos. “Dependente completa dos sentidos comunicacionais, as instituições religiosas devem controlá-lo, vetá-lo, conduzi-lo, para que sobrevivam, como sustentadores de identidades culturais próprias” (SIGNATES, 2015, p. 165).

A religião é, assim como a mídia, em certa perspectiva, um objeto típico para os estudos sobre comunicação, já que deixa ver com clareza suas demarcações de limite simbólico (dogmas) e como se produzem e ressignificam identidades. Segundo Signates (2015, p. 166), “tornar-se religioso ou converter-se ainda é, em grande sentido, transformar-se identitariamente”. Não é outro, como já destacado, o objetivo do Movimento Cores, que visa a uma articulação muito específica com o campo do gênero e da sexualidade, denotando outro tipo de identidade em interação neste dispositivo.

Entende-se aqui que os termos *identidade de gênero* ou *orientação sexual* não são capazes de transmitir o cotidiano com o qual estamos trabalhando. *Identidade de gênero* é um termo bastante amplo e que abarca questões que não são pautadas pelo Movimento Cores. *Orientação sexual*, por sua vez, também não aparenta ser o termo ideal para desenvolver um raciocínio sobre as questões simbólicas desse ministério uma vez que seu significado nos leva apenas a pensar qual seria a preferência sexual de um indivíduo, ignorando os possíveis dilemas dele enquanto parte de uma comunidade. Sendo assim, pensou-se no termo “*identidade sexual*⁷” como o ideal para nominar a noção de identidade que deseja-se transmitir ao leitor.

Quando falamos em identidade sexual estamos procurando estudar uma zona diferente da que foi apresentada por outros conceitos. Acredita-se que a identidade sexual de um indivíduo não está limitada apenas à atração física ou orientação e sim a todo um conjunto de referências que pode ou não fazer parte da identidade desse indivíduo.

Seguindo esse raciocínio *ser* homossexual não seria apenas se relacionar com

⁷ Até o presente momento, este não é um termo com nomenclatura consolidada.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

peças do mesmo sexo, mas sim gostar de um determinado estilo de música e artista, possuir um determinado corte de cabelo, usar gírias específicas do seu nicho, vestir-se de uma determinada forma, frequentar um ambiente específico, enfim: ter referências culturais comuns aos homossexuais. A *identidade sexual* atravessa a orientação sexual e torna-se um modo de relação com seu *ethos*, uma espécie de ancoragem dentro de uma comunidade formada não só pela orientação, mas por seu conjunto de costumes.

Não é desejo dos pesquisadores pintar o indivíduo homossexual de maneira estereotipada. Entretanto, não se ignora o fato de que diante de uma orientação sexual existe outro universo alheio ao hegemônico do qual o indivíduo poderá ou não fazer parte.

Em um dispositivo como o Movimento Cores concorrem diversos aspectos simbólicos. Conforme Braga (2013, p. 170), “no estudo específico de um caso, é possível inferir diferentes lógicas intervenientes, assim como as ações inferenciais que as tensionam e articulam”. Em nosso caso, o foco é a comunicação entre as identidades em evidência, envolvendo por isso as interações observáveis em uma pesquisa de campo e as captadas pelas interações simbólicas virtuais analisadas aqui em torno do testemunho da principal referência identitária do Movimento Cores.

Interações simbólicas em torno da líder do Movimento Cores

Como prévia para a pesquisa de campo – que possui data de realização marcada para 9 de junho a 24 de julho de 2018 –, elaborou-se um estudo inicial para entender como funciona o *fenômeno da legitimação* dentro de uma importante parte do Movimento Cores: a liderança. Ora, a legitimação é um mecanismo de comunicação natural que ocorre por meio das trocas simbólicas entre emissor e receptor, gerando assim um resultado que pode ser positivo (o alcance do status pretendido) ou negativo (a rejeição do emissor como um participante de determinado grupo, classe, cargo, etc.)

Para que uma legitimação aconteça outro elemento vêm à tona: o *capital simbólico* (BOURDIEU, 1983). Ele pode ser entendido como um mecanismo legitimador de cada tipo de capital como um recurso (RECUERO, 2014, p. 45). O capital simbólico é algo que diferencia os sujeitos no campo e se acumula com a obtenção de prestígio, credibilidade, confiança etc. Por exemplo: o fiel que ganha algum tipo de liderança em



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

grupo religioso adquire capital simbólico.

O Movimento Cores é um ministério liderado por Priscila Coelho, uma missionária de 34 anos, que tem estilo descolado e é estudante de teologia. Ela também é apresentadora de um dos programas da Rede Super de Televisão⁸, o “Amplificador”. Na página do site do programa Priscila é apresentada como uma pessoa liberta dos pecados cometidos no passado. “*Viciada em várias coisas eu fui. Viciada em sexo, pornografia, droga, mulher, mentira*’. *Essa era a vida de Priscila Coelho antes de aceitar a Jesus como Senhor e Salvador*”. O breve relato é seguido por dois vídeos contando o seu testemunho de conversão.

Priscila Coelho, na condição de líder do Movimento Cores, é o “produto simbólico produzido pelas instituições religiosas que precisa aparecer para ser reconhecido. Mais do que isso, precisa provar que é melhor. O único caminho para isso no mundo atual é a mídia” (MARTINO, 2013, p. 105). A missionária consegue se legitimar: a) quando sua posição de liderança obtém o consentimento do público; b) quando o público acredita na veracidade do seu testemunho enquanto experiência metafísica de transformação de comportamento.

Para realizar esse estudo, foi analisado um vídeo no qual Priscila Coelho conta seu testemunho⁹ num programa da Rede Super¹⁰. Com a ajuda dos softwares *Youtube DataTools (YTDT)* e *Gephi*, verificamos o conteúdo dos 740 comentários em resposta a esse vídeo, fruto da interação de alguns dos mais de 192 mil espectadores.

Figura 2: À esquerda, vídeo do programa “Nunca é Tarde”, postado no canal da Rede Super no YouTube. À direita, o conteúdo postado pelo canal Antonio Lisboa Junior. Nas

⁸ Emissora de propriedade da IBL.

⁹ “Testemunho” no contexto cristão-evangélico é a história da transformação de vida que um indivíduo alega ter passado. Não é regra que se envolva algum aspecto metafísico, mas é regra que haja alguma mudança em questões comportamento.

¹⁰ A Rede Super, assim como a Rádio Super, é de propriedade da Igreja Batista da Lagoinha



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

duas ocasiões de entrevista, no mesmo programa, as representações conservadora e alternativa dialogam.



Fonte: YouTube.

A metodologia escolhida foi a análise crítica do discurso (ACD), explicada por Dijk (2008) como o tipo de investigação analítica discursiva apropriada para estudar situações específicas, tais como o poder e a dominação. A ACD visa estudar a linguagem do texto como prática social, considerando o papel crucial do contexto (WODAK, 2003). Vale lembrar que o discurso é uma prática política e ideológica. Sem ele, não há práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 285).

Em outras palavras, a ADC é apropriada para analisar o Movimento Cores por razão de esse ser um movimento composto por homossexuais que exercem sua fé em campo hostil. A homofobia, por exemplo, é um problema social com raízes históricas, no qual as relações de poder¹¹ são discursivas, seja em formas ditas ou não ditas. O discurso realiza um trabalho ideológico e busca constituir a sociabilidade.

Figura 3: Fazendo um apanhado geral dos comentários do vídeo, as opiniões dos usuários sobre o testemunho de Priscila são em sua maioria positivas (não se ignorando a

¹¹ Infere-se aqui a relação de poder do dado contexto, no qual o discurso de variadas lideranças evangélicas gera um embate público contra a luta LGBT por seus direitos.

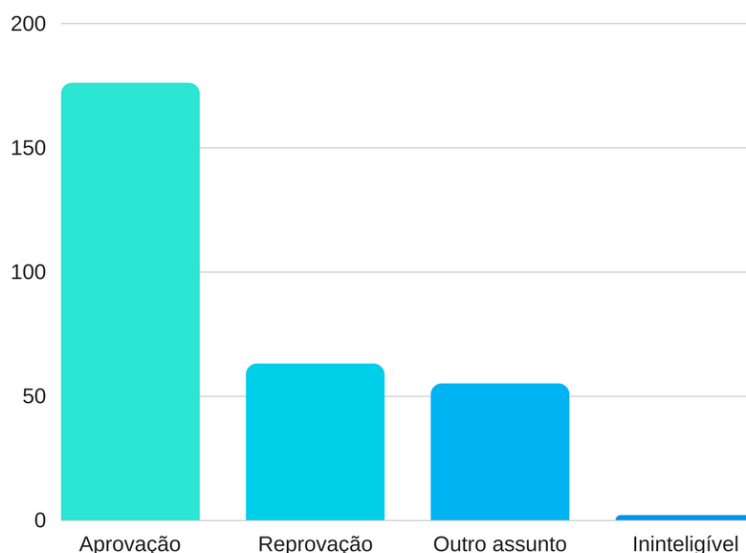


I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

considerável quantidade de contestações à missionária).

COMO OS ESPECTADORES REAGEM AO DISCURSO DE PRISCILA COELHO?



Fonte: Os próprios autores.

Pôde-se observar que a rede é composta por um público plural e não-dicotômico: gays e héteros – que assim se identificaram – possuem múltiplas visões sobre a sexualidade; a divergência de pensamento está presente até mesmo entre membros de uma mesma comunidade identitária. É possível que essa pluralidade de visões esteja ligada aos posicionamentos políticos e padrões morais adotados por cada indivíduo.

Também chamou a atenção a questão dos ângulos religiosos do debate: a sexualidade não é debatida apenas do ponto de vista cristão, mas também na perspectiva ateuísta, espírita etc. Embora tudo no vídeo gire em torno da cosmovisão cristã, indivíduos provenientes de outros nichos se sentem à vontade para colocar essas crenças numa berlinda.

Não apenas a religião foi colocada em debate: Priscila também foi. Quando o seu testemunho foi replicado por outro canal, vários foram os comentários feitos no vídeo e um intenso debate emergiu (e ainda permanece). O debate é reflexo do ambiente onde este conteúdo está exposto: uma sociedade plural e complexa nos seus credos e práticas



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sociais. A quantidade de likes¹² também revela como Priscila foi recepcionada pelos telespectadores como um todo: são cinco mil avaliações positivas e 298 negativas.

A divergência em torno da sexualidade no campo social possui inúmeros matizes. No país de ampla maioria cristã onde circulam várias linhas de pensamento, todos querem dar um veredicto sobre o que ela é, de onde ela vem, se é algo bom ou ruim. Isso afeta a forma como Priscila é percebida e a legitimação de seu poder simbólico enquanto evangélica e líder.

Os usuários que fizeram comentários em tom de aprovação à Priscila se resumem em quatro grupos: 1) os que acreditam que Priscila Coelho não é mais homossexual porque houve uma cura espiritual; 2) os que acreditam que Priscila Coelho ainda é homossexual porque a sexualidade não é algo curável, porém ela sofreu uma experiência de conversão que a possibilita lutar contra seus desejos; 3) os que apenas escreviam mensagens glorificando a Deus (endossando indiretamente tudo o que foi exposto em seu discurso); 4) os que relatam publicamente suas histórias pessoais de batalha contra a homossexualidade, contam como se sentem e pedem orações.

Parece ser a este último grupo que o vídeo é destinado, e para essas pessoas o discurso cumpre sua função. É esse grupo de usuários que irá não só identificar Priscila como parte legítima do campo religioso, como também irá atribuir capital social a ela.

Há também um grupo expressivo de usuários que reprova o discurso de Priscila. Para eles, Priscila não está legitimada enquanto quem alega ser por alguma dessas razões: 1) Priscila Coelho seria na verdade uma pessoa frustrada por não aceitar a própria realidade sexual; 2) Priscila Coelho não sofreu uma experiência de conversão verdadeira porque ela ainda sente desejos sexuais por outras mulheres; 3) Priscila Coelho não sofreu uma experiência de conversão verdadeira uma vez que “ela não fala ou não se veste como uma verdadeira mulher”.

Notou-se que entre os que não legitimaram Priscila simbolicamente também há pessoas que professam a mesma religião que ela, mas possuem doutrinas divergentes,

¹² Embora Priscila Coelho seja o conteúdo principal – e praticamente único – do vídeo, não se ignora a presença dos demais elementos que podem influenciar nos likes do material analisado (como o pastor entrevistador, a qualidade do estúdio de da transmissão, etc). Entretanto, está posto que Priscila e seu discurso são os fatores determinantes para a criação de juízo de valor.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

negando reconhecimento à legitimidade de quem a missionária alega ser: uma pessoa espiritualmente transformada e que agora possui autoridade divina.

Por outro lado, a legitimidade institucional – e por que não, espiritual – de Priscila foi aparentemente efetivada na maioria dos casos. Notou-se que uma considerável parte dos usuários evangélicos se identificaram com a realidade de vida da missionária e acabaram por compartilhar publicamente quem são, onde estão, o que sentem e como se sentem em relação a dicotomia entre fé e condição sexual.

Por fim, na análise proposta neste artigo, caracterizaremos de modo ensaístico o modo como estas duas identidades são acionadas pelo Movimento Cores, como códigos e/ou inferências na lógica do dispositivo interacional, que “deve ser percebido como podendo dar ênfase ora a uns, ora a outros desses elementos” (BRAGA, 2013, p. 169).

a) Inferências entre duas identidades

Desde o testemunho de Priscila Coelho, dado em um ambiente midiático religioso, coloca-se em questão os diversos meios de ser religioso, independente da condição sexual. Se há pelo menos dois códigos (religioso e sexual) sempre presentes no conteúdo do testemunho e nas interações analisadas, com aprovação ou reprovação, há também inferências constantes.

Braga (2013) caracteriza “a não suficiência do código” em um dispositivo interacional. De fato, o Movimento Cores, urgido de uma institucionalidade religiosa, não se fecha exclusivamente sob este tipo de código. Há uma espécie de revolução na afirmação e articulação com um outro código costumeiramente antagônico, como a identidade sexual.

O processo comunicacional observado especifica que ambos os códigos produzem inferências. A identidade religiosa se impõe independente da sexualidade, mas procurando transformá-la (ou pelo menos transformar as práticas que ela implicaria). A identidade sexual, por sua vez, se expõe nos gestos, no vestuário, na cultura geral e nos ruídos acerca do próprio movimento, como as desconfianças observadas nos comentários analisados.

b) Código estritamente religioso



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Ainda que haja inferências que transformam tanto a identidade religiosa quanto a identidade sexual dos sujeitos em ação neste dispositivo que se configura como Movimento Cores, no seio de uma das igrejas evangélicas de maior potencial midiático do Brasil e de vinculação conservadora, o diálogo parece ocorrer sempre na ambiência criada (cultos), proposta (programas de entrevistas) ou aberta (inserção na parada gay) pelo código religioso.

A pesquisa de campo que vem a seguir pode problematizar, sobretudo, como é que chegam as indagações da identidade sexual, como é recebida e como circula o sentido religioso no âmbito além do institucionalizado pela ação estratégica do dispositivo que vislumbramos no Movimento Cores e quais as possibilidades de ruptura ou sutura que afirmem não apenas o código estritamente religioso, mas a articulação mais efetiva e sistemática da proposta de mútua acolhida e diálogo dos LGBTQs e dos evangélicos, nas condições dadas.

Considerações para uma pesquisa em andamento

O objetivo deste texto foi colocar o problema da articulação entre duas identidades (uma religiosa e uma sexual) na condição em que são articuladas pelo dispositivo interacional constituído pelo Movimento Cores, tratando de temas referentes à identidade sexual no seio de uma igreja tradicional e de caráter conservador.

Demonstramos que, na própria lógica institucional, há ocasiões de diálogo interno, como a entrevista (realizada por um pastor tradicional, de ordem conservadora e portanto avesso ao universo LGBTQ+ e respondida pela líder do movimento em estudo) que serviu de mote para uma pesquisa prévia, aqui apresentada, acerca do processo de legitimação da líder do Movimento Cores.

Teoricamente, reconhecemos nas interações simbólicas o objeto comunicacional relacionado à sociabilidade dos sujeitos que permite as suturas identitárias colocadas em jogo no dispositivo interacional do Movimento Cores. Deste modo, analisamos o discurso das interações observadas nos comentários no YouTube sobre o vídeo de entrevista e testemunho da líder do movimento.

Foi possível perceber que a legitimidade de Priscila Coelho como líder do



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Movimento Cores se verifica em uma maioria de comentários de aprovação e identificação, especialmente entre pessoas que acreditam em sua cura espiritual, em sua conversão e força para, mesmo sendo homossexual, lutar contra seus desejos, em seu vínculo com a identidade evangélica e na identificação que provoca em quem luta contra a homossexualidade em si mesmo. Por outro lado, sua reprovação se baseia na dúvida sobre sua verdadeira conversão e nos juízos sobre sua sexualidade ser frustrada ou sua aparência não ser tão feminina quanto deveria ser uma pessoa "curada".

Percebe-se, tanto na aprovação que legitima Priscila quanto em sua rejeição que não deixa de reconhecer sua liderança (apesar de apontar possíveis contradições), uma articulação constante buscando ajustes entre a identidade religiosa e a identidade sexual, sem que deixem de estar presentes elementos característicos de ambas em Priscila (tanto a fé, a pregação e a busca pela cura quanto a adoção de signos da cultura LGBTQ+ e a acolhida dos mesmos são visíveis na líder, desde a primeira vista).

Assim, o dispositivo internacional do Movimento Cores, no que diz respeito ao processo de legitimação de sua líder, ora permite que se configure uma e outra identidade como prioridade, possibilitando a sociabilidade geradora de inferências de uma e outra identidade com efeitos de transformação dos sujeitos e da própria instituição que poderia facilmente se autonomizar diante do crivo mais conservador da IBL.

Porém, na forma como se apresentam os dados de pesquisa até o momento, com o que se percebe do movimento, a identidade sexual parece não ser uma questão para o Movimento Cores (não é uma pergunta, já é visão conformada). O importante é que o gay seja fiel a Deus – e, por consequência, quem diria, abomine a homossexualidade. Sendo a líder Priscila Coelho, referencial de conduta e prática para os fiéis pertencentes a essa comunidade, pode-se deduzir que o *modus operandi* desse ministério é que o fiel primeiro assuma e afirme sua homossexualidade para logo depois negá-la.

A sexualidade de um indivíduo possui a potencialidade de configurar-se numa identidade sexual que irá encontrar sérios embates dentro seu *ethos* evangélico (másculo, conservador, excludente). A consequência desse embate é a evasão da comunidade LGBTQ+ das igrejas tradicionais e sua realocação em novos ambientes onde os códigos do dispositivo são outros, que só me os demonstrem abertura a inferências da ordem do mínimo de reconhecimento da sexualidade.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Confirmou-se que a esse nível do poder e da cidadania, apesar da característica conservadora do código religioso da IBL, o Movimento Cores já é a nova linguagem de código “perfurado”. Há rupturas e suturas da identidade LGBTQ+. Dessa maneira a identidade sexual sofre um “corte” que faz com que parte dela seja admitida e outra renunciada. É lícito ao fiel membro do Movimento Cores fazer parte do universo LGBTQ+ e consumir sua cultura, mas ele deve se restringir apenas isso. No código religioso da IBL nem mesmo o consumo cultural seria aceito.

Conclui-se este material com as indagações a serem respondidas futuramente na pesquisa de campo: Até que ponto a orientação sexual configura uma identidade capaz de lidar com o código do dispositivo religioso? Essa configuração gera um terceiro tipo de identidade ou de que modo reconfigura e se processa está identificação? Em que condições o código religioso, em sua especificidade de conversão e teologia cristã evangélica, é capaz de modificar-se pelas inferências das orientações sexuais de novos fiéis sobre os quais quer dispor e integrar (no caso do Movimento Cores, num programa exclusivo)?

O dispositivo parece revelar sua característica de poder e incomunicabilidade, mesmo quando e justamente quando desafia uma outra identidade. Ou seja, ainda que exista uma proposição que dispõe o diálogo entre duas identidades por vezes adversárias, uma delas, a identidade religiosa, se fecha, se torna incomunicável em certo aspecto, para que não seja transformada tão profundamente em contato com a identidade sexual. Por isso, colocamos a hipótese de que há um código estritamente religioso em ação de validade neste dispositivo internacional, restando à pesquisa empírica futura ver como incide o código da identidade sexual nos sujeitos e nos contextos do Movimento Cores.

Referências bibliográficas

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: XX Encontro Anual da Compós, 2011, Porto Alegre. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**. Brasília: Compós, 2011. p. 1-15.

_____. O que a comunicação transforma? In: BRAGA, José Luiz (et al.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2013.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

BOURDIEU, Pierre. “Le capital social – Notes provisories”. In: **Actes de la recherche em sciences sociales**, nº 31, jan., 1980.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MONTALVÃO, Thiago *et al.* O movimento LGBT na igreja: o Movimento Cores da Igreja Batista da Lagoinha no bairro Savassi. In: **I Congresso Interdisciplinar de pesquisa, iniciação científica e extensão**. Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2016. p. 445-453. Disponível em: <http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/arquivos2016/tc-445-453.pdf>. Último acesso: 14/01/2018.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SIGNATES, Luiz. A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea. In: **Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões**. Vol. XV. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015. p. 155-167.

_____; DAMÁSIO. Comunicação, identidade e performance: análise categorial de transições simbólicas como método de estudo dos ambientes de comunicação. In: **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, vol. 5, n. 9, jan./jun. 2017.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. **Barcelona: Gedisa, 2003**.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.

Outras fontes

A Apresentadora. Disponível em: <http://redesuper.com.br/amplificador/apresentadora/>. Último acesso: 21/12/2017.

Análise e visualização de redes: o Gephi. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/2013/08/16/analise-e-visualizacao-de-redes-o-gephi/>. Último acesso: 24/12/2017.

Homossexualidade – Testemunho encarnado (Priscila Coelho). Disponível em:



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

<https://www.youtube.com/watch?v=PvGpalParkw>. Último acesso: 24/12/2017.

Instagram: Movimento Cores tem Pablllo Vittar como tema de culto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BWY8G1KAQor/?taken-by=movimentocores>. Último acesso: 25/02/2018.

Igreja com cara de balada é 'pesqueiro' de jovens em região boêmia de BH. Disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/documentoverdade/videos/ultimos-programas/igreja-com-cara-de-balada-e-pesqueiro-de-jovens-em-regiao-boemia-de-bh>. Último acesso: 25/02/2018.

Lagoinha Savassi chega diferente e alternativa. Disponível em: <http://www.lagoinha.com/ibl-noticia/lagoinha-savassi-chega-diferente-e-alternativa/>. Último acesso: 25/02/201.

Lucinho Barreto - Sola Scriptura (Só a Escritura) - 19/08/2017 - Pastor Lucinho Barreto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cg-P8jX9Mbg>. Último acesso: 25/02/2018.



Entre o crime e a loucura: a moral na produção do corpo abjeto

**Willian Guimarães¹
Simone Mainieri Paulon²
Henrique Caetano Nardi³**

Resumo: O presente trabalho objetiva evidenciar os efeitos da moral na vida de sujeitos que têm suas trajetórias existenciais marcadas pela injunção crime-loucura. Legitimada a partir de uma determinada racionalidade científica, uma trama discursiva criminaliza moralmente as expressões da sexualidade e de gênero, colando-as entre si, para lançá-las no campo da abjeção. Tal engrenagem médico-jurídica aponta para uma valoração moral com que as expressões da sexualidade e de gênero do paciente judiciário considerado "desviante" são avaliadas. Por fim, sinalizam-se alternativas de produção de novos modelos de tratamento que incluam as diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira entre as garantias de acesso à saúde a todo cidadão.

Palavras-chave: crime; loucura; moral; corpo; abjeto.

Poderia ser apenas mais um dia abafado e chuvoso em Porto Alegre. Uma cidade que como tantas geometricamente encerra os fluxos de força e estabelece uma determinada ordem de circulação de seus processos. Veículos transitando por caminhos estreitos, pessoas apressadas em direção aos seus destinos. Cidade em fluxo num dia comum, sem fluxo de automóveis num dia de chuva. Pelas ruas, diversas pessoas correm apressadas para seus destinos. Pelas ruas, a vida circula. Espaços estratificados que criam territórios, localidades, campos de forças. Espaços lisos que dão consistência a uma cidade, a uma cultura, a toda uma nação (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Pelas ruas de Porto Alegre, não diferente da grande maioria das pessoas dessa cidade, uma mulher corre. Ela poderia perfeitamente passar despercebida, talvez não, por correr na chuva, mas em especial, por estar completamente pelada, enquanto faz isso.

Repetindo uma situação que ocorrera há alguns dias, a segunda peladona de Porto Alegre/RS, como era referida pelos jornais e pelas pessoas da cidade, transitava por

¹ Psicólogo, Mestre e Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Universidade Federal de Rio Grande do Sul, willgaspar@gmail.com.

² Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica/PUCRS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora, simonepaulon@gmail.com.

³ Médico, Doutor em Sociologia/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor, hcnardi@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

diversas ruas movimentadas. Carros buzonavam, celulares na mão apostos para fotos e filmagens, pessoas curiosas, chocadas, excitadas, surpresas. Todos atentos ao corpo nu, coberto pela chuva e algumas tatuagens que não seriam visíveis à luz do dia normalmente atravessando apressadamente os caminhos lisos e estriados da cidade. Por qual razão? As pessoas se questionavam. Precisa ser explicada, documentada, catalogada. Afinal, a sociedade exige uma explicação para uma mulher fazer esse tipo de uso do seu corpo em público. Um motoqueiro filmou sua interação com ela e colocou em uma rede social de vídeos. Não demorou para o vídeo ganhar notoriedade e as pessoas, com um misto de curiosidade e pavor, conhecerem um pouco mais da dita peladona.

O cenário é a cidade e o foco da atenção da filmagem é a mulher que corre nua. Em cena, o motoqueiro se aproxima da mulher e inicia um diálogo, enquanto essa segue o seu trajeto com o olhar fixado na rua. Quando questionada do porquê andar pelada, ela é enfática em dizer que não estava sem roupa, mas ao natural. O que não era natural, na visão dela, era não ter saúde; era uma atleta “bem-nascida” ter de se tornar prostituta para sobreviver. Ainda não satisfeito, o rapaz pergunta a ela se achava que o que estava fazendo era normal. A resposta foi categórica: Claro que era normal, afinal era uma moça saudável e bonita e que se estivesse pelada em uma revista ou em um clube todos pagariam para vê-la. "Agora porque é de graça no meio da rua é feio?" O vídeo tem centenas de visualizações e dezenas de comentários com conteúdos diversos: há aqueles que viram a corrida da Peladona como manifestação contra governo; como um protesto à maneira que o corpo feminino é usado na sociedade; como ato vulgar para chamar atenção masculina, ou mera demonstração pessoal de alguém insatisfeita com a própria vida.

Logo a Brigada Militar foi acionada e se encarregou de encaminhar a mulher a um serviço de saúde mental. Desviada de sua peculiar rota, com a ajuda da polícia, a chamada peladona, teve seu momento transgressor que designou como local adequado a ela, o Manicômio Judiciário. Seria esse o trajeto buscado por ela?

A corredora, possivelmente sem a intenção explícita de fazer isso, mobilizou uma série de pessoas e de instituições. Na leitura de alguns especialistas em saúde mental, seu comportamento dito disfuncional seria facilmente classificado em alguma patologia moderna, apagando qualquer traço de singularidade em sua ação. Sujeitos que, como ela, transgridem limites impostos para existência do corpo, pondo em discussão o que é



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

natural e normal, são corpos que perturbam, provocam, fascinam, articulam-se pela estranheza e raridade, fazendo balançar estabilidades e certezas morais.

A materialidade do corpo em movimento pela cidade põe em visibilidade, em sua força transgressora, a invenção cultural das normas que o afetam concreta e simbolicamente. Um efeito profundamente político que evidencia múltiplas possibilidades de existências para esses corpos, como também as múltiplas capturas da disciplina, da moral e da norma que podem sofrer.

Esses sujeitos nem sempre escolhem ultrapassar as fronteiras do gênero e da sexualidade livremente, como afirma Louro (2004/2008). Muitas vezes têm seu trajeto interrompido e restringido. Sua viagem pode ser descompromissada ou um forçoso caminhar pelo exílio. No entanto, são esses sujeitos em sua transgressão que põem em evidência as fronteiras, essa nebulosa região de encontro, cruzamento e confronto, em suas características de policiamento sobre os corpos. São esses sujeitos que transitam pela cidade, que evidenciam suas linhas de força, que recusam a definição e a fixidez de uma existência, que denunciam o caráter inventado, instável e cultural de todas as identidades. Esse nômade, ser viajante, abandona certa segurança e conforto e segue em direção ao desconhecido, ao território do estranho, mas que incita os demais a verem a instabilidade dos arranjos, as práticas e os destinos sociais que aparentemente se colocam como universais, estáveis e indiscutíveis (LOURO, 2004/2008, p. 18-24). A questão se torna não apenas discutir o trajeto que percorrem, mas também as fronteiras que atravessam, como também, a própria fronteira, como seu território existencial.

Seria perfeitamente plausível, para nossos padrões de consumo em uma sociedade machista e moralista, a exposição daquele corpo nu feminino, como a própria peladona afirma, em uma revista pornográfica, em uma campanha publicitária ou mesmo em um clube de sexo. Contudo, expor esse corpo nu, em público, sem estar a serviço dos homens ou nos moldes adequados à moral ditada pelo capital é facilmente capturado e enquadrado em um comportamento patológico. Nesse sentido, gênero, para Scott (1995) é uma maneira primordial de significar as relações de poder. A partir de símbolos culturalmente aceitos, o poder, através de conceitos normativos, utiliza-se do gênero na organização de certos mecanismos sociais que colocam o corpo feminino em uma posição de exploração. O corpo nu é válido, enquanto for útil para o consumo e a venda. Seu uso irrestrito deve



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ser controlado.

O trajeto percorrido pela corredora nua, como seu destino, evidencia uma maneira específica de intervir sobre aqueles que infringem determinados códigos jurídico-morais. Ser considerado desviante de um padrão de normalidade produz uma colagem indefinida com a loucura. Um efeito de tal fato é a transformação desses sujeitos em objeto privilegiado de correção dos dispositivos institucionais, cerceando sua voz, seus direitos e sua liberdade. Infortunadamente, é desse modo que se estabelece o lugar de existência do “louco”⁴ na cidade: o confinamento em uma instituição jurídico-psiquiátrica, segregado e excluído, em nome de uma suposta defesa da sociedade.

Ao transgredir os limites impostos para a existência do corpo feminino, o corpo nu da corredora faz-se abjeto delimitando, para os demais corpos femininos, o território existencial da normalidade. O sujeito desviante é punido em sua transgressão pela marcação de territórios ilegais e clandestinos de existências.

Ao praticar um crime e ter algum histórico ou diagnóstico de um transtorno mental, um sujeito pode ser avaliado por um perito, por indicação judicial, para estabelecimento de laudo que ateste sua capacidade de entendimento do delito cometido. Instaurado o incidente de insanidade mental, essas pessoas podem ser consideradas incapazes de responder por suas infrações legais. Nesse caso, os sujeitos recebem uma medida de segurança e são encaminhados para tratamento ambulatorial em serviços de saúde mental ou, como acontece na maioria das vezes, são internados em hospitais de custódia, os conhecidos manicômios judiciários. O pretendido tratamento ofertado aos pacientes judiciários nesses espaços reúne dois objetivos problemáticos: a internação manicomial para tratar da loucura e a privação da liberdade como punição de um ato infracional (CFP, 2015). Almeja-se, dessa maneira, operar uma espécie de “tratamento moral” desses sujeitos, objetivando seu enquadramento a dados ideais normativos inatingíveis. A existência de espaços como o do manicômio judiciário lembra à sociedade do perigo que a loucura representa, ao mesmo tempo em que relega esses sujeitos ao

⁴ É importante frisar que o uso de termos insultuosos durante este trabalho tais como “louco”, “louco infrator”, “desviante” é para evidenciar o tratamento dado por determinados campos de conhecimento aos sujeitos na injunção crime-loucura. De maneira alguma, os pesquisadores os utilizam por concordar com a visão pejorativa que tais termos carregam.



I AQUELDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

esquecimento ao trancafiá-los nesses espaços. Demarca, assim, o suposto território existencial para o “louco”.

O Censo de 2011, coordenado por Debora, Diniz levanta, entre outras informações, dados sobre a internação de sujeitos com medida de segurança em 26 estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico em 19 estados e no Distrito Federal. Dos 3.989 indivíduos nessas instituições, 41% estão com o laudo de cessação de periculosidade atrasado; 24% têm indicação positiva para a cessação e continuam cumprindo a medida; 21% estão internados há mais tempo do que a pena máxima para infração cometida. Dentre estas, 18 pessoas estão internadas há mais de 30 anos, e 3 pessoas em medida de segurança sem qualquer processo judicial (DINIZ, 2013). Em 2015, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA), realizou uma inspeção nacional aos manicômios judiciários e alas psiquiátricas similares em 17 estados e no Distrito Federal. Foram 18 unidades pesquisadas, que comportavam no momento 2.864 presos/pacientes, sendo estes 964 inimputáveis, 28 semi-imputáveis e 490 em internação temporária (aguardando exame de sanidade mental ou exame de cessação de periculosidade, ou seja, não deveriam estar ali ainda). Dos 1.131 profissionais que atuam nesses estabelecimentos, 611 são agentes de segurança. Mais da metade dos profissionais não são preparados especificamente para atuar no regime prisional. Sete dos estabelecimentos estão com superlotação que varia de 110% da capacidade de vagas instaladas a 410%. A situação jurídica é ainda mais problemática, pois em apenas 17% dos casos relatados, o prazo anual de realização do exame de cessação de periculosidade é cumprido. Sendo este um estabelecimento do regime prisional, chama atenção que nenhuma das equipes periciais conta com a presença de um advogado (CFP, 2015). Esses dados corroboram um contexto precário e desumano ofertado a essas pessoas que necessitam de um atendimento em saúde mental especializado.

Mais do que denunciar a precariedade dessas instituições, entende-se ser necessário e urgente pôr em xeque o modelo hegemônico de tratamento-punição que é ofertado aos pacientes judiciários. Os dados anteriormente referenciados evidenciam que os sujeitos que possivelmente vão receber ou já receberam uma medida de segurança



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

estão em condições nocivas, distantes do que se espera de uma terapêutica humanizada. De fato, esses dados reforçam que a medida de segurança funciona melhor como sanção jurídica punitiva do que um tratamento humanizado.

Os magistrados, ao operarem determinados dispositivos jurídicos, podem contribuir para produzir a exclusão do louco. Mesmo sendo papel do juiz decidir o destino desse sujeito, falta-lhe competência técnica para aferir a insanidade. É nesse ponto que o especialista do campo *psi*, em especial o psiquiatra, entra para atestar a doença mental desse sujeito. Os dispositivos jurídico-psiquiátricos, que são colocados em cena nesse momento, produzem determinados jogos de verdade na construção do diagnóstico da inimputabilidade. Segundo Foucault (1975/1999), a mecânica do poder utilizada pelas instituições define a maneira como os corpos vão habitar esses espaços. Logo, essa prática exigiu a invenção de técnicas de controle e exame específicas que vão ser utilizadas pelos especialistas. A fragilidade do imperativo dos princípios da razão que sustentam a ciência jurídica evidencia a materialidade desses processos criminais.

Diante disso, a reforma psiquiátrica, movimento que luta pela desinstitucionalização da loucura e pela produção da diferença nesses modos peculiares de ser, vem para romper com esses paradigmas no campo do Direito. Para Jacobina, se por um lado a reforma psiquiátrica almejou vitórias no Direito Sanitário, garantindo postulados jurídicos que objetivam o tratamento mais humanizado da loucura, por outro o Direito Penal ainda, num viés positivista, cerceia a loucura em sua singularidade, causando, a partir da presunção de periculosidade, a exclusão do louco em nome da defesa social (JACOBINA, 2008, p. 21-22).

Pondo em debate as produções da normatividade

A existência dos considerados loucos suscita uma ofensa à ordem moral da sociedade na medida em que põe em xeque determinados códigos sociais. O “corpo louco” se evidencia pela infração a determinadas formas de racionalidade, evocando-se constantemente o perigo de que o possa fazer. A falha constante de corresponder ao que se espera socialmente coloca esse sujeito em um lugar abjeto, cujas manifestações de seu corpo remetem a outro estatuto de sociabilidade. Nesse sentido, cabe o questionamento:



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

por que os comportamentos desses sujeitos nessas circunstâncias se evidenciam?

Butler (2000), afirma que a categoria sexo é, desde o princípio, normativa. Em seu caráter produtivo e a partir de práticas regulatórias, essa categoria produz os corpos que governa. Atravessados pela instituição manicomial, os “loucos infratores” que buscam sexo pelos cantos do manicômio têm seus corpos marcados por múltiplos estigmas: do louco desarrazoado que não pode cuidar de si; do criminoso que não tem condições de viver em sociedade; do pervertido sexual incapaz de dar conta de seus desejos depravados. As manifestações do seu corpo são aferidas como marginais. Ao mesmo tempo em que os diferentes dispositivos institucionais atuam para o apagamento e a exclusão do corpo, este é posto em evidência para delimitar a transgressão do que é considerado normal. Situações em que o corpo se sujeita a uma norma moral estabelecida colocam em evidência os processos físicos e culturais que reiteram ideais normativos que, para funcionar, dependem de uma adjetivação que os classificam como naturais e atemporais sobre o corpo. Nessa direção, como afirma Butler, "o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder (2000, p. 11).

A subversão das normas regulatórias visibiliza os processos que as criam e as mantêm (BUTLER, 1990/2003). Para ser considerado um corpo que importa, o sujeito é obrigado a obedecer às normas regulatórias que modulam a cultura. O corpo, para Butler, é “um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de limite, fixidez e superfície que chamamos de matéria” (BUTLER, 1993, p. 9). A materialização do sexo ocorre sob certas práticas altamente reguladas, através de uma reiteração forçada das normas regulatórias que nunca é completa. Para a autora, o fato de se necessitar uma constante reiteração indica que os corpos nunca se conformam completamente às normas regulatórias. Isso abre espaço para instabilidades, possibilidades de rematerialização, das quais as forças hegemônicas podem se voltar contra si mesmas e questionar seu caráter hegemônico.

Compreender os processos de materialização das normas regulatórias do sexo envolve pensar simultaneamente na materialidade do corpo. Como afirma Butler, "o 'sexo' [...] é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (2000, p. 111). Sexo e gênero são construções culturais “fantasmáticas” que demarcam e definem o corpo que é construído e traçado pelo discurso e pela lei.

O conceito de performatividade é central, segundo Butler (1999/2003), para afirmar o papel da linguagem diante das normas regulatórias que afetam gênero e sexualidade na nomeação dos corpos. A performatividade, segundo a autora, opera pela divisão do gênero em vários atos que ocorrem sucessivamente em “um fazer em vez de um ser” (BUTLER, 1999/2003, p. 25). Ao mesmo tempo, esse quadro regulatório altamente rígido pune aqueles que não desempenham esses atos de forma esperada. Gênero e sexualidade, nesse viés, se materializam em estilos corporais que nada são, se não ficções culturalmente construídas e incorporadas via coação. Segundo a autora, no nascimento, ao afirmar, “é uma menina”, este enunciado performativo, não apenas descreve, mas produz um corpo. Para Butler, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 1999/2003, p. 69).

Ao mesmo tempo em que esse processo ocorre, as normas sociais abrem espaços para a produção de corpos que não se ajustam a ela. Para a autora, esses seres são chamados de “ abjetos”, sujeitos que na fuga da norma são socialmente essenciais, pois determinam os limites e a fronteira para os outros corpos que importam, aqueles que materializam a norma. São corpos que permanecem na fronteira da inteligibilidade, da estabilidade do alinhamento esperado, em que sua materialidade está em constante ameaça. “A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (BUTLER, 1999/2003, p. 230).

Ao transgredir os limites impostos para a existência do corpo feminino, o corpo nu da corredora da cidade demarca também o limite possível, faz-se abjeto delimitando, para os demais corpos femininos, o território existencial da normalidade. O sujeito desviante é punido em sua transgressão pela marcação de territórios ilegais e clandestinos de existências.

O sujeito surge a partir da norma, como também é a partir desta que são dadas as condições de resistência. Ao longo dos séculos, os diferentes modos de governo sobre a



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

vida do sujeito “louco infrator” produziram uma maneira de gerir esses corpos. A partir de certos efeitos de uma rede de saber-poder bastante particular, estão dadas as condições pelas quais esses sujeitos podem resistir a essa forma de subjetivação. Entre o momento de instauração das relações de poder que permitem que aquele sujeito emerja e seja constrangido a ser de determinado modo, algo sempre vai escapar. Ele não é uma essência, mas uma massa disforme que nunca se molda totalmente diante da norma. Tais seres abjetos produzidos na injunção crime-loucura vão se constituir a partir dos jogos de verdade que são possíveis naquele momento, como também vão estar dadas as condições nas quais esses sujeitos podem resistir a tais engendramentos.

Paradoxalmente, é importante frisar que esses seres abjetos, que residem no avesso da norma, são socialmente essenciais, pois determinam os limites e a fronteira para os outros corpos que importam, que são aqueles que materializam a norma. São corpos abjetos aqueles que permanecem na fronteira da inteligibilidade, da estabilidade, do alinhamento esperado, em que sua materialidade está em constante ameaça. "A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito" (BUTLER, 1990/2003, p. 230). Uma vez que o fantasma normativo do sexo é reiterado através de um processo identificatório com a norma, marcando o domínio do sujeito, a identificação com o abjeto é persistentemente negada. No caso do “louco infrator”, o efeito dessa negação é a captura do corpo desse sujeito, a partir de diferentes jogos de verdade que vão patologizar seu desejo. O ser abjeto denuncia as presunções autofundantes do sujeito sexuado e generificado perturba a norma com um questionamento permanente. Contudo, sua existência não se resume a isso. O abjeto é um recurso crítico na luta pela legitimidade e inteligibilidade simbólica dos corpos que habitam as zonas marginais (BUTLER, 2000). O corpo abjeto do “louco” pode operar como forma de questionar a concepção de normalidade e pôr em xeque os discursos hegemônicos sobre a sexualidade, a loucura e o crime.

Contemporaneamente, as relações de poder são mais sutis e imateriais, agindo de forma mais fluida e eficaz. O poder não estabelece apenas uma relação de restrição e interdição, mas opera de forma produtiva na maximização da autoconstituição dos sujeitos em dada relação normativa com a matriz de poder. É a partir da incorporação da norma que o poder se sustenta, produzindo uma ilusão de uma interioridade do sujeito



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

única, singular e dotada de autonomia (NARDI e SILVA, 2014).

Os saberes produzidos para decodificar a vida em um *corpus* teórico operam delicados jogos de verdade. Sustentando um ideal em cada sociedade, tais verdades vão justificar determinadas formas de dominação, como também formas de resistência que vão se dar na constituição do sujeito (NARDI e SILVA, 2014, p. 146). Ao longo dos séculos, as práticas de governo sobre o “louco” foram se alterando, bem como as possibilidades de resistir a esses engendramentos do poder em cada contexto histórico. É necessário compreender essas transformações para readequar as lutas, a partir de estratégias distintas. "Se o poder está em todo lugar, a possibilidade de resistência também se faz presente, pois as relações de poder só se exercem entre sujeitos livres." (NARDI e SILVA, 2014, p. 154). O fenômeno da loucura foi capturado e enquadrado a partir de um determinado saber que estabeleceu diferentes técnicas para seu controle. Problematizar esse governo da loucura envolve desnaturalizar tais formas de dominação que ainda respondem pela subjetivação desses novos “monstros sociais”: os “loucos infratores” (FOUCAULT, 1974-1975/2009).

Se a instituição da moral produziu diferentes regras em torno da vida, Foucault aponta o caminho da ética da liberdade para ir além dessas formas de captura da subjetividade (FOUCAULT, 1984/2004). Até então, o corpo abjeto era assumido como passivo e submisso, mas com Foucault, aprende-se que ele evidencia a possibilidade de pôr em xeque as relações de constituição do sujeito na relação consigo e com o mundo. Tal fazer ético envolve a produção de estratégias que coloquem o corpo “louco” em posição mais flexível diante dos jogos de verdade e de poder. Essa análise do indivíduo como sujeito ético só é possível a partir de complexas relações intersubjetivas, nas quais o se afetar pelo outro ocorre como prática reflexiva de liberdade (NARDI e SILVA, 2014, p. 144). Um fazer ético sobre a loucura perpassa a produção de um estranhamento sobre as verdades instituídas no governo do “louco”. Trata-se de romper com tais formações discursivas como forma de resgatar a singularidade fragilizada pelo discurso médico-jurídico ao longo do tempo.

Pôr em discussão os aspectos da abjeção envolve evidenciar o campo discursivo do poder que sustenta e dá legitimidade àquilo que pode ser descrito como "humano". Esse processo evidencia que a construção do gênero atua através “de um conjunto de



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural." (BUTLER, 2000, p. 117). Também é a partir dessas exclusões, das reiterações necessárias para sustentação da norma, que são abertas fissuras. São essas rupturas que não podem ser completamente fixadas pela norma que permitem que o sujeito escape ou exceda a ela. Logo, torna-se essencial compreender como alguns dos corpos fracassam em materializar a norma. Problematizar a fronteira que delimita quais corpos importam é um caminho viável para evidenciar os dispositivos empregados para a sustentação das marginalidades sobre a vida do "louco infrator". É uma via possível de pôr em discussão a necessidade de novos modos de conceber a sexualidade, para além de um achatamento das singularidades e patologização da vida.

Todas as técnicas produzidas pelo discurso médico-jurídico atuam sobre os corpos dos sujeitos na injunção crime-loucura em uma tentativa de enquadrá-los a dado modelo de tratamento-punição. A própria individualidade dessas pessoas é tomada por dada rede discursiva que produz uma identidade psíquica, uma patologia, naquilo que Foucault vai chamar de "alma". Com base nisso, Foucault (1975/1999) inverte a equação moral cristã ao afirmar que o corpo é o prisioneiro da alma e não o inverso. Ao longo dos séculos, diferentes dispositivos provocaram e afirmaram uma determinada cisão entre as supostas entidades da alma e do corpo. Essa cisão pôs a alma como parte racional, bela, verdadeira do humano, ao passo que as manifestações do corpo seriam aquilo que está marcado pela imprecisão, pelas paixões, pelo que afasta da verdade. Ao centro, está um suposto eu-racional capaz de discernir a realidade, a partir de uma determinada essência de si, a qual não está contaminada pelo contexto externo mundano. O efeito desse dualismo corpo-alma operou para fabricar a concepção de uma unidade de um Eu individual, centrada na consciência (GIACOIA Jr, 2001, p. 53). É tal construção que orienta um determinado modo de conceber o sujeito "louco infrator" como "anormal", que deve ser patologizado e controlado.

Problematizar essa concepção de consciência como núcleo da subjetividade é central para romper com uma determinada concepção de humano. Tal visão do humano afirma que o único modo de ser sujeito é a partir do crivo da razão. O estudo do inconsciente realizado por Freud permite compreender que o ser humano não é completamente dono de si, pois algo de sua subjetividade sempre escapará a todas



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

técnicas disciplinares. Romper com a concepção de substância do eu é pôr em xeque os valores que produzem a exclusão do “louco” e caminhar na direção do surgimento de novos valores sobre a loucura. Por muito tempo, e até hoje, a relação do sujeito na injunção crime-loucura se deu pela produção de uma determinada concepção de perigo. O conceito de periculosidade ficcionou uma verdade, legitimando um achatamento patologizante sobre essas pessoas. Cabe reconhecer a pluralidade que o sujeito pode assumir como forma de estabelecer novas estratégias junto à realidade. Tal questão permite recontextualizar o corpo em sua "Grande Razão" em que a consciência é apenas mais uma de suas ferramentas de criação (NIETZSCHE, 1891/2007). O corpo quer criar, inventar, atingir outras proporções que a alma, concebida metafisicamente, pouco consegue compreender. É nesse sentido que expandir a vida apresenta-se como o caminho para a produção de um novo olhar sobre a loucura e seus limites com a lei.

Nessa perspectiva, o corpo não pode ser entendido a partir de uma essência, mas como um elemento investido de diversas políticas regulatórias. Tal concepção de um corpo-essência se materializa através de práticas institucionalizadas e naturalizadas que produzem uma ilusão de materialidade causal, bem como de conceitos artificiais unificadores que investem o corpo como entidade fechada e atemporal. Entende-se, assim, a necessidade de que as políticas que discutem sexo e gênero sejam mobilizadas, a partir das próprias instabilidades constituintes das normas regulatórias.

Corpo abjeto, corpo ilegítimo discursivamente, corpo des-cabido, “o que não tem medida nem nunca terá. (...) que nem todos os santos vão aliviar...” (HOLANDA 1976) como cantado por Chico Buarque, é o que conduz essa proposta de trabalho. Não se trata, portanto, de um estudo sobre qualquer corpo, mas o corpo que se encontra na injunção da loucura com o crime. Corpo docilizado, atravessado pelo controle e pela disciplina. Corpo rebelde, patologizado.

Por fim, entende-se necessário ir além de uma produção colonizadora de verdade sobre o sujeito para pôr em discussão os possíveis campos da normalidade que o atravessam e o constituem. Resgatar os corpos, marcados em sua existência pela criminalização moral, é o que se quer para afirmar suas existências como poderosas metáforas políticas sobre a produção da normalidade. Isso envolve problematizar as normas regulatórias que são continuamente reiteradas e refeitas sobre ele. Costurar e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

conectar linhas diversas, que atravessam corpos, entre a loucura e o crime, para trazer a cena o caminho percorrido pelos sujeitos na injunção crime-loucura, bem como a possibilidade de que sejam traçadas novas trajetórias para suas vidas.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. (1990). **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Bodies that Matter: On the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993. p. 288.

_____. **Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 176

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Inspeções aos Manicômios - Relatório Brasil 2015**. Brasília: CFP, 2015. p. 172.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrênia**, vol 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DINIZ, Debora. **A Custódia e o Tratamento Psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2013. p. 382.

FOUCAULT, Michel. (1975). **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 282.

_____. (1974-1975). **Os Anormais: curso no Collège de France**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 344.

_____. (1977). **A Vida dos Homens Infames**. In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

_____. (1979). **Microfísica do poder**. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. (1984). **A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade**. In: _____. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

GIACOIA Jr., Oswaldo. **Nietzsche como Psicólogo**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001. p. 152.



HESS, Hess; WEIGAND, Gabriele. **A escrita implicada**. Revista Reflexões e Debates. Universidade Metodista de São Paulo, abril/2006.

HOLANDA, Francisco Buarque de. O que será (A flor da terra). In: _____. **Meus Caros Amigos**. Universal Music, 1976. 1 Disco de Vinil.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito Penal da Loucura**: medida de segurança e reforma psiquiátrica. Brasília: ESMUP, 2008. p. 152.

LEMONS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio. Rebello. **A genealogia em Foucault**: uma trajetória. Psicologia e Sociedade, v. 21, n. 3, 2009, p. 353-357, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>. Acesso em: 10 jul 2016.

LOURO, Guacira. Lopes. (2004). **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. ÉTICA E SUBJETIVAÇÃO: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HI-ÜNING, Simone Maria (Orgs.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 128.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. (. (1891). **Assim falava Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 397.

REIS, Carolina dos. **(Falência familiar)+(Uso de drogas) = risco e periculosidade**: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.].

SCARAMELLA, Maria Luisa. Biografias Judiciárias: analisando laudos psiquiátricos de autos de processos penais. In: KOFES, S.; MANICA, D. **Vida e grafias**: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Vol.20 (2), (jul/dez 1995). 71-100.



“Toda a sapatão queria ser a Docinho, das Meninas Superpoderosas” Construções de identidades lésbicas a partir da mídia

Fernanda Nascimento¹

Resumo: Compreender as construções das identidades de mulheres lésbicas a partir da relação com produtos da cultura da mídia é o objetivo do presente artigo. A partir do entendimento de que as identidades são construídas socialmente (HALL, 2013) e de que a mídia ocupa espaço privilegiado neste processo, busca-se a partir da etnografia interpretar os processos de identificação, classificação e diferenciação realizados pelas interlocutoras do estudo, especialmente as produções de performatividades de gênero.

Palavras-chave: Mídia; Identidades; Etnografia; Performatividade de gênero; Lésbicas.

Introdução

A construção das identidades de mulheres lésbicas - assim como de todas as identidades (HALL, 2013) - é um processo realizado no campo da cultura, e não determinado por uma essência. Ao afirmar que “toda a sapatão queria ser a *Docinho* das *Meninas Superpoderosas*²” (Diário de Campo, 4/2/2018), uma das interlocutoras do estudo que intitula este artigo classifica e diferencia sua identidade e, especialmente, sua performatividade de gênero (BUTLER, 2013), a partir da relação com os produtos da cultura da mídia. O fragmento extraído do Diário de Campo de pesquisa em andamento, em nível de doutorado, demonstra uma das possibilidades de construções identitárias a partir da relação com a mídia – neste caso, a partir do acesso à memórias de infância.

As vidas das mulheres lésbicas em uma sociedade na qual o regime da heteronormatividade organiza as relações é marcada por interdições. O engendramento deste sistema faz com que não apenas a heterossexualidade pareça coerente, mas que seja

¹ Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista e mestra em Comunicação Social, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Capes. E-mail: fn.imprensa@gmail.com.

² Desenho animado *The Powerpuff Girl* (Craig McCracken, EUA). Composto por 78 episódios, foi exibido no Brasil nos canais SBT (1998-2005) e Cartoon Network (1998-2016). No enredo do desenho animado, três irmãs com superpoderes salvam o mundo de monstros. Dentre as três, Docinho era a mais rude. Diferentemente das irmãs Florzinha e Lindinha, usava os cabelos curtos e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

organizada como “a” própria sexualidade (BERLANT; WARNER,1998: 548)³. Ao se denominarem como “lésbicas”, “sapatões” e “sapas” ou falarem do seu “jeito” e sobre “ser assim”⁴, as interlocutoras explicitam a diferença que as marca nas experiências individuais e sociais: são mulheres homossexuais.

A sexualidade que diverge da norma é o que agrupa as interlocutoras e os demais marcadores identitários que atravessam seus corpos o que, dependendo do contexto, é capaz de aproximá-las ou diferenciá-las, hierarquizar suas experiências e estabelecer relações de poder intragrupo.

A compreensão das especificidades das vivências de mulheres lésbicas têm despertado a atenção de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento e em parte desta produção acadêmica, vertentes do feminismo e da militância de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais (LGBTI) dois conceitos são geralmente acionados para reivindicar a especificidade da experiência lésbica: o silêncio e a invisibilidade. As duas características seriam produzidas pela interseccionalidade na qual se encontrariam as mulheres lésbicas, cujos corpos sofreriam, no mínimo, as opressões de gênero (por serem mulheres) e sexualidade (por serem lésbicas).

Adoto dois pressupostos distintos: o primeiro, já defendido em outra pesquisa relacionada à mídia, o de que não existe uma invisibilidade das mulheres lésbicas (ou de LGBTIs), mas recorrendo aos termos de Stuart Hall (2013) “uma visibilidade regulada” (NASCIMENTO, 2015; 2016). Assim, as formas de visibilizar as vivências de mulheres lésbicas é atravessada pela heteronormatividade, que enquadra os corpos nos parâmetros de gênero vigentes e deixa uma pergunta “cadê as 'sapatão'?” (NASCIMENTO, 2016). Ou seja, a visibilidade existe em termos de representatividade, mas é restrita a determinados padrões de comportamento e, especialmente, performatividades de gênero (BUTLER, 2013).

O segundo é de que, conforme demonstrou Michel Foucault (2014), nos últimos três séculos, a relação das sociedades ocidentais com a esfera da sexualidade tem como

³ Berlant e Warner apontam como características da heteronormatividade a coerência sempre provisional e o privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa desapercibida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral (BERLANT; WARNER,1998).

⁴ “Jeito” e “ser assim” são categorias que emergiram do campo.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

pilar não exatamente a esfera do silêncio, mas o âmbito da proliferação de discursos. Neste sentido, mesmo quando as vivências lésbicas não estão sendo visibilizadas ou problematizadas, elas estão sendo elaboradas o tempo todo, a partir da reafirmação das normas de gênero e sexualidade que regulam as sociedades.

Trata-se assim, “menos de *um* discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições” (FOUCAULT, 2014: 37 – grifo do autor), e da percepção de que “não existe um só, mas muitos silêncios que são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (Ibid: 31).

tratando de proteger, separar, prevenir, assinalando perigos em toda a parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele (Ibid: 34).

Pode-se refletir, a partir disso, que a proliferação de discursos e multiplicidades de silêncios se modificaram ao longo do tempo. Se as formas de regulação e controle da sexualidade foram deslocadas deste o século XVIII, do poder da pastoral cristã para a medicina, contemporaneamente é necessário compreender como as relações com a mídia se inserem neste regime de manutenção das normas e, como funciona a agência dos sujeitos nesta sociedade.

A realização desta pesquisa se insere na crescente – ainda que diminuta – produção acadêmica sobre as relações entre LGBTIs e mídia (LAZARINO, RODRIGUES, 2014; TOMAZETTI, CORUJA, 2018). Neste conjunto de pesquisas, identificam-se problematizações a cerca das representações midiáticas desta parcela da população, discussões sobre a produção de sentidos gerada a partir destas narrativas, debates sobre os sujeitos e os processos envolvidos na esfera da produção, além do contexto político, social e cultural na qual se inserem.

No âmbito dos estudos de práticas de recepção, no qual se insere o estudo, a produção do campo é ainda mais contemporânea e diminuta, tendo emergido apenas nos anos 2000 (PERET, 2005; TONON, 2005; GOMIDE, 2006; TRINDADE, 2010; DESIDÉRIO, 2013; OLIVEIRA, 2014; CRETAZ, 2015). Neste entrecruzamento



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

interdisciplinar de perspectivas teóricas, formada pelo campo da Comunicação Social com os estudos de gênero e sexualidade, apresentam-se lacunas especialmente sobre o aprofundamento das discussões que envolvem as especificidades de vivências que destoam das normas cisheteronormativas. A pouca flexibilidade do uso da categoria gênero já foi apontada por Ana Carolina Damboriarena Escosteguy (2008) e, ainda que tenham ocorrido avanços (TOMAZETI, CORUJA, 2018), o enfrentamento das discussões permanecem como desafio para o campo de pesquisa – cuja a problematização é atravessada pela mudança nas perspectivas de ensino (VEIGA DA SILVA, 2015).

Alinhada aos Estudos Culturais, adoto o entendimento de que a mídia é um processo que “não começa nem termina com um texto singular” (SILVERSTONE, 2002: 37) E, neste sentido, procuro compreender de forma ampla as relações que perpassam as construções de identidades lésbicas a partir da mídia, não a partir de um texto em particular, mas do conjunto de narrativas que emergem dos diálogos com as interlocutoras. A adoção desta perspectiva, de compreender os produtos da cultura da mídia de maneira indiscriminada — sem recorrer a um meio, gênero ou programa em específico - alinha-se ao pensamento de Ien Ang, para quem devemos “[...] parar de conceituar a televisão, rádio, a imprensa e assim por diante, isoladamente, como uma série de variáveis independentes e separáveis e pensar como correlações mais ou menos nítidas com outro conjunto de público dependente e variável⁵” (ANG, 1996 p.57). Teorizar sobre mídia e identidade é compreender, assim, que “nos constituímos através do consumo de mídia” (ANG, 1996, p.44).

E, a partir de um aporte teórico *queer*, distancio-me do pressuposto de uma construção identitária unilateral, na qual apenas personagens LGBTIs são capazes de gerar identificação, enfatizando apenas a representatividade dos mesmos. Compreendo que outros atributos, que perpassam os corpos de personagens cis/trans hetero, homo ou bissexuais também podem ser acionados nesta construção, como apresentarei nas próximas páginas deste artigo.

⁵No original: “[...] to stop conceptualizing the television, radio, press and so on, in isolation, as a series of have more or less clear correlations with another set of dependent public variables” (ANG, p.57).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Processos de identificação e diferenciação

A presente pesquisa tem sido construída a partir do diálogo com interlocutoras entre 20 e 33 anos, de camadas urbanas de Porto Alegre, não tomando-as de forma universal, mas compreendendo as especificidades que perpassam corpos formados por múltiplos marcadores identitários (BRAH, 2006). Ao rememorar seu processo de consumo dos produtos culturais, as interlocutoras da pesquisa constroem e reconstituem sua memória com base em um arsenal de recursos simbólicos, nas quais não um produto específico, mas diversas narrativas atravessam e articulam suas vivências. Como afirma Richard Johnson (2001), os textos midiáticos são “completos, múltiplos, sobrepostos, coexistentes, justapostos; em uma palavra, 'intertextuais” (JOHNSON, 2006: 88).

Entendo que a mídia é “fundamental para a nossa vida cotidiana” e “contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados” (SILVERSTONE, 2002: 13). E é a partir do uso da etnografia e de entrevistas que compreendo as relações entre as interlocutoras e a mesma – entendendo-a como decisiva para o estabelecimento de relações de pertencimento individuais e coletivas.

Recorro ao conceito de cultura da mídia, utilizado nos termos cunhados por Douglas Kellner (2001), que a defende como “o lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade” (2001, p. 54) em decorrência da mídia ter se tornado “força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social” (2001, p. 26). A especificidade desta cultura está no fato da maioria das sociedades contemporâneas produzirem conhecimentos que são mediados pelas narrativas midiáticas. Como afirma Roger Silverstone, “a mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea” o que torna nossa experiência dependente “para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (2002: 12).

Adotar um pressuposto de que há uma cultura da mídia é entender que esta é parte inerente na construção cultural contemporânea, que atravessa as relações e as formas de identificação, construções de significação e referencia. Como afirma Stuart Hall, “todas



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos” (HALL, 2006, p. 71), ou seja, são elaboradas em um determinado contexto, sendo permanentemente ressignificadas.

Tomar a identidade deste ponto de partida é compreendê-la “cada vez mais mediada pela mídia que, com suas imagens, fornece moldes e ideais para a modelagem da identidade pessoal” (KELLNER, 2001: 317). E é compreender que a identidade é situacional e contextual. O pressuposto de construção permanente e não fixação relaciona-se a concepção de que a identidade opera a partir da diferença (SILVA, 2000; HALL, 2006; WOODWARD, 2000). Assim, articular a noção de identidades lésbicas é não apenas acionar os mecanismos utilizados para identificá-las, mas aqueles pelos quais a mesma não é percebida. O processo de construção de identidades opera, desta forma, para apresentar os sentidos que explicam “o que se é”, diferenciando-se do que “não se é”. Neste sentido, a identidade é realizada a partir de contrastes, ainda que estas oposições não sejam permanentes e estanques. Como afirma Kathryn Woodward, “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (2000, p. 12).

A linguagem ocupa posição central neste processo, pois é a partir dos significados atribuídos que a identidade se referencia. Neste sentido, compreende-se que “identidade e diferença são resultados de atos da criação linguística” (SILVA, 2000). Diretamente relacionada às relações de poder que perpassam a sociedade, as demarcações identitárias têm como finalidade elaborar processos pelos quais diferenciam-se e categorizam-se possibilidades de vivência e experiência a partir de processos de inclusão/exclusão, classificação e normatização. Se, como afirma Tomaz Tadeu da Silva, “as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos” (SILVA, 2000), os diálogos que emergem com as interlocutoras mostram que estas diferenciações ocorrem como forma de estabelecer diferenças não apenas com as pessoas que não se relacionam/desejam afetiva e/ou sexualmente mulheres, mas também como uma maneira de estabelecer e demarcar fronteiras intragrupo, sinalizando as multiplicidades de vivências das mulheres lésbicas.

A percepção de como opera o duplo jogo de identificação a partir da diferenciação



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e, portanto, da classificação será discutida a partir de trechos do Diário de Campo, como este que nomeia o título do artigo. Utilizando uma metodologia de inspiração etnográfica, na qual estabeleceu-se relações, seleciona-se informantes, realizando posteriormente a transcrição de textos e procurando realizar uma descrição densa dos encontros (GEERTZ, 1989), procura-se de compreender os “modos de imprimir sentido al sentido del mundo que nos ofrecen los medios” (MORLEY, 1996, p.2), um campo onde “se entrecruzan diferentes discursos, diferentes sistemas de mensaje” (MORLEY, 1996, p.4).

Produzindo performatividades de gênero

A performatividade de gênero é um dos conceitos fundamentais para compreender as construções de identidades lésbicas a partir da relação com os produtos da cultura da mídia. Acionada de maneira recorrente pelas mulheres lésbicas que integram a pesquisa a performatividade de gênero é uma categoria primária de demarcação de fronteiras. É a partir de expressões como “sapatão”, “lésbica”, “caminhoneira”, “mulherzinha”, “*lady*” — todas oriundas do campo — que estas mulheres estabelecem diferenciações intragrupo que são identificáveis, principalmente, a partir de atos, gestos e símbolos, que constroem formas de comportamento.

Se gênero é contextual e, como afirma Oyèronké Oyèwúmi (2004), precisa ser investigado e não tomado como pressuposto, a sexualidade e suas vivências também o são. A sexualidade e suas experiências são um “conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2013: 59) e seus sistemas de classificação e recompensa criam um sistema de estratificação social (RUBIN, 2017). Como construção histórica, realizada em determinado momento e contexto, a sexualidade é uma esfera que está diretamente relacionada com outros marcadores identitários, como raça e classe.

O conceito de performatividade de gênero surge como uma maneira de compreender como se constrói, nos corpos, o gênero. Conforme Judith Butler (2013), para quem as identidades de gênero são produzidas a partir de atos performativos. Ou seja, é a partir de atos, gestos, movimentos e estilos corporais que constrói-se e reconstrói-se cotidianamente o gênero. O argumento da autora não pode ser compreendido de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

maneira voluntarista: os sujeitos não têm autonomia, ou antes disso, consciência deliberada sobre seus atos. Os limites desta performatividade estariam, desde o princípio, definidos por uma lógica binária — na qual os homens são associados ao masculino e mulheres ao feminino, antagonicamente dispostos — e cisheteronormativa.

Como afirma Sara Salih, “uma vez que estamos vivendo dentro da lei ou no interior de uma dada cultura, não há possibilidade de nossa escolha ser inteiramente ‘livre’” (SALIH, 2012: 72). Ou como descreve a própria Butler, “a performatividade deve ser compreendida não como um 'ato' singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000). Neste sentido, Butler considera o gênero algo inexistente à priori.

Os vários atos de gênero, criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado de realidade. Assim, o gênero é uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções — e pelas punições que penalizam a recusa em acreditar neles; a construção obriga nossa crença em sua necessidade e naturalidade. As possibilidades históricas materializadas por meios dos vários estilos corporais nada mais são do que ficções culturais punitivamente reguladas, alternadamente incorporadas e desviadas sob coação (BUTLER, 2013: 199).

O conceito de performatividade de gênero tem sido frequentemente utilizado para compreender as culturais trans e travestis, mas a própria autora faz referência a outras identidades nas quais sexo/gênero/desejo não são linearmente produzidas dentro do engendramento da cisheterossexualidade. As identidades lésbicas são acionadas por Butler para compreender a noção de performatividade de gênero. “A noção de uma identidade original ou primária do gênero é frequentemente parodiada nas práticas culturais do travestismo e *na estilização sexual das identidades butch/femme*” (BUTLER, 2013: 193, grifo da autora).

Assim, as distinções entre as fronteiras usualmente lineares que integram sexo anatômico, identidade de gênero e performatividade de gênero são deslocadas — ainda que, para Butler, sexo tenha sido desde sempre gênero, ou seja, uma construção discursiva. A paródia a que se refere Butler, é utilizada no sentido de conceber uma



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

identidade original e uma cópia, mas “a paródia que se faz *é da* própria ideia de um original” (2013: 192). O que não significa que a paródia é “subversiva em si mesma”, ainda que possa conter certos tipos de repetição “efetivamente disruptivos, verdadeiramente perturbadores” (2013: 198).

A reiteração de normas, anteriores ao sujeito, capazes de materializar e nomear as práticas e de reiterar sistematicamente práticas já reguladas. A não problematização destes processos fazem com que estas imposições que acontecem a partir da performatividade de gênero torna-a natural.

[...] atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretende expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público de regulação pública da fronteira do gênero que diferencia interno e externo e, assim, institui a ‘integridade’ do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2013: 193-194).

Assim, pode-se compreender que estas regulações ocorrem, de maneiras distintas, em corpos dentro ou fora das normas de gênero e sexualidade estabelecidas socialmente. Esta produção é materializada pelos gestos, estilos, modos de vivência e, especialmente, pela linguagem. É através de sistemas de classificação e categorização que esta performatividade torna-se inteligível de maneira interna e externa.

A organização das argumentações e citações das interlocutoras remetem a performatividade de gênero está enquadrada, basicamente, em oposições de gênero: masculino e feminino. Para analisar esta relação, discutirei o trecho do diário de campo já supracitado – entendo que é apenas um dos fragmentos, estando ainda a pesquisa em construção e considerando as interpretações provisórias. Os nomes das interlocutoras,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

bem como os locais citados, serão alterados para a preservação da identidade das mesmas.

No momento do diálogo e da reflexão apresentada abaixo, estávamos em uma padaria, localizada em bairro central da cidade: eu, Tupi e Aline – duas interlocutoras da pesquisa. A conversa ocorria em um fim de tarde do verão de Porto Alegre, no qual comentamos as viagens realizadas em um feriado, ocorrido dois dias antes. Aline se identifica como sapatão, tem 24 anos, cabelos curtos e cacheados e em todas as oportunidades em que a encontrei vestia camisetas ou batas e shorts, em um visual que poderia ser identificado como próximo a uma cultura hippie. Ela trabalha como recepcionista em uma clínica de fisioterapia. Tupi tem 32 anos, tem cabelos compridos, ondulados e volumosos, utiliza roupas mais justas, também estava com shorts e uma regata leve, devido ao forte calor. Tupi é formada em Artes Cênicas e trabalha como atriz e professora, as duas se conhecem de um círculo de amizades que reúne diversas mulheres lésbicas, que se encontram para eventos nas ruas da cidade, como blocos de carnaval.

Aline [contando que] estava retornando de Maquiné [cidade da Serra do Mar do Rio Grande do Sul], em um carro cheio de sapatões e uma amiga disse “toda a sapatão queria ser a *Docinho* das *Meninas Superpoderosas*” e ficou pensando “sim, eu também” e refletindo sobre como as escolhas dos desenhos animados poderiam dizer sobre sua sexualidade. Concordo, também queria ser *Docinho*. Lembramos que este desenho era formado por três heroínas: *Florzinha*, *Lindinha* e *Docinho*. *Florzinha* e *Lindinha* eram personagens consideradas mais sensíveis em seu comportamento, tinham cabelos compridos, identificadas pelas cores vermelho e azul claro. Já *Docinho* destoava das duas, cabelos curtos, odiava vestidos e dentre as três personagens era a mais agressiva. Aline então me diz, “ah, eu não queria ser a menininha em nenhum desenho”. Lembramos dos *Power Ranger*², outra série exibida pela televisão no mesmo período - descobro que Aline tem 24 anos e apesar da nossa diferença de idade [nesse momento, eu tinha 29 anos] víamos os mesmos desenhos, principalmente porque tenho irmãos mais novos — e das disputas que aconteciam para saber quem era qual personagem nas brincadeiras de criança. Aline diz que não queria ser a ranger *Rosa*. Em *Power Ranger* haviam cinco (ou mais, dependendo da temporada) rangers de diferentes cores: *Rosa* e *Amarela* (mulheres) e *Azul*, *Verde*, *Vermelho* (em algumas temporadas *Branco*, *Preto* e *Dourado* — homens). Aline diz que sua irmã era a ranger *Rosa*, que ela não queria ser a *Rosa*, queria ser a *Amarela*. Aline diz que outro desenho que gostava era *Três Espiãs Demais*³ — outra série protagonizada por heroínas, na qual três adolescentes se dividiam entre a vida comum de frequentar a escola e a espionagem para salvar o mundo. Depois me diz que gostava de “desenhos de gurus, como *X-Men*⁴”. No meio desta conversa, Tupi diz que não queria ser a *Docinho* e não tinha problemas com as personagens. Aline responde “ah sim, tu é lésbica de novela” (Diário de Campo, 4/1/2018)



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Nesta assertiva, Aline classifica e diferencia sua identidade — mais especificamente sua performatividade de gênero. Em sua construção narrativa, a identificação com os produtos culturais (ou personagens que integram determinados produtos culturais) é, o tempo todo, contraposta a não identificação com outros produtos e/ou personagens. Ao refletir sobre séries e desenhos infantis, associa seu consumo com a identidade que possui.

As maneiras pelas quais explicita aquilo que é - sapatão, pois é desta forma que se identifica e não como lésbica - estão atravessadas pela explicação daquilo que ela não é. Aline é sapatão, e, como tal, “queria ser a *Docinho das Meninas Superpoderosas*⁶” e “queria ser ranger *Amarela*⁷”. Ao mesmo tempo, “não queria ser a ranger *Rosa*”. Gostava de “desenhos de guris, como *X-Men*⁸” e de *Três Espiãs Demais*⁹. Nesta delimitação de fronteiras, há uma associação entre os comportamentos e ações socialmente esperados para homens e mulheres e a percepção de desvio dos pressupostos de gêneros heteronormativos. Ou seja, Aline percebe e destaca sua diferença dentro de uma matriz de inteligibilidade cisheterossexual. Ao mesmo tempo, enquadra-se dentro de um modelo, o das mulheres sapatões, composto por determinados códigos de conduta e comportamentos que são reconhecidos não apenas intragrupo, mas pelos demais membros da sociedade.

A forma como a identidade se produz e constrói, evidentemente não é aleatória e arbitrária, de tal modo que, em muitos momentos, esta é essencializada e considerada como inerente, fixa e natural. Ainda que estejamos falando de expressões identitárias nas quais a sexualidade dissidente é um elemento comum, a noção de essencialização da mesma não está ausente.

Se a “identidade normal é ‘natural’, desejável, única” e, como tal, não é “sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como 'A' identidade” (SILVA, 2000), as

⁶ *The Powerpuff Girl* (Craig McCracken, EUA). Série de 78 episódios exibida no Brasil nos canais SBT (1998-2005) e Cartoon Network (1998-2016).

⁷ *Power Ranger* (Haim Saban, EUA). Série em sua 24ª temporada, foi lançada em 1995 e já foi exibida pelos canais Globo, Band, Fox Kids, Disney XD, Jetix e TBA.

⁸ Desenho animado criado por Marty Isenberg, Robert Skir e David Wide, inspirado no quadrinho homônimo de Jack Kirby e Stan Lee. As quatro temporadas foram exibidas pela Rede Globo entre 2000 e 2004.

⁹ *Totally Spies!* (Vincent Chalvon-Demersay e David Michel, França e Canadá). Série em seis temporadas, exibida entre 2002 e 2016, pelos canais Globo, TBA e Cartoon Network.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

identidades dissidentes encontram-se em um campo oposto, na qual a reivindicação por afirmação e visibilidades é atravessada pela proliferação de discursos (a mesma proliferação que inferioriza, também pode ser utilizada para reivindicação de espaço e reconhecimento). Ou seja, marca-se a existência pela nomeação da mesma, afirmando-se sapatão, por exemplo. Em contrapartida, a heterossexualidade não é percebida como uma sexualidade que necessita ser definida e enunciada.

Compreendendo assim que a identidade “não é uma essência, não é um dado ou um fato — seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva” (SILVA, 2000), é impossível não sinalizar que sua construção também ocorre na relação com produtos da cultura da mídia. O processo de normatização pelo qual passa a mesma só pode ser compreendido nas construções simbólicas, realizadas pela linguagem e pela representação, dentro deste conjunto de artefatos culturais acessados e compartilhados socialmente.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000: 18).

Analisando ainda o diálogo com Aline, é possível destacar que este conjunto de artefatos culturais utilizados como recurso para criar e explicar sua identidade foram, desde o princípio, inteligíveis para mim não só apenas pela própria performatividade de gênero assumida por ambas — enquanto sapatões — mas por outros marcadores identitários que nos atravessam e com o qual compartilhamos, como a geração e a classe. Desenhos exibidos na televisão aberta no mesmo período, compartilhados por diferentes grupos de crianças, mas significados de formas distintas a partir de marcadores identitários.

Neste sentido, a construção de uma identidade sapatão, a partir do diálogo realizado com Aline, pode ser compreendida como estruturada dentro de um quadro na



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

qual as atribuições de gênero estão bastante definidas. Nas relações de poder existentes e socialmente compartilhadas, de forma geral, as personagens mulheres são identificadas como figuras femininas e homens como figuras masculinas. Nas fissuras das representações, personagens que não contém estes atributos, como *Docinho*, do desenho *As Meninas Superpoderosas* são capazes de gerar identificação com mulheres que não necessariamente identificam-se com os atributos da feminilidade. Isso não significa refletir que a identificação ocorra apenas com mulheres lésbicas ou que mulheres lésbicas identifiquem-se apenas com personagens nas quais estas características estão presentes. Em alguns casos, a identificação também ocorrerá com personagens homens, em decorrência dos atributos da masculinidade (tais como força e poder) - em uma explicitação que masculinidades e feminilidades transbordam dos corpos de homens e mulheres (SCOTT, 1990). A identidade é, assim, algo que podemos compreender como fluida, relativa, contrastada e situacional (CUNHA, 1985).

A construção das identidades dá-se então no fazer e se desfazer de conceitos, comportamentos e modos de ser e, muitas das explicações estão carregadas pelos sentidos construídos culturalmente sobre corpos dentro e fora das normas. A forma de contestação para as divergências também está alicerçada no acionamento de referências culturais construídas e compartilhadas socialmente. Quando Tupi intervém na conversa e afirma não integrar o mesmo quadro de referências de personagens infantis e, ao mesmo tempo, não ter nenhum problema com a identificação com personagens cuja feminilidade hegemônica estava perceptível, a resposta de Aline alude a outro quadro de referências, o das telenovelas. Ao afirmar que Tupi é “lésbica de novela”, ela identifica a performatividade de gênero de Tupi - uma mulher com passabilidade cisheterossexual e que se enquadra em um modelo de feminilidade hegemônica—com as personagens presentes neste gênero narrativo.

A referência endossa os estudos que realizei. De fato, Tupi poderia ser classificada como uma “lésbica de novela”, na medida em que sua performatividade de gênero se enquadra naquela hegemônica produzida por este produto de entretenimento. Ao mesmo tempo, Aline diz que como sapatão ela “não é” a “lésbica de novela”, na medida em que seu quadro de referências está em outro espaço, o que também posso endossar ao verificar a pouca visibilidade de mulheres sapatões nas telenovelas em que analisei



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(NASCIMENTO, 2015; NASCIMENTO, 2016). Outro modelo de diferenciação está na utilização dos termos: enquanto Aline percebe-se como sapatão, nomeia Tupi como lésbica — estas nomenclaturas intragrupo tem, como pano de fundo, uma diferenciação estrutural marcada pela binaridade de gênero.

O fragmento extraído do diário de campo também explicita o reconhecimento de que a comunicação, como afirma Jesus Martín-Barbero, medeia “todos os lados e as formas da vida cultural e social dos povos”. E demonstram que cada sujeito é capaz de processar “as informações do ponto de vista do tesouro cultural que dispõe, acionando o conjunto de práticas, hábitos e saberes ao qual tem acesso, para avaliar, julgar, processar e interpretar os dados” (GOMES, 2004: 42). Ao rememorar seu processo de consumo dos produtos culturais, Aline reconstitui e reconstrói sua memória com base em um novo arsenal de recursos simbólicos que possui neste momento, como sapatão.

Os sentidos produzidos e reconstituídos por Aline também demonstram que os sujeitos não se relacionam apenas com um produto cultural em específico, como um dos desenhos animados ou filmes, mas articulam suas vivências acessando outras narrativas midiáticas produzidas sobre o tema. Como afirma Richard Johnson (2001), os textos midiáticos são “completos, múltiplos, sobrepostos, coexistentes, justapostos; em uma palavra, 'intertextuais'” (JOHNSON, 2006: 88).

Os desenhos descritos por Aline foram exibidos em períodos distintos, em emissoras variadas, mas são acionados como um mesmo conjunto de lembranças de uma memória, utilizada para demarcar sua identidade. Como descreve Caroline Dover, “as muitas maneiras sutis pelas quais os produtos de mídia estão entrelaçados em nossas vidas cotidianas são fascinantes e podem ser altamente significativas”¹⁰ (2007). A mídia é, neste sentido, um espaço que media as relações, as construções identitárias de mulheres lésbicas, uma esfera na qual a negociação está presente para reconhecer a si e aos demais.

Referências bibliográficas

ANG, Ien. **Living room wars: Rethinking media audiences for a postmodern world.** London/New York: Routledge, 1996.

¹⁰ “The many subtle ways in which media products are interwoven in our everyday lives is fascinating and could be highly significant” (DOVER, 2007).



BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em 24 out. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. (editor) *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona, Içaria, 1998, pp. 229-257.

CRETAZ, Livia. Vilania e homossexualidade: o personagem Félix Khoury da telenovela *Amor à Vida* nas leituras da comunidade LGBT da cidade de São Paulo. São Paulo: ESPM, 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo), Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2015.

DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins. **O discurso sobre a homossexualidade em Insensato Coração: ressonância nos comentários e fragmentos discursivos de internautas em websites**. 2013. 237 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro Graal 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Itania Maria Mota. Efeito e recepção. A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers, 2004

GOMIDE, Silvia del Valle. **Representações das identidades lésbicas em Senhora do Destino**. 2006. 210f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

JOHNSON, Richard. **O que é afinal, Estudos Culturais?** São Paulo: Editora Autêntica, 2006, 236p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 480p.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA editora, 2006.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

IRIBURE, A.; LAZARIN, L. R. Um panorama da produção de teses e dissertações em Comunicação no Brasil que abordam a temática LGBT. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2014, Foz do Iguaçu. **Comunicação: Guerra & Paz**, 2014.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORLEY, David. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

NASCIMENTO, Fernanda. LGBTs em telenovelas da Rede Globo. In: NASCIMENTO, Fernanda. **Bicha (nem tão) má – LGBTs em telenovelas**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **A construção discursiva e a recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2014. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PERET, Luiz Eduardo Neves. **Do armário à tela global: a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira**. 2005. 246f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Rio de Janeiro: Ubu editora, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-79, 1995.

SILVERSTONE, Roger. **Por quê estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

TONON, Joseana Burguez. **Recepção de telenovelas**; identidade e representação da homossexualidade. Um estudo de caso da telenovela “Mulheres Apaixonadas”. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação Midiática) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005, 179f.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; CORUJA, Paula. Relações de gênero: os desafios para além das binariedades, identidades e representações. In: JACKS, Nilda (org). **Meios e audiências III**: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2017.

TRINDADE, Welton Danner. **Os efeitos de personagens LGBTs de telenovela na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, 167f.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese de Doutorado (Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, 276f.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual.



Percepções de gênero pela juventude de Frederico Westphalen-RS: a perspectiva da recepção no audiovisual

**Letícia Stasiak¹
Rafael Foletto²**

Resumo: Muitas vezes a mídia reproduz um discurso desigual sobre a representação das mulheres. Isso acarreta em diferentes discussões, principalmente porque depende da forma como o conteúdo veiculado é recebido e interpretado pelos sujeitos. Percebe-se que os adolescentes tem um grande acesso às mídias, levando isso ao ambiente escolar, nesse sentido, buscou-se apresentar nesse trabalho como as questões de gênero são vistas na produção audiovisual, pelos e pelas adolescentes de uma escola de periferia e outra do centro de Frederico Westphalen - RS. O objetivo é apresentar a interferência do audiovisual na vida desses públicos e como percebem as desigualdades de gênero nas produções. Para isso, foram utilizados como aportes teóricos questões sobre a linguagem audiovisual, de François Lyotard (2004) e educomunicação, do autor Ismar de Oliveira Soares (2000), aliados aos conceitos de gênero de Montserrat Moreno (1999). Também foram abordados os estudos de recepção, por meio das técnicas de aplicação de questionário semiestruturado e entrevistas a um grupo de estudantes voluntários. A pesquisa buscou mostrar a relevância dos estudos de gênero na educação, a partir dos produtos audiovisuais. Cabe ressaltar que, estudantes de ambas as escolas percebem as diferenças de gênero nos produtos audiovisuais, contudo, com pontos de vista diferentes.

Palavras-chave: Gênero; Educomunicação; Recepção; Audiovisual, Classe social.

Introdução

Nos últimos anos houve um avanço significativo da tecnologia e isso interferiu fundamentalmente na dinâmica dos meios de comunicação. A internet foi uma das mídias que mais expandiu durante esse processo, visto que por meio dela o acesso às informações tornou-se mais fácil e dinâmico, para muitas pessoas. Esse meio acaba por incidir na esfera social porque, além do conhecimento e da apropriação de técnicas ou computadores conectados, também é possível perceber o reflexo da presença da tecnologia no pensamento e no comportamento das pessoas.

Neste sentido, Kellner (2001) contextualiza que os meios de comunicação de

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Westphalen (UFSM-FW). Estudante do 1º semestre de Relações Públicas Bacharelado pela mesma instituição. E-mail: leti_stasiak@hotmail.com.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Frederico Westphalen (UFSM-FW). rafoletto@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

massa fornecem representações que ajudam na construção de visões de mundo, no senso de identidade e sexo, nos estilos e modos de vida e ajudam na construção de ações sociopolíticas e na formação de identidade. Diante disso, a pesquisadora Márcia Veiga da Silva (2014) afirma que, os meios de comunicação exercem um papel cada vez mais crucial na formação “educativa” e “didática” dos conhecimentos diários.

A internet e as demais mídias operam como formadores de opinião, principalmente perante a família, a escola e a outras instituições, porque os seus discursos “circulam amplamente como saberes – de verdades e realidade – e, deste modo, incidem significativamente na cultura” (SILVA, 2014, p. 48).

Diante disso, uma das formas mais abrangentes de disseminação de conteúdos é por meio de produtos audiovisuais. Estes refletem diretamente a problemática das relações de gênero, principalmente pela forma como essa questão é retratada nesse meio. Sobre isso, Sabrina da Cruz (2008) contextualiza que as mulheres são apresentadas de forma desigual nas mídias e é a partir da abordagem de gênero que será possível discutir a construção do masculino e do feminino e, principalmente, das relações que se efetuam entre homens e mulheres dentro da sociedade.

Essa questão é pertinente, principalmente em cidades interioranas como Frederico Westphalen, local que foi realizada a pesquisa. Na cidade, esse assunto vem aliado a contrastes socioeconômicos muito grandes entre o centro e a periferia e principalmente dentro do ambiente escolar. Em virtude disso, a pesquisa pretendeu analisar como as questões de gênero eram vistas na produção audiovisual, pelos e pelas adolescentes de uma escola da periferia e uma do centro da cidade.

Além disso, o trabalho visou problematizar os produtos audiovisuais como instrumentos de desenvolvimento para as discussões de gênero e perceber como os interlocutores e interlocutoras da pesquisa constroem suas percepções sobre gênero, bem como reconhecer a importância do contexto escolar como mediador das percepções do sujeito sobre o tema.

A problemática surgiu em meio às discrepâncias socioeconômicas encontradas na cidade, de acordo com o lugar em que se vive. Isso implica diretamente na mudança do perfil dos e das jovens, dos seus níveis educacionais e no consumo midiático. Em meio a isso, a pesquisa também buscou entender se o nível socioeconômico e o lugar em que se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

localiza a escola modificam algo na obtenção da educação e no entendimento de questões relacionadas a gênero e como esse tema é trabalhado nessas escolas.

O gênero audiovisual foi escolhido porque abrange uma maior quantidade de pessoas e apresenta os maiores índices de desigualdade nas aparições entre homens e mulheres. Em 2014, o Centro de Estudo das Mulheres na Televisão e no Cinema da San Diego State University lançou um relatório que aponta que mulheres foram diretoras de apenas 7% dos 250 maiores lançamentos do ano, roteiristas de 11% e produtoras de 23% dessas obras. No Brasil, segundo a mesma pesquisa, as direções de cinema ficam por conta de apenas 13% das mulheres brancas e os roteiros, com 26% das mulheres brancas (BIANCHINI, 2015).

Enquanto procedimento metodológico realizou-se um estudo de recepção, por meio da aplicação das técnicas de pesquisa de questionário semiestruturado e vídeo/conversa. Para Lopes et al. (2002, p. 39), a recepção “entra nessa linha das mediações como uma perspectiva de investigação que, trata-se de uma tentativa de superação dos impasses a que tem nos levado a investigação fragmentada”.

Para embasar teoricamente o trabalho foram utilizados conceitos sobre linguagem audiovisual que, para Lyotard (2004, p. 26) “é um fenômeno pautado na experiência de troca, como um “jogo”, uma relação social produtora de um sistema discursivo”. Aliados aos estudos de gênero da Montserrat Moreno (1999) que explica que as relações de gênero são construídas a partir dos modelos que a sociedade nos oferece e tudo o que fazemos, como nos comportamos, a forma de pensar, falar, e sonhar, sofrem interferência da imagem que temos de nós mesmos.

Sob esse contexto, foram interligados também os estudos de educomunicação trazidos por Ismar de Oliveira Soares (2000), a fim de entendermos qual o papel dos meios de comunicação dentro das escolas e principalmente como os produtos estão inseridos no meio educacional e como são utilizados pelos jovens, pelos educadores e pelas educadoras.

Diante disso, o trabalho se estrutura na apresentação destes conceitos e de como eles vem de encontro ao tema proposto, na abordagem da metodologia e na exposição dos resultados encontrados com a pesquisa.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referencial Teórico

Linguagem audiovisual e a relação educomunicacional

Vivemos em um período em que muitas pessoas têm acesso a produtos audiovisuais e, na maioria das vezes, estes são utilizados pela população para simbolizar a verdade dos fatos. O audiovisual pode ser encarado como um sistema de expressão, que produz sentidos e têm uma característica própria, inovando através do que Gorczewski e Santos (2014, p. 140) afirmam ser uma “linguagem de vídeo”.

Para Côrtes (2003 *apud* DURAN, 2010, p. 12), “a linguagem audiovisual constrói continuamente suas características, transformando-se à medida que novas formas de captação e registro de sons e imagens vão sendo descobertos/criados”. Lyotard (2004, p. 26) complementa afirmando que “a linguagem é como um fenômeno pautado na experiência de troca, como um “jogo”, uma relação social produtora de um sistema discursivo”. Dessa forma, podemos entendê-la como um instrumento necessário à mediação entre os indivíduos e o mundo, à medida em que isso acontece por meio do discurso, o qual reflete as ideologias do pensamento humano.

Em seu livro “Marxismo e filosofia da linguagem”, Bakhtin (1995, p. 80) comenta sobre isso e afirma que “é na linguagem, como mediação das relações sociais, que a consciência se constitui. É na comunicação humana que os indivíduos representam a si próprios e o mundo, assim como significam suas ações e a realidade”.

Fazendo uso destes conceitos é que introduzimos o estudo da linguagem audiovisual na pesquisa, visto que buscávamos entender como os sujeitos analisavam como esta se constitui, como as informações foram colocadas no produto e se a maneira como foram apresentadas modificava a compreensão da ideia.

Diante desse contexto é possível entender que os produtos audiovisuais ocupam um lugar fundamental nas práticas culturais contemporâneas e atuam como mediadores sobre os modos de pensar das pessoas e isso vêm em uma relação direta com a educação, principalmente levando em consideração o grande uso desta mídia pelo público jovem.

Estes processos se aliam aos estudos da educomunicação, na perspectiva de entender e aliar a comunicação com a educação e como citado por Soares (2000, p. 20), “não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos”.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Dessa forma, permite-se um diálogo maior entre as partes que compõe o ambiente escolar, que são os e as estudantes, os professores e professoras e a própria escola. Sobre isso, Soares (2011, p. 15), afirma que “é um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e da juventude”.

Percebe-se que é um novo caminho na forma de ensino, pontuado por Paula (2011, p. 15), como “um novo contexto, voltado para o conhecimento construtivo com o uso de meios de comunicação, numa perspectiva de prática cidadã, com uma definição própria, atualmente, no campo de pesquisa”.

Em razão disso, e por entender que as questões de gênero estão atreladas fortemente ao audiovisual e que este se alia a educação e a sociedade, é que buscamos no próximo item, trazer as perspectivas de gênero para dentro da escola e dos processos de socialização dos jovens, de como isto está representado e faz parte da vida cotidiana deles e delas.

Relações de gênero, escola e os processos de socialização

Ao longo da história, diferentes funções foram atribuídas aos homens e as mulheres. A eles cabiam ações mais rudes e fortes, a elas ações mais sensíveis e doces, ligadas as atividades domésticas. Contudo, apesar de saber que essas atribuições poderiam ser equivocadas, sabe-se que muitas vezes há uma repressão para definir as características relacionando o sexo ao gênero correspondente.

Ao estudarmos e entendermos a história da humanidade e como ela se construiu, é possível constatarmos que gênero é uma atribuição relacional que a sociedade constrói para homens e mulheres e que estas se transformam o tempo todo, de diferentes formas e em diferentes lugares.

Tudo o que fazemos, como nos comportamos, a forma de pensar, falar, sentir e até sonhar, sofre influência da imagem que temos de nós mesmos. Esta imagem, nós não a fabricamos do nada, mas a construímos a partir dos modelos que a sociedade nos oferece. E é a sociedade e não a biologia ou os genes quem determina como devemos ser e nos comportar, quais são nossas possibilidades e nossos limites (MORENO, 1999, p. 28).



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Além disso, Moreno (1999, p. 14) afirma que “nossa forma de pensar está fortemente condicionada pela sociedade à qual pertencemos, por sua cultura e por sua história”. Em razão disso, a autora também pontua que há uma idealização muito forte de que a ciência é sempre verídica e isso faz com que as pessoas acreditem em concepções científicas. Como exemplo temos a discriminação da mulher, em que as características negativas que lhes têm sido atribuídas são influenciadas por preconceitos ideológicos dos quais a ciência atual não está isenta.

Dessa maneira, a crítica sobre o saber científico deve ser realizada, principalmente em meio ao ambiente escolar, para “que ela não se converta em cúmplice ideológica da ciência e rompa, assim, a cadeia de transmissão do andocentrismo” (MORENO, 1999, p. 10).

Algo que é possível perceber, é que as crianças e adolescentes ingressam na escola tendo uma ideia de sua identidade sexual e qual seu papel, mesmo que não tenham o total entendimento sobre o assunto. A escola colaborará, nesse processo, para que os significados de menino e menina sejam entendidos, contudo, nem sempre o fará de maneira objetiva e aberta (MORENO, 1999).

A escola tem a função de formar socialmente as pessoas, além de intelectualmente, para que esta não se torne uma reprodutora dos vícios da nossa sociedade “em lugar de ensinar o que outros pensaram, pode ensinar a pensar, em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de casa coisa, a iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo” (MORENO, 1999, p. 17).

Isto entra em consonância com os processos comunicativos e educativos, que refletem na socialização dos e das jovens. A educomunicação realiza a interação entre os segmentos sociais, segmentos estes diversos no ambiente da escola e é por meio da inserção da comunicação que se torna possível a discussão sobre os direitos sociais e das minorias, sobre a igualdade de gênero, sempre enfatizando a importância das políticas públicas e diálogo entre comunidades, sociedade e organizações sociais.

Sobre isso, Scott (1992) afirma que gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política e que por expressar relações de poder, possibilita que seja utilizada nos diferentes sistemas de gênero e também na relação desses com outras categorias, como raça/etnia e classe. Por isso, é preciso entender que o estudo de gênero faz parte de um



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, a escola é uma grande aliada, pois é aí que se reforça a desigualdade entre homens e mulheres, principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 1)

As formas de comportamento determinadas por nossa sociedade e transmitidas aos jovens por meio da educação são o reflexo da ideologia que a domina, têm pouco de universais e de inerentes ao ser humano e são, portanto, modificáveis (MORENO, 1999, p. 34). Desta forma, incorporar gênero na escola é a possibilidade de ampliar o debate, reconhecer que existem relações desiguais entre homens e mulheres e com isso refletir, visualizar e garantir ações mais efetivas da desconstrução, para que assim também seja possível a construção de novas relações.

Em meio a esta questão, trazemos a metodologia do trabalho, para o entendimento de como se desenvolveu a pesquisa e abordar os resultados obtidos depois de sua realização.

Metodologia

Retomamos aqui o objetivo da pesquisa para que possamos identificar melhor a metodologia trabalhada, que era: analisar como as questões de gênero eram vistas na produção audiovisual, pelos e pelas adolescentes de uma escola da periferia e uma do centro da cidade. Além de perceber como os interlocutores e interlocutoras da pesquisa constroem suas percepções sobre gênero, reconhecendo o contexto escolar como mediador das percepções do sujeito sobre o tema.

Além do mais, tudo isto surgiu pela discrepância socioeconômicas encontrada na cidade e isso refletiu na metodologia abordada. Na busca por tentar entender se o nível socioeconômico e o lugar em que se localiza a escola modificam algo na obtenção da educação e no entendimento de questões relacionadas a gênero e como esse tema é trabalhado nessas escolas, aplicamos dois questionários semiestruturados, um antes da apresentação do vídeo e outro depois.

Este procedimento foi realizado com 10 estudantes de cada escola, um menino e uma menina de cada turma, desde o quinto até o nono ano do ensino fundamental,



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contemplando adolescentes de 10 a 16 anos, moradores da periferia e do centro da cidade de Frederico Westphalen.

Para a parte prática, foi escolhido a exibição de um produto audiovisual, mais especificamente uma animação, que era um episódio do desenho animado “Luluzinha”, que foi criado em 1935, na forma de cartuns semanais na revista “Saturday Evening Post”. O desenho aborda a relação dos meninos com a protagonista e representa as diferenças de gênero e após a exibição foi usada a técnica vídeo/conversa, considerado um “procedimento técnico metodológico que permite registrar apropriações a partir das interações de cada indivíduo com os fragmentos do vídeo” (FOLETTTO, 2014, p. 1).

Por meio dela foi possível registrar a interação, as falas, o entendimento e a visão que tiveram do vídeo, bem como a realidade em que vivem, o que colaborou muito para entender de forma específica suas crenças, atitudes e valores em relação aos contextos sociais específicos.

Ainda na pesquisa, foi realizado um estudo de recepção, que nos permitiu sanar algumas questões pertinentes que buscávamos entender e que trazemos no próximo item em perceber como uma abordagem das relações de desigualdade de classe e gênero interferem nas percepções.

Recepção e as desigualdades de classe e gênero

Os estudos de recepção entram no mundo e principalmente nesta pesquisa, sob a perspectiva da desfragmentação da investigação, visto que, para Lopes, Borelli e Resende (2002, p. 39), “todo o processo de comunicação é articulado a partir das mediações”. Estes permitem questionar uma visão simplista e linear sobre a presença das mídias na vida social, de modo que a esta já é entendida como “dinâmica de tensão e conflito na luta social em torno do significado” (OROFINO, 2015, p. 371).

A recepção nos faz enxergar para onde o sentido é produzido, ou seja, nos usos sociais e nas mediações culturais da comunicação. É importante que se entenda realmente o papel das mediações nesse processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, em que o receptor, além de um decodificador é também um produtor.

Em meio a isso, Orofino (2015, p. 377) afirma que, “a pesquisa de recepção busca



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

localizar os modos como às audiências se apropriam dos conteúdos da mídia, ressignificando-os a partir do seu contexto”. Sob esse propósito, o trabalho buscou se utilizar dos estudos de recepção para entender o contexto social de cada jovem que participou da pesquisa e como estes e estas entendem os conteúdos midiáticos, como absorvem e fazem a crítica a tudo o que lhes é mostrado.

A partir do momento em que se cria uma relação mais direta e horizontal com os sujeitos, se torna possível visualizar como este público pensa, age e se comporta, principalmente quando o assunto é diferenças de gênero nas produções audiovisuais, por isso, ter realizado a recepção foi nos aproximar mais dos sujeitos, viver seus cotidianos e trazê-los à pesquisa.

Contudo, mesmo com a evolução dos meios de comunicação, a relação dos "usuários" com a televisão, mesmo com a descentralização e a pluralização, parecem apontar para um aprofundamento da classificação social, visto que os produtos audiovisuais dependem do poder aquisitivo de quem os produz. Com isso, mesmo que as pessoas tenham maior entendimento e condições de consumir e avaliar os meios de produção, eles ainda dependem dos mais poderosos.

Isso entra em consonância com os sujeitos participantes da pesquisa, visto que são de locais diferentes da cidade e de classes sociais diferentes. Diante disso, entende-se que o olhar para a classe social nos oportuniza compreender os entrelaçamentos entre mídia e o contexto sociocultural, “já que os membros de classes e grupos diferentes [...] interpretam diferentemente uma mensagem dada” (MORLEY, 2010, p. 129 *apud* MARQUES, 2018, p. 40). Ademais disso, Marques (2018, p. 40) pontua também em sua tese, uma questão importante:

A noção de classes social não está atrelada essencialmente à condição econômica ou à quantidade de bens que se possui, mas às práticas culturais que conformam modos de ser, de viver e de se apresentar, que por sua vez, desempenham papel nos modos de ler e de se (re) apropriar do gênero melodramático.

Diante disso, a abordagem da classe social e do gênero no trabalho da recepção é primordial, a partir do momento em que auxilia na desesteriotipação de questões envolvendo esta abordagem e para, além disso, nos faz ter uma visão mais ampla de que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

este tipo de questão vai mais além do consumo midiático e sim das diferentes formas de interpretação de acordo com seu gênero e/ou classe social.

Para elucidar e trazer de volta a pesquisa, o próximo item traz o perfil dos e das estudantes que participaram da pesquisa e em seguida o resultado da aplicação do vídeo.

Perfis das escolas e a interferência da classe social

Foi entregue aos estudantes um questionário semiestruturado a fim tornar possível traçar um perfil de cada escola. As questões baseavam-se em perguntas sobre o bairro em que reside, a renda mensal da família, as mídias que mais consomem, onde mais acessam essas mídias, por quais dispositivos elas têm acesso a essas mídias, se sentem representados pelos meios de comunicação e o que fazem no tempo livre. O perfil das escolas é parecido, mas trazemos aqui as características de cada uma para melhor compreensão.

Na escola do centro, de dez estudantes, cinco não sabiam responder a pergunta sobre a renda mensal da família. Dos cinco que responderam, duas pessoas marcaram de 3 a 4 salários mínimos, duas pessoas marcaram de 1 a 2 salários mínimos e uma pessoa marcou menos de um salário mínimo, o que isso representa que a maioria dos entrevistados não é de classe alta.

Sobre as perguntas relacionadas ao consumo midiático, a conclusão das respostas nos apresentou que as mídias que os e as estudantes da escola do centro de Frederico Westphalen mais consomem são a televisão e a internet, que o fazem em suas casas e principalmente por meio dos dispositivos celular, computador, tablet e televisão.

Já na escola da periferia foi aplicado o mesmo questionário e nove estudantes, entre dez, não sabiam responder a renda mensal da família e um respondeu menos de um salário mínimo, o que não nos deixou medir a renda dos e das estudantes.

Em relação às mídias que estes e estas mais consomem também são a televisão e a internet, em suas casas, principalmente pelo computador e pelo celular. O que representa também é que assistem TV pelo celular ou pelo computador e não somente pelo dispositivo da televisão, como os estudantes da escola do centro.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Discussões e Resultados

Depois de compreender a realidade, o contexto, a opinião e os apontamentos dos e das estudantes de cada escola, partimos para a análise e a comparação, a fim de apresentar como estes e estas, tanto os que estudam no centro quanto na periferia, percebem a diferença de gênero no audiovisual.

A primeira entrevista estruturada, que seriam os questionários iniciais, ofereceu uma visão ampla do perfil de cada estudante, quais mídias mais consomem, por quais dispositivos mais tem acesso e principalmente como os produtos audiovisuais estão presentes no cotidiano deles e delas. O que se percebeu é que, tanto na escola do centro quanto na da periferia, as mídias que os e as estudantes mais consomem são a televisão e a internet e que o lugar em que mais as consomem são em suas casas. Sobre o questionamento por meio de quais dispositivos tem mais acesso? A escola do centro teve 90% de acesso pelo celular e a da periferia 60%, além do computador, TV e tablet, que as duas escolas acessam.

Isso faz pensar que talvez eles e elas assistam televisão pelo celular, pelo computador e tablet e não somente pelo aparelho convencional de televisão. Além disso, percebe-se que eles e elas acessam a internet não somente pelo celular ou computador, mas também pelo tablet e pela televisão. Isso implica que, indiferente do lugar onde vivem, o acesso as mídias é feito em todos os lugares, independente dos dispositivos.

Por meio das respostas do segundo questionário, sobre o vídeo apresentado, pode-se entender o principal objetivo do trabalho, que era analisar como os e as estudantes percebem as desigualdades de gênero nas produções audiovisuais e, principalmente, se percebem. A resposta foi positiva, sim, eles e elas perceberam as desigualdades de gênero nos produtos audiovisuais, contudo, expressaram isso de maneiras diferentes.

Na escola do centro, todas as repostas, em relação às atitudes de desigualdade e opressão sofridas por Luluzinha, tiveram posicionamentos voltados ao poder dos meninos, ao comportamento e bem estar dos meninos. Já na escola da periferia, o que foi possível perceber é que a maioria dos posicionamentos e da compreensão das atitudes era voltada ao bem estar da Luluzinha, em como ela se sentiu em relação à atitude machista dos meninos, na dificuldade em vê-la triste por ter precisado mudar de personalidade para



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

agradar os meninos, ou seja, todos os detalhes e comportamentos foram mais voltados às meninas e aos seus sentimentos.

Em relação aos sentimentos perante o vídeo apresentado, o que se constatou é que em ambas as escolas a indiferença predominou, contudo, não se conseguiu perceber se foi por falta de entendimento do conceito de indiferente, em vista das respostas com posicionamentos específicos nas outras perguntas, ou se realmente eles e elas se sentiram indiferentes ao vídeo. Os e as estudantes da periferia talvez colocaram esse sentimento pelo fato de considerarem todos e todas iguais, independente do gênero.

Algo que se pode destacar é que os e as estudantes da escola do centro demonstraram o sentimento de revolta que, pelas respostas abertas, pode-se notar na análise das falas que a Luluzinha fez no início do vídeo comparando o cérebro do menino e da menina, muitos não gostaram e não concordaram com a definição. A revolta também veio, pelos mesmos estudantes, quando a pergunta foi sobre a briga entre os meninos pela atenção da Luluzinha, muitos acharam desnecessário brigar por meninas, que os meninos não tinham necessidade de fazer aquilo. Os e as estudantes da escola da periferia também expressaram esse descontentamento, contudo, as respostas foram voltadas a atitude da Luluzinha, em que os meninos estavam errados em brigar, por exemplo, porque eles só achavam a beleza dela exterior e não a interior.

Sobre os questionamentos de algo que concordou ou discordou das partes do vídeo. A escola do centro teve mais partes que concordou do que discordou e as principais respostas foram voltadas as atitudes dos meninos, que não concordaram com a briga dos meninos pela Luluzinha, não concordaram com a definição do cérebro dos meninos, mas concordaram com a atitude da Luluzinha, em que ela entendeu que não se deve mudar pela opinião de alguém e também concordaram que existiam situações de machismo no vídeo.

Na escola da periferia, os e as estudantes expressaram mais discordância com o vídeo do que concordância. A maioria das respostas em discordância foram relacionadas ao comportamento considerado errado dos meninos por parte da Luluzinha, em que eles falaram mal dela, também não concordaram com a parte em que ela se arruma só para os meninos a acharem bonita e também quando Luluzinha fica triste pela fala dos meninos. As partes que concordaram diziam respeito ao momento em que a Luluzinha voltou a ser



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

ela mesma, quando na primeira parte ela explica como os meninos e meninas se comportam no dia-a-dia e também com a afirmação de que o cérebro das meninas está sempre ocupado.

Diante disso, o que se percebe em meio às análises é que o produto audiovisual apresentado possuía muitos casos de diferença de gênero, que todos e todas compreenderam em sua maioria. Além disso, por meio da percepção de que os produtos audiovisuais são importantes nessa desconstrução e por meio da apresentação e problematização da linguagem do vídeo, os e as estudantes puderam perceber essas problemáticas.

Os sujeitos, por mais que não tenham contato com os estudos de gênero dentro da sala de aula, expressaram, por meio da vídeo/conversa, as relações de desigualdade que percebem no dia-a-dia, principalmente nos produtos audiovisuais. Tiveram diferentes posicionamentos e entendimentos sobre o que é gênero, contudo, ao serem questionados sobre algumas situações pertinentes sobre as diferenças de tratamento e comportamento entre meninos e meninas, a grande maioria percebe que há desigualdades fato que efetiva a principal proposta da pesquisa.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa demonstraram que o objetivo do trabalho foi alcançado, pois os e as estudantes, tanto da escola do centro, quanto da periferia, perceberam as desigualdades de gênero presentes nos produtos audiovisuais.

A partir dessa pesquisa, constatou-se que, os e as estudantes do centro e da periferia de Frederico Westphalen demonstraram ter uma noção sobre o que é gênero, mesmo que comprove-se também que estas questões sejam pouco ou quase nada trabalhadas dentro das escolas. Por meio dos questionários e da conversa após a aplicação do vídeo foi possível entender qual a opinião de cada grupo perante as diferenças de gênero, em que os e as estudantes do centro manifestavam suas ideias considerando o comportamento do opressor, ou seja, o menino e os e as estudantes da escola da periferia levavam seus posicionamentos na linha do oprimido, ou seja, a menina.

Depois da tabulação e análise das respostas, a hipótese do trabalho, que propôs



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que o nível socioeconômico e o lugar em que se localiza a escola modificariam algo no entendimento de questões relacionadas a gênero gerou questionamentos, a partir do momento em que foi possível identificar que classes sociais distintas e que estas tiveram relação direta com o entendimento das desigualdades de gênero. Além disso, constatou-se que, tanto na escola do centro como na da periferia não se trabalha questões relacionadas a gênero, mas que os sujeitos souberam se posicionar sobre, de acordo com suas vivências e ambiente em que residem.

Dessa forma, constatamos ao final da pesquisa, que é indispensável que todos e todas façam a reflexão sobre como a mídia e suas produções audiovisuais apresentam o gênero feminino e o masculino e também da importância de se levar esses estudos até as escolas, de educar, instigar o pensamento crítico e construir relações iguais entre os gêneros em todos os ambientes da sociedade.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BIANCHINI, Lia. **Ser mulher no audiovisual**. O cafezinho. 2015. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2015/12/06/ser-mulher-no-audiovisual/>> Acesso em: 25 out. 2016.

CABRAL, Francisco.; DÍAZ, Margarita. **Relações de gênero**. In: Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CRUZ, Sabrina Uzêda da. **A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja**. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação, Salvador/Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14477.pdf>> Acesso em 10 out. 2016

GORCZEWSKI, Deisimer; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. O vídeo como dispositivo na pesquisa in(ter)venção com juventudes. In: **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca:[s.n.], 2014, p. 137-159.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha Summus. **Vivendo com a Telenovela** - Mediações, Recepção, Feleticionalidade. São Paulo: Summus, 2002.

LYOTARD, Jean François. **A Condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: José



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Olympio, 2004.

MARQUES, Camila da Silva. **Distinção, corpo de classe e estilo de vida: “as situações que a gente passa, dentro das novelas têm”**. Tese (Programa de Pós Graduação em Comunicação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2018.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

OROFINO, Maria Isabel. O ponto de vista da criança no debate sobre comunicação e consumo. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2015.

PAULA, Andréa de Lima Trigueiro de. Educação para os direitos humanos na televisão: um estudo sobre as práticas educomunicativas do programa tv solidária. **Dissertação** (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco. 2011.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação e Educação, São Paulo, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: a busca do diálogo entre a educação e a comunicação. In: **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In. BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.



Designación y Resistencia: tres estadios del concepto Queer

Elkin Fabian Martínez¹

Resumen: El objetivo de este texto es examinar la evolución del concepto denominado *queer*, las prácticas sexuales, las actitudes humanas y la regulación de los cuerpos por parte de un régimen político. Para tal fin, el texto se encuentra dividido en cuatro partes fundamentales, distribuidas de la siguiente manera; en primer lugar, la designación y significado original de este concepto *-queer*. En este punto, se explica su origen y designación como mecanismo de denigración hacia todo aquel que irrumpiera en los esquemas sociales establecidos: lo abyecto, el drogadicto, el ladrón, etc., mantenían la imagen perfecta que encajada dentro de semejante designación. En un segundo momento, analizaremos su reconceptualización; aquí la denominación *queer* se torna diferente. El objeto designado, así como su contexto, han de ser considerados a partir de una especie de *bio-política*, entrando a ser controlados la totalidad de los cuerpos, las prácticas sexuales y las actitudes humanas. En tercer lugar, mantendremos el foco en el sexo y las conductas humanas, conservando el hilo entre las dos partes presentadas anteriormente, a fin de explicar desde el discurso psicoanalítico, el sexo y la sexualidad; consecuentemente, la relación entre las categorías de sexo, género y las conductas humanas. Finalmente, serán presentadas las conclusiones generales.

Palabras clave: *Queer*; cuerpos; sexualidad; sexo; actitudes humanas.

Introducción

Cuando pensadores como Foucault (2012) se refirieron a la biopolítica como el arte de gobernar los cuerpos libres, no exageraban. A finales del siglo pasado, un micro-grupo estadounidense denominados *queer*, emprendieron toda una resistencia y lucha política que empezó con la designación de un concepto de origen inglés (*queer*) para denominar, en primer lugar, a todos aquellos que representaban un “malestar” social, es decir, para referirse al borracho, al ladrón, pero también al rebelde, al abnegado y a todo abyecto en general. El “desadaptado” social y el extraordinariamente diferente, parecían que no encajaban en un mundo en donde ya yacía un orden establecido y del cual, ninguno de ellos fue invitado. A ninguno de ellos le preguntaron qué opinaba sobre los “valores” de la sociedad más moderna que jamás haya existido; desde luego, esto es solo un comentario retórico porque, lejos del hecho de preguntar o no, esto no haría ninguna diferencia.

¹ Estudiante de Maestría en Filosofía. Pontificia Universidad Católica de Rio Grande del Sur, PUCRS. Contacto: red_mfabian@hotmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Para aquel entonces, el imperativo político y social se reducía a no arriesgar el orden, los principios y los valores fundamentados por los distintos sistemas sociales, políticos o religiosos. Porque, lo cierto es que, para estar fuera del contexto aceptado, bastaba con romper el orden de cualquiera de los sistemas anteriormente mencionados que, en un principio, establecen las normas y conductas humanas «adecuadas». Estos sistemas, irónicamente, son los que regían y rigen la sociedad, los que imponen a través de enseñanzas reglamentadas los modelos educativos y la manifestación del pasado, adhiriéndose a sus credos, a modo de validar ciertas costumbres y tradiciones heredadas. Es decir, a través de la práctica y las normas creadas y avaladas por estos sistemas, se llega a constituir y a determinar la vida humana.

Todo lo anterior, deja consigo panorama general de lo que, a través de los años, significa ser hombre o mujer con conductas y prácticas sexuales -y *sociales*- diferentes a las establecidas. Es así como el siglo XX da paso a todo un movimiento político que tiene sus orígenes en los Estados Unidos de América. Nuestro objetivo, en este texto, es examinar la evolución del concepto denominado *queer*, las prácticas sexuales, las actitudes humanas y la regulación de los cuerpos por parte de un régimen político. Para esto, el texto se encuentra dividido en cuatro partes distribuidas de la siguiente manera 1) designación y significado original del concepto *queer*; 2) reconceptualización del concepto *queer*; 3) el sexo y las conductas humanas y, 4) conclusiones generales.

***Queer*: designación y significado original**

Hoy día, los orígenes del término *queer* ha suscitado un peculiar interés por parte de los académicos para la comprensión de los movimientos y políticas de integración de las minorías. Tanto en Estados Unidos como en Europa y Latinoamérica, esto se ha tornado relevante. Es claro, no se podría entender en gran parte y con mayor precisión, los acontecimientos y la lucha por parte de estos grupos o colectivos que buscan su reconocimiento y respeto a través del poder en la sociedad. *Queer* no es meramente una designación *deformativa* que nombra a cierto grupo de personas o conductas humanas. Sus registros y prácticas han demostrado toda una serie de movimientos y fuerza al mismo tiempo que se encargaban de etiquetar cada vez a más personas y a más conductas y



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

comportamientos aislados a los del rol común social. No se trataba meramente del ladrón o el disidente, se trataba de todo aquel que no estuviese completamente «ajustado» a unos paradigmas del sistema político integrado a la sociedad civil.

Mantener el “orden” social y político era imperativo. La sociedad, en cierto modo y para tales fines, debía ser educada a partir de semejantes principios o valores; estos a la vez habrían de enseñarlo por los padres en sus hogares y al mismo tiempo heredado por sus hijos, nietos y demás descendientes. El peso y la frecuencia de este tipo de discursos hacían de cada hombre un sujeto afligido que no podía soportar tanta carga, hasta el punto de convertirse en todo un proceso somático, es decir, el discurso de “orden” y de lo “normal” terminaba inscribiéndose en los cuerpos como verdad, apropiándose de ellos, hasta el punto de tomar su forma subjetiva. Hubo cuerpos más resistentes que otros, los cuerpos abyectos y todos aquellos que se oponían a adoptar la forma subjetiva de semejantes discursos ejecutados en la práctica. Sin embargo, no siendo suficiente, los sistemas políticos llegaban al punto de usar el discurso médico para designar estos cuerpos como patológicos. Como sea, solo habríamos de preguntarnos al igual que Beatriz Preciado (2013), ¿cómo es posible que en un momento dado a partir de esa inscripción política-patológica un ser humano pudiese construir un discurso crítico sobre sí mismo y sobre el régimen que así le ha designado? Resulta siendo una paradoja tremenda, total.

Esa *capacidad* de volver sobre sí retrospectivamente y sobre el sistema que le ha designado a través de un concepto y discurso médico, ni siquiera tiene que ver con la apertura o brecha que se ha dejado a través de la práctica de este tipo de discursos, más con todos unos procesos identitarios o incluso un «como sí» ante semejante adecuación como manera de deconstruir un discurso a partir de una alternativa distinta a la propiamente asumida. El «como si» en este sentido permite, precisamente, combatir «los peligros de toda esencialización identitaria, [por tal razón] el movimiento *queer* se define como “pos-identitario” (Preciado, 2012). “No es una identidad más en el folklore multicultural, sino una posición crítica atenta a los procesos de exclusión y de marginalización que genera toda ficción identitaria» (Gros, 2016, p. 246).

Así, pues, al hablar de *queer* nos estamos enfrentando no meramente a la definición y transformación de un concepto. Es decir, al origen y contexto en el que este ha



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

aparecido. También, para nuestro caso, debemos considerar todo un movimiento político que, a través del tiempo, lo *queer* ha producido.

La propuesta *queer* surge como un proceso de cuestionamiento de la sexualidad dominante que se amparaba en categorías binarias, mutuamente excluyentes, tales como, hombre/mujer, heterosexual/homosexual, entre otros, que, a nivel conceptual, se configura mediante la lectura cruzada de Wittig y de Foucault (Sierra, p. 30).

Y, con tal razón. De principio, la denominación *queer* era dirigida a aquellos que, de una u otra manera, no “encajaban” en el conjunto de valores y “principios” de la sociedad: aquellos que amenazaban con destruir el “adecuado” orden social.

Con tal efecto, Butler (2002) habría de señalarlo de la siguiente manera: «el término *queer* operó como una práctica lingüística excluyente cuyo propósito fue avergonzar al sujeto que nombra o, antes bien, engendrar un sujeto estigmatizado a través de esa interpelación humillante. La palabra *queer* adquiere su fuerza precisamente de la invocación repetida que terminó vinculándola con la acusación, la patologización y el insulto» (Butler, 2002, p. 318). Esto quiere decir que, como término que proviene del inglés, *queer* era un insulto usado para designar al borracho, a la bollera, al homosexual, al drogadicto y a todo aquel que, a través de sus conductas o actitudes *desequilibrara* el protocolo social establecido: al abyecto. De cualquier forma, su connotación no dejaba de ser menos ambigua como abarcante. Aquí, no meramente se señalaba la imagen de todo aquello que engendrara ciertas características “inadecuadas”, sino también a la misma comunidad negra, transexuales, enfermos de VIH, etc.

De ese modo, la vergüenza y el rechazo sobre sí mismos (introspectivo) y del exterior, era el mundo al que se enfrentaba todo aquel designado como *queer*. Tal vez esa misma vergüenza y rechazo fue lo que, de algún modo, contribuyó a articular un discurso crítico sobre sí mismos y sobre el régimen que los había designado. Curiosamente, estas minorías no se quedaron en ese mundo desdibujado por aquellos jueces de las conductas humanas, a través del tiempo y su resistencia, habrían de romper los eslabones de las cadenas que se les habían hecho cargar.

Pensar, desde cierto punto y por un momento en las víctimas de todo un fenómeno político y social, así como intentar comprender desde semejante contexto ese *por qué* [y *cómo fueron posibles*] estos acontecimientos, permitiría pensar de nuevo y con mayor



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

consistencia, a toda una generación que, décadas después, sigue articulando este tipo de discursos y violencia de otro modo. Tal vez y con mayor frecuencia a través del tiempo, se habrá de olvidar el concepto originario, pero solo aquellos que atraviesan los bosques cercados con alambres de púa y piedras, son los que hablarán a través de sus cuerpos heridos y de sus desgarraduras en sus almas.

Reconceptualización del concepto *Queer*

De nuevo, debemos encaminarnos a tratar el desenvolvimiento del concepto de denominación de todo lo abyecto. Hemos dicho anteriormente que, de principio *queer* tenía una denominación amplia, ambigua y con tal razón, degradante. Este es parte del recorrido histórico-político que llevó este concepto hasta la década de los 80s. Todo comienza en los Estados Unidos. A partir de los años 80s un microgrupo de personas denominado *queer* empiezan a liderar todo un movimiento de resistencia política. Lo *queer* aquí ya empieza a ser más específico; su designación va dirigida a las prácticas sexuales entre el mismo sexo, siendo condenada, de esa manera, la homosexualidad. La década de los 80s como la de los 90s estuvo marcada con un alto número de personas contagiadas de VIH y muertas por SIDA, en especial hombres, homosexuales. No hay registros exactos para afirmar esta denominación *queer* para ese entonces se haya centrado únicamente en la homosexualidad, pero tampoco podemos descartarlo.

Desde luego, el VIH no era solo cosa de las personas homosexuales, pero de alguna forma estos multiplicaban y lideraban las estadísticas por nuevos casos de contagios y muertes, respectivamente. Como sea, para ese tiempo la denominación *queer* empezó a desviar su ojo hacia las personas que, por las razones que fuesen, mantuviesen prácticas sexuales con su mismo sexo, en especial, los «definidos completamente» homosexuales. Está «definición completa²» sobre si se es o no homosexual, por el momento ha de considerarse importante, pues sería básicamente el sustrato de un nuevo discurso y direccionamiento de lo *queer*.

A partir de ese momento, *queer* dejó de abarcar al borracho, al drogadicto, al

² Más adelante veremos que, la misma práctica sexual normal ha de ser restringida. En consideración con eso, una bisexualidad también ha de serlo.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

vagabundo. Ahora y en el nuevo discurso, tomaría la sexualidad como fundamentación y validez para su connotación, sin dejar a un lado el hecho de ser peyorativo y usar la vergüenza y humillación como su principal arma, desencadenando rechazo, discriminación y, cuando no, violencia de tipo física. Aquí y de nuevo, es discurso y la normatividad de los cuerpos no dejaba de ser menos fuertes, pero ¿qué habrá [*habría*] de *malo* en ser homosexual? Esta es todavía la pregunta que la sociedad de casi tres décadas después de los años 80s no se ha podido responder. Tanto los dispositivos como el propio rechazo se adecuan de manera explícita en los discursos religiosos, políticos etc. Hay quienes afirman que la homosexualidad es una abominación, una creación del demonio y que, por tanto, no es bien vista ante los ojos de Dios. Otros, en cambio, que ser homosexual no es correcto, pues el propósito de la vida misma es dar y garantizar una continuidad de la especie -*este no es muy distinto al anterior*- existe un discurso alternativo que apareció hace algunos años en las clínicas: la homosexualidad es una desviación humana, de la conducta normal, incluso, hasta el punto de considerarse o tratarse como si fuese una enfermedad, con medicamentos y terapia.

Como quiera que sea, la homosexualidad fue el punto de enfoque de todo un régimen político acompañado no meramente de un discurso religioso que, sin duda, no desaprovechó la oportunidad para marcar de manera fuerte el origen de la Creación dejado expuesto en el Génesis bíblico. También, este régimen pasó a justificarse con el discurso médico como mecanismo para patologizar las prácticas sexuales entre personas del mismo sexo como prácticas desviantes. Acompañando al discurso heterocentrado sobre el pleno rechazo a las prácticas sexuales con el mismo sexo, está también las transformaciones corporales a partir de las identidades sexuales: transexuales, transgénero, etc. Esto último, al igual que las relaciones homosexuales, podríamos denominarlas *intersexualidades* y que, de modo consecuente, reafirma la capacidad de poder decir algo sobre sí mismo, ese ser capaz de recrear y deconstruir, que vale tanto para los cuerpos como para el régimen.

Queremos decir, entonces, que el peso de la denominación *queer* ahora solo se sostenía en los hombros de los homosexuales. Claro que, más allá de este tipo de prácticas agudizaría un poco más el «problema», esto es, de los cambios y construcción de identidades no correspondiente al sexo de cada persona. Esta *intersexualidad* a la que nos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

hemos referido anteriormente, no hace referencia meramente a las prácticas sexuales - correspondiente al nuevo direccionamiento de lo *queer*-, más bien, hace referencia a la creación de mundo subalternos al *yo* subjetivo, es decir, al juego y descubrimiento del propio cuerpo a través de nuevos mecanismos; sean sobre la estimulación de nuevas zonas del cuerpo, intercambiar de sexo al momento de la relación sexual o, cuando no, de accesorios o fetiches que permitan producir placer o erotizar y estimular al propio cuerpo.

En ese sentido, «la intersexualidad se construye en los discursos críticos básicamente como un gran desafío a la heteronormatividad (Kessler, 1997; Wiegman, 2006)» (González, 2009, p. 236). Misma heteronormatividad que se regulaba la sexualidad y sus prácticas de manera consistente a partir de esta denominación. Los cuerpos desviados habían resistido, ya no se trataba de destruir lo humanamente privado. Esta privación subjetiva de prácticas no dejaba de hacer sentir menos culpa a aquellos que habrían de mantenerlas, mismo es el caso para nuestro contexto, donde ciertas personas que intentan hablar desde su frontera y su experiencia que los ha llevado a buscar refugio en los escombros de los derechos constitucionales, que solo están como adorno sin ejercer adecuadamente su validez, a la *disimulación* por el miedo que esto genera de llegarse a hacer público.

Este miedo no se adopta en vano. Tanto en Estados Unidos durante y después de los años 80s, como en la mayor parte del mundo, ser homosexual o ser descubierto realizando prácticas sexuales de este tipo, era totalmente condenable. En algunos casos y regiones, el reproche era tal que, muchos eran torturados, otros, que en cambio se veían más decididos a acabar con todo, terminaban en el suicidio. Este segundo mecanismo que numerosas personas habrían escogido no necesariamente estaba ligado a la tortura física, más con los estados emocionales, anímicos o psicológicos generados por la sociedad y desamparados por los Estados.

Sexo y conductas humanas

En este punto, intentaremos adentrarnos un poco más en la reconceptualización y denominación del concepto *queer*. Su origen ya ha sido marcado, así como una nueva forma de denominación. Esta nueva forma no cesa en las meras prácticas sexuales. Aquí



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tendremos varias *variables* a hacer analizadas de manera somera y relacionadas entre sí. La primera *variable* es el sexo, el sexo es una “categoría” de asignación sobre la dicotomía binaria hombre-mujer. Es decir, a través del sexo se puede distinguir³ un hombre de una mujer. Esta asignación del discurso médico ha tenido diversas interpretaciones y/o determinaciones. A partir de esta noción, tanto hombre como mujer, ya habrían de ser determinados sexualmente, es decir, de ahí que las prácticas sexuales entre homosexuales fueran consideradas como desviadas.

Lo heterocentrado tiene que ver con esto último. Sin embargo, aunque el régimen político se haya sustentado hasta cierto punto en el discurso médico, es básicamente ese mismo discurso quien *destruye* esa dicotomía binaria de práctica sexual. Freud, considerado el padre del psicoanálisis, invierte gran parte de su obra a observar este tipo de comportamientos y conductas. La pulsión, también llamada libido y que forma parte de todo ser humano, es considerada una energía sexual. Lo normal en Freud (1998) o lo heteronormativo en el régimen político, es el coito, que en un discurso se va a pensar como una asignación natural. Sin embargo, Freud dejaría bien claro que la sexualidad es una construcción, ni siquiera se trata de una determinación que todo hombre o mujer ha de concebir y seguir toda su vida. De ahí que existan tres etapas de la sexualidad; la etapa oral; la etapa anal; y la etapa fálica. Es, precisamente, en la etapa fálica donde un niño o niña principalmente centra el placer en los genitales y el interés por las diferencias sexuales. (Martinez, 2015)

La sexualidad como *construcción* pone de relevo al mismo régimen. Como si fuese poco, Freud lo expresa de la siguiente manera y en relación contra cierto determinismo de las prácticas sexuales a partir de la noción binaria del sexo hombre-mujer: «Asimismo puede conservarse durante toda la vida, desaparecer temporalmente, no representar sino un episodio en el curso del desarrollo normal, y hasta manifestarse en un estado avanzado de la existencia del sujeto, después de un largo periodo de actividad sexual normal»

³ Hemos usado distinguir en vez de identificar. Esto se debe a la ambigüedad que los dos términos pueden representar para este caso. Distinguir es usado en el contexto de diferenciar a través de los órganos genitales a un hombre de una mujer. Identificar, que también puede ser entendido en ese sentido, habría de generar más ambigüedad en la medida en que se refiere más al reconocimiento inmediato a través del análisis de la totalidad del cuerpo. Esto no aplica para este caso, ya que, como veremos, del sexo llegaremos al género, otra categoría que tiene que ver con la construcción de las *identidades sexuales*.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

(Freud, 1998, p. 351). Lo normal, visto desde este punto de vista, hace referencia al coito sexual, es decir, a la unión de los órganos genitales masculino y femenino. Esta normatividad no queda satisfecha con tan solo este punto. La práctica sexual entre mujer y hombre habría de cumplir otros criterios. Esos nuevos criterios al mismo tiempo destruían la propia subjetividad, dejándola sujeta a lo normativo.

Tenemos, entonces, que la sexualidad vista desde lo normal, es decir, dentro de la categoría sexo, es una construcción. Claro, esto a partir de Freud, con el régimen político es otra cosa, veamos: más allá de la relación sexual normal, el régimen llega a des-erotizar algunas partes del cuerpo, con ello, rechaza y condena otras prácticas que no tengan como mero fin el coito. El sexo anal, por ejemplo, que no era o es mera cosa de los homosexuales, también sería designada como desviante dentro de la propia relación heterosexual. Este problema, es planteado por algunos autores como Foucault, Preciado y Butler quienes se refieren a mecanismos de producción y consumo. Para nuestro interés, no habremos de detenernos en ello. Viene ahora la segunda y la tercera *variable*, consecutivamente: el género y las conductas humanas. El género es más performativo, más versátil y al mismo tiempo, tal vez más complejo. No en vano, Beatriz Preciado en el *Manifiesto contra-sexual* enuncia un primer artículo sobre los principios de la sociedad que ella llama contra-sexual de la siguiente manera:

La sociedad contra-sexual demanda que se borre de las denominaciones «masculino» y «femenino» correspondientes a las categorías biológicas (varón/mujer, macho/hembra) del carné de identidad, así como de todos los formularios administrativos y legales de carácter estatal. Los códigos de la masculinidad y de la feminidad se convierten en registros abiertos a disposición de los cuerpos parlantes en el marco de contratos consensuados temporales (Preciado, 2002, p. 29).

El género, precisamente, comienza desdibujando esas categorías biológicas. Va a reinventar nuevas formas de sexualidad a través de sus cuerpos que van desde el cambio de los rasgos designados biológicamente, hasta el cambio completo de sexo. Aquí se rompe la designación sexual biológica, pero no la binaria. Hay quienes no se identifiquen con ninguno de los dos o, cuando es el caso, se sienten identificados al mismo tiempo como hombre y mujer. Esta performatividad va a producir nuevos horizontes de comprensión de las categorías sexuales, de sus prácticas y los estereotipos que se han



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

designado en la sociedad. Estos estereotipos, al mismo tiempo, guardan cierta relación para cualquiera de los casos, sea hombre o mujer, es decir, biológicamente hombre y mujer. Hemos tomado las categorías biológicas porque de ahí parte el discurso.

Los estereotipos a los que nos hemos referidos pertenecen a nuestra tercera *variable* y tienen que ver, para nuestro caso específico, con las actitudes humanas. Estas actitudes ya presuponen ciertos estándares para cada mujer y para cada hombre. Características que han de servir para identificar de manera inmediata quién es quién, sea el caso. Para los hombres y mujeres no biológicamente designados, es decir, para aquellos que hablan desde la performatividad, también aplica, pues el género también pasa a abarcar las designaciones binarias biológicas, permitiendo, además, su propia construcción performativa para cualquier sexo. Tenemos, pues, nuestro caso especial, aquí habremos de preguntarnos cuándo se habla de ambigüedad de género o qué características lo ponen en duda. Beatriz Preciado (2009) lo pone de la siguiente manera, tomando como ejemplo un aeropuerto de París que, como cualquier otro, no es más que un sumidero de desechos orgánicos.

Entremos en los baños de señoras. Una ley no escrita autoriza a las visitantes casuales del retrete a inspeccionar el género de cada nuevo cuerpo que decide cruzar el umbral. Una pequeña multitud de mujeres femeninas, que a menudo comparten uno o varios espejos y lavamanos, actúan como inspectoras anónimas del género femenino controlando el acceso de los nuevos visitantes a varios compartimentos privados en cada uno de los cuales se esconde, entre decoro e inmundicia, un inodoro. Aquí, el control público de la feminidad heterosexual se ejerce primero mediante la mirada, y sólo en caso de duda mediante la palabra. Cualquier ambigüedad de género (pelo excesivamente corto, falta maquillaje, una pelusilla que sombrea en forma de bigote, paso demasiado afirmativo...) exigirá un interrogatorio del usuario potencial que se verá obligado a justificar la coherencia de su elección de retrete: "Eh, usted. Se ha equivocado de baño, los de caballeros están a la derecha. (BEATRIZ, 2009, p.16).

Este control no solo se ejerce en los establecimientos públicos de uso compartido entre determinado género; también se aplica en los modelos educativos, en los modelos religiosos, en la televisión y también en la radio. Eva Kosofsky, de manera lúcida, en su *Epistemología del Armario* cuenta que la radio norteamericana en los tiempos del conservatismo solamente emitía canciones cultas y que no produjeran tanto asombro entre sus oyentes. Pero un día, de repente, escuchó a Willie Nelson cantando una canción sobre



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

la historia de dos hombres, llena de romanticismo, sensualidad y entrega, ella dice:

Me dejó anonadada. Ya había escuchado muchas canciones de Willie Nelson sobre Waylon Jennings y siempre las interpreté como canciones de amor, pero nada me había preparado para una canción en que el amor y la sensualidad entre dos hombres pudiera expresarse con una franqueza y de una manera tan diáfana en medio de la porquería que emite la radio AM (EVA, 1998, p. 186).

Aquí, la noción de *queer* y el control por los cuerpos se tornan más tensa, más problemática e irrumpe una vez más con la propia privacidad humana. En otras palabras, se sacraliza radicalmente a los cuerpos, a las actitudes humanas, a la sexualidad ya a las prácticas sexuales. Esta «privación» sexual y regulación de los cuerpos, tiene como base aquello que Foucault llamó la biopolítica, es decir, *el arte de gobernar los cuerpos libres*. Así, la sexualidad, el género y las actitudes humanas han quedado sujetas al régimen y discurso político.

Hemos visto cómo el concepto *queer* ha sido desencadenante de todo un discurso, control y relación de poder desde su origen. El problema aquí no es el concepto, que fácilmente podría ser reemplazado por otro, sino la forma y los mecanismos de control sobre los cuerpos a partir del sexo, la sexualidad, el género y las actitudes humanas. Lo que *queer* haya significado, tiene cierto valor como el propio sonido usado para denigrar y condenar a ciertos grupos minoritarios, desprovistos y desdibujados desde la frontera de la heteronormatividad. Pero su valor proviene de la lucha, la memoria y la persistencia de aquellos que, nacidos en un mundo de posibilidades, se les ha negado lo que esencialmente les pertenece: la libertad de ser propiamente quien cada uno decide, sin ser señalado, condenado o etiquetado dentro de la sociedad. En cuyo caso, han de ser considerados seres humanos a todo efecto, sin excluirlos de ningún bien o derecho, simplemente por ser «diferentes».

Conclusiones generales

El concepto *queer* es proviene del inglés y a la vez es un insulto. Este concepto de principio fue usado para designar al borracho, al vagabundo, a la bollera, al drogadicto, etc. Más adelante, su designación iría a cumplir otro rol y sería orientado a un nuevo horizonte: las prácticas homosexuales. Esta nueva designación no dejó de ser menos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

peyorativa, era tan perversa y denigrante como la de su inicio. Todo *queer* era obligado a cargar con la vergüenza, la vergüenza de ser lo que era y de hacer lo que hacía. Con esta nueva denominación, el régimen político acudió a los discursos médicos para valerse de sus dictámenes y considerarse como patología. Aquí no deja de considerarse menos peligroso, todo lo contrario, el discurso se intensifica hasta el punto de querer el control total de los cuerpos.

El discurso político apuntaba más allá. Con el tiempo, el problema no fue meramente las prácticas sexuales entre homosexuales, también se logró regular las prácticas sexuales normales y, a la vez, a los propios cuerpos. Para explicar esto, tuvimos que mencionar y referirnos a tres *variables*, comenzado por el sexo, su designación y correspondencia, incluso desde el discurso psicoanalítico. En segundo lugar, el género y su performatividad. Está *variable*, apunta a la destrucción binaria biológica, rompe con el esquema heterocentrado y normativo y presenta una nueva alternativa para quien no se siente identificado con su sexo biológico de correspondencia. La tercera *variable*, hace referencia a las actitudes humanas: que han de corresponder con lo genéricamente humano (dicotomía binaria: masculino y femenino).

Finalmente, y en relación con lo anterior, habremos de decir que, lo que *queer* haya significado, tiene cierto valor como el propio sonido usado para denigrar y condenar a ciertos grupos minoritarios, desprovistos y desdibujados desde la frontera de la heteronormatividad. Pero su valor proviene de la lucha, la memoria y la persistencia de aquellos que, nacidos en un mundo de posibilidades se les ha negado lo que esencialmente les pertenece: la libertad de ser propiamente quien cada uno decide, sin ser señalado, condenado o etiquetado dentro de la sociedad. En cuyo caso, han de ser considerados seres humanos a todo efecto, sin excluirlos de ningún bien o derecho, simplemente por ser «diferentes».

Referencias bibliográficas

BUTLER, J. (2002) Acerca del término queer. En, Judith Butler, *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.



GONZÁLEZ, A. Michel Foucault, Judith Butler, y los cuerpos e identidades críticas, subversivas y deconstructivas de la Intersexualidad. Universidad de Cantabria. **ISEGORÍA**: Revista de Filosofía Moral y Política. ISSN: 1130-2097., pp. 235-244. No 40, enero-junio, 2009.

GROS, E. Judith Butler y Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría *queer*. Revista: **Civilizar** 16 (30): 245-260, enero-junio de 2016.

KOSOFSKY, E. **Epistemología del Armario**. Barcelona, España: Ediciones de la Tempestad. Barcelona. 1998.

MARTINEZ, E. Teoría queer: hacia la equidad de género. Memorias del tercer Congreso colombiano de Filosofía. **Revista Cazamoscas**, Universidad de Caldas, Colombia. ISSN virtual: 2500-610X. 2015.

PRECIADO, B. Entrevista del Canal rtve: Pienso luego existo. Agosto 12 de 2014. Disponible en: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/pienso-luego-existo/pienso-luego-existo-beatriz-preciado/1986547/>

_____. **Manifiesto contra-sexual**. Universidad Complutense. Madrid, España. Editorial Opera Prima. 2002.

_____. **Basura y género**. Parole de queer. II. Disponible online en: <http://paroledequeer.blogspot.com.br/2013/09/beatrizpreciado.html>, p. 16, 2009.

SIERRA, A. «Una aproximación a la teoría queer: el debate sobre la libertad y la ciudadanía». Humanidades, cuaderno de Ateneo.

SIGMUND, F. "Obras completas-VII". **Tres ensayos de la teoría sexual**, Argentina, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.



A busca por justiça e memória: práticas de consumo do facebook por mães de vítimas do incêndio da boate Kiss

Alice Pavanello¹

Resumo: Este artigo busca interpretar as práticas de consumo do Facebook por quatro mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss na luta por justiça e memória. Passados cinco anos da tragédia, que matou 242 pessoas, ninguém, apontado como responsável, foi preso. Na Tenda da Vigília, espaço montado no centro de Santa Maria, elas se reúnem todas as semanas, como uma forma de resistência ao esquecimento e de exercer o direito performativo de aparecer (SIQUEIRA; VÍCTORA, 2017) e mostrar seus propósitos. Ao mesmo tempo, elas mantêm seus perfis pessoais no Facebook como forma de expor suas dores e suas lutas. Neste artigo, se lança mão de uma abordagem etnografia para internet (HINE, 2015) para analisar as práticas digitais dessas mães. Percebe-se que elas utilizam o papel socialmente construído de mães e as dinâmicas comunicacionais das redes sociais online para legitimar a luta por justiça e memória no caso da tragédia da Boate Kiss.

Palavras-chave: Práticas de consumo; Facebook; mães; Boate Kiss.

Introdução

A tragédia da Boate Kiss aconteceu na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, cidade com cerca de 280 mil habitantes, localizada no interior do Rio Grande do Sul. A casa noturna, onde acontecia uma festa organizada por estudantes universitários pegou fogo depois que um dos integrantes da banda que estava no palco acendeu um artefato pirotécnico. As chamas atingiram o forro da estrutura e se alastraram rapidamente matando 242 pessoas, a maioria intoxicada com a fumaça. A investigação da Polícia Civil revelou uma série de irregularidades no funcionamento da Boate, desde os processos de liberação de alvarás até as ações de fiscalização pela Prefeitura, Bombeiros e Ministério Público. No inquérito foram indiciadas 28 pessoas, entre elas secretários, funcionários e fiscais da prefeitura de Santa Maria, o prefeito, bombeiros que trabalharam no resgate das vítimas e na fiscalização da Boate Kiss, além do comandante do Corpo de Bombeiros (ARBEX, 2018). Porém apenas quatro pessoas, os dois sócios da Boate Kiss e dois integrantes da banda, foram denunciadas pelo Ministério Público por

¹ Jornalista (UFSM), especialista em Televisão e Convergência Digital (UNISINOS), mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista Capes, integrante do Grupo de Pesquisa em Consumo e Culturas Digitais, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sandra Rúbia da Silva, e-mail: alicebpavanello@gmail.com.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

homicídio doloso e ainda aguardam em liberdade o julgamento. Fato que deixou mães, pais, familiares e amigos das vítimas inconformados. Além da falta de respostas no âmbito jurídico, os familiares precisam enfrentar as objeções de alguns moradores e empresários de Santa Maria, que criticam os esforços dos familiares na busca por justiça e pedem para que eles “deixem Santa Maria voltar a sorrir”. Os sentimentos de impunidade e rejeição acentuam a dor dos familiares de vítimas.

Como uma forma de resistência ao esquecimento um espaço físico é mantido no centro de Santa Maria, a Tenda da Vigília. No local, as mães se reúnem todas as quartas-feiras, e dia 27 de cada mês, onde exercem o direito performativo de aparecer em espaços públicos (SIQUEIRA; VÍCTORA, 2017) e mostrar seus propósitos. Ao mesmo tempo, elas utilizam as redes sociais digitais para estender a visibilidade das suas ações e criar valores que vão colaborar com seus objetivos. Por meio de práticas de consumo (BARBOSA; CAMPBELL, 2012) do Facebook, as mães protagonizam um processo de mobilização, de caráter cidadão (PERUZZO, 2011), com o intuito de produzir valor (SHIRKY, 2011) com consequências para toda a sociedade.

No caso da tragédia da Boate Kiss, um grupo de mães conquistou notoriedade na busca por justiça e memória por dois aspectos principais: o vínculo consanguíneo, bem como pela exposição na mídia. As mães de vítimas da Kiss ocupavam o topo da pirâmide no que Peixoto (2014) chamou de “hierarquia da dor”, sendo elas as mais legitimadas a sofrer e a terem o direito de serem ouvidas e de terem voz nos espaços de representação das vítimas e familiares. Além disso, essas mães passaram a ser reconhecidas imagetivamente, por meio de inúmeras reportagens, nas quais mães foram entrevistadas, também pelo teor emocional de seus testemunhos (OLIVEIRA, 2016).

Diante da notoriedade adquirida por essas mães e a associação da figura delas com a luta por justiça, as práticas de consumo da internet de quatro mães foram escolhidas para as investigações propostas neste artigo. São mães ativas no Facebook e que também frequentam com assiduidade a Tenda da Vigília. A metodologia aplicada é de uma abordagem etnográfica para internet (HINE, 2015) e constituem o *corpus* deste artigo, as publicações feitas por quatro mães de vítimas, nos seus perfis pessoais no Facebook, dia 27 de junho de 2018, quando a tragédia completou 65 meses. Essas práticas são interpretadas por meio de um contínuo processo de observação das publicações feitas nos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

perfis delas nas rede social e de conversas informais realizadas todas as semanas, na Tenda da Vigília, como parte do trabalho de campo realizado pela autora. A análise busca compreender de que forma as práticas de consumo do Facebook por mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss reforçam a imagem de defensoras da justiça e da memória.

Mães que lutam

A perda trágica que as mães tiveram com a morte repentina de seus filhos alterou de forma irreparável suas rotinas. O fato também foi responsável por criar um vínculo entre elas, mantendo em comum os sentimentos de perda e de injustiça. A imagem de mãe é, em geral, nas sociedades ocidentais, construída como aquela que se sacrifica pelos filhos e que tem amor incondicional (BADINTER, 1985). As mães são tidas, ainda hoje, como representantes maiores do amor pelos filhos, ideia que começou a ser formada no final do século 18. “A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.” (BADINTER, 1985, p.202). Porém, ainda que se possa pensar no amor materno, não como algo inato, mas sim, uma ideia construída e um sentimento adquirido ao longo da convivência não se nega que “a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe.” (BADINTER, 1985, p.87).

Essa imagem coletiva das mães, colabora com o surgimento de um sentimento de solidariedade (FREITAS, 2002). Ao se referir às Mães de Acari², a autora afirma que:

a imagem da mãe sofredora ainda é profundamente presente em nosso imaginário. Foi dessa imagem que essas mulheres partiram para, pouco a pouco, irem construindo uma outra - que não exclui a primeira, mas convive com esta. Essa “outra” imagem é a da mãe que luta, a mãe corajosa que enfrenta a polícia e a sociedade para saber onde estão e o que aconteceu com seus filhos. (FREITAS, 2002 p.98)

A imagem de mães que lutam também pode ser vista nas mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss, mesmo que o sentimento de solidariedade não seja despertado em todos, uma vez que elas sofrem com críticas as suas ações. A imagem de mães

² As Mães de Acari ficaram conhecidas na década de 90, quando se uniram para reivindicar justiça no desaparecimento de seus filhos em uma favela do Rio de Janeiro.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

lutadoras foi constituída e legitimada tanto pela relação com as vítimas, de vínculo afetivo consanguíneo, quanto pela exposição delas na mídia, por meio de inúmeras reportagens em veículos tradicionais. Peixoto (2014), em pesquisa sobre a formação de redes de apoio e de representação das vítimas da Boate Kiss, percebeu existir, entre os familiares, uma “hierarquia da dor” que posicionava os familiares de vítimas em uma espécie de pirâmide relacionada diretamente ao tipo de parentesco com as vítimas. O topo da pirâmide seria ocupado pelas mães dos falecidos, sendo elas as mais legitimadas para sofrer pela morte deles e, por isso, mais indicadas para assumir posições de liderança dentro de associações e movimentos que falariam em nome dos interesses dos familiares de vítimas. Na pirâmide, abaixo das mães, estariam os pais, irmãos, demais parentes e, na base, os amigos. Dessa forma, ao se referir aos espaços criados para representar as vítimas, “quanto mais distante o parentesco menos direito a voz e menos direito a ser ouvido naquele espaço.” (PEIXOTO, 2014, p.92).

A posição ocupada pelas mães na escala do sofrimento é percebida na cobertura da tragédia feita pela imprensa local e internacional. Durante a sequência de reportagens jornalísticas que se sucederam à tragédia, em especial nos dois primeiros meses e nos dias 27 de cada mês, até o fato completar um ano³, as mães protagonizaram diversas entrevistas, por estarem à frente de campanhas, manifestações e atos de protesto. Dentre as ações que receberam grande destaque, estão o projeto social da ONG Para Sempre Cinderelas, organizado pelas mães de cinco jovens mortas e o Movimento do Luto à Luta, que tinha mães entre os principais representantes e realizou dezenas de atos pedindo justiça e mudanças na legislação para evitar outras tragédias semelhantes. Além disso, algumas mães que se propunham a dar depoimentos à mídia, os faziam com teor emotivo e coerente, elementos valorizados nas reportagens de casos trágicos, como destacado por Oliveira (2016) em trabalho sobre os testemunhos na cobertura ao vivo da tragédia.

Também se percebe uma valorização do depoimento dramático. Ainda que, de maneira geral, os relatos das testemunhas do caso Kiss apresentem alta carga emotiva dada a dimensão do acontecimento, nota-se que os jornalistas concedem mais tempo àqueles que além de se comunicarem bem, demonstram sua emoção. A entrevista de uma mãe que perdeu um filho e estavam com o

³ A autora do artigo, jornalista por formação, era repórter da RBSTV Santa Maria (Afiliada da Rede Globo) na época do incêndio e participou da cobertura da tragédia.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

outro internado em estado grave é um exemplo dessa constatação. (OLIVEIRA, 2016, p.110)

Esses elementos fizeram com que algumas mães, entre elas as quatro cujas publicações são analisadas, passassem a desempenhar um papel político de mãe, que vai além das atribuições privadas, para que dessem um rosto e criassem uma identidade para o grupo de mulheres que falavam em nome das vítimas nos ambientes públicos.

A presença delas na Tenda da Vigília, localizada em uma praça de grande circulação de pessoas no centro de Santa Maria é uma forma, segundo elas, de escancarar a luta pela justiça e o não esquecimento. Lá elas têm a possibilidade de expor uma dimensão privada e pessoal de sofrimento pela corporificação de emoções como dor, sofrimento, raiva e indignação (SIQUEIRA; VÍCTORA, 2017). Concomitantemente as mães encontram em seus perfis pessoais no Facebook, espaços para reforçar a luta por justiça, se ancorar na legitimidade obtida e mobilizar valores em prol de seus objetivos. A construção desses valores se dá por meio das práticas de consumo das redes sociais digitais como será abordado no próximo tópico deste artigo.

Práticas de consumo do Facebook pelas mães de vítimas

Toma-se a ideia de que o consumo é um mecanismo social enquanto algo representativo e simbólico, capaz de conferir sentido e identidade às práticas de grupos e indivíduos (BARBOSA; CAMPBELL, 2012) nas redes sociais, e que “estudar as práticas de consumo significa também procurar compreender as especificidades dos modos de apropriação de cada grupo social, que funciona segundo regras próprias de atribuição de sentido a produtos, serviços, marcas e afins.” (CASTRO, 2014, p.63).

Por meio do compartilhamento de conteúdos, indivíduos que estão coordenados com objetivos em comum, são capazes de produzir valores (SHIRKY, 2011). A identificação entre as mães, se deu no momento em que elas, dividindo o mesmo sentimento de dor da perda e de injustiça, se uniram para buscar respostas. Essa unidade se deu primeiramente no ambiente offline, mas se expandiu para o online. Ao se identificar com um grupo, o indivíduo passa a ter a necessidade de equilibrar a efetividade de suas ações para a sua satisfação pessoal e a dos demais integrantes. “Todos os grupos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

têm um componente emocional – emoção, de fato, mantêm os grupos unidos.” (SHIRKY, 2011 p. 146). Portanto participar na criação e circulação de conteúdo de forma criativa e autônoma, desde atividades simples, como publicar fotos ou desabafar nas redes sociais, por meio do compartilhamento de conteúdos, torna os cidadãos capazes de criar valor (SHIRKY, 2011) nas redes sociais online em benefício individual, do grupo e da sociedade. Além disso, ao se tornarem agentes no processo de comunicação, atores sociais constroem a sua autonomia.

Por meio de um processo de mobilização, protagonizado pelas mães de vítimas nas redes sociais, especialmente no Facebook, elas têm a possibilidade de promover uma comunicação de caráter cidadã (PERUZZO, 2011), com a qual indivíduos com interesses e identidades comuns conduzem dinâmicas de comunicação popular, que buscam ampliar os canais de informação e fazer com que circule com maior abrangência as temáticas locais de interesse comunitário, que, em geral, não interessam às grandes corporações de mídia.

Para este artigo, foi selecionado um *corpus* composto pelas publicações feitas por quatro mães, em seus perfis pessoais do Facebook, no dia 27 de junho de 2018, quando a tragédia completou 65 meses. A escolha das quatro mães, Ligiane Righi da Silva, Vanda Dacorso, Maria Aparecida Neves e Áurea Flores⁴, foi feita por elas fazerem parte do grupo de mães que está ligado à tragédia da Boate Kiss, por serem reconhecidas imagetivamente como mães de vítimas, por terem se envolvido em protestos, manifestações e projetos sociais ligados à perda dos filhos e por frequentarem com assiduidade a Tenda da Vigília. Além disso, as quatro também participam da pesquisa de dissertação de mestrado da autora, intitulada Prática de consumo das redes sociais por mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss: a criação de experiências no cotidiano, da qual se apresenta um recorte neste trabalho.

Ainda sobre a formação do *corpus*, a escolha do dia se deu por se tratar de uma data referência para as mães, quando a morte dos filhos completa data cheia e todas elas costumam fazer publicações em suas páginas nas redes sociais. A metodologia aplicada é de uma etnografia para internet (HINE, 2015) que possibilita uma compreensão sobre

⁴ São utilizados os nomes verdadeiros das mães, por se tratarem de figuras conhecidas na cidade e terem concordado com a pesquisa e a divulgação.



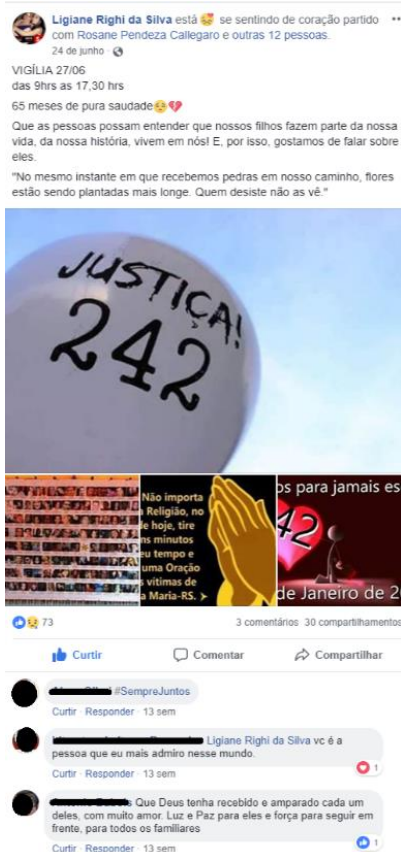
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

as mudanças na vida individual e comunitária, partindo de uma visão multifacetada, focando em como a vida é vivida em aspectos familiares, culturais, de gênero entre outros e tendo foco na contextualização e na incorporação das tecnologias e as adaptações por diferentes pessoas e grupos.

Em 27 de junho, um grupo de mães e pais passou o dia na Tenda da Vigília, algo que se tornou um hábito que é repetido no dia 27 de cada mês. Sem nenhuma ação especial, eles apenas ficam na Tenda das nove da manhã às cinco e meia da tarde como forma de marcar a presença deles no espaço público e mostrar que a tragédia não foi esquecida, corporificando emoções (SIQUEIRA; VÍCTORA, 2017) como a indignação e a tristeza. Ligiane Righi da Silva é quem costuma fazer a primeira publicação, em seu perfil pessoal no Facebook, para divulgar as vigílias em memória dos mortos. Em junho, a postagem foi realizada no dia 24 (Figura 1) e teve 30 compartilhamentos feitos, entre outras pessoas, pelas outras três mães apresentadas neste artigo.

Figura 1: Publicação de Ligiane, divulgando a vigília dos 65 meses da tragédia.





I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

As imagens da publicação são fragmentos visuais da história da tragédia, como o banner com fotos que fica dentro da Tenda, o balão com o número de vítimas utilizado em cerimônias de homenagens, um texto apelando para a espiritualidade acima das diferenças de religiões e uma ilustração muito compartilhada pelas mães nas redes, em que um boneco se ajoelha como forma de sofrimento pela perda de 242 vidas. Ligiane, marca outras mães, pais e amigos afetados pela tragédia ou solidários à causa, em um movimento político de engajar mais pessoas para que se juntem na luta por justiça. No texto, ela explica a importância de um filho na vida familiar e coloca uma citação entre aspas que fala sobre persistência. O intuito é mostrar que, passados 65 meses, a morte de um filho ainda é, e sempre será, sentida pelos parentes mais próximos e que essa dor motiva a busca insistente por justiça.

Ligiane Righi da Silva, 48 anos, perdeu Andrielle aos 22. Seu perfil no Facebook, tem como foto de capa ela e a outra filha. A foto de perfil utilizada em junho, mostra Ligiane abraçada com Andrielle e tem uma tarja preta na qual está escrito em branco e vermelho: lembrar sempre, repetir jamais, 5 anos Boate Kiss. A legenda diz: "Tem pessoas que são como um chão para você. Tem pessoas que são como uma casa para você; te dão segurança, você se sente protegido pelo fato daquela pessoa estar viva e quando ela vai, você experimenta uma fragilidade, uma vulnerabilidade que até então não conhecia" Te amo filha (figuras de um coração roxo e de uma rosa) .. #Justiça Santa Maria precisa continuar a viver, mas continuar a viver não significa esquecer a tragédia. #KissQueNãoSeRepita". Na apresentação, local destinado a descrição de si na rede social, está a frase "Tragédias como a da boate Kiss não são fatalidades, são resultados da omissão e da ganância". Ligiane costuma fazer mais de cinco publicações por dia. Em 27 de junho, foram oito, sete delas citando diretamente a saudade da filha ou a tragédia. Nas publicações, ela enfatiza a falta de punição aos responsáveis, o tempo transcorrido e seu lugar de fala. Elementos que são reforçados com o uso de figuras, textos e hashtags⁵ (Figura 2).

Na publicação, com a hashtag #esefosseumfilhoteu, percebe-se um vocativo ao

⁵ Hashtags são palavras, ou um conjunto de palavras que são escritas nas redes sociais precedidas pelo símbolo de sustenido (#). Em geral, elas são utilizadas para agregar publicações que tem os mesmos temas.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

usuário da rede social a se colocar no lugar de uma mãe que perdeu uma filha, apelando para o papel social, amplamente aceito, de um sofrimento irreparável causado pela morte de um descendente reforçando seu posicionamento na “hierarquia da dor” (PEIXOTO, 2014). Ela espera assim também despertar o sentimento de solidariedade de outras pessoas e destacar o novo papel assumido por ela, como uma mãe que luta (FREITAS, 2002) para que a justiça seja feita. Ela acredita que, para muita gente que critica suas ações, falta empatia, falta a capacidade de se colocar no lugar das mães. Ao mesmo tempo, ela sente a necessidade de explicar o motivo da persistência na temática o que fica explícito com a hashtag #lutarnaoloucura. Ligiane conta que, a todo instante, precisa esclarecer, até mesmo para familiares, o porquê segue com as publicações sobre a Boate Kiss e a filha.

Figura 2: Publicação de Ligiane, 27 de junho de 2018.



Na mesma postagem, ela estende a responsabilidade pela impunidade dos culpados a todos que se mantêm indiferentes ao caso, mesmo tendo se passado cinco anos da tragédia, como ressaltado na imagem, e sendo um dos objetivos da mobilização a construção de um valor (SHIRKY, 2011) que beneficiaria toda a sociedade, que outros incêndios não aconteçam, também destacado pela hashtag #paraquenaoserepita.

Vanda Dacorso tem 56 anos, perdeu Vitória com 22 anos. Como foto de capa, tem



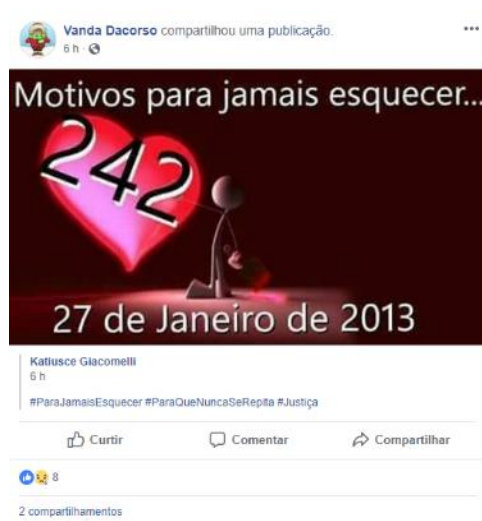
I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

uma fotografia dela com a filha falecida em cima de uma ponte de ferro sobre um rio. As duas estão de mãos dadas, se olhando e usam vestidos parecidos. De frente, se vê Vanda olhando com semblante de encanto para a filha. A foto foi atualizada em 14 de maio de 2017. A imagem do perfil de Vanda, em junho, era de uma boneca com roupas grossas, cachecol e touca em um cenário de neve, que segundo ela é para deixar bem claro que detesta o frio.

No dia 27 de junho, Vanda fez cinco publicações, todas relacionadas à tragédia e a perda da filha. As postagens enfatizam o número de mortos, para dar dimensão da tragédia e o tempo que os familiares aguardam por justiça. As publicações são compartilhadas de outros perfis pessoais ou de páginas temáticas da Kiss (Figura 3).

Figura 3: Publicação de Vanda, 27 de junho de 2018.



Ao compartilhar a publicação Vanda está concordando com o conteúdo apresentado, assim pode-se dizer a utilização das hashtags #ParaJamaisEsquecer #ParaqueNucaSeRepita e #Justiça são colocadas como um lema que guia os objetivos dela como uma mãe que luta. Ao destacar o número de mortos, ela também apela para um pensamento solidário a todos que sofrem por causa da tragédia há cinco anos, como relembra a data exposta na figura.

Maria Aparecida Neves, 59 anos, perdeu Augusto Cezar com 19. Em seu perfil



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

peçoal, Cida colocou como imagem de abertura uma foto dela, o marido e o filho vestido com uma beca de formatura do ensino médio, atualizada em fevereiro de 2013. Na foto de perfil está uma foto do filho comemorando a aprovação no vestibular com Bixo UFSM escrito no rosto. Em cima uma frase diz Valeu, AUGUSTO Bixo UFSM 2012, também atualizada em fevereiro de 2013. Em nenhuma das imagens foi colocada legenda. No dia 27 de junho, fez apenas uma publicação, sendo essa sem relação com a Boate Kiss. Entretanto as postagens feitas no dia anterior fazem referência a saudade, a atitudes de mães e a impunidade no caso da tragédia.

Áurea Flores tem 54 anos, perdeu Luiz Eduardo com 24. Em seu perfil pessoal, como foto de capa estão ela, o marido e os dois filhos. Foi atualizada em agosto de 2017, sem legenda. A foto de perfil também não tem legenda, foi atualizada em setembro do mesmo ano e mostra uma foto dela sorrindo e segurando flores amarelas. Em 27 de junho, Áurea fez apenas uma publicação, sendo essa relacionada a tragédia da Boate Kiss. O conteúdo remete aos 65 meses sem justiça, fala em saudade e também destaca o número de mortos (Figura 4). No texto, está um trecho do livro *Todo dia a mesma noite*, da jornalista Daniela Arbex, que conta a história da tragédia a partir do depoimento de diversas pessoas afetadas pelo incêndio. A parte transcrita encerra com a frase “Hoje, Livia sente falta de tudo que experimentou ao lado de Heitor, mas principalmente de ser chamada de mãe.” (ARBEX, 2018, p.228). A mesma publicação também foi compartilhada por Ligiane.



Figura 4: Publicação de Áurea, 27 de junho de 2018.



É possível perceber que Áurea também ressalta a dor da perda de um filho sob a perspectiva de uma mãe, uma forma de legitimar o sofrimento que ela passa. O destaque para o número de mortos reforça que não se trata de um caso isolado, mas de centenas de pessoas que, assim como ela, perderam entes queridos e ainda não viram nenhuma justiça ser feita.

Ao se observar as publicações feitas pelas quatro mães, nota-se que elas fazem referência aos filhos falecidos já na página de apresentação dos perfis, mesmo que apenas Ligiane cite diretamente a tragédia da Boate Kiss, elas constroem e imagem de mães que colocam os filhos à frente de suas individualidades, sendo eles as figuras que mais as representam. Colocar os filhos acima de suas subjetividades colabora para reforçar a imagem de que a mãe é a que mais sofre com a morte dos filhos, sentimento que as impulsiona no papel político assumido para si, de lutar por justiça.

Nas postagens feitas pelas mães, nota-se que seguem uma dinâmica de compartilhamento de publicações, sendo as mesmas postadas por várias mães. O que também acontece como a utilização de hashtags de mesmo teor (#ParaqueNucaSeRepita, #KissQueNaoSeRepita, #Justiça), criando uma unidade na narrativa produzida por elas. As mães buscam destacar o longo período de tempo transcorrido desde a tragédia sem



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que responsáveis tenham sido punidos e o número de mortos e, por consequência, de familiares e amigos que sofrem com a impunidade. Mesmo que não exista um padrão na utilização de hashtags, elas são acionadas para dar coesão à causa e reforçar a luta como indo além das particularidades de cada uma.

A saudade dos filhos mortos e a posição delas como mães de vítimas do incêndio também é explicitado nas publicações em seus perfis como forma de legitimar a busca por justiça e memória. Elas atribuem sentidos próprios às publicações que falam sobre o amor de mãe, dor da perda de um filho e papel de mãe. A maioria das publicações feitas por elas, é compartilhada de outros perfis ou páginas, essas em geral que tem como temática a tragédia da Kiss ou mães enlutadas que perderam os filhos de formas diferentes. Apenas Ligiane fez publicações originais em que colocou fotos da filha e acrescentou textos que parecem misturar parte de autoria própria, parte copiadas de outras fontes, sem citá-las. Todas elas falam sobre saudade e o direito delas de se manifestarem publicamente, como mães que sofreram a violência de perder o filho e não ver ninguém responsabilizado por isso. Uma forma de reforçar o novo papel que elas se atribuíram de mães que lutam por justiça e memória.

Considerações finais

Este artigo se propôs a investigar as práticas de consumo do Facebook por quatro mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss na luta por justiça e não esquecimento. Conclui-se que mesmo que o amor materno inato possa ser algo socialmente construído, ele é incorporado na vida e no papel desempenhado pelas mães analisadas, que tomam o sofrimento causado pela morte dos filhos como um fator suficientemente forte para que elas saiam às ruas, ocupem espaços públicos e lutem por justiça e memória. Elas utilizam sua posição na “hierarquia da dor” para dar visibilidade e força aos seus objetivos.

A presença delas na Tenda da Vigília faz com que a luta seja corporificada e ostensiva, torna o esforço perceptível a todos que passam pelo centro da cidade. Ao mesmo tempo em que as práticas de consumo delas das redes sociais, em especial do Facebook, acontecem de forma a tentar reforçar e ampliar o alcance das suas vozes.

Ao compartilharem sentimentos comuns ao grupo, as mães criam valores por meio



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do compartilhamento de conteúdos como forma de criar benefícios individuais, para todas as mães enlutadas e para a sociedade, uma vez que, a luta delas por justiça e memória intenciona buscar mudanças que seriam favoráveis a todos.

Ao se mobilizarem nas redes sociais, as mães exercem o papel de cidadãs e conduzem dinâmicas de comunicação, fazendo com que os temas que são caros a elas possam pautar os debates na sociedade, independente de veículos tradicionais de comunicação, ou para chamar a atenção destes. Elas se apropriam das lógicas da plataforma, como a utilização de figuras, textos (autorais ou cópias) e hashtags como um meio de que suas práticas sociais possam ser vistas como indo além do que é tido como papel de mãe e se estabelecem como lutadoras e guardiãs da memória.

Importante destacar que as práticas apresentadas neste artigo são apenas uma parte de um universo de apropriações feitas pelas mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss, como elementos constituintes do processo de reconstrução da vida depois da perda do filho.

Referências bibliográficas

ARBEX, Daniela. **Todo dia a mesma noite**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CASTRO, G. G. S. **Comunicação e consumo nas dinâmicas culturais do mundo globalizado**. PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano 4, n. 6. Mar. 2014, p. 58-71.

FREITAS, Rita de Cássia. **Famílias e violência: reflexões sobre as Mães de Acari**. Psicologia USP. v. 13, n. 2. Jul. 2002, p. 69-103.

HINE, Christine. **Ethography for the internet: Emedded, Embodied and Everiday**. London: Bloomsbury, 2015.

OLIVEIRA, Juliana. **Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da Boate Kiss**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.



I AQUECIMENTO DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

PEIXOTO, Priscila. “**Acorda Santa Maria**”: um estudo sobre as estratégias coletivas de organização dos familiares das vítimas da Boate Kiss. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SIQUEIRA, Monalisa; VÍCTORA, Ceres. O corpo no espaço público: emoções e processos reivindicatórios no contexto da “Tragédia de Santa Maria”. **Revista Latinoamericana Sexualidad, salud y sociedad**. n. 25 - abr. / abr. / apr. 2017 - pp.166-190. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872017000100166&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 mai. 2018.



Drag Queen: uma figura potente

Iran Almeida Brasil¹

Resumo: O presente artigo tem como foco pensar a figura da drag queen em outro cenário, no campo da educação, e seu processo formativo/pedagógico, (des)construindo o estabelecido entre conteúdo e forma na construção de subjetividades junto a um coletivo. Esta figura que fabrica sua própria beleza, que dita suas próprias regras, que é atravessada por intensidades que a movimentam, cria conexões a partir de um corpo em processo em fazer-se arte. Um corpo que pensa, sente e protagoniza ações, possibilitando outras formas de interação entre sujeitos. Para tal, utilizou-se aqui a autoetnografia, metodologia pensada a partir de Daniela Versiani (2005), onde a construção da pesquisa se dá na autorreflexão do ser sujeito/artista. Inspirei-me no filósofo Friedrich Nietzsche (2011) e no seu conceito de *vontade de potência*, para pensar esta figura cênica e suas relações com a educação. Dessa forma, pensar a docência e o sujeito a partir dessa figura como um processo contínuo e pedagógico, é buscar possibilidades em se (re)inventar.

Palavras-chave: *Drag queen*; experiência; processo formativo; educação.

Este artigo, que brotou de um recorte da minha pesquisa no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE-UFSM), diz de um modo de pesquisa que denomino autoetnográfica. Este modo de pesquisa torna-se desafiadora, ir ao encontro de si mesmo, explorar novos caminhos, como sujeito e pesquisador. Perceber-se em uma viagem que proporciona encontros. É uma escrita que se movimenta, se (trans)forma, não apenas uma escrita que conta algumas experiências vivenciadas como sujeito/artista/*dragqueen*/professor que sou a qualquer pessoa. Desta forma, compartilho este movimento entre sujeito e *drag queen* que sou. Entendo a figura da *drag queen* como aquela que se transforma, que se monta a partir de truques de maquiagem e modelagem corporal, que não possui um corpo objetivado/fixo, mas um corpo mutável capaz de afetar a si mesmo e aos outros. Acredita-se que o termo *drag queen*, tenha surgido em meados do século XIX, como uma forma depreciativa designado aos homossexuais, mais tarde este termo passou a ter um outro significado, designado a todo homem que se vestisse de mulher com fim de entretenimento. Ainda, há quem diga que *drag queen* significa “*Dressed as a girls*”, ou seja, vestida como garota.

¹ Graduado em Artes Visuais – Licenciatura Plena em Desenho e Plástica – Universidade Federal de Santa Maria – CAL/UFSM, Mestre em Educação, LP4 – Educação e Artes – PPGE/UFSM. E-mail: iranalmeidab@yahoo.com.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Enquanto pesquisador e artista transformista/*drag queen*, recolho de minhas vivências alguns elementos, que foram solicitados para pensar esta figura (*drag queen*) na pós-graduação, especificamente com aproximação as leituras que dizem respeito ao filósofo do martelo Nietzsche, juntamente com outros autores e outros elementos que recolhi a partir de minhas montarias atuando em eventos, festas particulares e performances, além de filmes que fizeram/fazem parte da minha história. Estes agem como disparadores que me forçam o pensamento a pensar a docência, fazendo com que o meu pensamento se transforme, abrindo brechas para pensar e experimentar outros lugares que ainda não havia experimentado.

Esta figura que possibilita um cruzamento entre sujeitos, e que permeia o meu cotidiano, foi se projetando em minha pesquisa a partir de alguns movimentos para pensar a educação, ultrapassando barreiras, quebrando tabus. Que relações podem ser construídas entre o personagem *drag queen* e a educação? Que potencialidades subjetivas e pedagógicas que esta figura/corpo/sujeito pode contribuir para pensar a educação?

A partir desses questionamentos veio à necessidade de buscar em fazer uma pesquisa que se (trans)forma, de produzir a partir de encontros que se fizeram, e fazem parte até hoje, durante minha caminhada como artista/*dragqueen*/professor que sou. São referências que não apenas influenciam minha prática performativa como também pedagógica e que produzem ecos para uma reflexão, tais como os filmes Priscilla a rainha do deserto e Para Wong Foo, Obrigado por tudo Julie Newmar!, isto incita outras aventuras, viagens, caminhos que até então não havia percorrido e que apresentam provas, encontros, conflitos, trânsito. Junto a estas questões, que dizem respeito ao modo de produzir esta pesquisa, outros movimentos ressoaram em mim e que diz respeito a docência: como explorar a figura da *drag queen* em outro cenário (no campo da educação) e a partir dela que outras formas pode-se pensar para sacolejar o costumeiro/estabelecido, buscando outras direções para (re)pensar a educação?

Este cenário costumeiro é entendido aqui como aquele que estamos acostumados a ver, ouvir, ou seja, práticas e discursos que vão se repetindo sem problematizações, sempre da mesma maneira, um cenário cômodo que pode ser muito mais movimentado e explorado.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Um corpo “entre” lugares

Pensar a figura da *drag queen*, é pensar em um movimento, um personagem que está sempre se construindo, transformando-se. Pode-se perceber que esta figura está sempre em trânsito, transita entre os gêneros masculino e feminino, esta não deixa de ser um “escape” às formas padronizadas (instituídas, estratificadas), de ser homem ou mesmo mulher. Essa figura fascinante, transgressora, é o sujeito desviante que desafia as normas que regulam uma sociedade pretensamente unitária e homogênea. Problematizando-a, pensando a partir dela é o centro em torno do qual opera este artigo.

Nesse movimento de se (trans)formar, a “montagem” deste ser de exceção não implica somente uma forma particular de visualidade, mas sobretudo na mudança de sua corporeidade. A *drag queen* possui uma feminilidade fabricada por meio de signos culturais do gênero feminino. Seguindo este pensamento Louro (2008), diz:

É exatamente nesse sentido que a figura da *drag* permite pensar sobre os gêneros e a sexualidade: ela permite questionar a essência ou a autenticidade dessas dimensões e refletir sobre seu caráter construído. A *drag-queen* repete e subverte o feminino, utilizando e salientando os códigos culturais que marcam esse gênero. Ao jogar e brincar com esses códigos, ao exagerá-los e exaltá-los, ela leva a perceber sua não-naturalidade. Sua figura estranha e insólita ajuda a lembrar que as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade são, sempre, formas inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos (LOURO, 2008, p. 86-87).

Uma figura que provoca e viola o senso comum heteronormativo, fica nela visível o caráter não-natural do gênero, pois ela exagera o “natural”, apresenta-se como algo, inventado, interpretado, construído, efêmero, subvertido, (des)construtor de gêneros. Nessa (trans)formação corporal, o sujeito vê seu corpo como uma tela em branco frente ao espelho, como um pintor frente a sua tela, pronta para ser pintada, (trans)formada. Esses artistas que fazem de seu corpo o suporte para essa arte, experimentam uma nova identidade e um novo gênero a cada (trans)formação, “montagem”. Um corpo que potencializa novas vivências e experiências a partir de um novo “eu”, mesmo que por um determinado espaço/tempo, mantendo uma relação constante com os gêneros de forma ambígua, ao mesmo tempo. Para Chidiac e Oltramari (2004),

As drag-queens são uma explícita manifestação da multiplicidade de aspectos



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

que envolvem a identidade humana. Sua relação entre os gêneros se dá de forma ambígua, uma vez que é expressa em suas performances e em seu cotidiano, numa relação dinâmica e constante entre masculino e feminino (CHIDIAC; OLTRAMARI, 2004, p. 475).

Masculino, feminino, estão presentes nesta figura, além de contribuir para diversas formas de sua apresentação frente ao público, possibilitando esta relação constante entre os gêneros masculino/feminino. Como diz Louro (2008, p. 30-31, grifos do autor) “alguns artistas apostam na ambiguidade sexual, tornando-a sua *marca* e, dessa forma, perturbando, com suas performances, não apenas as plateias, mas toda a sociedade”. Essa relação na figura da *drag queen* desperta dúvida, provocando e fascinando uma dada audiência.

Criar, ser mais de um, ser outro personagem, assumir um novo papel, outra personalidade, são possibilidades que a arte transformista proporciona ao sujeito. Conforme Dias (2011, p. 115) pautada pela filosofia de Nietzsche, diz: possuímos uma “pluralidade de seres vivos”, organismos, não somos apenas um e sim inúmeros. Dessa maneira, o corpo é uma pluralidade de impulsos/forças que nos movimentam a todo instante, sem um ponto de chegada. Diferentes características são percebidas na figura da *drag queen*, que a distingue do sujeito que a compõem, tanto físicas como psicológicas, como a gestualidade, a postura, o modo de falar. Mas, em algumas situações personagem e sujeito se embarçam. Segundo Chidiac e Oltramari (2004),

os sujeitos, quando montados de drag, unem, em um único corpo, características físicas e psicológicas de ambos os gêneros, sendo e estando masculinos e femininos ao mesmo tempo, em um jogo de composição de gêneros que questiona a rigidez do conceito de identidade (CHIDIAC; OLTRAMARI, 2004, p. 472).

Segundo as autoras características da personagem às vezes podem ser evocadas pelo sujeito no cotidiano quando não estão montados e vice-versa. Para os autores este trânsito de características deve ser encarado como uma fronteira flutuante, acreditando assim, na não separação do masculino e feminino e sim numa mistura entre estes. Não é um eu estável fixo e sim um eu que se (re)inventa. É mais de um. Um corpo “entre” lugares.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Um olhar autoetnográfico

Como todo e qualquer ser humano, os artistas vivem das suas heranças e alimentam com elas a imaginação, mas tentam igualmente trabalhar a partir das suas sensibilidades e da escuta atenta da sua vida interior para descobrirem outras vias de expressão, novas perspectivas, pontos de vista inéditos, formas inesperadas, materiais novos (JOSSO, 2004, p. 265).

Olhar a si mesmo tomou meu corpo e pensamento, e as heranças guardadas (experiências) que alimentam minha imaginação de um caminho colorido e cheio de possibilidades, desvios, atravessamentos me motivaram a continuar viajar, a estar à espreita dos encontros que estas viagens podem provocar. Tomar consciência da importância dessas heranças é pensá-las simbolicamente, pois fazem parte de nossa aprendizagem e formação. Mas, devemos falar dessas experiências sob o ponto de vista da aprendizagem, assim sendo, estas podem ser consideradas formadoras. “Falar das próprias experiências formadoras é, pois, de certa maneira, contar a si mesmo a própria história, as suas qualidades pessoais e socioculturais, o valor que se atribui ao que é “vivido”” (JOSSO, 2004, p. 48). Sendo assim, é a partir dessas experiências que busco informações significativas para relacionar isso comigo, com o outro e o meu/nosso ambiente sociocultural.

A autoetnografia foi uma dessas possibilidades. É uma metodologia que me permitiu/permite alcançar uma nova escrita, a qual eu pude realizar uma autorreflexão sobre minhas experiências, ao mesmo tempo pensando em um coletivo. A duas décadas aproximadamente, o termo autoetnografia, tem sido usado por pesquisadores da área da antropologia e dos estudos literários, por isso, não podemos tomar o termo autoetnografia como algo novo.

A presença do prefixo *auto*, do grego *autós*, serviria de “lembrete” a impedir a tendência à supressão das diferenças intragrupos, enfatizando as singularidades de cada sujeito-autor, enquanto o termo *etno* localizaria, *parcial* e *pontualmente*, estes mesmos sujeitos em um determinado grupo cultural. (VERSIANI, 2005, p. 87, grifos do autor).

Com efeito, a autoetnografia convoca a pensar as dicotomias não mais como oposição e sim como termos em continuidade, pois até pouco tempo, em reflexões autobiográficas e etnográficas predominavam uma série de dicotomias, tais como, sujeito



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e objeto, coletivo e individual, alteridade e subjetividade, afastando o diálogo entre o subjetivo e o coletivo. Porém, a autoetnografia provoca um diálogo entre o subjetivo e o coletivo possibilitando um encontro entre subjetividades. É por aí que caminho para tratar os domínios do subjetivo e do coletivo, não como opostos, mas como contínuos. Nessas relações entre sujeitos singulares, que busco com o meu objeto de estudo, a figura da *drag queen*, ao realizar uma aproximação com minhas experiências, pretendo não refletir sobre as particularidades dessa figura cênica, mas sobre a singularidade de um sujeito em meio a um coletivo.

Estar em processo em meio a um coletivo, é relacionar-se com o outro, numa construção intersubjetiva que está sempre em construção. Essa possibilidade metodológica me permitiu, nos contextos sociais e culturais, explorar minha própria experiência, estas que fazem parte dessa narrativa. É uma relação com o outro, um encontro de interlocução entre sujeitos, que se comunicam entre si, não sobre o outro ou pelo outro, compartilhando saberes e discursos nesse encontro de diferentes subjetividades. Nesse sentido, Versiani (2005, p. 245, grifos do autor) nos diz que a autoetnografia consiste em um “falar *com* os outros a partir de nosso próprio – do meu próprio – e singular lugar de fala; trata-se, a rigor, de uma interlocução com sujeitos cuja autoridade sobre seus próprios saberes é *a priori* reconhecida”.

Ao investigar minha própria prática como sujeito/artista/*drag*/professor, vivencio e compartilho experiências e dialogo com outros sujeitos, autores, *drags* e filmes que abordo em pesquisa. Neste processo, penso minhas experiências passadas numa relação com o presente, movimentando-me numa reflexão do sujeito/artista/*drag*/professor que sou. Transformo-me no processo, viajo à deriva, produzo autoetnografia. É por meio desse processo autorreflexivo que vou me construindo como sujeito na busca de um diálogo comigo mesmo e com o outro.

As viagens que (me)movem a pesquisar.

A *drag queen* é pensada nesta pesquisa como uma figura que se transforma, monta-se, mutável, que se (des)monta, que é atravessada por intensidades que a movimentam, criando interconexões a partir de um corpo em processo, em fazer – se arte,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

um corpo em constante mudança que performa, comunica, provoca, fascina. Este não possui uma identidade fixa. A *drag queen* é ainda uma louca, uma deusa, um palhaço, que não segue padrões, ela cria suas próprias regras violando o senso comum, pois ela exagera o “natural”. É o raro, o estranho, o excêntrico, o sujeito desviante.

Ao se construir/montar-se com seus truques, e se (des)montar após um determinado tempo, a *drag* vai se reinventando em suas montarias e abriu espaço para que outras transformações, visuais e subjetivas, possam ser (re)produzidas durante sua trajetória. Vai absorvendo também outros diálogos, singulares e coletivos, para experimentar em suas novas (trans)formações. É como artista/pesquisador/*dragqueen*, que experimento e produzo esta pesquisa, estando sempre em trânsito, não apenas em trânsito entre os gêneros masculino e feminino, mas também em uma constante viagem, atravessando caminhos que até então não haviam sido explorados.

Assim, Louro (2008), enfatiza que à imagem da viagem “se agregam ideias de deslocamento, desenraizamento, trânsito, [...], parece necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente, supor que o sujeito que viaja é ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante”. (LOURO, 2008, p. 13).

Algumas referências fílmicas, já citadas anteriormente, proporcionam muito mais que apenas prazer e entretenimento, que trago para pensar a prática educativa e à docência fizeram/fazem parte de minha trajetória como sujeito/artista/*dragqueen*/professor que sou, são pensados como disparadores, pois produzem ecos para uma reflexão e violentam nosso pensamento. Não intento aqui falar apenas de algumas cenas fílmicas, descrevê-las, mas tento falar/pensar com eles(as). A partir do contágio com esses filmes e minhas experiências como sujeito/artista, possibilidades pedagógicas são vistas nesses encontros, dar-se ao desconhecido, ao inusitado, ao imprevisto. Ariscar-se por caminhos não traçados, sair da rota fixa, pegar atalhos, voltar, experimentar as surpresas do incerto do inesperado pode ser instigante, viver perigosamente (LOURO, 2008).

Quando estamos à espreita de uma viagem, deparamo-nos com diversas paisagens possíveis que nos atravessam, como pessoas e culturas diferentes, clima, paisagens que fazem parte desse percurso, e que por vezes causam certo desconforto a quem arrisca-se a cruzar por outros caminhos, mas “não nos esqueçamos de que de uma forma ou de outra a vida e a viagem continuam e nos transformamos independentemente de opressões e



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

violências; não há uma necessária continuidade causa-consequência quando falamos de produção de subjetividade e de suas múltiplas formas de ser” (JUNIOR, 2011, p. 158). Pensar sobre esses acontecimentos torna-se importante, pois só eles me/nos impulsionam a tirar dessas adversidades algo de significativo que colabore na minha/sua construção cotidianamente.

Durante uma viagem, novas rotas são atravessadas e criadas, e as memórias que guardamos desses caminhos possibilitam pensar na construção do sujeito, a partir dessas experiências que agem diretamente sobre os corpos que se lançam ao desconhecido, e que buscam outras formas de ver/construir a si mesmo. Arriscar-se em uma viagem, é um processo formativo/pedagógico, onde se aprende a partir da experimentação. Em meio a essas viagens houve paradas, paradas forçadas pelo próprio caminho. Foram paradas, para (re)pensar a si mesmo, que se produziam durante este movimento e que me disparavam a ir em outras direções, me provocando a pensar sobre o meu próprio processo formativo/pedagógico. As referências fílmicas anteriormente citadas, ambas apresentam características de narrativas de viagens, *road movies*, ou filmes de estrada. Estas narrativas apresentam enunciados imagéticos que possibilitam ecos para inúmeras questões, além disso, eles apresentam histórias baseadas em cruzamentos, que mantém uma relação com o mundo. Nesse gênero de filme,

O personagem ou os personagens estão em trânsito, em fuga ou na busca de algum objetivo frequentemente adiado e, ao longo do caminho, veem-se diante de provas, encontros, conflitos. Ao se deslocarem, também se transformam e essa transformação é, muitas vezes, caracterizada como uma evolução (LOURO, 2008, p. 12).

A viagem é pensada aqui, como movimento, sujeitos em trânsito, deslocamento, supondo o sujeito que viaja é ele próprio, cambiante, dividido, fragmentado (LOURO, 2008). Sujeito e pesquisa estão em constante movimento, assim como esses filmes, em curso, sendo atravessado por diversas situações, relações, experiências, fazendo-me pensar no processo formativo/pedagógico do sujeito e suas outras formas de ser/ver/criar. E este movimento que constrói relações que afeta a si mesmo e aos outros também pode ser pensado em outro cenário, na docência, sacolejando este espaço, quebrando tabus e indo além dos muros da escola.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Priscila a rainha do deserto, assim como Para Wong foo, apresenta duas extremidades, a pacato deserto australiano e o colorido das *drag queens* que são da cidade grande. Desde que elas ficam paradas no meio do deserto, por problemas mecânicos em seu ônibus, o contraste é evidente, o ônibus (Priscila) na cor rosa e seus modelitos extravagantes, proporcionam vida aquele ambiente deserto e sem cor. Com efeito, pensar à docência a partir dessa figura poética que está sempre em trânsito, que (trans)forma a si mesmo, os outros e até mesmo os lugares mais sombrios e sem cor, é pensar em algo movente, que se (trans)forma, e esta arte possibilita experimentar outras possibilidades no viver, e de pensar a educação sob outras configurações. Experimentar outras possibilidades, seguir outros caminhos é pensar em algo que nos acontece, que esta sendo, em movimento. O que me incita a pensar a docência, a partir desta figura, é pensar em uma educação transgressora, encontrando brechas que proporcionam diversas possibilidades de fazer algo novo, desviando para outros caminhos, desviar do que estamos acostumados a ver, do cômodo.

Ao pensar a docência como um espaço cômodo, restrito, que na maioria das vezes, não abre brechas para que outras possibilidades e experiências possam ser exploradas, pode ser também entendido como o que Louro (1997), define como um espaço delimitado. Este espaço, segundo a autora, afirma o que cada um pode ou não fazer, que se dá de forma organizada, estruturada, mecanizada, por exemplo, o “lugar” das meninas e dos meninos. Por outro lado, a figura da *drag queen* ao contrário, não se limita e restringe a uma única transformação/ação. Assim, como esta figura fascinante, à docência pode ser (re)pensada, “(des)construindo a forma fixa/rígida, mecanizada para poder reconstruir novamente uma docência com práticas pedagógicas e formativas pensadas não apenas para o estudante, mas com o estudante, um docente e um aprendiz juntos e não separadamente, desenhando caminhos, ir e vir, tentando escapar das “verdades absolutas”” (BRASIL, 2017, p. 91). A figura da *drag queen* potencializa experimentar outros caminhos, de sermos outros, de (re)inventar a si mesmo como sujeito/educador, sem seguir uma receita, pois há inúmeras possibilidades de ser docente.

Intento, assim, na pesquisa, desviar por outros caminhos, buscar outras possibilidades pedagógicas para (re)inventar. Nesse sentido, pensar a docência, a partir da figura da *drag queen*, metaforicamente, de alguma forma, me faz refletir sobre o que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

encontramos no cenário docente, este feito de dificuldades, desafios, frustrações, resistências, incertezas, dúvidas, mudança de percurso, vitórias, conquistas. Assim, a docência pode sim ser pensada a partir dessa figura transgressora que está sempre em movimento, que atravessa e é atravessada por um caminho de incertezas, e que busca possibilidades em se (re)inventar.

Potencialidades de um corpo movente.

Esta figura movente, a *drag queen*, dispara potencialidades que me provocam a pensar à docência, como um ambiente desafiador, movido por intensidades que nos atravessam. Nesse sentido, busco relacionar, brevemente, a figura da *drag queen* e o personagem conceitual do filósofo do martelo Nietzsche, Zaratustra². Em seus itinerários, ambos, movidos por intensidades, passam por um processo formativo/pedagógico.

Nietzsche apresenta em sua obra, Assim Falava Zaratustra (2016), o seu personagem central, Zaratustra, este que possui um instinto de afirmação da vida, de vontade de vida, diferentemente daqueles que se voltam “contra” a vida e que instituem verdades como moralidade. Este personagem cambiante vai ao fundo, no escuro, sem medo da negação encarando as coisas mais sinistras que se pode encontrar em um caminho desconhecido, mas que busca nessa travessia sombria experimentar outras perspectivas e após atravessá-lo encontra-se revitalizado, cheio de vida.

Assim como Zaratustra, a figura da *drag queen* também é desafiada durante sua trajetória, dificuldades estão sempre em sua trajetória para serem superadas, caminhos sombrios (a sociedade conservadora), mas isso não impede com que ela se jogue, se aventure por um percurso desconhecido, pois acima de tudo ela busca uma afirmação da vida, ela afirma o orgulho, levanta a bandeira do movimento que defende, LGBTQIA+³ por meio de suas atuações e atitudes. Nesse caminho sombrio, na escuridão mais profunda que nos nega a vida ou nos impossibilita de querer seguir em frente de querer sempre mais, potencializa algo novo, um novo caminho para seguir sem medo de se perder nessa

² “A escolha do nome do Zaratustra de Nietzsche implica, especialmente, uma provocação, com o intento de desfazer a ideia do persa Zoroastro sobre a distinção entre o bem e o mal” (BRITO, 2016, p. 284).

³ Sigla para definir, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo e assexual.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

escuridão. Desviar para outros caminhos é necessário para que se possa construir, conquistar algo novo.

Incertezas, dores, encontros, alegrias, contradições, são trazidos por Zaratustra em suas narrativas, são discursos que caracterizam em um exercício de si mesmo, um processo de formação, de educar-se a si mesmo. Por essas andanças não se sabe o que se espera, nem para onde ir. Esse “para onde”, nos movimenta, nos instiga a querer desbravar por outros percursos que proporcionam encontros, experiências que nos desafiam e impulsionam a percorrer para outras direções, assim como atravessar a si mesmo, na compreensão do movimento da vida e formação.

Do ponto de vista pedagógico, Zaratustra, a partir de suas narrativas, nos instiga a pensar sua trajetória como um processo formativo, onde ele se educa, aprende, (des)constrói. Para construir, destruir é necessário. Seu processo/percurso é um experimento de si mesmo, movido de tensões, que possibilita um exercício de si mesmo, que permite pensar em outros modos de vida e existência. Assim, Zaratustra pode ser considerado um educador.

Como Zaratustra a figura da *drag queen* também é um viandante, e em seu percurso o processo de aprendizagem de formação também pode ser observado, por exemplo, no amadrinhamento entre as *drag queens*, que consiste em um processo de sociabilidade e pedagógico entre as *drag queens* mais experientes e as iniciantes, que buscam aprender os passos desta arte para obter reconhecimento profissional e artístico. Além disso, a relação que é construída entre mãe e filha, no amadrinhamento, é um processo pedagógico, que visa na relação social, relações significativas de aprendizagem, conhecimento e sociabilidade. Nesse convívio, a *drag* experiente transmite seus ensinamentos, sobre a cultura LGBTQIA+, seus “truques” de montaria, além de “batizar” a *drag queen* iniciante com o seu sobrenome e apresenta-la a comunidade LGBTQIA+. Para Brasil (2017, p. 85), “uma *drag queen* carregar o sobrenome de uma *drag queen* reconhecida constitui a identidade do sujeito/personagem, é motivo de orgulho”. São possibilidades produtivas/pedagógicas visíveis em pequenas práticas que fazem parte desse processo de amadrinhamento, onde se aprende, se educa.

Entre Zaratustra e a figura da *drag queen*, pode-se perceber que ambos em seus itinerários são movidos por intensidades que os movimentam positiva e negativamente,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

mas que fazem parte de quem se joga em um caminho desconhecido possibilitando um processo formativo/pedagógico de experimentação, (des)construção, educação de si mesmo. Então se joga.

Um corpo movente que provoca, perturba, fascina, que realiza ações e pensa sobre elas é um corpo potente. Potente porque não se satisfaz com normas, regras, impostas por uma sociedade pretensamente unitária, mas sim que desvia dessa linearidade na busca de outros encontros para querer crescer, expandir-se. Inspirado em Nietzsche, ancorei-me no conceito de vontade de potência para pensar este ponto de vista. Para o filósofo do martelo, “a vontade de potência não é um ser, não é um devir, mas um *phatos* – ela é o fato elementar de onde resulta um devir e uma ação...”(NIETZSCHE, 2011, p. 382), vontade de potência é querer, querer crescer, querer sempre mais, expandir-se.

Vida é puro movimento, este impulsionado pelo desejo de expandir, de criar, de vencer as resistências, de crescer. No prefácio do Livro “*Vontade de Potência*”, Nietzsche (2011), pensa o mundo como um todo, e nada existe fora desse todo, e este não se encontra em uma condição engessada/fixa, mas sim em movimento num processo de vir a ser. “E o todo é vontade de potência é esse impulso interior da força que gera o movimento”. (NIETZSCHE. 2011, p. 107).

Um corpo potente, que está sempre em movimento, sem um objetivo a alcançar, um ponto de chegada. É uma vontade que não se fixa, não se esgota. Superando barreiras, desafios, a vontade de potência se auto supera. Marton (2010, p. 53) diz sobre esta superação de si, “enquanto força eficiente, ela é, pois, força plástica, criadora”, criando novas formas, outras configurações, novas transformações. É um processo contínuo, um vir a ser.

Esta figura cênica é uma potência de confronto, de provocações, (des)construtora de gêneros e de normas, que provoca questionamentos e apropria-se de algo (corpo) para impor uma outra forma, um outro sentido, uma nova direção. É um corpo que afeta e é afetado por outros corpos que atravessam seu caminho durante uma viagem, e nestes encontros interpretações e associações frente a esta figura emblemática provocam questionamentos na tentativa de compreender os modos como esta figura pode ser pensada em outros contextos.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Considerações finais

A *drag queen* é uma figura emblemática desde o seu surgimento, e pode ser pensada/explorada em diferentes configurações. Por isso, algumas considerações aqui se seguem, apenas algumas, visto que esta figura dispara outras possibilidades de questionamentos. O intento aqui é refletir sobre as (trans)formações que o sujeito/personagem que se aventura em uma viagem atravessada por encontros, constrói em um fluxo contínuo, dentro e fora do espaço educacional.

A *drag queen* é importante e relevante para pensar a prática formativa e pedagógica, provocando um diálogo entre o subjetivo e o coletivo possibilitando um encontro entre subjetividades. Esta figura de luta e afirmação, que luta a partir de suas atuações e atitudes é politicamente relevante. Movente e fascinante, ela a *drag*, possui um papel transgressor, invertendo toda lógica normativa, desviando de uma rota fixa, (re)construindo caminhos possíveis para o aprendizado de si mesmo.

Conclui-se que pensar outros espaços a partir desta figura, potencializa experimentar outros caminhos, de sermos outros, de (re)inventar a si mesmo como sujeito/artista/educador, sem seguir uma receita, pois há inúmeras possibilidades de ser sujeito/artista/docente. O cenário docente nos apresenta dificuldades, desafios, frustrações, resistências, incertezas, dúvidas, mudança de percurso, vitórias, conquistas. Nesse sentido, a docência pode sim ser pensada com e a partir dessa figura transgressora que está sempre em movimento, que atravessa e é atravessada por um caminho de incertezas, e que busca possibilidades em se (re)inventar.

Uma figura, uma forma, uma transformação, um movimento que ultrapassa barreiras, e que pode ser pensada em outros cenários. A maquiagem que enfeita, transforma, movimenta e potencializa a vida.

Referências bibliográficas

BRASIL, I. A. **Drag Queen: uma potência transgressora.** 2017. 127p. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2017.

BRITO, M. **Quem é o Zaratustra de Nietzsche? – Zaratustra como educador.** Revista Unimep. v. 23, n. 2 (2016). Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2659/1709>>. Acesso em: 05 set. 2018.



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

CHIDIAC, M; OLTRAMARI, L. **Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer.** In: Estudos de Psicologia 9(3). 471-478, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a09v09n3.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

DIAS, R. **Nietzsche, vida como obra de arte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

JUNIOR, A. **Um passeio de ônibus: *Priscilla, a rainha do deserto* (1994) e alguns diálogos entre categorias sociais e ficcionais.** Revista Latino Americana. ISSN 1984-6487 / n.7 - abr. 2011 - pp.142-165 / Silva Jr., A / www.sexualidadsaludysociedad.org. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n7/a07n7.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ, 1997.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTON, S. **Nietzsche, filósofo da suspeita.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.

NIETZSCHE, F. **Vontade de potência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NIETZSCHE, F. **Assim Falava Zaratustra.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

VERSIANI, D. B. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Ordem do discurso e Educação: uma análise sobre a “ideologia de gênero” no aparelho ideológico escolar brasileiro

Bruno Caetano Felipe da Silva¹

Resumo: Em meados de 2014, durante a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que parametriza a educação a nível nacional pelo período de uma década, a ala conservadora da Câmara dos Deputados, fez circular a expressão “ideologia de gênero”. Tal força política, cunhada como “Bancada Evangélica”, contrária aos avanços sociais tão necessários e urgentes à sociedade brasileira, especialmente no que tange à educação, no sentido da “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, não só representam um atraso à educação como constroem e legitimam, no campo social, modelos de comportamentos aceitos e que devem ser seguidos. Nos termos de um dos deputados mais afamados de tal ala, Deputado Federal Marco Feliciano, a ideologia de gênero seria, “uma construção social da imagem sobre o ser humano”, e em tal ideologia pregaria-se que “o ser humano nasce um ser amorfo. Ele vai se descobrir homem ou mulher depois, quando tiver certa idade.” O objetivo deste trabalho é analisar alguns eventos dos últimos anos da política brasileira que afetam diretamente o Plano Nacional de Educação (PNE), para traçar uma pequena história da censura em torno da sexualidade e de seus impactos na vida cotidiana. De forma a reconstruir o discurso parlamentar e as movimentações parlamentares que constroem e silenciam os sentidos que circundam as palavras no meio urbano. Finalmente, é a discussão sobre a ideologia de gênero – considerando que gênero não é uma ideologia – e suas interferências nas bases curriculares – a despeito de sua inconstitucionalidade – que são trazidas como materialidades discursivas neste trabalho.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Violência; Políticas educacionais; Política linguística.

¹ Graduando em Letras pela Universidade Estadual de Campinas. brunocaetano@felipedasilva.com



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

CÂMARA DOS SERES AMORFOS

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro do silenciamento histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------|
| COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | | | |
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 0300/14 | DATA: 08/04/2014 | |
| LOCAL: Plenário 2 das Comissões | INÍCIO: 11h53min | TÉRMINO: 15h58min | PÁGINAS: 8 |

| |
|------------------------------------------------------------------|
| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
| Sumário |
| Continuação da discussão e votação do parecer do Relator. |

| |
|------------------------------------------------------------------------|
| Observações |
| Há oradores não identificados. |
| Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis. |
| Há expressões ininteligíveis. |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

No dia 08 de Abril de 2014, o Poder Legislativo se reunia no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, às 11:00 horas, em sessão para votar o parecer do relator, deputado Angelo Vanhoni, Partido dos Trabalhadores (PT). Projeto de lei, documento apresentado a uma das instâncias do Poder Legislativo que, ao ser votado e caso aprovado, adquire o estatuto de lei. Tal documento pode ser protocolado junto à Câmara dos Deputados ou no Senado Nacional, órgãos que detém o poder de sancionar uma norma válida no território nacional. Nesta sessão, estará em aprovação o texto substitutivo do Senado Nacional que propunha alterações à redação das diretrizes do Plano Nacional de Educação. A proposta teve sua versão originalmente escrita pela Câmara.

A comissão ali reunida, se destina a proferir seus votos ao projeto de lei nº 8035, de 2010, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”. As diretrizes aprovadas para o PNE regerão, no período de dez anos, a educação brasileira, neste documento prevê-se a institucionalização de um currículo comum à escolas, que devem se adequar às metas e estratégias do plano.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.
(Projeto de Lei nº 8035/2010)

O artigo acima citado influi no currículo escolar parametrizando o que deve ser ensinado, em qual série deve ser ensinada e de que forma. A nível estadual, os currículos são responsáveis por organizar materiais que orientem “o trabalho pedagógico em sala de aula, com base em três suportes: o Caderno do Professor, o Caderno do Aluno e os vídeos dos especialistas.” (Currículo de SP), aprovados no Plano Nacional do Livro e Material Didático. Além de cancelar o material didático, que deverá ser seguido pelo professor, acompanhado pelos alunos em sala de aula e em casa, os currículos parametrizam, ao fim de um determinado período da vida escolar, os exames que servem de parametros aos índices de desenvolvimento da Educação. Temerária autoridade no documento oficial expressa-se, modo que, há um apelo político no próprio ato de constituir um *corpus* de análise.

O *corpus* foi construído tendo como ponto de partida o único vídeo encontrado no YouTube sobre a sessão da comissão especial do Plano Nacional de Educação no dia 08



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de Abril de 2014, nele aparece a figura do deputado federal Pastor Marco Feliciano frente ao microfone da Câmara. Gesticulando e discursando ele é gravado. Foi a peculiaridade² desse dia que me tomou como analista de discurso e arrastou-me para os arquivos sonoros disponíveis no site da Câmara dos Deputados³ e também sua versão transcrita pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação em formato digitado e disponível em Formato Portátil de Documento (.pdf).

*

Há, ali no Anexo II esperando a sessão uma série de oradores não identificados.

Percebe-se nos arquivos sonoros gravados e disponibilizados pela Casa, interferências externas ao grupo de deputados ali reunidos, que entoam palavras de protesto típicos do corpo estudantil. Há intervenções fora do microfone. (In)audíveis e (In)inteligíveis para transcrição como o silêncio de um minuto e treze segundos que precedem a fala de abertura da sessão. Os áudios estão disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados, para quem ousar escutar.

Registra-se o atraso de cinquenta e três minutos entre o horário em que a sessão iniciaria e o primeiro áudio disponível.

*

Às 11:53:08, horário de Brasília, o Presidente da Sessão, deputado Lelo Coimbra (PMDB), declara abertos os trabalhos da 46ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências". A Ordem do Dia prevê continuação da discussão e votação do parecer do Relator.

O senhor Presidente inicia a sessão ordinária que consta, na lista de prioridades das proposições sujeitas à apreciação, o texto substitutivo do Senado Federal ao projeto

² Quando me refiro a algo estranho que ocorreu nesse dia, é o caso desta ser a primeira sessão do caro deputado Marco Feliciano.

³ <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=47620>



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de lei que norteará os próximos dez anos da educação brasileira.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PARECER: Parecer do Relator: Pela não implicação orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, à exceção da estratégia 20.11; e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo, com alterações

Cuidadosamente, o senhor Presidente observa as condutas anteriores do Relator rememorando suas ações anteriores, sendo elas rejeitar “o art. 4º, do Senado Federal, para restabelecer o dispositivo correspondente do texto da Câmara; aprovou o inciso IV, do art. 5º do substitutivo do Senado Federal e rejeitou a Meta 7.36 do substitutivo do Senado.”

*

Às 11:56:43, entra em cena o Relator. Ele irá apenas ler as alterações no texto, referente ao artigo 2º e reafirmar a sua decisão de acatar a “formulação originária da Câmara para o art. 2º”, contra o texto trazido pelo Senado, passando, então, a prevalecer para o parágrafo 1º das diretrizes do PNE o seguinte texto:

§ 1º. Erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

A fim de esclarecer a votação prioritária do dia e a reavivar a memória dos ali presentes, o relator, pronuncia o histórico das modificações feitas ao texto pela Câmara. A modificação da Casa, no Plano Nacional de Educação é confluyente ao parecer recebido do Senado Federal no tangente ao inciso “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Há confluência nos textos propostos das duas instâncias do poder legislativo, por isto, a redação segue à apreciação do Plenário. O relator verbaliza as escrituras da Câmara, provenientes de muita discussão e embebidas de razão, expondo os incisos propostos à discussão oral entre os deputados e deputadas ali presentes.

Assim feito, o Presidente toma a palavra e determina as condutas da discussão a ser



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

tomada em relação ao parecer ao Substitutivo do Senado sob o projeto de lei da Câmara n° 103, de 2012.

*

Às 14:39:55, assume a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano. Este pronunciamento nos parece bastante curioso. Exercendo seu pleno direito “de ir até a escola e reclamar” ele, representante eleito e porta-voz de todos os pais- e, portanto, Pai-, pacientemente esperou ali e assistiu a uma aula sobre o que é o Plano Nacional de Educação que estava ocorrendo na Sala 2 do anexo II. Agora, com a posse da fala, ele irá com equilíbrio comentar o que pensa sobre Ideologia de Gênero, sem deixar de ponderar sobre as leis que regem a educação das crianças do Brasil. Observado isso, com a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano.

Ele inicia contando sua trajetória pelo sistema escolar brasileiro, provavelmente público, devido à sua origem “muito humilde e muito pobre”. Relata os traumas e preconceitos sofridos, e por ter vivido-percebido esse ambiente, sabe que o “preconceito é um câncer que deve ser completamente arrancado do seio da sociedade brasileira, mas não se arranca um preconceito pregando um novo preconceito.”

Para melhor ilustrar seu posicionamento, Feliciano cita nominalmente “um discurso belíssimo” ali proferido, o do deputado Luiz Fernando, Partido Progressista (PP). Curiosamente, o parlamentar, não é membro da Comissão Especial ali reunida, mas sua interferência é bastante significativa para a discussão corrente justamente por ser uma peça fora do jogo de concessões que está se articulando. O presidente Lelo Coimbra concede-lhe a fala.

*

Em muitas escolas e universidades a pornografia e a masturbação são apresentadas como um estágio necessário na vida do jovem, para conhecer o sexo e conhecer o próprio corpo.
(Pe. Paulo Ricardo)

Luiz Fernando discursa, de maneira, arrojada e certa, afirmando



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

categoricamente sua posição contrária à inserção da “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. Transcrevo:

Eu, particularmente Sr. Presidente, em razão desta ingerência, em razão do gênero no Plano Nacional de Educação e de a origem gênero tem um contexto absolutamente ideológico, marxista, eu não acredito que deva constar na nossa... (Manifestações no plenário.)

Mesmo apesar de seu claro posicionamento e conhecimento sobre a origem ideológica do gênero, este bom cristão e ilustre deputado, não tem “nenhum tipo de preconceito” e até divide seu gabinete com homossexuais.

Eu tenho uma clareza muito grande. Eu tenho homossexuais que trabalham na minha equipe. São nomeados e são assessores parlamentares da Câmara Federal, que trabalham comigo, dentro do meu gabinete.

Ora, destes excertos, que não me parecem nada claros, gostaria de ressaltar a ocorrência do nome *clareza* e do adjetivo *claro* duas pequenas palavrinhas que remetem ao ato de nomear aos homossexuais de sua equipe, e por ora, indicar a passividade do ato de ser nomeado, ou seja, de receber um nome, um substantivo, nesse caso, ligado à profissão que as significam.

A articulação entre a origem clara e evidente do ser e uma característica inata aparece no *corpus* como o substantivo *essência*, e no advérbio *essencialmente*, no trecho a seguir transpomos uma das ocorrências:

Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador. Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.

Recorro às tabelas para transpor as outras ocorrências

| | | |
|------------------|----------|---------------|
| acredito que, na | Essência | do ser humano |
| porque esta é a | | do que nós |

| | | |
|-----------------------------------------|----------------|--------------------------|
| não é a compreensão que | Essencialmente | elas têm. |
| Processo educacional brasileiro, criado | | , numa sociedade cristã. |



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Suspendamos, essa evidência da “essência do ser”, para empreender um gesto de leitura, adotando como materialidade discursiva o enunciado, que nos aparece como um nó de rede discursiva⁴, nada evidente aos olhos do analista. Aqui fazemos menção ao termo interdiscurso, exposto por Pechêux como “materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada” (Pechêux, 2011), tal termo implica que o próprio processo de interpretação do sentido também é um ato de construção de significados, que aparecem como efeitos do interdiscurso no texto como os possíveis sentidos “implícitos” ao texto, sentidos “sempre-já-lá”.

Para empreendermos tal gesto, é preciso colocar adotar certa posição analítica ao observar que permita criar o objeto de análise em torno dos possíveis sentidos atribuídos a tal clareza, tão remetida pelos que se dizem contrários à implementação da cunhada “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. Para análise desse efeito de evidência que permite afirmar que “todo mundo sabe o que é”⁵ um ser.

Do enunciado extraído da fala do senhor Deputado, gostaria de propor algumas divisões do trecho para análise da expressão “essência do ser humano”.

(LF0) Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador.

Poderíamos nos perguntar sobre a existência do ser, em relação à distinção clara, que se dá na essência do ser. Extraímos a oração “existe uma distinção clara” em que o núcleo da oração é o verbo existir no imperativo afirmativo (ela) existe, que necessita de um sujeito, distinção clara, assim afirma-se que já-há uma distinção. Porém, essência assume a função sintática de complemento circunstancial, existe na essência. O complemento circunstancial da fé.

(LF1) Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que na essência do ser humano
na distinção clara[®]

É por acreditar na essência do ser humano que o deputado Luiz Fernando (PP) acredita que existe uma distinção clara no ser humano. “Eu ouvi alguns deputados, inclusive o deputado Luiz Fernando, que fez um discurso belíssimo”⁶ sobre a “distinção

⁴ Ver Leitura e Memória

⁵ Para maior esclarecimento dessa questão ver Pêcheux, 2009 [1975]

⁶ Trecho transposto de Marco Feliciano.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

clara”, e eu gostaria de tentar comentar um pouco sobre o que eu li e estudei a respeito de “distinção clara”. Vejamos:

(LF1.1) existe uma distinção clara [▲], dada pelo criador.

A ausência de um termo na oração que modifique o verbo, no sentido de localizá-lo em algum lugar específico é retomada na afirmação que existe uma distinção entre o ser humano, que poderia se dar no corpo, talvez em suas partes anatômicas. Nesse vazio que parece transparente no efeito de linearidade da sintaxe articula-se, no espaço de memória (Pechêux, 2007), possíveis sentidos de “distinção clara” significando-a pelo “não-dito da sequência não é, assim, reconstruído sobre a base de operações lógicas internas, ele remete aqui a um já-dito, ao dito em outro lugar.” (Pechêux, 2011).

(LF1.2) Existe uma distinção clara na essência do ser humano, dada pelo criador.

(LF1.3) existe uma distinção clara na essência da pessoa, dada pelo criador.

(LF1.4) existe uma distinção clara na essência do homem e da mulher, dada pelo criador.

(LF1.5) Existe uma distinção clara na essência $\frac{\text{do homem}}{\text{da mulher}}$, dada pelo criador.

Ao não-dizer permite-se retomar na memória e construir seu sentido, não uma memória individual, mas uma memória “exterior e anterior ao sujeito” que o reveste o vazio de significado. Na análise aqui dada, o sexo sofre um efeito de exclusão, apagado no enunciado e recoberto pela linearidade sintática. Antes de o próprio corpo biológico ser constituído, uma forma histórica que naturaliza o próprio entendimento do ser já constituiu o significado de corpo. Das paráfrases aqui construídas ressalta-se que essa “distinção clara” é essencialmente baseada na construção do corpo biológico, que a junção entre o sentido de essência se constrói junto da distinção anatômica dos corpos, em suas formações discursivas.

A dúvida que me aparece e torna opaca essa clareza da diferença, aqui referida pelo nobre deputado, é a da própria forma de constituição do sujeito. O nobre parlamentar significa a distinção clara entre o sexo no corpo? Existiria uma evidência clara daquilo que se chama sujeito ou esta estaria condicionada a uma certa forma de olhar, uma imagem construída e reconhecida de dizer “isso, que olhamos e reconhecemos, é um sujeito”? Perguntas diversas, mas que apontam para uma central: sob quais discursos o senhor é atravessado?



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Se seguimos, nesta análise, as proposições de Pêcheux acerca de ideologia teríamos e sendo esta “que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe”. É o que se identifica por essa ideologia constituída e constituinte do discurso que se digna a ser designado como ser aquele que se identifica com sua condição dada pelo criador, com sua forma inerente, aquele que se reconhece em seu nome dado pela sociedade que o rodeia, este é distinguível socialmente, biologicamente de forma clara e incontestável.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2009 [1975], p.146)

(LF2) A compreensão, Sr. Presidente, que se quer dar a alguns temas não é a compreensão que essencialmente elas têm

(LF3) Não há como se fazer uma distinção diferente.

(LF4) Não dá.

Referências bibliográficas

Pêcheux M. A forma-sujeito do discurso. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. In: Pêcheux M. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2º ed. Campinas: Pontes; 2011 [1984a]. pp. 141-150.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007

Gênero, Publicidade e Comunicação Organizacional



**I AQUENDA
DE COMUNICAÇÃO,
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Absolutas: Tecnologias de gênero na construção do corpo Trans

Anderson Alves Scherer¹

Resumo: Entendendo a publicidade como tecnologia de gênero capaz de colaborar para a construção das relações de gênero, toma-se como objeto de análise a campanha *Absolutas*, composta majoritariamente por mulheres trans também em sua criação. Tendo em vista a participação transexual na mensagem o artigo tem como objetivo analisar como o corpo trans é construído em uma mensagem que se propõe a quebrar com a lógica hegemônica binária e heteronormativa de gênero. Para tanto o artigo se utiliza da Análise Crítica do Discurso amparado por Norman Fairclough.

Palavras-chave: Tecnologias de gênero; Análise Crítica do Discurso; Publicidade; Estratégias; LGBT

Introdução

Partimos da premissa de que a publicidade reflete comportamentos e transformações sociais, como também é capaz de através de suas produções promover discussões e reavaliações de estereótipos negativos que foram colados em determinados grupos, inclusive pela própria publicidade. A representação das pessoas pertencentes à comunidade LGBT são um exemplo desse duplo jogo de representação estabelecido pela publicidade.

Pesquisas como a de André Iribure Rodrigues (2008) demonstram essa dinâmica. Ele mapeou, quantificou e qualificou as representações LGBT's em anúncios veiculados na televisão brasileira desde a década de 1970 até meados dos anos 2000, por meio de um trabalho de interpretação desses anúncios por um olhar contemporâneo, tanto teórico quanto empírico, recontou a história da representação LGBT na publicidade. A pesquisa mostra como historicamente há um nível extremamente raso de representação das identidades LGBT+ tanto em nível quantitativo quanto qualitativo das mensagens produzidas. O autor classificou os anúncios em duas categorias: Os *estereotipados* para identificar aqueles que mantêm a construção histórica de se representar o gênero e a sexualidade a partir de uma ótica hegemônica, ou seja, a partir de uma lógica binária,

¹ Mestrando no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: andersonascherer@gmail.com



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

com tons pejorativos e estereotipados em que a desvalorização extrema desses personagens garante a manutenção da ordem social, ou seja, daquilo que se convencionou como normal no que tange o sistema sexo-gênero.

Já os anúncios *desconstrucionistas* são aquelas que em um movimento contrário, representam justamente outras formas de vivências em relação à sexualidade e ao gênero. Subvertem ou ampliam as noções estigmatizadas e cristalizadas impostas a sujeitos lançados a margem da sociedade. Sua pesquisa demonstrou que quantitativamente durante esse período houve a predominância de comerciais *estereotipados*, entretanto ponderou que, mesmo a passos lentos, a representação LGBT vem melhorando nos últimos anos com o aumento dos anúncios *desconstrucionistas* e diminuição dos *estereotipados*. E ainda afirma a necessária reavaliação das representações das homossexualidades na televisão.

Em novembro de 2017 a marca de bebidas alcoólicas *Absolut*, lançou no Brasil mais uma parte do projeto *Absolut Art Resistance*, que surgiu nos anos 1970, mesma década de nascimento da marca. O projeto consiste em usar a arte para discutir temas de caráter político em estado de ebulição dentro de determinado contexto sócio-histórico. Já debateu em outros momentos o machismo e a homofobia em pleno surto do HIV. Num dos países que mais mata transexuais no mundo², a marca resolveu abordar a temática do preconceito estrutural³ contra as populações trans e travestis.

A campanha consiste em um vídeo, peça principal, e site especial para a campanha. Sob o mote “O Conservadorismo Pressiona”, o objetivo da marca é discutir questões referentes à discriminação e exclusão dessa população através da promoção de artistas trans e travestis. Para tanto, as artistas Linn Da Quebrada, Raquel Virginia e Assucena Assucena foram convidadas para participar, e colaborar criativamente com a campanha. Ambas protagonizam o vídeo principal, sob o slogan “Quando a Arte Resiste, o Mundo Progride” a campanha se sustenta através de uma música, com composição de Linn Da Quebrada e participação das demais artistas. A marca financia,

² Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil no ano de 2017 – ANTRA - <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

³ Excluídas do mercado de trabalho 90% da população Trans e Travesti acaba recorrendo a prostituição <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

viabiliza e assina o vídeo que ilustra a composição das artistas trans. Em síntese se trata de uma colaboração criativa da marca principalmente com a artista Linn Da Quebrada. A campanha, portanto, se encaixaria dentro de uma perspectiva mais *desconstrucionista* de anúncio por dar visibilidade a corpos que quebram com a lógica binária de gênero.

Tecnologias de Gênero

Teresa de Lauretis (1994) propõem o conceito de *tecnologias de gênero* muito em função da sua forma de entender gênero. Contrariando a ideia de que o termo gênero serviria apenas para designar a diferença sexual entre o homem e a mulher, por entender ser essa uma compreensão limitante, a autora amplia o conceito de gênero compreendendo-o não como uma categoria fechada, mas como “uma relação de pertencimento a um grupo ou classe”. Mais do que isso ela irá dizer que “gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como “classe”. (LAURETIS, 1994 p. 210). Em outras palavras a autora defende que gênero não é propriedade dos corpos, nem está dado *a priori* nos indivíduos, mas se trata do conjuntos de efeitos produzidos nos corpos a partir de como cada cultura interpretou o sistema sexo-gênero.

Entender gênero como representação, também inclui pensar que a representação do gênero se dá através de sua construção ininterrupta durante a história da humanidade. Pode-se dizer que toda a produção artística, midiática, literária e assim por diante contribui para essa construção do gênero.

Foucault (2014), em *A História da Sexualidade Parte I*, demonstra como a produção de discursos sobre a sexualidade, a partir da era vitoriana, estabeleceu as diretrizes primordiais de como entendemos a sexualidade hoje em dia. A colaboração do autor está em tirar a sexualidade do universo do íntimo e do entendimento do natural dos seres, para demonstrar que ela também é fundada e orquestrada pela cultura. A ideia de negar a hipótese freudiana repressiva da sexualidade se funda no paradoxo de que estas mesmas instituições que ditaram por séculos, através de seus discursos próprios, normas e padrões de comportamento em relação às sexualidades, tal como a



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

medicina, o sistema jurídico, o religioso, não apenas estariam reprimindo a sexualidade, mas justamente em um movimento contrário, também produzindo sexualidades através de uma regulação discursiva. Toda essa produção de discursos não estaria a parte das relações de poder, é claro, mas justamente a serviço de uma manutenção da hegemonia. O autor utiliza o conceito de “tecnologia sexual” para designar essa produção de discurso de manutenção da norma que define como “um conjunto de técnicas para maximizar a vida”.

A autora recupera essa ideia de tecnologia e formula sua tese de que os discursos institucionais como o científico, o artístico, literário, a moda, a arquitetura, os meios de comunicação de massa - e aqui se destaca a publicidade- contribuem para perpetuar a construção do sistema sexo-gênero. Ela se propõe a ir um pouco além de Foucault ao tentar entender como as representações de gênero são absorvidas subjetivamente pelos indivíduos.

Olhando para nosso objeto empírico, voltamos a uma proposição basilar da autora para pensar a produção de discursos que se originam para subverter a ordem ou questionar a hegemonia de discursos estabelecidos, tais como o feminismo ou a teoria *Queer*. A autora defende que “Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer em qualquer discurso” (LAURETIS, 1994 p. 209). Ou seja, mesmo uma produção com protagonismo trans, diversidade de corpos e biotipos, também está a seu modo colaborando para uma representação de gênero dada, nesse caso, através de sua desconstrução. É olhando por esse viés que pretendemos analisar como essa produção de significados acontece no vídeo “A Arte Resiste” composta majoritariamente por trans e travestis.

A ideia é analisar de que forma - e até que ponto - é (re)construída a ideia de corpo e performance de gênero, a partir de uma representação que se propõem a quebrar com o binarismo, expressa pelo anúncio a partir do protagonismo transexual. Dessa forma o anúncio coloca em evidencia sujeitos que historicamente têm sido alocadas na categoria dos “seres abjetos” (Butler, 2002 p.19) ou dos “degenerados”, como preferiu o discurso médico normatizador e consolidador da visão hegemônica sobre sexualidade. De forma sucinta nosso objetivo é analisar até que ponto a participação de mulheres transexuais e travestis na produção da mensagem publicitária



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

contribuem para a quebra de uma lógica binária e heteronormativa de gênero.

Possibilidades metodológicas

Tomamos como *corpus* de análise a letra da música composta pela artista Linn da Quebrada em parceria com a marca, entendendo-a como um discurso a partir dos pressupostos de Norman Fairclough (2001).

Fairclough propõem um modelo de análise discursiva bastante frutífero através do diálogo entre uma análise orientada pela linguística sistêmica-funcional de Halliday e um pensamento social e político dialogando principalmente com Foucault. Dessa forma propõem um modelo de análise tridimensional do discurso que leva em consideração tanto a materialidade no texto quanto os desdobramentos práticos e potencialidades de mudança social. Ou seja, para o autor o discurso é prática, uma forma de ação, e de agir sobre o mundo. Dessa forma o discurso tem uma relação direta com a estrutura social e as formas de representação:

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001 p. 91)

O modelo tridimensional de análise de Fairclough (2001) supõe três níveis de análise: a descrição de dados e metáforas (análise textual), os textos e práticas discursivas (análise processual) e os efeitos socioculturais da prática discursiva (análise social). No presente artigo nosso foco será voltado principalmente para o segundo nível de análise, a prática discursiva. Pelo caráter processual de produção da mensagem que essa dimensão propõe, uma vez que nosso objetivo está nos desdobramentos de uma participação travesti na produção e criação dessa mensagem publicitária. O que não significa que não avaliaremos demais dimensões.

Na primeira dimensão, a análise textual o autor estabelece algumas categorias analíticas a partir de uma análise linguística-sistêmica. Algumas categorias se voltam mais para os aspectos linguísticos dos textos e outras para os aspectos de sentido.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Entretanto, não é possível fazer uma divisão exata dessas duas categorias uma vez que essa análise é realizada de forma conjunta. Partimos dessa proposição inicial, entendendo que em grande parte da linguística de tradição saussuriana se analisam signos, isto é “palavras ou sequências mais longas de textos que consistem de um significado combinado de uma forma ou de um “significado” combinado de um significante” (FAIRCLOUGH. 2001 p. 93). Nessa primeira dimensão a categoria analítica estabelecida será o vocabulário que “trata das palavras individuais”.

A análise da prática discursiva será a mais extensa e trabalhada nesse artigo, por contemplar questões referentes a produção, distribuição e consumo dos textos. Ou seja, será possível avaliar aspectos referentes as dinâmicas produtivas das agências de publicidade. Além disso, o autor atribui a essa dimensão as categorias de análise: o contexto, e a intertextualidade, ou seja, a quais outros discursos esse discurso remete, e sob quais os aspectos sócio-históricos relevantes no momento do discurso. Essa análise se torna crucial para entender como essa mensagem será interpretada. Além disso, também avalia a força do texto que diz respeito a “ação social que realiza, que atos de fala realiza (da ordem, fazer uma promessa, ameaçar, prometer)” (FAIRCLOUGH. 2001 p.111). Todas essas questões serão orientadas em um sentido de tentar compreender como a participação de uma mulher travesti na produção dessa mensagem influência na (des)construção de gênero.

Para só então nos lançarmos à análise social (terceira dimensão) dos efeitos da mensagem. Nessa última dimensão pretendemos verificar se há uma subversão da ordem hegemônica no que tange a representação dos corpos, dentro de um modelo de sexo-gênero que privilegia o padrão cis, heteronormativo e branco. Principalmente, a partir de nossos pressupostos teóricos que alertam que a subversão também produz tecnologias de gênero em relação aos corpos dissidentes retratados.

De forma sucinta trazemos as categorias que serão analisadas no discurso no seguinte quadro:



Quadro 1 – Síntese das categorias analíticas usados no artigo

| Prática textual | Prática Discursiva | Prática Social |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------|----------------|
| Vocabulário | Produção Distribuição Contexto Força Intertextualidade | Hegemonia |

Vocabulário - Dimensão Textual

Signos que remetem ao corpo

Levando em consideração o recorte metodológico do presente artigo, que tem como objetivo uma análise das representações de gênero e homossexualidades no anúncio publicitário, a partir da letra da música. A análise do vocabulário seguiu esses aspectos e de forma esquemática dividiu-se em duas grandes categorias: o *signos que remetem ao corpo*; e os *signos de resistência*.

Há uma grande quantidade de *signos que remetem ao corpo* travesti. O fenótipo de algumas partes do corpo tem significados diferentes a partir de como nossa cultura interpretou o sistema sexo-gênero. Na música se referem a regiões do corpo trans bastante emblemáticas e que são marcadas, violentadas, massacradas, mutiladas, adequadas ou transformadas durante o processo de transição de gênero. Isso se deve ao fato de serem regiões que carregam maiores significados que marcam o gênero. Por isso, com as transformações provocadas pelos hormônios a partir da puberdade, a forma dessas regiões terão significados mais ou menos masculinos; ou mais ou menos femininos, se tornando áreas alvo de preconceitos, inadequação, e anormalidade, e podem gerar dor psicológica a pessoas com uma identidade de gênero não condizente.

Quadro 2 – Signos que remetem ao corpo Trans

| Estrofe: | Signos que remetem ao corpo Trans/Travesti |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|
| 1º | Genital |
| 2º | Sobrancelha/ Peito/ Barba/ Quadril/ Joelho/ Boca/ Beiço/ Saliva |



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em relação a *força* desse vocabulário percebe-se que há um questionamento no discurso, ou seja, o ato de fala é um enfrentamento sobre a interpretação hegemônica dada a essas regiões. A autora está questionando a irrelevância dessas regiões do corpo para se definir a identidade de gênero de uma pessoa. É um questionamento sobre o preconceito e violência estrutural emitido pela sociedade apenas por conta de diferenças ínfimas de forma. A força discursiva do ato de fala pode ser percebida nas seguintes passagens: *Estou procurando/Estou tentando entender/ O que é que tem em mim que tanto incomoda você?* (Linn da Quebrada, 2017). Em seguida a autora cita as regiões trazidas anteriormente.

Signos de Resistência

Ao realizar a análise do vocabulário também se percebeu um outro grupo de signos muito presentes no discurso. São palavras que originalmente surgem com uma conotação pejorativa, usadas para estigmatizar, segregar e humilhar pessoas que não se encaixam no padrão heteronormativo. Muito próximo ao que a autora Judith Butler (2002) realiza ao propor a sua teoria. *Queer*⁴ é uma gíria da língua inglesa usada como forma de humilhação para pessoas que não seguem o modelo heteronormativo ou binário de gênero. A partir dos questionamentos da autora a palavra ganhou um significado de subversão e fonte de orgulho e empoderamento de pessoas LGBT.

Fairclough (2001) alerta sobre as potencialidades dos significados dos signos. Dessa forma é muito limitante nos fecharmos apenas as definições que estão no dicionário “porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas”. (FAIRCLOUGH. 2001 p. 105). Uma possibilidade analítica segundo o autor seria a “lexicalização” das palavras, ou seja, as possibilidades de significados alternativos.

Os sentidos atribuídos as palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas. A palavra “*bixa*” que em um primeiro momento é usada como meio para propagação do preconceito, tem sentidos pejorativos e humilhantes para quem é atacado com essa

⁴ Segundo o dicionário Oxford Escolar a palavra: *Queer*. Adjetivo: esquisito (calão, ofensa). Efeminado. Compara com gay



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

palavra. Quando passa por um processo de “relixicalização” seu sentido é subvertido ao seu oposto e passa a significar resistência, fonte de orgulho e meio para uma luta política e social.

Quadro 3 – Signos de resistência

| Estrofe: | Signos de Resistência |
|----------|----------------------------------------|
| 5º | Transviada |
| 6º | Bixa/ Trava/Sapatão/Trans Bissexual |

No discurso as palavras são trazidas para subverter e entrar em disputa com o significado hegemônico em que essas palavras tem a função de praticar a homofobia e transfobia, ou seja uma forma de violência explícita. Na letra o sentido construído é de oposição a esse primeiro significado. As palavras que originalmente surgem como meio para prática violenta, se tornam signos de resistência a violência estrutural vivenciada pela comunidade LGBT. Essa construção fica explícita na passagem: *Pra ser tão transviada assim, precisa ter muito/ Muito, muito muito muitoooo, mas muito talento!/
Ser bixa, trava, sapatão, trans, bissexual/ É também poder resistir!*

Dimensão Discursiva – Análise processual *Produção, Distribuição e Consumo*

Em relação às artistas convidadas pela marca para protagonizar e criar deve-se retomar a identidade de Linn da Quebrada. Uma multiartista (atriz, cantora, compositora) travesti que através de sua música política e forte usa o *funk* como plano de fundo para falar sobre homofobia, sexualidade e padrões de gênero. Seu primeiro disco, intitulado Pajubá, foi lançado em outubro de 2017. Em sua página oficial no *You Tube*⁵, se intitula “Bicha, trans, preta e periférica. Nem ator, nem atriz, atroz. *Bailarinx*, performer e terrorista de gênero”. Através dessa definição nada rígida ou estática, que Linn questiona e problematiza o preconceito e o machismo através de um protagonismo interseccional. Já Raquel Virgínia e Assucena Assucena são duas cantoras transexuais vocalistas da

⁵ Disponível em < <https://www.youtube.com/channel/UCje0RwqumaW8Be1c1YKL7DA/about>>. Acessado em 09 de Julho de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

banda As Bahia e a Cozinha Mineira. O primeiro álbum da banda, intitulado *Mulher*, foi lançado em novembro de 2015 e tem como tema o diálogo com o feminismo e denúncias a uma sociedade machista.

A campanha foi assinada, também, pela agência LiveAD no Brasil e em algumas ativações da campanha contou com consultoria estratégica da *Pajubá Diversidade em Rede*, uma consultoria para marcas que tem como objetivo o auxílio na comunicação com o público ou temáticas LGBT+. A Pajubá foi fundada por Ariel Nobre, homem trans, e Gustavo Bonfigliori. A legitimidade para prestar a consultoria se dá a partir das vivências dos publicitários, enquanto LGBT's, e do capital cultural que ambos detêm.⁶

O eminente surgimento de novos formatos e modelos de negócio e se fazer propaganda no mercado publicitário é o reflexo e resposta a uma estrutura de mercado centrada na figura do criativo, branco, cis e heteronormativo que dominou (e até certo ponto ainda domina) o mercado publicitário. Pesquisas a nível quantitativo avaliaram o perfil dos profissionais de criação em agência evidenciando a situação. A pesquisa “A presença de negros nas agências de publicidade”⁷ realizada entre as 50 maiores agências do Brasil revelou que apenas 0,74% dos cargos de direção em criação eram ocupados por negros ou negras. Outra pesquisa realizada pela Meio e Mensagem⁸, que levantou dados das 30 maiores agências do país, mostrou que menos de 20% dos cargos de criação são ocupados por mulheres. Entre os cargos de liderança na criação esse número cai para 6%. O que leva essa problemática, também, para as relações de trabalho e as estruturas das agências. Dessa maneira as marcas e também as agências acabam recorrendo consultorias como a *Pajubá* em busca de aprendizado e legitimidade, pela experiência desses profissionais enquanto identidades marginalizadas.

⁶ Segundo um dos fundadores da consultoria, a Pajubá é uma rede de consultores/as e ativistas LGBT (e de outros grupos minorizados) que prepara marcas e empresas para construir diversidades estruturais. “Nossa missão é orientar empresas que desejam contribuir para a inclusão, representação e capacitação de populações e culturas marginalizadas no mercado e nos demais espaços sociais, em todas as etapas do processo. Somos agentes de vivências: conectamos empresas com diferentes histórias para além dos prédios corporativos. Promovemos injeções de alteridade e senso de humanidade; um reality *check*. Para nós, a diversidade é a principal força motriz da criatividade”. (BONFIGLIOLI, 2017).

⁷ Disponível em < <https://daniladourado.com.br/2015/10/25/a-presenca-dos-negros-nas-agencias-de-publicidade/>> Acessado em 19 de Abril de 2018.

⁸ Disponível em < <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/01/12/mulheres-sao-20-porcento-da-criacao-das-agencias.html> > Acessado em 19 de Abril de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Em relação a distribuição da campanha duas observações importantes devem ser consideradas. A primeira é de que a veiculação da campanha ocorreu basicamente das redes sociais, feita principalmente para as redes sociais. Ou seja, de certa forma fica restrita e direcionada para um público-alvo pré-estabelecido e definido anteriormente. Provavelmente pessoas que já concordam totalmente ou parcialmente com a mensagem. Já a segunda observação é que em contraposto a primeira, para aumentar a visibilidade da campanha uma das ações dessa campanha foi a pintura de painel de 46 metros no em uma parede de um prédio no centro de São Paulo. No mural é possível ler a seguinte frase “Esse mural é uma celebração à resistência diária da comunidade Trans para construir ma sociedade livre onde toda e qualquer pessoa possa ser quem é”.

⁹ No mural há a face das artistas que participam do projeto. Ou seja, se em partes a campanha se restringe na internet, por outro lado ocupa o espaço público urbano de uma das maiores metrópoles do mundo.

Contexto e Intertextualidade

Em relação ao contexto temporal em que a campanha foi lançada, entre agosto e outubro de 2017, destacam-se dois casos polêmicos envolvendo exposição de arte e sexualidade que protagonizaram discussões cotidianas e manchetes de jornais. O primeiro foi a exposição *Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira*, montada no Santander Cultural de Porto Alegre. A exposição foi cancelada após críticas de movimentos religiosos e do Movimento Brasil Livre (MBL) que acusaram as obras de incitação a pedofilia, zoofilia, e blasfêmia. O Santander reagiu às críticas e cancelou a exposição gerando ainda mais revolta de outros setores da sociedades ligados ao movimento LGBT+, e em prol da liberdade de expressão e do fazer artístico.

No mesmo mês de lançamento da campanha *Absolutas*, a exposição *História da Sexualidade*, no MASP, também gerou controvérsias e protestos em diversos setores. No site do MASP encontramos os eixos temáticos que as mais de 300 obras

⁹ Disponível em <http://www.livead.com.br/pt-br/trabalhos/cases/absolut/absolut-art-resistance-1> Acessado em 05 de outubro de 2018.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

selecionadas abordavam “Corpos nus, Totemismos, Religiosidades, Performatividades de gênero, Jogos sexuais, Mercados sexuais, Linguagens e Voyeurismos...” (MASP,2017)¹⁰. Por medo de críticas, e até possíveis boicotes, após os eventos em Porto Alegre relacionados ao *Queermuseu*, o MASP adotou algumas políticas restritivas como classificação indicativa de 18 anos, colagem de selos no catálogo com o texto “Sexo explícito, violência, linguagem imprópria”, e até mesmo cobrir com um pano preto algumas obras, como forma de aviso aos visitantes, que para ver a obra precisavam erguer o pano.

O ano de 2014, ainda ficou particularmente marcado pelas reuniões e debates que determinariam a aprovação do novo texto para o Plano Nacional de Educação (PNE). Assim como outras políticas de Estado, o PNE versa diretrizes e metas para a política educacional brasileira dos próximos dez anos. Desde o período da votação até agora, um acirramento nas discussões acerca dos conceitos "ideologia de gênero" e "orientação sexual" ocorre entre os poderes democráticos e a sociedade brasileira como um todo. No ano de 2017, o MEC resolve, por fim, retirar trechos da Base Nacional de Educação (CNE), que diziam que os estudantes deveriam respeitar a orientação sexual dos demais. Além disso, a palavra gênero foi suprimida de alguns trechos do documento que define as competências e objetivos dos estudantes em cada fase do ensino escolar.¹¹

O autor afirma que a análise da interdiscursividade, ou seja, aos outros discursos que aquele analisado remetem, se tornam de extrema importância para uma análise. Isso se deve ao fato de que os processos de interpretação e circulação do discurso serão interferidos ou afetados dependendo da interdiscursividade. Entendendo discurso como prática, os acontecimentos referenciados anteriormente na mesma época da campanha *Absolutas* carregam ainda mais de sentidos a letra da música. Os casos de repressão à arte, e a ascensão de um congresso com perfil conservador (ou seja, eleito pelo povo), tornam o slogan “Quando o conservadorismo pressiona, a arte resiste” carregado de

¹⁰ Disponível em <https://masp.org.br/exposicoes/historias-da-sexualidade>. Acessado em 02 de Julho de 2017.

¹¹ Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>> Acesso em 02 de Julho de 2017



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

significados de resistência e colocando a arte como meio para essa resistência.

Dimensão Social – Hegemonia

Linn da quebrada ao afirmar logo na primeira estrofe da letra *Olha só doutor, saca só que genial/Sabe a minha identidade? /Nada a ver com genital*. Está subvertendo de forma irônica, criativa e artística um discurso normatizador que levou pessoas como ela a segregação. Um discurso que durante séculos invisibilizou a identidade Trans.

Para Foucault (2014) a homossexualidade é uma categoria criada somente na era moderna pelos discursos de saberes principalmente pela medicina e psiquiatria. Não que em outras épocas não ocorressem práticas homossexuais, mas a forma como elas eram vistas eram completamente diferentes. No período da Renascença, práticas sodomitas eram condenadas tanto pela Igreja quanto pelo Estado. Para a igreja, entretanto, a prática da sodomia era um pecado, passível de perdão e que deveria se evitar a reincidência. A diferença é que após o século XIX se determinou por designar o indivíduo que praticasse atividade sodomita como homossexual, se criou a espécie, um tipo de ser humano anômalo definido por uma sexualidade perversa.

Dessa forma, quando o termo “homossexualismo” surge no primeiro manual de psiquiatria como patologia, as práticas homossexuais, comportamentos sexuais dissidentes, e manifestações de gênero não condizente com o sistema sexo-gênero binário eram consideradas degradantes em nível de doença mental. Foucault se debruça mais em recontar principalmente a história da homossexualidade masculina, mas usamos da mesma lógica para pensar como corpo transexual fora tratado, principalmente pelo olhar patologizante das ciências médicas.

Foi a partir dessa patologização disciplinar que a figura do transexual ou da travesti tornou-se passível de cura e tratamento por algumas instituições. A igreja, por exemplo, através da conversão do fiel. Para disciplinas médicas, principalmente a psiquiatria - como qualquer outro aspecto da vida humana – a sexualidade é passível de cura ou tratamento. Assim, os sujeitos que desviam da identidade de gênero determinada pelo sexo biológico, estariam sempre sujeitos a marginalização social a partir do controle exercido nos corpos através de discursos disciplinalizantes produzidos sobre a



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

sexualidade. Somente em Junho de 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da categoria de transtornos mentais.¹²

Linn da Quebrada e as demais artistas trans entram na ordem no discurso hegemônico e ironizam a titulação e lugar de fala do “doutor”. E mais do que isso colocam elas (mulheres trans) como legitimadas para falar sobre a sua identidade. Fairclough (2011) lembra como o discurso compõe lutas sociais mais amplas, podendo contribuir ou subverter a ordem:

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação são consequentemente, um macro delimitador da luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (também a interpretação) são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução e transformação, não apenas da ordem do discurso existente mas também das relações sociais assimétricas existentes. (FAIRCLOUGH, 2001 p. 123)

Considerações finais. Para que serviu a análise.

Há na publicidade, como discurso e tecnologia de gênero, uma relação dialética com a sociedade. Dessa forma, não devemos entender suas relações como uma determinação direta e total da estrutura social. Da mesma forma como não devemos cair do equívoco de que é apenas no discurso que está a fonte de toda a estrutura social. Norman Fairclough (2001) nos lembra que é a partir do discurso que se pode iniciar processos de transformação social. Pois discurso é prática, ele tem efeitos reais. Dessa forma percebe-se que a participação criativa de pessoas trans na produção da mensagem se torna crucial para uma publicidade mais diversa e inclusiva. Ao passo que os produtores, consumidores, e as marcas começam a compartilhar signos e significados. Signos e significados nunca antes vistos na publicidade brasileira.

Há nos três níveis discursivos analisados elementos em que podemos verificar como a participação transexual trás um novo olhar para as questões de gênero. Um olhar que não segue a lógica binária que reprime e nos reduz.

¹² Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/transexualidade-sai-da-categoria-de-transtornos-mentais-da-oms-22795866>> Acesso em 02 de Julho de 2018.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Referências bibliográficas

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014. V.I.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LAURETIS, Teresa. 1994. **A tecnologia do gênero**. In HOLLANDA, Heloisa B. (org.): *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

Pajubá - Diversidade em rede. <https://gbonfiglioli.com/>. Acesso em: 20 set. 2018

RODRIGUES, André Iribure. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira: um olhar contemporâneo das últimas três décadas**. 2008. 309p. Tese (Doutorado) UFRGS, Porto Alegre, 2008.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Gênero social e discurso: análise dialógica da publicidade

Graziela Frainer Knoll¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a linguagem na publicidade de uma marca de produtos de perfumaria, com foco nos construtos de gênero presentes. Por meio da análise dialógica, foram identificadas marcas de gênero presentes no vídeo publicitário de O Boticário. A análise demonstra os índices axiológicos presentes na linguagem empregada pela marca na campanha publicitária. O discurso de gênero explorado utiliza estereótipos, humor e exagero da virilidade do “homem macho”.

Palavras-chave: Publicidade; Gênero; Sociedade; Linguagem; Análise dialógica.

Introdução

A origem dos estudos de gênero remonta à época de eclosão dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 e, desde então, o gênero como categoria de análise histórica (SCOTT, 1995) tem se disseminado por diferentes campos de estudo das humanidades. Tal interesse de análise tem ocorrido porque, segundo Scott (1995, p. 88), o gênero opera como um elemento constitutivo das relações sociais fundamentadas nas diferenças entre os sexos e, em segundo lugar, porque se constitui como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Dessa maneira, nossa vida se organiza a partir de uma primeira identificação que culmina organizando simbolicamente toda a vida social do indivíduo.

Por muito tempo, a dicotomia foi a forma mais comum de construção da identidade (WOODWARD, 2000). Porém, com as vertentes pós-estruturalistas de estudo da linguagem, autores como Hall (2003; 2004), Bauman (2005) e Castells (1999) enfocaram o poder constitutivo dos discursos, das representações e das práticas semióticas que fazem parte do contexto social. Assim, ao negar dicotomias e essencialismos, foram privilegiadas definições de identidade e gênero como construção relacional, que faz parte das práticas sociais cotidianas.

Os discursos de gênero variam conforme o contexto sociocultural e o momento

¹ Doutora em Letras, Estudos Linguísticos. Professora nos cursos de Publicidade e Propaganda e Jogos Digitais - Universidade Franciscana (UFN); grazi.fknoll@gmail.com.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

histórico, ou seja, cada sociedade estabelece os construtos de gênero de sua época, dentre os quais alguns se tornam hegemônicos. Por seu alcance, os discursos midiáticos e publicitários têm sua influência sobre as elaborações socioculturais do que atribuímos de identificação a um gênero ou outro. Isso ocorre com os estereótipos também: por uma questão dialógica e constitutiva, os estereótipos que circulam na sociedade acabam afetando os discursos publicitários, e o inverso também ocorre, isto é, os discursos publicitários ajudam a constituir e difundir identidades de gênero no meio social, inclusive identidades estereotipadas.

Diante disso, este trabalho tem como tema estereótipos de gênero social na publicidade e objetiva analisar dialogicamente a publicidade de uma marca de produtos de perfumaria, com foco nos construtos de gênero presentes na linguagem. Para tanto, por meio da análise dialógica do discurso de M. Bakhtin e seu Círculo, serão identificadas marcas de gênero presentes no vídeo publicitário da linha de produtos *MEN* de O Boticário.

Como método de análise, partimos do contexto social da enunciação para o exame da materialidade sógnica (nesse caso, além da linguagem verbal, serão incluídos na análise os componentes sonoros e imagéticos do vídeo analisado). Segundo Volochínov (1976; 2009; 2011), a situação extraverbal não é uma causa exterior, mas integrada ao enunciado e, conseqüentemente, essencial à significação. Assim, no ato comunicativo, os interagentes se adaptam um ao outro, conforme as variáveis do meio, o horizonte social e o auditório social a quem o discurso se dirige.

Discurso e prática social

O indivíduo é tecido discursivamente a partir das vozes que enuncia. Como afirma Todorov (2010, p. XXVII), Bakhtin e o Círculo posicionam-se contrariamente às correntes subjetivas da psicologia ou da linguística que evocam o sujeito humano como um sujeito sozinho no mundo ou absoluto: “Bakhtin e seus amigos afirmam o caráter primordial do social: a linguagem e o pensamento, constitutivos do homem, são necessariamente intersubjetivos”.

Segundo Rajagopalan (2003, p. 74) afirma, “A identidade de um indivíduo se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

constrói na língua e através dela. Isso significa que os indivíduos não têm uma identidade fixa anterior e fora da língua”. Como elemento dinâmico da cultura, as identidades podem variar conforme as práticas ideológicas, as transformações no senso comum e na própria estrutura social que, quando enraizada no patriarcalismo, tende a reproduzir e a manter relações de dominação (BOURDIEU, 2005).

Na publicidade, as simplificações e generalizações de gênero devem-se ao recorte de público realizado no direcionamento ou endereçamento de uma campanha publicitária e, da mesma forma, a preconceitos que coexistem na sociedade. Cabe aqui o conceito de estereótipo de Possenti (2002), que o define como a representação imaginária demasiadamente simplificada ou reducionista de pessoas ou grupos sociais (simulacro).

Os discursos também surgem como causa e efeito das práticas e crenças presentes na sociedade, que se situam sobre a base de outros enunciados e discursos, em um *continuum*, como define Bakhtin (2010) ao teorizar sobre a linguagem. Assim, ao se dirigir a um auditório social potencialmente mais amplo, os discursos publicitários reproduzem noções pré-existentes, inclusive estereotipadas, de determinado gênero.

O caráter dialógico da linguagem expressa “o entendimento de que qualquer desempenho verbal é constituído numa relação, numa alternância de vozes” (MARCHEZAN, 2006, p. 117). As relações dialógicas são constitutivas dos discursos e dos sujeitos discursivos, de maneira que discursos e enunciados se situam em uma relação contínua com discursos e enunciados anteriores, em uma prática social caracterizada pela responsividade (BAKHTIN, 2010).

A publicidade em foco

A linha de produtos *MEN* de O Boticário foi divulgada em um vídeo com duração de 30 segundos, veiculado em canais de televisão a cabo no Brasil e no Youtube² oficial da marca anunciante, a partir de 2016. O auditório social presumido são indivíduos do gênero masculino, a julgar pelo nome da linha (*MEN* traduzido do inglês, “homem”, grifado todo em letras maiúsculas).

² Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zTXIHkCL9x0>. Acesso em: 20 abr. 2017.

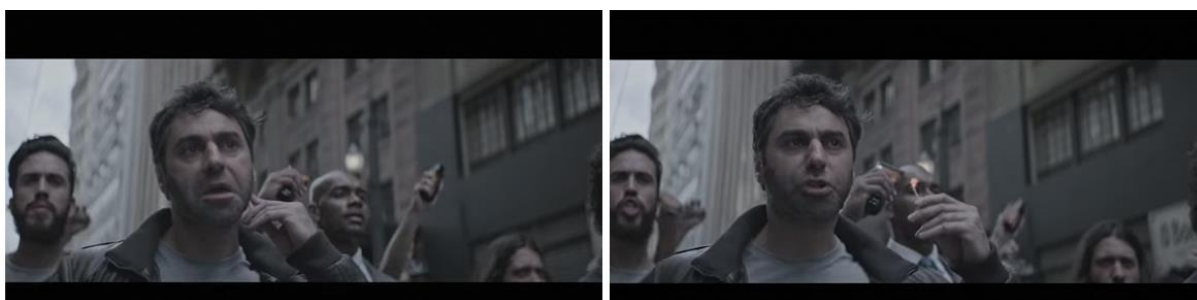


I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O vídeo mostra diversos estereótipos de homem macho: o rústico no acampamento, o musculoso de academia, o bombeiro, entre outros. Pela maneira como estão caracterizados e como se movimentam nas cenas e suas expressões faciais, definem-se como “machões”, conforme fica evidenciado na cena final (Figura 1), em que o personagem risca um fósforo no pescoço.

Figura 1: Cena final do vídeo



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=zTXIHkCL9x0>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Observamos a ausência de tipos que destoem do estereótipo do “macho”, inclusive nas cores das imagens, reforçadas pelos trajes de cores neutras ou pouco vibrantes, assim como pela iluminação escura em todo o vídeo. A análise detectou os índices axiológicos presentes na linguagem, que são expressões avaliativas verbalmente enunciadas. O discurso de gênero explorado pela marca utiliza estereótipos, humor e hipérbole da virilidade do “homem macho”, também na locução:

Quadro 1: Texto verbal do vídeo

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Nada me deixa mais furioso/ do que ficar com o rosto oleoso. | Texto falado. |
| Para isso eu tenho um macete/ que eu chamo de sabonete. | Texto falado. |
| Perfumaria, desodorante,/ só um pouquinho de hidratante. | Texto falado. |
| Pós-barba e shower gel/ pra você conquistar sua “guel”. | Texto falado. |
| Se quer um conselho, eu te dou seis em um,/ mas se me perguntar, eu não uso nenhum. | Texto falado. |
| A gente se cuida, mas não conta pra ninguém. | Texto cantado. |
| Ainda bem que tem Boticário MEN. | Texto cantado. |
| Linha MEN do Boticário. Para o você que existe no ogro. | Locução. |

Fonte: Transcrição do áudio.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

O personagem macho consome os produtos, porém, não pode aparentar fragilidade ou contar que se cuida com cosméticos e perfumaria, fato enfatizado em: “Se quer um conselho, eu te dou seis em um, mas se me perguntar, eu não uso nenhum” e “A gente se cuida, mas não conta pra ninguém”, o que é elaborado no enunciado verbal, no visual e inclusive na sonoridade, o que é reforçado pela música entoada em coro no fim do audiovisual. Há, portanto, marcas de gênero não só em forma de representação, mas nas múltiplas semioses da publicidade, que atuam em conjunto na construção dos sentidos.

A imagem mental de “homem ogro” como sinônimo de “homem macho” vem acompanhada do discurso heteronormativo, uma vez que qualquer indício de fragilidade masculina é historicamente rechaçado nas sociedades patriarcais, sendo qualquer posição discursiva destoante disso identificada como não masculina ou de masculinidade questionável.

Destacamos, ainda, outro índice axiológico: o “você” em “Linha MEN do Boticário: Para o você que existe no ogro”. O “você” que existe no “ogro” engloba tudo aquilo que se opõe ou rivaliza com a imagem mental de ogro que se tem por conhecimento. Além de evidenciar um processo de intersubjetividade e alteridade, se “você” é a pessoa que está dentro do ogro, aprisionada ou, de certa forma, contida e protegida, é porque o ogro é somente aparência. Com isso, a publicidade reproduz discursos e estereótipos de gênero, à medida que exagera nas representações escolhidas com o intuito de provocar o humor.

Considerações finais

O discurso, como prática social, ou seja, uma maneira de representação e de ação dos sujeitos, é de fundamental importância para a compreensão do conceito de gênero. Linguagem e cultura têm papel central na caracterização da identidade, conforme foi observado por Rajagopalan (2003). No vídeo publicitário em questão, os personagens encarnam estereótipos, simulacros constituídos pela generalização e pelo exagero: o lenhador, o mecânico, os musculosos da academia, o baladeiro, o bombeiro, o macho que não sente dor. É o exagero da virilidade desses estereótipos que garante o tom de humor



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

do vídeo.

Nenhum discurso pode ser compreendido plenamente se analisado de forma isolada ou separadamente de outros discursos e do contexto da enunciação (BAKHTIN, 2010). No caso da linha MEN de O Boticário, há um discurso de gênero que, sem se considerar o *continuum* de discursos anteriores e práticas sociais e discursivas que vão além da mídia, teriam uma compreensão limitada. Averiguou-se, na análise das marcas de gênero encontradas na linguagem, que o discurso publicitário da marca corrobora paradigmas e, também, estereótipos de gênero.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 2. 3. ed. Trad. Klaus B. Gerhardt. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2003.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.
Marchezan

POSSENTI, S. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba, PR: Criar, 2002.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 73-99, jul/dez, 1995.

TODOROV, T. Prefácio à edição francesa. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação**



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

verbal. Trad. do russo: Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. XIII-XXXII.

VOLOCHÍNOV, V. N. A palavra na vida e na poesia – introdução ao problema da poética sociológica. In: VOLOCHÍNOV, V.; BAKHTIN, M. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 147-181.

VOLOCHÍNOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte** – sobre poética sociológica. Trad. para uso didático: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, da versão americana Discourse in life and discourse in art – concerning sociological Poetics. In: **Freudism**, New York: Academic Press, 1976. Digitalizado.

VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



Os Esforços da ONU para Igualdade de Gênero: Um Estudo da Campanha ElesPorElas

Carolina Kauer¹
Denise Avancini Alves²

Resumo: Este trabalho tem como temática a mobilização social para igualdade de gênero, realizando uma análise dos depoimentos de celebridades brasileiras produzidas para a campanha da ONU Mulheres, a ElesPorElas (HeForShe), lançada mundialmente em setembro de 2014. O objetivo geral, portanto, é entender como é construída a campanha “ElesPorElas” no Brasil de modo a promover a igualdade de gênero. Para isso, foi necessário estudar como se dá a mobilização social, o que constitui a igualdade de gênero - levando em consideração o contexto do Brasil -, e qual a importância da comunicação nestes processos. Com base de suporte técnico, o trabalho perpassa por conceitos como o de mobilização (TORO E WERNECK, 2004), gênero (SCOTT, 1990) e interseccionalidade (DEFRANCISCO E PALCZEWSKI, 2014). A metodologia elencada para uma investigação com olhar para a mudança social foi a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), partindo de um olhar tridimensional do texto, prática discursiva e prática social. Concluiu-se que neste material criado para o Brasil há uma forte presença da interdiscursividade, conforme conceito de Fairclough (2001). Foi constatado ainda que há uma preocupação com a comunicação da campanha, principalmente no sentido de gerar corresponsabilidade (HENRIQUES et al., 2004) dos homens com a questão de igualdade de gênero.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; Mobilização Social; Comunicação; ONU; ElesPorElas

Introdução

Depois do fim do período violento, de genocídio, de atrocidades contra a vida humana que foi a Segunda Guerra Mundial e do surgimento das bombas atômicas com poderio de destruição em massa, viu-se a necessidade de mobilizar esforços para garantir a proteção e a sobrevivência da raça humana e todos seus membros constituintes. Assim foi fundada, em 1945, a Organização das Nações Unidas, com objetivo principal de manter a paz e segurança no mundo. Uma das principais produções da organização e, talvez, da sociedade do século como um todo (TORO E WERNECK, 2004) foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Nunca, na História, um número tão grande

¹ Bacharela em Relações Públicas pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: carolinakauer@hotmail.com

² Professora Adjunta no curso de Relações Públicas da UFRGS. Email: deniseavancinialves@yahoo.com.br



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

de países foi capaz de atingir um consenso quanto à relevância e quanto ao conteúdo desse tema, como expresso nessa Declaração. Nela estão reunidos os direitos que possuímos simplesmente por sermos da espécie humana, que são anteriores a toda distinção, a toda ação cultural, econômica ou política, a toda característica étnica, etc. (TORO E WERNECK, 2004, p. 22)

De fato, mesmo que nem sempre essa afirmação seja respeitada na prática social, os Estados (incluindo o Brasil) que assinaram esse termo, assinaram também sua concordância com a premissa de que todo ser humano tem direito à educação, ao trabalho, à liberdade de opinião, entre outros. Nosso país assumiu essa declaração na sua constituição, garantindo assim, a dignidade humana como base do projeto de nação e do modelo de democracia promovido (TORO E WERNECK, 2004). Além disso, o próprio Artigo 3º da Constituição, ao explicitar os objetivos da nação, aponta o compromisso de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Dando-se destaque ao item “sexo”, é trazido também a afirmação presente no preâmbulo da Declaração, em que os povos das Nações Unidas estavam resolvidos a reafirmar “[...] a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres [...]” (ONU, 1948), dentre outros. Sendo citada já no início do documento, a igualdade de gênero ganhou importância também na ONU, tornando-se o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável pós-2015. As questões específicas relacionadas a esse tema passaram a ser centralizadas em 2010 pela Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, também conhecida como ONU Mulheres. A entidade une esforços em “defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais” (ONU MULHERES, s/d), tendo seis áreas prioritárias de atuação: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; normas globais e regionais. Um dos mais recentes esforços da organização é a campanha ElesPorElas (HeForShe), criada em setembro de 2014 como "um esforço global para envolver homens e meninos



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade” (ONU MULHERES). Diante de um projeto de mobilização assinado por um dos grandes mecanismos internacionais e da oportunidade de verificar sua articulação para o contexto brasileiro, este trabalho toma como grande questão: Como é construída a campanha ElesPorElas no Brasil para promover a igualdade de gênero?

Para tanto, têm-se como objetivo principal entender essa construção por meio dos seguintes objetivos específicos: estudar como se dá a mobilização social e a promoção dos direitos humanos, em especial a igualdade de gênero, e qual a importância da comunicação neste âmbito através da campanha ElesPorElas; investigar o que constitui a igualdade de gênero - levando em consideração o contexto do Brasil -, em especial para a ONU; e analisar como a campanha ElesPorElas promove essa igualdade de gênero, segundo as investigações feitas previamente.

Diante dessa proposta de pesquisa, opta-se por utilizar a Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo desenvolvida por Fairclough, (2001), que faz uso de uma visão tridimensional do mesmo. Esta abordagem parte da premissa do discurso como prática social, e não como atividade individual, implicando isto nas ideias de que este é “uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91), assim como em contínua relação com as estruturas sociais de poder. A partir disso, torna-se justificada a metodologia proposta em um quadro tridimensional do discurso, abrangendo texto, prática discursiva e prática social. Como corpus da pesquisa escolheu-se as nove peças promocionais da campanha que utilizam de personalidades brasileiras conhecidas, conforme nota-se a importância dessa ação por aparecerem em destaque ao acessar o site da ElesPorElas no Brasil.

Mobilização social e comunicação como coordenadora de ações

Como mencionado anteriormente, é recente a criação do documento-base que aborda as questões de dignidade humana acordadas pelos seus países signatários. Além da afirmação de concordância com tais termos, é importante também voltar o olhar para



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

a promoção destes direitos, sendo esta responsabilidade dos Estados-membros e seus governos/governantes, dos cidadãos de cada país e da própria ONU.

Uma mudança social requerida em direção a sociedades com maior defesa da dignidade humana se encontra no processo que ocorre “[...] quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO E WERNECK, 2004), ou seja, a mobilização social.

Segundo Toro e Werneck (2004), toda mobilização social tem como meta, necessariamente, contribuir para os objetivos fundamentais da nação. De fato, fazer parte de um processo de mobilização social é uma decisão que depende do sentimento de responsabilidade e — talvez ainda mais —, de capacidade de provocar e construir mudanças (TORO E WERNECK, 2004). Mobilizar é, portanto, como bem definem Toro e Werneck, “[...] convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (2004, p. 13), e para que ocorra essa convocação é necessário haver um objetivo em comum, algo que a concede sentido, um horizonte ético (TORO E WERNECK, 2004). Márcio Simeone Henriques, ao analisar a comunicação e estratégias de mobilização social em seu livro homônimo (2004), diz que é preciso mais do que apenas necessidades e problemas em comum, mas também o compartilhamento de valores e visões de mundo, para que pessoas tomem a decisão de se engajarem em alguma mobilização e, idealmente, desenvolvam o sentimento de corresponsabilidade, ou seja, o nível de vinculação ideal dos públicos desejado por todo e qualquer projeto deste tipo. Para que esse vínculo seja criado e que ações concretas em prol do horizonte ético sejam feitas, são necessárias que sejam promovidas atividades na esfera da comunicação. Henriques et al. (2004) destacam a demanda pela comunicação estrategicamente planejada na estrutura de um projeto mobilizador, já que é ela que tem a possibilidade de convocar as vontades das pessoas para a mudança social.

Sobre o planejamento em si, Toro e Werneck (2004) afirmam que existem quatro dimensões básicas do processo de mobilização: imaginário convocante, campo de atuação, coletivização e acompanhamento de resultados. O imaginário convocante se dá pela explicitação de um propósito. Este, que então se torna um horizonte ético, deve ser essencialmente algo sobre o qual as pessoas estão de acordo, um sonho coletivo cuja



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

realização será buscada em conjunto. Ainda, deve referenciar elementos que tornem possível ter informações básicas do que cada um pode fazer para contribuir com aquele sonho coletivo, não só no presente imediato, mas pelo tempo que for necessário para mudar uma realidade.

Assim, as pessoas devem ser incentivadas a agir no seu próprio campo de atuação, afinal, não se faz mudança social com heroísmos, mas com atitudes diferenciadas no cotidiano de pessoas normais. Para que as pessoas se engajem e descubram suas formas de agir, devem sentir-se valorizadas, reconhecidas e respeitadas e, ainda, seguras da confiança dos outros participantes quanto à sua capacidade/possibilidade de colaborar para o sucesso do sonho coletivo. Estas características dizem respeito também à terceira dimensão exposta pelos autores: a da coletivização. A coletivização se relaciona com a quarta dimensão do processo de mobilização: o acompanhamento dos resultados. A visibilidade dos resultados é de suma importância para a revigoração do entusiasmo de quem está participando, sem contar o estímulo aos novos participantes e, obviamente, a própria prestação de contas.

Atualmente, a maior parte das iniciativas de mobilização social busca garantir os direitos considerados básicos de cada ser humano. Dentre esses direitos básicos, analisaremos o de igualdade de gênero, conforme defendido na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 da ONU, assim como ações da própria organização em busca de promover oportunidades iguais para todos, independentemente do sexo.

A mobilização social em favor da igualdade de gênero

‘É possível verificar na maioria dos países – obviamente, em expressões e gradientes muito variáveis – uma situação de desvantagem social, econômica, cultural e política na qual se encontra a metade de sua população, a metade feminina. Essa realidade tem sim origem na diferenciação de gênero, como pode-se entender por meio de Joan Scott (1990).

Scott clarifica que quando se declara que o gênero é, fundamentalmente, uma construção social, não se nega, no entanto, as diferenças físicas dos sexos. Mais que isso, acredita que gênero é, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

1990, p. 75). Assim, a autora cria sua definição de gênero baseada em duas premissas interrelacionadas: a primeira, de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e a segunda, que este “é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86).

Miriam Grossi, (1998), ao ler Scott entende, assim, a ideia de papéis de gênero, que seria tudo aquilo associado ao sexo biológico feminino ou masculino em uma cultura e que, justamente pela diversidade cultural humana, podem mudar enormemente de um local para outro. Além disso, esses papéis têm alterações dentro da própria cultura e do passar dos anos, como ocorreu no mundo ocidental, não sem a significativa contribuição dos movimentos sociais da segunda metade do século XX.

Jussara Prá (2014), pesquisadora na área de Ciência Política, faz um estudo sobre a história das mulheres, em especial no Brasil, ao analisar a luta pela equidade de gênero, partindo de um olhar cuidadoso sobre as políticas públicas voltadas a essa questão. A autora destaca o engajamento constante das mulheres nos diversos processos de mobilização que ocorreram no Brasil desde a segunda metade do século XIX, incluso aqueles que levaram à Abolição da Escravatura em 1888 e à Proclamação da República em 1891. À essa participação, no entanto, não era dada a devida visibilidade nos meios políticos da época, devido aos valores da ordem patriarcal que ainda imperavam e a decorrente exclusão da mulher do espaço público.

Como nos mostra Prá (2014), foi só a partir da República e da modernização da economia que as mulheres começam a, gradativamente, ocupar outros espaços da sociedade brasileira e a partir disso, protestar contra a desigualdade social, econômica, política e cultural para com os homens. Ao ocupar definitivamente a esfera pública, diversas são as iniciativas políticas pelos direitos humanos das mulheres que passam a ser criadas e promovidas, dentre elas eventos proporcionados pelo Ano Internacional da Mulher (1975) e pela Década da Mulher (1976-85), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar dos claros avanços na conquista de direitos das mulheres e formas de mantimento destes, Prá (2014) acredita que a concretização das políticas públicas de gênero requer “a interlocução com atores sociais e políticos em âmbito local, regional, nacional e internacional, além da operacionalização de mecanismos técnicos e



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

normativos” (p. 8). Por ‘interlocução’, podemos pensar num conjunto de atividades que se mostram necessárias para entender as mulheres, suas necessidades e difundir junto à sociedade as proteções previstas pelos direitos humanos, pela Constituição Brasileira e pelos tratados internacionais, ou seja, a comunicação.

Além de governos, organização da sociedade civil e empresas privadas, a própria ONU tem responsabilidade, como já mencionado, com a propagação dos direitos de igualdade de gênero. Percebe-se, na ElesPorElas, uma iniciativa criada de forma a contribuir para este objetivo.

A ElesPorElas, da ONU Mulheres

A campanha internacional ElesPorElas (HeForShe)³ criada pela ONU Mulheres, foi lançada em 20 de setembro de 2014, pela Diretora Executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, assim como pelo Presidente da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU, pelo Secretário-Geral da ONU e pela Embaixadora Global da Boa Vontade da ONU Mulheres, Emma Watson. Idealizada como um “esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade” (ONU MULHERES, 2018), a campanha utiliza de uma abordagem inclusiva, declarando o reconhecimento do papel fundamental de pessoas do gênero masculino como parceiros dos direitos das mulheres e próprios de necessidades dependentes da igualdade de gênero.

Buscando cumprir o objetivo principal de entender como a campanha é construída no Brasil, optou-se por selecionar um produto da campanha em português, que foi elaborado para o público brasileiro, chegando-se assim a escolha das nove peças publicitárias de depoimentos de personalidades brasileiras.

Ao começar pela análise do título da campanha é possível notar uma utilização de termos para diferenciar homens e mulheres. Retoma-se o entendimento de que os gêneros masculinos e femininos são construções sociais sobre corpos sexuados (SCOTT, 1990) e

³ Por ter caráter internacional, a campanha mantém seu nome original ‘HeForShe’ em muitos documentos mesmo em países cuja língua oficial não é o inglês. No Brasil, a campanha adotou o nome ‘ElesPorElas’



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

percebe-se que essa separação entre os gêneros, apesar de essencialmente binária, se faz necessária para entender como ocorre a categorização social que constrói uma estrutura de poder em que denota que uns estão em vantagem e outros, em desvantagem. Questiona-se, nesse sentido, a adoção do nome “ElesPorElas” e se analisa, na dimensão textual do discurso, conforme teorizado por Fairclough (2001), o vocabulário escolhido. Em primeira instância, entende-se a campanha como um movimento que tem como objetivo engajar homens para realizar ações que melhorem as vidas das mulheres. No entanto, a preposição ‘por’ do título e a oposição de ‘eles’ e ‘elas’ dá a ideia de que

No entanto, por ser às vezes apenas uma adaptação dos materiais internacionais para a língua portuguesa, conserva em algumas ocasiões o nome original junto ao traduzido em português. Os direitos das mulheres devem ser dados pelos homens e que igualdade de gênero se resumiria àqueles indivíduos que se enquadrariam no conceito de ‘elas’. De certa forma, há uma tensão de poder (de gênero) no próprio título da campanha. Percebe-se que ‘igualdade de gênero’ é o horizonte ético da campanha ElesPorElas, conforme o conceito trazido por Toro e Werneck (2004). Entende-se que ‘empoderamento feminino’ aparece em posição secundária, citado por vezes como intrínseco ao primeiro termo. De fato, discutir gênero durante muitos anos era tido como sinônimo de discutir as situações das mulheres, e foi só com o passar dos anos que se entendeu a necessidade de um estudo relacional da estrutura de poder. Na maior parte das vezes, a desigualdade de gênero é representada pela situação econômica, social, cultural ou política inferior da mulher. Os papéis de gênero, no entanto, se aplicam para ambos os sexos feminino e masculino, sendo compreendido assim que a igualdade de gênero seria o horizonte ético que traria transformações positivas principalmente para mulheres, mas também para homens.

Analisando a prática social da campanha e levando em consideração que há quem acredite se beneficiar do mantimento das relações de gênero da maneira que são, é percebido que a ElesPorElas compõe a luta hegemônica de maneira a tentar mudar os padrões das estruturas dominantes. No entanto, na mesma dimensão, entende-se que ela expressa já no seu nome a ideologia dos papéis de gêneros binários na sociedade ocidental. Como se verifica em Fairclough (2001), é possível que um discurso não seja essencialmente ideológico, mas que este o é conforme integra significações que



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

participam do mantimento ou reestruturação das relações de poder. O discurso da ElesPorElas segue essa ideologia de gênero binário ao criar essa dicotomia e separação entre ‘eles’ e ‘elas’.

Um dos materiais de maior visibilidade da campanha, exibidas na seção da ElesPorElas no site da ONU Mulheres e em formato de vídeo no canal GNT, são as peças publicitárias que exibem depoimentos de celebridades brasileiras – Érico Brás (ator), Marcelo D2 (cantor), Bruno Gagliasso (ator), Mateus Solano (ator), Anselmo Vasconcellos (ator), Camila Pitanga (embaixadora da ONU Mulheres no Brasil e atriz), Preta Gil (cantora), Lea T (modelo) e Sheron Menezes (atriz) – em apoio ao movimento para a igualdade de gênero e à ElesPorElas, como podem ser observadas na figura abaixo.

Figura 1: Miniaturas das Peças Depoimentos Personalidades



Fonte: ONU Mulheres

A escolha das cores – preto, branco e rosa magenta – deve-se certamente à indicação global da campanha, primando por uma constância da identidade visual do movimento mundialmente. No entanto, pode-se questionar se a escolha da cor predominante na campanha, o rosa – uma cor tradicionalmente feminina no ocidente, desde os anos 1950 –, não realça os papéis de gênero citados por Grossi (1998). Aqui percebe-se novamente a construção da dicotomia e a utilização de elementos para se referir diferentemente a homens e a mulheres.

Ao olhar para o texto das peças, tem-se na tipografia de cada depoimento um uso de maneira a assemelhar tipos de caligrafias para cada celebridade depoente. Os tipos de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

letra escolhidos são cursivos e emendados no caso das mulheres (com exceção de Preta Gil) e de aspecto mais arredondado no caso dos homens, o que demonstra uma escolha estratégica levando o gênero em consideração mesmo na tipografia.

Nos depoimentos de cada um dos artistas, percebe-se que são acionados outros discursos, como o da negritude e do racismo, o que demonstra uma interdiscursividade conforme visto em Fairclough (2001). A seguir, é possível observar no quadro abaixo os discursos acionados em cada depoimento, além do da igualdade de gênero

| Personalidade | Discurso acionado | | | | | Referência à Violência |
|----------------------|-------------------|------------|------------|---------|--------------------------------|------------------------|
| | Racismo | Gordofobia | LGBT fobia | Ageismo | Reconhecimento dos Privilégios | |
| Érico Brás | X | | | | | |
| Marcelo D2 | | | | | X | |
| Bruno Gagliasso | | | | | | X |
| Mateus Solano | | | | | | X |
| Anselmo Vasconcellos | | | | | X | |
| Camila Pitanga | X | | | | | |
| Preta Gil | X | X | | X | | |
| Lea T | X | | X | | | X |
| Sheron Menezes | X | | | | | X |

Como é possível constatar, mais de metade dos depoimentos acionam a desigualdade racial ao falar sobre a questão de gênero. Essa interdiscursividade é especialmente significativa, pois é rica para análise da prática social da sociedade brasileira para a qual foi criada a campanha. Num país em que mais da metade da



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

população é negra ou parda⁴, relacionar o discurso do racismo com o do sexismo pode fazê-lo mais compreensível.

Compreende-se, a partir disso, que a interdiscursividade utilizada é uma forma estratégica e apropriada de comunicar neste caso, já que trata da interseccionalidade do gênero, ou seja, o entendimento de que as opressões de alguns grupos, incluindo o racismo, se inter-relacionam (DeFrancisco e Palczewski 2014).

No âmbito do contexto, nota-se que nenhum dos artistas que aciona o discurso do racismo é branco. Há uma relação identitária no discurso. Quatro destas cinco celebridades se declaram negras no seu discurso, sendo a quinta fenotipicamente parda. De certa forma, a apropriação dos preconceitos sofridos pelos depoentes se reflete no discurso contra o racismo, sendo expresso de forma mais legítima na campanha. Nesse sentido, podemos pensar a causa de gênero e em como mulheres (sem esquecer aquelas cuja identidade também intersecciona com outra grande característica) têm uma visão mais específica das atitudes e situações em que são discriminadas simplesmente por o serem. Pode ser, portanto, um paradoxo, pois questiona-se a validade da campanha que faz justamente o processo inverso ao trazer homens para legitimar o discurso de desigualdade de gênero.

Por outro lado, é percebido o padrão do reconhecimento dos privilégios e da violência em alguns dos depoimentos dos homens. Isso é importante na luta hegemônica, pois esclarece as estruturas de poder muitas vezes imperceptíveis para quem se beneficia delas. Ao apontar a violência sofrida pelas mulheres – até mesmo na forma de estupro, como fala Mateus Solano no seu depoimento –, os homens que o fazem tomam a responsabilidade para si, ao dizer que o problema “não é somente delas, é meu”. Encontra-se então aqui o sentimento de corresponsabilidade ideal, conforme apontado por Henriques et al. (2004).

O uso de imagens de celebridades brasileiras chamando o interlocutor para a ação contribui para o sentimento de coletivização (TORO E WERNECK, 2004), já que no momento em que o público geral enxerga personalidades conhecidas e admiradas falando sobre o assunto, é incentivado a refletir. Essa ação, portanto, articula uma estratégia de

⁴ Informações extras disponíveis em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

comunicação adequada para gerar mobilização social.

Interseccionalidade e corresponsabilidade na igualdade de gênero

Explorou-se de forma inicial, ao longo deste artigo, uma das iniciativas da ONU Mulheres para o horizonte ético da igualdade social, política, cultural e econômica entre homens e mulheres. Na construção da ElesPorElas no Brasil notou-se a presença, após a análise das nove peças feitas com os depoimentos de celebridades brasileiras, do acionamento de discursos como o racismo, LGBTfobia, gordofobia, entre outros, interpretando-se a forte presença da interdiscursividade como forma de gerar reconhecimento, compreensão e auxiliar no engendramento da corresponsabilidade, conforme conceito de Henriques et. al (2004). Este material demonstra, portanto, ter sido planejado pensando no público do país e, assim, com melhor aderência.

Notou-se também uma forte busca pela corresponsabilidade dos homens na causa da igualdade de gênero seguindo, afinal, o objetivo da campanha. Após um estudo do conceito de Toro e Werneck (2004) entendeu-se isto ser positivo já que é a única maneira de gerar mudança social de fato. Entretanto, a relação de parceria almejada por vezes torna-se uma relação de heroísmo. Entende-se isso a partir da falta de incentivo à participação feminina na campanha, a começar pelo próprio nome, que implica que eles (homens) devem trabalhar para trazer benefícios a elas (mulheres), quando na verdade, como a própria campanha menciona diversas vezes, os benefícios são para todos e a luta deve ser de todos. Isso diz muito sobre a prática social no qual é construída a campanha, em que os homens dominam a hegemonia do protagonismo. A ElesPorElas, apesar de oferecer muitos elementos de luta contra os padrões, também os reforça em alguns momentos.

Referências bibliográficas

DEFRANCISCO, Victoria L.(Victoria Leto); PALCZEWSKI, Catherine Helen; MCGEOUGH, Danielle Dick. **Gender in communication: a critical introduction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. 1998. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. ONU Mulheres. [s.d.]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumulheres/> Acesso em 1º de abril de 2018.

ONU MULHERES. ElesPorElas Movimento Global. [s.d.]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/esporelas/movimentoglobal/>. Acesso em: 31 mar. 2018.

PRÁ, Jussara Reis. **Políticas Públicas, Feminismos e Cidadania de Gênero**. In: IX ENCONTRO DA ABCP 2014, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/politicas-publicas-feminismos-e-cidadania-genero-581.pdf>

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, jul./dez, traduzido da versão em francês, p. 71–99, 1990.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004



O papel das instituições como estratégia social na questão do gênero e violência doméstica

Carlise Schneider Rudnicki
Vanessa Porto Soares

Resumo: Nesta pesquisa de caráter exploratório, as autoras pretendem fazer uma discussão e problematizar como a interferência (ou a ausência) das instituições como garantidoras do resultado, cumpre (ou deixa de cumprir) um importante papel social e político e de comunicação. Destarte, a partir de conceitos do Direito, Sociologia e Comunicação, dissertam sob a óptica do usuário do serviço às vítimas de violência doméstica junto a algumas das principais políticas de enfrentamento da questão de gênero em Porto Alegre, estendendo-se em alguns momentos em nível de Rio Grande do Sul e da Federação. Assim, pretendem mostrar como a violência de gênero vem sendo tratada pelas instituições e também fazer um relato da experiência tanto do usuário, quanto avaliando e expondo estratégias das instituições na questão, principalmente no que tange à eficácia comunicação na crossmedia, mais especificamente em relação ao chamado “ônibus lilás”.

Palavras chave: gênero; violência; instituições; comunicação; políticas públicas.

A questão do gênero

O conceito de gênero já ultrapassou as barreiras da biologia e espalhou-se. A concepção passou a ser tratada como investigação de fenômeno social, com a importância que lhe cabe. Entretanto, ainda há espaço para mais atenção das instituições e pesquisadores do tema.

Toda essa emergência em torno da questão da evolução do conceito de gênero é marcada pela reflexão teórica, mobilizações coletivas, popularização do acesso e da interatividade dos meios de comunicação, educação, influências religiosas, culturais, pela presença do Estado e, essencialmente, pela insurgência da voz das próprias vítimas quando tratamos da face da violência doméstica.

Junto com o crescimento desse debate e enfrentamento das agressões historicamente ocorrida nos lares, ocorreu o desnude daquela demanda até então mantida às escondidas, destrutada, desconsiderada ou até mesmo ignorada pela lei, instituições e ações sociais. A referência aqui é à violência de gênero, mais especificamente à violência doméstica.



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Esse quadro é caracterizado por uma tela de desigualdade social, resistência cultural e sentimento abandono. Abandono por parte da família, sociedade de pares, ações sociais, políticas públicas e até mesmo em relação àqueles que seriam os responsáveis por aplicar e garantir a proteção aos ofendidos e vítimas em potencial: os responsáveis pela segurança estatal e pelo judiciário.

A violência de gênero

A violência de gênero é aquela que se estabelece por condição sexual ou, mais modernamente, por identidade psicológica do ofendido. Ela transita pelo direito e ciências sociais, estabelecendo necessidade incontestável de desempenho de ações pelas instituições públicas; tanto pelo poder judiciário, regulando condutas, quanto pelo Estado, estabelecendo políticas de apoio e preventivas.

Contrapor-se à violência de gênero é uma bandeira inegavelmente necessária à sociedade contemporânea. Os movimentos sociopolíticos emergentes, pesquisas literárias e recursos ativistas, transformaram a mobilização em torno dessa pauta em realidade fática premente. Porém, a questão ainda necessita de mais expansão e é fatalmente dependente das normas e das instituições que a acolhem. Se não há efetividade, a norma não garante seu cumprimento eficaz. E se não há cumprimento eficaz, as instituições além de não estarem cumprindo o seu papel, deixam de exercer um importante posicionamento político e social que lhes cabe.

O interesse da literatura específica produzida no Brasil ainda se mantém mais dedicado aos aspectos criminalísticos das relações familiares afetadas, às peculiaridades dessas relações sociais, à aplicabilidade da Lei Maria da Penha e na atuação dos advogados ativistas. Poucos trabalhos focam na questão do papel das instituições em garantir a efetividade das medidas e na possibilidade do uso desse leque como estratégia política e social de acolhimento. O crescimento do interesse nas políticas sociais e judiciais deve ser acompanhado pelas instituições. A esta não resta apenas o dever de reagir, mas também de antever possíveis resultados e assim, inclusive preventivamente, empreender esforços para atingir os objetivos de paridade e proteção. E esse efeito é conseguido através de estratégias de ação e comunicação.



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

A violência doméstica e as construções sociais

Para entender a violência doméstica, é necessário compreender as relações sociais e históricas abrangidas entre as partes envolvidas, estereótipos, preconceitos, relações de gênero e de poder envolvidas e as instituições envolvidas; não apenas as instituições compreendidas como aparato Estatal, mas a família, a escola, a igreja e a sociedade. Historicamente, a mulher ficou relegada a um papel secundário na sociedade. A desigualdade entre os sexos, a dominância masculina tornou a mulher não apenas um ser cuja mão de obra deveria ser voltada aos afazeres domésticos, mas um ser frágil, praticamente sem direitos e dominado. Nesse sentido, Bordieu:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se esperam que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos 58 homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2003a, p. 82).

A sociedade não apenas fomentava essa ideia como as escolas preparavam as mulheres para viver dessa forma submissa e subserviente. De mesma banda, o Estado faz seu núcleo na família, chancelando com paternalismo a importância do homem em detrimento da mulher. Bordieu trata a escola e a família como instituições e, segundo o próprio, elas e o Estado trabalham como agentes de perpetuação, pois impõe valores e regras que são repassados e utilizados como parâmetros de comportamento, inclusive legal. Esse mesmo autor em tela também traz o conceito de violência simbólica, a qual seria uma forma sutil de violência comunicada, invisível, onde existe um vínculo de subjugação e dominação, e onde o dominado é cúmplice, pois seu comportamento não apenas concorda com a dominância, mas também o justifica e colabora para a manutenção do sistema (BORDIEU 2003). Um dos exemplos de violência simbólica oferecidos pelo autor inclui as relações de gênero, onde o francês trata a questão como caso paradigmático



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

e a violência de gênero como um fruto dessa relação. Esse predomínio da dominação masculina começou a ser questionado com os movimentos feministas, o qual foi impulsionado pelo aumento da escolaridade e o acesso das mulheres às profissões, tanto as mais comuns de mercado quanto as de cunho intelectual. Esse crescimento se tornou mobilização e essas, tomaram vulto mundial, assunto vastamente tratado pela produção bibliográfica social e feminista.

Esse processo de percepção de si e criação de mundo é a construção social, a qual influencia no conceito de gênero (Moscovici 1994, p. 16 apud TEIXEIRA, 1999). Contudo, o direito não consegue acompanhar os conflitos, nem as mobilizações coletivas. Tampouco os Tribunais conseguem se adaptar ao dinamismo das relações sociais. O resultado disso é que a lei acaba controlando condutas com base em preceitos arcaicos, que não estão mais de acordo com a sociedade que necessita deles. Neste sentido, Castoriadis alertava que o grande problema das instituições é que elas são pensadas a serviço da sociedade, mas a sociedade acaba servindo à elas.

O caminho da violência de gênero até as instituições responsáveis

Após a consumação fática da violência de gênero no âmbito doméstico/familiar, a vítima deve recorrer ao poder público para ser amparada e/ou solicitar medidas protetivas (Lei Maria da Penha Lei 11340/2006). E o que chega às delegacias e aos Tribunais, principalmente através do direito penal, vez que tratamos de violência de gênero, necessita de efetivação para que cumpra sua função e o escopo da lei. A Lei não se cumpre apenas com um despacho no papel, o Estado e as instituições necessitam de todo um aparato colateral para garantir a sua finalidade. O uso das instituições como efetivador e garantidor dos direitos concedidos, passa pela possibilidade da praxe tanto social quanto política. A ação institucional pode (e deve) ser pensada como estratégia de política social mobilizadora através dos seus efeitos, principalmente através de políticas públicas e da comunicação, para diminuir as assimetrias das questões de gênero.

No momento em que a lei determina ações que tutelam prevenção e proteção às vítimas de violência de gênero, as instituições passam a ter o dever de agir. E se elas não possuem meios de acolher seus protegidos, de ampliar ou de divulgar os meios que



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

possuem, o próprio Estado está falhando com sua finalidade ou subaproveitando os profissionais eventualmente envolvidos.

A Lei Maria da Penha e as políticas de combate a violência doméstica

A principal política pública no combate à violência doméstica e de gênero é, inegavelmente, a Lei Maria da Penha está apoiada na Constituição Federal, já foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro além de possuir amparo em diversos acordos e propostas internacionais das quais o Brasil é signatário (ONU - Organização das Nações Unidas, OEA – Organização dos Estados Americanos, Convenção de Beijing – IV Conferência sobre a Mulher 1995), e em compromissos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (2002) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (2002). Embora ainda haja divergências quanto a extensão da Lei Maria da Penha na violência de gênero nos lares brasileiros, não é difícil encontrar quais seriam as instituições responsáveis pela aplicabilidade e efetividade da norma. Da mesma forma como não é difícil localizar os órgãos ou instituições que são atores/agentes de comunicação. A Lei 11,340/06 trata de medidas protetivas (não punitivas) à violência: a) no lar; b) na família, mesmo que não existam laços consanguíneos com o agressor (ex: parentesco por afinidade); c) por pessoa com quem a vítima tenha relação íntima de afeto e com a qual conviva (exemplo: namorado ou namorada). Chegando à Delegacia, especializada ou não, caberia à autoridade policial lavrar o termo e já garantir a integridade física do ofendido. Porém, sabe-se que o Estado não possui nem delegacias especializadas em todos os municípios ou suficientes lares de acolhimento provisório às vítimas. Uma das causas amplamente divulgadas na mídia pelas quais as vítimas relatam deixar de solicitar proteção é a ausência de delegacias especializadas, vez que se sentem constrangidas ou culpabilizadas pela agressão.

A ausência vai além. É de conhecimento público que o Estado sequer possui recursos humanos e físicos necessários para cumprir funções básicas de segurança. Os motivos dessa ausência passam por políticas de investimento e de gerenciamento dos meios existentes. Para deteriorar ainda mais a situação, quando possui algum meio de



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

apoio sobrevivente, observa-se que estes encontram-se sucateados ou desatualizados para a consulta da população, evidenciando o descaso ou desimportância que a política pública possa dar ao tema. Entretanto, apesar do instituto estar disponível, percebe-se que o usuário ainda possui dúvidas sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, principalmente no tocante de quem poderia se utilizar do seu amparo legal. Em recente pesquisa efetuada pelo Projeto “O que eu faço, Agora?” Projeto , o qual ainda está em trâmite como extensão na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e que aborda a questão preventiva de vítimas e possíveis vítimas de violência doméstica, o grupo de pesquisados revelou em maioria ter dúvidas sobre quem pode se utilizar da Lei Maria da Penha: se é aplicável apenas a mulheres heterossexuais ou extensivo as homossexuais e transgêneros; demonstrando a dúvida do grupo na questão da aplicabilidade versus gênero/identidade sexual. A intenção inicial da Lei era inegavelmente protetiva ao gênero sexual feminino, porém, decisões dos Tribunais estenderam essa proteção a situações homoafetivas, inclusive se tem notícia de amparo a vítima com identidade psicológica feminina Para fins ilustrativos, lembramos que no fim de 2017, houve uma acalorada discussão nos portais jurídicos e de notícias sobre as modificações que estavam nas mãos do então Presidente da República Michel Temer em relação a violência de gênero. Na oportunidade, polarizava-se entre duas principais vertentes: que as possíveis alterações dariam mais poderes aos Delegados de Polícia, trazendo assim mais agilidade ao procedimento; e em contrapartida, observava-se que outros defendiam a inconstitucionalidade das mudanças e a necessidade de inserção dos mentores da Maria da Penha na discussão. Como resultado, houve um chamamento a população para tratar do tema:

As políticas públicas, incluindo o judiciário, devem garantir proteção à mulher independente da esfera criminal. Não necessariamente é preciso ter uma notícia de crime, um boletim de ocorrência, para conceder uma medida protetiva. Com essa alteração, pode causar ruído e as mulheres acreditarem que precisam ir à delegacia, mas elas têm outras vias, como buscar o Ministério Público e as Defensorias Públicas", (Ana Rita Prata. 2017. Portal Huffpost)

A repercussão gerou efeitos sociais e na formatação da lei. A alteração legal, que aconteceu em abril de 2018, acolheu algumas das reivindicações trazidas a baila em 2017,



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

como por exemplo, retirar atribuições dos Delegados de Polícia. Como efeito prático, a questão passa a refletir também, num segundo momento, no volume dos Tribunais, em casas de acolhimento e estabelecimentos prisionais. E, mais uma vez, as estratégias utilizadas pelas instituições são passíveis de críticas e melhoramentos. Esse é apenas um exemplo claro da importância da instituição (Estado) estar atenta ao movimento sociopolítico.

Observa-se nessa seara, inclusive uma ausência de divulgação eficaz ao possível acolhimento àqueles protegidos pela violência de gênero. As instituições possuem poucos recursos para se fazer notar ou deixam de aproveitar todo o potencial dos recursos que dispõem. Não obstante, também vislumbramos muitas entidades não governamentais cumprindo e/ou dando apoio a essa função em decorrência da lacuna deixada pelas instituições responsáveis. E em efeito disso, há muita vantagem política (positiva e negativa), retirada diretamente das pessoas envolvidas nessa questão.

O papel das instituições

A grande metáfora do Leviatã, cujo corpo é formado por todos os corpos dos indivíduos, deve ser lida por essa luz. Os corpos absolutamente mutáveis dos súditos que formam o novo corpo político do ocidente (Giorgio Agamben).

De acordo com a Sociologia, a principal função das instituições é, em resumo, suprir necessidades humanas. Elas possuem poder coercitivo e normativo, atuando de forma interdependente. Com base na imposição desses poderes, determinam a maneira como os grupos sociais devem agir e se comportar, gerando padrões de valores, morais e os próprios papéis dos atores sociais. Assim, funcionam como controladores sociais.

Por ter um papel tão essencial na organização da sociedade, as instituições não podem abster-se de possuir termômetros de comportamento e de acompanhar as mudanças exigidas pela estrutura social, pois cabe a ela reger o comportamento e seus desdobramentos. Castoriadis já problematizou a questão, quando afirmou que “a Instituição, uma vez estabelecida – criada – pela sociedade autonomiza-se, ultrapassando suas finalidades iniciais e suas “razões” de ser, caracterizando uma inversão: o que deveria ter sido um conjunto de instituições à serviço das pessoas e da sociedade, se



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

transforma numa sociedade à serviço das instituições”. (CASTORIADIS, 1982). Cumpre ao Estado a principal tarefa de organizar a sociedade através de leis, comunicação, políticas e assistência social, Contudo, como já alertava FOCAULT , embora a construção teórica da política de Estados liberais tivesse sido montada sobre uma figura centralizadora, essa tarefa não lhe é exclusiva. Existe todo um aparato de relações que desempenham funções na sociedade.

[...] falamos frequentemente do poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a um centro comum, a alguma essência interna. Isso traz à mente imagens monstruosas de poder, o Leviatã de Hobbes ou o Minotauro de Bertrand de Fouvenel, mas nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder implicados em tipos diversos de relações. (WOLF, 2003, pg.325)

Mas apenas no Século XX, passou-se a discutir a legitimação do Estado e a forma como ele se redimensiona. Da mesma forma, atualmente nos encontramos discutindo essa redefinição do Estado, e quais as” inovações no plano da atividade judicial, uma vez que com a afirmação do Estado Social e Pós-Social inúmeras expectativas materiais transformaram-se em autênticas pretensões jurídicas. “ (FIGUEIREDO, Herbert Costa. 2007). Entretanto, existe uma profunda dificuldade do Estado em atingir os problemas sociopolíticos. Esquece-se, igualmente que o exercício da jurisdição constitucional é, simultaneamente, espaço de debates e assentamentos e de expectativas de direitos. Daí porque imprescindível que o Direito trabalhe com as consequências de risco e o risco em si, sem a pretensão de extingui-los. A questão da violência de gênero, seja no âmbito da comunidade, seja no âmbito interno dos lares dos envolvidos, onde é primeiramente sentida, é fenômeno social pulsante que merece problematizações que também possam ir além da mera coleta acadêmica de dados indicadores. A utilização de sinalizadores e conclusões a partir do tema, aliados com a prática da funcionalidade das instituições, em consonância com o relevante potencial gerado pelas relações públicas, eclodem na conscientização da sociedade sobre o papel indispensável das instituições. Assim, passa-se não apenas pelo necessário papel de acolhimento às vítimas de violência de gênero e de monitoramento de mobilizações, mas também na prática das necessidades e do dever de agir das ações sociais e das instituições envolvidas. Com esse leque, é possível traçar



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

estratégias sociais, inclusive para ações emergenciais, preventivas ou de retrabalho.

O ônibus lilás no Rio Grande do Sul

O ônibus lilás é uma política pública de apoio com origem federal. Consistindo em uma unidade móvel, sua origem é o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e funciona com um sistema de cooperação entre os estados e município. A intenção é proporcionar um local que comporte equipes multidisciplinares (profissionais das áreas de serviço social, psicologia, atendimento jurídico e segurança pública). Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, ele permite a interação efetiva dos diversos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência no interior dos municípios, adaptados para o atendimento às mulheres do campo e da floresta e das águas, pois é desenvolvido para situações fora da estrada. Ele trafega em vários locais do estado, dando suporte a mulheres em situação de vulnerabilidade e apoiando políticas públicas municipais. No entanto, do ponto de vista do usuário, a forma como é feita a divulgação encontra problemas na mensagem, sendo então um dos objetos deste artigo.

Como se observa na figura, o site oficial traz expressamente: “Solicitação para agendamento através do e-mail”. Do ponto de vista do usuário, isso representa uma falha na comunicação, pois induz o visitante a acreditar que: 1. Basta haver o interesse e a disponibilidade do item; 2. Por se tratar de um serviço público, os custos são cobertos pelo Estado; 3. Qualquer pessoa pode requisitar (universalidade). Podemos traçar um paralelo com as condições da ação no direito: legitimidade, interesse e possibilidade.

Embora exista um critério de razoabilidade implícito quanto ao item 3, no sentido de quem a pessoa deva supor estar com plena capacidade de direitos para fazer a solicitação (maior, capaz); Residualmente persiste, do ponto de vista leigo (usuário), que as três condições ficariam facilmente satisfeitas, e um cidadão interessado é, desta forma, induzido a se acreditar apto para fazê-lo. Essas considerações são importantes pois se trata do site da própria Secretaria, portanto, para o cidadão, a questão assume status de imperativa. Entretanto, essa premissa é falsa. O sistema funciona em cooperação com os municípios. Assim, não basta o interesse e a disponibilidade. A legitimidade só acontece



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

através da celebração de Termo de Cooperação entre o Estado e o Município, especificamente através de acordos entre o Poder Executivo.

Como exemplo de crossmedia dessa informação, o site do Tudo Fácil, onde além de informações sobre o Programa “Mulher, Viver sem Violência”, da qual o ônibus Lilás faz parte, há menção de que a solicitação deve ser feita pelo Poder Executivo do Município Interessado. O ideal, do ponto de vista do usuário, seria que, para não gerar falsas premissas nem falsas expectativas, o próprio site da Secretaria trouxesse melhores informações sobre o serviço. Desta forma, além de não gerar falsas expectativas, pouparia tempo e faria com que o interessado pudesse ter sua necessidade atendida em menor tempo, o que é de suma importância, principalmente porque o sistema visa o apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O Estado, a população, as entidades de apoio e a política pública devem ter um suporte para otimizar suas abrangências quanto aos resultados políticos dessa questão e assim proporcionar aquilo que as vítimas tanto necessitam: a efetividade, pois sabendo do seu real potencial em frente a necessidade, se aliando com a comunicação maior divulgação a entidades não governamentais e de atuação de engajamento (principalmente aquelas com menos recursos financeiros ou humanos), poderão inclusive adimplir valor, angariar simpatia, ampliar (ou potencializar) sua aplicação e chegar mais próximo de cumprir sua função social, minimizando o sentimento de abandono tão referido pelas vítimas de violência doméstica.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG. 2002

AMÂNCIO, Ligia, **Análise Social - O gênero no discurso das ciências sociais**. Vol. 38, No. 168, Pág. 687-714, Lisboa, 2003. Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/41011822> >. Acesso em 30/04/2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

GOMES, Camila Magalhães. **Direito Penal e Gênero – O Tratamento da Mulher em**



I AQUENDA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

Situação de Violência Doméstica na Lei Maria da Penha: Originalmente apresentado como trabalho de investigação no XXIX Congresso Alas, Chile, 2013. Disponível em <actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_deMagalhaesGomesC.pdf>. Acesso em 15/04/2018.

GRAZI, Henrique, MARTINS, Luciana e HAUBER, Luis Henrique. **Direitos Humanos em Perspectiva.** 2018. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8577172147>>. Acesso em 27/04/2018.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000300010>>. Acesso em 10/04/2018.

LOSSO, Juliana; MINELLA, Luzinete; GROSSI, Miriam. **Gênero e violência:** pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Editora Mulheres. Santa Catarina. 2006. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=RUOuzfaUXQkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 14/04/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL. **Estudos Feministas**, 1994, pp. 443–461. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/24327190.

SILVA, L. F; OLIVEIRA, L. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.3, art. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017

STREY, Marlene; SOUZA, Natalia Amaral e JAEGER, Fernanda Pires. **Violência de gênero e políticas públicas.** 2004. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8574304700>>. Acesso em 25/04/2018.

Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão, Jus Itinera, número 14, Jan/dez 2007, O JUDICIÁRIO E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Disponível em: <https://bit.ly/2CZRjzX>. Acesso em 11/07/2018.

ROSA, Ana Beatriz; MARTINELLI, Andréa. Por que alterações na Lei Maria da Penha não protegem as mulheres, segundo especialistas-Três artigos aguardam sanção presidencial. Um deles é considerado inconstitucional por juristas. 2017. Em **Revista Huffpost**. Disponível em < https://www.huffpostbrasil.com/2017/10/17/por-que-alteracoes-na-lei-maria-da-penha-nao-protectem-as-mulheres-segundo-especialistas_a_23246657/ >. Acesso em 27/04/2018.

TEIXEIRA, V.L. **O Trabalho Feminino numa Agricultura Familiar em Crise.** Monografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

JORNAL DO COMÉRCIO. Alteração na Lei Maria da Penha torna crime descumprir medida protetiva. **Jornal do Comércio.** 2178. Disponível em:



I AQUELA DE COMUNICAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES

1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018 FABICO - UFRGS

http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2018/04/cadernos/jornal_da_lei/622996-alteracao-na-lei-maria-da-penha-torna-crime-descumprir-medida-protetiva.html. Acesso em 27/04/2018.

Código Penal Brasileiro. Decreto Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940) e a Lei Maria da Penha (lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm>. Acesso em 02/05/2018.

Lei Maria da Penha. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 01/05/2018.



1, 2 E 3 DE **I AQUENDA**
AGOSTO DE **DE COMUNICAÇÃO,**
2 0 1 8 **GÊNEROS E SEXUALIDADES**

LOCAL: FABICO - UFRGS

ORGANIZAÇÃO



APOIO

